CAPITAIS NO INTERIOR:

Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945).

Pedro Geraldo Tosi

Este exemplar corresponde à versão original da tese defendida por Pedro Geraldo Tosi em 27/11/98 e orientada pelo Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves. CPG/IE, 27/11/98.

970803

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. **José Ricardo Barbosa Gonçalves**.

1998

UNIDADE BC
N.º CHAMADA: T/UNICAMP
T 639c
Ex.
BC/37284
229/99
D x
PREÇO R$ 11,00
DATA 09/04/99
N.º CPD

CM-00122032-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

Tosi, Pedro Geraldo
T639c Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945) / Pedro Geraldo Tosi. – Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador: José Ricardo Barbosa Gonçalves.
Tese (Doutordo) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Franca (SP) - História. 2. Calçados - Indústria - Franca (SP) - História. 3. Couro - Indústria - Franca (SP) - História. I. Gonçalves, José Ricardo Barbosa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título

Dedico este estudo aos amigos de uma outra geração: **Paulo Jobim Crespo** e **Walter Cardoso**. Meu tributo ao nosso tempo.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO.....2

1 - A OCUPAÇÃO DO "CERTÃO DO RIO PARDO, CAMINHO DE GOYAZ".....20

- A ESTRADA E A FRONTEIRA.....20
- "ENTRANTES" E OCUPANTES: UM SISTEMA A SE REPRODUZIR.....24
- "ISOLIDARISMO": INCÔMODO DA VIDA PÚBLICA.....29
- TRANSPORTES E O MERCADO: UM SETOR DE CONTATO OBEDECE A HIERARQUIA.....32
- ENTREPOSTOS SÃO ENTRONCAMENTOS.....36
- A VIDA NA VILA.....40
- TECENDO A VIDA PÚBLICA.....44
- FRANCANO OU "FRANQUEIRO"?.....50

2 - CLUBE DA LAVOURA E COMÉRCIO.....57

- A PROPRIEDADE TECENDO A HEGEMONIA CONSERVADORA.....57
- MEIOS DE TROCA NUMA SOCIEDADE HIERARQUIZADA.....62
- A IMPORTÂNCIA MERCANTIL DA CIDADE E A FERROVIA.....72
- A FERROVIA LIGA FRANCA AO COMPLEXO CAFEEIRO E NÃO O CONTRÁRIO.....87
- A CAFEICULTURA COMO NÚCLEO DA ACUMULAÇÃO.....95

3 - NOS TRILHOS DA TRANSFORMAÇÃO.....102

- EVITANDO ANÁLISE.....102
- CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS.....106
- PADRE ALONSO FERREIRA DE CARVALHO, O FABRIQUEIRO DA MATRIZ.....110
- A REGULARIDADE DOS COUROS.....116
- CALÇADOS E A CADEIA PRODUTIVA DO COURO.....121
- PROFISSÕES E ASSALARIAMENTO.....124
- CAFEICULTURA E TRANSFORMAÇÕES.....131

4 - CARLOS PACHECO DE MACEDO E A INDÚSTRIA DO COURO E DO CALÇADO.....146

- POPULAÇÃO EM FRANCA.....146
- PACHECO DE MACEDO: NEGOCIANTE.....148
- A DÉCADA DE 1910: MARCHAS E CONTRAMARCHAS.....152
- DE CAPITÃO DE INDÚSTRIA A EMPRESÁRIO FALIDO.....160
- A MONTAGEM DA "CALÇADO JAGUAR".....162

- A RESTRUTURAÇÃO DO "CURTUME PROGRESSO"....168
- FALÊNCIA: UMA JANELA PARA COMPREENDER A DINÂMICA....171
- DESDOBRAMENTOS DA FALÊNCIA APARECEM NO PROCESSO DA "JAGUAR"....185
- UMA TRAMITAÇÃO DE QUASE 12 ANOS....193

5 - MUDANÇAS NA CONFIGURAÇÃO DA INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940....203

- FRANCA: "TERRA QUE PRODUZ O MELHOR CAFÉ DO MUNDO" OU "A CAPITAL DO CALÇADO"?....203
- HERCÍLIO AVELLAR: DE EMPREGADO A EMPRESÁRIO....210
- MUDANÇAS NA CONFIGURAÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA DO CALÇADO....217
- CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA COUREIRA....230
- CAMINHOS DA INDÚSTRIA FRANCANA....242
- INDÚSTRIA OU INDUSTRIALIZAÇÃO LOCALIZADA?....247

CONSIDERAÇÕES FINAIS....256

BIBLIOGRAFIA....262

- DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA....262
- DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA....262
- FILMES....269
- CARTAS E MAPAS....269
- BIBLIOGRAFIA....269

ANEXOS....277

1. OCUPAÇÕES, PROFISSÕES E COMERCIANTES EM FRANCA: 1872-1877 / 1902 / 1910.
2. MOVIMENTO DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS NA ESTAÇÃO DA CIA. MOGIANA: (1888-1917).
3. TRANSPORTE DE ANIMAIS PELA FERROVIA MOGIANA: (1914-1918 / 1925-1949).
4. CAFEICULTORES E PRODUTORES AGRÍCOLAS DE FRANCA: (1901 / 1931 / 1937-1938).
5. FABRICANTES DE CALÇADOS DE FRANCA E DA INDÚSTRIA PAULISTA: (1918 / 1920 / 1928-1937 / 1945).
6. FABRICANTES DE COUROS DE FRANCA E DA INDÚSTRIA PAULISTA:(1928-1937).
7. OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA INDÚSTRIA EM FRANCA: (1928-1937).
8. TIPOS, QUANTIDADES, VALOR E PREÇOS MÉDIOS DOS CALÇADOS PRODUZIDOS PELA INDÚSTRIA PAULISTA: (1911-1937).
9. TIPOS, QUANTIDADES, VALOR E PREÇOS MÉDIOS DOS COUROS PRODUZIDOS PELA INDÚSTRIA PAULISTA: (1928-1937).
10. GÊNERO DE INDÚSTRIA, PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO EM FRANCA: (1953 / 1956 / 1960).

ÍNDICE DE GRÁFICOS.

Capítulo 1:

GRÁFICO nº 1 - Artesãos em Franca: 1851-1864 44

Capítulo 2:

GRÁFICO nº 2 - Composição da Riqueza em Franca: 1822-1830.....66

GRÁFICO nº 3 - Composição da Riqueza em Franca: 1875-1885.....67

GRÁFICO nº 4 - Dívidas Ativas e Passivas em Franca: 1822-1830.....67

GRÁFICO nº 5 - Dívidas Ativas e Passivas em Franca: 1875-1885. 67

GRÁFICO nº 6 - Embarque de Animais / Estação Franca da Mogiana: 1888-1917 82

GRÁFICO nº 7 - Sal / Estação Franca da Mogiana: 1888-1917.....84

GRÁFICO nº 8 - Toucinho / Estação Franca da Mogiana: 1888-1917.....84

GRÁFICO nº 9 - Fumo / Estação Franca da Mogiana: 1888-1917.....85

GRÁFICO nº 10 - Café / Estação Franca da Mogiana: 1888-1917.....91

GRÁFICO nº 11 - Gêneros Alimentícios / Estação Franca da Mogiana: 1888-1917.....92

GRÁFICO nº 12 - Produtos Diversos e Material para Construção / Estação Franca da Mogiana: 1888-1917.....93

GRÁFICO nº 13 - Peso das Cargas Transportadas / Estação Franca da Mogiana: 1888-1917.....94

Capítulo 3:

GRÁFICO nº 14 - Dinâmica da Cafeicultura em Franca: 1902/ 1909-1937.....140

Capítulo 4:

GRÁFICO nº 15 - Evolução da População em Franca: (com destaque para a década de 1930).....147

GRÁFICO nº 16 - Bagagens e Ecomendas / Estação Franca da Mogiana: 1888- 1917. 153

GRÁFICO nº 17 - Viajantes pela Cia. Mogiana / Estação Franca: 1888-1917.....154

GRÁFICO nº 18 - Couros / Estação Franca da Mogiana: 1897-1917.....156

GRÁFICO nº 19 - Bebidas / Estação Franca da Mogiana: 1897-1914.....157

GRÁFICO nº 20 - Açúcar / Estação Franca da Mogiana: 1889-1917.....157

Capítulo 5:

GRÁFICO nº 21 - Faturamento total da indústria paulista, do calçado, têxtil e do vestuário: 1928-1937.....221

GRÁFICO nº 22 - Faturamento relativo da indústria do calçado, têxtil e do vestuário: 1928-1937. 221

GRÁFICO nº 23 - Quantidade e valor da produção calçadista no Estado de S.Paulo: 1900-1937.....222

GRÁFICO Nº 24 - Quantidade e preços dos calçados produzidos no Estado de S.Paulo: 1900-1937.....222

GRÁFICO nº 25 - Preços dos calçados produzidos em S.Paulo: 1911-12 / 1923-1926 / 1928-1937. 226

GRÁFICO nº 26 - Quantidades de pares por tipos de calçados produzidos em S.Paulo: 1911-12 / 1923-1926 / 1928-1937.....227

GRÁFICO nº 27 - Faturamento total da indústria paulista, de curtumes, química e metal-mecânica: 1928-1937.....236

GRÁFICO nº 28 - Faturamento da indústria do couro, química e metal-mecânica: 1928-1937. 237

GRÁFICO nº 29 - Quantidade e valor da produção coureira em S.Paulo: 1928-1937. 237

GRÁFICO nº 30 - Quantidade e média dos preços da indústria coureira em S.Paulo: 1928-1937. 238

GRÁFICO nº 31 - Preços dos couros produzidos pela indústria paulista: 1931-1937. 239

GRÁFICO nº 32 - Preços e volume de exportações brasileiras de couro: 1917-1939.....241

GRÁFICO nº 33 - Preços das exportações brasileiras de couro: 1917-1939.....241

GRÁFICO nº 34 - Evolução cambial / confrontação de preços das exportações brasileiras de couros: 1917-1939.....242

ÍNDICE DE TABELAS.

Capítulo 2:

TABELA nº 1 - Principais cafeicultores em Franca: 1901.....90

Capítulo 3:

TABELA nº 2 - Ocupações, profissões e comerciantes de Franca: 1901 - capitalistas -.....113

TABELA nº 3 - Ocupações, profissões e comerciantes em Franca: 1872-1877 / 1901 / 1911-1912. 126

TABELA nº 4 - Dinâmica da cafeicultura em Franca: 1902 / 1909-1937.....139

Capítulo 4:

TABELA nº 5 - Evolução da população em Franca: 1836-1940.....147

TABELA nº 6 - Produção de bebidas em Franca: 1911.....151

TABELA nº 7 - Produção de cigarros em Franca: 1911.....152

TABELA nº 8 - Produção de calçados em Franca: 1911.....152

TABELA nº 9 - Tipos de couros embarcados na Estação Franca da Cia.Mogiana: 1907-1912.....157

TABELA nº 10 - Relação de expositores premiados na Exposição Regional de Comércio e Indústria de Franca: 1922.....167

TABELA nº 11 - Fábricas e oficinas de Franca: 1920. 168

Capítulo 5:

TABELA nº 12 - Faturamento total da indústria paulista, do calçado, têxtil e do vestuário: 1918-1937. 220

TABELA nº 13 - Quantidade e valores dos calçados produzidos no Estado de S.Paulo: 1900-1937. 223

TABELA nº 14 - Exportações de couros em São Paulo: 1908-1909 / 1913-1919.....231

TABELA nº 15 - Faturamento total da indústria paulista, de curtumes, metal-mecânica e química: 1928-1937. 236

TABELA nº 16 - Dados relativos às exportações brasileiras de couros: 1917-1939.....240

TABELA nº 17 - Participação porcentual dos principais centros produtores de vestuário, calçados e produtos de tecidos em S.Paulo: 1953 / 1956 / 1960. 252

TABELA nº 18 - Valor da produção sobre pessoal direto e indireto ocupado no setor de vestuário, calçados e produtos de tecidos: 1953 / 1956 / 1960. 253

TABELA nº 19 - Valor da produção industrial sobre nº de estabelecimentos existentes no setor de vestuário, calçados e produtos de tecidos: 1953 / 1956 / 1960.....253

TABELA nº 20 - Total dos salários sobre pessoal ligado à produção no setor de vestuário, calçados e produtos de tecidos: 1953 / 1956 / 1960. 253

ÍNDICE DE MAPAS.

Carta Topografica da capitania de S.Paulo e seus certoens, emque sevê os descubertos que lhe foraõ tomados por Minas Geraes, como tambem ocaminho que vai para Goiaz e R.Grande de S.Paulo do Sul com dodos os seus pozos e pasagens.....100

Idem (versão ampliada - Fotografia de Ângela Garcia).....101

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, aos secretários do Departamento de Estudos Históricos Básicos, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Raquel Aparecida de Souza e Lélio Luiz de Oliveira, que muito ajudaram no trâmite de documentos necessários a afastamento e a bolsa de estudos, aliás a contribuição de Oliveira no presente trabalho não se restringe à sua atuação frente ao DEHB., mas muitos dos dados sobre a transformação da riqueza no Século XIX em Franca devem-se às pesquisas feitas por ele.

Agradeço aos responsáveis pela Secretaria Acadêmica do Instituto de Economia da Unicamp, em especial a gentileza e a presteza de Cida e de Alberto.

Agradeço ao pessoal do Pólo Computacional da FHDSS, pela ajuda nas impressões deste trabalho, em especial Adalberto, André, Luciano e Regina.

Agradeço à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Unesp e à CAPES, órgãos envolvido e responsável, respectivamente, pelo Programa de Bolsas de Auxílio ao Deslocamento de docentes para cursar Pós-Graduação, sem o referido auxílio teria sido muito mais difícil sobreviver aos tempos.

Agradeço aos professores Paulo de Tarso Oliveira e Neide de Souza Lehfeld, da FHDSS, pelo elevado senso acerca da atividade acadêmica.

Agradeço aos professores Ronaldo Marcos dos Santos e Carlos Américo Pacheco, do Instituto de Economia da Unicamp, por terem analisado o projeto do qual resultou a presente pesquisa, bem como às sugestões feitas por ambos. A Ronaldo agradeço, ainda, as críticas contundentes e, ao mesmo tempo, incentivadoras, revelando o seu admirável espírito. A Pacheco agradeço a confiança, a disponibilidade e a presteza com que sugeriu fontes, inclusive fornecendo material do NESUR - Núcleo de Estudos Sociais e Urbanos, para consulta.

Agradeço ao pessoal do Museu Ferroviário da Cia. Paulista em Jundiaí. A cooperação e o interesse de Marli Theresinha Fava, Vicente Ferrer da Silva e Carlos Roberto Tonielo foram decisivos no levantamento dos dados sobre ferrovia.

Agradeço ao pessoal do Museu Paulista, principalmente por ter indicado a Coleção João Baptista de Aguirra.

Agradeço ao pessoal de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em especial Maria Emilia da Silva Salles, responsável pela Mapoteca, cujo seriedade na perservação documental e respeito pela pesquisa permitiram localizar, entre outros mapas importantes, as Cartas da Coleção Pirajá da Silva, que foram significativas para o trabalho.

Agradeço aos estagiários e bibliotecárias da Fundação SEADE, notadamente os responsáveis pelo Depósito Legal, acervo do qual extraí uma série de dados importantes sobre a economia paulista.

Agradeço aos responsáveis pela Biblioteca do Banco do Estado de São Paulo pela atenção dispensada na consulta de temas de difícil localização.

Agradeço ao pessoal do CEDOC do Instituto de Economia da Unicamp e ao pessoal da Biblioteca da FDHSS - Unesp/ Franca, pelos inumeráveis socorros na obtenção de publicações que foram basilares para o trabalho.

Agradeço a Wanderley dos Santos, *in memoriam*, pois quando esteve à frente do Arquivo Histórico Municipal de Franca, havia sempre uma documentação a mais para considerar, sua intimidade com documentos permitia isso, e foi uma colaboração inestimável.

Agradeço a José Chiachiri Filho e a todo o pessoal do Arquivo Histórico Municipal de Franca, bem como ao pessoal do Museu Histórico Municipal de Franca. A cidade tem o privilégio de ter gente que se preocupa com registros e documentação.

Agradeço à professora Dalva Marlene Chioca Rinaldi, por ter oferecido um trabalho seu, inédito, sobre curtumes em Franca, apesar de discordarmos em alguns pontos, sua atitude e seu trabalho foram de um desprendimento e um pioneirismo louváveis.

Agradeço ao ex-aluno e colega Julio Cesar Bentivoglio por oferecer uma dissertação, em fase de conclusão, a qual foi de grande valia no estudo da mercantilização do solo urbano de Franca.

Agradeço à ex-aluna Elaine Gumiero pelo auxílio na empreitada de "atravessar" os processos de falência das primeiras empresas do couro e do calçado em Franca.

Agradeço ainda a Francisco Orlandini, Tomáz da Cruz Cáceres, Zuza Camelo, Luiz Estevan, Josmar Cappa, Alexandre Coelho, Elisa Bernardo, entre tantos outros colegas, que se interessaram em debater o presente trabalho no curso de sua elaboração.

Agradeço a Ângela Garcia pela competência com a qual fotografou os mapas da Capitania de São Paulo e, também, a Marta Pires de Castro Tosi pela detalhada e penosa revisão dos originais, muitas vezes repletos de transgressões ao idioma formal. Aos meus irmãos Alfredo Augusto Tosi, Francisco de Assis Tosi e Marcelo Donadelli Tosi sou grato pelos socorros na área da informática e, ao Fernando Henrique Tosi, pelas informações relativas às técnicas vigentes no fabrico de calçados. Sou grato ao meu tio Jorge Felix Donadelli e à sua esposa Maria Luiza Junqueira Donadelli, bem como ao Jorgito, ambos cooperaram, cheios de modéstia, foram valorosos.

Agradeço o apoio e confiança do orientador desta tese, o Prof. José Ricardo Barbosa Gonçalves, sua ajuda não se limitou aos específicos detalhes de um trabalho acadêmico, que, diga-se, foram de extremo valor, mas estendeu-se para muito além disso, revelando uma pessoa magnânima, generosa e altruísta, qualidades que entendo admiráveis.

Peço desculpas pelos esquecimentos, falhas e omissões e reafirmo que: as posições eventualmente defendidas neste trabalho, para as quais não se aceite a linha de argumentação adotada, deverão constituir-se em refutações a serem tributadas exclusivamente ao autor, pois mesmo tendo contado com a ajuda de muitos, está ciente de que lá e cá pode não ter correspondido à altura.

Pedro G. Tosi

Março de 1998

INTRODUÇÃO

Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calcadista: (1860-1945) é um estudo de História Econômica da região na qual surgiu o município de Franca (SP.), focalizando as atividades que permitiram o surgimento de um setor industrial do couro e do calçado naquela localidade.

Tem por **objetivo** compreender a dinâmica econômica daquela região e as condições que possibilitaram a emergência da atividade industrial coureiro-calçadista na cidade.

A tentativa foi identificar e traçar um perfil das atividades relacionadas à vida material tendendo a adquirir um conteúdo econômico, apreender suas características, apontar sua amplitude e indicar os seus limites.

O estudo seguiu na linha da apreensão do processo que permitiu a formação de capitais em Franca. Isso foi feito sob a ótica da expansão da cafeicultura mercantil-escravista e das mudanças que a fizeram transformar-se em um complexo.

A investigação dos nexos históricos, a partir das evidências relativas à região de Franca, apontaram na direção das peculiaridades locais e da ação dos personagens ali forjados, de modo que o desenvolvimento do trabalho deixou vir à tona as atitudes, os conflitos e as acomodações.

As condições históricas foram, portanto, interpretadas conjugando-se nexos históricos e nexos lógicos, por meio da articulação da realidade que se queria apreender, com a ação dos atores, quando foi permitido conhecê-los. Tendo-se como pano de fundo algumas questões consideradas fundamentais no conhecimento humanístico relativo ao Brasil, em cujo conteúdo desdobram as esferas capazes de elucidar temas econômicos.

O estudo do tema acima justificou-se primeiro, pelo que havia de novidade na proposta, ou seja, apreender o surgimento de um segmento específico de um setor da economia sob a ótica da história econômica de uma região. O que se reclamava era um estudo que permitisse visualizar esse impacto do ponto de vista do impactado e

não do impactante; ainda que os argumentos lógicos e as verificações de cunho geral continuassem válidos, não seria possível avaliar os efeitos deste impacto de uma forma que desprezasse a especificidade histórica.

A maioria dos estudos disponíveis sobre o assunto apresentam um caminho diferente do proposto. Normalmente, transformações específicas, dentro de uma abordagem regional ou setorial, são explicadas à luz da dinâmica mais geral da economia e os nexos causais são apresentados como derivações de informações agregadas. De modo que a compreensão do que é específico fica diluída e empobrecida.

Alguns desses estudos, não raro relacionados com o objeto em tela, são persuasivos em apontar essa carência, de modo que os autores normalmente, em decorrência disso, ficam compelidos a reclamar a lacuna, descrevendo esboços cujos largos traços desprezam mediações talvez importantes, já que a preocupação comum tem sido a restruturação tecnológica, a inserção internacional, a competitividade, as aglomerações setoriais, etc., etc.[1] .

Não obstante, a ausência de um estudo histórico dessa natureza esbarra em desdobramentos econômicos, e de outras esferas, produzidos pela própria história. Mais precisamente em relação às formas de regionalização e de agregação que se estabeleceram. Para o objeto a que o presente estudo se ocupa ocorrem alguns elementos complicadores do processo de análise. Franca é, atualmente, um dos municípios que compõem a região de Ribeirão Preto e, estatisticamente, a indústria do couro e do calçado de Franca oferece dados que contribuem para um perfil industrial da região. Todavia, a cidade centro administrativo e econômico da região, que é Ribeirão Preto, muito pouco tem a contribuir para a indústria do vestuário. Portanto, do ponto de vista dos estudos de abordagem regional, a atividade industrial de Franca

---

[1] **Cruz**, Hélio Nogueira da. Alternativas e difusão tecnológica: o caso do setor de calçados no Brasil. (Tese de doutoramento). São Paulo: USP/FEA, 1976, 161p. **Reis**, Marisa dos. Reestruturação internacional e inserção do Brasil na indústria de calçados. (Dissertação de mestrado). Campinas: UNICAMP/ Instituto de Economia, 1992, 140p. **Costa**, Achyles Barcelos da. Competitividade da indústria de calçados: notas técnicas. In: **Coutinho**, Luciano G. [*Et Alli*]. Estudo da competitividade na indústria brasileira. (Notas do complexo têxtil). Campinas: FECAMP, 1993, 113p. **Reis**, Carlos Nelson dos. A indústria brasileira de calçados: inserção internacional e dinâmica interna no anos 80. (Tese de doutoramento). Campinas: UNICAMP/ Instituto de Economia, 1994, 257p. **Garcia**, Renato de Castro. Aglomerações setoriais ou distritos industriais: um estudo das indústrias têxtil e de calçados no Brasil. (Dissertação de mestrado). Campinas: UNICAMP/ Instituto de Economia, 1996, 151p.

encontra-se praticamente escondida, já que diluída no agregado regional. Ribeirão Preto hierarquiza a região por razões não diretamente relacionadas com a indústria e com o processo de industrialização[2]. As polarizações exercidas por Ribeirão Preto (SP.) e, num passado mais recente, por Uberlândia (MG.) decorrem, com variações em cada caso, de motivos diversos daqueles que determinaram o desenvolvimento de Franca[3].

Do ponto de vista da localização, a região de Franca, para os padrões em que se desenvolveu sua indústria, estava distante dos principais centros, situada nos limites da fronteira nordeste do Estado, emparedada entre a próspera Ribeirão Preto e a imutável Serra da Canastra, de modo que uma série de fatores aparentemente não contribuiam para o crescimento experimentado. Quais teriam sido as condições que fizeram a cidade prosperar enquanto uma série de indícios apontavam para o retrocesso?

As fontes documentais, disponíveis para elaborações de pesquisas, dentro de uma abordagem regional são, no geral, resultantes de iniciativas governamentais de quantificação. É das estatísticas oficiais que se parte para o estabelecimento de parâmetros de análise. Franca, sendo uma das mais antigas povoações do ponto de vista da definição das fronteiras, desde a época da Capitania de São Paulo, reúne um passado histórico para o qual a expressão "regional" dificilmente atinge uma significação definitiva. Seu conteúdo varia no tempo e seu espaço delimita-se em função dessas mudanças[4].

---

[2] **São Paulo**, Secretaria de Economia e Planejamento. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Produtividade e ajuste na indústria paulista. São Paulo: SEADE, 1985. 120p. (Análises/ Ensaios). ***Idem***, Secretaria de Economia e Planejamento, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/ UNICAMP, Instituto de Economia. A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de S. Paulo: (1920-1980). São Paulo: SEADE, 1988 v.1, nº 1. 157p. (Coleção Economia Paulista). ***Idem***, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Características gerais do processo de industrialização paulista/ SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise da Dados. São Paulo: SEADE, 1988. 67p. ***Idem***, Secretaria de Planejamento e Gestão, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo: SEADE, 1992. 8 v.

[3] **Brandão**, Carlos Antônio. Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1989. 183p. **Guimarães**, Eduardo Nunes. Infra - estrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: CEDEPLAR/ UFMG, 1990. 177p.

[4] Para uma reflexão sobre as abordagens de temas e problemas regionais ver: **Arruda**, Maria A. Nascimento. Introdução e No rastreio do regional. In: Mitologia da mineiridade. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.13-43. Para a autora, ainda, o regionalismo ".... enquanto tema, constitui

Os sistemas de quantificação, por outro lado, também oferecem limitações. Até 1920, os Censos gerais obedeciam a uma metodologia francesa, que se traduzia numa preocupação com contagem de dados em um nível de detalhe muito particularizado.

Desta forma, os Censos produzidos até então podiam reunir tanto informações descritivas sobre atividades de difícil quantificação - especialmente as agrárias e distantes, quanto apresentar um grande elenco de atividades econômicas existentes, separadas umas das outras (não agregadas), enumeradas pelos recursos aplicados, energia total ocupada - vapor ou elétrica, número de pessoas empregadas e produtos produzidos. Entretanto, a maior densidade dos dados revela a ênfase conferida às capitais e aos principais centros urbanos, nos quais a ação do recenseador fosse levada a efeito.

Por meio deles é possível estabelecer um perfil de apenas algumas poucas atividades interiorizadas e da grande maioria delas nos grandes centros. Para o setor em análise, especialmente a "indústria pastoril", os "curtumes" e as "fábricas de calçados", há informações. Entretanto, como é comum neste tipo de fonte, para um expressivo detalhamento ocorre uma proporcional falta de abrangência e uniformidade. Neste sentido, é muito escasso o material sobre atividades de transformação - artesanato e indústria - em localidades mais afastadas das capitais, onde sua densidade não requeresse, não merecesse ou não aceitasse a presença do recenseador. Lamentavelmente, essas fontes são silenciosas em relação às atividades existentes em Franca.

Para Franca são encontrados nestes Censos apenas dados relativos à população e à atividade agro-pastoril, ao passo que são úteis na identificação dos aspectos que o setor coureiro e de calçados reunia até 1910 nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Para os derivados de produtos animais, os dados sobre o Rio Grande do Sul são também expressivos[5].

---

um desses objetos: a mineiridade, enquanto fenômeno a ser conhecido, requer o manejo da interdisciplinaridade e o abandono das certezas teóricas. A magnitude das questões a serem enfrentadas, nesse passo, coloca-nos em atitude de prudente cautela e de necessária humildade". *Idem*. p.256-7.

[5] **Brasil**. IBGE. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Séries estatísticas retrospectivas. v.2. t.2. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. p.424. (edição fac-similar - original de 1908). *Idem*,

Depois de meados de 1940, a elaboração dos Censos passa a seguir uma metodologia claramente influenciada pelo sistema americano; a forma de agregações adotada, entretanto, permite uma abordagem local apenas no que concerne a dados populacionais. Em se tratando de atividade econômica, ocorreu uma forma de agregação de dados que, para o caso específico da indústria do calçado, as chances do investigador estabelecer nexos históricos simplesmente desaparecem, pois as informações industriais passaram a ser englobadas em algumas poucas classificações de atividades divididas entre os setores primário, secundário e terciário. Calçados, em particular, tiveram, a partir daí, suas informações contabilizadas em uma classificação muito genérica denominada: "Artigos de vestuário, calçados, chapéus e produtos de toucador" e, mais recentemente, apenas "vestuário, calçados e artefatos de tecidos". Embora sejam indústrias de transformação ligadas ao setor tradicional da economia, suas respectivas dinâmicas não são coincidentes.

Informações industriais mais precisas, do ponto de vista da investigação histórica, passaram a aparecer há muito pouco tempo, desde que as Federações, Associações e Sindicatos de Indústrias decidiram elaborar suas próprias estatísticas, que, evidentemente, aparecem também publicadas oficialmente - agregadas por unidades da federação e obedecendo a uma classificação de nomenclaturas de mercadorias bastante detalhada. Uma vez mais, para o propósito deste estudo - que não abrange este período, elas têm muito pouco a dizer, além da expressão alcançada nas décadas de 1970-1980. A restruturação tecnológica do setor foi, naquela época, um fato que motivou estudos que se fizeram sobre o tema. Desde o início dos anos de 1990, porém, com a restruturação global, novamente a indústria do calçado tornou-se objeto de curiosidade dos pesquisadores; agora não é o desempenho registrado na balança comercial do país que instiga a pesquisa, mas sim, sua capacidade de gerar emprego.

O estado atual dos estudos aponta para a necessidade de se elaborar outros que deem a compreender a dimensão histórica do setor coureiro-calçadista, a aqui escolhida refere-se a uma cidade, entre outras onde o setor, nos seus mais diversos segmentos, experimentou desenvolvimento. Em Franca, a atividade atingiu densidade,

---

IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550-1988. 2ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

expressão nacional e uniu a produção de calçados masculinos de couro - setor da indústria no qual a cidade se especializou, em um único destino.

Há uma razoável quantidade de trabalhos através dos quais vários estudiosos locais buscaram traduzir os aspectos da economia francana. Suas contribuições são instigantes e remontam a apreciações feitas pelos antigos professores da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, mesmo após sua encampação pela Universidade Estadual Paulista, professores remanescentes do curso de Geografia - lamentavelmente extinto - continuaram a elaborar trabalhos sobre a realidade francana, em especial a da indústria. Numa rápida apreciação fica evidente que o histórico, do qual servem-se para argumentarem o surgimento da indústria em Franca, executa um raciocínio imediato entre o artesanato e o surgimento da indústria. Esse procedimento traz inúmeros problemas para uma efetiva compreensão, já que o artesanato precedeu a indústria e convive com ela sob diversos matizes. Teve e tem sua importância, pois a cada impacto percebe-se que o setor vai buscar em suas proto-características alguns elementos de flexibilização que permitem enfrentar as incertezas do futuro[6].

Contudo, a noção de que artesãos transformam-se em fabricantes é uma noção um tanto contaminada por um pensamento que equaciona os argumentos segundo

---

[6] **Abrahão**, Alice. Relações comerciais em Franca. (monografia de conclusão do curso de geografia). Franca: FFCLF, 1966, 19p. Il. **Borges**, Terezinha de Jesus. A indústria do couro em Franca: (monografia de conclusão do curso de geografia). FFCLF, 1966, 58p. **Caleiro**, Hygino Jacintho. Hygino de Oliveira Caleiro: um exemplo. (monografia de conclusão de curso de história). Franca: FFCLF, 1967, 33p. ilustradas. **Costa**, Alfredo Henrique. Contribuição ao estudo da história da indústria do calçado de Franca: suas bases artesanais e o impacto tecnológico. Anais do III simpósio dos professores universitários de história. Franca: FFCLF, 1965, p.577. **Vilhena**, Maria Ignêz de Freitas. A indústria de Calçados em Franca. Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca. Ano I, nº2, dez. 1968, p.61-68. **Vasques**, Antonio Cláudio Branco. Contribuição para o estudo da indústria calçadista de Franca. Boletim de geo-história nº 4, Franca: IHSS/UNESP, 1977, 23p. **Zan**, Elda Therezinha Coelho. A sociedade francana durante o Estado Novo (1937-1945): o advento da mentalidade empresarial. Boletim de geohistória nº 8, Franca: IHSS/ UNESP, 1977, 27p. **Freitas**, Myrtes Palermo C.de. A diversificação das atividades econômicas no município paulista de Franca (1900-1930). (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP: São Paulo, 1979, 197p. **Rinaldi**, Dalva Marlene Chioca. A cidade de Franca como centro consumidor. (Monografia de conclusão de curso de geografia). Franca: FFCL, 1966, 25p. Il. ***Idem***. Indústria curtumeira em Franca. (Mimeo). Franca: FHDSS/ UNESP, 1987, 105p. (Relatório de Pesquisa). ***Idem***. O faconismo em Franca. Franca: FHDSS/ UNESP, 1987, 120p. **Franco**, Pearl Gonçalves. Bancas de pespontos em Franca: trabalho façonista para a mulher e o menor. (monografia de conclusão de curso de Serviço Social). Franca: FHDSS/UNESP, 1991, 54p. **Marconi**, Marina de Andrade. Artesanato masculino. Franca:UNESP, 1991, 172p. Il. **Marqueti**, Elza Helena. Franca: geografia e história do município. 2ª ed. S/l: 1992, 101p.

uma finalidade preestabelecida. Em Franca havia artesanato de artigos de couro e, contemporaneamente, sabe-se que alguns proto-fabricantes tornaram-se industriais. Isso não é necessariamente significativo, mas insuficientemente relevante para determinar as razões pelas quais a indústria coureira e calçadista, em determinado momento de sua trajetória, sobrepujou o capital cafeeiro e outras atividades desenvolvidas na cidade, as quais eram emuladas diretamente ou indiretamente por ele. Uma série de questões perpassam o esclarecimento do problema, mas do conjunto sobressai uma que é fundamental: Por que a indústria coureiro-calçadista obteve densidade em Franca e não em outro local qualquer?

Quando se debruça sobre as interpretações disponíveis, há um período que fica extremamente confuso. É o período 1919 e 1940, no Entre-Guerras, portanto, numa época imediatamente influenciada pelas conseqüências da geada de 1918 e subseqüentemente pela política de valorização do café, mediada pela política cambial de 1924-1926, com a retomada da valorização permanente do café, culminando com a Crise de 1929, seus efeitos até 1932 e mais o processo de recuperação de uma economia marcada pela restrição da capacidade de importar, em virtude do desempenho de seu principal produto de exportação. Esses momentos requereram das atividades econômicas, desenvolvidas na cidade, algum tipo de resposta que merece qualificações, as quais não estão presentes nos largos esboços.

Nota-se, nesse sentido, a ausência de um trabalho que tenha tratado o tema pela ótica da acumulação de capitais, suas limitações e seus problemas. Notadamente, no que concerne à qualificação desses capitais, sua natureza, sua abrangência, suas mudanças, suas permanências[7].

A historiografia sobre Franca, por outro lado, não traz contribuições específicas significativas para o tema. A maioria dos estudos têm por foco o século XIX e apenas um é decididamente voltado para a questão da riqueza[8]. Noutros a

---

[7] Além dos trabalhos acima mencionados, há também, os da área de arquitetura e urbanismo, que se ocuparam da indústria do couro e do calçado sob a ótica da sua distribuição física na cidade, são eles: **Ferreira**, Mauro. O espaço edificado e a indústria de calçados em Franca. (Dissertação de Mestrado). São Carlos: EESC/USP, 1989. **Garcia**, Rosaura. Constatação do crescimento urbano da cidade de Franca a partir da implantação dos curtumes. (Trabalho de graduação interdisciplinar, FAU). Campinas: PucCamp, 1982, 57p.

[8] **Oliveira**, Lélio Luiz de. As transformações da riqueza em Franca no século XIX. (Dissertação de mestrado). Franca: FHDSS/UNESP, 1995, 214p.

questão econômica adquire uma apreciação que merece diálogo direto, de forma a esclarecer, na parte ou no todo, como os problemas que tratam requerem qualificação[9]. Buscar-se-á, a partir dessa pesquisa, tornar mais nítida a questão da mercantilização dos bens, da terra e da força de trabalho.

Ainda do ponto de vista das fontes, existem aquelas deixadas pelos sistemas estaduais de estatística e, para o caso de São Paulo, é contundente a contribuição do então Departamento Estadual de Estatística. Durante as décadas de 1910, 20, 30 houve uma série de publicações sistemáticas e em 1945 surgiu pelo menos uma das últimas publicação. Durante sua existência, este Departamento foi se submetendo às modificações administrativas do Estado, de sorte que esteve afeto a órgãos os quais foram se restruturando no tempo; isso ocorreu até quando o Estado foi deixando esta função para o Governo Federal. Nos anos 50 o D.E.E. havia desaparecido.

Todavia, enquanto funcionou, a "Directoria de Estatistica" preservou e, até melhorou o modo de apresentar suas publicações, sofisticando sua inspiração metodológica, muito parecida com a desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estatística, ou seja, a antiga metodologia francesa. Isso acontecia porque havia pessoal treinado e qualificado consoante uma carreira voltada para o assunto.

Desse modo, o resultado foi a publicação de duas seqüências bastante úteis para quem se interessa pela análise e construção de séries estatísticas[10]. Os Boletins são muito úteis pela profusão de assuntos que trazem, são um misto de difusão de informações técnicas e de mercado, que traduziram uma preocupação central com o café; ainda assim, trazem informações sobre técnicas de produção e cotações nacionais e internacionais de vários produtos, impostos arrecadados para alguns anos,

---

[9] **Brioschi**, Lucila R. (Et. Alli) Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais século XVIII/XIX. São Paulo: CERU, 1991, 294p. **Bentivoglio**, Julio Cesar. Igreja, Câmara e a disputa pelos espaços da cidade: a questão do Largo (Franca-1893). Estudos de História. Franca: UNESP, nº 1, 1995, p.231-45.

[10] **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Industria e Obras Publicas do Estado de S.Paulo. Boletim da Directoria de Industria e Commercio (1911-1928). 17 v.. São Paulo: Brasil/ Rothschild/ Rothschild-Brazil. 1911/1928. ***Idem***. Secretaria da Agricultura. Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo. Diretoria de Estatística. Indústria e Comércio. Secção de Indústrias. Estatística industrial do Estado de S.Paulo (1928-1937). 10 v.. São Paulo: Garraux/Freire, 1930/1939. ***Idem***. Departamento Estadual de Estatística. Divisão de Estatísticas da Produção e Comércio. Catálogo da Indústrias do Estado de S.Paulo: exclusive o município da capital. São Paulo: Rothschild Loureiro, 1947, 1089p.

contratos sociais registrados na Junta Comercial, enfim, variedades de natureza econômica.

Neles são encontrados, para alguns poucos anos, informações completas sobre o setor de calçados: quantidade produzida, tipo de produto, preços, etc., assim como para outros setores; não há, contudo, regularidade e nem padrão nestas informações.

Já as Estatísticas Industriais apresentam refinamento e uniformização metodológica anteriormente esboçada nos Boletins, de forma que estas podem ser identificadas em cada setor de atividade industrial, com riqueza de detalhe, permitindo até comparar atividades desenvolvidas na capital e no interior. Dentro de cada uma delas é possível estabelecer comparações de cidade para cidade, exceto alguma falha de um ano para outro. Isso é decorrente do detalhamento em informações dessa natureza, que, quando apreciadas da forma aqui proposta, sempre apresentam lacunas que requerem cautela e não conclusões precipitadas, já que as ausências podem tanto decorrer de erro na organização da informação, dados os níveis de especificidade, quanto podem ser a expressão de uma realidade. É possível, contudo, elaborar séries de 1928 a 1937. Para alguns casos, isso pode ser estendido, retrospectivamente, desde 1912, com o auxílio dos Boletins. Não se trata de um material sem estudo, outras pesquisas fizeram uso dele; todavia, o potencial dessas fontes está longe de ser esgotado[11].

Ainda assim, a Estatística é apenas industrial e relativa a todo o Estado de São Paulo, e isso faz com que se aponte aqui um problema que é cruciante: se o estudo é setorial e regionalizado, quais eram as outras atividades desenvolvidas noutros setores da economia? E, no caso do complexo-cafeeiro, como elas deram sustentação à implantação de indústrias? Em especial na cidade de Franca? Em suma, questões que se desdobram da questão fundamental já apontada: por que a atividade coureiro-calçadista acabou tendo uma densidade significativa em Franca e não em outro lugar qualquer?

---

[11] **Pacheco**. Carlos Américo. Café e cidades em São Paulo: um estudo de caso da urbanização na região de Araraquara e São Carlos (1880-1930). (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP/ Instituto de Economia, 1988. 223p. **Negri**, Barjas. Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo: (1880-1990). (Tese de Doutoramento). Campinas: UNICAMP/ Instituto de Economia, 1994, 268p.

Para dar conta das transformações impostas pela cafeicultura, ao objeto a que se propõe, foram complementarmente coletados os dados da Estação Franca da Cia. Mogiana, inaugurada em 1887 e disponiveis - a partir de 1888 - nos Relatórios de Diretoria para serem apresentados nas Assembléias de Acionistas. Estes passaram a ser publicados em 1872, mas a uniformidade que permite estabelecer séries numéricas, verifica-se somente a partir do segundo semestre de 1887. Os documentos são encontrados até 1950, entretanto, a forma de demonstrar informações sobre o desempenho da Cia. Mogiana, com riqueza no detalhamento estatístico - por estação, vai até 1917 apenas.

Para a documentação relativa aos embarques de cargas da Mogiana não existem estudos; é, ainda, desse ponto de vista, uma documentação inédita. O único estudo que se valeu dela o fez considerando apenas os valores totais arrecadados com transportes de mercadorias e passageiros pelas ferrovias, a riqueza deste material é ainda desconhecida pela maioria dos estudiosos[12].

Adicionalmente, foram coletadas informações que apareceram de forma desconexa e esparsa - em Almanaques, Revistas e Separatas dos Censos, de modo que pudessem sustentar os nexos lógicos e históricos nos quais se alicerçam o presente trabalho de investigação. A preocupação com o emprego dessas fontes é o seu uso sem prejuízo da historicidade dos fatos a serem apreciados.

Para um maior contingenciamento do objeto analisado, o trabalho também investigou os Processos de Falência envolvendo um personagem muito importante em determinado período da evolução dos negócios com couro, calçados e demais derivados na cidade de Franca. Trata-se de Carlos Pacheco de Macedo, homem que apareceu em negócios de selaria e afins desde o final do século XIX. Depois de ¼ de século de crescimento no qual seus negócios foram ampliados sensivelmente, contudo em 1926, o Major Pacheco de Macedo viu seus negócios serem liqüidados - em um Processo de Falência cujo trâmite se arrastou até 1937[13]. A tais documentos foram

---

[12] **Saes**, F..A. Marques de. Expansão e declínio das ferrovias paulistas: 1870-1940. In: **Peláez** C.M. & **Buescu**, M. A moderna história econômica. Rio de Janeiro: APEC, 1976. ***Idem***. As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana. (Tese de doutoramento). São Paulo: FEA/USP, 1974, 273p. ***Idem***. As ferrovias de São Paulo (1870-1940). São Paulo: Hucitec/INL, 1981.

[13] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Concordata Preventiva de Carlos Pacheco de Macedo, 1926, processo nº. 1341, v.1, maço 70, vara Cível, 2º. Ofício, cx.217. ***Idem***, Falência de

acrescidos filmes elaborados em 1924 - em um dos quais a fábrica "Jaguar" aparece em pleno funcionamento. Deles foram extraídas informações que são elos importantes na reconstrução histórica ora pretendida[14].

A investigação esteve condicionada à possibilidade de se equacionar fontes capazes de produzir séries, a partir das quais puderam ser extraídas conclusões. Buscou-se, sobretudo, evitar a cristalização de hipóteses que pudessem conturbar a compreensão e a formulação das conclusões, desviando-se, com isso, do historicismo, da teleologia e dos anacronismos.

Os procedimentos de investigação valeram-se de um conhecimento histórico e historiográfico geral já consolidado; desse modo partiu de balizas conceituais que delimitam vida material, economia e capitalismo, tendo-se em conta que não se tratam de fronteiras de manifestações meramente econômicas, mas de transformações que se propagam para as outras esferas da vida, em especial a política e a social. As causas e conseqüências, quase sempre, não obedecem um padrão de via única. Não obstante, foram levados em conta os principais trabalhos que buscaram compreender as especificidades do capitalismo no Brasil, o que implica considerar uma periodização. Por isso estas balizas foram consideradas, embora em uma articulação não muito rígida, já que o objeto poderia estar apresentando suas peculiaridades e alguma descontinuidade em relação ao geral.

Mesmo que o objeto estivesse a reclamar a identificação de um fluxo econômico específico, tinha-se presente o fato dele tramitar no interior de uma

---

Carlos Pacheco de Macedo, 1926, processo nº. 1341, v.2, v.3, maço 70, vara Cível, 2º. Ofício, cx.217. ***Idem***, Falência de Carlos Pacheco de Macedo, 1929, processo nº. 1341, v.4, maço 70, vara Cível, 2º. Ofício, cx. 218. ***Idem***, Falência de Carlos Pacheco & Cia., 1926-1938, autos nº. 46, v.1, v.2, v.3, vara Cível, 1º. Ofício, cx. 410. ***Idem***, Concordata Preventiva de Macedo Marx & Cia, 1926, processo nº. 1316, v.1, maço 68, vara Cível, 2º. Ofício, cx. 216. ***Idem***, Falência de Macedo Marx & Cia, 1926, processo nº. 1316, v.1, maço 68, vara Cível, 2º. Ofício, cx. 216. ***Idem***, Auto de Francisca Luiza de Macedo, anno de 1919, AHMUF, Comarca de 2º. Ofício Cível, processo nº. 946, maço 49. ***Idem***, Auto de Inventário de Urias Baptista de Avellar, anno de 1938, AHMUF, Comarca de 1º. Ofício Cível, caixa nº. 261. ***Idem***, Delegacia de Polícia de Franca, Inquérito policial sobre o incêndio na "Fábrica de Calçados Jaguar", autos nº. 52, cx.182, 16.06.1924. ***Idem***, Justiça do trabalho, acidente de trabalho Alfredo Casadei, Mamede Marques, Mamede Domingos da Silva, José Antonio Carvalho, maço 65, autos 1282, vara cível, cx. 182. ***Idem***, Escritura de constituição de sociedade de "capital industrial" nº. 65, 1º.03.1921. In: Fundo Documental da Comarca de Franca, série 2º. Cartório de Notas, nº. 100.

[14] **Franca**, Museu Histórico Municipal. Franca em 1920. (Filme). Cinegráfica São Luiz, 1920, 10 min., mudo, branco e preto, 8 mm. ***Idem***, Calçado Jaguar. (Filme). Rossi Filmes, 1924, 10 min. mudo, branco e preto, 8 mm.

totalidade. Neste sentido, a exposição não está partindo de uma comparação dos conceitos, dos períodos e dos agregados presentes nos trabalhos gerais, ao contrário está dialogando com trabalhos específicos sobre o tema e que, mesmo sendo algo lúcidos, ficaram comprometidos porque resvalam na mal-compreensão dos nexos fundamentais dos fluxos de bens, da economia e do capitalismo, quais sejam: moeda, mercantilização, assalariamento, instituições, contratos, propriedade, capitais, capitalistas, trabalhadores, produção e reprodução[15]. A articulação destes conceitos, em confronto com as séries específicas, as quais a documentação pesquisada permitiu construir, sintetizam a contribuição que se pretende neste estudo.

Assim, mesmo que as conclusões gerais consolidadas na historiografia econômica não estejam presentes de forma recorrente, elas estarão sendo levadas em conta[16].

As séries construídas permitiram dimensionar as cargas, as cargas deram a dimensão do movimento. O perfil das atividades, contudo, não foi suficiente para se estabelecer a dinâmica, daí que, além dos atores envolvidos requererem sua

---

[15] **Anderson**, Perry. *Teoria, política e historia: un debate con E.P. Thompson*. Traducción de Eduárdo Terrén. Madrid: Siglo Vientiuno, 1985. 241p. **Arruda**, José Jobson de Andrade. O Brasil no Comércio Colonial. São Paulo: Ática, 1980, p.24 -75. **Braudel**, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. Tradução Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa/ Rio de Janeiro: Cosmos, 1985, 2v. (Série Rumos do Mundo) t.1 - As estruturas do quotidiano: o possível e o impossível; t.2 - Os jogos das trocas. *Idem*. Civilization materielle, economie et capitalisme, XVe-XVIIIe siecle. Paris: Armand Colin, 1979. 3v. v.1 - Les structures du quotidien; v.2 - Les jeux de l'echange; v.3 - Le temps du monde. **Kula**, Witold. (Org.). *Industrialización y desarrollo*. Madrid: Comunicacion, s/d. 183p. (Comunicacion n°24). **Marczewski**, Jean, **Vilar**, Pierre. *Qué es la historia cuantitativa*? Traducción de Martha H. Cavilliotti. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973, 97p. **Wallerstein**, Immanuel Maurice. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los origenes de la economia-mundo europea en el siglo XVI. Traducción* Anttonio Resines, 2ª ed. Mexico: Siglo Vientiuno, 1979, 580p. *Idem*. *El moderno sistema mundial II: el mercantilismo y la consolidación de la economia-mundo europea*, 1600-1750. *Traducción* Pelar Lopez Manez. Mexico: Siglo Vientiuno, 1984, 524p. **Vilar**, Pierre. Desenvolvimento económico e análise histórica. Tradução de Eduardo Nogueira e Conceição Jardim. Lisboa: Presença, 1982, 271p.

[16] **Cano**, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2a.ed., São Paulo: T.A.Queiróz, 1983, 318p. *Idem*. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - (1930-1970). São Paulo: Global/Ed. da UNICAMP, 1985, 369p. **Cardoso de Mello**, João Manuel. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 4a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, 182p. **Prado Júnior**, Caio. História econômica do Brasil. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, 364p. *Idem*. Formação do Brasil contemporâneo. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, 390p. **Suzigan**, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986, 403p. **Tavares**, Maria da Conceição. O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina. In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

compreensão, do ponto de vista das atividades, o trabalho revela um enfoque privilegiado na questão dos transportes dos bens e na mercantilização destes. Enfoque este que, de certa forma, condicionou na escolha das fontes. Assim, toma-se por **princípio** o fato da ferrovia ser um elemento de transformação, produto do capitalismo e reprodutor das condições de acumulação, na contextura do complexo cafeeiro. Este meio de transporte é compreendido como causador de **impactos** nas economias que vai alcançando através da expansão dos trilhos.

Feitas as qualificações necessárias, a pesquisa passou a demandar nova documentação, já que a metodologia de quantificação dos bens transportados também mudou. Entre 1900 e 1920, mesmo com as atividades rurais continuando predominantes, alcançada uma certa densidade econômica, a cidade foi se modernizando, ampliando o seu leque de possibilidades; o quadro das profissões existentes e as atividades desenvolvidas foram passando por transformações que eram qualitativas.

O eixo analítico permanecia, permanecia também o objetivo de criar séries, mas o mapeamento passou a ser mais urbano. À preponderância das atividades agrícolas, acrescentavam-se os seus limites e as condições de reprodução do sistema; quando estas encontraram a sua fronteira, surgiram obstáculos à acumulação. Tais obstáculos qualitativos acabaram impelindo os personagens a atitudes, que, empreendidas, nem sempre lograram sucesso, mas produziram resultados e estes, acomodações. O estudo do setor coureiro e calçadista do Estado, com foco na cidade de Franca, de uma certa forma, acabou sendo apreendido como o resultado disso.

Portanto, entre a década de 1920 e de 1930, para alguns casos até alguns poucos anos da década de 1910, foram elencadas as principais empresas do setor coureiro e calçadista do Estado, focalizando-se com prioridade aqueles investimentos feitos na cidade de Franca. O objetivo era analisar os mercados de couro e de calçados buscando identificar suas mudanças e, neste sentido, permitir evidenciar as condições de industrialização que o setor experimentou na cidade em um período tão cruciante, onde a Crise de 1929 exerceu um papel decisivo que, em última análise, determina a periodização.

À medida em que o trabalho se aproximava da década de 1940, a abordagem dos personagens passou a ser mais criteriosa, até porque um estudo que se apoie

neste quesito corre o risco de se deixar influenciar pelo argumento dos atores, alguns dos quais ainda vivos e ávidos em imprimir suas crenças à compreensão dos fatos. Cabe ao historiador decidir como correr esse risco.

Muitas das empresas tratadas no trabalho produziram seus sucessores; o processo de sucessão em empresas de natureza familiar é complicado e, em muitos casos, bastante dolorido. Os continuadores do negócio nem sempre contam a "verdadeira história". Um sem número de motivações conturbam a obtenção de informações, na medida em que as narrativas deliberadamente se esquivam de argumentos muito importantes do ponto de vista do historiador.

Talvez isso decorra de situações que, no imaginário do empresário, possam comprometer sua imagem, a de sua empresa e, não menos importante, a de sua família. Este é um caminho que foi tentado no sentido de enriquecer a compreensão do tema, revelou-se de tal forma improficuo que sequer consta ser um meio para dar conta do objeto em análise.

Como pode ser conferido, o trabalho nada tem a ver com a descoberta, denúncia ou louvor a vilões e heróis. Que este trabalho seja uma porta aberta entre estudiosos e pessoas de destaque no setor, para que outras investigações baseadas nas técnicas da história oral possam ser efetuadas no sentido de se apreender uma certa cultura gestada pelos ¾ de século do relacionamento de fabricantes e trabalhadores. Conversas informais com antigos sapateiros, que hoje nada têm a ver com o setor, foram elaboradas há algum tempo, quando este estudo era apenas um esboço de projeto; entretanto elas mostraram-se muito mais elucidativas dos nexos que se queria dar conta.

O trabalho será divido em cinco capítulos, a saber:

1 - A OCUPAÇÃO DO "CERTÃO DO RIO PARDO, CAMINHO DE GOYAZ".

A ESTRADA E A FRONTEIRA.

"ENTRANTES" E OCUPANTES: UM SISTEMA A SE REPRODUZIR.

"ISOLIDARISMO": INCÔMODO DA VIDA PÚBLICA.

TRANSPORTES E O MERCADO: UM SETOR DE CONTATO OBEDECE A HIERARQUIA.

ENTREPOSTOS SÃO ENTRONCAMENTOS.

A VIDA NA VILA.

TECENDO A VIDA PÚBLICA.

FRANCANO OU "FRANQUEIRO"?

O objetivo do capítulo é evidenciar a condição de caminho de passagem na ocupação da região de Franca, analisar as condições em que ocorreu essa ocupação, identificar os problemas de fixação dos contigentes populacionais, com foco nos problemas de articulação da sociabilidade e os conflitos disso decorrentes. Do ponto de vista dos nexos próprios da História Econômica, confere-se, no capitulo, especial atenção aos elementos da vida material e das dotações naturais, assim como às possibilidades de se identificar uma economia, suas modalidades de mercantilização dos bens e os meios utilizados. Nessa linha, buscou-se estabelecer os limites impostos pela geografia, pela topografia e pelos caminhos, bem como pelos sistemas de transportes.

2 - CLUBE DA LAVOURA E COMÉRCIO

A PROPRIEDADE TECENDO A HEGEMONIA CONSERVADORA.

MEIOS DE TROCA NUMA SOCIEDADE HIERARQUIZADA.

A IMPORTÂNCIA MERCANTIL DA CIDADE E A FERROVIA.

A FERROVIA LIGA FRANCA AO COMPLEXO CAFEEIRO E NÃO O CONTRÁRIO.

A CAFEICULTURA COMO NÚCLEO DA ACUMULAÇÃO.

O segundo capítulo buscou dar conta dos aspectos envolvidos na institucionalização das formas de sociabilidade e sua influência na configuração dos aspectos urbanos; para tanto, fez-se necessário tecer articulações dos aspectos políticos e sociais como: a definição das formas de governo municipal e gestão das prioridades políticas, com os aspectos econômicos presentes na definição da propriedade rural. Cumprida essa etapa, tornou-se necessário definir: em que extensão as formas de circulação da riqueza - real e monetária - envolvia os habitantes da

região, bem como em que medida e com que intensidade os agentes participavam desse processo. Tratou-se de evidenciar as relações de parentesco e hierárquicas, e em que medida estas estiveram alheias ou tencionadas pela circulação monetária. O objetivo do capítulo é, sobretudo, definir as modalidades de riqueza da região de Franca no século XIX, suas mudanças, as respostas dos homens a estas e, não menos importante, destacar os efeitos das transformações no sistema de trabalho e do impacto da ferrovia na economia francana, já que os condicionantes que lhe deram curso eram muito distintos dos existentes na região. Ainda assim, houve um impacto que se fez sentir de modo mais flagrante num espetacular incremento da cafeicultura na região.

3 - NOS TRILHOS DA TRANSFORMAÇÃO

EVITANDO ANÁLISE.

CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS.

PADRE ALONSO FERREIRA DE CARVALHO. O FABRIQUEIRO DA MATRIZ.

A REGULARIDADE DOS COUROS.

CALÇADOS E A CADEIA PRODUTIVA DO COURO.

PROFISSÕES E ASSALARIAMENTO.

CAFEICULTURA E AS TRANSFORMAÇÕES.

No terceiro capítulo buscou-se elencar as especificidades da generalização de relações mercantis monetarizadas na região, de modo a permitir o alastramento de atitudes capitalistas frente à realidade econômica. Os dados registrados com a chegada da ferrovia foram apreciados de modo a evidenciar o incremento nas transações e, em particular, as suas conseqüências para a definição do acesso dos habitantes à propriedade urbana. Essas transformações ocorreram, sobretudo, pela presença eclesiástica e pelo retorno do espaço urbano à condição de patrimônio religioso. Um ator social destacou-se, o Padre Alonso Ferreira de Carvalho; o estudo identifica em que medida ele contribuiu para o surgimento de um setor da economia ligado ao couro na cidade. Para uma melhor aproximação à realidade da época o capítulo trouxe também uma apreciação da indústria do couro e do calçado no Brasil para o primeiro decênio deste século. Noutro cenário foram enfatizados os aspectos

do processo de assalariamento e de profissionalização dos habitantes da cidade de Franca, como um dos elementos para se avaliar a extensão das transformações ocorridas com a cafeicultura em geral e na do município. Quesitos indispensáveis para identificar as motivações frente aos problemas impostos pela agricultura de exportação.

4 - CARLOS PACHECO DE MACEDO E A INDÚSTRIA DO COURO E DO CALÇADO:

POPULAÇÃO EM FRANCA.

PACHECO DE MACEDO: NEGOCIANTE.

A DÉCADA DE 1910: MARCHAS E CONTRAMARCHAS.

DE CAPITÃO DE INDÚSTRIA A EMPRESÁRIO FALIDO.

A MONTAGEM DA "CALÇADO JAGUAR".

A RESTRUTURAÇÃO DO "CURTUME PROGRESSO".

FALÊNCIA: UMA JANELA PARA COMPREENDER A DINÂMICA.

DESDOBRAMENTOS DA FALÊNCIA APARECEM NO PROCESSO DA "JAGUAR".

UMA TRAMITAÇÃO DE QUASE 12 ANOS.

No quarto capítulo o trabalho tratou de abordar as atividades de transformação desenvolvidas em Franca a partir de 1910 até meados de 1920. As atividades focalizadas foram aquelas em se apresentaram algum grau de concentração. Essa postura levou à ação de Carlos Pacheco de Macedo, que pode ser denominado o "pioneiro da industrialização do couro e do calçado em Franca". Buscou-se situar o personagem diante das séries apuradas no transporte ferroviário, de modo a se fazer aproximações com suas possíveis atitudes frente aos problemas que se lhe apresentavam. Foram apreciados os motivos que o permitiram fazer vultosos investimentos e ousadas associações no setor do couro e do calçado e as condições que favoreceram essa postura, bem como os desdobramentos que levaram tais negócios à bancarrota. A aproximação com o real baseou-se, fundamentalmente, nas informações contidas nos volumosos processos que seus empreendimentos deixaram ao ingressarem em uma irreversível trajetória falimentar. A análise deles mostra que os negócios de Pacheco de Macedo foram decisivos para a indústria posterior.

5 - MUDANÇAS NA CONFIGURAÇÃO DA INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940:

FRANCA: "TERRA QUE PRODUZ O MELHOR CAFÉ DO MUNDO" OU "A CAPITAL DO CALÇADO"?

HERCÍLIO AVELLAR: DE EMPREGADO A EMPRESÁRIO.

MUDANÇAS NA CONFIGURAÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA DO CALÇADO.

CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA COUREIRA.

CAMINHOS DA INDÚSTRIA FRANCANA.

INDÚSTRIA OU INDUSTRIALIZAÇÃO LOCALIZADA?.

O objetivo do último capítulo é apreciar o mercado do couro e do calçado no Estado de São Paulo, focalizando as atividades desenvolvidas em Franca. Serão analisados os efeitos da Crise de 1929 para o setor buscando-se alinhavar as condições de ajustamento que favoreceram a localização da indústria na cidade. As características desse ajustamento tornaram-se perceptíveis a partir da segunda metade da década de 1930, todavia, os aspectos do adensamento industrial verificado só se farão sentir a partir de 1945. Entretanto, pode-se adiantar que até meados dos anos 50 não se tinha a dimensão de que Franca viria a ser a "Capital do calçado masculino". Havia uma série de condições de mercado que se apresentaram de forma muito favorável; não obstante, a indústria do calçado foi gradativamente passando de uma situação de resistência para uma situação de liderança. Essa liderança foi assegurada por condições de complementaridade, produtividade e lucratividade que transbordaram o setor de bens de consumo, projetando influências para setores de bens intermediários e bens de capital voltados para a fabricação do calçado.

Nas Considerações finais elabora-se uma justificativa sucinta das possíveis causas do não retrocesso da cidade de Franca frente aos desdobramentos da economia do Entre-Guerras e, sobretudo, busca-se sintetizar os motivos que fizeram-na, posteriormente, "a capital do calçado masculino".

A OCUPAÇÃO DO "CERTÃO DO RIO PARDO, CAMINHO DE GOYAZ".

> "Finalmente, segundo informações que tenho, a parte desta estrada que de Campinas segue até Mogi Mirim, é uma das melhores estradas que temos. dependendo apenas de alguns aterrados e esgotos, esta estrada pode ficar em breve deteriorada, se uma providência não houver, proibido os carros denominados - da Franca - e todos os de eixo móvel, que tanto prejudicam as estradas"[1].

A ESTRADA E A FRONTEIRA

Entrar, sair, ficar. Eis o movimento do qual se apuram os saldos de populações, bens úteis e riquezas de uma região. Os primórdios desse fluxo para a região compreendida entre os rios Pardo e Grande, na Capitania de São Paulo, remonta ao último quartel do século XVIII. Suas origens estão ligadas à ocupação territorial que a Coroa portuguesa buscava consolidar com as negociações e com os desdobramentos do Tratado de Santo Idelfonso.

É sabido que, durante as negociações do Tratado, os cartógrafos portugueses como que ocultaram dos espanhóis a existência de um dos meridianos do mapa, correspondendo mais ou menos à extensão da Capitania de Goiás. Fato que conferia à configuração do território da colônia portuguesa na América uma dimensão muito mais acanhada do que realmente ele compreendia, caso este fosse examinado à luz dos mapas produzidos naquela ocasião.

À Capitania de São Paulo estavam afetos os territórios que mantinham uma extensa fronteira com a América espanhola, compreendendo do Mato Grosso até o estuário do Prata. Até 1720, a Capitania abrangia, ainda, os territórios em que se manifestaram mais intensamente as atividades de mineração, vale dizer Minas Gerais e

---

[1] **Nabuco D'Araujo**, José Thomaz. Estrada da capital por Jundiaí e Campinas, até Franca. In: Discurso com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Thomaz Nabuco D'Araujo, Presidente da Provincia de S.Paulo, abrio a Assembléa Legislativa Provincial, no dia 1º de maio de 1852. São Paulo: Na Typografia do Governo Arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852, p. 64.

Goiás. À criação da Capitania de Minas Gerais, em 1720, sucederam-se a de Goiás, em 1744, e a do Mato Grosso, em 1748.

Tendo deixado de existir no período de 1750 a 1765, dada sua anexação à Capitania do Rio de Janeiro, nem por isso a Capitania de São Paulo havia desfeito sua influência na ocupação territorial, haja vista o fato dos bandeirantes terem se notabilizado pelas atividades de apresamento de índios e de descoberta de minas. Fizeram-no de modo que restou de suas atividades uma ampla rede de movimentação; muitas dessas rotas eram trilhas primitivas dos próprios índios, e todas elas foram forjadas de um modo que a cidade de São Paulo exercesse a função de ponto de partida e ponto de chegada.

Essa posição passará a ser compartilhada com a cidade do Rio de Janeiro quando a capital da Colônia é para lá transferida, em 1765, no momento em que se intensificavam os controles sobre as extrações auríferas de Minas Gerais. Assim, pode-se dizer que, no panorama da ocupação territorial, São Paulo passa a exercer uma ligação mais interiorizada com predominância na fixação de contingentes demográficos capazes de promover o enfrentamento dos interesses espanhóis ao sul, enquanto o Rio de Janeiro vai especializando-se na defesa territorial pela linha litorânea e interpondo-se aos fluxos que os nucleamentos mineradores irão demandar.

Ocorreu um duplo movimento: com o fato de os bandeirantes terem desbravado e constituído caminhos, alargou-se o leque de abrangência da Capitania paulista, ao mesmo tempo em que, com a descoberta das minas, o Rio de Janeiro oferecia as condições de fixação - população européia, escravos africanos e produtos metropolitanos. Ambos os vetores encontraram-se no momento em que as populações mineiras passavam a demandar gêneros complementares - alimentos e tropas - à atividade principal. O ouro e a atividade mineradora demandavam gêneros alimentícios e meios de transporte que a capital sozinha revelava-se incapaz de abastecer.

Havia, portanto, dois movimentos de produção material, um referente à própria mineração - de considerável escala, concentração e especialização - que se desenvolvia entre a região mineradora e a capital, e outro referente ao colar de atividades que a mineração, pelas suas próprias características, acabou criando, ou seja, produção e comércio de gêneros alimentícios e de meios de transportes. Estas,

por sua vez, não se configuravam em transações bilaterais e complexas entre a produção mineira e a capital da colônia - vale dizer: sistema de empresas, de financiamentos e controles governamentais, mas se alargavam pelo território colonial transpondo as fronteiras das próprias capitanias, tanto ao sul quanto ao norte. Esses fluxos, embora com vetores que se diferenciavam, tinham como denominador comum o fato de serem transações mercantis.

Com a decadência do ouro, houve uma nova movimentação dentro do território colonial, tanto da atividade mineradora quanto das atividades complementares. Esse movimento não se resume no simples deslocamento de populações, há uma política metropolitana, há as subdivisões em Capitanias e, sobretudo, as instituições, a riqueza e o poderio gestado durante a mineração. É sob esse diapasão, de complexas motivações, que ocorrerá a ocupação do "Sertam do Rio Pardo".

Desnecessário evidenciar, de imediato, se a ocupação da região foi obra de mineiros ou de paulistas, sua consolidação envolveu, além destas influências, outras de menor importância quanto à origem dos ocupantes, cujo significado transcende essa classificação. Deve-se destacar, de pronto, que a própria região constituiu-se enquanto a confluência de três fronteiras, todas elas dentro do processo de constituição das peculiaridades territoriais interiorizadas do Brasil.

Primeiramente, a região situava-se na fronteira territorial do nordeste paulista dentro de um espaço que sempre esteve afeto à Capitania de São Paulo, muito bem-demarcado pela hidrografia e relevo, sendo sobretudo rota de caminho aberto por bandeirantes; era ainda habitada primitivamente por índios Caiapó - pesquisadores encontraram inúmeras igaçabas [urnas funerárias de cerâmica] na região, sendo inclusive o nome de uma localidade no extremo norte[2].

Se exitiram entreveros quanto aos marcos de fronteira das Províncias de São Paulo e Minas Gerais, isso ocorreu de modo que se poderia caracterizar de residual quanto aos destinos das localidades que se formaram nas duas Capitanias. Portanto,

---

[2] **Santos**, Wanderley dos. O índio na história de Franca. Franca: Prefeitura Municipal, 1995. **Presotto**, Zélia Neves & **Ravagnani**, Oswaldo M. Dados históricos e arqueológicos dos primitivos habitantes do Nordeste paulista. Boletim de história e ciências correlatas. Ano II, nº 4. Franca, 1970, p.50-7.

uma região de fronteira política e, como tal, envolvia o embate entre os que enfeixavam o poder e aqueles que eram apenas coadjuvantes nesse processo. Talvez nessas questões não fosse propriamente a geografia e os limites geográficos que estivessem jogando o papel mais importante.

Em segundo lugar, a região era como que uma franja da atividade mineradora, já que situada na mesma faixa de latitude dos centros de mineração do ouro das Gerais e na mesma de longitude da mineração goiana, houve um período em que a cata do diamante tornou-se evidente, mas isso ocorreu a partir da segunda metade do século XIX[3].

> "Principalmente no município de Franca, abundam os terrenos diamantinos, já explorados em 1855 por alguns aventureiros que garimpavam nos ribeirões 'Sta. Barbara', 'Sapucahy-Mirim', 'Canôas' e outros. ... . Este facto levou a Municipalidade de Franca a representar, em 1883, ao Governo Imperial, para o fim de serem declarados diamantinos seus terrenos e gozarem dos favores da lei." (Sic)[4].

Quando a ocupação havia se consolidado, embora o aparecimento de pedras preciosas tenha ocorrido em locais onde mineiros e paulistas há muito tempo disputavam fronteira - na localidade então denominada Aterrado e adjacências do Ribeirão das Canoas[5], foi na porção paulista que ocorreu o maior comércio de pedras, ao passo que as fronteiras só foram definitivamente estabelecidas em 1937[6]. Portanto uma região contígua quanto à dotação de recursos minerais.

Finalmente, o fato de a região ter sido cortada por uma significativa rota de passagem - a Estrada dos Goiases, fez com que a atividade pastoril que se desenvolveu mais intensa e duradoura em Goiás e Mato Grosso, ao lado da tardia e breve mineração, ainda no século XVIII, tornasse a região um ponto de confluência não só de homens, mas também de rebanhos que buscavam valorização nos mercados

---

[3] **Chiachiri Fº**. José. A mineração. In: Franca. Banco de dados. (mimeo) S/l. S/d.

[4] **Sobrinho**. Julio Brandão. Varias notas: Minerais. In: **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Boletim da Directoria de Industria e Commercio. 3ª serie/ jun.: nº6. 1912. p.254-5.

[5] **Carvalho**. Affonso José de. A Franca: esboço de história e costumes. In: **Palma**. Vital. Almanach de Franca: 1912. São Paulo: Salesianas. 1911. p. 125-6.

[6] **Ribeiro**. Maria da Conceição Martins. Franca (contribuição do estudo dos centros urbanos brasileiros) Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. v.3. CNG. 1944. p.587.

mais populosos ao Sul, notadamente no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Portanto uma região de fronteira na atividade mercantil.

Ao lado disso há que se destacar o fato de a região possuir um relevo muito variado, com alternância de altitudes, de solos e de vegetação, sendo ricamente dotada de pequenos cursos d'água - fator determinante nos primeiros caminhos e ocupações - que contribuem com seus três principais rios: o Pardo, o Sacupaí e o Grande. O relevo da região é formado, ainda, por dois espigões: um, ficando entre os rios Pardo e Sapucaí - no sentido noroeste - e outro, projetando-se no sentido norte a partir do Sapucaí até o Grande. Essa subdivisão geográfica da região é que definiu, respectivamente, a abrangência das duas Freguesias que lá se instalaram: a da Franca e a dos Batatais.

Desde a abertura da rota para Goiás, aqueles chapadões tornaram-se um elo de ligação. Os pousos que se erguiam ao longo do caminho e em consideráveis distâncias uns dos outros, foram os primeiros assentamentos populacionais, cuja sobrevivência ligava-se ao abastecimento dos viandantes e na defesa do territórios contra os Caiapó. Enquanto via de circulação de riquezas, os homens não tardaram a ocupá-lo, apossando-se de terras capazes de oferecer produtos do mato, das roças e da criação, e que permitissem reter parte da riqueza que por ali passava[7]. Evidencia-se, dessa forma, o fato de a região ter se constituido um ponto estratégico no fluxo entre as Capitanias e se tornado capaz de flexibilizar o uso de seus recursos, alternando e conjugando atividades voltadas para um comércio de subsistência e de longo curso.

"ENTRANTES" E OCUPANTES: UM SISTEMA A SE REPRODUZIR

Em termos de proporções pode-se afirmar que a ocupação primeira da região, feita predominantemente sob os auspícios da Capitania paulista, ocorreu de modo disperso e pode ter oscilado ao sabor dos movimentos em direção aos núcleos auríferos de Goiás. Mineiros acorreram em maior número no princípio do século XIX. De 1/3 da população, em 1804, passam a compor 2/3 dela, em 1824. Mas talvez não houvesse aí uma mudança de atividade da mineração propriamente para a agricultura.

---

[7] **Brioschi**, Lucila [*et alli*] Entrantes do freguesia de Batatais - séculos XVIII e XIX. São Paulo: CERU, 1991, p.3-41.

É difícil estabelecer um raciocínio que relacione o esgotamento do ouro com a ocupação da região[8].

Dois importantes acontecimentos devem ter motivado a dispersão populacional da Capitania de Minas: a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, e o fato de ter havido em São Paulo - no antigo oeste - o surgimento de considerável implantação da atividade canavieira. Foram, também, ocorrências decisivas para a produção global de alimentos em todo o Centro-Sul.

O maior contingente de ocupação das terras situadas no Caminho de Goiás passou a ser o resultado da demanda de alimentos e da reprodução de um movimento de ocupação de terras férteis por meio de desbravadores e pequenos roceiros, quer deslocados por fracionamento de terras de antiga ocupação, quer por um mecanismo de expulsão que atividade canavieira pode ter desencadeado nas extensas faixas de terra roxa paulista.

Isso não quer dizer, por outro lado, que mineiros de grandes posses não tenham se dirigido para a lavoura canavieira do oeste antigo paulista, compreendido pela região onde situavam-se as vilas de Itú, Jundiaí, Campinas e Moji-Mirim[9], ou ainda tenham partido da altura de Poços de Caldas no sentido de Caconde e se espalhado de Casa Branca até Batatais, como é o caso específico dos Junqueira[10].

Interessante notar que a ocupação definitiva, levada a efeito por grandes proprietários, ocorreu depois da chegada de frentes pioneiras compostas de famílias de poucas posses, quando já estavam consolidados os conhecimentos quanto à qualidade da terra e quanto às potencialidades de inserção de produtos em um sistema de trocas.

Não satisfeitas essas condições, até mesmo um grande sistema centralizado e consolidado pôde refluir; foi isso que Chiachiri F° constatou quando disse que:

---

[8] **Chiachiri F°**. José. Do sertão do rio Pardo à Vila Franca do Imperador. Ribeirão Preto: Ribeira Gráfica, 1986, p.158.

[9] **Bacellar**. Carlos A.P.. Os senhores da terra-família e o sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855). Dissertação de Mestrado pela FFLCH/USP, 1987, p.127 e segs. e In: **Brioschi**, Lucila R. [*Et alli*]. *Op.cit.* p.38-41.

[10] **Junqueira**, Eduardo Diniz. Fazendas e Fazendeiros. In: **Brioschi**, Lucila R. [*Et alli*]. *Op.cit.* p.69-221. e **Naldi**, Mildred Regina Gonçalves. Coronelismo e poder local, Franca: (1850-1889). Franca: UNESP, 1992, p.71-2.

> "Todas as sesmarias doadas, todo o fluxo de passageiros em direção às minas de ouro, enfim, todo o século XVIII, não foram suficientes para a conquista definitiva do Belo Sertão. Muitas das sesmarias concedidas não passaram pelo processo de demarcação e, abandonadas, acabaram permanecendo como terras devolutas"[11].

O sistema de concessão de terras por meio das Cartas de Sesmarias, que vigorou durante grande parte de período colonial, encerrou-se em 1822, mas desde D. Maria I havia determinação de não se conceder sesmarias onde se encontrassem "arranchados", "princípios de cultura" ou "criação de vacuns". Então, e até bem depois da Lei de Terras de 1850 - e do Decreto de 1852, os apossamentos para posterior legalização passaram a ser a norma naquilo que se referia a terras devolutas, ao passo que, somente a partir de 1852, as terras já possuídas passaram por processos de demarcação, tornaram-se propriedade privada, constituindo, a partir disso e na medida do possível, um mercado de terras.

Disso se entrevê a real dimensão dos procedimentos de ocupação territorial, do ponto de vista das várias levas de migrantes, que definiram a ocupação do Sertão do Rio Pardo; houve, na verdade, a predominância daqueles que reuniam condições de manter um contato formal com as autoridades no sentido de se estabelecer nas melhores e mais bem-posicionadas faixas de terra.

A idéia de que posseiros iam se institucionalizando como senhores da terra pode dar a entender que agregados estivessem buscando posses, sempre adiante, com o objetivo de se livrarem dessa situação e ingressarem no rol dos senhores de terra, como se houvesse uma intensa mobilidade social. Chicachiri F° oferece circunstanciada visão dessas verdadeiras "fábricas" de fazendas analisando uma Ação denominada Força Nova.

> "Arrancharam-se em algum sítio que lhes parecia aprazível e delimitaram, à olho, a sua área. No trabalho de demarcação ergueram cruzes e cravaram ferros em troncos de árvores. Tiraram rego d'água de algum ribeirão, fizeram roças. Aos poucos foram erguendo casa com maior conforto e segurança e construindo currais, monjolos e demais benfeitorias necessárias à vida e à

[11] **Chiachiri F°**, José. In: Brioschi, Lucila R. [*Et alli*]. Op.cit. p.43.

> atividade agropastoril... Cada família cultivava e criava à proporção de seus braços e riquezas"[12].

Deve-se estar atento às suas conclusões:

> "É certo que, posteriormente, outras famílias de maiores recursos estabeleceram-se na região e compraram as posses dos primeiros entrantes. Estes, porém, continuaram as suas 'diligências' pelos Sertões afora na busca interminável de novas paragens que pudessem ser desbravadas e aposseadas" (Sic)[13].

Para que se desencadeasse a produção, havia a condição de que se constituisse a posse da terra, que um principal se colocasse na chefia - cabeça - do "fogo" e de sua família, e que agregados, escravos e/ou mesmo os familiares se envolvessem com o plantio, com a criação e com o artesanato de bens indispensáveis. A capacidade de reunir braços foi decisiva para a ocupação. Isso faz imaginar que, além das sesmarias, o apossamento poderia também refluir, caso lhe faltassem braços. Sendo esses a medida do sucesso, é bem provável que no conjunto houvesse ainda a figura de mateiros, garimpeiros e caçadores que se aventuravam, enfrentavam perigos e doenças, alheios a uma base familiar, mas mantendo com ela algum tipo de troca, - inclusive quando entre as coisas trocadas a violência pudesse estar presente, na forma de cobranças ou vinganças.

Neste sentido, é bastante temerário conjugar os conceitos de posse com mercado de terras, especialmente numa época e numa região em que era a capacidade de comando de um senhor sobre um contingente maior de pessoas o que conferia poder. Esse poder se revelava maior quanto maiores fossem os territórios dominados. Eram terras que tinham valor, mas sua valorização estava restrita a um círculo de interessados diretos, vale dizer: era uma avaliação que interessava aos herdeiros e aos confrontantes. Esse detalhe confere um conteúdo interessante ao conceito de riqueza da época, uma riqueza cuja circulação é predominantemente no ambiente familiar e local.

A geografia e a posição geográfica decidiram muito em favor da região; uma população considerável, de 10.664 moradores - entre os quais 1.615 escravos -

---

[12] **Chiachiri Fº**, José. In: Brioschi, Lucila R. [*Et alli*]. p.44.

[13] ***Idem***, p.49. (Grifo nosso).

compõe os povoados sob a jurisdição da Villa Franca do Imperador em 1824, dispersa pelo Belo Sertão ao longo da Estrada Geral[14]. Desenvolvia atividades de cultivo do milho, da cana, do feijão, do arroz, da mandioca, do trigo, do algodão e da mamona. Havia, ainda, a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e eqüinos. É muito complicado definir se estas produções eram para autoconsumo ou se eram para entrar no giro mercantil.

Depreende-se que, pela vastidão da própria região e pelas características das unidades produtoras, havia uma segura e constante produção de subsistência, que poderia eventualmente, entrar no circuito de trocas, ou até alcançar os mercados mais distantes. Uma produção necessariamente havia, mas nada indica que ela fosse suficientemente voltada para mercado.

> "Além da criação de gado bovino e das plantações, algumas atividades artesanais desenvolviam-se nas fazendas. Na sua maioria, essas atividades destinavam-se ao autoconsumo, mas podiam ser também comercializadas. Nas tendas de ferreiro, geralmente dirigidas por um escravo profissionalmente habilitado, com seus foles, forjas, marretas e bigornas, produziam pregos, ferraduras para as tropas, correntes para os carretões, peões para os carros de bois e outros objetos de metal usados rotineiramente. Nas serrarias e tendas de carapina, com serras de folhas e serrotes, guilhermes e goivas, trados e compassos, fabricavam os madeiramentos e os assoalhos para as casas, os catres para dormir, as mesas, os armários, os bancos e as cadeiras. O leite coalhado era transformado em queijos, os quais eram vendidos para outras ... regiões. Em algumas fazendas havia os engenhos de açúcar, que além do açúcar, produziam a aguardente e a rapadura. O algodão plantado e colhido, após o seu descaroçamento, era transformado em fios pela roda de fiar, e tecidos nos grandes teares de madeira. Na casa do moinho fazia-se principalmente o fubá e, na do monjolo, pilava-se o milho, o arroz e o café. Na realidade, essas fazendas constituíam-se numa unidade econômica auto-suficiente. O que produziam, consumiam e, o que sobrava, 'exportavam'. Precisavam do sal que vinha do mar, do ferro, de ferramentas, de alguns artigos de luxo que não podiam fazer com suas grossas mãos e toscas ferramentas, tais como um vinho do porto, um copo de cristal, uma garrafa de vidro, um prato de louça, um chapéu de feltro, uma toalha de linho e um relógio de ouro.

---

[14] **Muller**, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatistico da Provincia de São Paulo. São Paulo: Seção de Obras d'O Estado de S.Paulo', 1923 (reedição literal do original de 1838), p. 60-61. *Apud* **Bacelar**, Carlos A.P.. Os censos coloniais. In: **Brioschi**, Lucila R. [*Et alli*]. *Op.cit.* p.32. Bacelar acredita e com razões bem-fundadas, que na composição desses sensos poderia haver uma certa interferência dos principais da localidade interessados em aparecer de algum modo favorável aos olhos da Coroa, influindo no resultado dos recenseadores.

> O sertão oferecia aos seus habitantes uma vida dura, rústica e até primitiva"[15].

Essa descrição pode ser aplicada a qualquer fazenda em uma região que foi considerada, momentaneamente, "boca de sertão"; a questão é saber até que ponto uma determinada região pode deixar de ser "boca de sertão" sem refluir, em função do avanço dos caminhos e do prolongamento da franja pioneira[16]. Em que medida o deslocamento das atividades de serviços, de que necessitavam os que se locomoviam, mantinham sua importância ou simplesmente deixavam de ser importantes; em que medida uma região torna-se capaz de reter parte dos fluxos que por ela passam?

"ISOLIDARISMO": INCÔMODO DA VIDA PÚBLICA.

A questão reveste-se de uma complexidade ainda maior se se enfatiza o fato de os domínios rurais terem se constituído sob o condão de uma modalidade de privatismo familiar e parental que poderia gerar conflitos, os mais ásperos, impedindo a presença de uma autoridade pública gestora de interesses comuns. Neste sentido, essa modalidade de "isolidarismo" criava dificuldades ao aparecimento de espaços públicos, ainda que estes pudessem ser compartilhados apenas por uma reduzida elite de senhores.

> "Esta a formação social e econômica do nosso povo. Como se vê, ela se processou dentro do mais extremado individualismo familiar. É claro que de tudo isto outra cousa não se poderia esperar senão este traço cultural tão nosso, caracterizado pela despreocupação do interesse coletivo, pela ausência do espírito público, de espírito do bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletiva e pela carência de instituições corporativas em prol do interesse do 'lugar', da 'vila', da 'cidade' "[17].

Estes elementos parecem estar inscritos no complexo cultural de vida pública, modelado pelo modo de ser, pelos usos, tradições e costumes, gestados em três séculos de dominação colonial. Uma espécie de imunidade dos grandes domínios fazendeiros frente ao poder central aparece como que sobrevivência do direito feudal

---

[15] **Chiachiri F°**. José. In: Brioschi, Lucila R. [*Et alli*]. *Op.cit.* p. 57.

[16] **Deffontaines**, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades I. Boletim Geográfico trad. Orlando Valverde, ano II, n° 14, 1944, p. 141-8.

[17] **Oliveira Vianna**, Francisco José de. Instituições política brasileiras. São Paulo: José Olympio, 1949, v.1, p.127.

português, que não se extinguiu com o período colonial e apenas desapareceu com a grande propriedade escravista em 1888[18].

> "O clã era então composto ... das famílias aparentadas, tanto as que se prendem pelos laços de consangüinidade, como pelos de afinidade. Por isto, sempre exorbita a área do domínio tronco e se estende por vários domínios, e mesmo por municípios inteiros...
>
> Esta solidariedade parental, que encontramos dominante nos séculos coloniais - e que inspira, clara ou imperceptivelmente, todas as atividades políticas e partidárias da nossa nobreza territorial no IV Século- tem seguramente a sua causa primeira, não em qualquer tradição peninsular; mas nos perigos enormes e temerosos que criaram, nos primeiros séculos, as nossas primeiras instalações desbravadoras e colonizadoras. É uma criação nossa, da nossa história local e da nossa ecologia social... esta é a causa da solidariedade familiar e do clã"[19].

De modo análogo ao que uma mancha de óleo descreve sobre uma determinada quantidade de água, os desdobramentos ocorriam por contigüidade. Um pedido de sesmaria ou abertura de uma nova obedecia o princípio de contiguidade geográfica onde, ao tronco familiar, atraia-se por meio do domínio de aparentados. O peso da constituição familiar conferiu o predomínio da instalação de clãs familiares e a sua preponderância na povoação de regiões e municípios inteiros.

Deriva do clã parental as instituições da endogamia, do compadrio. Residindo no compadrio o aspecto de ilimitabilidade da ampliação dos domínios da família patriarcal, bem como o mecanismo de ascensão social nele implícito.

> "Ora, é sobre esta sociedade - assim dispersa, incoesa e de estrutura aristocrática - que vamos realizar, entretanto, em 1822, uma das maiores e mais radicais experiências de democratização, porventura realizadas na história da América Latina; - a do sufrágio universal, instituído com uma latitude, uma generalidade, que nem mesmo hoje conhecemos [Vianna escreve isso na década de 1930]. E, nada mais curioso do que acompanharmos, nas suas conseqüências, essa democratização feita por decreto, de modo quase mágico - e que não

---

[18] **Oliveira Vianna**, Francisco José de *Op cit.* p.200-1

[19] *Idem*, p.214-5.

correspondia a nenhuma transformação de fundo da estrutura desta sociedade, nem às condições reais de sua cultura política"[20].

A passagem da vida privada à vida pública, que acontece a partir da Independência, consolida-se, todavia, apenas no segundo Império. Diante da dispersão populacional, das dissociações orgânicas e dos localismos parentais, quais seriam os elementos a reunir os agentes à solidariedade e à cooperação, enfim, à uma atividade mercantil? Motivos de ordem social, religiosa ou econômica podem ter jogado um papel muito menos importante que a motivação de cunho eminentemente político eleitoral, já que os partidos políticos, quer liberais, quer conservadores de clãs eleitorais, eram resultantes da fusão dos clãs territoriais e parentais, tendo a finalidade precípua de se garantir a elegibilidade.

O motivo que impulsionou os chefes locais a se congregarem em um movimento "sincretista" não foi a defesa do interesse público, mas tão somente ocupar os espaços institucionais criados pela nova legislação - Código de Processo de 1832 e Lei de 19.10.1828 que organizou os municípios e que criou os cargos de Juízes de Paz, Juízes Municipais, Vereadores e Oficiais da Guarda Nacional, de modo a impedir que clãs parentais rivais o fizesse.

De municipal, a base eleitoral vai ganhar um sentido nacional com legislação do segundo Império - pequena centralização de 35 a 40 e grande centralização de 3.12.1841 que vai até 1889 - onde se incrementou o poder dos presidentes de Provincia, que agiam como emissários do poder central exercendo uma excepcional força centrípeta sobre os ânimos dos clãs locais, no sentido de angariar a simpatia, as nomeações, as titulações, as honrarias e a parcialidade do poder provincial que agia como intermediário em relação ao poder central.

A Guarda Nacional e o sistema bipartidário foram de suma importância na passagem do poder dominial e latifundiário para o poder municipal, atuaram como elementos de ascensão social e como instrumento de minimização dos conflitos clânicos, outrora exercidos pelo compadrio e pela endogamia.

O processo foi sincrético porque imposto de fora e contrário aos desdobramentos naturais que se vinham processando desde a colônia. Daí que os

---

[20] **Oliveira Vianna**, Francisco José de *Op.cit.* p.241.

interesses passam a ser os de aliciamento, interpondo-se ao governo provincial e ao governo local a figura do chefe provincial - chefes de clãs rurais com prestígio de mando sobre uma província toda - onde o "povo-massa" passa a contar apenas de modo numérico. Donde se conclui que a política estava voltada para motivos egoístas ou por motivos de defesa privada.

Do ponto de vista de uma elite dominante, são desenvolvidas formas de organização "clânicas" gestadas a partir de interesses pessoais de mando, de proteção de vivência burocrática, ao passo que, do ponto de vista do restante da população livre, "povo-massa", nem a história e nem a cultura havia preparado para os deveres de natureza coletiva[21].

TRANSPORTES E O MERCADO: UM SETOR DE CONTATO OBEDECE A HIERARQUIA.

A razão desse circunstanciamento de natureza mais geral, apoiado em Oliveira Vianna, tem sua operacionalidade na análise, no sentido de alertar que a maioria das interpretações tendem a ver a formação econômica de uma região imediatamente a partir das possibilidades de troca. Daí, surgem categorias analíticas, tais como: economia aberta, economia fechada, para importações ou para exportações, que podem não refletir o modo com que os homens produziam e reproduziam a vida material dentro das suas estruturas do cotidiano[22].

Retomando, portanto, a questão das possibilidades de extravasamento de relações mercantis regionalizadas, sob a ótica da mercantilização, ou ainda, da possibilidade de a localização da região ter permitido que parte da renda gerada em outras regiões fosse ali retida, deve-se ter claro que seria necessário uma articulação interna tal que um setor mercantil e/ou de serviços estivesse estabelecendo alguma forma de nexo com o mecanismo de ocupação e de dominação local.

---

[21] **Oliveira Vianna**. Francisco José de *Op.cit*. v.2 p.282-4.

[22] **Lenharo**. Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação da política no Brasil (1808-1842). São Paulo: Símbolo. 1979. ***Idem***. Rota Menor: o movimento da economia mercantil de subsistência do Centro-Sul do Brasil, 1808-1831. Anais do Museu Paulista. v. 23, 1977/8.

A idéia remete à questão da importância decisiva da Estrada, dos pousos e dos arranchados. Seriam eles capazes de desenvolver serviços tais que permitissem a retenção de parcela de renda e que esta, por sua vez, fosse revertida para uma atividade mercantil tão vigorosa que acabasse por canalizar o produto do pastoreio e da agricultura locais?

Se verdadeira, restaria definir como é que teria se articulado um setor de considerável projeção pública - serviços, mercado e artesanato, com um setor de domínio clânico, a fazenda. A questão parece ter ficado resolvida, ainda que parcialmente, quando Chiachiri Fº afirmou que nem a existência dos fogos e nem a dos pousos são suficientes para que se possa identificar o surgimento de um arraial, vila ou cidade. Havendo casos em que os pousos, muito mais parecidos com uma propriedade rural, sobreviveram à edificação de vilas[23].

Respostas para as indagações acima tornam-se mais plausíveis se forem identificados os mecanismos através dos quais os senhores, primeiro, tornaram-se os verdadeiros possuidores das terras e, segundo, sob quais circunstâncias eles puderam se valer de sua posição para ingressarem no giro mercantil aproveitando a localização de suas propriedades e os desnivelamentos que as rotas de comércio evidenciavam. Nessa condição, como eles tornaram-se mercadores sem deixarem de ser senhores, ou ainda, como o sistema senhorial se manteve predominante convivendo com um setor mercantil?

Uma coisa é certa, a fazenda agrícola de produção em escala, diferente de uma *plantation* propriamente dita - nunca semelhante à tipologia do latifúndio monocultor - chegou à região apenas com a cafeicultura, no último quartel do século XIX e adquiriu sua maior expressão com a chegada da ferrovia em 1886 em Batatais e em 1887 em Franca. Até então, as comunicações e os transportes eram executados por meio dos tropeiros, com seus comboios de mulas, dos boiadeiros, que tangiam rebanhos inteiros, e dos carreiros, com suas juntas de bois.

Esses transportes arcaicos do Brasil tiveram ampla aplicação na região devido sua vegetação de campo, sua topografia altiplana - repleta de aguadas - e seus solos areníticos, facilmente drenáveis nas estações chuvosas. Ao contrário da navegação

---

[23] **Bacelar**, Carlos A.P. In: Brioschi, Lucila R. [*Et alli*]. Op.cit. p.18, notas 41 e 42.

fluvial, que, por sua vez, enfrentava dois tipos de obstáculos: as inúmeras corredeiras, especialmente as do rio Grande - então denominado Alto-Paraná - e o fato de correrem para o oeste e depois demandarem ao sul, função que o Tietê ocupou de modo superior.

Pandiá Calógeras descreveu com detalhes este setor da vida interior brasileira - "a vida monótona, invariável de sol a sol do pessoal da tropa" - não escapou-lhe o fato da chamada tropa goiana ser mais numerosa que as demais, com onze animais, ao contrário da tropa mineira e fluminense, com nove e sete respectivamente. Uma vez mais as distâncias influíram na caracterização, e a geografia, na direção - "não se cruzavam desnivelamentos apreciáveis, salvo na travessia dos vales erodidos pela águas dos rios". Sua descrição aponta uma hierarquia composta de camaradas, capatazes e tropeiros, sendo estes últimos os donos das tropas.

Camaradas e capatazes executavam o transporte, outra era a viagem do dono da tropa.

> "Era um mensageiro da civilização, Era o homem que tinha ido à Corte, ou pelo menos, a lugares nos quais se tinha notícia do que se passava na Corte. Nesse tempo em que raros jornais circulavam, sem assinantes no interior, linhas postais eram escassas, quando não inexistentes, a tradição oral do interior valia como meio quase único de contato com os acontecimentos do litoral e do estrangeiro...
>
> Por eles, chegavam ao sertão longínquos rumores dos sucessos litorâneos, isto é, das alternativas políticas pelas quais tanto se interessavam os chefetes regionais, dos preços das mercadorias a comprar e dos gêneros a vender. Por eles fazia encomendas...
>
> Por esses tempos, não havia bancos, nem meios de remessa de dinheiro senão por 'positivos', 'próprios', portadores ou mensageiros especiais. Ainda era o tropeiro, conhecido e abonado, o intermediário normal para tais operações.
>
> ... Também, em regra, pertencia à gente melhor da província: para compra das tropas, para registros e direção de sua indústria, era conveniente possuir certa instrução e algum capital, exigência que limitava o recrutamento dos membros de sua categoria e a fixava na classe dos mais abastados.
>
> Ainda, para manter e alargar influxo e prestígio, teria de convencer, cativar e aconselhar a quantos freqüentava. Banqueiro dos fazendeiros, tinha de lhes merecer fé. De fato, esta era a base insubstituível de tais relações

econômicas no sertão: a confiança reciproca entre vendedores e compradores, no interior e no mercado consumidor, através do tropeiro ouvido e respeitado. O ambiente em que se moviam era da mais estrita e rigorosa honestidade.

Compreende-se, destarde, o ascendente social exercido. Hóspede nas fazendas, querido e ansiosamente esperado, trazia novidades, aviava as encomendas femininas, geria interesses financeiros do chefe da casa"[24].

Outros nexos não menos importantes na narrativa breve, mas ao estilo sólido de Calógeras, são as especificidades que a tropa assumiu na direção de Goiás. Na viagem de regresso, constituíam uma comitiva de boiadeiros e transportavam o gado tangido a pé.

"Adquiriam gado e voltavam em marchas pequenas, três léguas em geral, amansando pelo trato as bravias manadas sertanejas, guiando-as. Recolhiam as cabeças tresmalhadas, lutando contra os 'estouros', pânicos súbitos, por vezes inexplicáveis e irreprimíveis...

No percurso da volta, até o ponto terminal, encontravam os 'verdes', isto é, a vegetação nova, tenra e suculenta, dos campos já então adubados pelas cinzas das 'queimadas'... chegavam, para descanso e engorda, nas 'invernadas'. Podia-se contar com mais alguns meses para a manada se refazer da 'quebra' sofrida na viagem e se tornar mercadoria de valor venal mais alto. Em regra, boi comprado no sertão, só no ano imediato entraria para o consumo.

Ainda aí, surgia essencial o papel da tropa no campeio do gado, em seu custeio e na sua condução"[25].

A descrição acima oferece a noção de que tropeiros, boiadeiros e carreiros faziam parte de um mesmo sistema de transportes, que tanto dependiam da ecologia e dos homens os quais a compunham, quanto transformavam as paisagens e introduziam mudanças sobre comunidades locais as quais atuavam. Isso ocorria na medida da intensificação dos negócios. A tropa de mulas, na direção de Goiás, mesmo com mais animais, introduziu o boiadeiro para as viagens de regresso, ao mesmo tempo em que as tropas tornaram-se insuficientes, dado o volume de novas cargas; recorreu-se ao carro de bois. Isso não quer dizer que as tropas de muares tenham desaparecido, antes se especializaram em artigos de menores proporções e maior

---

[24] **Calógeras**, João Pandiá. Transportes arcaicos no Brasil. Boletim Geográfico, v. II, ano III, nº 23, 1945, p.1670-7.

[25] ***Idem***, *Ibidem*.

rentabilidade: barras de ferro para uma rudimentar siderurgia - ferraduras e cravos, ferramentas e utensílios, bebidas e tecidos finos.

> "Na zona do planalto, a chapada facilitou o advento do novo meio de transporte: o carro de bois.
>
> Inteiramente construído de madeira de lei pesada, com escassa ferragem além dos aros dos rodeiros cheios, eixo móvel contido entre 'cocões' rinchadores, podiam carregar até cem arrobas. Eram terríveis estragadores de estradas, que não resistiam aos esforços de alavanca desenvolvidos nas curvas pelo conjunto rígido do eixo e rodas, sob o peso do rude veículo...
>
> Está ligado ainda ao comércio do sal, o desenvolvimento experimentado no transporte pelo carro de bois.
>
> Na carga, uma vez arrumada, não se mexia mais até seu destino final [diferentemente das cargas das mulas]. O couro da tolda protegia contra sol e chuva. A 'mesa' do veículo, elevada acima do solo impedia se umedecessem ou se sujassem as mercadorias.
>
> Por vezes, pelo plaino seguiam em fila dezenas e dezenas de veículos, mais de cem em certas ocasiões. (Sic)
>
> ... a tropa pôde fazer tais movimentações, de vulto crescente, com a ampliação da indústria pastoril, a consumir cloreto de sódio para a salga do gado. Era a maior importação"[26].

ENTREPOSTOS SÃO ENTRONCAMENTOS.

Nas unidades econômicas representadas pela fazenda predominava uma atividade que beirava a economia natural, pequenos puxados que se projetavam para além da morada principal podiam conjugar cozinhas e estrebarias, onde eram produzidos doces e queijos, pequenos engenhos forneciam açúcar, aguardente, álcool e rapadura, pequenas forjas davam forma às barras de ferro. Cardas, fusos, rocas e teares eram utensílios comuns nas residências do sertão, através deles é que a lã e o algodão tomavam a forma de tecidos, muitos deles tingidos com urucum, jenipapo ou pau-brasil.

---

[26] **Calógeras.** João Pandiá. *Ibidem*.

As fazendas que reuniam mais meios para produzir possuiam seus escravos e seus agregados, donde se pode divisar uma espécie de divisão de tarefas, segundo a categoria social. Aos escravos estavam afetos os serviços pessoais, a agricultura, as criações domésticas - porcos, galinhas, cavalos - e algum artesanato. Eram os trabalhos mais rotineiros que requeriam maior especialização e capricho e conferiam um sentido de prosperidade à casa do senhor. Os agregados praticavam uma agricultura de menores proporções, mas suas funções principais estavam na lida com a criação do gado, nos pastos e na curralada - utilizada para contar, curar, ordenhar e, quando era o caso, tosquiar. Numa época em que os cercados eram quase inexistentes, onde apenas os retiros, os currais e os redondéis - feitos de troncos e lascas de aroeira fincados ao chão - constituiam praticamente as únicas benfeitorias destinadas à contenção dos rebanhos, os olhos e a sagacidade dos homens eram os únicos meios de evitar que os animais avançassem sobre as searas ou sobre os campos "ervados" - cobertos por ervas venenosas. Para isso, era necessário que houvesse uma constante vigília de modo que os rebanhos permanecessem nas pastagens dos "encostos", "furnas", "grotões" ou "valados" formados pelo relevo e secundados pela vegetação. Somente após as colheitas o gado podia alimentar-se das palhadas.

Foram estas modalidades de unidades produtivas - com seus vários graus de prosperidade - que se formaram ao longo da Estrada de Goiás; à medida em que os transportes foram evoluindo da tropa para a boiada e, destas para os carros de boi, a Estrada Real passou a ser denominada a Estrada do Sal.

O geógrafo Deffontaines - apoiado em Luiz D'Alincourt na sua publicação de 1818[27], popularizou a idéia de que Franca teria surgido a partir da fixação de novos pousos que se desviaram dos Registros - pousos arrecadadores de direitos, principalmente sobre metais preciosos - presentes na Estrada de Goiás, dando a entender que teria sido essa a origem da Estrada Francana e, por conseguinte, a origem da cidade.

---

[27] **D'Alincourt**, Luiz. Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cuyabá. Rio de Janeiro, 1918. *Apud.* **Chiachiri**, José. Vila Franca do Imperador: subsídios para a história de uma cidade. Franca: Aviso da Franca, 1967. p.3. D'Alincourt afirmava, ainda, que o nome "Franca" provinha de ter sido este lugar aberto à toda gente, independentemente de casta, nacionalidade e situação frente à legalidade corrente, que emigrava livremente para a região. Esta suposta informação reproduziu-se largamente pelas publicações existentes sobre a cidade, caracterizando seus primeiros ocupantes como aventureiros, até meados do presente século. vide **Vallim**, Pedro E. Album dos municipios do Estado de S.Paulo. São Paulo: 1940. p.116-121.

> "Passava por aí a velha estrada que servia de transporte ao gado que descia de Minas para ser engordado nesta zona de erva: as fazendas são sobretudo invernadas, isto é, estações de engorda para os rebanhos que chegam das zonas pioneiras do norte e do oeste; o caminho de Franca, chamado *estrada francana*, é ainda um dos mais importantes caminhos de boiadas"[28].

Todavia, embora haja grande dose de verdade na interpretação do geógrafo - motivos que ainda serão evidenciados, o circunstanciamento histórico parece ser mais adequado na medida em que a criação da Freguesia de N. Sr.ª da Conceição da Franca ocorreu em 1805, no período em que Antonio José de Franca e Horta governou São Paulo - 1802-1811[29]. Teria acontecido em Franca o mesmo que aconteceu em Lorena, na época do governo de José de Lorena. Não importa tanto aqui se a cidade deu nome a uma atividade, ou se uma atividade deu nome à cidade. Importa sim evidenciar as circunstâncias em que a localidade formou-se.

Não resta dúvida, ainda que faltem documentos, que na região onde apareceu Franca constituiu-se por longo tempo, durante praticamente todo o século XIX, um entreposto, uma espécie de entroncamento que se articulava com Minas Gerais, do Triângulo Mineiro até a Serra da Canastra, ao norte, em um circuito que avançava para leste e noroeste; com Goiás e Mato Grosso pela Estrada Real e com o restante do que havia de São Paulo, ao sul, pela própria Estrada Real.

É bem provável que houvessem "caminhos desviados", principalmente se se imagina o obstáculo que a Serra da Canastra representava para Minas Gerais na integração de seu território base com o Triângulo Mineiro. As atividades criatórias e mineradoras desenvolvidas em Araxá e em Desemboque, respectivamente, parecem ter encontrado no Planalto Francano uma via de escoamento que não necessariamente corria em direção à São Paulo, mas que contornavam no sentido sudeste até chegar em Jacuí. Assim, havia, com segurança, um fluxo que saía de Minas e retornava a Minas, cujo destino final fosse o Rio de Janeiro, por meio do Planalto Francano. Era, portanto, a passagem, e não as minas de diamante, que fazia com que paulistas e mineiros disputassem fronteiras na região.

---

[28] **Deffontaines**, Pierre. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional. Boletim Geográfico. Ano 3, nº 25, 1945, p.19.

[29] **Saint-Hilaire**, August. Viagem pela Província de São Paulo 1830. 2ª ed. São Paulo: Martins. *Apud.* **Chiachiri Fº**, José. *Op. cit.*

Do ponto de vista do fluxo de rebanhos que vinham de Minas Gerias e de Goiás, a Serra da Canastra era um obstáculo de paisagem às vezes inóspita, cheia de rios encachoeirados, com aclives e declives acentuados e, sobretudo, de pastagens que se alternam, bruscamente, de vales férteis a escarpados e cumeadas pedregosas. O Rio Grande também era um obstáculo, por ser caudaloso e, especialmente, nas suas áreas de corredeiras, de penhascos e paredões que suavizam à medida em que o seu curso atinge os relevos mais baixos na divisa entre São Paulo e o Triângulo Mineiro. Desse modo, cruzar o Rio Grande entre o extremo noroeste da Freguesia da Franca com o Sertão Velho da Farinha Podre, não só era o caminho mais antigo, mas o mais provável. Um outro aspecto a se considerar é o fato desse caudal ter sido praticamente intransponível na época das chuvas, que são particularmente intensas na região - de meados de dezembro a meados de março.

Há que se considerar, ainda, que logo abaixo - à jusante - o Rio Grande passa a receber contribuições outras de cursos que vêm do Triângulo Mineiro e de São Paulo, inclusive do Pardo e Sapucaí, tornando-se um colosso. Essa região, é no princípio do século XIX, um desabitado completo infestado de malárias, que provocavam as sezões, as quais os primeiros ocupantes tanto temiam.

É crível, ainda, que houvesse outras localidades em que se cruzasse a divisa natural entre Minas e São Paulo à montante de Rio Grande, mais próximo da longitude do Planalto Francano, mas é pouco provável que fossem, desde o início, cargas grossas ou boiadas inteiras. Mais plausível que o contrabando de ouro proveniente do Desemboque tenha forjado as primeiras rotas, que alguns couros, peles e solas, queijos e manteiga ou toucinho e mesmo fibras tivessem engrossado esse fluxo do Araxá e que, sobretudo, pessoas tenham se deslocado daquela região para povoar a outra margem paulista. Com certeza, no sentido inverso, algum utensílio seria indispensável, mesmo que o sal também não fosse tão demandado naquela região, já que as águas salobras do Araxá faziam com que suas populações e rebanhos não tornassem o consumo do produto tão importante. Com o tempo, aquela tornou-se uma direção a mais no fluxo de trocas, já que alguns dos povoadores egressos daquela região tinham como profissão o ofício de ourives e, pelo menos um

deles, devidamente munido de sua balança de pesar ouro[30]. Indicando sobretudo que à mineração sobreviveu um fluxo monetário.

A nomenclatura de algumas localidades - toponimia - dava a dimensão da natureza dessas passagens: Estreito - indicando pontos em que a largura do Rio Grande era menor e Jaguara - pessoa de mau caráter. São algumas denominações, as quais podem denotar que, à intuição do geógrafo Deffontaines e à observação dos viajantes - D'Alincourt e Saint-Hilaire - não se impõe apenas o circunstanciamento objetivo do historiador, mas sobretudo a reflexão.

> "Em Mogy-Mirim de optimas terras, havia vastissimos campos onde se criava gado vaccum, cavallar e lanigero. Exportavam assucar, muito gado vaccum, muito queijo, algodão, cêra e outros artigos. Foi alli que introduziram os grandes carros de transporte, tirados por cinco, seis e mais juntas de bois. Na freguezia da Franca, que fazia parte do termo, havia pequenas fabricas de chapéos e de tecidos de lã e algodão" (Sic)[31].

Enfim, tratava-se de uma localidade que atuava como entreposto, próxima ao caminho Geral, mas muito bem-situada para abrigar grandes e pequenos fluxos. Os destinos das mercadorias nem sempre eram os mesmos. Isso permitiu a complexidade, a sobrevivência e a garantia dos povoadores contra a involução. Isso tudo foi muito diferente dos simples Pousos e Registros onde a estada era fugaz, onde os homens tinham algum conforto e onde podiam repor a provisão e algumas peças de artesanato necessárias à jornada de homens e animais submetidos a esforços diários.

"Amilhar"- alimentar animais com porções de milho - era um procedimento normal que indicava a necessidade de provisões pelo caminho, repor peças das arriatas e da vestimenta era, com certeza, uma necessidade de praxe cuja disponibilidade deveria ser bem menos freqüente pelo caminho.

A VIDA NA VILA

Vila Franca *Del Rey*, que apareceu em 1816, incluiu nos seus domínios a Freguesia de Batatais e projetou-se por sobre um conjunto de pequenas localidades

---

[30] **Oliveira**, Lélio Luiz de. As transformações da riqueza em Franca no século XIX. (Dissertação de mestrado). Franca: UNESP, 1995, p. 28-9 e p. 79-80.

[31] **Sobrinho**, Julio Brandão. S.Paulo antes de 1822. In: *Op. cit.* mai.: nº 5, 1912. p.197. (Grifo nosso).

que se formaram em toda a região do Rio Pardo. A Vila não foi, contudo, instalada em função de gestões feitas por mineiros à Coroa, que queriam a criação da Vila de Jacui. Em 1824, os tempos eram outros e a Vila acabou sendo denominada Franca do Imperador.

Os litígios de fronteira não eram resultantes de enfrentamento entre mineiros e paulistas. A população da região era constituída predominantemente de habitantes de origem mineira. Assim, a disputa de fronteira era um esforço de Minas Gerais no sentido de contornar um obstáculo existente, dentro do seu próprio território, objetivando integrar o Triângulo Mineiro. Foi uma disputa que antecedeu a criação da Vila e chegou ao século XX, sempre com ecos nos governos provinciais e central, tendo, ainda, o envolvimento de membros da Igreja, que souberam, todos eles, capitanear a seu favor. Mas o que é mais significativo, para o período, são as revoltas que tiveram a região como palco: as chamadas Anselmadas.

A historiografia tem conferido uma interpretação mais episódica ao movimento; rever o tema não é objeto desse trabalho, mas é quase que irresistível, pois entre os anos de 1836 e 1842 vão ocorrer embates entre os proprietários locais, com desdobramentos que se prolongaram até 1856. Problemas relativos a esses episódios ecoavam no Governo Provincial até o último quartel do século.

> "Contra os magnatas investia a desabusada crítica da Barcelada, nas ruas, nas praças, nas lojas, nas vendas, nas salas, nos sítios, por toda parte, sobressaindo bramante do coro dos protestos o pontente vozeirão de Anselmo Ferreira de Barcellos, em torno do qual se arregimentavam os descontentes pelos atos da Vereança e das Autoridades criminais e civis...
>
> ... Não admitia mandões, não queria despotismos, que já lá se fora o tempo dos privilégios e a Lei do Senhor Dom Pedro Segundo se fizera para todos e não para alguns felizardos (Sic)...
>
> ... clamava, envolvendo no mesmo furor de ameaças os Juizes e camaristas, mais os parentes e amigos de Juizes e camaristas"[32].

Os camaristas eram liderados por Francisco Antônio Diniz Junqueira, que teria sido eleito em 1836, justamente concorrendo com Anselmo, em um pleito

---

[32] **Carvalho.** Affonso José de. *Op.cit.* p.126-33. Aqui o autor apoia-se em informações de Souza Chichorro.

naturalmente duvidoso, porque o que menos contava era a lisura daqueles procedimentos os quais transformavam eleitores em votantes.

Eis aí um dos mais claros exemplos de que se tratou anteriormente: ocupantes que se instalaram na região, em levas sucessivas - incapazes de tecer solidariedades familiares em curto espaço de tempo, que redundassem em instituições mais complexas, acabaram por produzir rivalidades e a falta de consenso em torno da condução do poder local, ante o privatismo reinante. Dificuldades que uma aglomeração de homens, representada por 80 agricultores, 56 artistas, 45 negociantes e 38 jornaleiros - ganhando 240 réis diários no artesanato têxtil, teve que enfrentar numa Vila, na qual os 714 criadores de gado[33] ainda não haviam definido as bases de poder ao mesmo tempo em que:

> " [Na Vila], ...o rumor contínuo dos teares trazia de dentro das casas a notícia alegre do trabalho, contava as abundâncias da vida doméstica... [e pela qual] ...a passagem das cargas e das tropas carregadas de artefatos, alimárias ora arquejantes chegadas dalém, trazendo os artigos novos do litoral, ora levando os tecidos grossos de lã, produtos dessa atividade operosa, cuja fama já procedia dos dias colonias, quando Souza Chichorro escrevia para o Governador Palma o seu Memorial, afirmando que a indústria destes povos francanos daria talvez para 'vestir a Tropa e a Escravatura da Capitania' " (Sic)[34].

Foi sobre esta estrutura que a revolta triunfou, produzindo abalo e trazendo a inércia.

> "...casas fechadas e taciturnas, o movimento quase cessara, nos campos e nos lares, calara a Indústria, emudecera o Comércio...
>
> ...a verdade era que se reabriam de vagar as lojas, as vendas, as boticas da povoação...[mas era necessário ainda]...alisar temperamentos sertanejos de tão agudas e ásperas arestas...
>
> ...E foi somente com o advento à Vila-Franca do austero Sr. Dr. Joaquim Firmino Pereira Jorge, sisudo Juiz de Direito e Chefe de Polícia [1842], que

---

[33] **Carvalho**, Affonso José de. *Ibidem*. **Chichiri F°**. *Op.cit*. afirma existirem ainda 199 agregados e 1853 escravos.

[34] **Carvalho**, Affonso José de. *Op.cit*. p.126-7.

> mercê de suas acertadas providências, a paz desceu novamente, ao seio da assombrada população..."[35].

Não é difícil divisar que uma visão mais liberal e menos legalista se sobressaiu, mesmo que momentaneamente, e que ela enfraqueceu o poderio da Vila, porque daí, com a reação do governador Oyenhausen, Franca perdeu uma grande fatia de seus domínios para a Vila de Batatais - criada em 1839, passando a ser a sede da Comarca de Franca[36]. A Vila de Batatais abrangeu os povoados de São Bento do Cajuru, atual Cajuru, e territórios dos futuros povoados de Santana dos Olhos D'água, atual Ipuã; São José do Morro Agudo, atual Morro Agudo; Espírito Santo de Batatais, atual Nuporanga; Piedade do Matogrosso de Batatais, atual Altinópolis; Cruzeiro, atual Santo Antônio da Alegria e as localidades que deram origem a Jardinópolis, Brodosqui, Orlândia, São Joaquim da Barra e Sales de Oliveira.

Noutro flanco vieram as arremetidas dos mineiros, que abocanharam razoáveis fatias, culminando com a perda definitiva do então denominado Aterrado para a cidade de Passos em 1866.

A Franca do Imperador é elevada à categoria de cidade em 1856, mas perderia, ainda no século XIX, em 1873, Santa Rita do Paraíso - atual Igarapava - que abrangia a povoação de Santo Antônio da Rifaina - atual Rifaina - e o território da futura Pedregulho, e em 1885, Patrocínio do Sapucaí - atual Patrocínio Paulista, território da futura povoação de Nossa Senhora Aparecida - atual Itirapuã - e Carmo da Franca - atual Ituverava, abrangendo territórios das futuras Guará e Miguelópolis[37].

Significativo notar o decréscimo populacional. Em 1856 a população decai para 5.572 habitantes num porcentual de (-) 47,75%. Somente em 1890 atingirá novamente a casa dos 10.040 habitantes[38]. O decréscimo da população se explica pelo fracionamento político. O artesanato parece ter sido uma constante atividade destinada a suprir necessidades corriqueiras. A nascente manufatura sucumbiu frente

---

[35] **Carvalho**, Affonso José de. *Op.cit.* p.133-6. (Grifos nossos).

[36] **Naldi**, Mildred Regina Gonçalves. *Op.cit.* p.48-9.

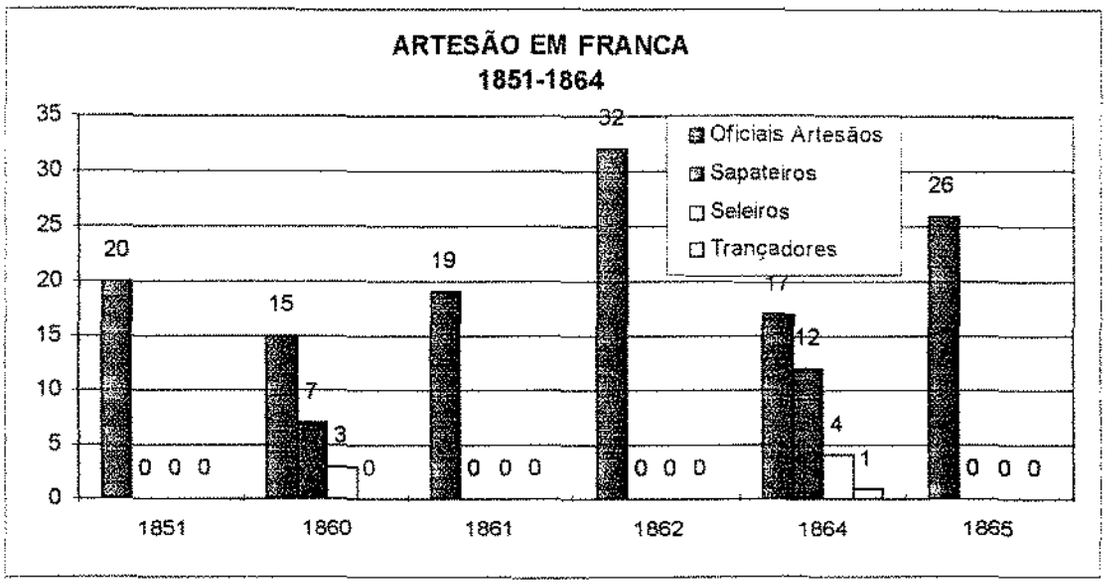
[37] **Santos**, Wanderley dos. Quadro demonstrativo do desmembramento do município de Franca. In: Franca. *Op.cit.*

[38] ***Idem***. *Ibidem*.

ao decréscimo populacional e frente ao fracionamento político; um movimento neste sentido, apareceu apenas no final do século.

A condição de entreposto de trânsito não se alterou, pois os registros de "Matricula dos Guardas Nacionais da Reserva" - Gráfico nº 1 - mostram que existia uma significativa distribuição de oficiais entre 1851 e 1865[39], agora não mais tão diversificada como antes, mas predominantemente ligada às atividades nas quais o couro era a matéria-prima fundamental.

GRÁFICO nº 1



TECENDO A VIDA PÚBLICA.

O líder Anselmo, em 1838, fora acusado de ter assassinado e amputado as orelhas do Juiz Manoel Rodrigues Pombo, o qual era encarregado de cumprir mandado judicial contra ele. Como conseqüência desse fato, foi instaurado processo contra Anselmo, que tramitou em Batatais, porque a Comarca de Franca foi para lá transferida. O acusado foi julgado e absolvido por falta de provas, porém, Franca só tornar-se-ia novamente sede de Comarca quando a mesma foi definitivamente reinstalada em 1852.

---

[39] **MHMF.** Matrícula dos Guardas Nacionais da Reserva: Concelho de Qualificação da Paróchia. Catálogo 991 fls.6. Elaborado em virtude da Lei 602 de 19/9 e Instruções de 25/10/1850. *Apud* **Borges**, Teresinha de Jesus. A indústria do couro em Franca. (Trabalho de conclusão de curso), FFCLF: Franca, 1966, p.4.

Anselmo, que havia estado em Uberaba em 1842 libertando Padre Zeferino Batista do Carmo, fixou-se em sua fazenda, a Soledade, estabelecendo-se na futura Capela de Santa Rita do Paraíso - entre Carmo da Franca e a Farinha Podre, Uberaba - localidade que deu origem à Igarapava[40].

Com a Câmara Municipal dissolvida em função da fuga de seus membros, desde 1837 as instituições públicas, com fortes ligações nas outras esferas de poder, deixaram de atuar na região de Franca por ¼ de século, estando praticamente os membros da Igreja e do Judiciário na condução dos destinos daquele povoado, como que arbitrando os entreveros entre Ximangos/Jabotis e Cascudos/Jacarés.

O Padre João Teixeira de Oliveira Cardoso, que havia sido o Presidente da Câmara de 1833 a 1836, foi reconduzido entre 1841 e 1845. Padre Zeferino Batista do Carmo, o mesmo que Anselmo libertara em Uberaba, governaria de 1846 a 1849[41]. Entre 1873 e 1876, outro padre, Joaquim Ferreira Telles ainda iria presidir a Câmara Municipal. Joaquim Firmino Pereira Jorge era Juiz de Direito e assumira funções de Chefe de Polícia em 1842.

> "Austeros [os padres]..., zelosos da moral privada, ao mesmo tempo assíduos no serviço da Santa Madre Igreja, iam eles secundando pertinazmente os esforços das autoridades locais no ressurgimento da vida francana, [seus nomes] entrecruzavam com o dos magistrados"[42].

Se a futura cidade havia perdido aquela capacidade de concentrar atividades, nem por isso pode-se dizer que o trânsito tenha, sobremaneira, sido afetado. Antes pelo contrário, na ausência de autoridades públicas com fortes laços no governo da Província, o mais provável é o relaxamento na cobrança de impostos. O que fazia o comércio do sal e do gado continuar utilizando a região para circulação entre as Províncias. Detalhe não menos importante é a presença dos padres na atividade criatória e seu papel, na redução da abrangência do Município, na definição de fronteiras pró-Minas Gerais e a expansão de suas fazendas no sentido do patrimônio de Barretos.

---

[40] **Chiachiri**, José. Vila Franca do Imperador... *Op.cit.* p.78-9.

[41] **Naldi**, Mildred Regina Gonçalves. *Op.cit.* e **Santos**, Wanderley dos. *Op.cit.*

[42] **Carvalho**, Affonso José de. *Op.cit.* p. 134-5. (Grifo nosso).

A partir de 1850, em 1852 e em 1855, Gonçalves Naldi, que estudou as Atas da Câmara, notou a predominância de temas que visavam à regulamentação de impostos, multas e sanções sobre direitos de aguardentes, subsídios literários e rezes.

> "Uma da maiores necessidades do Municipio, segundo os vereadores..., seria a existência de 'um currral público, o uso de pesos e medidas existentes na casa e pesos e carimbos dos negociantes'...
>
> ...'A Câmara, em virtude do pedido pelo fiscal, deliberou criar uma Estação Fiscal na estrada que do Carmo vai ao porto da Espinha, para ali se fazer a cobrança do imposto sobre os carros de fora do Municipio'...
>
> Sendo Franca o maior centro de criação de gado da região, era muito normal que fazendeiros fossem também os próprios transportadores da mercadoria. No caso do comércio do sal, as Atas da Câmara nos mostram que o fazendeiro adquiria o produto quase sempre arcando com todas as despesas de transporte. Tirava o necessário para o próprio consumo e o restante redistribuia, vendendo na região e Províncias vizinhas"[43].

É muito comum imaginar-se que o circuito no qual esse comércio de longa distância, tanto do sal quanto do gado, estivesse desvinculado, ou que a origem do sal fosse o porto de Santos e o destino do gado fosse a cidade de São Paulo. Nada mais evidente do que a tentativa do historiador se debater no presente para compreender o passado. A região mais populosa da Província é o Vale do Paraíba, embora São Paulo fosse a capital e o município mais populoso e cosmopolita, rivalizando com Campinas apenas na segunda metade do século. Durante todo o século XIX a região mais populosa foi sempre o Vale. Por conseguinte, não se pode afirmar, até meados do século, que o porto de Santos fosse o escoadouro natural dos produtos da economia paulista e, principalmente do Vale. Argumento que, certamente, conferiria ao porto de Santos uma importância que ele ainda não tinha.

> "... o commercio de sal, (segundo as investigações do illustre Doutor Bourroul publicadas no precioso Almanach Paulista - de José Maria Lisbôa em 1884) importado do Porto de Santos para supprir as necessidades do consumo, além das fronteiras, ... que Villa Franca assumiu triumphalmente, em relação a esse genero de riqueza a posição opulenta de um Emporio...)
>
> "O sal importado por Santos, e de que se supriam as duas provincias de Goiaz e Mato-Grosso e parte de Minas Gerais, era comprado em Franca, que

[43] **Naldi**, Mildred Regina Gonçalves. *Op cit*, p.30-3. (Grifo nosso).

> tornou-se empório. ... onde o sal extraído diretamente da água (sal marinho), obteve por tôda a parte o nome de Sal de Franca, em diferença do sal extraído da superficie da terra." (Sic)[44].

Não era pois, Ubatuba, o escoadouro da produção cafeeira do Vale, que só podia rivalizar, em importância, com o porto de Iguape, decididamente o maior da Provincia? Isso dentro da Provincia, porque afinal, era o porto do Rio de Janeiro que centralizava toda a grande atividade mercantil da época.

> "... Campinas se firmou como importante centro comercial de algumas comarcas distantes, tanto da Provincia, como também da de Minas Gerais, que para ela enviam seus produtos, tais como algodão, toucinho, feijão, queijo, etc., recebendo em troca sal, ferramentas, artigos importados da Europa. Só da comarca de França, chegam anualmente de 500 a 700 vagões, que enviados da cidade para Santos e Rio de Janeiro em carretas e tropas de mulas. Êste comércio tomará novo incremento quando for servido por estrada de ferro" (Sic)[45].

Se se supõe, como é bastante plausivel, que os fluxos de gado e sal estivessem entrelaçados, não se pode afirmar que houvesse uma única praça a abastecer Franca com sal, mas com certeza muitos lugares eram abastecidos unicamente com o sal de Franca. Residiu nesse ponto o seu "triunfho".

À medida em que a cafeicultura foi se dirigindo para a região de Campinas e a partir da ferrovia, em 1867, é que o porto de Santos se destacou[46].

Do ponto de vista das transações da economia francana, notadamente durante a segunda metade do século, vão sendo definidos e intensificados os fluxos com São Paulo - via Campinas. Até então, não se tendo definido o traçado das fronteiras francanas com Minas, é bastante plausivel que o comércio de gado e de sal pudessem ter em Franca um ponto de entroncamento para, depois, tomarem rotas distintas.

---

[44] **Egas**, Eugenio. (Org.). Os municípios paulistas. São Paulo, 1925. p. 682. e **Vallim**, Pedro E. *Op.cit.* p.117.

[45] **Von Tschudi**. Johann Jakob. Viagem às provincias do Rio de Janeiro e S.Paulo. Tradução de Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Livraria Martins, 1953. p. 173-174. (Grifo nosso. no original está escrito França, o que evidentemente trata-se de um engano. a palavra correta deveria ser Franca).

[46] **Camargo**, José Francisco de. O crescimento da população de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: IPE/USP, 1981. p.9 e segs. v.2 e 3.

O sal chegava em Franca e região via Campinas, bem como pelo sudoeste de Minas Gerais; os responsáveis pelo seu comércio estocavam-no e depois o revendiam no fluxo contrário ao do gado que, por sua vez, descia de Goiás e do Triângulo Mineiro, ficando invernado na pastaria, para sair de Franca quer na direção de Minas, quer na direção de São Paulo.

Em Minas, esse gado poderia ser consumido lá mesmo, tendo em vista sua expressiva população, chegar até à Corte, ou ao Vale do Paraíba - entrando novamente na Província de São Paulo.

O sal, dadas suas características naturais e as condições em que era transportado - acondicionado em sacos de couro - tinha como seu maior inimigo a umidade que, sendo bem-trabalhada, podia até agir a favor de quem o vendia. Se vendido nas estações chuvosas, ou depois de receber uma pequena quantidade de água, seu peso aumentava. Se refinado - moído e peneirado, era seu volume e sua aparência que melhoravam. Seu leque de uso estava ligado à alimentação e à conservação de alimentos e outros derivados de origem animal - carne de sol e couros secos. Muitos escreveram que o sal era ministrado ao gado, o que não era um procedimento ordinário. Sendo necessário à sua dieta, o gado criado extensivamente o procurava nos solos, que eram transformados pelos próprios animais em "lambedouros". De outro modo poderia servir de isca, em sevas adrede preparadas para facilitar a captura de animais bravios.

O gado, por sua vez, tinha a característica de poder locomover-se, assim tangido, ficava submetido aos constantes perigos dos "estouros" e das travessias, ocasiões em que muitos se machucavam ou morriam, em razão das quais procedia-se, de imediato, a esfola dos animais estropiados, aproveitando seus couros. Os rebanhos iam perdendo peso pelo caminho e necessitando das estações de recria para seu restabelecimento. Nos campos com pastagens renovadas pelas estações das chuvas, as vacas "parideiras" - numa proporção de cerca de 50% - faziam aumentar os rebanhos. Nas estações de recria, os novilhos eram castrados e as rezes doentes eram curadas. No ano seguinte eram vendidos os bois, as vacas "maninhas" - aquelas que não procriavam, bem como as matrizes de descarte, de modo que havia sempre um estoque.

> "De acordo com o Livro de Assentamentos de Gados, em 1829 os 688 criadores registrados possuíam um rebanho de 37.768 cabeças...[sendo apenas 4,62% dos criadores com mais de 300 cabeças]"[47].

Uma viagem de carregamento de sal durava até três meses - desde a partida até o regresso. Em marchas diárias de 3 a 4 léguas, o produto chegava à região, supria as necessidades de consumo e depois tomava o sentido de Minas e Goiás.

> "O movimento tanto de compra quanto de venda de sal é crescente. Os 370 alqueires comprados em 1814 aumenta para 1.033 alqueires em 1824. Com pequenas oscilações no período, o movimento geral é de alta"[48].

Havia, entretanto, nas épocas de comercialização, o hábito ministrar sal ao gado revelando as astúcias desencadeadas pelos fazendeiros, cientes que o sal provocava o aumento de peso da boiada, como sabe-se, hoje, pela maior retenção de líquidos.

> "...*salga* ou *salgagem* é o ato de dar sal ao gado em ocasiões convencionadas, as quais, em todo o interior do Brasil, se fazem em Janeiro, Maio e Setembro, na proporção de uma saca de sal para 60 a 70 reses" (Sic)[49].

O sal, o gado, os derivados de origem animal eram bens que se entrelaçavam numa sistemática complementaridade.

Quanto ao clima da região, Deffontaines disse:

> "Aqui não é mais a temperatura que é insuficiente, mas as chuvas: estamos na região mais seca do Estado, com precipitações inferiores a 800 milímetros; também é aqui o domínio dos campos..."[50].

Não é difícil imaginar os desnivelamentos que essas transações permitiam: primeiro pelas distâncias - Franca ficava eqüidistante das regiões abastecedoras e de consumo; segundo, as estações bem-demarcadas de chuvas e secas permitiam aos intermediários colocarem no mercado os produtos no momento da valorização; ou

---

[47] **Chiachiri Fº**, José. In: Brioschi, Lucila R. [*Et alli*]. *Op.cit.* p. 51-2.

[48] ***Idem***, p. 50-1.

[49] **Brasil**. IBGE. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Séries estatísticas retrospectivas. v. 2, t.2. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. p.424. (edição fac-similar - original de 1908)

[50] **Deffontaines**, Pierre. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional. *Op.cit.* p.24.

seja, comprar o sal na seca e vender nas águas e comprar os rebanhos na seca e vender nas águas.

Há que se acrescentar ainda o fato de que os carros de boi podiam fazer a viagem de volta carregados com algum produto da terra, necessariamente não perecível: carne seca e couros, fumo, entre outras provisões corriqueiras encontradas pelo caminho, ao mesmo tempo em que as tropas de muares - que muito bem podiam estar associadas em um fluxo conjugado, levavam e consumiam outros bens menos volumosos que o sal. Dentre eles até produtos derivados do próprio couro: sandálias, arreios, capas de faca, enfim, até mesmo tecidos.

Foi a posição privilegiada que conferiu à Franca uma característica estratégica frente no confronto com as demais regiões:

> "Conservador, desconfiado, religioso, patriarcal, infenso aos tributos, polido, hospitaleiro, apegado à honra e à moral,... traços integrantes da mentalidade do mineiro que se estabeleceu no 'Certão do Rio Pardo Caminho de Goyaz.' " (Sic)[51].

Assim compreendidos, a partir de um encontro particular de laços sociais familiares e dos meios materiais, não é difícil perceber que instituições minimamente urbanas tornavam-se uma necessidade para aqueles homens que praticavam o comércio ao longe - isenção de taxas e tributos e proteção da força policial, ao mesmo tempo em que precisavam administrar a problemática da demarcação de suas próprias terras, o que requeria influência sobre o Judiciário e sobre aqueles que reuniam forças para nomear juízes. Do ponto de vista da Nação, aquela região precisava ser integrada à legalidade corrente, ao passo que a Província buscava consolidar um sistema eleitoral e de poder.

FRANCANO OU "FRANQUEIRO"?

O sal vendido pelos comerciantes ficou conhecido como o sal francano, as pastagens predominantes em Franca ficaram para a historiografia local como "o capim mimoso", ao passo que, na realidade, as forragens e o gado daí proveniente - sendo esse último consumido nas localidades mais populosas, ficaram vulgarizados pelas

---

[51] **Chiachiri F°**, José. Do sertão do Rio Pardo... *Op.cit.* p.18.

respectivas denominações: a "grama franqueira" e o "gado franqueiro", com conotação ocupacional, que beirava o pejorativo.

> "Foi o "mimoso" que fez a fama das regiões da parte média do São Francisco nos tempos coloniais..."

> Capim gordura ou catingueiro, ... duas variedades do *tristegis glutinosa* dos botânicos.... que Saint-Hilaire e Gardner supuseram alienígena, entre nós aparece nativa, quer nas matas e capoeiras, quer nos campos. Pode-se dizer que é a gramínea mais vulgar que possuímos, tanto a espécie roxa conhecida por *franqueira*, como a branca, que é mais ordinária"[52].

Deve-se acrescentar que as características dessa pastagem residem no fato dela estar associada a outras gramíneas. Antes da renovação de pastagens, executada com o cercamento das propriedades, o gado procurava nesse alimento um reforço adicional para aumentar seu nível de proteínas para enfrentar a estação mais fria e mais seca na região. É uma gramínea extremamente sensível ao pisoteio, atingindo seu ponto de maior quantidade de "gordura" exatamente quando as outras estão secando, floresce na palhada de capins mais altos e tem daí um ciclo fugaz. Passou despercebido aos especialistas e botânicos da época o fato de a diversidade das pastagens naturais do Centro-Oeste atuarem em ciclos complementares, e não consorciados como nas pastagens do sul.

O capim gordura era uma das pastagens características da região de Franca, sua importância era estratégica para o restabelecimento de rebanhos exaustos. O "mimoso" é um capim natural da região da Serra da Canastra e do Vale médio do Rio São Francisco, de modo que sua evidência, mesmo não sendo generalizada, acabou fixando a idéia de que Franca tenha sido a "terra do capim mimoso". Este é um argumento que só pode estar lastreado em uma nostalgia acrimosa e, como tal, faz com que as idéias sobrevivam à realidade[53].

Quanto aos bovinos, deve-se destacar a importância que eles tiveram na região e a projeção que os mesmos tiveram no criatório e no consumo nacional.

---

[52] **Brasil**. IBGE. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. *Op.cit.* p.410-1.

[53] **Papacidero**. Anna Luiza. As pastagens naturais e artificias nas áreas de cerrado na região de Franca. (Trabalho de conclusão de curso). Franca: FFF, 1967. p. 9-23.

> "Há, ainda, a se considerar, não só o enorme *stock* bovino dos sertões interiores de Goiás, Mato Grosso e Piauí, cuja saída e consumo não correspondem à produção, como também o número de rezes em estado selvagem ou sem dono, que vivem nas chamadas 'bravesas dos rincões do Brasil Central, prolificando admiravelmente'...
>
> ...*Franqueiro* ou *Pedreiro*, também conhecido por Junqueira ... caracteriza-se principalmente pelos formidáveis chifres, que em certos indivíduos, como há exemplo em Mato Grosso e Goiás, medem 14 palmos de envergadura. Um dos cornos do franqueiro tem capacidade para 5 a 6 litros...
>
> Vai se fazendo cada vez mais raro, tendo, no entanto, apresentado outrora exemplares de mais avantajada corpulência e peso, maiores e mais pesados que os mais gigantescos Zebus vindos ao Brasil. ...têm-no como uma raça de formação espontânea em S.Paulo, município de Franca"[54].

Depreende-se das análises feitas nos primeiros censos de natureza econômica da República uma intenção de melhoramento genético e botânico na "indústria pastoril". Através de suas descrições, pode-se perceber que houve uma época em que o gado de Franca imperou soberano pelas pastagens do Brasil-Central, e vice-versa, uma vez que a cidade era o seu mais provável escoadouro. Lá, dadas as qualidades naturais, esse gado, cujos melhores exemplares partiram de Franca, havia se reproduzido, de um modo muito superior à capacidade organizacional dos homens, que talvez tenham contribuído tão somente na sua seleção. Destacavam-se entre os selecionadores de gado, os Junqueira, cujos métodos são, hoje, bastante contestáveis, pois estavam quase que exclusivamente baseados na consangüinidade.

Reproduzindo fartamente, o gado era como que caçado pelos sertanejos, homens que viviam um modo de vida beirando ao primitivo. Todavia, dois são os detalhes: o gado destinado ao comércio chegava aos mercados mais populosos por meio dos mercadores de Franca; pelo começo do século o gado estava praticamente extinto em favor do Zebu e o comércio passaria a deslocar-se muito mais freqüentemente do que antes.

O declínio do gado de descendência européia - *bos taurus*, subespécie *frontosus* - estava diretamente associado à chegada da ferrovia na região e, ainda, ao alargamento das estações de recria dentro do Estado de São Paulo - em direção a

---

[54] **Brasil**. IBGE. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Op.cit. p.416 e segs.

Barretos - e ao Triângulo Mineiro. O gado zebuino - *bos indicus* - assumiu a preferência dos criadores e adaptou-se com mais facilidades às regiões mais quentes. Justamente ao contrário do que ocorria em Franca com o gado de origem européia. O clima mais ameno e seco era muito mais salutar para os animais daquela raça.

Quando a ferrovia chegou ao Triângulo Mineiro, na década de 1890, havia também um forte comércio de gado em Barretos.

> "Ao fim da labuta, após esse percurso de 200, 300 léguas, chega o baoiadeiro ao sul de Minas, à Barretos, à zona intermediária de engorda, onde se efetuam as transações das boiadas magras, cansadas, estafadas, 'aguadas', depois de uma viagem feita entre a sede e a fome...
>
> A engorda efetua-se em prados artificiais cobertos de nossas mais reputadas gramineas. Após 8, 10, 12 meses de engorda, conforme as condições da boiada comprada, é o gado de novo tocado para os centros de consumo. A pé se se destina à capital de S. Paulo; embarcado em Três Corações de Rio Verde, se se destina à capital Federal...[Rio de Janeiro]
>
> ...as feiras mais importantes do Brasil são as oficiais, situadas em Três Corações do Rio Verde, Benfica (próximo de Juiz de Fora) e sítio, no entroncamento da Estrada de Ferro Central do Brasil com a Oeste de Minas. Nelas vendem aos marchantes os boiadeiros ou invernistas de Passos, Santa Rita de Cássia, Alfenas, Oliveira, etc., todo o gado procedente dos sertões interiores e destinado ao Matadouro de Santa Cruz, onde é o mesmo gado abatido para o consumo do Rio de Janeiro...
>
> O comércio de gado é,...nesta zona, reputado mais um jogo, que um fator econômico social"[55].

O declínio do comércio de sal e do gado, e alguns produtos correlatos como o toucinho, em Franca, se explica na medida em que a ferrovia passa - via Franca, a ligar os centros consumidores, paulistas e fluminenses, diretamente ao Triângulo Mineiro; Barretos terá se ressentido temporariamente, até a chegada dos trilhos da Paulista, a instalação do porto Antonio Prado e a importação de equipamentos para as instalações da Companhia Frigorifica e Pastoril, na década de 1910.[56]

---

[55] **Brasil**. IBGE. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. *Op.cit.* p.427-30.

[56] **Pestana**, Paulo R. A industria pastoril no Estado de S.Paulo. in: **São Paulo**. Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Boletim da Directoria de Industria e Commercio. 5ª serie/ fev.: nº2. 1914. p.59.

O declínio do gado "franqueiro" se explica, ainda, pelo fato de um exemplar extremamente cornudo ser incompatível com o transporte em vagões - "gaiolas" - da ferrovia. Sua utilidade estava diretamente relacionada à sua incapacidade de adentrar os matos, já que os chifres acabavam sendo um empecilho natural que o animal levava à cabeça, de modo a fixar-se mais facilmente nos campos, o que, inversamente, trazia o desprestígio dos animais "mochos" e "bananas" que, em virtude de não possuirem chifres ou tê-los pendidos, tresmalhavam com maior facilidade.

A ferrovia trouxe, também, a facilidade de transporte e o conseqüente barateamento do arame farpado, entre outros inúmeros bens indispensáveis a uma vida que passou a andar muito mais depressa e demandou uma maior racionalização. Do ponto de vista da atividade criatória, isso se revelou na rápida substituição das pastagens nativas. Quando isso aconteceu foram sendo introduzidas novas raças bovinas, e a propriedade alcançou seu verdadeiro conteúdo, nexos estes que, para uma melhor compreensão, serão oportunamente elucidados.

> "De todas elas [raças criadas em Minas Gerais]... é a Zebu a mais apreciada...no Triângulo Mineiro, onde os criadores têm feito invejável fortuna com a venda dos produtos do primeiro cruzamento do gado indiano...
>
> ...É que de dez anos a essa parte os boiadeiros só querem comprar gado Zebu, ou antes, o cruzado com mestiços de Zebu, negando-se a comprar os bovídeos de outras raças indígenas ou não, embora por preços ínfimos...
>
> Perguntem aos criadores goianos ou mato-grossenses, por que dão preferência à raça indiana - e a resposta vem invariavelmente: '- Os boiadeiros só compram gado Zebu' "[57].

Os francanos, com seu comércio de intermediação e especulativo, notabilizaram-se por serem "franqueiros" - originário de Franca - aqueles que tinham uma certa ascensão sobre as regiões do Triângulo Mineiro e ao sul de Goiás. As ferrovias - Oeste de Minas e Mogiana - foram responsáveis por um repentino deslocamento do mercado do gado, mas, sobretudo, a ferrovia estava não apenas deslocando mercado, ela estava promovendo uma das mais fabulosas transformações em toda a antiga estrutura econômica. Com a ferrovia chegava um novo ritmo de vida, com a ferrovia banalizaram-se os litígios de fronteira. Antes, porém, a cidade

---

[57] **Brasil**. IBGE. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. *Op.cit.* p.429 e 455.

havia conseguido tecer a sociabilidade local, o capital mercantil ali formado - com o gado e com o sal - havia já integrado essa sociedade no conjunto da economia e da sociedade paulista e, antes mesmo do comércio de gado e sal perderem força, suas terras já estavam ocupadas com o plantio do café. Essas mudanças parecem não ter reunido significação de proporções que merecessem da historiografia um maior circunstanciamento. Franca passou para a história, no século XX, como tendo sido a Franca do Imperador, a "Terra do Capim-Mimoso".

No outro lado, no entanto, os mercadores em grosso, que abasteciam o Rio de Janeiro com gado e os interiores com o sal, sendo na sua maioria homens de origem portuguesa, descendentes dos reinóis que vieram com a Corte, tinham, muito provavelmente, como imagem do homem que habitava o Sertão do Rio Pardo a figura estereotipada de Anselmo Ferreira de Barcellos.

> "Nutrido, forte, 'vermelho como papo de jacu', envergando sempre um largo jaquetão de couro curtido de veado campeiro, a barba espessa e flamante, beiço rapado à moda da época, falando muito alto e 'asneirão' cantando rezas na Matriz e praguejando pelos negócios e pontos de palestra da povoação, tal era o Anselmo"[58].

Enquanto foi se constituindo a nacionalidade brasileira, no âmbito da região ia se firmando a cidade dos franqueiros. A sociedade francana fez questão de esquecer esses episódios. Mas, como entender a história sem eles, como relegar um modo de vida, uma linguagem, enfim, uma formação social, cuja economia evidenciava-se saliente, e que tinha lá suas especificidades em relação ao conjunto?

Do ponto de vista da historiografia, as Anselmadas tiveram apenas uma abordagem episódica; há, entretanto, um significado profundo nas observações de Vallim:

> "Vinte anos após a reação de Oyenhausen, depois da elevação aos fôros de Vila, bastava um tiro de bacamarte desfechado no ar por Anselmo para despertar a sua gente; era êsse o sinal convencionado, e imediatamente acudiam os caboclos do Rio Grande, armados de garruchas, clavinotes e espingardas, facas e facões; era um exército prestes a marchar ao aceno de seu chefe, e a

[58] **Carvalho**, Affonso José de. *Op.cit.* p. 128-9.

> bater, Catilina improvisado, às portas de Franca, inaugurando o reinado do terror..." (Sic)[59].

Ainda que os "Anselmos e Franqueiros" apareçam nuançados de forma quixotesca[60], deve-se considerar que os mercadores de sal tinham em Vila Franca a localização de seu negócio, o mercado de gado tinha pela região de Franca o seu ponto de passagem, de modo que os aspectos econômicos da região estivessem relativamente conflitantes com as necessidades políticas do Império. As contradições daí inerentes ecoavam pela Província e ressoavam no Governo Geral, elas estavam inextrincavelmente ligadas aos problemas de institucionalização da Nação, que envolviam a fixação de fronteiras políticas, a integração de seus habitantes em uma única comunidade, bem como o estabelecimento de instituições civis que caracterizassem um povo e, fundamentalmente, as bases para arrecadação de impostos e o exercício legítimo do poder de coerção.

---

[59] **Vallim**, Pedro E. *Op. cit.* p.117.

[60] **Arruda**, Maria A. Nascimento. As nuanças de Quixote. In: Mitologia da mineiridade. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.49-64.

CLUBE DA LAVOURA E COMÉRCIO.

> "Mas observador retrospectivo que é, o historiador esbarra com obstáculos se quiser começar pela produção, domínio confuso, mal referenciável e ainda insuficientemente inventariado. A circulação, pelo contrário, tem a vantagem de ser de fácil observação. Tudo aí mexe e assinala seus movimentos. O barulho dos mercados chega sem engano até aos nossos ouvidos. Posso, sem fanfarronice, reencontrar os negociantes mercadores e revendedores na praça do Rialto, em Veneza, cerca de 1530, vê-los da própria janela da casa de Arentino, que contempla com prazer este espetáculo quotidiano[1].

A PROPRIEDADE TECENDO A HEGEMONIA CONSERVADORA.

A passagem da sociedade clânica, rural e mercantil - cuja atividade principal era a pecuária de trânsito e o comércio de sal, para uma sociedade que tendia a uma vida mais urbanizada ocorreu em Franca a partir de 1860. Essa característica consolidou-se definitivamente sob uma cafeicultura típica do complexo agrário-exportador[2], cerca de ¼ de século depois. Talvez o marco mais saliente das mudanças que estavam se esboçando na região estivesse simbolizado pela chegada à cidade do jovem Padre Cândido Martins da Silveira Rosa. Ele, que ficou conhecido como o Monsenhor Rosa, junto com o Coronel, depois Major José Garcia Duarte - futuro Barão da Franca em 1888 - e o Bacharel, Deputado Provincial Estevão Leão Bourroul foram os personagens mais destacados na tecitura da hegemonia conservadora na cidade[3].

Uma modalidade de hegemonia que não estava circunscrita ao fato de eles serem imediatamente os homens que ocupavam os cargos mais destacados de poder

---

[1] **Braudel**, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. Tradução Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa/ Rio de Janeiro: Cosmos, 1985. (Série Rumos do Mundo) t.2 - Os jogos das trocas. p.14.

[2] **Cano**, Wilson. Raízes da concentração industrial em S. Paulo. 2ª ed., São Paulo: T.A. Queiroz, 1983. p.12-86.

[3] **Mattos**, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987, 299 p. Tentou-se aqui utilizar o termo hegemonia no sentido que o autor o faz em sua obra.

pois, mesmo que isso não ocorresse momentaneamente, suas condutas estavam estabelecendo ordenamentos, adequações e relações que estreitavam muito o âmbito em que um articulado contrário pudesse se mover.

Monarquistas, escravistas e adeptos de uma moral eclesiástica também conservadora, foram homens que, em seu tempo, tornaram-se os protagonistas de uma primeira onda de modernização. Suas respectivas atuações tiveram em comum o fato de lutarem na defesa de interesses dos grupos familiares mais prósperos, bem como os seus próprios. Ressalte-se ainda o sentido de organização com que fizeram isso: dentro dos mais elevados sensos de formalidade, cujo objetivo último era evidenciar um modo de se constituírem enquanto os donos da situação.

Isso ocorria nos mais diversos setores da vida: nos entreveros com adversários políticos, que não eram poucos, numa comunidade onde sobressaiam o anti-escravismo e as idéias liberais; no entrechoque das várias concepções de evangelização das ordens eclesiásticas da Igreja Romana, as quais, muitas vezes, assumiam os contornos do anti-escravismo e liberalismo da época; nas divergências com magistrados e nos pleitos eleitorais propriamente ditos.

O coro de suas vozes ecoava na condução da sociedade. Da tribuna da Câmara de Deputados, da mesa da Câmara Municipal, do púlpito da Matriz, dos órgãos de imprensa e das salas de aulas, suas visões e concepções eram transformadas em ordenamentos que, a um só tempo, preservavam suas respectivas posições e atuavam no sentido de aumentar seu poderio.

Dentro de um arremedo de dualidade cívica, que transcorria entre a ordem e a desordem e que excluía grande parte da população da condução dos destinos da sociedade, as ações desses homens tinham como base a fazenda, como palco, a cidade. Suas influências se prolongavam para além dos domínios rurais do Município, em um cenário onde a ausência das concepções de indivíduo e de cidadania acabava sendo substituída por um exacerbado personalismo dos membros mais destacados das famílias dominantes. Os desdobramentos resultantes dessa hierarquização faziam com que as atitudes, comportamentos e decisões estivessem lastreadas na autoridade e legitimados pelo formalismo jurídico e não propriamente

pela justiça, pelo moralismo e não pela religião, pelo disciplinamento e não pela formação educacional, pelos pleitos eleitorais e não pela política[4].

Talvez, as manifestações culturais que melhor resumiam essa situação eram as chamadas "cavalhadas". Evento periódico, de exibição pública, concorrido na preferência da população, fazia a cidade, entre março e abril, encher-se de homens mascarados e bizarramente vestidos. Após, a partir de um breve período, quando ocorriam alguns procedimentos de cunho religioso, eram apresentadas as "cavalhadas" propriamente ditas. Dois grupos de homens fardados, um de fardas vermelhas e calças brancas - abotoados de dourado - e outro de fardas azuis e calças pretas - abotoados de prateado, montados nos mais fogosos animais, todos eles decorados com fitas coloridas e ofuscantes adornos. Os atores eram ginetes, em cuja indumentária não faltavam as longas e polidas espadas que, como um símbolo de distinção da Guarda Nacional, faziam retinir aquelas reluzentes peças em um confronto simbólico entre Mouros e Cristãos.

O enredo era sempre o mesmo, desenrolava-se em um campo aberto, onde eram erguidos palanques decorados com galhardetes e bandeirolas, os quais abrigavam as principais famílias. Estas formavam as duas cortes que tinham à frente seus generais e embaixadores. Recados diplomáticos eram "proclamados em voz solenne, pausada, rithmada pelo diapasão oratorio" (Sic)[5].

Os protagonistas executavam uma série de evoluções, sempre a mostrar suas respectivas destrezas em complicadas evoluções de montaria. A correta execução das manobras fazia com que cada cavaleiro pudesse contar mais pontos para a sua equipe, o melhor desempenho poderia ser atingido por qualquer um dos lados.

> "Consumadas as provas de bravura, ...o rei Mouro capitulava entregando aos christãos a princeza a titulo de *refem* , apeiavam-se de seus animaes, depunham as armas e inclinavam humildemente as cabeças, para receberem o baptismo.... que era ministrado pelo general christão"(Sic)[6]

---

[4] **Santos**, Wanderley Guilherme dos. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades, 1978, cap.1.

[5] **Campos**, Tullio de. Franca de outr'ora. In: **Palma**, Vital. (Org.). Amanach de Franca (1913)... São Paulo: Salesianas, 1912, p.96-101.

[6] ***Idem*** *Ibidem*.

Nesse jogo, os Cristãos acabavam triunfando sobre os Mouros com a mais galharda nobreza.

Essa aclimatação das "cavalhadas mouriscas", em Franca, estava evidenciando como era inútil tentar arrebatar o bem aos bons e, através de uma série de outros procedimentos nada simbólicos, foi sendo sedimentada uma sociabilidade conservadora, monarquista, escravista, dominial e católica. É verdade que isso não se deu sem o choque de forças antagônicas, mas, afinal, o que estas forças estavam representando na região?

Era basicamente uma disputa que dividia a região em dois pólos. Um mais ao norte, representado por famílias de origem mineira que ocuparam as faixas de terra mais próximas ao Rio Grande e que tinham além do comércio do gado e do sal, a predominância sobre aquela fronteira da região. Suas propriedades eram convertidas basicamente em pastagens, suas atividades principais eram o pastoreio e a intermediação mercantil. Mais ao sul, havia as famílias que vinham ocupando as faixas de terras mais férteis, eram as mesmas famílias que, durante o episódio das Anselmadas, fizeram de Batatais o seu sítio.

Uma verificação, mesmo que sumária, da "Localização Aproximada" das fazendas na porção batataense do Sertão do Rio Pardo no século XIX, evidenciada por Diniz Junqueira, faz com que se perceba a importância das cumeadas na determinação dos caminhos e das aguadas na definição das posses das então denominadas "sortes de terra".[7]

O autor e sua equipe confrontaram e avaliaram informações dos seguintes documentos: o Assentamento de Gados da Vila Franca - 1828/1836, os Registros Paroquiais de Terras - Lei 601 de 18.12.1850 e os inventários e processos de Divisão e Demarcação de Terras dos últimos 25 anos do século XIX. Seu objetivo era estabelecer cadeias dominiais na ocupação da região; sua primeira conclusão é a de que grupos familiares se faziam presentes em várias fazendas, podendo uma mesma unidade abrigar vários grupos familiares. Isso mostra que havia uma subdivisão da terra, mas não o seu desmembramento e, ainda que se possa denominar essas glebas

---

[7] **Junqueira**. Eduardo Diniz. Fazendas e fazendeiros. In: **Brioschi**. Lucila R. [*Et Alli*]. Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais século XVIII-XIX. São Paulo: CERU, 1991. Anexo 1, p.275.

como sendo propriedades, a gestão destas estava submetida a laços de família e de compadrio que protegiam os grandes domínios da circulação mercantil.

A dinâmica da posse, ocupação e transmissão de terras foi apreendida através da divisão das fazendas entre herdeiros e "sócios co-proprietários" que gerou no final do século XIX:

> "... uma quantidade de pequenas parcelas de terra para um grande número de lavradores, ao lado da compra e concentração da propriedade por uns poucos (pertencentes ou não ao grupo familiar originário)"[8]

Os desmembramentos ocorreram somente a partir da Lei de Terras de 1850 com os processos de divisão e demarcação das antigas fazendas. Daí, as transações com pequenas porções de terra parecerem ter se constituído em um procedimento corriqueiro, que fez circular a propriedade entre os detentores de algum cabedal. Todavia, a permanência de descendentes nos locais de primeira ocupação denota, sim, o estreitamento das possibilidades das grandes faixas de terra estarem entrando no giro mercantil e não, como quer o autor, uma possível especulação de terras. Para que isso ocorresse, seria necessário um ativo mercado de terras e uma relativa escassez das mesmas, o que evidentemente não era o caso.

Mesmo que houvesse alguma transação de compra e venda de terras movimentando valores expressivos, deve-se estar atento ao fato de que isso não se constituiu a norma. Os processos de inventário analisados pelo pesquisador e sua equipe tornam saliente o fato de haver uma sistemática atribuição de valores aos bens inventariados, mas estas eram tão somente avaliações. Isso, na verdade, constituía-se numa evidência diferente de qualquer outra que pudesse indicar um valor de mercado efetivamente transacionado.

O fato de os participantes do inventário possuírem dívidas ativas e passivas entre si, contraídas em períodos diversos, sendo estas apresentadas apenas durante a tramitação do processo de partilha, revela que os interessados mantiveram anotações referentes a transações efetuadas, mas elas iriam ser definitivamente consumadas a partir do momento em que figurassem no orçamento de um inventário, para a apuração final do quinhão de patrimônio que caberia a cada qual dos herdeiros.

---

[8] **Junqueira**, Eduardo Diniz. *Op.cit.* p.71. (Grifo nosso).

Dentre os diversos documentos apreciados, uma informação é relevante: quando foi aberto o inventário de Francisco Marcolino Diniz Junqueira, em 1888, apareceram no rol de seus ativos 66 títulos, rendendo 1% ao mês, "capitalizados anualmente, alcançando a quantia de 121:755$16" em um monte partível que atingiu a quantia de 1.022:515$216 [9].

Ora, o Capitão Chico era um dos homens mais destacados do clã dos Junqueira e figurava entre os mais prósperos da região; somente no conjunto de seus haveres a serem partilhados, foi possível identificar sinais inequívocos de riqueza financeira, quase 12% de seus bens. Na grande maioria dos casos, a quantificação da riqueza figurava apenas como numerário decorrente de procedimentos de avaliação. Se isso significa que havia um verdadeiro estreitamento do setor monetário da economia, significa também a ausência de um ativo mercado de terras. Uma vez mais, indícios de que a concentração de terras não obedecia os mecanismos do mercado.

Outro detalhe que revela peculiaridades da circulação de riqueza do cimo à base da hierarquia social é o fato de os haveres dos pequenos proprietários, "aqueles que viviam de sua lavoura", sequer figurarem nos documentos como numerários, mas tão somente enquanto a quantificação pura e simples dos artigos inventariados, tais como: carros e arrobas de cereais ou cabeças de gado, de modo que a circulação monetária existente dificilmente permeava todos os segmentos sociais.

MEIOS DE TROCA NUMA SOCIEDADE HIERARQUIZADA.

Se havia um estreitamento das relações de mercado, havia, também, outros meios pelos quais os bens circulavam, fazendo com que os desnivelamentos ocorressem, de modo a permitir que os mais bem-aquinhoados acumulassem nas operações de troca. É significativo o seguinte comunicado da Câmara Municipal ao Presidente da Província em 1870.

> "Há no município a mineração diamantina descoberta há anos em todo o território adjacente aos ribeirões de Santa Bárbara, Sapucaí, Canoas e Carmo, distantes os três primeiros 3 léguas, e o último 7 léguas desta cidade. Para as margens destes ribeirões aflue ora maior, ora menor número de pessoas atrás de extrair diamantes, que na verdade têm aparecido, conquanto não tenham se

[9] **Junqueira**. Eduardo Diniz. *Op.cit.* p.113 e 183.

> achado pedras de grande vulto e preço. Como o terreno não está franco, ali trabalham por contrato com os donos daqueles lugares a quem pagam certa porção em dinheiro, para poderem levantar seus ranchos. Os meios empregados na extração dos diamantes é o das grandes extrações nos barrancos destes ribeirões, e o processo todo irregular e cheio de vícios. O valor do diamente é desconhecido pela classe dos trabalhadores que negociam com profissionais, os quais vão deles dispor na Capital do Império" (Sic)[10].

Se o comunicado da Câmara confere evidência ao trabalho não escravo, mesmo que não fosse ainda do tipo assalariado, o documento evidencia também que, na época, em se tratando da extração de diamantes - bens que rapidamente podiam ingressar na circulação mercantil, havia um procedimento de apropriação que separava os produtores diretos de uma classe de "profissionais", que, por sua vez, estabeleciam contratos com os "donos daqueles lugares". Esse hiato entre a produção e a circulação dos bens era, com certeza, a norma para outras atividades.

No que se refere à produção e às apropriações de outros bens de valor relativamente menor, como era o caso da agricultura de gêneros alimentícios, havia estrutura social que permitia a manutenção de procedimentos por meio dos quais os homens de maior poder executavam uma espécie de intermediação totalmente desfavorável aos produtores diretos, que, na maioria das vezes, notadamente no momento das colheitas, poderiam estar recebendo uma contrapartida não monetarizada quando executavam a troca; havia, tão somente uma forma de anotação em uma caderneta de "entradas" e "saídas", ou de "haveres" e "deveres", sob os rudimentos de uma contabilidade primitiva, a registrar aquelas operações que seriam saldadas em tempo não necessariamente aprazado.

O que caracterizava esses relacionamentos era o personalismo dos envolvidos e os seus respectivos compromissos. E, não foram apenas as denominações de fazendas como a Contendas, entre outras, que denotavam a inexistência de procedimentos impessoais, conforme requereria um mercado suficientemente estruturado, mas, sobretudo, as ausências e os silêncios encontrados pelo pesquisador Diniz Junqueira quanto à origem de determinadas propriedades, não devidamente mencionadas em alguns processos, juntamente com obscura falta de nomes dos

---

[10] **Chiachiri**, José. Vila Franca do Imperador: subsídios para a história de uma cidade. Franca: O aviso de Franca, 1967, p.121. (Grifo nosso).

antigos proprietários. Estes, entre outros procedimentos, tais como ilhar glebas dentro de uma grande propriedade, sonegar direitos de herança a órfãos e viúvas, e o grande número de casamento em segundas núpcias, estavam conjugados em um movimento de reprodução da grande propriedade, que ocorria por meio de um sistema de poder e não dentro de um mercado sistemático, a despeito de ter havido o fracionamento por meio de heranças.

> "A *fluidez* inicial, no entanto, vai cedendo lugar a uma estrutura fundiária mais definida, fixa, distinguindo de maneira nítida as vertentes do rio Sapucaí e do rio Pardo. A primeira, de ocupação mais antiga, fragmentou-se de maneira mais acentuada, dando origem a alguns grupos que se casavam entre si e ocupavam áreas contíguas. Eram famílias que possuíam poucos (menos de 10) ou nenhum escravo; muitos lavradores tinham também alguma outra habilidade artesanal. Na vertente do rio Pardo, pelo contrário, formaram-se grandes latifúndios, congregando as famílias que chegaram com maior cabedal de recursos: os Pereira Lima, os Castro e os Junqueira (Franco e Carvalho). Esses grupos permaneceram fechados dentro de si, em termos das escolhas matrimoniais, até final do século, e apesar de terem adquirido terras em várias fazendas, as suas próprias, onde mantinham as casas de morada, jamais foram apossadas por outros" (Sic)[11].

Embora não fosse a intenção inicial do estudo, o que o autor Diniz Junqueira está evidenciando aqui é o fato de ter havido um processo de reconcentração de terras, cujas origens estavam na legislação de 1850, justamente naquelas áreas onde ocupações foram feitas por homens de menores posses ou que tenham sido expostas a desmembramentos mais acentuados, decorrentes de partilhas.

Vale dizer, das margens do Sapucaí em diante, no sentido norte, a partir de onde estava situado o Município de Franca, e ainda, onde as famílias não estiveram tão fechadas quanto as mais tradicionais ao sul.

Ainda assim, os homens daquelas localidades puderam constituir núcleos de famílias dominantes ocupando significativas porções de boas terras, estabelecendo laços com as famílias mais fortes e consolidadas na região de Batatais, acima mencionada como a "vertente do Rio Pardo", mediante casamentos e respectivas uniões familiares.

---

[11] **Junqueira**, Eduardo Diniz. *Op.cit.* p. 72. (Grifo nosso).

Ocorria, entretanto, além das fronteiras da região, a reprodução dos antigos procedimentos de ocupação de terras devolutas, e essa ocupação foi uma constante na direção de Araraquara - movimento que circunscreveu uma das importantes influências na origem de Ribeirão Preto, nas ocupações em direção a Barretos e, depois, até naquelas que ocorreram no sentido mais a oeste do Triângulo Mineiro.

Evidenciava-se, dessa forma, no Planalto de Franca, ao lado da atividade criatória de estrutura social ligeiramente diferenciada - funcionando com menor contingente de escravos e centrada em uma modalidade de domínio familiar um pouco menos rígido, um avanço daqueles núcleos familiares localizados mais ao sul, que mantiveram suas antigas posses e foram capazes de constituir outros ramos a ocupar consideráveis faixas de terras, que não eram compostas apenas de campos de criar, mas de matos fechados sob os quais estavam algumas manchas de terra roxa.

Valendo-se de Inventários para a cidade de Franca, existentes no Arquivo Histórico Municipal, para os períodos de 1822-30 e 1875-85, Oliveira fez um estudo comparativo do movimento da riqueza entre os proprietários francanos. O autor elabora sua análise a partir da classificação das seguintes modalidades de expressão da riqueza: bens móveis, bens de raiz, semoventes, escravos e dívidas ativas e passivas. Seu estudo engloba inventários onde aparecem a predominância de heranças rurais, mas deve-se sublinhar que, no segundo período analisado, apareceram heranças cujos bens estavam circunscritos apenas ao espaço urbano, de modo que sugere uma diferenciação entre os proprietários neste quesito e também uma diversificação das ocupações, bem como a conseqüente ampliação do espaço e do contingente urbano daquelas populações. O estudo identifica as seguintes estruturas de composição de riqueza [12], expressas nos Gráficos nºs 2 a 5.

Mesmo que esse estudo não tenha se preocupado em classificar a riqueza dos grandes e pequenos proprietários, ou ainda a composição desta para os proprietários urbanos e rurais, ele é suficientemente elucidativo no que concerne ao movimento da riqueza.

---

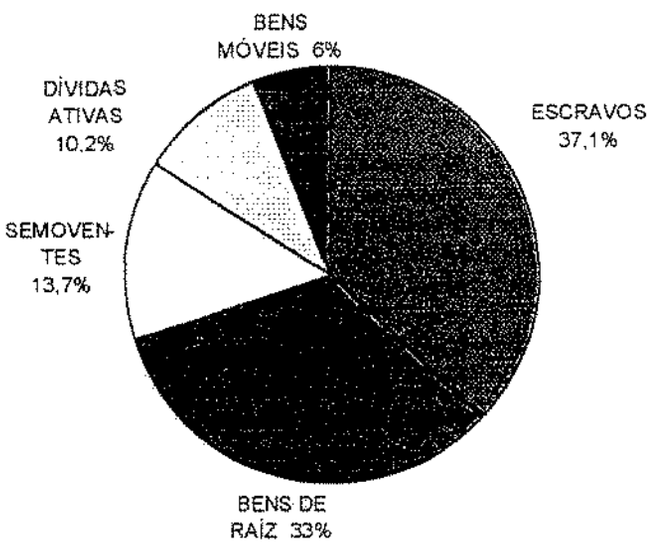
[12] **Oliveira**. Lelio Luiz de. As transformações da riqueza em Franca no século XIX. (Dissertação de Mestrado). Franca: FHDSS/ UNESP, 1995. 214 p. Gráficos 2.3.6.7.

Dentre suas conclusões, pode-se destacar um significativo aumento dos bens de raiz na composição da riqueza, ao lado de uma sensível redução das dívidas passivas e conseqüente crescimento das dívidas ativas, "com decréscimo considerável na porcentagem de proprietários que contraíram dívidas passivas"[13]. Donde se percebe que, nos anos que precederam a chegada da ferrovia à região, houve uma valorização generalizada dos imóveis - notadamente uma concentração das propriedades - e uma redução das dívidas passivas a serem liquidadas por ocasião da repartição das heranças entre os proprietários.

Essa realidade poderia estar significando que um menor índice de endividamento entre os proprietários seria decorrente de uma maior movimentação de moeda ou dinheiro em transações que envolviam até o crédito, ao contrário de pequenos negócios como as aquisições de uns poucos animais e as cessões de escravos registradas em forma de jornais, dentro de uma mesma parentela de co-proprietários que, no primeiro período, ficavam, com maior freqüência, pendentes até a repartição das heranças.

GRÁFICO nº 2

COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA - 1822/30



[13] **Oliveira**. Lélio Luiz de. *Op.cit*. p.201.

GRÁFICO nº 3

COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA - 1875-1885

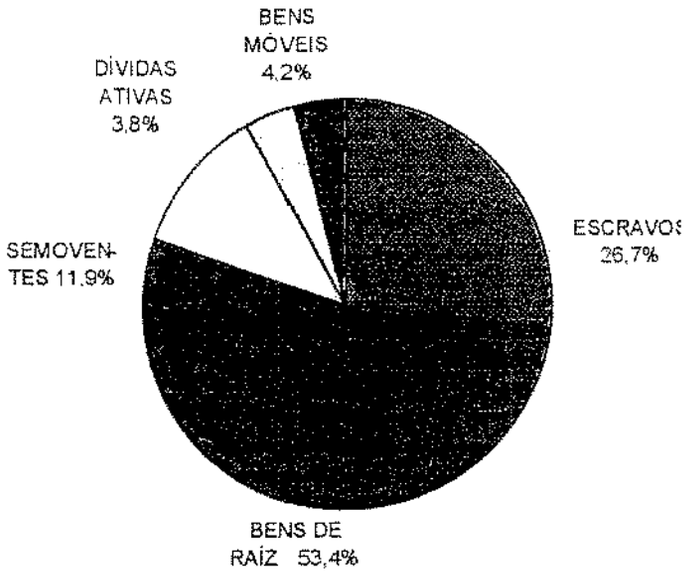


GRÁFICO nº 4

DÍVIDAS ATIVAS/ PASSIVAS - 1822/30

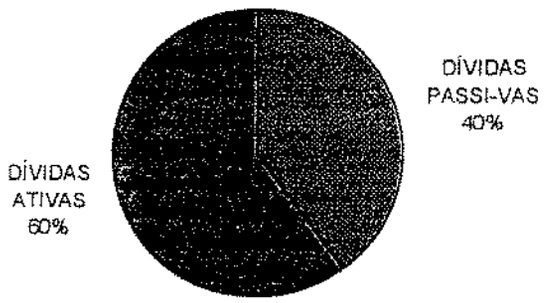
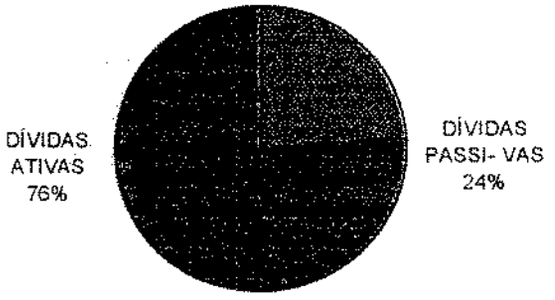


GRÁFICO nº 5

DÍVIDAS ATIVAS/PASSIVAS - 1875/85



No período de 1875-1885 houve, portanto, uma maior intensidade nas transações mercantis monetarizadas, permitindo uma maior freqüência na efetivação dos negócios. O estudo não conclui, indica entretanto, que elas foram se generalizando e mercantilizando um leque cada vez maior de bens transacionados naquela economia.

Verificou-se, ainda, composição significativamente maior da propriedade - rural e urbana - (33% no primeiro período e 53,4% no segundo) no conjunto da riqueza apurada. Houve uma progressiva redução dos bens móveis e dos semoventes (19,7% no primeiro período e 16,1% no segundo) e, ainda, uma significativa diminuição da participação dos escravos no cômputo geral da riqueza (37,1% - no primeiro período - e 26,7% - no segundo período).

Detalhe também significativo, na análise, é o fato de a expressão global da classificação escravos estar decaindo em relação ao total, apesar de ter havido uma diminuição no número médio de escravos possuídos entre a grande maioria dos proprietários (5,3 em média), tendo os proprietários com menos escravos (4) ocorrido com maior freqüência, ao passo que um pequeno número de grandes proprietários, (2 apenas), passaram a possuir uma quantidade maior de cativos (17 e 23 respectivamente), perfazendo 5,8% dos proprietários.

A redução da participação dos escravos no conjunto da composição da riqueza (de 37,1% para 26,7%), a despeito do exacerbado aumento nos preços destes no segundo período, ao lado de uma concentração de cativos dentro de um pequeno porcentual de proprietários e, sobretudo, uma relação de 53,3% e 46,7% de proprietários e não proprietários de escravos, respectivamente, eram evidências inequívocas de que a riqueza - medida em escravos - estava se concentrando nas mãos de pouquíssimos proprietários, mesmo sendo computada a preços rigorosamente coincidentes com os praticados em outras praças e centros de comércio[14].

Para que fosse possível essa concentração de riqueza - de escravos e de terras - teria de estar havendo um processo de enriquecimento dos proprietários de maior expressão, ainda que eles estivessem imobilizando uma soma consideravelmente maior de escravos na propriedade e que, em virtude do aumento de preços verificado,

---

[14] **Oliveira**, Lélio Luiz de. *Op.cit.* p.98-100, 119-20, 188-93.

alguns deles acabaram deixando de ter escravos. Qual foi, portanto, o mecanismo a presidir esse movimento concomitante de concentração de riqueza com maiores gastos? De alguma forma os grandes proprietários, detentores de maior número de cativos e das maiores propriedades, estavam externalizando os custos dessas operações.

Diante de uma significativa ausência de alusões quanto a estoques de moeda corrente ou de jóias e objetos pessoais de valor nestes estudos, elaborados a partir de processo de herança, fica uma lacuna sobre a qual é consideravelmente ponderável que, se esses bens existiram, e não foram relacionados nos processo de repartição das mesmas, eles foram apropriados pelos familiares mais diretamente relacionados com os *de cujus successione agitur*[15], ficando, portanto, extremamente difícil identificar os movimentos da circulação do dinheiro nessa economia.

Todavia, se se pensa as mudanças identificadas por Oliveira, dentro de uma visão dinâmica das trocas e dentro de uma modalidade de relacionamento que envolvia os proprietários - inclusive de escravos, mais os produtores diretos - proprietários de terra e não proprietários de escravos, e, ainda, os simplesmente agregados - produtores não proprietários de terra. A interveniência da circulação monetária não só era restrita, como acabava sendo substituída por transações de caderneta. Nesse caso, o que o estudo de Oliveira está dizendo, na realidade, é que os grandes proprietários, em aumentando suas dívidas ativas e diminuindo suas dívidas passivas, estavam repassando, de algum modo, esta diferença para o restante da estrutura social. No presente raciocínio, exatamente para os pequenos proprietários ou produtores diretos que, com isso, ou perderam, ou se desfizeram do seu plantel de escravos e, no limite, poderiam até estar perdendo sua terra.

Um dos fatos que atesta o princípio dessas operações de troca com ausência de dinheiro e pela interveniência de uma operação contábil foi o implacável combate que se fez, através das instituições municipais, à circulação da moeda de cobre, que tendeu a se generalizar no final do século. Como se sabe, o "chem-chem", como era vulgarmente chamado, foi uma espécie de dinheiro fiduciário dos últimos tempos do Império que, se estava sendo combatido em alguma localidade, isso ocorria porque, certamente, poderia estar corroendo os princípios básicos dessas modalidades de

[15] Aos quais a sucessão se refere.

transação comercial, onde o dinheiro apenas circulava entre alguns poucos mais bens situados no conjunto da sociedade.

Vale dizer que, nas transações, os grandes proprietários acabavam centralizando toda uma produção mais ou menos pulverizada numa localidade onde exercia seu domínio pessoal, executando um mecanismo de rebaixamento de valor de compra e um procedimento de valorização quando da mercantilização dessa produção. A recíproca era verdadeira no movimento inverso: o sal, os artigos de ferro, os tecidos também tinham os seus preços desnivelados por essa modalidade de intermediação, da qual resultava o endividamento.

Para que isso estivesse, finalmente, gerando renda, era necessário sobretudo que a região estabelecesse uma relação de trocas com as demais, de modo a apresentar saldos positivos entre o que ela "importava" e o que ela "exportava", este circunstacimento, que se depreende do comércio do sal, será discutido mais adiante.

Não menos importante, essas mudanças eram condições necessárias à implementação da cafeicultura na região, motivada principalmente pela inauguração da estação Ribeirão Preto da Cia. Mogiana em 1883, fato que poderia estar induzindo homens de maiores posses a ingressarem no sistema da cafeicultura, ainda dentro de uma modalidade de trabalho que demandava algum contingente de escravos, mas que na realidade seria definitivamente implementada com base no trabalho do imigrante.

Enfim, esses aspectos da riqueza em Franca inseriam-se em um sistema econômico no momento da transição da sociedade senhorial para a sociedade empresarial, e a desagregação do escravismo local fazia-se sentir desde 1874, quando a população escrava decaía de 3.577 para 2.124 em 1884 e, para 1.283 em 1887. Perfazendo, assim, um dos menores índices em toda a Província, ou seja, 35,9 em relação a uma base 100 estabelecida em 1874. Esse era o terceiro menor, pois Moji das Cruzes compunha um índice de 33,5 e a Capital, um de 14,1. Demonstra-se, dessa forma, que Franca era, devido a peculiaridades já assinaladas, uma localidade em que mais visivelmente se configurava uma situação tal como a elucidada por Santos:

> "...Os melhoramentos no sistema de transportes, as ferrovias, os aperfeiçoamentos técnicos do processo de beneficiamento do café, o processo de urbanização, enfim, a modernização da economia [estavam] a impor novas

condições de trabalho, pois o braço escravo revelava-se cada vez mais oneroso e improdutivo dentro da nova realidade"[16].

Dentro dessa realidade, houve uma espécie de mobilidade espacial da grande propriedade familiar, o que produziu um impacto na sociedade francana, dando origem, pelo seu poderio, a uma certa modernização, a qual se expressou na diversificação do meio urbano e na ampliação do quadro de profissões.

Esses profissionais eram homens que engrossaram o quadro de despossuidos da terra, sendo, ao mesmo tempo, possuidores de alguma habilitação técnica conquistada através de ofícios desenvolvidos por eles quando pequenos possuidores de terra, em suas lavouras "para o gasto", em sua faina de subsistência. Incapazes de superar seus respectivos endividamentos, acabaram retidos no espaço urbano, pelo estreitamento das suas possibilidades no espaço rural.

José Garcia Duarte era produto dessa sociedade, onde meios de troca muito particulares permitiram a mobilidade da grande propriedade e atuaram no sentido da sua reprodução, utilizou também os mecanismos sociais da parentela para consolidar sua posição e pacificar os interesses locais, foi casado em primeiras núpcias com a filha de José Bernardes da Costa Junqueira, Dª Ana Costa e, depois, em segundas núpcias, casou-se com Dª Maria Amélia Antunes Pinheiro, a Baronesa da Franca, articulando-se dentro de parentelas, ao sul, com os Junqueira e, ao norte, com os Pinheiro. Mais propriamente, tendo sido o protagonista do Baronato da Franca, quando D. Pedro II , na expressão de José Murilo de Carvalho[17], "verteu a cornucópia" das condecorações. Foi sua atuação na Câmara Municipal, entre 1882-1885, e à frente da Presidência em 1886, a que melhor caracterizou o nascimento de uma era de Coronéis do poderio local que, com algumas mudanças a serem qualificadas posteriormente, tornou-se dominante até 1930.

Seu pragmatismo evidenciava-se tanto na vida pública quanto na gestão dos seus interesses particulares, embora, em alguns casos, esses dois caminhos encontravam-se sem o mínimo constrangimento. Sobressaía, em muitos eventos, seu

---

[16] **Santos**, Ronaldo Marcos dos. Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo: (1885-1888). São Paulo, IPE/USP, 1980. p.11. Ver também Quadro II - População total e escrava da Província de São Paulo - 1874, 1884 e 1887, p. 20-21.

[17] **Carvalho**, José Murilo de. Teatro das sombras: a política imperial. São Paulo/ Rio de Janeiro: Vértice/ Revista dos Tribunais/ Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p.11-22.

senso de conveniência. Ativo defensor da cafeicultura, manifestou-se pela isenção de impostos para incentivar uma lavoura "muito nova no Municipio" em 1885, anteviu o declinio do "commércio de carros" e a importância que a lavoura teria nos negócios locais.

Gonçalves Naldi relatou as medidas modernizantes desencadeadas ao tempo do Major Duarte e seus correligionários: canalização e distribuição de águas, iluminação pública, eletrificação, alinhamento das ruas, loteamentos e construção de logradouros públicos, além de obras destinadas à caridade pública, à cultura, à educação e à imprensa[18]. Tudo aquilo que um centro urbano requereria para fazer jus ao mais vultoso dos melhoramentos: a chegada da Ferrovia em 1886.

A IMPORTÂNCIA MERCANTIL DA CIDADE E A FERROVIA.

O grande feito na constituição de um poderio local dos plantadores de café e na consolidação de uma infra-estrutura urbana para a cidade, que fizesse consolidar minimamente sua posição mercantil, residia na capacidade de seus homens articularem influências junto às famílias locais e estabelecerem contatos com os homens mais poderosos da Província. Isso era feito pelo Bacharel Estevan Leão Bourroul.

Bourroul, egresso das arcadas do Largo de São Francisco em 1881, foi o fundador e líder do Partido Conservador em Franca no ano de 1883, coincidindo com a inauguração da estação da Mogiana em Ribeirão Preto. Muito mais do que porta voz dos interesses locais, ele estava se antecipando à chegada dos trilhos pelo inexorável caminho do Planalto de Franca e consolidando o Nono Distrito eleitoral da Provincia enquanto mais uma fonte de votos para os seus planos eleitorais. Para fazer isso precisou granjear apoios junto aos homens que dominavam a situação local.

Dentre os líderes, o Monsenhor Rosa e o Major Duarte, os principais membros do Partido Católico que, identificando-se com a pregação conservadora e também exacerbadamente católica de Bourroul, imediatamente tornaram-se aliados.

Não foram os conservadores os únicos que chegaram a Franca na década de 1880. Esse movimento de chegada de influências da capital ao interior, antecipando-

---

[18] **Naldi**, Mildred Regina Gonçalves. Coronelismo e poder local: Franca (1850-1889). Franca: UNESP, 1992. p.72-81.

se à chegada da linha de ferro, foi também executado por liberais. O Partido Liberal teve, em Franca, destacada atuação. No ano de 1882, César Augusto Ribeiro fundava o jornal "O Nono Distrito". Através dele e de iniciativas educacionais de cunho liberal, consubstanciadas na montagem do Liceu Culto às Letras, foi que Franca esteve em sintonia com o debate nacional.

Na época, o referido debate acabava sendo polarizado entre aquelas correntes. Durante algum tempo, a presença do ideário liberal, eivado de argumentos de cunho positivista, em oposição ao conservadorismo situacionista, engrossou o coro do abolicionismo e da necessidade de mudanças.

A partir da década de 1870 funcionou em Franca uma Loja Maçônica sob a denominação "Amor e Segredo", dirigida pelo Venerável Antonio Barbosa Lima. Mesmo tendo construido sede própria, a loja esteve fechada por considerável espaço de tempo, sob a justificativa de que a Câmara Municipal deveria fazer funcionar uma escola naquelas instalações, muito provavelmente o motivo tenha sido a implacável ação da Igreja local, que buscava resguardar seu ideário e seu patrimônio imobiliário.

Se não interessa, aqui, qualificar os aspectos que moviam o debate entre Maçonaria e Igreja, entre Liberais e Conservadores, entre positivistas e ultramontanos, tampouco o crescimento da corrente republicana, interessa para o historiador o fato de a Loja "Amor e Segredo" ter sido fechada "por motivos que não vêm ao caso"[19].

São esses motivos ocultos que permitem localizar o acirramento local do debate a partir do momento em que se define que os trilhos da Mogiana passariam por Franca, sendo natural que os homens antevissem o incremento dos negócios, o aumento da população e todas as conseqüências econômicas e sociais desse movimento, tornando-se compreensível a ampliação do leque de ideários, que foram aparecendo com a implantação de associações, de entidades e de cultos religiosos, numa sociedade que experimentava profundas transformações.

Nesse movimento os conservadores fizeram passar a idéia de que a chegada dos trilhos à Franca, a vinda das Irmãs de São José - educadoras do Colégio Nossa

---

[19] **Palma**, Vital. (Org.). Almanach de Franca: (1912). São Paulo: Salesianas, 1911, p.85.

Senhora de Lourdes, bem como a introdução de benfeitorias como eletrificação, construção de teatros e organização de ajuda aos desvalidos, teriam sido obras resultantes de suas ligações exitosas com os homens que decidiam os destinos da Província. Assim, perpetuaram a máxima de que os trilhos passavam por Franca através de gestões de alto nível executada pelos mesmos, fazendo ver as imperiosas necessidades locais.

Gestões dos homens entre as esferas de poder certamente ocorreram, mas sua finalidade era a manutenção do *status quo* frente àquele conjunto de mudanças. Principalmente quando se pensa que no conjunto dessas mudanças o elemento novo e desconhecido era o imigrante que desembarcava na estação ferroviária.

Ainda que o traçado da Mogiana fosse o mais sinuoso em comparação com as ferrovias que, posteriormente, cortaram o Estado de São Paulo, fato que pode induzir a pensar na gestão de chefes locais exercitando seu poderio no sentido de trazerem os trilhos para mais perto de seus domínios, não se deve deixar de lado o fato de aquela ferrovia ter sido concebida para atender as regiões de ocupação mais antigas do interior paulista a partir de Campinas, no sentido norte e que, no confronto com as demais províncias, obedecia a uma espécie de competição entre elas para se chegar até Goiás e Mato Grosso. O engano se desfaz quando se verifica o sistema das concessões feitas no Império.

Reunindo uma série de privilégios, desde as primeiras iniciativas, o Governo Geral, através da Lei 641 de 26.06.1852, passou a regulamentar a forma e estabelecer as prioridades na construção de estradas de ferro. Fazia concessões quanto ao prazo de exploração, quanto à garantia de juros sobre o capital empregado, determinava o "privilégio de zona", reservando uma área de 5 léguas para cada lado da linha, onde as companhias poderiam exercer o direito de desapropriação e do uso de madeira existente em terras devolutas, havia, também, a isenção de direitos para o material importado, inclusive carvão.

Em 1862, a Província de São Paulo passava a conceder garantia de juros e prazo de concessões com a construção da Jundiaí - Campinas. Não interessa aqui qualificar e analisar as mudanças que essa sistemática sofreu, mas apenas nuançar o fato de que grandes somas de capitais estavam sendo investidas em um negócio que

envolvia tecnologia de ponta e, como tal, obedecia aos mais elevados requisitos da racionalidade e do cálculo capitalista.

As relações de benefício e custo, ao lado das condições técnicas de execução, eram cuidadosamente avaliadas e o custo de oportunidade do capital era garantido pelo Estado, fato que deu ensejo a uma série de mecanismos especulativos como o abaixo mencionado:

> "As linhas concedidas durante a primeira fase ..., foram muito onerosas ao Governo Geral pela garantia de juros afiançada, em ouro, que era em geral paga integralmente e a câmbios baixos"[20].

Ademais, cabe lembrar ainda que apreciável quantidade de recursos era captada através da emissão de ações, investimento que denota dois movimentos de aplicações de capitais. Um resultante da aplicação de montantes disponíveis no plano internacional e outro resultante de poupanças geradas na atividade interna, sendo predominante a cafeeira.

Com o advento da República, a sistemática de garantia de juros não mudou substancialmente; antes, apenas trocou de endereço. Promulgada a Constituição da República, a 24.02.1892, foram fixadas novas competências aos governos federal e estaduais para resolverem sobre vias de comunicação terrestres e fluviais. "Só" poderiam gerar obrigações para com o tesouro nacional as iniciativas aprovadas pelo Congresso Nacional que obedecessem a metas estabelecidas em um plano governamental adotado segundo critérios de ordem estratégica, de utilidade nacional, ou de superior interesse público e administrativo.

A 13 de julho de 1892 promulgava-se em São Paulo a Lei nº 30 regulamentando a concessão de estradas de ferro em seu território. Evidente que os Estados tenderam a ser mais criteriosos do que teria sido o Governo Central no Império, ao mesmo tempo em que, iniciado o Governo Provisório foi feita uma revisão das concessões e resgate do passivo representado pelas garantias de juros

---

[20] **Brasil.** Secretaria de Planejamento da Presidência da República, IBGE., CNI. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. In: ***Idem***. Séries estatísticas retrospectivas, v.2, t.3 - Indústria de transportes, indústria fabril. Rio de Janeiro: IBGE, 1986, p.10. (Original publicado em 1909).

anteriores, que, na maioria das vezes, acabaram sendo alteradas para a forma de exploração por arrendamento.

Mas a lógica que presidia a construção de estradas continuava sendo a necessidade de estabelecer ligações entre as regiões produtoras e os centros de consumo. Diante disso, não raro a ação das esferas de poder acabaram por potencializar a sistemática de garantias especiais contra eventuais ocorrências que pusessem em risco os capitais investidos.

Para os objetivos do presente trabalho, interessa notar a contemporaneidade das iniciativas de construção de duas estradas de ferro: a Mogiana e a Oeste de Minas. A primeira organizou-se no ano de 1873 e, em 1875 - a 3 de maio, colocava em funcionamento o primeiro trecho, entre Campinas e Jaguari, com 35 quilômetros. Até 15 de novembro do mesmo ano a estrada atingia a cidade de Amparo, com 105 quilômetros, tendo passado por Moji-Mirim a partir de 27 de agosto. A segunda iniciou a construção do primeiro trecho entre a Central do Brasil e São João D'el-Rey em 1880, tendo percorrido um trajeto de 99 quilômetros, que foi inaugurado em 1881.

Em 1878, dos 1.047 quilômetros existentes na Província de São Paulo, a Mogiana era a mais extensa com 210 quilômetros[21]. Até o ano de 1889 a Mogiana já havia percorrido o trajeto até Casa Branca, Ribeirão Preto, Batatais, Franca e havia atingido as margens do Rio Grande conforme autorização do Governo Central em 1883, perfazendo uma linha tronco com total de 510 quilômetros.

A Oeste de Minas, por sua vez, atingia a cidade de Oliveira, somando uma extensão de 272 quilômetros. Todavia, a informação mais contundente está contida no Decreto nº 862, promulgado em 16.10.1890. No documento, o Governo Provisório estava definindo como prioridade as linhas férreas e fluviais e fazendo as respectivas concessões relativas a um plano de constituição de um sistema de transportes na região central do Brasil a partir das praças de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que, no caso dessa última, a passagem deveria ser por Minas Gerais.

---

[21] **Lisboa**, José Maria (Org.). Almanach litterário de São Paulo para 1879. (Publicado por José Maria Lisboa). IV ano. São Paulo: Museu Paulista. p.85. (Edição fac-similar).

No que concerne às duas companhias, havia em comum, desde a época de suas respectivas organizações, um ponto de destino no Estado de Goiás: a cidade de Catalão. Para o caso da Oeste de Minas, entretanto, já no início da República, assumia-se a necessidade de uma bifurcação, com um ramal dirigindo-se até a cidade de Araxá e outro atingindo o Rio Paracatu, de modo a utilizar-se de sua navegação. Pelo ramal do Araxá dever-se-ia buscar o mais conveniente ponto de interseção com o prolongamento da Mogiana.

O significado da bifurcação prevista na Oeste de Minas explica duas circunstâncias: a primeira, era a impossibilidade de se construir uma estrada de ferro que passasse sobre a Serra da Canastra para se chegar até Catalão; repetindo uma impossibilidade já revelada no passado, Minas ainda tentaria esta ligação com Goiás, em 1907, através do Decreto 6.438 de 27.03; a segunda, era o reconhecimento de que a Mogiana atingiria primeiro seu objetivo. Ou seja, ligar Goiás a um grande centro paulista de consumo, ou, por outras palavras, submeter uma região distante ao movimento de comércio de um grande centro consumidor e abastecedor. No caso o Estado de São Paulo mostrou ter sido mais rápido, pois a ferrovia mineira apenas atingiria a cidade de Formiga e depois a de Arcos, ficando muito aquém do previsto, completando grande parte do trajeto com navegação fluvial, para chegar a Capetinga pelo Rio Grande.

Entretanto, nenhum dos projetos logrou total êxito. A ferrovia paulista chegou à sua estação mais distante ao atingir a cidade de Araguari, em 1896, tendo cruzado o Rio Grande, na altura de Jaguara, em 1889 e, daí, dirigindo-se para Sacramento, Conquista, Uberaba, Uberlândia e, finalmente, Araguari; todas localidades situadas no lado mineiro da ferrovia. Jamais chegou a Catalão, no Estado de Goiás, embora documentos posteriores ainda denominassem o prolongamento até Araguari de "Ramal Catalão". Tampouco concretizou-se o plano de o Banco União de São Paulo organizar uma estrada de ferro partindo do Triângulo Mineiro até Cochim, no Mato Grosso[22] e, dos estudos para se chegar até o Rio Araguaia, foram concluídos apenas os 140 quilômetros ligando Uberaba a São Pedro de Uberabinha - Uberlândia. Dos 230 quilômetros previstos até o prolongamento do Rio Paranaíba, apenas os 40

[22] **Lisboa**, José Maria (Org.). *Op.cit*, p.6-10, 23-4, 31-2, 67 e 85.

necessários para se chegar à mais distante das estações da Mogiana: Araguari[23]. Somente na década de 1910 é que apareceu a Ferrovia de Goiás.

Isso, no entanto, não obscureceu o fato de a Mogiana ter se transformado em uma das maiores e mais lucrativas ferrovias do país, projetando uma larga influência sobre cidades mineiras ao longo da Serra da Mantiqueira, através de vários ramais cruzando a fronteira do Estado em vários pontos, fazendo entroncamento com ferrovias mineiras - em Guaxupé, em Caldas e, finalmente, sobre o Triângulo Mineiro, funcionando como um verdadeiro mecanismo de atração sobre essas localidades.

Todavia, o que resta é a pergunta: se havia interesses econômicos que colocavam Goiás como ponto de destino, revelados na luta geo-política das concessões de transporte, quais especificamente, eram os motivos dessa expansão?

Parece que o motivo fundamental residia na rentabilidade que os capitais conquistavam mediante uma garantia prévia de rentabilidade a ser coberta pelo Estado, caso o negócio não realizasse os lucros desejados. Mas havia ainda a possibilidade da ferrovia dar lucro e, nesse caso, quais seriam os bens transportados que originavam esses lucros e, que efeitos ela estaria provocando nas estruturas econômicas das localidades por onde passava?

Mais ainda, seria extremamente linear um raciocínio que ligasse as iniciativas do Estado à reprodução dos capitais investidos, principalmente se se tem em conta a ação do Estado Imperial. De outra forma, deveria estar havendo algum propósito não necessariamente econômico que fizesse com que o Estado se empenhasse na construção das ferrovias, notadamente aquelas que visassem cruzar as fronteiras provinciais, de modo a aproximar populações distantes ao pecúlio da administração central.

A dinamização dos transportes estaria, por um lado, agilizando os procedimentos mercantis, evitando a morosidade e, por conseguinte, estreitando a margem de manobra de atividades especulativas que se desenvolviam enquanto os pontos de uma cadeia de produção e consumo estivessem apartados pelas distâncias; por outro lado, ela estaria, também, criando a possibilidade de convergência de toda

---

[23] **Relatorio** da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 20 de abril de 1890. São Paulo: Jorge Seckler. 1890. p.15.

uma produção regionalizada e distante para um determinado local onde houvesse uma estação ferroviária, de modo a encontrar meios de escoamento, ao mesmo tempo em que colocava os agentes dessa produção frente a um leque maior de bens necessários e, até então, de difícil acesso. Nesse sentido, a ferrovia estava também criando as condições mínimas necessárias ao funcionamento dos instrumentos de tributação existentes.

A ferrovia estava, portanto, criando oferta e procura, alargando as possibilidades de um mercado em localidades onde ele ainda não havia se consolidado, na medida em que rebaixava os custos de intermediação, através da agilização dos transportes. Ademais, deve-se considerar o importante papel exercido pela atividade de construir ferrovias e forjar um sistema de transportes, baseado em trabalho assalariado, numa sociedade crivada pelo escravismo.

Sobretudo, entretanto, deve-se estar atento ao fato de a ferrovia estar exercendo uma espécie de papel civilizador sobre regiões até então apartadas e distantes. É o que se depreende das afirmações feitas pelo Barão do Rio Branco:

> "[A Mogiana]... atravessa em Jaguará o rio Grande ou o alto Paraná, entra na província de Minas Gerais e já chega a Uberaba, a 500 quilômetros da costa e perto da província de Goiás. Ela será prolongada até o pôrto de Jurupensém, no rio Vermelho, afluente do Araguaia...
>
> ... Quando essas ferrovias estiverem concluídas, a comunicação interior entre Rio de Janeiro e Belém do Pará será assegurada pela via de São Paulo e de Goiás." (Sic)[24].

Ainda, no caso específico da Mogiana, a presença do Imperador na inauguração de estações dos ramais de Caldas e do Rio Grande, nas cidades de Poços de Caldas e Batatais, em novembro de 1885, confirma a importância dessas vias nos planos do Império, bem como os dois ramais, de 60 e 190 quilômetros de extensão, respectivamente, figurarem enquanto estradas de concessão federal, ainda dentro de

---

[24] **Lavasseur**, E. & **Rio Branco**, Barão do. As vias e os meios de comunicação do Brasil em 1889. Boletim Geográfico. Trad. Orlando Valverde, ano III nº 25, 1945, p.30-37.

periodo previsto para reembolso de juros garantidos - sob a sigla F.R. - no ano de 1934[25].

É muito pouco provável que a ferrovia tenha encontrado, na região de Franca, uma cafeicultura de largas proporções. As ações dos homens evidenciam sua existência ao lado de uma tradicional agricultura de alimentos, mas o mais provável é que, quando os trilhos da Mogiana chegaram em Franca, o sustentáculo de sua economia ainda fosse a intermediação mercantil com gado bovino e a compra e venda do sal em moldes que lastreavam toda uma economia produtora de outros gêneros de subsistência que poderiam, também, entrar no giro mercantil.

Essas mudanças, embora tenham provocado uma espetacular transformação nas estruturas até então vigentes, tiveram que enfrentar algum periodo de acomodação. Isso se depreende das informações abaixo a justificar o *deficit* de 37:614$819 que o prolongamento da ferrovia registrou no seu primeiro semestre de operações no Triângulo Mineiro:

> "Alem de ser despendiosa a conservação de uma linha nova, dá-se a respeito desta emquanto seu ponto terminal fôr Uberaba, o facto de não procurarem esta estação, as cargas em sua maioria de Goyaz, porque depois de entradas no territorio mineiro, os carros e tropeiros com pequena diferença de percurso, podem vir á estação de Jaguára ou algumas das intermediarias, e deixar de procurar Uberaba, pela poisição que está collocada esta cidade em relação á estrada do Chapadão .
>
> Estes inconvenientes deixarão de existir, desde que a estrada se prolongue até S.Pedro de Uberabinha, e ás margens do Rio das Velhas, visto que nessas hyphoteses terá cortado a estrada de rodagem e receberá as cargas que tem deixado de percorrerem a linha em tráfego.
>
> Alem disso devemos confiar no desenvolvimento natural do commercio, lavoura e industria desses lugares cujas riquezas naturaes não podem ser desenvolvidas pelas difficuldades de transporte que terão desaparecido com o prolongamento da linha." (Sic)[26].

---

[25] **Brasil**. INE. São Paulo. Secretaria da Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio. Sinopse estatística do Estado nº 1 (separata com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil, ano II - 1936). São Paulo: Brasil de Rothschild, 1936, p.65-66.

[26] **Relatorio** da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 20 de abril de 1890. *Op.cit.* p.17-18.

A situação, do ponto de vista da cidade de Franca, foi sendo rapidamente modificada, menos de meia década foi o suficiente para que, com o avanço dos trilhos, o grosso desse comércio de sal e de gado e outros "generos do paiz" fossem sendo empurrados para o norte até passar a ser mais intenso, também, fora do solo paulista. Isso poderia estar estreitando as potencialidades da cidade na produção e principalmente na comercialização de outros bens necessários ao consumo - "generos importados", reduzindo a região a condicionantes meramente locais.

Segundo os Relatórios de Diretoria da Companhia Mogiana, no período de 1896 a 1902 houve um significativo decréscimo dos embarques de gado na estação Franca, Gráfico nº 6.

O movimento excepcional ocorrido em 1893 estava associado a uma possível liqüidação para renovação do plantel, que envolveu a substituição do gado europeu para o indiano, que tanto poderia estar associado ao avanço da cafeicultura, quanto às novas condições do transporte, como já demonstrado anteriormente.

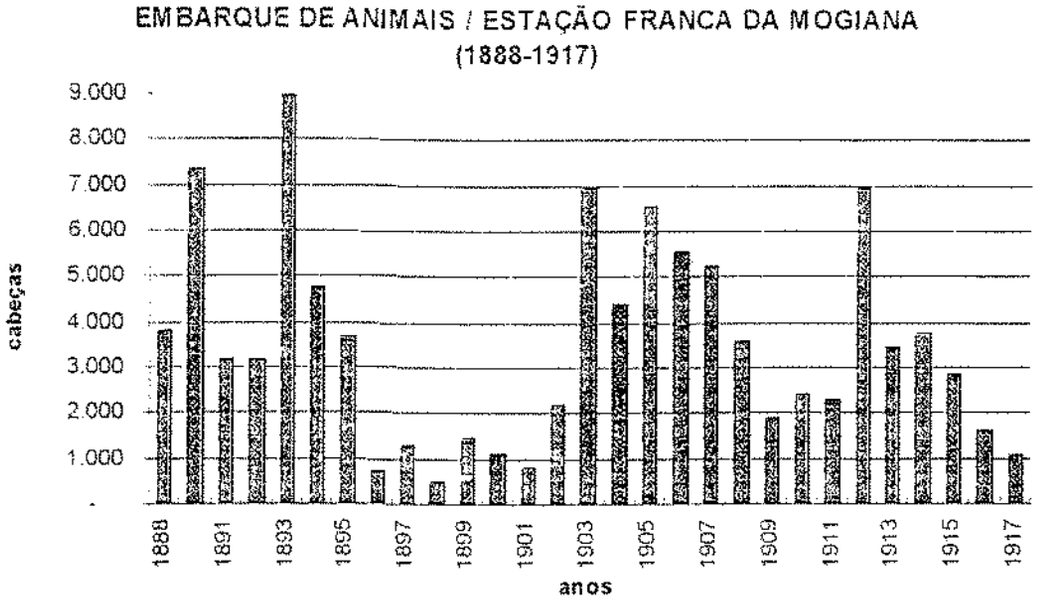
Muito próximo, entretanto, nas estações da Mogiana - Jaguara, Pedregulho e Cristais e na cidade mineira de Capetinga, pela Ferrovia Oeste de Minas, continuou sendo transportado algum gado, de modo que a região de Franca pôde, ainda por algum tempo, permancecer criando gado e também como ponto de passagem para o fluxo vindo da região de Barretos; mas, após a chegada dos trilhos da Companhia Paulista àquela cidade e a encampação de parte da rede Sul de Minas pela Ferrovia Mogiana[27], nos primeiros anos da década de 1910, o município encontraria sempre limites à expansão dessa atividade.

Mesmo que tenha havido algum resultado expressivo no comércio de gado durante o período final da I Grande Guerra, Franca estaria definitivamente cercada por importantes centros bovinocultores: ao norte por Uberaba, Uberlândia e Araguari; a oeste por Barretos, Orlândia e Ipuã; a leste por Pratápolis e São Sebastião do Paraíso e ao sul, em escala bem mais reduzida, mas numa posição incomparável do ponto de vista dos transportes, por Ribeirão Preto.

---

[27] **Castro Lima**, Vasco de. A estrada de ferro Sul de Minas: 1884-1934. Trabalho historico - descritivo, organisado pelo Secretario da Estrada. São Paulo: Copag, 1937. p.69-75, 79-96. Pelo decreto nº 7704 de 02.12.1909 foi autorizada a transferência de segmentos da Cia. Viação Férrea Sapucaí à Cia. Mogiana.

GRÁFICO nº 6



Quanto ao transporte de gado, pela linha de escoamento de Minas Gerais, são interessantes os números abaixo:

> "A Estrada de Ferro Oeste de Minas tem em tráfego 907 quilômetros e mais 208 quilômetros de linha fluvial, navegação do Rio Grande (Ribeirão Vermelho a Capetinga) ...
>
> Em 1906 foram transportados 5.977 animais e 11.038 toneladas de café."[28].

Ao passo que a Mogiana, em seus 1.352 quilômetros e 110 estações, tinha como característica o fato de transportar 669.087 toneladas de mercadorias diversas em um volume muitas vezes superior, sendo possível observar que os contemporâneos não resistiram ao seu movimento, ainda que este estivesse alterando o sentido das coisas:

> "Além de arroz, couros, feijão, milho, batatas, fumo, borracha, algodão e aramina [fibra vegetal], a zona a que serve a estrada [Mogiana] exporta principalmente o café. Durante o ano de 1906 foram exportadas 333.335 toneladas de café, ..." [29].

---

[28] **Lisboa**, José Maria (Org.). *Op. Cit.* p.61

[29] **Brasil**. Secretaria de Planejamento da Presidência da República, IBGE., CNI. *Op. Cit.* p.57.

> "A companhia Mogyana constitue-se diariamente a fonte promotora dos melhoramentos desta zona. Todas as idéas nobres, todos os insentivos que visam o bem desta ou daquella cidade, encontra sempre o apoio necessario tudo quanto ambiciona. A companhia não se furta a todas as idéas que encerram um fim bemfazejo.
>
> Diffunde seus beneficios desde Campinas, séde da alentada Companhia, até os sertões de Goyaz, levando por toda parte o germem sadio da civilisação paulista." (Sic)[30].

Na Franca, os negociantes certamente perceberam o declínio das quantidades transacionadas dos principais produtos que comerciavam, mas isso significou muito pouco em relação ao volume que a diversificação dos negócios com outros produtos permitiu.

'Sal', 'toucinho' e 'fumo' tiveram um sensível declínio conforme mostram os Gráficos nºs 7 ,8 e 9.

O sal - produto de importação - decai de uma média de 3,25 mil toneladas transacionadas até 1893, para 2,25 entre 1895 a 1902 e se estabiliza em uma média de 1,5 mil toneladas até 1913, para finalmente não passar mais dessa cifra a partir dessa data.

A queda nas transações com toucinho e fumo - produtos de exportação - são ainda mais acentuadas e, à medida em que diminuía sua importância na região de Franca, esta aumentava na região do Triângulo Mineiro. Atividades ligadas à fabricação de cigarros demonstraram alguma reação a partir de 1907 - por razões que serão ainda evidenciadas - mas nunca alcançaram a importância que a atividade atingiu na cidade de Uberlândia.

Por meio da ferrovia, São Paulo estava dinamizando uma capacidade produtiva preexistente, emulando a potencialidade da cafeicultura e integrando regiões fora de seu território. Isso se concretizava na medida em que havia uma substancial redução de custos nas duas extremidades do processo de produção e consumo, de modo que essa realidade possibilitou uma maior circulação monetária, até então plenamente restringida.

---

[30] **Palma**, Vital. (Org.). Almanach de Franca: (1912). *Op.cit.* p.183 e segs.

GRÁFICO nº 7

SAL / ESTAÇÃO FRANCA DA MOGIANA (1888-1917)

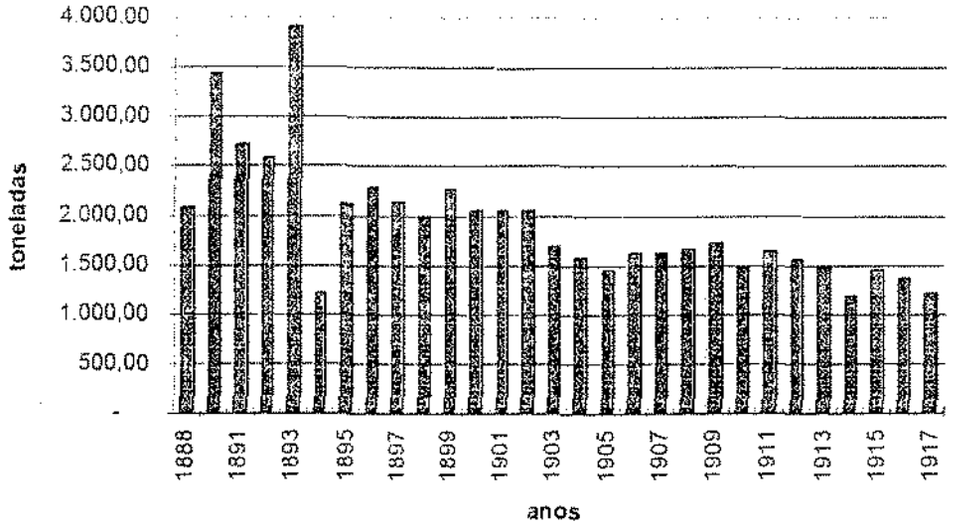


GRÁFICO nº 8

TOUCINHO / ESTAÇÃO FRANCA DA MOGIANA (1888-1917)

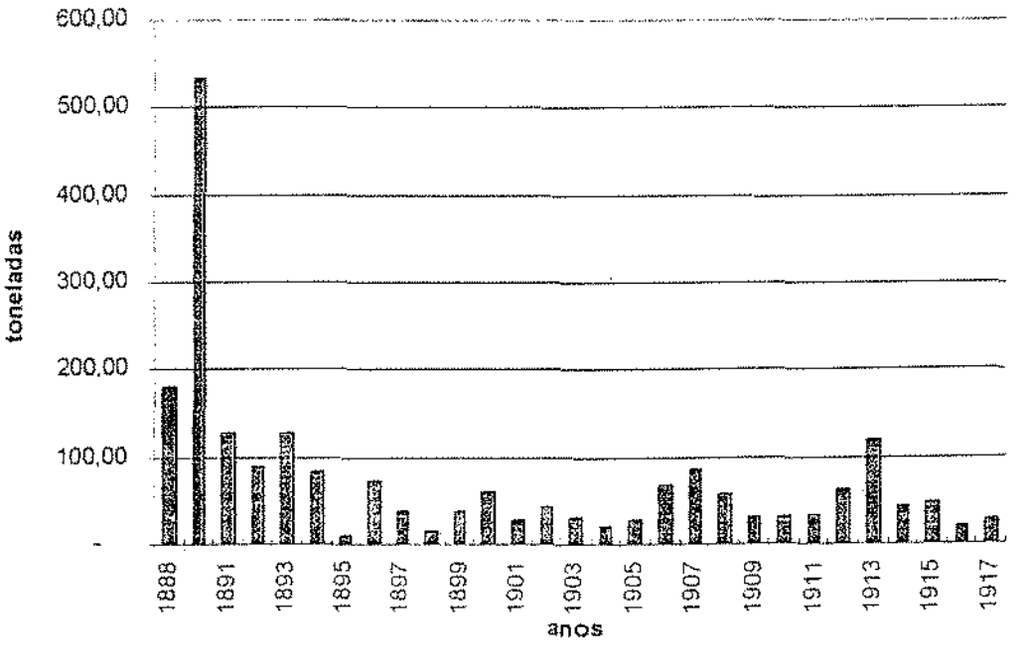
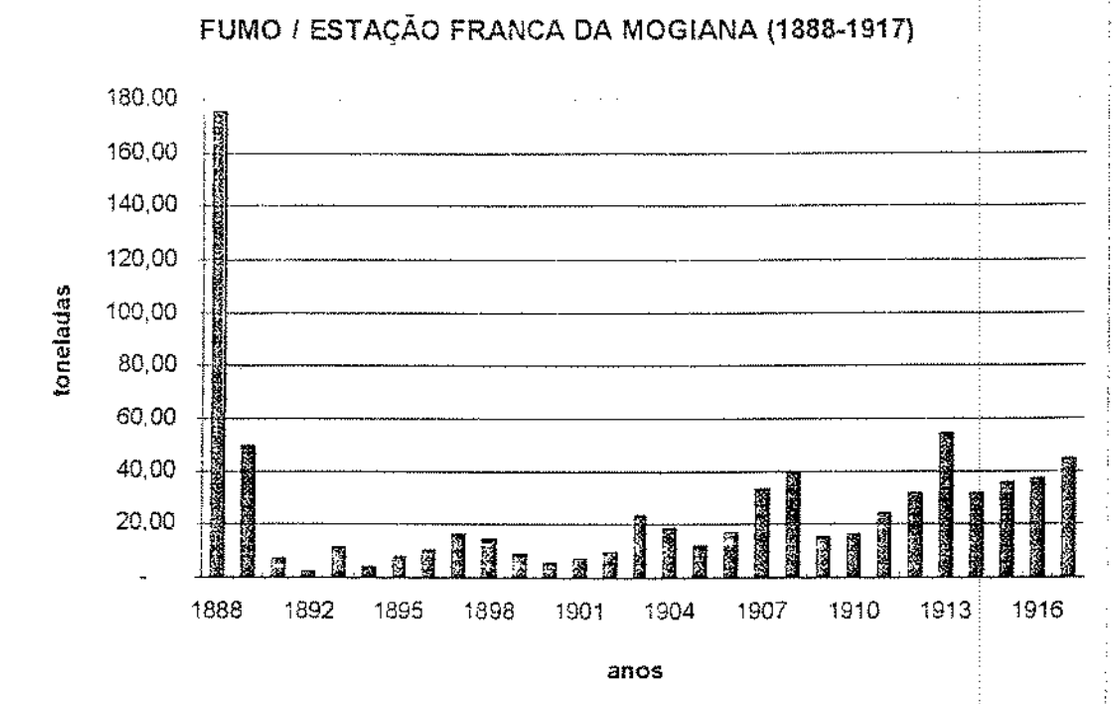


GRÁFICO nº 9



Os negócios com estradas de ferro e as transformações que estas proporcionaram, especialmente no caso da economia e da sociedade francana, estavam muito além da capacidade de imposição dos homens no sentido de serem eles os responsáveis pelas mudanças; estes adaptaram-se a elas. O fato de a ferrovia ter passado por Franca, para atingir Minas Gerais estava uma vez mais condicionado às condições de transposição do Rio Grande. Nesse caso, a travessia foi feita sobre um dos pontos mais estreitos do rio, na chamada Jaguara, onde passa por um brutal afunilamento e onde o leito e as margens rochosas foram aproveitados para construir uma ponte, sem maiores esforços em termos de engenharia e gastos com obras de arte, embora corresse embaixo da ponte um rio-turbilhão.

Entre Ribeirão Preto e o Triângulo Mineiro, as duas cidades mais importantes eram Batatais e Franca. a passagem mais fácil era sobre o Rio Sapucaí, construir uma ponte sobre a Jaguara era o mais viável. Estudos técnicos de engenharia civil e financeira decidiram essa realidade. Isso é o que se infere do Relatório Semestral elaborado pelo Eng.º Joaquim M. R. Lisboa, chefe representante da Cia. Mogiana, quando narra - em 25.02.1885 - o acidente ocorrido com perfis de aço na construção da ponte sobre o Rio Pardo. O desastre fez com que afundasse um dos "vãos", sendo substituído pela importação de outro dos E.U.A., ao custo de R$ 4:000$000. No

momento em que a ponte foi concluída, serviu de apoio para o içamento da estrutura perdida, que foi aproveitada na construção da travessia da Jaguara, considerada a mais apropriada[31].

As gestões dos senhores do café no sentido de trazer a ferrovia até perto das suas fazendas, aquelas maiores e mais produtivas, ocorrerão com mais clareza na região de Ribeirão Preto a partir de 1906 com a estação Francisco Schimidt, e tornar-se-ão mais evidentes entre 1910-1912 quando são inauguradas as estações de Bifurcação, Manuel Amaro, Alvarenga, Fagundes, Arantes, Júlio Pontes, Porongaba e Vila Orlando em 1910; Gironda, Tatuca, Capão da Cruz e Amália em 1911 e Monteiros e Mendonças em 1912. Portanto, algo que ocorreu distante e num momento diferente do que procura tratar-se neste ponto do estudo.

A chegada dos trilhos a Franca causou um impacto de substancial volume, e talvez não se tenha oportunidade de mensurá-lo, dadas as desproporções entre a situação pré-ferrovia e a situação pós-ferrovia, bem como a transformação estrutural daí decorrente. Um dado é inequívoco: à medida em que a ferrovia avançava, ocorria uma mudança no dimensionamento local do gasto e nos preços relativos dos bens transacionados, de modo que o refluxo do "ciclo do gado e do sal", se sentido, ficou escassamente registrado, diluindo-se no conjunto das demais atividades, antes de menor porte e, depois, dinamizadas pela presença da ferrovia.

> " Um dia um silvo de locomotiva gritou nos escampados proximos, alarmando a morna quietude dos espigões... A cidade teve, desde então, um como que sobressalto e edificações começaram a repontar... Após os portuguezes da linha férrea empregados no solapar de terrenos ... aplainando os caminhos por onde a civilisação teria de correr em cima de trilhos e de dormentes, chegaram os piemontezes, lombardos e napolitanos...
>
> Era a invasão pacifica que se fazia para a transformação fatal...
>
> O bulicio da vida nova que se agitava impedia de ouvir-se o rechino somnolento e monotono dos carros de bois ... era o ruido confuso da cidade no apitar das machinas resfolegantes, lançando ao ar pelas chaminés compridas, baforadas escuras de fumaça." (Sic)[32].

---

[31] **Relatorio** de directoria da Cia. Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 04 de abril de 1886. São Paulo: Jorge Seckler. 1886. p.51-52. 57. 62-63.

[32] **Azevedo**, Alberto de.. Pagina antiga: a terra natal. In: **Palma**, Vital. (Org.). Almanach de Franca (1912). *Op.cit.* p.107-113. (Grifo nosso).

A FERROVIA LIGA FRANCA AO COMPLEXO CAFEEIRO E NÃO O CONTRÁRIO.

Foi a ferrovia que trouxe a cafeicultura capitalista para Franca, como de resto as transformações dela decorrentes. Embora houvesse algumas fazendas de café, elas poderiam ser classificadas de inexpressivas frente às quantidades do produto que passaram a ser produzidas posteriormente, de modo que seria incorreto pensar a cafeicutura como tendo atraido a ferrovia, tanto quanto imaginar a existência de "cafelistas" de expressão no município antes da sua chegada. Mesmo que a escravatura tenha sobrevivido por mais dois anos, desde a inauguração dos trilhos, em 1890, tanto o regime de trabalho, quanto a estrutura politica haviam sofrido severas mudanças. Portanto, não foi Franca que se ligou às demais cidades pela força de seus senhores, que, àquela altura, não se igualavam em expressão aos senhores do café, foi o complexo cafeeiro que projetou seus tentáculos por meio da ferrovia e fez reproduzir em Franca os padrões que o caracterizavam.

Seguiram-se à ferrovia, a Abolição, a introdução de trabalhadores estrangeiros, o advento da República, a cisão Estado-Igreja e a caracterização de Franca dentro de uma estrutura mercantil de âmbito regional.

Do ponto de vista das transformações proporcionadas sob o regime da cafeicultura, a cidade exerceu, de 1886 a 1915, uma larga influência sobre os domínios da antiga Freguesia da Franca, tanto no território paulista quanto no mineiro, fazendo convergir para a cidade e, mais precisamente, para as estações da ferrovia a produção cafeeira e de "generos do paiz", tendo a cidade, sobretudo, agido como um entreposto de bens até então inacessíveis, que passaram a se difundir por um mercado regional.

> " O commercio que crescia dia a dia acompanhando o desenvolvimento da lavoura e da industria, acha-se algum tanto extremecido, devido á persistente baixa dos principaes productos de exportação. Todavia, sendo a cidade da Franca um centro de relações commerciaes[33] que se estendem alem dos municipios florescentes de Minas ... é uma das localidades em que menos se nota os effeitos da terrivel crise, que actualmente abate todo o paiz.

[33] "A Franca commercia directamente com os seguintes lugares: Patrocinio do Sapucahy, S. Barbara, Aterrado, Santa Rita Paraizo, Ituverava, Forquilha, Santa Rita de Cassia, S.Sebastião do Paraizo, Desemboque, Araxá, etc."(sic). **Franco**, M. (Org.). Almanack da Franca: (1902)... São Paulo: Duprat, 1902, p.62-63.

> No anno de 1900 a exportação do municipio foi de 15.060.397 kilogramas e a importação de 6.610.421 que perfazem o total de 21.670.818 kil. de mercadorias, que foram despachadas e recebidas nas estações do municipio." (Sic)[34].

Talvez nesse comentário, Franco, o organizador do Almanack de 1902, tenha incorrido no erro de somar a quantidade total movimentada na estação de Franca com a quantidade importada, provocando uma dupla contagem, de modo que resultou, da sua apreciação, um valor diferente daquele que ficou registrado nos Relatórios da Cia. Mogiana. Movimento de cargas que forneceram dados parecidos com os informados por ele acontecem apenas no ano de 1907 - conforme Gráfico nº 13, movimento este que se poderia qualificar como resultante de um ano excepcional. Ainda assim, pode-se dizer que os resultados da economia francana, notadamente a partir de 1899, não são em nada desapontadores.

A mercantilização do solo urbano se evidenciou em conjunto com a necessidade de crédito, fazendo instaurar-se uma efetiva circulação monetária, que passou a conferir valor de troca aos bens e serviços disponíveis. Data dessa época o surgimento de agentes que atuavam em negócios caracteristicamente financeiros na cidade.

Foi no bojo das severas mudanças apontadas que os principais da política local fundaram o Clube da Lavoura e da Imigração, na década de 1880. Com o advento da República, a agremiação transforma-se em Clube da Lavoura e Comércio. A nova situação fazia com que alguns dos antigos senhores experimentassem um súbito enriquecimento. Ao mesmo tempo, entretanto, eles deveriam buscar algum tipo de acomodação para aquelas situações em que, inevitavelmente, alguns aspectos escapavam ao seu controle.

Em 1891 falecia o Barão da Franca, com sua morte estava interrompida uma linha de condução política que ele próprio, com sua "arraigada convicção monarchica", provocara: a cisão do partido conservador, permitindo, assim, a ascensão política de Estevan Marcolino, Francisco Martins e Júlio Cardoso[35]. Em 1895 a cafeicultura ultrapassava, pela primeira vez e definitivamente, as 2 mil

---

[34] ***Idem***. *Ibidem*.

[35] **Palma**, Vital. (Org.). Almanach de Franca: (1912). *Op.cit.* p.103-104.

toneladas embarcadas. Em 1901 o município contava com 4.222.500 pés de cafés plantados, sendo cadastrados 294 produtores. Apenas 28 deles, com plantações acima de 50 mil pés controlavam grande parcela da produção local com seus 2,04 milhões de pés. Do ponto de vista do complexo cafeeiro, não havia produtores de expressão, já que apenas 4 deles possuíam mais de 100 mil pés. Eram eles: João de Faria, com 185 mil; Candido Cyrino de Oliveira com 170 mil pés; Hygino de Oliveira Caleiro, com 130 mil e Brandão e Irmão, com 100 mil - Tabela nº 1.

Para uma mais circunstanciada apreciação das transformações impostas pela ferrovia e pela cafeicultura, o curso deste estudo acabou por indicar a necessidade de um maior detalhamento de informações apenas esboçadas nos Almanaques já citados. Neles apareciam estatísticas sobre o movimento de cargas e passageiros nas estações do município de Franca. Todavia, elas serviram tão somente como pistas para que se trabalhasse uma outra documentação, ainda não devidamente explorada pela historiografia.

A limitação desse tipo de informação contida nos Almanaques decorre de sua característica fragmentária - embora, para outros gêneros de dados, estes constituam-se em fontes extremamente úteis. O objetivo era constituir séries numéricas que fornecessem uma visão dinâmica da economia local. Isso foi possível à medida em que foram sendo coletadas as cifras existentes nos Relatórios de Diretoria para as assembléias gerais promovidas junto aos acionistas da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação[36].

Foi necessário, primeiro, estabelecer uma metodologia de homogeneização das informações encontradas para que elas pudessem oferecer alguma consistência. Isso porque a periodicidade dos Relatórios não é sempre a mesma. O movimento de cargas apresentado para as estações é semestral até 1892, somente a partir dessa data é que a fonte passa a uma periodicidade anual. De 1875 até 1887 as informações não aparecem em tabelas e, desse ano até 1893, as tabelas, além de semestrais, não são uniformes para as diversas linhas. No curso dos anos em que os Relatórios formam publicados, apenas até 1917, é que se encontrou as tabelas; de 1918 em diante, só alguns produtos são discriminados por estações, fato que empobrece

[36] **Relatorio** de directoria da Cia. Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para assembléa geral: (1873-1950). São Paulo/ Campinas: vv.editores. dd.diversas. 97 v.

consideravelmente estas fontes, que, de outra forma, podem ser extremamente preciosas para a historiografia dentro de uma abordagem mais regionalizada.

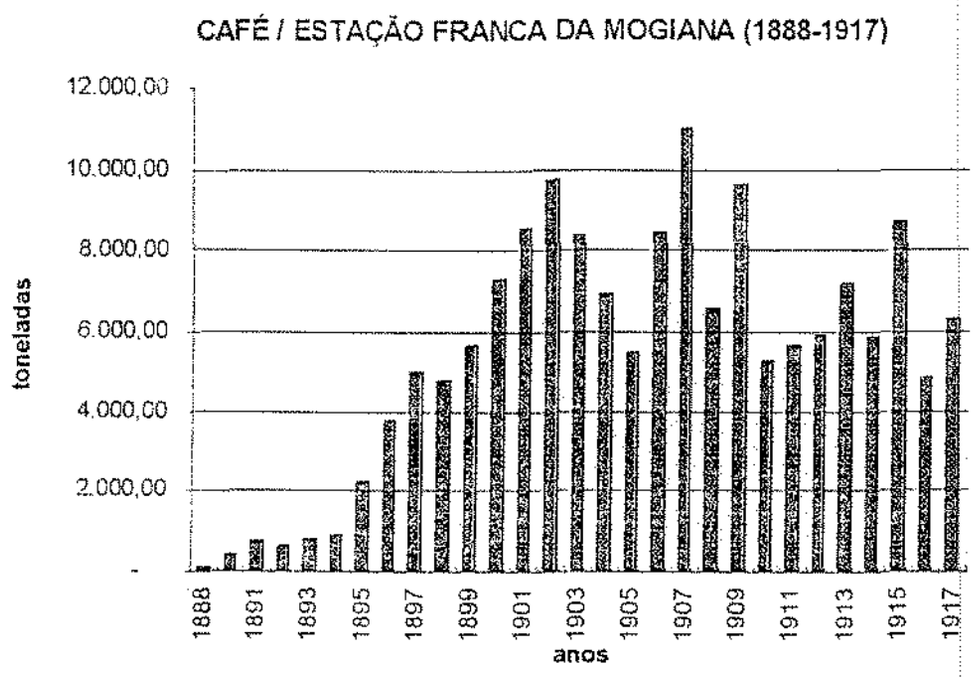
TABELA nº 1
PRINCIPAIS CAFEICULTORES EM FRANCA: (1901)

1	João de Faria (Dr.)	185.000
2	Candido Cyrino de Oliveira	170.000
3	Hygino de Oliveira Caleiro	130.000
4	Brandão & Irmão	100.000
5	João T.Pinto de Carvalho	90.000
6	Affonso de Lima Guimarães	80.000
7	José Alves Guimarães Junior (Dr.)	80.000
8	João M. Alves Nepomuceno	70.000
9	Leopoldo Villares	70.000
10	Martiniano Francisco da Costa	70.000
11	Manuel Dias do Prado	70.000
12	Vicente de Carvalho (Dr.)	70.000
13	Gastão de Souza Mesquita (Dr.)	65.000
14	Andre Martins & Andrade Vilella	60.000
15	Antonio Flavio Martins Ferreira	60.000
16	Francisco Ultramar Vallim	60.000
17	Joaquim Garcia Lopes da Silva	60.000
18	José Pereira Leite da Silva	52.000
19	Antonio da Costa Valle	52.000
20	Andrade Silva & Cia.	50.000
21	Aristides de Silva Belem	50.000
22	Candido Ramos Ferreira de Abreu	50.000
23	Elias Antonio Elizeu Moreira	50.000
24	Francisco Gomes dos Reis	50.000
25	Gabriel A. Costa & Irmão	50.000
26	Luciano Vieira Santiago	50.000
27	José Christiano Barreto	50.000
28	José Diniz de Medeiros	50.000
	TOTAL	2.044.000

FRANCO, M. (ORG.) Almanach da Franca para (1902)... São Paulo: Duprat, 1902 p.177-184.

Diante do exposto, portanto, foi possível confeccionar uma série numérica com quantidades e valor dos fretes para a estação Franca da ferrovia Mogiana, de modo que estivessem compreendidos os anos de 1888 até 1917, período já consagrado na literatura especializada como sendo fundamental na compreensão da formação e transformação do capital. O que se introduz aqui é uma abordagem particularizada que possa alargar o conhecimento histórico de um capitalismo específico. Isso pode ser observado numericamente nos Anexos deste trabalho e nos Gráficos nºs 10 e 11.

GRÁFICO nº 10



Juntamente com a trajetória ascendente da cafeicultura, que apresentou resultados expressivos nos anos de 1902, 1907, 1909 e 1915, foi sendo incrementada a tradicional agricultura de alimentos, que passou a contribuir significativamente no conjunto dos bens exportados, indicando que a cafeicultura encontraria em Franca um regime de produção praticamente auto-suficiente em alguns alimentos básicos.

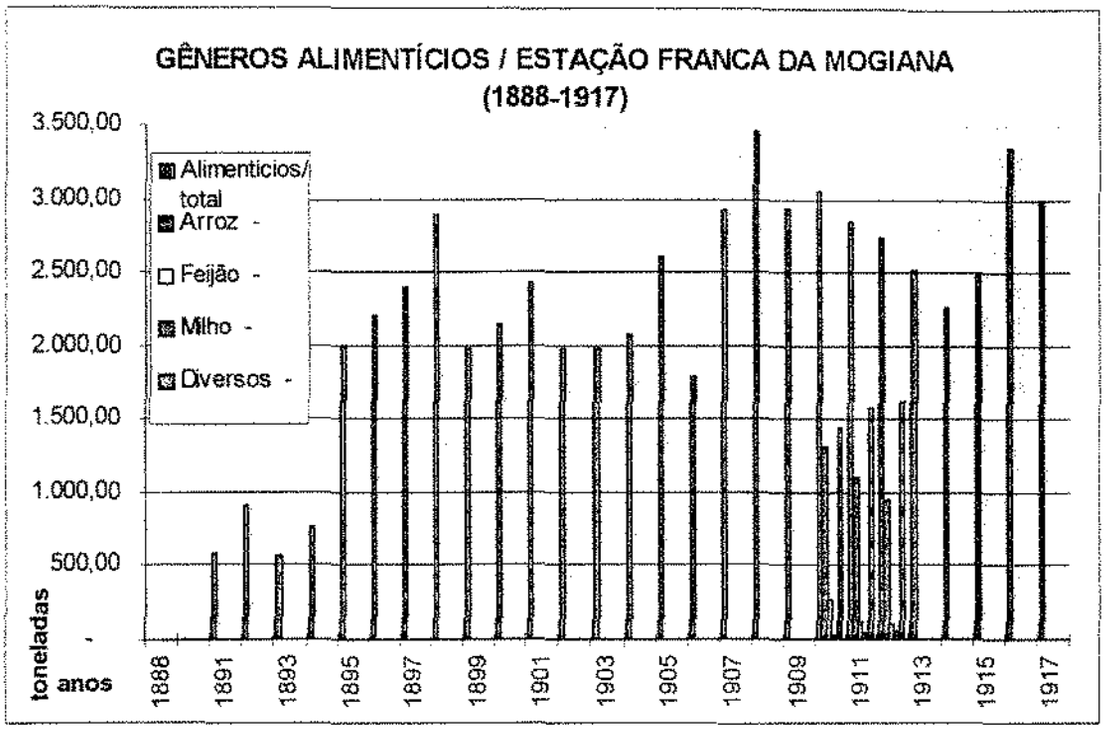
Pode-se afirmar, com certeza, que arroz , feijão, milho e cana-de-açúcar eram os gêneros mais produzidos e que algum excedente, ou produto de seu beneficiamento, era vendido para outras praças. Mesmo que os Relatórios da Cia. Mogiana não ofereçam discriminações quanto às classificações desses produtos para todos os anos, apresentando-os separados apenas nos anos de 1910, 1911 e 1912. Observando o Gráfico nº 11, os dados foram assim discriminados: 'arroz', 'milho', 'feijão' e 'gêneros diversos'.

Também se produzia e eram exportados algodão, açúcar, farinha de mandioca e batatas, fato que se confirma pela análise e confronto com outras fontes[37].

[37] **Franco**. M. (Org.). Almanach da França para (1902). *Op.cit.* p.110-117 e 144-147. **Palma**. Vital. (Org.). Almanach de França: (1912). *Op.cit.* p.85-87. O organizador do Almanach

Aparecendo, inclusive, relacionados em 1902, 3 engenhos centrais, 13 engenhos de cilindro - que beneficiavam cana-de-açúcar, e 5 máquinas de beneficiar arroz.

GRÁFICO nº 11



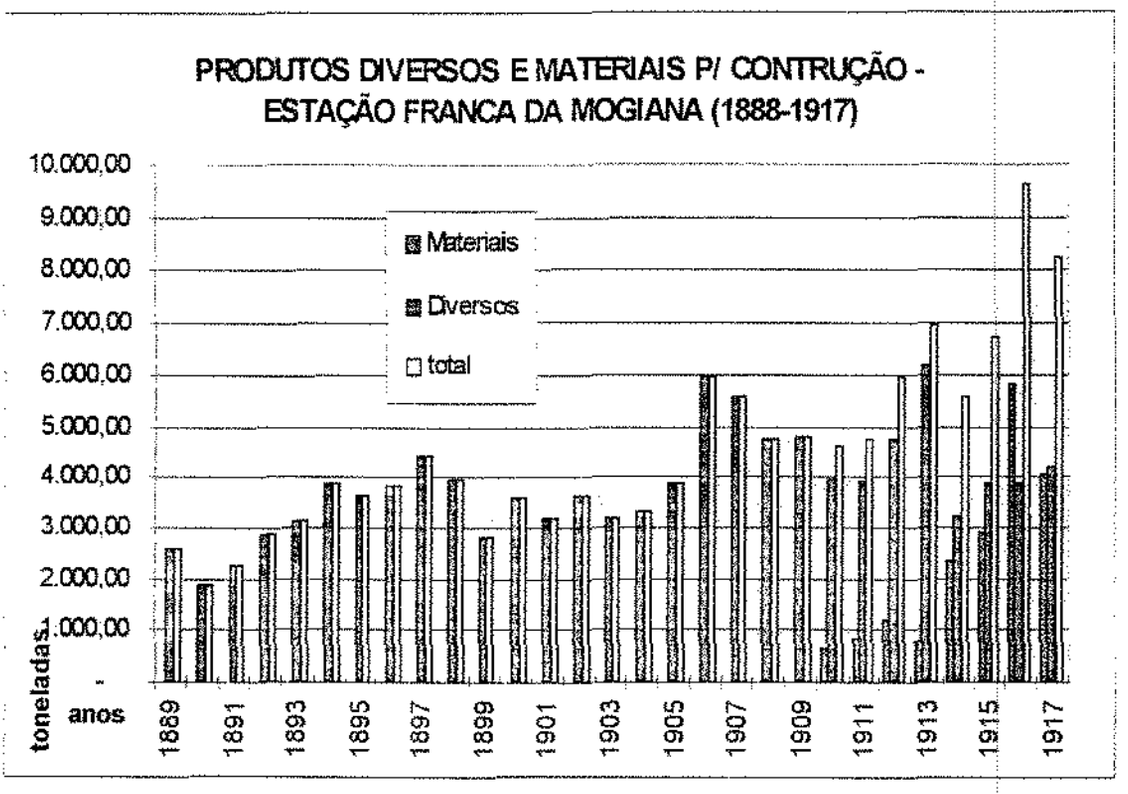
A categoria de 'gêneros alimentícios diversos', naqueles anos em que está discriminada do total de 'gêneros alimentícios' em geral, sobressaiu-se dentre as demais dando a idéia de que esses 'diversos', eram compostos principalmente de alimentos, que a região importava do país e do exterior.

'Açúcar' aparece nos relatórios separadamente dos 'gêneros alimentícios'; em alguns - de 1898-1914 - as quantidades registradas de 'algodão', 'algodão em plumas' e 'caroço de algodão' são irrisórias, podendo mesmo ser desprezadas. Por 'gêneros alimentícios' pode-se entender, portanto, que se trata apenas de cereais, farinhas, legumes e frutas. Podendo ainda, por outro lado, os envasados e os secos aparecerem juntamente com 'tecidos' e 'material de construção' englobados na categoria 'mercadorias diversas' - até 1910, data a partir da qual estas duas últimas categorias passaram a aparecer separadamente.

---

junta estatística agrícola "exthraida do Bolitim d'Agricultura" (sic) especifica apenas a data. referente a 1910. Certamente, uma publicação do Governo do Estado.

GRÁFICO nº 12



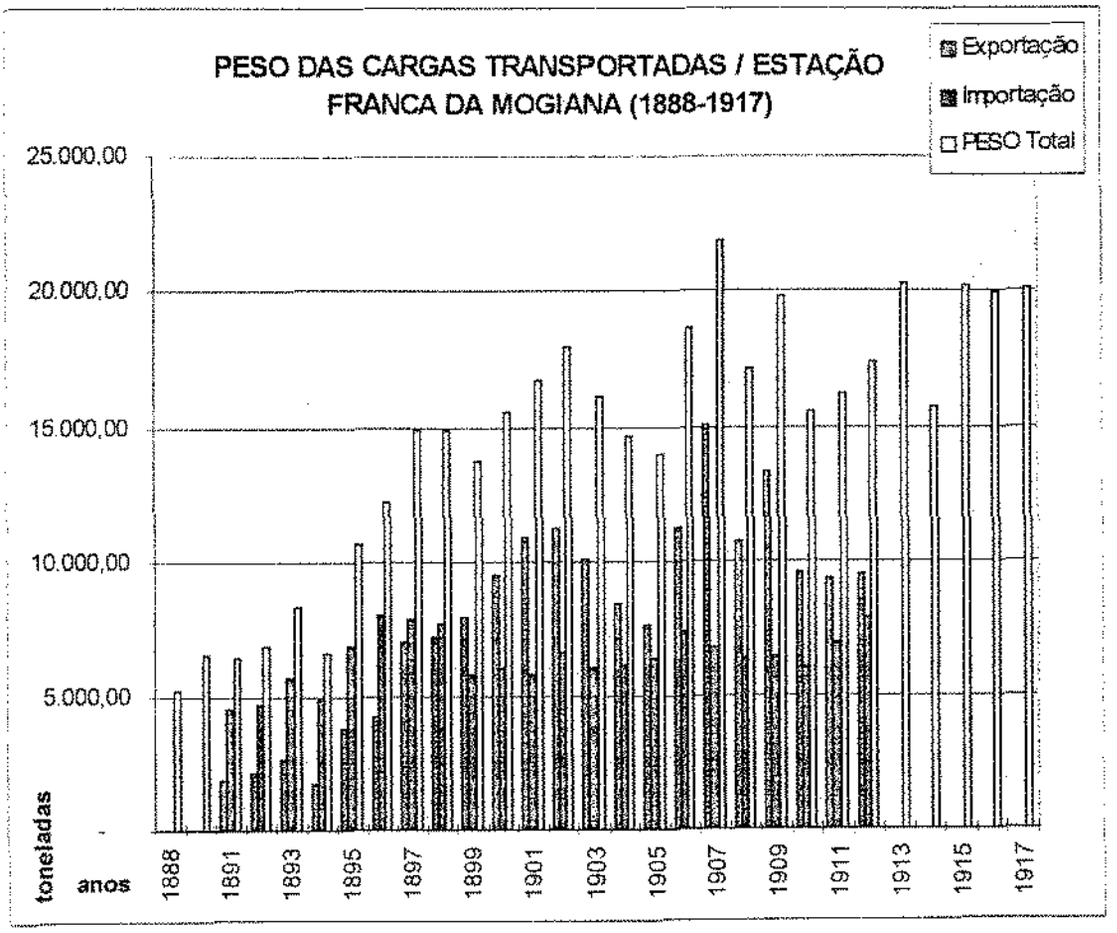
Em uma única categoria de mercadorias transportadas, simplesmente denominada 'produtos diversos', poderiam estar englobados um leque extremamente amplo de bens. Entre eles, 'material de construção', que representava um volume significativo, especialmente nos primeiros anos de funcionamento das estações, já que todo o material que a própria ferrovia utilizava no prolongamento de suas linhas era também registrado, além disso é natural que a chegada dos trilhos tenha motivado uma expressiva mudança no padrão das edificações da cidade[38]. A partir de 1910 é que 'materiais' passam a ser discriminados da categoria 'diversos'- Gráfico nº 12. A despeito do seu volume, nota-se que, em 1916, 'materiais' destacam-se significativamente entre os 'diversos', certamente motivado pelo resultado da cafeicultura em 1915. Todavia, até cerca de 1900, não se pode afirmar que o movimento da categoria 'diversos' estivesse totalmente condicionado pelas quantidades embarcadas de café.

Os objetos para mobília e de uso doméstico, bem como implementos agrícolas e talvez até algum maquinário, como se supõe, apareciam juntamente com o

[38] **Peixoto**, Milza Bruxelas. (Org.). A história vai à rua: passado e presente de Franca. (Mimeo). Franca: FHDSS/UNESP. 1990. p.12.

transporte de passageiros em uma categoria denominada 'encomendas'. Isso, contudo, será apreciado adiante, em outro capítulo.

GRÁFICO nº 13



Em suma, o que se argumenta aqui é que, até um determinado período, uma parte dos 'produtos alimentícios', como se vê no Gráfico nº 11, fossem, em grande parte, produtos 'importados', fundamentalmente se se pensa na importância da farinha de trigo na dieta do imigrante. Uma parte do 'açúcar', a totalidade dos 'tecidos', 'material de construção', 'diversos' e as 'encomendas', exceto alguma bagagem, eram importações. As 'importações' são significativamente maiores que as 'exportações' até 1896, como se vê no Gráfico nº 13.

O irrefutável é o fato de as mercadorias 'exportadas' por meio dos embarques feitos na estação Franca terem sido representadas predominantemente pelo café que, como pode ser observado - conforme demonstrado no Gráfico nº 10, impõe sua tendência aos demais em decorrência das quantidades embarcadas.

A CAFEICULTURA COMO NÚCLEO DA ACUMULAÇÃO.

Da confrontação dos gráficos, anteriormente mencionados, podem ser identificados claramente dois movimentos: o declínio de uma atividade mercantil, na qual os "generos do paiz" eram significativamente relevantes, e o gradativo surgimento da cafeicultura de exportação, cujo incremento é acompanhado por maiores cargas de alimentos. À medida em que declinava o comércio dos produtos tradicionais, entrava em cena um sistema diferente; sua presença, contudo, não é imediantamente sentida. Há um período em que as cargas transportadas pela ferrovia, registradas nos Relatorios, dão a compreender uma progressiva inserção da cafeicultura, esta sobressaiu-se no último quinqüênio do século; portanto, foi entre 1885 e 1897 que se consolidou a cafeicultura francana.

Como os dados do transporte ferroviário disponíveis apareceram a partir de 1888, pode-se afirmar que: primeiro, as 'importações' totais eram superiores às 'exportações' totais até 1896; em 1897 e 1898, elas praticamente se igualaram para, a partir de então, as 'exportações' serem maiores; segundo, os embarques de 'alimentos' passaram a ser significativos apenas a partir de 1895.

Portanto, duas conclusões são possíveis: primeiro, a cafeicultura não escravista, nos moldes em que se conhece, baseada no trabalho do imigrante-colono e na produção simultânea de alimentos, consolidou-se somente em 1895; segundo, o processo de acomodação da cafeicultura foi marcado por um volume de bens importados maior do que os exportados.

O ponto pacífico é o fato de a cafeicultura de Franca, já em pleno Século XX, ter sido diretamente responsável pela acumulação local. Foi em 1899 e 1900 que as quantidades embarcadas passaram a ser expressivas - 6 mil toneladas - 40% das 15 mil toneladas do peso total movimentado na estação Franca. Todavia, resta a indagação: que fatores teriam condicionado a implantação dessa cafeicultura?

O primeiro indício desse processo reside na mudança de nomenclatura do Clube que reunia os homens mais importantes. O Clube da Lavoura e da Imigração passou a ser denominado Clube da Lavoura e do Comércio. Quais os elementos envolvidos nessa quase que desprezível troca de nomenclaturas? Em que medida a lavoura,

sendo sempre importante, articulou-se primeiro com os problemas relacionados à imigração e depois teve uma conjugação privilegiada com o comércio.

Para responder a tais indagações, deve-se ter claro que eram questões diretamente relacionadas ao período de implantação da cafeicultura em Franca, para tanto, seria extremamente útil localizar uma documentação capaz de desvendar os nexos existentes entre os proprietários fundiários responsáveis pelo processo de implantação do café, suas formas de articulação com o colonato, bem como o papel desempenhado pelo capital mercantil. A partir daí, poder-se-ia precisar as transformações ocorridas; essa é uma lacuna existente na história francana, um dos motivos é a falta de informações seguras a respeito da composição da população entre 1888 e 1900. Este seria um tema de interpretação viável, mesmo que fossem encontradas informações sobre os gastos e receitas de pelo menos um dos fazendeiros envolvidos no sistema.

Todavia, a partir dos dados existentes, pode-se fazer algumas inferências quanto à população de imigrantes na região. Segundo Carmargo, havia em Franca, no ano de 1920, um número de 6.193 imigrantes em uma população total de 44.308 habitantes (14,97%); ainda, segundo o autor, teriam entrado 3.111 imigrantes, na década de 1900 e 843, na década de 1910. Assim, desprezando-se as eventuais mortes ocorridas entre 1900 e 1920, teriam entrado, até 1900, cerca de 2.239 imigrantes, ou seja, 14,45% de uma população de 15.491 para aquele ano.

Na década de 1920, entraria no município um contingente de 5.229 imigrantes, ou seja, 45,84% do incremento populacional da década, que atingiu a casa dos 11.407 novos habitantes. Franca começaria, portanto, a década de 1930, contando uma população de 55.715 habitantes [39].

Destacando-se do raciocínio acima os mais de dois milhares de imigrantes, supostamente ingressantes na região de Franca, antes da virada do século, pode-se afirmar que grande parte deles teria sido direcionada para a atividade agrícola, não obstante alguns tivessem se fixado diretamente na cidade. Daí, o objetivo principal do Clube da Lavoura e da Imigração: uma associação que promovesse a chegada de

---

[39] **Camargo**, José Francisco de. Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: IPE/ FIPE, 1981, p.40 e 51, v.2.

grande número de imigrantes no município, de forma a aumentar a disponibilidade de braços para a lavoura, e, não menos importante, restrigir o acesso desses imigrantes às instabilidades ou possibilidades inerentes ao trabalho assalariado[40].

Não menos importante, era o contraponto que as associações locais da lavoura e da imigração à política estatal de colonização, exigindo do Estado uma atuação protecionista naquilo que fosse concernete à entrada de imigrantes - de modo a selecionar os imigrantes desejados - e, uma espécie de *laissez-faire* no que se referisse à alocação dos mesmos nas propriedades. Evitava-se, com isso, uma possível concorrência dos imigrantes no acesso à terra e possíveis contestações à posição de destaque ocupada pelos proprietários naquela sociedade em mudança.

Enquanto a política estatal de colonização era interpretada como uma ameaça, o colonato, baseado na livre alocação de imigrantes pelos fazendeiros, foi a forma de articulação entre a necessidades de braços e a manutenção dos interesses dos proprietários agrícolas, pois, ao se estabelecer um contrato de formação das lavouras de café, os cafeicultores estavam contratando um núcleo familiar inteiro, geralmente numeroso, que se responsabilizava diretamente pela execução das tarefas previstas no plantio de novas lavouras. Forjava-se, com isso, uma complexa relação onde os interesses individuais não entravam em jogo, pois os colonos eram um conjunto de trabalhadores submetidos a um contrato celebrado entre o proprietário e o chefe de família e, por isso, tornavam-se uma força de trabalho indissolúvel, plena de dependências recíprocas; características que faziam dela uma potencialidade de trabalho intangível, ao mesmo tempo em que minimizava a possibilidade de confronto e conflito entre os grupos sociais envolvidos[41].

Os imigrantes oriundos da Península Itálica e da Espanha foram os que melhor se adequaram ao trabalho sob o regime do colonato; na Franca da década de 1920,

---

[40] **Vangelista**, Chiara. Os braços da lavoura: imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). Tradução Thei de Almeida Viana Bertorello. São Paulo: Hucitec/ Instituto Italiano de Cultura/ Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991, p.52. Além de alguns imigrantes que foram para a região de Franca e se instalaram na cidade, os quais serão oportunamente mencionados, destacou-se no distrito de Restinga, a partir de 1896, a família Spadoni que, após amealhar os recursos necessários, instalou-se em Ribeirão Preto e destacou-se no mercado atacadista, ver **Vários**. História da imigração no Brasil: as famílias. 2ª ed. v.1. São Paulo: Cultura Brasiliera, 1981, p.345.

[41] **Vangelista**, Chiara. *Op.cit.* p.168. Ver também **Holloway**, Thomas H. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar. Estudos Econômicos, v.2, 1972, nº6, p.145-180.

eles representavam, respectivamente, 44,8 e 38,5% dos imigrantes[42], identificaram-se a uma condição de trabalho que trazia a miragem do acesso à terra. Isso, em parte, foi instrumentado como uma vantagem conferida pelo proprietário ao estabelecer a possibilidade de se produzir alimentos em uma faixa de terra que, ou poderiam ser destinados ao sustento familiar, ou poderiam ser comercializados. Se os colonos reunissem condições de honrar o contrato da lavoura cafeeira e, simultaneamente, minimizar seus débitos para com o proprietário contratante, estava aberta a possibilidade de acumular algum recurso com o qual poderia estabelecer seu próprio acesso à terra.

Havia uma certa adequação à disposição dos imigrantes em reduzir seu padrão de vida a um nível mínimo necessário, caso eles pudessem ter assegurado que, após um tempo, teriam economizado dinheiro suficiente para viver confortavelmente[43].

Eram exatamente esses os elementos que estavam sendo equacionados quando da implantação da cafeicultura em Franca, no momento em que o colonato tornou-se uma realidade, tratava-se de articular as formas de inserção dos colonos e do produto resultante de seu trabalho no giro mercantil. Isso era feito por meio de cada proprietário ao qual os colonos estivessem submetidos. O proprietário tornava-se, com isso, o intermediário entre o colono e a satisfação de suas necessidades, quer básicas, quer de ascensão social. Invariavelmente ele exerceu, a seu juízo, o contingenciamento considerado adequado.

Disso se conclui que, do ponto de vista do colono, o objetivo era livrar-se do contrato de formação da lavoura cafeeira e buscar alternativas de ascensão social; do ponto de vista do proprietário, o objetivo era articular as transações mercantis, inclusive as do seus colonos, obviamente mantendo sua posição social. Sob tais condicionantes, o único elemento capaz de sustentar essa relação era uma alta produtividade agrícola, tanto do produto de exportação, quanto dos produtos de uma agricultura de alimentos que excedessem às necessidades dos imigrantes[44].

---

[42] **Camargo**. José Francisco de. *Op.cit.* p.51, v.2.

[43] **Hall**. Michael McDonald. *The origins of mass immigration in Brazil: (1871-1914). (Ph.d.Doctor of Philosophy).* Columbia: Columbia University. 1969. p.141.

[44] **Stolcke**. Verena. *The labors of coffee in Latin America: The hidden charm of family labor and self-provisioning.* In: **Roseberry**, William., **Gudmundson**, Lowell. &. **Kutschbach** Mario

Diante do quadro acima tratado é que se pode entender o significado do Clube dos agricultores francanos ter sido intitulado, posteriormente, Clube da Lavoura e do Comércio. Assim entende-se, também, porque no primeiro momento da implantação da cafeicultura os volumes de 'importação' foram maiores do que os de 'exportação', sem que tenha havido destruição de riqueza. Grande parte dos volumes importados naquela época eram representados pelo mercado do sal, com o aumento da população consumidora, o comércio local viu ampliar o leque de produtos enquanto declinava o comércio do sal.

Durante algum tempo - em especial nos primeiros momentos da implantação do trabalho dos imigrantes - os proprietários agrícolas foram intermediários entre os seus colonos e o mercado, com isso, ampliação da demanda que estes representavam como consumidores acabava sendo debitada a cada núcleo familiar contratado. No momento posterior, em que a oferta passou a ser maior do que a procura, quando os débitos dos colonos tendiam a ser menores que os créditos, percebe-se a firme presença de uma agricultura de alimentos como um dos elementos que ampliavam os embarques, ao lado do café. Nos últimos cinco anos do século passado o café representava embarcou uma média de 5 mil toneladas, os alimentos embarcaram 2,5 mil toneladas. Enquanto isso não ocorreu, no núcleo da unidade produtiva, os proprietários apropriavam-se do excedente gerado pelo trabalho dos colonos e, eles próprios, executavam a atividade de intermediação.

Quando os cafezais estavam já formados, e, no limite, quando os colonos já estivessem não apenas quites com o seu senhorio pelo cumprimento do contrato, mas, sobretudo, detendo algum crédito, aí poder-se-ia pensar em outras formas de trabalho ou na ascensão social dos colonos ao mundo dos proprietários. Isso significava, acima de qualquer coisa, aquisição da capacidade de atuar no mercado[45].

Daí a importância assumida pela atividade mercantil no contexto descrito.

Samper. (Orgs.). *Coffee, society, and power in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995, p.65-93.

[45] **Font**, Mauricio A.. *Labor system and collective action in a coffee export sector:* São Paulo. In: **Roseberry**, William., **Gudmundson**, Lowell. & **Kutschbach**, Mario Samper. (Orgs.). *Op.cit.*, p.181-205.

NOS TRILHOS DA TRANSFORMAÇÃO.

> "Se fizermos sair o capitalismo pela porta, ele entrará pela janela. Porque há, quer se queira quer não até na época pré-industrial, uma atividade econômica que evoca irresistivelmente a palavra e não aceita nenhuma outra"[1].

EVITANDO ANÁLISE.

Impressiona a quantidade de menções referentes às transformações impostas pela chegada dos trilhos da Cia. Mogiana à cidade de Franca, encontradas nas mais diversas fontes, como se conclui dos aspectos já apresentados neste trabalho. Falta ainda, um estudo específico deste tema capaz de demonstrar como ela foi decisiva no curso dos acontecimentos. Talvez isso tenha decorrido do pouco interesse que a temática desperta atualmente não só na historigrafia, mas fundamentalmente dentre os especialistas em história econômica em particular.

A importância da ferrovia em cidades do interior paulista é mais facilmente apreensível do ponto de vista de outros ramos do conhecimento humanístico, notadamente naqueles em que estudiosos elegeram como objeto de investigação cidades onde as companhias ferroviárias estabeleciam uma considerável estrutura de entroncamento de linhas, ou oficinas de manutenção encarregadas do adequado funcionamento das máquinas, das acomodações e dos trilhos[2].

Nessas cidades, o ritmo imposto pela gestão da ferrovia, e até a simples presença do próprio pessoal encarregado do sistema, acabou por impor um modo de vida e uma dinâmica de relações sociais que, pelo menos em um primeiro momento, obedeciam padrões não estabelecidos. De modo que resultaram de suas ações atitudes que estavam se aproximando muito mais dos padrões desenvolvidos com a Segunda Revolução Industrial, do que propriamente aqueles presentes nas atividades

---

[1] **Braudel**, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. Tradução Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa/ Rio de Janeiro: Cosmos, 1985. (Série Rumos do Mundo). t.2 - Os jogos das trocas, p.207.

[2] **Garcia**, Liliana Bueno dos Reis. Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro: trabalho e vida operária (1930-1940). (Tese de Doutoramento) Campinas: IFCH/ Unicamp, 1992. 223p.

econòmicas com as quais a ferrovia acabava de estabelecer contato, de abranger e de submeter a uma lógica mercantil característica da economia de mercado. Fala-se, aqui, de atividades econòmicas em geral que, devido ao fato das estações estarem sendo inauguradas na medida da expansão ferroviária, surgiram - muitas delas - no interior da economia cafeeira mercantil-escravista. O sistema ferroviário expande-se mais firmemente após a quitação do trabalho servil. Franca é, com certeza, um caso intermediário.

Contudo, é inquestionável a extensão e a profundidade do argumento de João Manuel Cardoso de Mello quando analisa a dinâmica e os dilemas da economia cafeeira:

> "Porém não regredimos, avançamos. Comecemos a entender por quê.
>
> Tudo se iniciou com a introdução da estrada de ferro, comandada pelo capital mercantil nacional e apoiada, decisivamente, pelo capital financeiro inglês, única forma de rebaixamento dos custos de transportes...
>
> Não é difícil entender que a estrada de ferro, muito especialmente, e a grande indústria do beneficiamento **reforçam** a economia mercantil-escravista ao poupar trabalho escravo, reduzir os custos de transportes e melhorar a qualidade do café. Reforçam, em suma, ao remover os obstáculos que entravam seu desenvolvimento, incrementando tanto a rentabilidade corrente quanto as perspectivas de lucro do investimento...
>
> ... **ao mesmo tempo** [estradas de ferro e maquinização do beneficiamento] **se opõem a** [economia mercantil-escravista nacional], **criando condições para a emergência do trabalho assalariado**...
>
> ... **não é preciso que o escravismo se desintegre, porque não ofereça nenhuma rentabilidade às empresas existentes; para ser colocada em xeque, basta que se obste a acumulação.**" (Sic)[3].

Partindo do que ficou acima evidente, encontra-se elaborado o conhecimento da importância da ferrovia para os desdobramentos da economia cafeeira em geral[4];

---

[3] **Cardoso de Mello**, João Manuel. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 4a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986. p.80-83.

[4] **Saes**, Flávio Azevedo Marques de. As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana. (Tese de doutoramento). São Paulo: FEA/USP, 1974. 273 p. **Cippolari**, Pedro. O problema ferroviário no Brasil. (Tese de doutoramento). São Paulo: FEA/USP., 1968. 180p. **Colombi Netto**, Julio. O declínio das ferrovias e o transporte de passageiros de médio e longo percurso. (Tese). São Paulo: FEA/USP, 1975. 179p. **Costa**, Wilma Peres. Ferrovias e trabalho assalariado em São Paulo. (Dissertação de mestrado). Campinas: IFCH/ Unicamp, 1976. 170p.

todavia, o enfoque do presente trabalho é algo distinto. O que se reclama são estudos que permitam visualizar esse impacto do ponto de vista do impactado e não do impactante, ainda que os argumentos lógicos continuem válidos. De outra forma, não seria possível avaliar os efeitos deste impacto.

Entretanto, não cabe ao historiador reclamar a ausência de estudos que venham ajustar-se ao curso de seus próprios argumentos, mas, sobretudo, enfrentar o ofício de criar essas possibilidades onde elas encontram-se impossíveis. Nesse sentido é que se vale de uma expressiva documentação deixada pela ferrovia, ainda que não seja o objetivo último do trabalho tratar dela.

É de se admirar o fato de a região atendida pela Cia. Mogiana ter, supostamente, sido a mais populosa de todo o Estado até 1925. Somente em 1926 a região da Grande São Paulo a ultrapassou, com seus 839 mil habitantes, contra os 831 mil da região da Mogiana. Mesmo assim, somente em 1932 que a Mogiana passa a ocupar o terceiro lugar, com 839 mil habitantes - contra 1.073 mil da futura metrópole e 845 mil do oeste paulista. Foi nessa ocasião que o oeste novo paulista começou a ter uma população numericamente próxima àquela existente na Grande São Paulo, situação que se prolonga até o início dos anos 50[5], quando a metropolização modificou esta situação.

O argumento torna-se mais contundente quando percebe-se que na 'Estimativa da População', elaborada por José Francisco de Camargo, o autor utilizou uma metodologia que retirou as cidades de Campinas e Jaguariúna do total da população compreendida pela região da Mogiana. Fato que o fez agregar aquelas populações em uma outra região compreendida por elas mesmas e mais Jundiaí, Bragança, Piracicaba, Sorocaba, e outras que tiveram, na época aqui focalizada, importância econômica muito superior à hoje existente. A caracterização dessa influência na definição das regiões do Estado de São Paulo pode ser tributada a Sérgio Milliet[6], cujo estudo o levou a visualizar esta regionalização em um misto de expansão da rede ferroviária e das zonas cafeeiras, que surgiam, primeiro, no sentido norte do Estado

---

[5] **Camargo**, José Francisco de. Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: IPE/ FIPE, 1981, tab.1, p.9, v.2 e 3.

[6] **Milliet Costa e Silva**, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios: análise histórica-demográfica da expansão cafeeira do Estado de São Paulo. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. 188 p. (Coleção Departamento de Cultura v. 25).

de São Paulo, depois descreveram um movimento anti-horário, para oeste e, a seguir, para o sul, até atingir o Estado do Paraná, de modo que as zonas da ferrovia e da atividade cafeeira se confundem no tempo e no espaço, formando, assim, uma imagem parecida com os dedos de uma vasta mão espalmada como descreveu Caio Prado Júnior[7].

Circunstanciada, portanto, a importância da região da Mogiana para uma compreensão histórica mais específica do processo de integração da economia paulista, deve-se tributar a ausência de estudos mais detalhados sobre cidades integrantes desta região, e uma incidência maior sobre as demais - notadamente na área da Cia. Paulista, justamente pelo fato de, a partir dos anos 30, ter havido um deslocamento tal no interior dessa economia que resultou numa perda relativa de sua importância e a sua conseqüente diluição em um conjunto paulista em expansão.

Esse movimento não impediu que algumas cidades, antes promissoras, experimentassem uma verdadeira estagnação. Contribuiu significativamente para isso o fato de a Cia. Mogiana ter enfrentado uma série de percalços, estes também merecedores de um estudo próprio ainda não elaborado, que foram progressivamente minando sua condição de crescimento e ditando os seus limites de atuação, de sorte que, em meados dos anos 40, restava uma ampla rede interiorizada atingindo algumas poucas cidades decididamente em processo de crescimento, sendo elas muito distantes entre si.

Campinas, Ribeirão Preto e Uberaba/Uberlândia acabaram estabelecendo entre as cidades a sua volta uma hierarquia, que diferenciou a região de sua formação original. Este fato fez com que algumas delas passassem a pertencer a outras regiões que foram se distinguindo em seus aspectos econômicos e administrativos, embora tivessem sido unidas primeiramente em uma região outrora denominada Mogiana.

Juntamente com a antiga região, a ferrovia que a qualificou decai, decaem também as perspectivas das pesquisas que, de outra sorte, só surgirão sob o emblema do momento presente, o qual, muitas vezes, atrapalha em vez de ajudar, tornando

---

[7] **Prado Júnior**, Caio. Contribuição para a Geografia Urbana da cidade de São Paulo. In: Evolução política do Brasil e outros estudos. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1957. p.122. *Apud*. Saes, Flávio Azevedo Marques de. As ferrovias de São Paulo (1870-1940). São Paulo: Hucitec/INL. 1981. p. 27.

mais árduo, e ao mesmo tempo instigante, o ofício de se compreender o passado o mais livre possível do peso dos tempos.

Tomando-se os devidos cuidados, deve-se ter claro que a região outrora ligada pelos trilhos da Cia. Mogiana foi se fragmentando e as rodovias foram conferindo um novo contorno, de modo que, economicamente, muitas das cidades de significativa importância como: Amparo, Espírito Santo do Pinhal, Casa Branca e Mococa, se não passaram por um declínio de suas principais atividades, simplesmente estagnaram em face dos desdobramentos que se sucederam. Aqui, uma vez mais, deve-se ter claro que o café era o produto mais importante; existia entretanto, um amplo leque de outras atividades.

Administrativamente, do ponto de vista da organização política do Estado, as cidades foram sendo agrupadas de tal modo que suas estatísticas passaram a figurar com agregações em unidades que não eram aquelas a que originalmente pertenciam.

Portanto, evitando ver no passado os nexos lógicos que só o curso posterior dos tempos permitiu entender e, ainda, desviando-se de explicações que adquiriram propriedade em tempos e espaços distintos do objeto analisado, resta a seguinte pergunta: Qual teria sido a dimensão das transformações impostas no tempo em que a ferrovia chegava ao município de Franca?

A resposta começa pelo entendimento do fato de Franca estar sendo conectada em um circuito cuja abrangência era dada pela ferrovia. O circuito arcaico que lhe antecedeu era de funcionalidade radicalmente diferente; o circuito rodoviário que lhe neutralizou imprimiria outra configuração às regiões, a qual escapa ao âmbito do presente estudo.

CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS.

Numa recente dissertação de mestrado, gentilmente cedida pelo autor antes mesmo de sua defesa, Julio Cesar Bentivoglio lança alguma luz sobre o problema[8]. Ele o faz na medida em que produz um trabalho inédito - algo bastante raro em se

---

[8] **Bentivoglio**, Julio Cesar. Os dois corpos da cidade: A constituição do espaço urbano de Franca no século XIX. (Dissertação de Mestrado). Franca: FHDSS/ UNESP. 1997. 166 p.

tratando de dissertações de mestrado, já que a condução dos programas de pós-graduação e das agências de pesquisa não privilegiam este aspecto.

O escopo de seu trabalho é entender o espaço urbano no século XIX, para tanto, lança mão de uma trajetória analítica cujos pilares básicos são a constituição das instituições civis e religiosas. Mais precisamente, as relações Estado-Igreja. Determinado momento, depois de analisar muito bem o entrelaçamento das competências administrativas referentes ao espaço urbano, Bentivoglio demonstra a importância da Igreja na confecção de um plano de distribuição física da localidade.

> "Já na elevação da Freguesia a Vila o plano não vinha sendo respeitado e a partir de 1824, portanto 19 anos depois da criação da Freguesia e da confecção do plano inicial, a Câmara implementou uma nova política em relação ao solo. Mesmo a memória coletiva não conservou a existência do plano, algo compreensível se observamos a predominância de práticas capitalistas em relação à propriedade urbana, tornando-a mercadoria, de maneira que o espaço urbano perdeu suas antigas conotações simbólicas."[9].

É de suma importância qualificar as motivações e suas mudanças no curso do tempo; todavia, lançar mão dos conceitos de mercantilização do espaço urbano na época que o autor o articulou é um tanto temerário, especialmente se considerados os argumentos e circunstanciamentos já desenvolvidos no presente trabalho.

A ocupação de um determinado espaço que entrava em processo de urbanização com a Freguesia, com o Patrimônio, com a Vila e na Cidade poderia obedecer algum padrão de mercantilização, mas, certamente, até meados da década de 1860, ela não se caracterizava por serem "práticas capitalistas" que, de modo algum, poderiam estar expressas nas Cartas de Data concedidas pela Câmara Municipal, pois eram instrumentos de outorga do direito de ocupação, consoante os regulamentos vigentes. São, portanto, fontes insuficientes para atestar a generalização do mecanismo da compra e da venda, mesmo que, depois da posse, na concretização das concessões, houvesse a transferência do domínio das datas, como bem demonstra o autor.

O problema é mesmo um tanto intrincado, pois ocorrem fatos concomitantes que tornam sua análise um tanto complexa. Quando ocorreu a definitiva

---

[9] **Bentivoglio**, Julio Cesar. *Op.cit.* p.61.

mercantilização do espaço urbano, tratava-se de uma época em que a ferrovia chegava à cidade, ocorria a Abolição da Escravatura, o fim da Monarquia e do Padroado. Daí o autor estar tratando de "dois corpos" da cidade, a Câmara e a Matriz, em um processo de definição de suas respectivas competências: o sagrado e o profano, o temporal e o espiritual, enfim o público e o privado. De modo que a perspectiva da mercantilização do solo urbano ficou diluída no corpo da dissertação.

Como o trabalho é desenvolvido muito mais com base em documentos do que em argumentos e, pelo fato dele partir da investigação de uma urbanização específica do interior e não de analogias relativas à formação de uma metrópole, o autor vai corrigindo a compreensão no curso de sua narrativa:

> " A concessão, em muitas ocasiões significava também uma troca de favores entre um grande proprietário rural, que por meio de seu cargo junto à Câmara, concedia uma data bem localizada a seu 'afilhado', ou agregado, ou parente...
>
> .. O acentuado caráter patrimonialista das Câmaras municipais, das relações de poder fundamentadas na posse de terras, em redes de parentesco, conchavos e amizades refletiram-se na administração do bem comum, do qual a terra urbana - o rossio - fazia parte" (Sic)[10].

Nesse caso, ao tempo tratado pelo autor, conceitos de indivíduo, cidadão, mercado e moeda são incompatíveis com a realidade retratada.

O próprio Bentivoglio dá uma pista mais exata dos nexos presentes nos acontecimentos quando tratou das disputas pelos espaços urbanos em um episódio mais preciso[11]. O "Caso do Largo" é o marco histórico que demonstra o fim do controle da vereança sobre a terra urbana e o retorno do controle eclesiástico sobre os aforamentos e respectivos registros em cartório. Isso não se fez sem conflitos: eram os efeitos da mercantilização da terra urbana a conturbar uma ordem estabelecida.

Se o processo é de progressiva mercantilização, vista na perspectiva aqui desposada, a partir de meados de 1860, é muito natural que tenha havido uma diminuição das concessões nesse período transitório: o autor demonstrou essa

---

[10] **Bentivoglio**, Julio Cesar. *Op.cit.* p.70 e 80.

[11] ***Idem***. Igreja, Câmara e a disputa pelos espaços da cidade: a questão do largo (Franca - 1893). Estudos de História. Franca: UNESP, nº 1, 1995, p.231-45.

diminuição e a interpretou de modo diverso do aqui analisado, numa época em que os mecanismos de compra e venda ainda não funcionavam a plenos pulmões, mas já existiam. Uma diminuição das concessões estaria diretamente relacionada ao processo de valorização da terra urbana, e não a uma diminuição da importância da cidade.

> "...A distribuição de datas na região central fez com que a partir da segunda metade do século XIX muitas áreas estivessem totalmente ocupadas ... a Câmara conservava apenas terrenos afastados e que não interessavam naquele instante aos novos moradores que foram impelidos ao aluguel e ao mercado imobiliário."[12]

A definitiva mercantilização vai ocorrer com as transformações impostas desde os rumores da chegada da ferrovia; nesse tempo, as concessões aumentam, mas já haviam adquirido um outro conteúdo.

> "... Com a chegada da ferrovia em 1887 e, mais notadamente, a partir de 1890 a terra urbana tornou-se uma mercadoria apreciada, aumentando as relações de compra e venda..."[13].

Por meio de lei, as ferrovias tinham autonomia nas desapropriações e, ao fazê-lo, infundiam uma postura inusitada, porque acabavam gerando uma situação completamente nova, ao formalizar pagamentos pela terra e reservar as cinco léguas - perpendiculares aos trilhos - de área de privilégio na operação dos transportes, inclusive sobre a madeira a ser explorada e utilizada. Estava sendo criado um procedimento de atribuição de valor às terras e aos recursos naturais nela existentes, a partir dos sítios ocupados pela linha férrea.

Em que se pese a diferente dinâmica de ocupação rural e urbana da terra, presentes, até esse momento, e as peculiaridades locais quanto ao poder sobre a terra - no caso da cidade de Franca nuançadas pela recuperação do patrimônio eclesiástico, a presença da ferrovia promoveu uma mudança radical: a partir dela, o espaço disponível passava a ser tão somente mercadoria, mesmo que a Igreja, por meio da enfiteuse, não estivesse claramente disposta a conceder o domínio das terras ocupadas.

---

[12] **Bentivoglio**. Julio Cesar. Os dois corpos da cidade: *Op.cit.* p.80.

[13] ***Idem***. *Ibidem*.

> "A partir de 1885, um ano depois de iniciadas as obras de construção dos trilhos e prédios da ferrovia na região conhecida como Alto da Estação, diversos moradores efetuaram pedidos de datas nessa área, em sua maioria comerciantes desejosos de edificarem seus armazéns para estocagem de grãos ou para construírem lojas. Uma verdadeira guerra instaurou-se para a aquisição de lotes, vencida, é evidente, pelos indivíduos que compunham ou tinham relações estreitas com o poder local, entre eles Higino e Simão de Oliveira Caleiro, João Justino Ferreira, Tomás José da Matta, Crisógono de Castro e José Guemer de Almeida. ... Apenas alguns italianos obtiveram terrenos naquele local como Caetano Petraglia e a firma Rossetti & Irmão."[14].

PADRE ALONSO FERREIRA DE CARVALHO, O FABRIQUEIRO DA MATRIZ.

Os nexos acima expostos podem ser evidenciados com mais clareza se tomada a figura de um dos mais enigmáticos personagens da vida francana, Pe. Alonso Ferreira de Carvalho, claramente versado em assuntos de administração, chegava a Franca na altura dos anos de 1880, tendo servido de "coadjutor de 13 de fevereiro de 1881 a 13 de fevereiro de 1888, passando a exercer, depois, o cargo de fabriqueiro da Matriz até 19 de setembro de 1929, quando faleceu."[15].

A ação do Pe. Alonso, como ficou conhecido, revela a visão de um homem de negócios, não havendo notícias bem-precisas sobre ele; há todavia, informações que permitem afirmar: seus interesses ultrapassaram as fronteiras da cidade[16], sobressaindo de suas atitudes uma verdadeira capacidade de articular religião, propriedade agrícola, capital, legislação, fatos históricos e conhecimento técnico especializado. Assim que assumiu o cargo de fabriqueiro da matriz - uma espécie de tesoureiro, guarda livros e administrador - em 1891, tendo sido, com certeza, o primeiro fabriqueiro indicado pelo vigário sem a necessidade de ratificação pela vereança em decorrência do fim do Padroado, tratou imediatamente de defender os abalados interesses pecuniários da Igreja, já que a Câmara ficava livre de repassar o

---

[14] **Bentivoglio**, Julio Cesar. Os dois corpos da cidade: *Op.cit.* p.91. (grifos nossos)

[15] **Constantino**, Antonio. Os vigários e coadjutores da paróquia. Commercio da Franca, p.1. *Apud* **Bentivoglio**, Julio Cesar. Os dois corpos da cidade: *Op.cit.* p.96.

[16] Pe. Alonso aparece entre os proprietários rurais em Franca no ano de 1912. **Palma**, Vital (Org.). Almanach de França...(1913). São Paulo: Salesianas, 1912. p.82-93.

quantum que era cobrado aos solicitantes de lotes na regulamentação física e jurídica dos mesmos.

Sua primeira tarefa foi a de restaurar o domínio da Igreja sobre as terras do patrimônio religioso e legitimar os direitos de enfiteuse da instituição religiosa, que havia sido a primeira possuidora da área em que se edificou a cidade. Coube a ele delimitar o patrimônio, legalizar a situação irregular dos terrenos que pudessem ainda ser considerados foreiros, já que, nos concedidos anteriormente pela Câmara Municipal, o domínio e a posse eram transferidos ao requerente, fazendo com que a Igreja perdesse o patrimônio em decorrência do usucapião. Era sua tarefa, sobretudo, arrecadar os valores devidos pelas ocupações recentes, supostamente revertendo os recursos arrecadados aos cofres da fábrica.

Esta deve ter sido uma situação que gerou inúmeros conflitos, cujos desdobramentos foram se prolongando no tempo. É o que se depreende do Relatório por ele próprio elaborado e concluído em 1904[17] e da publicação do "Termo de doação do Patrimonio á Igreja matriz de Franca em 1805", juntamente com a nota de transcrição em livros do "Cartório do 2º Tabellião" a 27 de outubro de 1891, em um Almanaque publicado em 1911[18]. Uma nítida demonstração de que a Igreja precisava estar constantemente reforçando um fato legal que, talvez, não estivesse legitimado entre seus fiéis, ou assente com a condução do poder municipal. Pelo Relatório de 1904 percebe-se que Pe. Alonso utilizou-se de recursos de investigação histórica para fazer valer sua posição ao enfatizar a legalidade de um documento de 1805.

A eficiência do Pe. Alonso na arrecadação dos laudêmios é muito difícil de ser quantificada, já que, com a autonomia, a Igreja não necessitava mais demonstrar sua contabilidade, mas é bastante provável que tenha sido substancialmente incrementada, porque foi a partir daí -1898, que se iniciou as obras da nova Matriz - inaugurada a 8.12.1913, sendo ainda hoje, um dos mais imponentes templos religiosos do interior paulista, bem como o incremento da presença religiosa dos católicos em atividades educacionais e assistenciais[19].

---

[17] **Bentivoglio**, Julio Cesar. Os dois corpos da cidade: *Op.cit.* p.91-2.

[18] **Palma**, Vital. (Org.). Almanach de Franca: (1912). *Op.cit.* p.94-5.

[19] **Provisão** do bispado autorisando a construcção em 1898, da Matriz nova. In: **Palma**, Vital. (Org.). Almanach de Franca:... (1913). *Op.cit.* p.72. Externato N.S.ª da Conceição. In: ***Idem***.

Pe. Alonso delimitou os 150 alqueires originais do patrimônio e definiu que: 80 alqueires não deveriam pagar laudêmios em decorrência de prescrição de prazos ou de usucapião e, outros 50 deveriam ser considerados áreas comuns ou impróprias. Avaliando-se a quantificação restariam, portanto, apenas 10 alqueires, para os quais seriam aplicados os foros devidos.

Aplicando-se um valor médio de 2 aos 10 mil réis por metro quadrado - que eram os valores cobrados na época - a 242 mil metros quadrados - considerando-se o alqueire de 24.200 metros quadrados, a receita da fábrica da Matriz com laudêmios seria 1:452$000 anuais. O que não estava representando grande incremento frente a situação anterior. Esses valores são plenamente contestáveis, por serem cálculo estimado, carente de fontes mais seguras. Acrescente-se a isso o fato de a informação do Padre, muito provavelmente, não ser veraz.

Entretanto, é de se levar em conta o fato de a Igreja ter vendido alguns terrenos, em decorrência da corrida dos mercadores locais para as margens da estação ferroviária e os aforamentos feitos pela própria Cia. Mogiana, num total de 9,2 mil metros quadrados[20]. Depreende-se que o Alto da Estação passou a ser tenência eclesiástica. Fato que pode ter influenciado na mudança dos planos iniciais de se construir a Estação Ferroviária no bairro Cidade Nova, que era de propriedade do Major Nicácio.

> "Cogitara-se de fazer passar por alí [Cidade Nova] a estrada de ferro. Um desacordo, porém, com os moradores, afastou essa hipótese, encaminhando para a outra banda a Mogiana." (Sic)[21].

Considere, ainda, a vinda do contingente de imigrantes que se fixou na cidade e o progressivo deslocamento da vida rural para o centro urbano. Todos fatores que devem ter concorrido para proporcionar receitas adicionais consideráveis aos cofres eclesiásticos.

Almanach de Franca:... (1912). *Op.cit.* p.72. A instrucção na Franca. In: *Idem*. *Ibidem*. p.87-89.

[20] **Bentivoglio**, Julio Cesar. Os dois corpos da cidade: *Op.cit.* p.100 e 103.

[21] **Do Val**, Maria Aparecida. Esbôço histórico da Franca. In: **Nascimento**, Hygino de Andrade do & **Moreira**, Eufrausino. (Orgs.). Almanaque histórico da Franca: obra de compilação histórica do município em seus variados aspectos. Franca: s/e. 1943. p.IV.

Esse movimento foi tal que o próprio Pe. Alonso Ferreira de Carvalho acabou figurando como um dos capitalistas do município numa lista de 1901. Mas será que devemos aqui imaginar a denominação de capitalista tal como foi definida por Braudel, a certa altura de seus esforços para fixação de uma terminologia correta?

TABELA nº 2
OCUPAÇÕES, PROFISSÕES E COMERCIANTES DE FRANCA EM 1901[22]

...
CAPITALISTAS:
Dr. Francisco da Silveira Gusmão
Joaquim de Paula Marques
Thomaz José da Motta
Pe. Alonso Ferreira de Carvalho
Com. José Bento do Valle
Major Caetano Petralha
Dr. João Antunes Pinheiro
Cel. Chrysogono de Castro
Cap. Belarmino Lopes Valladão
Olivio Alves Ferreira
Abrahão Lincol de Mello
José de Mendonça Ribeiro
Juvencio Falleiros
Joaquim Andrade do Nascimento...

Mas, afinal, que tipo de capitalista era o Pe. Alonso? Estaria ele simplesmente manipulando uma razoável quantia de dinheiro que, de uma certa forma, conferia a ele as características daquela denominação? Enfim:

> "*Capitalista*, como se vê, não designa ainda o empresário, o investidor. A palavra, *capital*, continua agarrada à noção de dinheiro, de riqueza em si."[23]

Os ensinamentos de Braudel são extremamente úteis, mas ao tempo de Pe. Alonso, mesmo sendo um clérigo, é muito plausível que ele tenha, como o próprio mestre da história econômica ensina, estado no lugar certo e no momento adequado e, de homem comum, tenha se transformado em capitalista. Pois o que interessa aqui são os resultados de seus atos decorrentes de uma postura não convencional, ao contrário de julgar seus procedimentos segundo critérios morais.

---

[22] **Franco**. M. (Org.). Almanach da Franca para (1902). São Paulo: Duprat. 1902. p.110-117 e 144-147. (Grifo nosso).

[23] **Braudel**. Fernand. *Op.cit.* p.213.

Neste sentido, ainda que as justificativas levassem a crer que o beneficiário último de seus atos fosse a fé religiosa, é de se destacar o fato dele ter tido um comportamento que pudesse tramitar entre a troca de favores e a aplicação de recursos com vistas à valorização. Entre o mundo dos valores e o da racionalidade econômica, é o que se depreende das duas passagens abaixo:

> "Essas datas em questão foram obtidas na margem oeste de sua linha, para construção de casas e depósitos, ficando próximos da estrada de ferro e da estação, inauguradas e concluídas em 1887. Ficou estabelecido que a fábrica da Igreja 'cedia à outorga todo o domínio legal, ações e regalias que por lei são conferidas aos foreiros ou enfiteutas'... a fábrica passou o domínio e a posse das referidas datas à Mogiana 'atendendo os valiosíssimos serviços que a Companhia tem prestado e promete prestar em favor das obras da Matriz desta cidade...'"[24].

> "A 5 de julho de 1923 conforme comprova escritura lavrada no cartório do 1º Ofício da Comarca de Franca, entre o Fabriqueiro da Matriz, pe. Alonso Ferreira Carvalho, e drs. José de Oliveira Lopes e Felix Balerini, adquiriram êstes á Fábrica da Matriz, todos os terrenos existentes nas proximidades da Capela. Tais terrenos foram vendidos em lotes, e outra parte distribuida aos mendígos que alí já haviam levantado seus casebres." (Sic)[25].

Pe. Alonso foi o primeiro a reunir recursos e montar um curtume na cidade. Parafraseando Braudel, se se quiser escorraçar, pela janela da matriz, o incômodo do Padre ter sido um capitalista, julgando-o pelo crivo da moral, talvez ele retorne pela porta da história como um verdadeiro investidor.

> "Em 1886 o padre Alonso Ferreira de Carvalho, fabriqueiro da matriz montava às margens do Córrego do Cubatão um incipiente curtume destinado ao aproveitamento do couro que chegava com os tropeiros vindos de Minas, Goiás e Matto Grosso, amarrados em fardos nos lombos dos burros."[26].

Em 1886 o padre ainda não era o fabriqueiro e, mesmo que a Mogiana não tivesse sido inaugurada, a novidade era iminente. Coube a ele ajustar-se à extensão da transformação; tudo o que ele fez depois não chegou a ter a importância que a inovação representada pelo curtume teve para a cidade. É bem provável que o padre

---

[24] **Bentivoglio**, Julio Cesar. Os dois corpos da cidade: *Op.cit.* p.100 e 103.

[25] **Do Val**, Maria Aparecida. *Op.cit.* p.XXIX.

[26] **Revista O Commércio da Franca**. Franca: Commércio da Franca, 1956. p.90. *Apud.* **Rinaldi**, Dalva Marlene Chioca. Indústria curtumeira em Franca. (Mimeo). Franca: FHDSS/UNESP, 1987. p.12. (Relatório de Pesquisa).

não tivesse a intenção de desencadear um comportamento inovador típico de um empresário, especialmente se se levar em conta a citação abaixo:

> "Em couros e pelles, com e sem pello e sem lã, para o preparo de sólla, de correias para machinas, de atanados, de vaquetas, bezerros, bezerrinhos, vernizes, pelles para pequenos objetos, para correiame, para sellins; tudo fazem os cortumes paulistas.
>
> Este é um dos productos nacionaes e, em grande parte, totalmente do Estado, porque, ou os couros vêm de Goyaz e de Minas, ou é do gado aqui abatido.
>
> Neste ramo a perfeição chegou ao auge. Rara é a localidade do Estado na qual não se ache installado um desses estabelecimentos." (Sic)[27].

O mais provável é que ele não poderia estar avaliando a amplitude e os desdobramentos da decisão de montar um curtume. Seu comportamento reproduzia uma atitude corriqueira: aumentar a produção de algo que já existia e estava tendo a chance de experimentar incremento. Para fazê-lo, entretanto, não dependia somente de sua vontade e sim da disponibilidade de recursos; a passagem de seu antecessor na Fábrica da Igreja não deixa dúvida de que os padres tinham uma espécie de atitude "patrimonialista" em relação aos bens e recursos eclesiásticos que eles administravam.

> "Em 1875, Miguel Gomes de Oliveira era o fabriqueiro, por indicação do Pe. Joaquim Ferreira Telles e confirmado pelo tenente Filisbino de Lima. O saldo recebido em sua administração era de 5:271$530, no entanto as despesas foram de 5:309$370, gerando um déficit de 37$840. Não conseguimos descobrir como foram gastos tantos contos de réis. Não sabemos se ele permaneceu no cargo no ano seguinte, mas o encontramos na venda de um imóvel doado à Igreja Matriz em 1885."[28].

Essas acomodações estavam se ajustando a uma realidade que a ferrovia proporcionava, um maior dinamismo nos transportes multiplicava os mercados. Acrescente-se, ainda, que a novidade residia tão somente em aumentar a produção de couros curtidos, o que significava maior acabamento a uma matéria-prima existente, a partir de insumos disponíveis - os procedimentos e as instalações eram ainda

---

[27] **Bandeira Júnior** Antonio Francisco. A indústria no Estado de São Paulo em 1901. São Paulo: Diário Oficial, 1901. p.XX-XXI.

[28] **Bentivoglio**, Julio Cesar. Os dois corpos da cidade: *Op.cit.* p.96.

rudimentares. Recorra-se, uma vez mais, a Braudel: o importante aqui não são quantidades, mas o que a novidade representa.

A REGULARIDADE DOS COUROS.

É bem provável, entretanto, que o padre tenha concatenado a variável disponibilidade de dinheiro resultante da venda de terras eclesiásticas com a do conhecimento técnico disponível na própria cidade, combinando-as com as seguintes condições de procura e oferta:

Do lado da oferta, o fluxo regular de mercadorias - dentre elas os couros - e, ainda, a disponibilidade de dois insumos necessários ao curtimento, tais como as madeiras ricas em tanino; é o caso do barbatimão, sua casca contém expressiva quantidade dessa substância química, ordinariamente utilizada no curtimento. A árvore era nativa da flora original do Planalto de Franca e passou a ser extraída em quantidades maiores devido ao desmatamento provocado pela própria ferrovia. E, secundariamente, a disponibilidade de "pedra" tapiocanga, rica em óxidos de ferro, que atuava como catalisador na solução de curtimento. Os alicerces das casas, os muros e demais estruturas eram feitos com a tapiocanga, os tanques de curtimento não fugiam à regra[29]. O curtimento sempre dependeu, também, de farta disponibilidade de água, que poderia ser usada para a solução de curtimento, lavagem dos couros e mesmo como fonte de energia.

Do lado da procura, basta imaginar a ampla aplicação do couro numa cultura carente de técnicas de metalurgia, onde as funções econômicas básicas eram executadas a partir de estruturas compostas de couro, madeira e argila, a ditar o chamado estilo colonial. A importância dos couros e das couramas nas exportações coloniais, nos transportes arcaicos, na mobília, no vestuário e até na guerra, pois constituía-se em um produto de mais fácil manuseio, circulação e emprego. Vários

---

[29] A tapiocanga não é, a rigor, uma rocha porque não resulta de movimentos sísmicos, trata-se de um aglomerado de óxidos presentes em alguns tipos de solos em decorrência de processos geológicos ligados ao clima. Os regimes climáticos marcados por estações chuvosas no verão e secas no inverno, típico do clima tropical, produzem o chamado processo de laterização dos solos. Quando essas concreções são encontradas logo abaixo da superfície da terra, apresentam uma consistência úmida não muito rígida, podendo ser facilmente lavradas com serrotes, formando blocos uniformes que endurecem na presença da atmosfera, tornando-se um tipo de "pedra" que foi largamente utilizada nas antigas edificações.

estudos referem-se a eles[30]. Nas exportações brasileiras desde 1821 a 1939, há indicadores significativos de sua presença constante na economia nacional[31].

Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil depois da Independência, oito se destacavam: o café, o açúcar, o cacau, a erva-mate, o fumo, o algodão em plumas, a borracha e os couros e peles.

De 1821 a 1830, açúcar e algodão são os principais produtos, seguidos pelo café e pelos couros. De 1831 em diante, o café foi sempre o principal produto, o algodão perde intensidade em 1833, que só será retomada no ligeiro período de 1862 a 1874, no restante desse período seu desempenho se iguala e até diminui em relação aos couros, haverá uma nova recuperação do algodão apenas em 1934. O açúcar vai em queda livre desde 1832 até 1885 - dai em diante não se recupera mais, por essa ocasião a borracha passa a ser o segundo produto de exportação, situação que se prolonga até 1917. Exceto o café, os couros e peles são os produtos que apresentam a maior regularidade; decaem abaixo dos 4% em valores das exportações apenas entre os períodos de 1881 - 1887 e 1890 - 1902[32].

Os couros e peles perdem posição sempre para o café, mas seguem de perto o açúcar até a sua ruína, sendo ainda suplantados, apenas em períodos curtos, pelo algodão e pela borracha. Os couros e peles são, no geral, sempre mais importantes do que a erva-mate e o cacau, apresentando uma regularidade abalada apenas numa época que, curiosamente, coincide com o momento em que iniciam os primeiros investimentos em curtumes na cidade de Franca e, talvez, até em demais localidades do Estado de São Paulo e fora dele, como se depreende da afirmação de Bandeira Júnior, anteriormente mencionada.

---

[30] **Holanda**, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. Cap.I. **Lugon**, Clovis. A república "comunista-cristã" dos Guaranis: (1610-1768). 3ª ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.143-152. **Arruda**, José Jobson de Andrade. O Brasil no Comércio Colonial. São Paulo: Ática, 1980. 710 p. Ver as Balanças de Comércio.

[31] **Brasil**. IBGE. CNI. Séries estatísticas retrospectivas. v.1. Repertório estatístico do Brasil: Quadros retrospectivos (Separata do Anuário Estatístico do Brasil - Ano V - 1939/1940). Edição fac-similar (originalmente publicado em 1941). Rio de Janeiro:IBGE, 1986. p.86-90. Ver tabela III - Comércio Exterior do Brasil - Principais produtos exportados - 1821-1939.

[32] ***Idem***. *Ibidem*.

Isso remete ao fato de os curtumes estarem localizados em regiões nas quais comumente havia oferta de matéria-prima, ou seja, onde não só houvesse gado, mas sobretudo seu abate, ou ainda, além da oferta de couros para o curtimento, disponibilidade de insumos necessários ao processo de curtimento, abundância de água e facilidade na obtenção de energia.

Tudo leva a crer que a diminuição das exportações havida nos últimos vinte anos do século passado - especialmente entre 1877-1888 - estivesse relacionada com uma reestruturação ocorrida na economia nacional e que refletiu no setor, qual seja: uma maior demanda por couros curtidos na economia nacional, em função do próprio processo de beneficiamento de produtos agrícolas e de implantação de indústrias, que deve ter acelerado sua demanda - em forma de correias de transmissão para o maquinário, de arreios para o transporte de cargas e, simplesmente, vestuário para uma população mais urbanizada[33]. Isso fez com que se diminuisse a importância desse produto no geral das exportações, situação que deve ter atingido mais intensamente as regiões sob a influência de São Paulo e Rio de Janeiro; vale dizer: Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Tudo indica que essa queda foi sendo corrigida pelo aumento das quantidades exportadas; ao contrário do que se poderia supor, essas exportações não passaram a ser constituídas de couros curtidos, cuja agregação de valor era sensivelmente maior, mas continuaram sendo basicamente compostas de 'couros salgados' e 'couros seccos', cujos preços em decorrência disso, também caiam.

Esse fato deixa entrever que apenas nos Estados do Sul e Sudeste havia procedimentos sistemáticos de curtimento de couros bovinos e que as escalas destes supriam a demanda interna, nada garante, entretanto, que a capacidade instalada fosse adequada à quantidade de couros. Neste passo, as exportações da matéria-prima excedente no Sul e a quase totalidade dos couros do Norte compunham uma pauta quase que exclusivamente baseada em couros 'salgados e seccos', com baixos valores agregados. A exceção era, talvez, a exportação de 'pelles de cabras' - aqui a denominação 'pelles' indica que não se tratava de couro sem curtimento, seus valores

[33] Existe uma forte correlação entre o processo de urbanização e a difusão do uso de calçados. Isso se evidenciou nos costumes - andar descalço pelo campo era algo aceitável, na cidade, nem tanto. Algumas denominações, como emboabas e lavapés, elucidam esta situação na história. De certa forma, esta realidade ficou registrada na literatura com Monteiro Lobato e o personagem Jeca-Tatu, que tem no andar calçado um dos aspectos fundamentais, dentre os que representam sua transformação.

eram sensivelmente maiores quando comparados com os couros[34]. A difusão da criação de caprinos no nordeste é de maior expressão do que sua criação nas demais regiões.

A trajetória do mercado de couros e peles para todo o Brasil é ascendente; uma comparação entre as médias dos primeiros anos do século XX e as dos últimos anos da década de 1930 revela que as quantidades mais que duplicam. Em termos de valores medidos em contos de réis, há uma multiplicação por 6 ½, mesmo com as cotações em libra-ouro em tendência declinante desde 1929. Entretanto, é na década de 1920 que se percebe o maior crescimento do setor, como que um efeito de expansão de capacidade, que se encontrava restrita antes da Primeira Guerra e assim permaneceu até o seu fim; em 1917 foi a ocasião em que as cotações do produto atingiram os mais altos preços no mercado nacional e internacional[35].

As 108 indústrias de 'preparo de couros' listadas no "Mappa geral das industrias do Brasil", em 1907, estavam assim distribuídas pelos Estados da Federação: Minas Gerais com 28; Rio Grande do Sul com 22; Paraná, São Paulo e Santa Catarina com 12 indústrias cada; Goiás e Rio de Janeiro com 5 cada um; Alagoas, Paraíba e Sergipe com 3 cada; Pernambuco com 2 e a Guanabara com 1[36].

Essa quantificação não é suficiente para se ter a exata dimensão da atividade nos Estados. Em Minas Gerais, dos 28 estabelecimentos destinados ao 'preparo de couros', 19 utilizavam procedimentos manuais; dos estabelecimentos restantes apenas 2 merecem destaque: Detleff Krumbeck, em Juiz de Fora, e José Sans, em Esperança; somente neles a capacidade instalada, o valor da produção, os capitais investidos e o número de empregados eram significativos.

Os 5 curtumes no Rio de Janeiro localizavam-se em Campos, Niterói e Barra do Pirai, todos eles tinham uma configuração industrial definida, ao contrário dos

---

[34] **Brasil**. IBGE, CNI. Séries estatísticas retrospectivas. v.2 O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. t.2 - indústria agrícola. Edição fac-similar (original publicado em 1908). Rio de Janeiro: IBGE, 1986. p.461-465. Ver quadros exportação 1902-1907 - 'Couros salgados', 'Couros seccos' e 'Pelles diversas'.

[35] ***Idem***, v.1. Ver "Valor por unidade dos oito principais produtos" e "Resumo por decênios - quantidades - valor em mil-réis - valor em libra ouro" p.87 e 90-91.

[36] ***Idem***. t.3 - indústria de transportes, indústria fabril. Edição fac-similar (original publicado em 1908). Rio de Janeiro: IBGE, 1986. p.150.

aspectos artesanais verificados em Minas Gerais. Os 4 maiores eram os de propriedade de José da Costa Alvarenga, de Julio e de Clodomiro Feydit e, finalmente, o de Francisco Santos Franco.

Em São Paulo, os 12 curtumes registrados distribuiam-se da seguinte forma: 2 na capital, 2 em Santos e 1 curtume em cada uma das cidades a seguir: Amparo, Bragança, Brotas, Campinas, Ituperá, Piracicaba, Ribeirão Preto e Sorocaba. Merecem destaque os estabelecimentos de Marx & Cia. e Carlos Olympio Penteado, na capital; C.A. Dick & Cia na cidade de Ribeirão Preto; e Stefani & Carvalho, na estação de Coqueiros - Amparo, bem como José Jacobsen & Cia., em Campinas[37].

Considere-se que, para elaboração do demonstrativo acima, tenha havido alguma falha de contagem e que localidades produtoras de couros não estivessem lá relacionadas, porque em Franca há notícia de pelo menos 3 curtumes nessa data, os quais não apareceram nos resultados daquele inquérito industrial; para Minas Gerais não aparecem dados relativos ao Triângulo Mineiro, sendo mais do que óbvio que lá existiam curtumes. O tamanho dos estabelecimentos não justifica a ausência, porque aparece um curtume no interior de Goiás, mesmo sendo totalmente manual, o que não era o caso dos curtumes de Uberlândia e de Franca em processo de mecanização[38]. As ausências justificam-se pela falta de contagem. Contudo, é possível concluir que o setor de transformação de couros estava se concentrando no Sul e Sudeste do país. Isso era devido, sobretudo, ao processo de implante de indústrias, que ocorrera tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto na cidade de São Paulo e, menos intensamente, em cidades interioranas[39].

---

[37] **Brasil**. IBGE. CNI. Séries estatísticas retrospectivas. v.2. *Op.cit.* p.18-19 e 36-37 para Guanabara (DF.), p.57-58 para Minas Gerais, p. 101, 105 e 108 para o Estado do Rio de Janeiro, p. 118, 128-130 para São Paulo e p.135-136 e 139 para Goiás.

[38] Em 1903, Abrahão Zinader chegava a Uberabinha contratado para instalação e manutenção de máquinas em um curtume. O imigrante de ascendência judaica era proveniente do Império Áustria-Hungria e, segundo informações de seus descendentes, era técnico em máquinas e o motivo de sua emigração teria sido esquivar-se da convocação compulsória para a guerra a que os judeus estiveram expostos naquele país. No Brasil, residiu em São Paulo, vindo a estabelecer-se posterior e definitivamente em Franca.

[39] Não é de se desprezar a fama dos artigos de couro produzidos em Franca nessa época. Essa fama deve ter exercido uma grande influência na atração de pessoas, tanto nacionais, quanto estrangeiros, em especial aqueles que possuíam algum conhecimento na área de curtimento de couros, peleteria e fabricação de calçados em suas terras de origem.

CALÇADOS E A CADEIA PRODUTIVA DO COURO.

O quadro traçado adequa-se ao surto industrial experimentado pela capital paulista nos primeiros anos deste século, que, à semelhança da indústria guanabarina, tinha na fabricação de calçados, de selins e de arreios, importantes setores que completavam a cadeia produtiva do couro[40].

Em termos nacionais, a fabricação de calçados contava com 119 estabelecimentos, empregava 7.379 operários, movimentava um capital de 10.117:000$000 e possuía uma produção industrial orçada em 26.726:900$000, que era inferior apenas ao faturamento das fiações e tecelagens de algodão (135.025:668$000), das usinas de açúcar (67.257:368$000), das moageiras de cereais (39.359:500$000), das charqueadas (38.769:300$000) e das fundições e obras sobre metais (31.625:240$000). Se adicionados o valor da produção coureira ao da produção de calçados, o setor coureiro e calçadista somava 41.818:000$000 de produção em 1907.

Na Guanabara, dos 119 estabelecimentos recenseados no setor de calçados, havia 57 fabricantes, que reuniam um capital de 5.561:000$000, superado em volume de capitais apenas pelo setor de fiação e tecelagem, das cervejarias, dos materiais de transporte e da moagem de grãos. Esta posição da indústria do calçado vai até perto de 1910, momento no qual outros setores passaram a adquirir mais densidade no panorama da industrialização, provocando um decréscimo relativo geral da indústria guanabarina frente à indústria paulista e um verdadeiro deslocamento da indústria calçadista para a capital de São Paulo.

No que concerne ao setor estudado, parecem bastante válidos os argumentos de que São Paulo resolveu melhor que a Guanabara os problemas com a remuneração do trabalho[41], tendo ocorrido não só um rebaixamento dos custos de reprodução da

---

[40] Para uma visão da indústria de calçados na segunda metade do Século XIX ver **Suzigan**. Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.176-180.

[41] **Neves**. Maria Cecília B. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. Revista de Administração de Empresas. 13(2):49-66. 1973.

força de trabalho por meio da maior disponibilidade de alimentos, mas, sobretudo, o investimento em máquinas mais modernas[42].

São Paulo contava, em 1907, com apenas 9 fábricas de calçados, todas elas listada na capital, todavia apenas 2 delas utilizavam-se de energia a vapor, as demais eram dotadas de máquinas movidas a eletricidade. Destacavam-se: 1) - a Clark, *Limited* com 145 Hp., um capital de 500:000$000, uma produção orçada em 2.000:000$000 e 300 operários; 2) - a Coelho da Rocha & Cia. possuía duas fábricas, uma com capital de 200:000$000, 20 cavalos-vapor de capacidade, 1.000:000$000 de valor da produção e 200 operários, a outra com 400:000$000 de capital, 20 Hp. de capacidade, uma produção de 698:000$000, e 300 operários; 3) - Elias Farhat & Irmão com 630:000$000 de capital, 16 cavalos-vapor de capacidade, 1.100:000$000 de produção e 450 operários; 5) - Souza Nogueira & Cia. com 200:000$000 de capital, 15 Hp. de capacidade instalada, 700:000$000 de produção e 400 operários e 6) - Miguel Mellilo & Cia. com 160:000$000 de capital, 10 Hp. de capacidade instalada, 315:000$000 de produção e 120 operários. As demais, embora menores, eram dotadas de equipamento movido a energia elétrica.

A diferença específica com a indústria calçadista guanabarina estava no fato de que, enquanto em São Paulo os equipamentos industriais eram quase todos elétricos, na cidade do Rio de Janeiro somente a famosa Bordallo & Cia. possuía máquinas elétricas, ao passo que os 56 estabelecimentos restantes eram dotados de mecanismos movidos a vapor, a gasogênio ou simplesmente por procedimentos manuais.

São Paulo possuía menos fábricas, mas sua densidade de capital por unidade era superior, com uma média de 256:000$000 por estabelecimento contra 98:000$000 da Guanabara, a produção média das unidades de São Paulo era de 723:000$000 contra 261:000$000 da Guanabara, o número médio de operários era maior em São Paulo - 244,4 contra 63,2. Na Guanabara, contudo, a produtividade por trabalhador do Distrito Federal era superior: 4:132$000 contra 3:221$000 em São Paulo. A produtividade em relação ao capital era praticamente a mesma: 2,8 em São Paulo e 2,7 na cidade do Rio de Janeiro.

---

[42] **Cano**, Wilson. Raízes da concentração industrial em S. Paulo. 2ª ed., São Paulo: T.A. Queiroz, 1983, cap.III.

Conclui-se que o maquinário das indústrias de São Paulo era mais novo do que o da indústria da Guanabara; sua vantagem técnica era somente o uso da energia elétrica, cujo emprego permitia uma ampliação da quantidade de máquinas dentro de uma planta, de modo que um mesmo motor pudesse movimentar mais máquinas e, conseqüentemente, mais operários.

Nada indica que esse maquinário estivesse economizando mão de obra; talvez, no limite, o maquinário elétrico estivesse dispensando o trabalhador cuja tarefa a executar fosse alimentar a unidade produtora de energia a vapor ou a gasogênio, já que, na tecnologia disponível para a maioria das máquinas envolvidas na produção de calçados, o funcionamento era por meio de correias de transmissão atadas a um eixo único. A exceção talvez fosse as máquinas de costurar que, na linguagem dos sapateiros, são chamadas "as máquinas de pespontar".

O fato de as indústrias paulistanas serem maiores não indica que elas concentrassem a industrialização do calçado. A produção total da Guanabara era, até a segunda metade da década de 1900, cerca de 2,3 vezes maior.

São Paulo talvez tenha contado com duas situações que emularam a indústria calçadista: primeiro, o fato de possuir um mercado que crescia mais rapidamente do que todos os outros, induzido que estava pelo dinamismo da cafeicultura paulista e, em segundo lugar, em decorrência disso, o fato de empresas estrangeiras, principalmente as americanas, estarem direcionando seus investimentos para aquela cidade no momento em que a cafeicultura ampliava, pelo volume de exportações, a capacidade de importar. Acrescente-se o fato da política cambial atuar como uma espécie de proteção à indústria nacional.

Para o que interessa nesse trabalho, resta mencionar a presença da escocesa *Clark Co.*- 1903 - e da *United Shoe Machinery Co.* - 1906. Como demonstrou Wilson Suzigan, foram responsáveis pela expansão dos investimentos no setor entre 1907-1913, sendo a primeira fabricante de calçados e a segunda, distribuidora de máquinas para calçados, "operando com um sistema revolucionário de arrendamento de equipamento e assistência técnica para fábrica de calçado... fornecendo peças, acessórios e serviços de manutenção."[43]

---

[43] **Suzigan**, Wilson, *Op. Cit.* p.87 e 180-190.

Resta mencionar que o sistema de arrendamento era uma novidade que liberava os fabricantes de um investimento inicial consideravelmente elevado, caso escolhesse comprar as máquinas, de modo que a fabricação de calçados, com máquinas arrendadas, pudesse girar a um custo operacional fixo não ligado à depreciação do maquinário, mas ao pagamento de um aluguel. A rentabilidade esperada era, portanto, referente a um volume de capital em giro muito mais onerado por matéria-prima, mão de obra, componentes e insumos, e pelo custo financeiro do arrendamento, do que pelo dispêndio inicial de um volume de capital na montagem da planta fabril.

Esta era uma facilidade que decorria da competição entre os fabricantes de máquinas europeus e americanos, que disputavam um mercado consumidor de máquinas e que emergia do complexo-cafeeiro. Entretanto, na cadeia produtiva do setor houve sempre uma contradição, os fabricantes de calçados enfrentaram problemas com o setor coureiro quando os preços internacionais do couro se elevavam, gerando uma escassez interna. Discorda-se aqui de Suzigan, quando ele afirma que grande parte do couro curtido era importado; couros de qualidade superior eram mesmo importados e a grande produção nacional era de atanados, solas e meios de solas, o que não quer dizer que aqui não se tenha alcançado, desde o final do século XIX, algum grau de perfeição no setor. Todavia, o que se importava eram insumos para o curtimento do couro, principalmente o cromo, os pigmentos e o quebracho. Na conjuntura da Primeira Guerra, essas duas variáveis agiram duplamente contra os fabricantes de calçados[44]. Ora porque o couro era exportado sem curtimento, pois preços internacionais estimulavam essa prática - notadamente em 1917 - criando obstáculos ao investimento em fábricas de calçados, ora porque a guerra restringia o acesso aos insumos químicos necessários ao curtimento[45].

PROFISSÕES E ASSALARIAMENTO.

Ora, é pois dentro desse longo cenário de ampliação da demanda por couros curtidos que se tem notícias das primeiras iniciativas voltadas a uma produção

---

[44] **Suzigan**, Wilson. *Op. Cit.* p.188.

[45] Ver "Taxa de crescimento de produção de produtos industriais selecionados 1914-1918" . **Haddad**, C. Crescimento do produto real no Brasil: 1900-1947. Rio de Janeiro: FGV, 1978. *Apud* **Suzigan**, Wilson. *Op.cit.* p.54.

continuada de mercadorias derivadas do couro, a saber: peles, arreios e algum calçado.

Profissões ligadas à atividade coureira havia em Franca desde muito tempo, como se evidenciou no primeiro capítulo, a presença dessas atividades no conjunto das atividades de profissões em Franca é uma constante. Todavia, a organização das atividades de seleiro, sapateiro e lojas especiais de selaria e sapataria, na forma de empresas, é uma realidade apenas nos últimos anos do Século XIX. Foi nessa ocasião que se passou de uma primeira fase, onde predominou o artesanato. O artesanato do calçado, entretanto, não se extinguiu, conviveu com a implantação de indústrias e foi importante no processo posterior de adensamento da atividade.

Condições gerais de oferta e procura têm muito pouco a dizer nesse ponto, caso não se leve em conta a integração de mercados promovida pela cafeicultura e pela ferrovia. Foi esse conjunto de determinações que mudou a feição urbana da cidade e que, por isso, foi requerendo uma diversificação nas atividades.

Uma apreciação das ocupações desenvolvidas na cidade, no período abaixo relacionado, pode dar uma visão das transformações que foram se processando em Franca.

Ainda que se possa fazer objeções quanto à natureza das informações utilizadas a seguir, devido à falta de uniformidade de critérios e divergência na forma de classificação, no silêncio quanto a origem dos dados e alguma inevitável duplicação na contagem, sua riqueza reside no fato de elencar as pessoas nominalmente, conforme poderá ser conferido nos Anexos finais do presente estudo. Por isso pôde ser feita uma análise comparada com uma "Secção Commercial" existente nas fontes, em forma de anúncios detalhados de algumas atividades, nas quais os anunciantes divulgavam seus produtos e as formas de negociação.

Na confecção do quadro abaixo, utilizou-se uma contagem simples dos estabelecimentos e das pessoas pela classificação que mereceram na época - Tabela nº 3; ele dá uma idéia de como a ferrovia exigiu do meio urbano francano a multiplicação de suas atividades, de modo que a urbe pudesse oferecer um maior leque delas. isso promoveu tais mudanças e se revelou através de uma verdadeira divisão social do trabalho.

TABELA nº 3
OCUPAÇÕES, PROFISSÕES E COMERCIANTES DE FRANCA EM 1872/1877 - 1901 - 1911 - 1912[46].

	1872/1877	1901	1911	1912
ATIVIDADES				
AÇOUGUES/ TALHOS DE CARNE	2	30	10	10
ADVOGADOS	2	6	8	8
ADVOGADOS PROVISIONADOS	4	-	-	-
ALFAIATES	3	8	9	12
ARMAZENS DE SAL	6	-	-	-
ARMAZENS DE SECOS, MOLHADOS E GÊNEROS DO PAIS	25	190	131	138
ARMEIRO	-	2	-	-
ARREIOS	-	1	-	-
BARBEARIAS/ BARBEIROS	-	10	8	9
BILHARES	-	-	3	2
CAFÉS	-	5	-	-
CALÇADOS	-	1	-	-
CAPITALISTAS	-	14	-	-
CASA BANCÁRIA	-	1	5	6
CASA DE BANHOS	-	1	-	-
CASA DE COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES	-	5	-	-
CASAS DE CHAP DE SOL, QUADROS E OBJ DE ESCRITORIO	-	1	-	-
CASAS ESPECIAIS DE ARREIOS E COUROS	-	5	-	-
CARPINTEIROS E MARCENEIROS	6	7	9	9
CERVEJARIAS	-	-	2	3
CHARUTARIAS	-	2	-	-
COCHEIRO	-	2	2	2
COMPRADORES DE CAFÉ	-	2	-	-
CONCERTOS DE CHAPÉUS DE SOL	-	1	-	-
CONFEITARIAS	-	3	2	4
CONSTRUTORES	-	4	-	-
CURTUMES	-	2	-	-
DEPÓSITOS DIVERSOS/ CASA ESPECIAL DE FERRAGENS	-	1	16	4
DEPÓSITO DE MADEIRAS	-	3	-	-
DEPÓSITO DE TIJOLOS E TELHAS	-	3	-	-
DENTISTAS	-	2	5	5
ELEITORES	24	-	-	-
ENGENHEIROS CIVIS E AGRÔNOMOS	-	3	3	2
ENGENHOS CENTRAIS	-	3	-	-
ENGENHOS DE CILINDRO	-	15	-	-

[46] **Lunê**, Antonio José Baptista & Fonseca, Paulo Delfino da. (Orgs.). Almanak da Provincia de São Paulo para (1873). São Paulo: Imprensa Oficial, 1985. (Edição fac-similar). p.549-556. **Lisboa**, José Maria. (Org.). Almanach litterario de S. Paulo para (1879). (publicado originalmente por J.M.Lisboa em 1878, ano IV). São Paulo: Museu Paulista, (edição fac-similar), p.551-556. (*) Para os anos acima mencionados os dois Almanaques trazem listas rigorosamente iguais. (#) Apenas as denominações das ocupações sofreram alterações na grafia. Mantem-se os nomes das pessoas na grafia da época, ou pelo menos de acordo com o original. **Franco**, M. (Org.). Almanach da Franca para (1902). São Paulo: Duprat, 1902. p.110-117 e 144-147. **Palma**, Vital (Org.). Almanach de Franca ... (1912). São Paulo: Salesianas, 1913. p.203-207. **Palma**, Vital (Org.). Almanach de Franca... (1913). *Op.cit*. p.82-93.

	1872/1877	1901	1911	1912
ATIVIDADES				
ENGENHOS DE SERRA	-	10	-	-
ESTAMPAS	-	2	-	-
FABRICAS DE CARROS	-	4	-	-
FÁBRICAS DE CERVEJAS	-	4	-	-
FÁBRICA DE CIGARROS	-	1	-	-
FÁBRICAS DE LICORES	-	2	-	-
FÁBRICA DE MASSAS	-	1	-	1
FÁBRICA DE SORVETES	-	1	-	-
FÁBRICAS DE TIJOLOS E TELHAS	-	3	-	-
FARMACÊUTICOS/ FARMÁCIAS	2	7	6	6
FAZENDEIROS	84	-	-	373
FERRADORES DE ANIMAIS	2	4	-	-
FERREIROS/CALDEIREIROS	6	4	13	13
FILARMÔNICAS	-	-	4	6
FOGUETEIROS/ PIROTECNICOS	2	2	1	1
FOLHAS	-	1	-	-
FORRAGEM	-	10	-	-
FOTOGRAFIAS/ FOTOGRAFOS	-	2	3	2
FUNERARIA	-	1	-	-
FUNILEIROS	-	7	-	-
GUARDA-LIVROS	-	10	-	25
HOTEIS	-	3	4	4
INVERNADAS NO MUNICIPIO	-	22	-	-
JORNAIS	-	-	3	2
LEITERIAS	-	-	20	20
LOTERIAS/BILHETEIROS	-	3	-	2
LOUÇAS DE BARRO	-	1	-	-
MÁQUINAS DE BENEFICIAR ARROZ	-	5	5	8
MÁQUINAS DE BENEFICIAR CAFE	-	9	15	4
MARMORARIA	-	1	1	2
MASCATES de fazendas e armarinhos	-	3	-	-
MECÂNICO	-	1	5	5
MÉDICOS	-	6	9	9
MODISTAS E COSTUREIRAS	-	2	5	9
NEGOCIANTES DE FAZENDAS,FERR , ARMAR E LOUCAS	15	45	45	44
OURIVES	-	3	4	4
PADARIA	1	8	5	5
PARTEIRA	-	-	-	1
PASTOS	-	8	-	-
PEDREIROS	-	-	3	3
PINTORES	-	-	1	4
PROF PARTICULAR DE PRIMEIRAS LETRAS	2	-	3	3
PROFESSORES PÚBLICOS	-	-	-	20
RELOJOEIROS/ CASAS DE JOIAS	-	6	6	6
RESTAURANTES/ QUIOSQUES E BOTEQUINS	-	30	21	21
ROUPAS E CHAPEUS	-	2	-	-
SAPATEIROS/ SAPATARIAS	6	14	15	12
SELEIROS/ SELARIAS	4	4	9	7
SERRARIAS	-	-	2	2

	1872/1877	1901	1911	1912
ATIVIDADES				
TEATROS	-	-	2	2
TINTUREIROS/ TINTURARIAS	-	2	2	2
TIPOGRAFIAS/ LIVRARIA/ PAPELARIAS	-	5	3	1
TIPÓGRAFOS	-	8	-	-
VIDRACEIROS	-	-	2	2

No quadro acima, apresentam-se sublinhadas as atividades ligadas à cadeia produtiva do couro; percebe-se que elas estavam presentes desde há muito tempo, desde o período em que a Vila tinha no comércio do sal a sua principal atividade. Sua natureza, entretanto, era diferente da que se verificou quando a cidade integrou-se ao complexo-cafeeiro e que ficou registrada em 1901, por meio de um mais amplo leque de ocupações.

Juntamente com o aumento de atividades constatado em 1901, encontravam-se lojas que vendiam arreios e calçados em meio a um conjunto de outras variedades como "fazendas, armarinhos, chapeos, molhados, ferragens, louças, sal, kerozene, cal, arame farpado, trens de cosinhas e miudezas" (Sic).

Havia, é claro, um comércio de dimensões significativamente menores, que também negociava produtos de vestuário, inclusive calçado - como era o caso de Antonio Rodrigues Nogueira. Outros negociantes tendiam a especializar-se em mercadorias mais grossas como ferragens, fazendas, tintas, armas, arreios e produtos para a lavoura - como era o caso de Eduardo Silva e de Andrade Silva .& Cia. Isso demonstra que o comércio estabelecido na cidade comerciava de tudo um pouco, quando se tratava de varejo, mas tinha no agenciamento do café a grande escala dos seus negócios - como era o caso de Benevides Barbosa & Cia, Almeida Macedo & Cia, Crysógono de Castro e Simão Caleiro & Filhos.

Alguns eram lojistas e agenciavam café simultaneamente; outros, como Ferreira Porto e Assumpção, com escritório no Rio de Janeiro, eram simplesmente comissários especializados em café, fumo e mais gêneros do país. Crysógono de Castro parece ter sido o pioneiro na segmentação dos negócios entre a Casa Bancária - fundada em 1893, fazia desconto, cobrança, câmbio e representação de agenciamento de café de negociantes sediados em Santos - e o Bazar D'oeste, "com grandes depósitos de mercadorias" - casa comercial fundada em 1888. Andrade Silva

& Cia. anunciava o desconto de ordens e o aceite de saques em países como Itália, Espanha e Portugal.

A quantidade de armazéns era superior a uma centena, quase duas em 1901. Contudo, o grande comércio deveria restringir-se a pouco menos de uma dezena de negociantes.

A especialização dos negócios, porém, ficava por conta dos farmacêuticos, dentistas e construtores. As atividades comerciais de produtos bem-definidos, como comércio de máquinas e motores, pedras ornamentais, produtos químicos, enfim, de bens cuja tecnologia de produção envolvia escalas, conhecimentos técnicos e especializados não disponíveis no país eram também negócios específicos. Em geral, estavam disponíveis por meio de importações feitas por representantes comerciais estabelecidos na capital, para os quais as lojas interioranas eram meramente agentes de venda. Os advogados talvez não se enquadrassem totalmente entre as especializações, já que essa profissão remete ao uso de um título honorífico por pessoas que, sendo bacharéis, poderiam ser fazendeiros, agentes ou comissários e só eventualmente praticar o exercício efetivo de uma profissão, certamente existente na cidade.

Um dos anúncios requer atenção. Carlos Pacheco & Cia., em 1901, aparece como um comerciante especializado através de sua "casa especial de arreios e couros e officinas de sellaria, ferraria, com venda de artigos para sapataria". A denominação "casa especial" apareceu depois para diferenciar o comércio de variedades dos armazéns do comércio específico de alguns produtos como ferragens, produtos para a lavoura etc., como pode ser verificado a partir de 1910; mas em 1901 estava indicando apenas a existência de um mercado específico de produtos utilizados na confecção de calçados, arreios e selas.

O comércio local, ao anunciar 'arreios' e 'calçados' em quase todo o tipo de loja, demonstrava que, ao lado de uma atividade produtora de derivados do couro como selas, arreios e calçados, o comércio da cidade trazia esses produtos fabricados em outras praças e os vendia nas lojas, em meio a um conjunto de outras variedades de bens. Essa situação demonstra que a atividade de couro e calçado existente em Franca comparava-se ao trabalho de alfaiates e costureiras modistas, de carpinteiros e

marceneiros, de ferreiros e caldeireiros, cujas atividades indicavam serem eles trabalhadores independentes.

Para o caso, fica patente o fato de os fabricantes de calçados e de arreios serem trabalhadores independentes entre si e produtores em bases artesanais. Enquanto detentores de um ofício que reunia o número maior de oficiais na cidade, pode-se afirmar que, no limite, havia nele uma abrangência familiar que se refletia na divisão do trabalho. Isso, lembrando Bandeira Júnior uma vez mais, indica que essa atividade deveria ser corriqueira em qualquer cidade do Estado de São Paulo.

Franca não se diferenciava por isso, mas por ter tido um setor urbano da vida que se profissionalizou e especializou primeiro em relação ao outros lá existentes, demandando um comércio específico. Isso evidenciava um mercado paralelo e autônomo, que estava movimentando produtos direcionados a uma clientela específica: a dos sapateiros e seleiros, que compravam matéria-prima e insumos na loja de Carlos Pacheco de Macedo, que, por sua vez, também fabricava selas e as vendia a "preços módicos". O surgimento em um mercado de dimensões diminutas, se comparado ao grande comércio e que só conjunturalmente tinha a ver com o grande mercado de café, era, na realidade, sua diferença específica.

Ainda em 1901 podem ser verificadas algumas ocupações tipicamente urbanas que poderiam ser, se tomadas isoladamente, mais importantes do que qualquer outra ligada ao couro, à selaria e aos calçados. Tratava-se das fábricas de carroças, de cerveja, de licores, de cigarros, de sorvetes, de massas e de tijolos e telhas, que apareceram na cidade pela altura de 1900 e em meados da década de 1910 simplesmente desapareceram. Havia também as máquinas de beneficiar arroz, que tiveram uma vida bem mais longa, embora o setor não tenha crescido o quanto cresceu posteriormente na cidade de Uberlândia.

Em atividades de transformação, rurais e não ligadas ao café, havia em 1901, engenhos de cana-de-açúcar - 3 centrais e 10 de cilindro - e, também, os engenhos de serrar madeira - eram 10. Dos primeiros, um sobreviveu até a década de 1920, especializando-se na produção de aguardente[47]. Os engenhos de serra desapareceram

[47] Cel. Francisco Schimidt. Ver **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de S.Paulo. Boletim da Directoria de Industria e Commercio. 12ª serie, Abr. Nº4/ anno 1921. São Paulo: Typ.Brasil, 1921, p.126.

com a extinção das madeiras nobres e, com isso, a atividade madeireira urbanizou-se, mudando a natureza do negócios, passando a ser um comércio de madeiras vindas de outros lugares; os estabelecimentos denominaram-se, a partir daí, serrarias.

O que foi acima exposto para o setor do couro e do calçado em si representa para a cidade uma diferenciação qualitativa, já que era a única atividade que movimentava um comércio especializado, numa época em que o café era disparado a atividade mais importante, apesar de sua natureza agrária e da projeção de uma enorme influência sobre as características do comércio urbano. A diversidade do comércio local nele se assentava.

As profissões e ocupações urbanas, as quais não tinham diretamente na cafeicultura o seu elemento motor, deixaram entrever que, a despeito de uma certa importância que qualquer uma delas possa ter tido, não se constituíam, como as atividades ligadas ao couro, uma parte de um conjunto que, embora pequena, merecesse um comércio voltado para si, independentemente da compra e venda do café.

A CAFEICULTURA E AS TRANSFORMAÇÕES.

O efeito de espraiamento que a cafeicultura teve em relação a outros setores de atividades por toda a economia paulista é por demais conhecido, a figura plural que daí surgiu, denominada "comissário de café", estabelecendo contatos e contratos que foram se alterando no tempo, é também um conhecimento já cristalizado entre os especialistas.

Não menos conhecido é o efeito de estímulo que a cafeicultura provocou em termos de infra-estrutura das cidades. Há nexos específicos quanto a formas de endividamento, performance das colheitas, qualidade e preços alcançados nos mercados local e internacional - câmbio inclusive. Isso tudo era decorrente dos níveis de lucratividade atingidos pelo setor dinâmico, de forma que ficaram patentes as características de capital dominantemente agrário, que se metamorfoseava, através das transformações nos mecanismos de produção e circulação, em capital industrial e financeiro.

A sofisticação da análise combina a expansão das exportações promovidas pelo setor cafeeiro responsável pela produção, processamento e transporte, com a intermediação comercial e a prestação de serviços bancários. Em períodos nos quais as exportações experimentavam incremento, o capital cafeeiro acumulava o suficiente para saldar débitos anteriores, ampliar o leque de produtos consumidos e estimular a demanda por novos bens e serviços cujo *locus* privilegiado era a cidade.

Dentro de uma abordagem mais geral isso significava que o café, na expressão de João Manuel Cardoso de Mello, "dava para tudo": financiava as importações, estimulava o aparelhamento urbano de um grande número de cidades e permitia o surgimento de receita governamental: as tarifas aduaneiras de importação dotavam o Governo Federal de uma poderosa fonte de receita, enquanto as tarifas de exportações eram a principal fonte arrecadadora dos Estados. Até mesmo o crescimento industrial era beneficiado, na medida em que a política cambial, por meio da sistemática desvalorização, favorecia as exportações de café e permitia indiretamente uma maior competitividade-preço do produto nacional, geralmente bens de consumo.

É do conhecimento geral, também, que não há uma linearidade perfeita no encadeamento desses fatos, notadamente porque a expansão e a contração das exportações de café afetavam diferentemente cada setor de atividade, em cada momento de seu específico processo de constituição. Investimentos maduros e investimentos novos enfrentavam as crises de modo diferente, quer pelos encargos financeiros, quer pela brutal dependência de importação de máquinas e insumos a que os últimos ficavam expostos. Nem sempre foram imediatas as conseqüências entre a diminuição da capacidade de importar e a recuperação da capacidade industrial e/ou reabsorção da capacidade ociosa.

Havia nexos contraditórios implícitos neste movimento, na medida em que o capital industrial encontrava-se dependente da performance do capital cafeeiro, ou seja, dependia do capital cafeeiro na geração da capacidade de importar máquinas, equipamentos e insumos industriais, assim como dependia da cafeicultura no estabelecimento dos padrões de salário e consumo. O capital cafeeiro, por sua vez, estava totalmente subordinado à procura externa do café. No centro destes limites, os atores sociais se viam na contingência de evitar as piores conseqüências. Assim, sob

limitações, é que o capital cafeeiro "vazava" em busca de outras possibilidades, que não eram ilimitadas. Essas atividades estavam, geralmente, circunscritas a alguma infra-estrutura de bens e serviços urbanos, aos serviços bancários, ao comércio, ao transporte e à indústria de bens de consumo.

Essa situação pôde ser constatada em Franca mediante a recuperação de uma notificação do Diário Oficial da União, que fez publicar a 27 de abril de 1893 a constituição de um empreendimento: Cia. de Ferrocarril Francana[48]. A intenção dos comerciantes locais quando se reuniram para montar a Ferrocarril Francana era consolidar a preponderância francana sobre um comércio regional, que era já intenso e se mostrava bastante promissor, ao mesmo tempo em que colocava em risco o alcance mercantil da cidade ante o desiderato da ferrovia. Buscava-se estabelecer uma linha de transporte ferroviário de dimensões mínimas, talvez sob influência da linha do bonde elétrico de Sacramento[49], que executasse a movimentação urbana e interurbana, de cargas e passageiros, entre Patrocínio do Sapucahy, Franca e Carmo do Cerrado.

A iniciativa esbarrou no impedimento representado pelo Privilégio de Zona da Cia. Mogiana, já que o traçado pretendido pelos negociantes francanos descrevia uma linha transversal em relação aos trilhos daquela Companhia. Restrita, portanto, ao transporte urbano de Franca, a Ferrocarril não conseguiu os capitais e a rentabilidade necessária para superar problemas técnicos mínimos. O empreendimento acabou embaraçado na íngreme subida da rua da Estação, já que os bondes, muito pesados, tornavam quase impossível a tarefa de serem tracionados por burros, os quais se acabavam no final.

Esta foi uma limitação que se entrecruzou com os planos da Cia. Mogiana de estabelecer um outro ramal que ligasse Ribeirão Preto a Uberaba por um caminho diferente do Ramal do Rio Grande, onde Franca estava situada; isso veio a acontecer em 1915, quando foi inaugurada a Ponte do Delta. Até essa data, pode-se dizer que

---

[48] **Museu Paulista**. Códice "Franca". In: Coleção João Baptista de Aguirra.

[49] A linha de bonde, que se criou na cidade mineira de Sacramento (MG.), foi executada com o objetivo de carrear as cargas procedentes daquela cidade até os trilhos da Cia. Mogiana porque eles não atingiram a cidade. A estação Sacramento - de 1889 - ficara distante e, por isso, montou-se uma das primeiras usinas hidroelétricas que se tem notícia, exclusivamente para fornecer energia para movimentar os bondes. Indiretamente, a iniciativa dotou a cidade de iluminação elétrica precocemente em relação às outras.

Franca ainda manteve preponderância mercantil sobre uma vasta região, que compreendia cidades paulistas e mineiras. Era uma preponderância em declínio e que exigia certas acomodações.

A realidade estava evidenciando que a hierarquização das cidades obedecia a um padrão idêntico ao dos capitais envolvidos, ou seja, a competição passava a ser estabelecida consoante os montantes em jogo.

Deste conjunto sobressaiu-se o Major Antonio Nicácio da Silva Sobrinho; uma homenagem inscrita na Poliantéa de 1938, elaborada pelas Irmãs de São José assim o descreveu:

> "E, na carreira commercial Antonio Nicacio demonstrou qualidades de commerciante habil, intelligente, procurando sempre attrair para a nossa terra, não só o commercio do municipio como o dos municipios mineiros circunvizinhos... vamos assistir ao convergir para Franca, esse intenso commercio movimentado pelas estradas de tropas, boiadas e carros de bois ... carregados de cereaes e café, pra troca com as mercadorias que Franca importava em grande escala e das quaes era um dos melhores mercados no sertão paulista...
>
> ...Tão grande foi o seu movimento commercial que o Major Nicacio se viu na contingencia de montar uma succursal na cidade de Uberaba, cognominada Princesa do Sertão, afim de attender á sua enorme freguezia do Triangulo Mineiro e Goyaz." (Sic)[50].

O Major viu-se obrigado a montar filiais para contornar o problema da concorrência. Falecido prematuramente, porém, em setembro de 1898, teria tido atuação significativa na área de loteamentos urbanos, tendo se notabilizado por oferecer às Irmãs de São José, ao Colégio de Lourdes e à população que ficava no meio do caminho a primeira água encanada da qual se tem notícia na cidade. Concluída em 1894, a água do Nicácio foi captada, bombeada e canalizada às suas próprias expensas. Uma fonte foi construída no loteamento da Cidade Nova e o ponto final da canalização era o Colégio de Lourdes.

Desde 1882 são significativas algumas benfeitorias executadas na cidade. Naquele ano era reformado o Paço Municipal, publicava-se a primeira edição de o

---

[50] **Poliantéa** Comemorativa do 50º aniversário do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1888-1938). Franca: Tip. Central, 1939. p.42.

"Nono Districto" e a cidade passava a ter iluminação a querosene; em 1884 era inaugurado o *Forvm* e aparecia o jornal "A Justiça"; em 1885 fundava-se a Santa Casa e eram feitas reformas nas posturas municipais; em 1887 inaugurava-se a estação da Mogiana; em 1888 as Irmãs de São José fundavam o Colégio N. Sr.ª de Lourdes para a educação das moças; em 1889 ocorreria nova modificação no Código Municipal; em 1895 ocorreu uma mudança na nomenclatura das vias públicas; em 1898 foram iniciadas as obras da nova Igreja Matriz; em 1899 era inaugurada a Cadeia Pública; em 1900 fundava-se a "Tribuna da Franca"; em 1901 inaugurava-se o primeiro jardim público - Largo do Barão da Franca; em 1902 a Câmara Municipal encampava a água do Nicácio e executava a canalização da água Taveira, bem como a primeira linha telefônica; em 1903 os Irmãos Maristas instalavam o Colégio Champagnat, que passava a cuidar da educação dos moços; em 1904 era inaugurada a luz elétrica; em 1905 apareceria outro diário "Cidade da Franca" e era inaugurado o primeiro Grupo Escolar; em 1906 fundava-se o asilo de mendigos; em 1909 outro jardim era entregue aos munícipes, outra canalização de águas - a Garcia - era acrescentada ao abastecimento; em 1910 inaugurava-se o *"Bijou Theatre"* e em 1911 era fundada a Cia. Industrial para a fabricação de fósforos, o Banco de Custeio Rural abria sua agência na cidade[51] e, uma vez mais, tentava-se ampliar, sem sucesso, as ligações ferroviárias da cidade, agora por meio de gestões do Deputado Estevam Marcolino, que buscava a construção de um ramal da Mogiana até Patrocínio Paulista..

Veja-se que, enquanto em 1901 aparecia um relato inequívoco da existência de profissionais, isso não significava que eles pudessem estar apartados das transformações que a cafeicultura proporcionava; ainda que incipientes negócios não dependessem diretamente da cafeicultura, eram por ela estimulados na medida em que seus efeitos se propagavam para todos os setores. Ocorre, entretanto, que desde 1893, com a frustrada Ferrocarril Francana, até 1910 as associações eram predominantemente voltadas para dotar a cidade de algum conforto, que se tornava comum nas grandes cidades e naquelas mais próximas delas.

Eram associações que se faziam, ora conjugando interesses políticos, ora interesses religiosos, algumas gestadas a partir da Igreja, outras a partir da Câmara

---

[51] **Carvalho**, Affonso José de. A Franca: esboço histórico. In: **Palma**, Vital. (Org.). Almanach de Franca: (1912). *Op.cit.* p.61-64.

Municipal, de modo que os investimentos e o fluxo da riqueza tinha, no interior dessas instituições, algum tipo de amálgama.

> "Muito lisonjeiro é o estado financeiro do municipio de Franca. As rendas crescem de anno para anno... E, entretanto, poder affirmar, muito maior seria a receita actual se os legisladores municipaes tivessem sido mais previdentes e o poder executivo menos tolerante em relação a cobrança do imposto do café.
>
> Lançado aqui, como é o imposto, sobre o numero de pés de cafés formados, têm os fazendeiros facil evasiva para pagarem uma contribuição diminuta, dizendo continuamente que seus cafésaes não estão completamente formados.[Se o imposto fosse pago com base na produção anual média]... em vez de 141 contos de réis a receita actual do municipio podia ser orçada em 160 contos, no minimo." (Sic)[52].

Interesses econômicos havia, mas eles se manifestaram primeiramente nas associações de esforços para empreendimentos de abrangência pública, sob os auspícios de uma suposta propagação do progresso, do benefício público, do conhecimento, da cultura, das artes, da benemerência e da filantropia.

No plano privado, os interesses se manifestavam numa busca de menor tributação por parte dos cafeicultores, ou seja, reduzir sua carga tributada pelo poder municipal. Todavia, os negócios privados ficaram mais evidentes no funcionamento das sociedades comerciais[53].

Nas relações de negócios entre fazendeiros e comerciantes, o conceito de reputação e de bom nome era condição necessária ao desempenho da função de comerciante; enquanto critério de suficiência, era completado, no outro lado da relação, pelo crédito que o fazendeiro pudesse auferir.

> "... principalmente aos lavradores, eram fornecidas mercadorias com a célebre ressalva, 'em prazo de colheita'. Para melhor esclarecer esta parte, o produto da venda do comerciante era para ser paga apenas na época das colheitas, fossem elas de café, cereais ou outros gêneros de montante vultoso. Apenas nestas ocasiões, ficava o lavrador apto a regularizar seus débitos,

---

[52] **Franco**, M. (Org.). *Op.cit.* p.58-63.

[53] Para uma apreciação das formas de associações para constituição de empresas comerciais entre 1883 e 1918, ver **Caleiro**, Hygino Jacintho. Hygino de Oliveira Caleiro: um exemplo. (monografia de conclusão de curso de história). Franca: FFCLF, 1967. 33p. ilustradas.

> ressalvadas as exceções das trocas por queijo, farinha, rapaduras e outras rendas de menor monta que a todo tempo eram válidas... o comerciante, mesmo cobrando algum juro pela espera na regularização dos débitos, deveria possuir um capital apreciável, pois ao lado do suprimento de suas prateleiras, deveria arcar com o financiamento dos seus freguêses. Surgiram, em razão disto, os embriões... de muitos organismos bancários do interior, pois nesta altura, já se confundiam as figuras do negociante com a do banqueiro. Foi o que se deu com o próprio Hygino de Oliveira Caleiro, com o grupo Moreira Salles de Poços de Caldas, com o grupo Artur Scatena de Batatais,..." (Sic)[54]

Os negócios privados da cafeicultura francana, entretanto, não se sustentavam em uma relação pura e simples de confiança, essa era tão somente uma justificativa que encobria a verdadeira fonte do lucro, qual seja: a intermediação nos negócios com o café.

Embora o município nunca tenha alcançado plantações que superassem a casa dos 20 milhões de pés como ocorreu em Jaú, São Carlos, Amparo e Ribeirão Preto, entre outros municípios, Franca possuía uma condição climática excelente para produção. Terras com altitude média de 900 metros, clima seco na época da colheita e solos razoáveis faziam com que fosse usual a produção de boas bebidas, ou seja, cafés de baixa acidez. O café geralmente alcançava excelentes preços no mercado. Ocorre, todavia, que só se passou a divulgar esta característica dos cafés da Alta-Mogiana no começo da década de 1910. Foi somente nas imagens deixadas da década de 1920 que se percebe, nos ônibus circulares da cidade, a seguinte frase: "a terra que produz o melhor café do mundo"[55]. Ao que parece, foi o distico substituto da empolada frase: "a Atenas da Mogiana".

O que se discute aqui é a possibilidade de não haver um completo conhecimento da qualidade dos cafés francanos para todos os envolvidos no negócio, até, pelo menos, as primeiras turmas de moços egressos do Colégio Champagnat terem a oportunidade de cursar as escolas de agronomia existentes no Estado de São Paulo e em Minas Gerais. De forma que, diante da não generalização do conhecimento, persistisse os desnivelamentos nos preços do mercado local e destes

---

[54] **Caleiro**, Hygino Jacintho *Op.cit.* p. 9-10.

[55] **Franca**, Museu Histórico Municipal. Franca em 1920. (Filme). Cinegráfica São Luiz. 1920. 10 min., mudo, branco e preto, 8 mm. O *slogan* teria sido criado pela emissora de rádio PRB-5.

em relação ao mercado de Santos. Isso em função da classificação que os cafés alcançavam na cidade e no Porto de Santos.

O que ocorria é que os cafés comprados em Franca como "duro" eram classificados como "mais ou menos duro" em Santos, os cafés classificados como "mais ou menos duro" em Franca eram classificados como "mole" em Santos e os cafés "moles" de Franca alcançavam cotações dos mais finos "moca" comercializados em Santos. Não quer dizer que os cafeicultores desconhecessem as cotações e as formas de classificação, simplesmente desconheciam a classificação alcançada pelos cafés por eles produzidos na linha final do mercado.

Por outra via, deve-se lembrar que entre os grandes comerciantes estavam os maiores cafeicultores de Franca - ver Tabela 1. Isso não invalida o argumento acima, uma vez que, sendo simultaneamente comerciantes e cafeicultores, eles apropriavam-se de uma fatia maior do lucro gerado. Ocorre que, na condição de credores dos cafeicultores, os comerciantes de bom nome viam-se compelidos a adquirir o café para verem saldados os seus créditos junto aos agricultores que se endividavam ao buscar a satisfação cotidiana das suas necessidades básicas. A confiança se assentava numa reputação de desprendimento do cafeicultor em relação às formas de julgamento dos "especialistas em café".

Para se ter uma idéia da justeza desse argumento, é preciso conferir a trajetória da cafeicultura no município. Entre 1902 e 1937 o número de cafeeiros plantados apresenta uma tendência quase sempre crescente. A crise de 1906 teve conseqüências drásticas, principalmente para as grandes plantações; custos elevados e preços cadentes resultaram no abandono e desvalorização das propriedades, bem como em movimentação de trabalhadores em direção às zonas novas.

Foi no período que vai de 1906 a 1915 que imigrantes, principalmente de origem espanhola e italiana, credores de dívidas para com os velhos cafeicultores, dotados de alguma economia e famílias numerosas, tiveram acesso à propriedade de terras de dimensões não muito elevadas. Começaram, então, a aparecer os sitiantes e pequenos fazendeiros de origem estrangeira - ver Anexo Ocupações em 1910. O produto, contudo, não deixara de ser a base da economia local: já em 1915, em virtude da mudança na estrutura fundiária, era possível verificar o aumento do número de cafeeiros.

TABELA nº 4
DINÂMICA DA CAFEICULTURA EM FRANCA 1902/1909-1937[56]

	PRODUÇÃO		produção	cafeeiros	produtividade
	TOTAL @		toneladas		(@/ 1000 pés)
1902	650.355	1902	9.755,33	4.222,50	154,02
1909	794.560	1909	11.918,40	7.380,98	107,60
1910	418.170	1910	6.273,00	7.380,98	56,60
1911	623.690	1911	9.355,35	7.380,98	84,40
1912	626.024	1912	9.390,36	7.380,98	84,82
1913	669.490	1913	10.042,35	7.380,98	90,70
1914	475.300	1914	7.129,50	7.380,98	64,40
1915	605.550	1915	9.083,25	7.380,98	82,04
1916	490.120	1916	7.351,80	11.727,80	41,79
1917	842.000	1917	12.630,00	11.727,80	71,80
1918	480.000	1918	7.200,00	11.727,80	40,93
1919	252.000	1919	3.780,00	11.727,80	21,49
1920	645.000	1920	9.675,00	11.730,00	54,99
1921	615.000	1921	9.225,00	11.730,00	52,43
1922	420.000	1922	6.300,00	9.438,20	44,50
1924	680.000	1924	10.200,00	12.000,00	56,67
1925	570.000	1925	8.550,00	12.364,00	46,10
1926	760.000	1926	11.400,00	14.895,00	51,02
1928	410.000	1928	6.150,00	15.265,40	26,86
1929	986.000	1929	14.790,00	15.265,40	64,59
1930	802.130	1930	12.031,95	12.487,80	64,23
1931	907.387	1931	13.610,81	14.668,40	61,86
1932	623.350	1932	9.350,25	15.184,50	41,05
1934	647.384	1934	9.710,76	16.826,90	38,47
1935	689.670	1935	10.345,05	16.824,10	40,99
1936	761.576	1936	11.423,64	16.556,80	46,00
1937	791.318	1937	11.869,77	17.706,00	44,69

Do ponto de vista dos grandes proprietários, teria havido uma crise de uma década e meia de duração, o que não era uma verdade absoluta, pois mesmo com o mercado "frouxo", os imigrantes que tiveram acesso à terra passaram a produzir em menor escala e a custos mais reduzidos. Um fato, porém, era inegável: a célebre geada de 24 de junho de 1918 iria beneficiar duplamente os negócios de café da

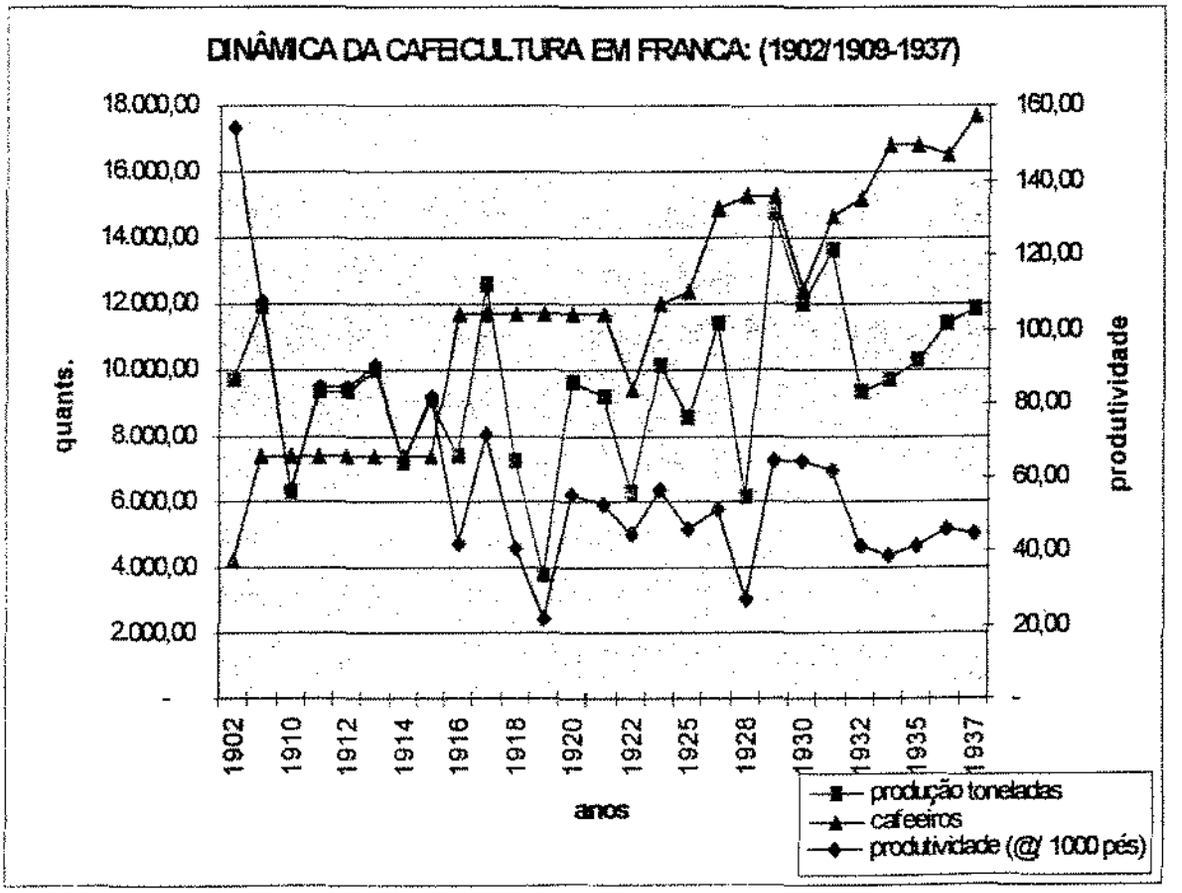
---

[56] **Franco**, M. (Org.). Almanach da Franca para (1902)... São Paulo: Duprat, 1902. p.177-184. **Relatorio** nº 50 da Directoria da Cia. Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a Assembléa Geral de 21 de junho de 1903. Campinas: Castro Mendes & Irmão, 1903. **Egas**, Eugenio. (Org.) Os municipios paulistas: publicação oficial. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1925. p.703. **Museu Paulista**, Franca. Coleção João Baptista de Campos Aguirra. **Piza**, Marcello. Os municipios do Estado de S.Paulo: informações interessantes. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas/ Depto. Estadual do Trabalho/ Serviço de Publicações, 1924. p.92. **São Paulo**, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Boletim da Directoria de Industria e Commercio, 4ª serie/ jul.: nº7, 1913. p.279. ***Idem***, 13ª serie/ abr-mai: nºs 4-5, 1922. p.92. ***Idem***, 15ª serie/ mai-ago: nºs 5-6, 1924. p.170. ***Idem***, 17ª serie/ jan: nº 1./dez: nº 12, 1926. p.5 e p.256. ***Idem***, 19ª serie/ jan-fev: nºs 1-2. p.44. / mai: nº 3, 1928. **São Paulo**, Secretaria dos Negócios da Agricultura. Atlas Econômico de São Paulo: dados 1937-1938. São Paulo, 1940.

cidade, quer nos preços, quer porque o acidente climático não se fez sentir agudamente no município, de modo que foi apenas no ano de 1922 que se percebeu os efeitos da erradicação - ver Gráfico nº14 e Tabela nº 4.

No caso, em decorrência do acidente climático, houve queda na produção total e na produtividade dos cafeeiros, mas estas foram compensadas pela elevação geral dos preços em decorrência da escassez que se estabeleceu. Do ponto de vista das políticas de valorização do café, uma coisa é certa: os cafés de boa qualidade sempre foram privilegiados, até porque a condição de sustentação dos financiamentos era a obtenção de bons preços no mercado internacional.

GRÁFICO nº 14



Um terceiro momento em que a cafeicultura do município viu-se em apuros foi na Crise de 1929. Novamente ocorreram desvalorizações patrimoniais, notícias dão

conta de que propriedades de 100:000$000 passaram a valer tão somente 10:000$000[57].

Em face dessas crises, das celebres queimas da década de 1930 e mais da seca de 1940-1941 e da geada de 1942, a recuperação foi sempre imediata e isso se devia aos preços que o café alcançava no mercado, pois os cafés francanos alcançavam diferenciais extremamente favoráveis. De outra forma teria ocorrido em Franca o que ocorreu em outras cidades, como São Carlos e Araraquara, em que o desestímulo da cafeicultura refletia-se na quantidade de cafeeiros plantados, notadamente no final da década de 1930[58] - ver Gráfico nº 14.

Pode-se dizer, portanto, que até 1906 e, no limite, até 1910, o sistema de crédito funcionava naquele cenário em que nem os estabelecimentos bancários e nem os recursos creditícios estavam disponíveis. A primeira instituição que buscou exercer este papel foi o Banco de Custeio Rural, fundado a 19 de agosto de 1911; em sua propaganda ficava claro uma nota:

> "Fornecimento de Custeio: Este instituto de credito, constituido especialmente com o fim de auxiliar a lavoura deste e dos municipios limitrophes, leva ao conhecimento dos senhores lavradores que se [encontra] aparelhado para fazer contractos de penhor agricola, a juros modicos, *e deixando plena liberdade na venda dos productos aos senhores lavradores.*" (Sic)[59].

A mudança na estrutura fundiária e o endividamento dos grandes proprietários mostrava uma outra realidade: que os capitalistas não estavam dispostos a ficar expostos à quebradeira pelo crédito baseado na confiança, tampouco os lavradores estavam dispostos a entregar seus produtos a preços vis, embora muitos estivessem se desfazendo de terras para saldar dívidas. Naquele mesmo ano em que a agência do Banco de Custeio Rural era aberta, os capitalistas de Franca compravam, da Câmara

---

[57] **Barbosa Fº**, Antônio. Franca Agricola. In: **Nascimento**. Hygino de Andrade do & **Moreira**. Eufrausino. (Orgs.). *Op.cit.* p.112.

[58] **Pacheco**. Carlos Américo. Café e cidades em São Paulo: um estudo de caso da urbanização na região de Araraquara e São Carlos (1880-1930). (Dissertação de Mestrado). Campinas: IE/Unicamp, 1988. p.73.

[59] **Palma**. Vital. (Org.). Almanach de Franca: (1912). *Op.cit.* p.33 - Secção Commercial - (Itálicos no original).

Municipal, a Cia. Francana de Eletricidade, faziam gestões para o instalação da Cia. Industrial Francana e mais uma fábrica de tecidos.

Estas gestões não necessitaram de uma articulação prévia feita na Câmara e nem tiveram o apelo da Igreja. Ocorreram no Grêmio Literário - outra iniciativa do já citado Major Nicácio - e demonstravam que os capitais locais, em um montante de aproximadamente 1.000:000$000, eram já capazes de estabelecer os seus próprios elos de sociabilidade e buscar alternativas ao comércio do café.

> "A industria francana diariamente progride e alentada pelo espirito emprehendedor de seus capitalistas, conquista uma posição saliente entre os principaes centros industriaes paulistas.
>
> No dia 6 de Fevereiro ultimo, reuniu-se no salão do Gremio Literario um grupo de capitalistas e deliberou a fundação de uma fabrica de phosphoros, nesta cidade, ficando constituida uma sociedade anonyma com o capital inicial de 120 contos, podendo ser elevado a 250, com a denominação de `Companhia Industrial Francana`.
>
> A inauguração da importante fábrica effectuou-se solemnemente no dia 15 de Novembro. Montada com as mais aperfeiçoadas machinas modernas, tem uma capacidade productiva diaria de 30 mil caixinhas ou sejam, 24 latas de phosphoros...
>
> ... O adiantado moço sr. Gustavo Martins Cerqueira, nesse afan bemfazsejo de dotar a Franca com elementos proprios de vida, que sejam verdadeiras fontes de proveitoso progresso, corporisando uma palpitante aspiração do povo, está zelosamente tratando da encorporação de uma companhia, que terá por fim fundar aqui uma fabrica de tecidos. A sua idéa tem sido brilhantemente acolhida por todos os capitalistas locaes, contando já com um capital subscripto de quasi 300 contos. Espera o activo capitalista industrial poder dentro de pouco tempo dotar a sua terra com mais esse poderoso factor de solido progresso.
>
> É inegavel, a Franca atravessa um periodo de actividade e potente desenvolvimento, assistindo o resurgir duma vida nova, de energia e labor, até aqui estacionaria." (Sic)[60].

Diferentemente da fábrica de fósforos, a indústria de tecidos não se instalou em Franca; seu entusiasta Martins Cerqueira, no entanto, divulgou amplamente as

---

[60] **Palma**, Vital. (Org.). Almanach de Franca: (1912). *Op.cit.* p.159-165 e 169-172.

técnicas da cultura do algodão, com farta distribuição de sementes. A cultura não obteve a expressão desejada, iniciativas semelhantes reaparecem em diferentes ocasiões nas décadas de 1930 e 1940 : com o plantio entre 1933 e 1938 e com a fundação da Cotai - Cia. Têxtil Industrial, ainda no Estado Novo. Em ambas ocasiões, a plantação de algodão e a fabricação de tecidos deixavam claro que Franca não seria um bom local para a atividade.

Estavam na primeira diretoria constituida para o funcionamento da Cia. Industrial Francana, de 1911, os seguintes homens envolvidos no grande comércio da cidade: Gustavo Martins Cerqueira, José Antônio de Paula, Andrade Martins, Irmão & Cia., Francisco da Silveira Gusmão, Arsênio Tavares, Humberto Batista, Higino Caleiro e Sandoval & Cia[61].

O elemento propulsor da onda de dinamismo verificada no inicio da década de 1910 era decorrente do desempenho do produto principal: o café, que foi sendo produzido a custos menores pelas famílias de imigrantes, bem como pelos antigos produtores. Os homens envolvidos nesse negócio tinham percebido as limitações e as possibilidades do negócio, tratava-se, então, de avançar nas possibilidades. Elas eram, todavia, condicionadas pela sua rentabilidade e pela dependência do mercado externo. Isso não impedia que acomodações no interior dessa economia dessem a ela um fôlego extra.

> " Mesmo assim, póde-se dizer que o município, em virtude da ótima posição do café no comércio internacional, tem uma situação muito bôa porque os preços do café são vantajosos para o produtor. (Sic)[62].

A cafeicultura de Franca tinha na qualidade dos cafés o seu estimulo, isso se verificou na tendência crescente dos seus cafeeiros. A produção variava em função de uma série de fatores que iam desde as disponibilidades financeiras de cada agricultor em particular, até as condições climáticas predominantes. As expressivas colheitas em 1909, 1913 e 1917 estavam diretamente relacionadas com as chuvas que ocorreram nos meses anteriores e posteriores à colheita. A idade dos cafeeiros também influenciava na quantidade produzida, especialmente na safra de 1917 houve a

---

[61] **Do Val**. Maria Aparecida. Esbôço histórico da Franca. *Op.cit.* p.IV-V.

[62] **Barbosa Fº**. Antônio. Franca Agrícola. *Op.cit.* p.113.

influência das primeiras cargas dos quase 4,5 milhões de novos pés de cafés plantados nos anos anteriores.

A produtividade, contudo, tem mais a dizer do que os outros indicadores. Em 1920 a região de Franca era uma zona velha do ponto de vista da exploração cafeeira; isso não impediu que os cafeicultores interrompessem a tendência declinante de produtividade, que se verificava desde o começo do século. A partir da terceira década introduziu-se a fertilização dos cafeeiros com matéria orgânica extraída das matas nativas existentes em cada propriedade rural - isso, naturalmente, só poderia estar ocorrendo nas grandes propriedades. Naquelas culturas onde a camada fértil dos solos havia sido lavada pelas chuvas, os agricultores passaram a fazer uma adubação orgânica mediante a mistura de esterco de curral, terra do mato e outras substâncias degradáveis como a palha do arroz. A mistura era depositada junto ao solo, próximo ao caule dos cafeeiros, de onde se tirava uma certa quantidade de terra enfraquecida, a qual era substituída pela matéria orgânica. Outra técnica amplamente utilizada pelos cafeicultores de Franca foi a plantação com maior adensamento de mudas, de modo que foi possível aumentar a quantidade de cafeeiros em uma mesma área cultivada.

Como se vê, houve acomodações nas grandes e nas pequenas propriedades, na gestão urbana dos capitais e na tentativa de diversificação de atividades. Interessa reter que isso foi ocorrendo nas oscilações da cafeicultura. Uma evolução favorável foi possível pela qualidade e preços alcançados pelos cafés; se tivesse ocorrido o contrário, de 1915 em diante, quando à indecisão da cafeicultura local, somou-se a perda da exclusividade de Franca na ligação com o Triângulo Mineiro[63], o município poderia ter experimentado um espetacular despovoamento. Isso não se verificou, o município havia deixado de crescer como até então, e estava perdida a batalha contra os grandes capitais mercantis. Todavia, entrava em cena a figura do pequeno proprietário rural e do trabalhador assalariado urbano.

No que concerne ao fracionamento e reconcentração das propriedades rurais no período em tela, interessa qualificar que houve um continuado decréscimo no tamanho médio das propriedades: de 159 alqueires em 1905 para 110 em 1920 e, depois, de 65 alqueires em 1934 para 56 em 1940. O número médio de trabalhadores

---

[63] **Guimarães**, Eduardo Nunes. Infra - estrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: CEDEPLAR/ UFMG, 1990, p.29 e segs.

por unidade também caía de 9,2 em 1905 para 7,7 e 6,6 em 1934 e 1940, respectivamente. O número total de propriedades oscila de 384 em 1905 para 583 em 1920, sobe para 1.083 unidades em 1934 e cai para 981 em 1940, enquanto o tamanho das propriedades foi sendo diminuído, aumentava o número total de cafeeiros plantados, bem como a área cultivada, embora nem sempre fosse crescente a média de cafeeiros por estabelecimento.

Em porcentagem, o maior fracionamento acontecia em propriedades de 100 a 250 alqueires e os maiores crescimentos porcentuais ocorriam nas propriedades de 25 a 50 alqueires e nas de 50 a 100 alqueires. Nas propriedades de 250 a 500 alqueires e nas de acima dos 500 alqueires houve, entre 1934 e 1940, uma queda do número absoluto, as primeiras de 28 para 27 propriedades e as de mais de 500 alqueires diminuíam de 16 para 10, ainda assim, a expressão porcentual delas era ligeiramente crescente, isso devia-se à acentuada queda no número total de propriedades; aquelas entre 100 e 250 alqueires caíram de 82 para 72 propriedades, nas de até 10 alqueires houve uma queda de 415 para 345 unidades e nas de 10 até 25 alqueires a baixa foi de 250 para 225 [64]. Assim, entre 1934 e 1940, acontecia algo que acabava revertendo uma tendência que vinha desde 1906, de modo que se pode concluir: os efeitos da crise de 1929 foram mais drásticos entre os pequenos proprietários e entre aqueles que possuíam propriedades entre 100 e 250 alqueires, provocando um complexo e simultâneo fenômeno de fracionamento de médias e grandes propriedades e concentração das unidades rurais muito pequenas, que, no geral, proporcionava uma configuração média das unidades em dimensões entre 25 a 100 alqueires; com isso, verificou-se uma maior intensificação do uso do solo e um progressivo aumento da área plantada.

Ao lado desse processo, ocorreu também a diminuição do número de cabeças de animais criados por estabelecimento. Longe de indicar, todavia, um enfraquecimento da atividade rural, essas acomodações atestam que a pecuária voltava a ser uma das alternativas para enfrentar as oscilações da cafeicultura, mas disponível somente aos grandes proprietários.

---

[64] **Camargo**, José Francisco de, *Op.cit.* v.2 e 3. p.94-101.

CARLOS PACHECO DE MACEDO E A INDÚSTRIA DO COURO E DO CALÇADO.

> "La 'verdad' cambia porque la sociedad cambia. En un momento dado nada es sucesivo, todo es contemporáneo, incluso aquello que es ya pasado... Eso no quiere decir que no haya opciones. Más bien todo lo contrario. Un sistema social y todas sus instituciones constituyentes, incluyendo el Estado soberano del mundo moderno, son el espacio de una amplia gama de grupos sociales, en contacto, en colusión y, por encima de todo, en conflicto los unos con los otros"[1].

POPULAÇÃO EM FRANCA.

Pode-se dizer que a população de Franca é sempre crescente, as perdas populacionais ocorridas estiveram sempre ligadas a desmembramentos políticos, ou no limite - em especial durante as décadas de 1920 e 1930, a mudanças na configuração da estrutura rural.

As maiores taxas de crescimento verificaram-se entre 1900 e 1910, ocasião em que a população do municipio quase dobrou - 87%. Entre 1886 e 1900 a taxa foi de 54%; taxas semelhantes repetem-se entre 1910 e 1920 - 53%; entre 1920 e 1930 houve uma taxa de crescimento de 26%. De 1930 a 1940 o crescimento populacional foi de 22%. Parece que não houve queda na população total na década de 1930, naquela ocasião verificou-se um deslocamento de trabalhadores rurais para áreas novas de plantio do café no Estado de São Paulo e Paraná, bem como algum deslocamento no sentido de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Contudo, a população urbana entre 1934 e 1940 saltava de 18 mil para 24 mil habitantes; portanto, houve um crescimento da ordem de 33% da população urbana, enquanto a população rural caia de 42,2 mil para 31,7 mil habitantes, perfazendo uma queda de 25%. Vide Tabela nº 5.

---

[1] **Wallerstein**, Immanuel Maurice. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los origenes de la economia-mundo europea en el siglo XVI. Traducción* Anttonio Resines. 2ª ed. Mexico: Siglo Vientiuno, 1979, p.15.

GRÁFICO nº 15

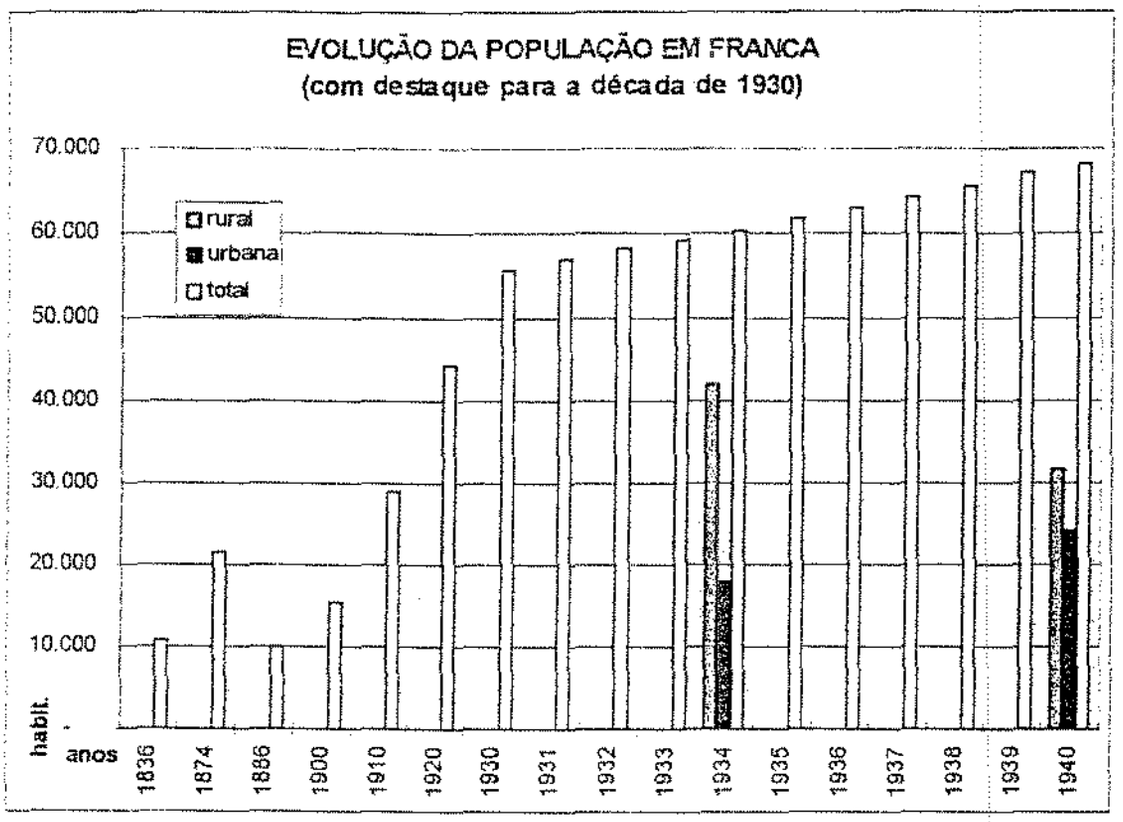


TABELA nº 5
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM FRANCA: 1836-1940.

ano	população rural	população urbana	população total	taxa de crescimento
1836			10.664	
1874			21.419	
1886			10.040	
1900			15.491	54,00
1910			29.000	87,00
1920			44.308	53,00
1930			55.715	26,00
1931			56.893	2,11
1932			58.093	2,11
1933			59.315	2,10
1934	42.165	18.072	60.237	1,55
1935			61.816	2,62
1936			63.096	2,07
1937			64.399	2,07
1938			65.724	2,06
1939			67.071	2,05
1940	31722(*)	24038(*)	68.176	1,65

(*) Dados do Censo de 1940 IBGE.

As fontes consultadas revelam uma certa divergência de dados. Quando se compara os dados relativos ao Censo de 1940 , do IBGE, e os relativos ao Boletim, do DEE, percebe-se uma discrepância, cuja amplitude talvez só tenha explicação na diferença dos métodos de contagem adotados pelos respectivos órgãos de estatística, sendo provável o fato de o Departamento Estadual de Estatística utilizar um contagem que estivesse englobando as populações dos distritos de Cristais Paulista, Jeriquara, Restinga, Ribeirão Corrente e São José da Bela Vista, conforme pode ser depreendido de uma lista dos maiores produtores rurais de Franca em 1931 - ver Anexos, da qual participam fazendeiros cujas propriedades rurais só contavam no município de Franca porque eram situadas em algum dos distritos acima mencionados[2]. Por outro lado, o IBGE, no Censo de 1940, poderia estar considerando apenas o município de Franca, descontadas as populações distritais. Ainda assim, os dados referentes às populações rural e urbana de 1934 - medida pelo DEE - e de 1940 - medida pelo IBGE - são extremamente reveladoras da composição populacional em termos relativos - como demonstra o Gráfico nº 15 [3]. Onde Franca já aparecia, no princípio da década de 1940, com uma alta taxa de urbanização.

PACHECO DE MACEDO: NEGOCIANTE.

Dentre o grande número de pessoas que vieram viver em Franca, no final do século XIX, em 1896 chegava à cidade, procedente de Formiga (MG.), onde nascera a 04 de novembro de 1875, Carlos Pacheco de Macedo[4]. Muito pouco se sabe a respeito de suas origens e suas habilidades; é provável, como argumentou Costa, que tenha sido carreiro até quando veio fixar-se na cidade[5]. Todavia, uma característica lhe era saliente: estabeleceu-se na qualidade de negociante. Sua casa especial de arreios e artigos de couros foi tratada no capítulo precedente. Interessa aqui reter o

---

[2] **Queiroz**, Victorino S. & **Arantes** Jr. Lourenço. Os municípios do Estado de S.Paulo: informações interessantes. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo: Directoria de Publicidade Agrícola. 1933, p.161-162.

[3] **Camargo**, José Francisco de. Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: IPE/ USP, 1981. p.13 e 21 v.2 e 3. **São Paulo**. Departamento Estadual de Estatística. Boletim do Departamento Estadual de Estatística. São Paulo: Brasil Rothschild Loureiro, 1940, p.72-73.

[4] **Santos**, Wanderley dos. O Major Pacheco de Macedo e a fábrica Jaguar. Diário da Franca. 07.04.1993.

[5] **Costa**, Alfredo Henrique. Contribuição ao estudo da história da indústria do calçado de Franca: suas bases artesanais e o impacto tecnológico. Anais do III simpósio dos professores universitários de história. Franca: FFCLF, 1965, p.582.

fato dele ter sido o principal do negócio, cuja denominação social era Carlos Pacheco & Cia., gerenciava transações de compra e venda e de fabricação de selas sob encomenda.

Comprava e vendia artigos para sapataria - deixando subentender que a clientela desse segmento era formada por pessoas que confeccionavam e reformavam calçados e enconcotravam-se presentes em número razoável na cidade. Os produtos de que necessitavam eram basicamente: couros, solas, atanados, linhas, agulhas, facas, ceras, corantes, pregos e colas, entre outros. Além do comércio, fabricava-se na "officina de sellaria e ferraria" de Carlos Pacheco um "completo sortimento de arreios para montaria e viagens, arreios modernos, lombilhos, arreios para carros, *trolys* e carroças" e, ao que se supõe, deveria ter, além do pessoal especializado em fazer as selas, homens habilitados para ferrar animais. Sua clientela nesse segmento, com certeza, deveria ser composta pelas pessoas que dispunham de montaria e transporte próprios - os fazendeiros, e ainda, os carroceiros, que viviam da prestação desse tipo de serviço aos outros.

Os ferradores de animais existentes em Franca em 1901 eram: Antonio de Andréa & Filho, José Zuanari, Maggiato Antonio e Vicente Gramani. Os seleiros existentes na cidade naquele mesmo ano eram: Antonio Soares da Silva, Gabriel Ribeiro Antunes, Feliciano Alves de Faria e José Pacheco de Macedo. Com certeza, pelo menos um dos ferradores era empregado de Carlos Pacheco, enquanto José Pacheco de Macedo era o responsável pela parte de selaria, que poderia também estar empregando, nesse segmento, alguns dos homens acima citados, porque as atividades desenvolvidas no amplo espectro do negócio não estavam segmentadas.

Além dos ferradores e seleiros, havia os sapateiros, que em 1901 eram os que se seguem: Angelo Mazini, Antonio Maniglia, Angelo Tripicchio, Francisco José Teixeira, Francisco Leporaci, Francisco Jordão, Giberalo Francisco & Cia., Joaquim Garcia de Paiva, Luiz Dompieri, Leonidio Felippe, Primo Montuani, Paulo Ferro, Victor Nicola, Victorelo Victorio.

Viu-se no capítulo precedente as características desse negócio, que não estava diretamente afeto ao grande mercado do café e demais gêneros do país, mas a ele se entrelaçava na medida em que o ritmo de crescimento da economia demandava mais transporte e mais vestuário. Retenha-se, daquela parte, o fato de haver na cidade um

número elevado de sapateiros e seleiros, sendo 10 em 1872/1877, 18 em 1901, 24 em 1911 e 19 em 1912. Isso indicava serem estes, entre os ofícios especializados, os únicos que apresentavam profissionais em números simultaneamente regulares e expressivos e que tinham ao seu pecúlio um comércio intrínseco.

Note-se que os ferradores e sapateiros eram, na sua maioria, pessoas de origem italiana, membros da população urbana e detentores de um ofício. Os seleiros, contudo, eram brasileiros muito provavelmente detentores de habilidades manuais transmitidas por seus familiares.

No Almanaque de 1913, apareceram anúncios da "Sellaria Democrata", de propriedade de José Pacheco & Gaia, como fábrica de arreios e calçados grossos e, também, "Sellaria União", de Pacheco, Macedo & Gaia, "sucessores de José Pacheco & Gaia", dotada de linha telefônica e caixa postal, colocando-se como "importante estabelecimento de couros desta praça, com fabricação em grande escala de arreios, calçados, artigos de viagens e deposito de ferragens" (sic)[6]. Esses anúncios estavam a evidenciar que nos negócios de selaria - englobando fabricação de selas, arreios, sapatos grossos, ferragem de animais e comércio de couros e produtos para o ramo de sapataria - acabava de ocorrer um desmembramento. Carlos Pacheco de Macedo e José Pacheco separavam sua antiga sociedade e fundavam suas próprias, agora associados cada qual com membros da família dos Gaia.

À característica dominantemente familiar, acrescentava-se um novo ingrediente, que iria marcar o setor coureiro-calçadista por um largo período: o fato de serem sociedades nas quais as associações entre parentes e/ou aparentados eram feitas e desfeitas na medida em que o negócio assim o permitisse. Donde se conclui que tanto a habilitação técnica e profissional, quanto a capacitação para gerir um negócio eram dadas dentro do âmbito da oficina que, em certos momentos, confundia-se com o da família. Esse aspecto será retomado posteriormente.

Do ponto de vista dos negócios que corriam na cidade, entretanto, havia um paradoxo: enquanto os capitalistas se associavam para formar companhias industriais, em um nítido procedimento de defesa contra as oscilações do setor cafeeiro, enquanto

---

[6] **Palma**, Vital. (Org.). Almanach de Franca: (1913) .... São Paulo: Salesianas, 1912. p.190. Secção Commercial p.6.

apareciam outras pequenas fábricas, principalmente de bebidas, cigarros e outros gêneros de alimentação - ver Tabelas nºs 6 e 7, os negociantes de selaria, couros, calçados e afins promoviam uma espécie de pulverização dos seus negócios.

Isso não quer dizer, contudo, que no ramo de selaria, couros, calçados e afins não houvesse pelo menos um empreendedor que se tornasse capaz de conferir ao seu negócio uma maior densidade. Ao contrário, mesmo verificando-se o desmembramento entre os Pacheco e os Gaia, anunciado em 1912, contudo, no ano de 1911, pode-se afirmar que Carlos Pacheco & Cia. havia sido o principal do maior negócio do ramo na cidade. Conforme a Tabela nº 8, é possível concluir que um ano antes de dividir-se, a empresa produzia 65% das botinas fabricadas na cidade, 50% das botas de montaria, 56% dos chinelos e, talvez a quase totalidade dos calçados, já que essa é uma conclusão difícil de se extrair da referida Tabela, pois ela contém um erro no quesito sapatos.

O que se quer evidenciar aqui é uma certa oscilação entre artesanato e produção fabril, ainda num período em que couros, comércio de produtos para sapataria, fabricação de sapatos e de selas não esboçavam uma clara delimitação de suas respectivas especializações. Isso não invalida, tampouco explica, o fato de alguns experimentarem crescimento da atividade; entretanto, impõe indagações sobre as dificuldades na gestão de uma empresa voltada para um leque tão amplo de produtos.

TABELA nº 6
PRODUÇÃO DE BEBIDAS EM FRANCA 1911

CERVEJA DE ALTA FERMENTAÇÃO	COGNAC	VINHOS DE FRUTAS	VERMOUTH FERMENTADO	LICORES COMUNS	SODA EM SIFÃO	IMPORTÂNCIA DE SELLOS
garrafas	litros	litros				APLICADA AOS
						PRODUTOS
46.165	941	4.973	1.116	5.073	11.882	4:936$680

"Nota: Existem nesta cidade 5 fábricas de bebidas, figurando em primeiro lugar a dos snrs. Barbosa & C., cujo movimento foi o seguinte durante o anno: Cerveja de alta fermentação, 9.372 garrafas; Vermouth e Fernet, 415 litros; Licores communs 2.488 litros; Aguas denominadas syphão ou sodas 3.251 litros; Vinhos de fructas 4.000 litros; importancia de sellos empregados nos productos, 1:923$760." (sic).
PALMA, Vital (Org.). Almanach de Franca (1912). São Paulo: Salesianas, 1911. p.174.

TABELA nº 7
PRODUÇÃO DE CIGARROS EM FRANCA 1911

FUMOS DESFIADO pacotinhos	CIGARROS DE PALHA maços	PALHAS NACIONAIS maços	CHARUTOS unidades	IMPORTÂNCIA DE SELLOS APLICADA AOS PRODUTOS
9.905	169.146	2.075	18.200	7:174$150

"Nota: As fabricas de cigarros são em numero de 8 figurando em primeiro logar a do sr. Arthur Pereira da Silva, composta de 76 cigarreiras que trabalham em casas particulares. O movimento desta fabrica, durante o anno, foi o seguinte: fumo desfiado 9.905 pacotinhos; cigarros de palha, 95813 maços; palha nacional 2.075 maços; charutos 18.200; importancia de sellos empregados nos productos, 4:042$900."(sic).
PALMA, Vital (Org.). Almanach de Franca (1912). *Op.Cit.* 1911. p.175.

TABELA nº 8
PRODUÇÃO DE CALÇADOS EM FRANCA 1911

BOTAS	BOTINAS	SAPATOS	CHINELOS	IMPORTÂNCIA DE SELLOS APLICADA AOS PRODUTOS
149	25.696	44	11.331	10:923$550

"Nota: As fabricas de calçados são em numero de 18, sendo a de maior movimento a dos Snrs. Carlos Pacheco & C., pois manufacturou durante o anno 16.594 pares de botinas, 8.660 pares de chinellas; 74 botas de montar e 122 pares de sapatos empregando na sellagem dos produtos a importancia de 7:137$000. É animador o progresso da industria de couros nesta cidade; pois a dous annos atraz eram diminutas as fabricas de calçados e casas nesse genero. Os 'lombilhos francanos' são os mais procurados em todo o Brazil. Existem 3 cortumes para o preparo de sola" (sic).
PALMA, Vital (Org.). Almanach de Franca (1912). *Op.Cit.* 1911. p.176.

A DÉCADA DE 1910: MARCHAS E CONTRAMARCHAS.

Algumas atividades industriais experimentavam um crescimento que se verifica nos Gráficos nºs 18, 19 e 20. Não há, nos Relatórios estudados, informações detalhadas sobre calçados e artigos de selarias; todavia, analisando-se o Gráfico nº 16, percebe-se que as 'bagagens e encomendas' transportadas pela ferrovia entre 1899 e 1909 perfaziam uma média de 300 toneladas/ano, exceto entre 1905 e 1907, anos em que as 'encomendas' transportadas atingiram 835, 942 e 611 toneladas para os respectivos anos. Esse fato deve ser tributado ao estímulo que os excepcionais embarques de 'café' nos anos de 1906, 1907 e 1909, bem como os de 'gêneros alimentícios' nos anos de 1907 a 1910 - ver Gráficos nºs 10 e 11, repercutiam numa movimentação de cargas que permitia um maior número de encomendas, talvez para

um comércio de bens de luxo, talvez adornos e detalhes construtivos para a Matriz, ou ainda algum equipamento para as benfeitorias que estavam sendo feitas na cidade. No limite, também, alguma máquina para o próprio setor do couro e do calçado, que já esboçava um certo desenvolvimento.

Note-se, entretanto, que as 'encomendas' não eram somente importações, nelas incluíam-se as mercadorias produzidas na cidade e embarcadas na estação. Levando-se isso em conta, o que se percebe é que, após o ano de 1910, ocorre um salto na média das encomendas: de 300 toneladas nos anos imediatamente anteriores, para 450 toneladas. Isso traduz o fato da fabricação de selas e calçados estar, a partir dessa data, extravasando as fronteiras do município e sendo embarcadas para outras praças na forma de 'encomendas', atingindo, com isso, um mercado próprio. O que se pode objetar aqui contra esse raciocínio, é o fato da população estar aumentando, o que poderia afetar proporcionalmente nas quantidades de 'encomendas'; isso, contudo, não ocorre. O que acontece no sentido de corroborar o raciocínio é o fato das encomendas decaírem nos primeiros anos da Primeira Grande Guerra, demonstrando um contração do mercado e, por conseguinte, isso refletiu-se num pequeno decréscimo do volume de 'encomendas' nos anos de 1914 a 1916.

GRÁFICO nº 16

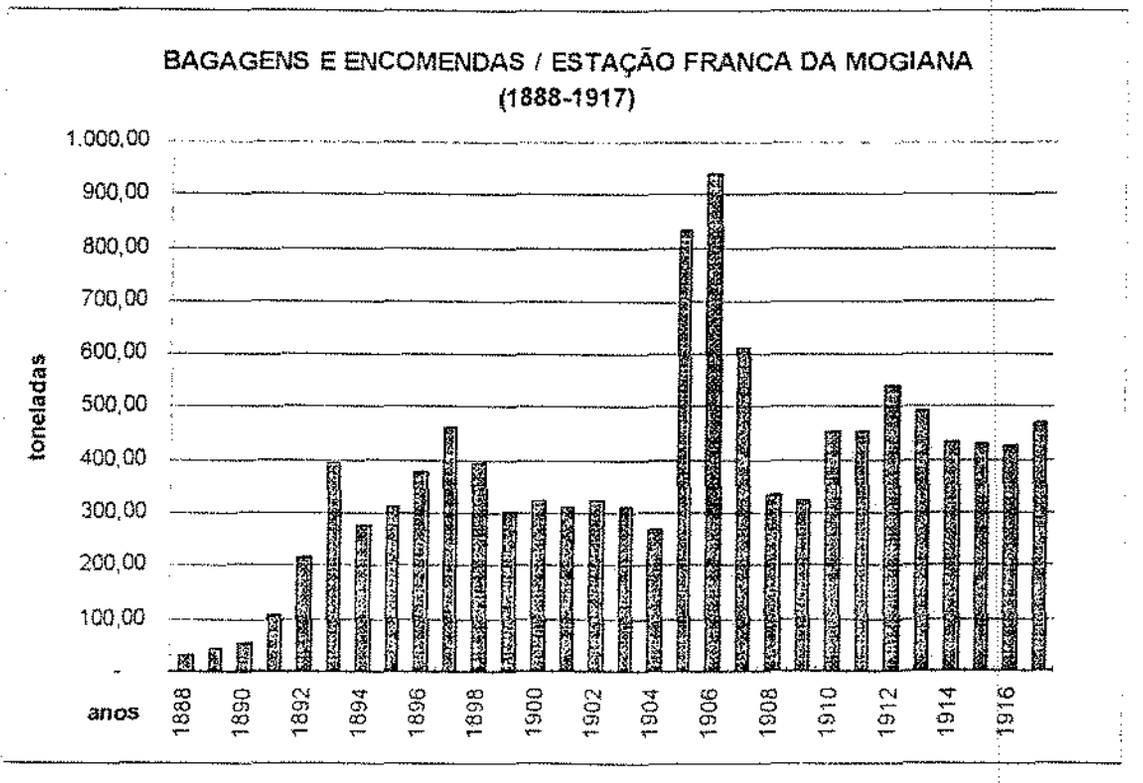
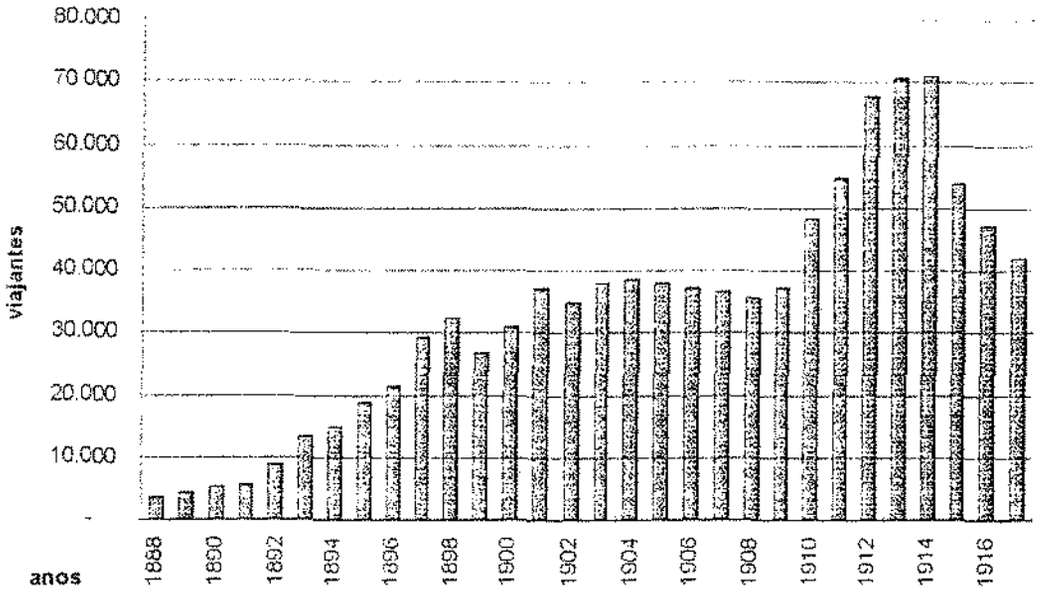


GRÁFICO nº 17

VIAJANTES DA CIA MOGIANA PELA ESTAÇÃO DE FRANCA (1888-1917)



O aumento de viajantes também poderia ter aumentado o volume das 'bagagens' que eram computadas em conjunto com as 'encomendas', mas o comportamento do Gráfico nº 17, embora apresente um número maior de viajantes entre 1910 e 1914, se comparado com o Gráfico nº16, apresenta uma relação de proporcionalidade e tendência inversas nos anos de 1914 e 1917, quando o número de passageiros é cotejado com o volume das 'bagagens e encomendas'.

Finalmente, deve-se ter claro que o único investimento - já qualificado anteriormente - que, talvez, estivesse produzindo algum volume de embarque na cidade, fosse a produção de fósforos, já que, das outras iniciativas as quais os capitalistas locais levaram a efeito, apenas a fabricação de fósforos foi avante, pois, tanto a fábrica de tecido idealizada por eles não vingou, quanto a Cia. Francana de Eletricidade não produzia bens que pudessem ser computados.

Ocorre, entretanto, que a partir de 1907 a Cia. Mogiana, passou a apresentar Relatórios bastante detalhados, desmembrando classificações antes apenas contabilizadas de forma genérica e criando outras, que eram simplesmente apresentadas no interior de uma categoria de produtos denominada transporte de 'diversos' - ver Anexos. Particularmente, nos anos aqui focalizados - década de 1910,

houve uma tendência do volume em peso das exportações igualar-se às importações - ver Gràfico nº 13.

Projetava-se, nesse cenário, uma elevação do comércio de bens transformados produzidos na cidade, adicionando valor agregado aos produtos transportados. Isso verificou-se tanto na produção dos calçados e selas acima mencionados, quanto na de bebidas e derivados da cana-de-açúcar e no processamento de couros. Desse modo, pode-se afirmar que a cidade foi, a partir dessa época, progressivamente passando de uma condição de geradora de uma riqueza ancorada quase que exclusivamente no produto primário 'café' para a condição de produtora de bens com algum grau de transformação.

Isso se explicitou nos volumes que ficaram registrados nos Relatórios da Mogiana para couros, para bebidas e para o açúcar produzido no Estado.

O panorama da década de 1910 na cidade de Franca indica ter havido um rápido surto de diversificação e incremento de atividades; mesmo não havendo dados exclusivamente contabilizados para o item calçados ou para selas produzidas na cidade, é possível perceber, como argumentado acima, um maior volume de encomendas registrado pela Cia. Mogiana, que era o meio usual de se transportar esses produtos[7]. Um indicador decisivo do incremento da atividade industrial na cidade ficou quantificado por meio dos Gráficos nºs 18,19 e 20.

Atenção especial merece o Gráfico nº 18, que evidencia um movimento crescente dos embarques de couro na estação Franca da Mogiana. As cargas passaram a ser registradas uma década depois de funcionar o curtume fundado pelo Padre Alonso. Entre 1897 e 1904 as quantidade não ultrapassam as 50 toneladas/ano, caindo abaixo dessa média em 1903 e atingindo um patamar de 100 toneladas em 1909. O movimento até 1917 é crescente; todavia, nota-se reduções dos embarques em 1910, 1912 e 1914. Pode-se separar as informações contidas no Gráfico em três

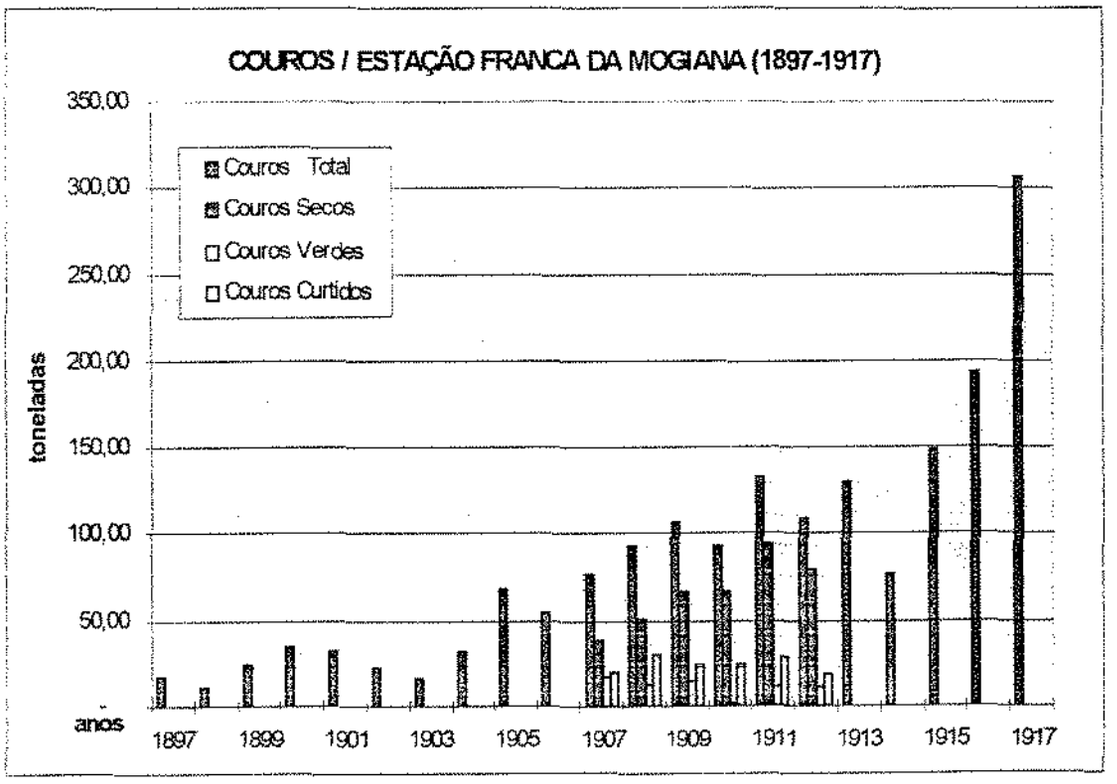
[7] É possível perceber o embarque de calçados desde a fábrica até a estação da Mogiana. Os calçados eram embalados nas tradicionais caixas de papelão e depois o lote encomendado era acondicionado em caixotes de madeira. Nas discriminações do destinatário apareciam em destaque a cidade de destino e a inscrição C.M., cujo significado era encomenda embarcada na Cia. Mogiana. Esse mesmo sistema vigorou até a segunda metade da década de 1970, quando a estação Franca foi definitivamente fechada. Ver **Franca**. Museu Histórico Municipal. Calçado Jaguar. (Filme). Rossi Filmes. 1924. 10 min. mudo. branco e preto. 8 mm.

momentos distintos: o primeiro, que vai de 1897 a 1904, no qual as quantidades embarcadas oscilam em torno de 24 toneladas/ano; o segundo, que vai de 1905 a 1914, no qual as quantidades embarcadas atingem uma média de 94 toneladas/ano e o terceiro que compreende os anos de 1915,1916 e 1917 em que as quantidades embarcadas apresentam uma súbita ascensão - saltando de 148 para 306 toneladas/ano.

Aparentemente não há razões de mercado significativas que motivem as reduções acima apontadas, já que não ficou registrada qualquer tipo de retração de preços ou de quantidades praticadas no mercado internacional do couro, como comentado anteriormente.

Os aumentos, por sua vez, têm sua explicação: primeiro os couros sofriam um tratamento muito rudimentar - até 1904 vigorou um sistema de curtimento usando-se lascas do barbatimão obtidas pelo emprego de machadinhas, que serviam para partir manualmente as cascas da madeira, depois disso a produção foi incrementada pelo emprego de uma máquina de triturar[8].

GRÁFICO nº 18



[8] **Rinaldi**. Dalva Marlene Chioca. Indústria curtumeira em Franca. Mimeo. Franca: FHDSS/ UNESP, 1987. p.12.

GRÁFICO nº 19

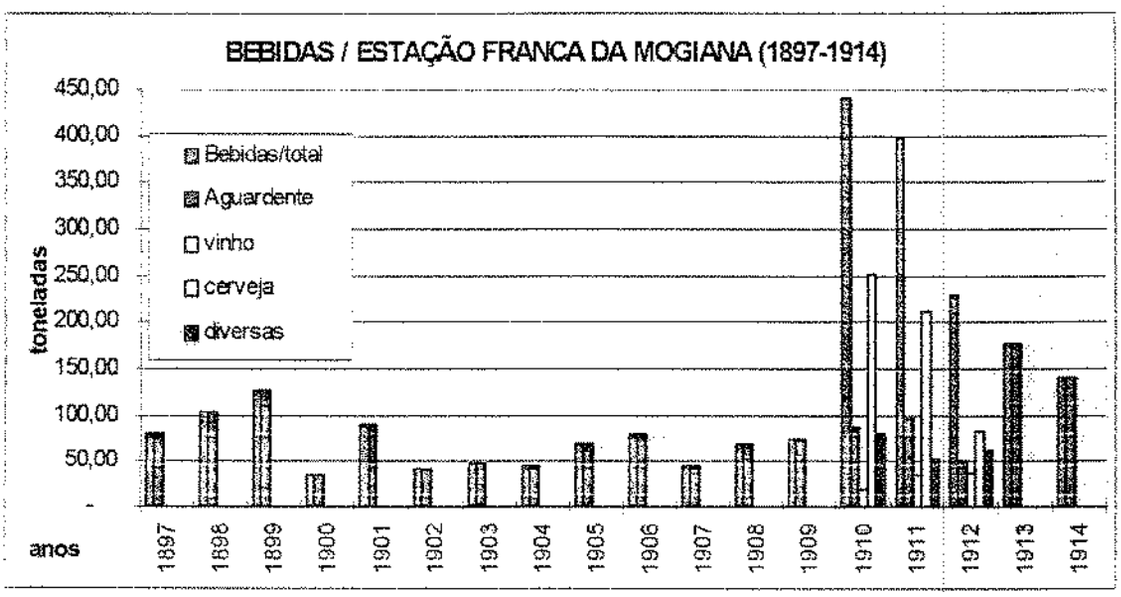
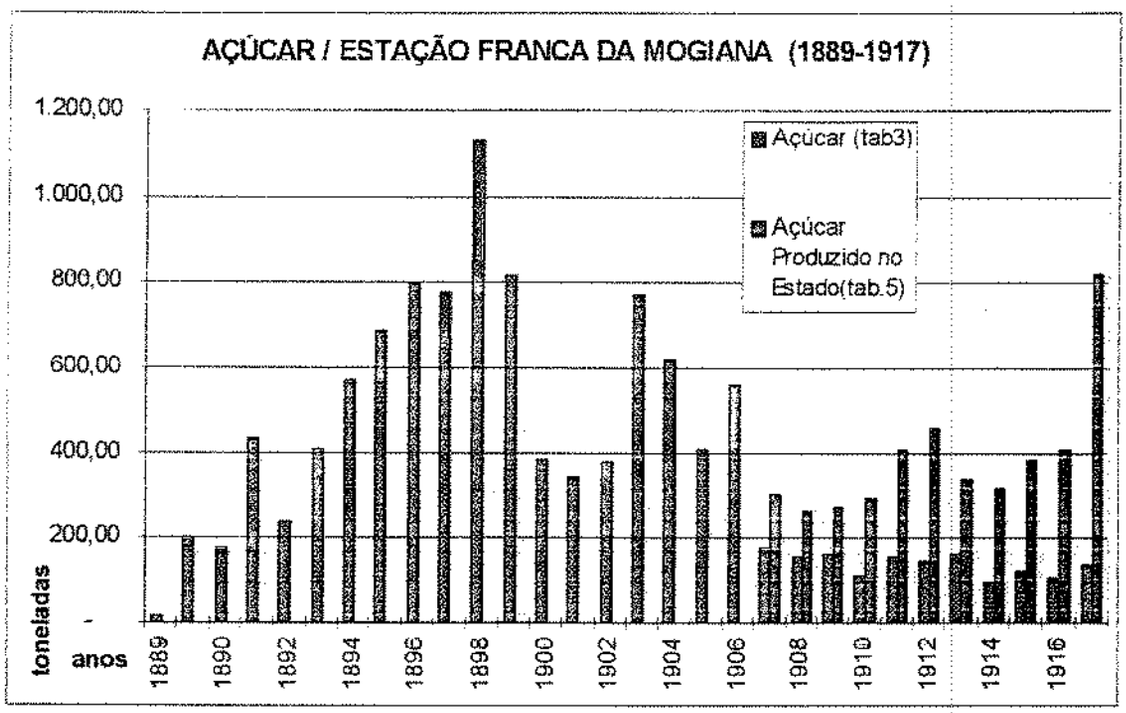


GRÁFICO nº 20



Entre 1907 e 1912 os Relatórios da Mogiana apresentaram o embarque de couros discriminado por tipos de couros: verdes, secos e curtidos. Os couros secos compunham, para alguns anos, mais da metade do volume total e, para outros, até 2/3 desse volume, enquanto os couros verdes e curtidos representavam o complemento. As cargas de couros verdes eram decrescentes.

Percebe-se, nesses dados, conforme a Tabela nº 9, que os couros curtidos representavam em torno de ¼ do total, todavia, o que mais se destaca nessas quantidades é o fato desses porcentuais não serem crescentes em relação ao total. Isso sugere que havia algum tipo de estreitamento e o mais provável é a escassez de matéria-prima para o curtimento. Mais precisamente o barbatimão, que estava se extinguindo juntamente com as espécies nobres de madeira disponíveis na região. Um indício dessa escassez está na ausência de outros registros dos engenhos de serrar madeira que apareceram em 1902, enquanto que em 1910 só se verificou a existência das serrarias urbanas, ver Tabela nº 3.

Foi a falta de quantidades apreciáveis de barbatimão na região de Franca que motivou o Major Elias da Motta, em 1912 , a fazer uma viagem ao sul do pais para investigar as condições de curtimento com cromo, bem como indagar sobre os maquinários necessários para a tarefa.

TABELA nº 9
TIPOS DE COUROS EMBARCADOS NA ESTAÇÃO FRANCA DA CIA. MOGIANA: (1907-1912)[9]

	total	secos	%	verdes	%	curtidos	%
1907	76,39	38,98	*51,03*	17,70	*23,17*	19,71	*25,8*
1908	93,31	50,88	*54,53*	12,22	*13,10*	30,21	*32,38*
1909	107,35	67,06	*62,47*	15,34	*14,29*	24,95	*23,24*
1910	93,13	66,59	*71,50*	1,82	*1,95*	24,72	*26,54*
1911	133,41	93,79	*70,30*	10,96	*8,21*	28,66	*21,48*
1912	109,32	79,67	*72,87*	10,83	*9,91*	18,82	*17,22*

Mesmo sendo modestas as quantidades de couros curtidos, pois os embarques destes eram proporcionalmente pequenos, em relação aos totais - incluindo-se couros secos e verdes - embarcados em toda a rede da Cia Mogiana, contudo, os volumes de curtidos embarcados exclusivamente em Franca eram significativos no conjunto. A estação Franca foi sempre uma das mais importantes no embarque total de couros. As mais importantes eram Coqueiros no município de Amparo, Espirito Santo do Pinhal, Araguari (MG.), Ribeirão Preto e Franca. Eram, bastante regulares, também, a participação de Campinas, São José do Rio Pardo, Mococa, São João da Boa Vista, Guaxupé (MG.), Uberaba e Uberabinha (MG.). A pecualiaridade da estação Franca

[9] **Relatorio** nº 54 a 59, da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de: 27 de junho de 1907, 28 de junho de 1908, 20 de junho de 1909, 26 de junho de 1910, 28 de junho de 1911 e 27 de junho de 1912. 6 v. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1907-1912.

residia em participar com um volume significativo de couros curtidos, já que eles apareciam pulverizados e em pequenas quantidades para um grande número de estações, inclusive para as acima citadas.

No período de 1907 a 1912, quando os dados apareceram discriminados, a participação da estação Franca atingiu uma média de 18% do total, ou seja os dados referentes a couros curtidos apresentados na Tabela nº 9 representavam em torno de 20% da soma de todas as estações, como ficou demonstrado nos Relatórios da Cia. Mogiana.

Conclui-se, portanto, que Franca reunia, desde a segunda metade da década de 1900, condições de adensamento da atividade coureira, projetando-se, já naquela época, na atividade de curtimento de couros. Tomando-se por base os preços dos fretes, que eram significativamente mais elevados para os embarques de couros curtidos, e considerando que os mesmos eram calculados consoante uma razão determinada de valor e de peso, pode-se concluir que os couros curtidos apresentavam um preço que, em média, era 24,3% e 105% superior ao apresentado pelos couros secos e verdes, respectivamente. Daí concluir-se que as oportunidades de negócio geradas por tal atividade foram muito prematuramente consideradas em Franca, se estas forem analisadas pela comparação dos aos volumes de embarque apresentados pelas demais cidades no âmbito da Mogiana.

Exatamente pelas condições acima descritas que o Major Elias da Motta instalava:

> "Em 1913, já com os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos, ... o primeiro curtume dotado de maquinário, importado diretamente da Alemanha. Causou sensação a iniciativa, porquanto na época, no Estado de São Paulo, o único curtume mecanizado era o da Água Branca na capital, e o segundo era o de Franca... A prefeitura Municipal concedeu-lhe, na época, isenção de impostos e taxas durante dez anos"[10]

Considerando-se que havia em Franca disponibilidade de capitais para instalação de indústrias e, ainda, o fato de a indústria de tecidos anteriormente

---

[10] **Rinaldi**, Dalva Marlene Chioca. *Op.cit.* p.14. **Revista Commércio da Franca**. "Major Elias Motta: pioneiro da indústria do couro em Franca". Franca, 1956. p.132.

planejada não ter virado realidade, aliadas às condições de mercado acima, pode-se pensar na consolidação da indústria coureira.

DE CAPITÃO DE INDÚSTRIA A EMPRESÁRIO FALIDO[11].

Além de homem de negócios, Carlos Pacheco de Macedo era também homem envolvido na vida social francana. Seu nome aparece nos Almanack da Franca, ora como membro da Maçonaria, ora como vereador. Foi talvez devido à sua participação nessas atividades e seu envolvimento com os homens mais importantes, que logrou obter a patente de Capitão e depois a de Major.

Curioso notar a coincidência do titulo honorifico com sua profissão de negociante à frente de uma pequena oficina, como já mencionado. O fato importante a ser destacado é que o seu envolvimento social e sua projeção indicam a possibilidade disso estar, de alguma forma, sendo canalizado para seu negócio, notadamente se se leva em conta as influências sociais necessárias na área do crédito. Mais ainda, que esse negócio estaria prosperando de modo a fazer com que o seu principal se destacasse no cenário francano.

É no transcurso da década de 1910, após a divisão da sociedade entre Carlos Pacheco Macedo e José Pacheco, que os seus negócios parecem ter prosperado enormemente, pois no início da década de 1920 Pacheco de Macedo era já proprietário de metade da Fábrica de Fósforos Soberanos - associado à Andrade Martins & Cia - e do imóvel onde se localizavam as instalações do Curtume Progresso, fatos que o permitiram fazer, na primeira metade dos anos 20, outras associações em negócios de maior vulto.

Com o falecimento de sua primeira esposa, Dª Francisca Luiza de Macedo, em 1919, Carlos Pacheco deu novo impulso aos seus negócios. A extinta parece ter sido

---

[11] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Concordata Preventiva de Carlos Pacheco de Macedo, 1926, processo nº. 1341, v.1, maço 70, vara Cível, 2º. Ofício, cx.217. ***Idem***. Falência de Carlos Pacheco de Macedo, 1926, processo nº. 1341, v.2, v.3, maço 70, vara Cível, 2º. Ofício, cx.217. ***Idem***. Falência de Carlos Pacheco de Macedo, 1929, processo nº. 1341, v.4, maço 70, vara Cível, 2º. Ofício, cx. 218. ***Idem***. Falência de Carlos Pacheco & Cia., 1926-1938, autos nº. 46, v.1, v.2, v.3, vara Cível, 1º. Ofício, cx. 410. ***Idem***. Concordata Preventiva de Macedo Marx & Cia, 1926, processo nº. 1316, v.1, maço 68, vara Cível, 2º. Ofício, cx. 216. ***Idem***. Falência de Macedo Marx & Cia, 1926, processo nº. 1316, v.1, maço 68, vara Cível, 2º. Ofício, cx. 216.

muito importante no gerenciamento da loja em que eram proprietários. lá vendiam-se artigos para calçados e também produtos de armarinho e, foi essa característica, uma das quais fez com que a mesma fosse atribuída no espólio às duas filhas mais velhas do casal[12].

Como meeiro e como tutor dos filhos menores, Pacheco de Macedo, mesmo tendo deixado a firma Carlos Pacheco de Macedo & Cia. para suas filhas maiores, acabou controlando um patrimônio considerável, composto de imóveis urbanos situados: um à praça N. Sr.ª. da Conceição, no valor de 85$000:000; um outro à rua Major Claudiano, de 15$000:000 e, à rua Jorge Tibiriçá, mais um valendo 5$000:000; em imóveis suburbanos, ficou com a Chácara dos Coqueiros e a Chácara do Espraiado, valendo 4$000:000 e 10$000:000, respectivamente; em controle de empresas, amealhou ½ da fábrica de fósforos e o curtume que havia comprado em 1917, juntamente com a Chácara dos Coqueiros, cujos valores respectivos eram 30$000:000 e 51$000:000. Ele estava controlando diretamente, portanto, uma riqueza em torno de 200$000:000, sendo ainda lícito conjeturar que ele deveria ter embolsado algum dinheiro que poderia não estar sendo contabilizado.

Ocorre que, no mesmo ano do falecimento de sua primeira esposa, Pacheco de Macedo estaria casado com Estefânia Vieira Caleiro, filha de Virginio de Oliveira Caleiro e Maria Vieira Caleiro. Este fato não seria importante se sua nova esposa não fosse sobrinha de Hygino e Torquato Caleiro, talvez os homens mais importantes da cidade naquele momento.

Isso, durante a pesquisa, sinalizou no sentido de poder ter havido alguma participação da família Caleiro nos negócios de Macedo, notadamente de Hygino, que controlava a maior casa comercial e o mais destacado estabelecimento bancário da cidade, ou, talves, de Torquato, que era prefeito e sócio de outra importante casa comercial, a Andrade Martins. Todavia, levantamentos posteriores mostraram que eles eram praticamente ausentes em relação aos negócios de Carlos Pacheco. Havia alguma relação comercial entre eles, inclusive com seu próprio sogro, como pôde ser constatada na investigação dos Autos de Falência das empresas de Carlos Pacheco, que viria acontecer em 1926. Os montantes dessas relações não eram mínimos, já que

---

[12] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Auto de Francisca Luiza de Macedo. anno de 1919. AHMUF. Comarca de 2º. Ofício Cível. processo nº. 946. maço 49. p.25.

há indicações de endividamento; mas o maior endividamento não se referia a relações possivelmente familiares, perdendo, portanto, toda e qualquer significação de um envolvimento direto - que só se conjectura por hipótese.

Contudo, isso não anula o fato de Carlos Pacheco ter se prevalecido de seu casamento com Estefânia Caleiro para melhorar sua condição creditícia na cidade e região, visto que foi exatamente este o principal motivo da falência, como se verá adiante.

A MONTAGEM DA "CALÇADO JAGUAR".

A empresa Carlos Pacheco & Cia., como demonstrado, era desde muito tempo fabricante de calçados, negociante de produtos para calçados, selaria, etc., tendo sido atribuída em inventário às filhas mais velhas. Tinha como causa para isso a chegada a Franca de dois outros personagens provenientes da capital federal: Samuel Carlos Ferreira dos Santos e Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos, que tornaram-se genros de Pacheco de Macedo; em 1° de março de 1921 montavam uma sociedade de capital industrial, cuja razão social e dependências continuavam sendo as mesmas da firma Carlos Pacheco de Macedo & Cia., mas agora passava a denominar-se comercialmente: Fábrica de Calçado Jaguar. Parece que a manutenção da razão social tinha como objetivo valerem-se do prestígio amealhado pelo sogro.

Dessa forma é que:

> "Samuel Carlos Ferreira dos Santos, Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos, Durval dos Reis e Hercilio Baptista Avellar, brasileiros, os trez primeiros solidarios e o quarto como responsavel de industria, para exploração de industria de artigos para sapataria, sellaria e viagens e commercio de couros, pelles e mais artigos annexos, a praça de Franca, pelo prazo de cinco annos a contar de 1° de janeiro findo, com o capital de rs 150:000$, sendo 50:000$ de cada sócio solidário, sob a firma Carlos, Pacheco & Comp." (Sic)[13].

Em 1923, Durval dos Reis retirava-se da sociedade e Dª. Alice Cruz Ferreira dos Santos inscreveu-se nela como sócia comanditária. Dª Alice era, na verdade, mãe

---

[13] **São Paulo**. Secretaria da Agricultura Commercio e Obras Publicas. Boletim da Directoria de industria e commercio. 12ª serie - setembro e outubro - nº 9 e10, anno 1921. São Paulo: Typ. Brasil, 1921, p.319.

de Samuel e Arnaldo e sempre residiu na cidade do Rio de Janeiro[14]. Samuel Carlos e Arnaldo Pacheco continuaram sócios responsáveis majoritários e Hercílio Baptista Avellar, como responsável técnico pela produção até a falência da empresa em 1926. Este último será tratado em outra parte, por ter se transformado em uma das mais importantes figuras da indústria calçadista francana.

Para a montagem da Jaguar foram necessários novos equipamentos, que exigiram uma completa restruturação da empresa, sobretudo no que concerne ao objetivo dela. A partir de então, a Jaguar não deixara de ser selaria e comércio de matéria-prima e insumos para ser tão somente fábrica de calçados, mas verificou-se um significativo investimento em maquinário, que posteriormente acabou conduzindo a uma especialização das atividades da empresa voltada exclusivamente para calçados. É o que se depreende do que segue:

> "Há 26 annos o Major Carlos Pacheco de Macedo fundou aqui uma sellaria, de sociedade com o Major João Conrado. Há cerca de um anno a casa passou aos senhores Arnaldo Santos, Samuel Santos, Durval Reis e Hercilio Avellar.
>
> Activos e intelligentes industriaes sabiamente orientados, desenvolveram logo a maior actividade, iniciando-se immediatamente a montagem de machinismos aperfeiçoados para o fabrico de calçados, entre elles importantissimo aparelho 'pontear'. A producção eleva-se a 150 pares de calçados diários, com um média de 110 pares finos e 48 alpercatas diversas.
>
> Os artigos caprichosamente acabados rivalizam com os melhores do mercado, nacionaes e estrangeiros.
>
> Eleva-se a 90 o numero de operários, trabalhando 65 na sapataria e 25 na sellaria. O balcão ocupa 5 homens e o escriptorio 3." (Sic)[15].

Em um filme produzido na comemoração do 1º de abril de 1924 é possível ver a Jaguar em pleno funcionamento[16]. Tratam-se de imagens que são capazes de, quase que espontaneamente, levar quem as vê a perguntar: de onde teriam vindo tantas

---

[14] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Concordata Preventiva de Carlos Pacheco de Macedo. 1926, processo nº. 1341, v.1, maço 70, vara Cível, 2º. Ofício, cx.217. *Idem*. Escritura de constituição de capital industrial, nº 65, fls. 37-39. 1º.03.1921.

[15] **O Commercio da Franca**. A industria francana: grande sapataria e sellaria. 29.07.1922. Anno VIII, nº 363.

[16] **Franca**. Museu Histórico Municipal. Calçado Jaguar. (Filme). *Op.cit.*

máquinas e equipamentos? Como e que motivações teriam tornado possível a sua chegada a Franca? Que capitais financiaram sua aquisição?

Parece que a vinda dos "jovens e activos" industriais da cidade do Rio de Janeiro tinha duas funções: realizar um casamento dentro de um mesmo ramo familiar e fazer com que os dois moços da capital prosperassem em seu negócio. Não foi possível descobrir laços de parentesco outros entre os genros-irmãos nascidos no Rio de Janeiro e o sogro fixado em Franca, mas dois fatos são interessantes: eles tinham o mesmo sobrenome de Pacheco de Macedo e uma das filhas de Carlos Pacheco também se chamava Alice, como a mãe de Samuel e de Arnaldo. Sabe-se que a prática de repetir nomes dentro de um mesmo grupo familiar era comum até há algum tempo. Isso, inclusive, induz a algum engano quando se consulta os Autos de Falência da Jaguar, pois nalguns momentos, notadamente quando se fornece bens e numerários para a quitação de dívidas, aparece a Alice esposa e noutros a Alice mãe.

Outro fato significativo ficou evidente quando foi encontrado um Inquérito Policial. Nele estão relatados os motivos de um incêndio ocorrido na Jaguar no ano de 1924. O acidente acabou matando um menor, Alfredo Casadei, 16, e tornando inválido velho Mamede Marques. Segundo depoimento do sócio Samuel Carlos Ferreira dos Santos, o incêndio teria sido causado por uma chama de fogo, que alcançou as dependências onde alguns funcionários estariam lidando com material combustível. Isso era feito com o intuito de fabricarem, localmente, cola para sapatos. Essa era uma técnica que o proprietário teria visto ser executada na cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente na empresa Coelho da Rocha e Cia.[17]. Pretendia reproduzir o procedimento com o intuito de equacionar o uso desse insumo na fabricação de calçados.

Assistindo-se ao filme e considerando-se as informações acima, percebe-se que o maquinário, embora vultoso, parecia um tanto obsoleto para o começo de 1920. Basicamente, tratavam-se de duas fileiras de máquinas, estando cada qual posicionada em função de um eixo único movido por motor elétrico de grandes proporções para a época - 8 e 10 hps. Ao eixo estavam atadas correias que movimentavam as máquinas.

---

[17] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Delegacia de Polícia de Franca. Inquérito policial sobre o incêndio na "Fábrica de Calçados Jaguar". autos nº. 52. cx.182. 16.06.1924. ***Idem.*** Justiça do trabalho. acidente de trabalho Alfredo Casadei. Mamede Marques. Mamede Domingos da Silva. José Antonio Carvalho. maço 65. autos 1282. vara cível. cx. 182.

Foi visto anteriormente que essa tecnologia havia sido superada com a introdução de maquinário americano mais moderno em São Paulo, com motor individual, e que isso teria causado o declínio relativo da indústria calçadista guanabarina. Ora, é bastante plausível concluir que parte desse equipamento, de alguma fábrica em restruturação no Rio de Janeiro, talvez da própria Coelho da Rocha, tenha vindo parar em Franca por meio dos irmãos Ferreira dos Santos. A escolha da cidade devia-se, sobretudo, a informações dadas e gestões feitas por Carlos Pacheco de Macedo.

Mesmo sendo movidas pelo sistema de eixo único, que já era obsoleto em 1920, muitas das máquinas de origem européia, ainda sendo mais velhas, eram extremamente engenhosas. Era o caso da máquina de pregar capas de salto, que se vê em funcionamento no filme, e da própria máquina 'pontear' assinalada pelo narrador cronista do cinema mudo da época[18]. Essa característica do equipamento deve ter, com certeza, trazido alguns problemas para os responsáveis técnicos, especialmente no tocante a peças de reposição e assistência técnica e, não menos importante, no equacionamento de estrangulamentos do processo produtivo.

Evidentemente esse equipamento foi transportado pela Cia. Mogiana; todavia, em 1920, ela já não apresentava Relatórios detalhados de mercadoria transportada, de modo que ficou quase que impossível determinar a origem exata do maquinário. Dado que estamos considerando ser um maquinário já depreciado, é bem provável que ele tenha tido um preço não muito significativo e que tenha sido pago por capitais não muito expressivos dos irmãos Arnaldo e Samuel, bem como com alguma participação de Dª. Alice, mãe, que acabou depois figurando, no contrato de constituição da firma, como sócia comanditária.

Outro dado significativo da importância da indústria do Rio de Janeiro na constituição da Jaguar reside no fato de o sócio responsável pela parte técnica e de produção, Hercílio Baptista Avellar, ter feito um estágio naquela cidade para melhor assumir suas responsabilidades.

---

[18] **Franca**. Museu Histórico Municipal. Calçado Jaguar. (Filme). *Op.cit.* A curiosidade aqui fica por conta do fato de um tipo de máquina, parecido com a exibida no filme, passar a ser fabricado na cidade, com finalidade e tecnologia semelhantes, somente na década de 1970.

> "Em 1919, dava-se realmente a transformação das atividades, passando de selaria para fábrica de calçados, com o nome 'Jaguar'. Há aqui um detalhe interessante e esclarecedor: é que a organização tinha agora a supremacia de ser a primeira instalada com maquinários em Franca.
>
> Antes que fossem instalados os maquinários ficou encarregado o senhor Hercílio Avellar, para fazer um estágio de algumas semanas no Rio de Janeiro, na Fábrica Calçados Coelho e Cia., para melhor assumir as responsabilidades de gerente da oficina"[19].

O fato é que, imediatamente, os homens da indústria coureira e calçadista de Franca passaram a se projetar na cidade contribuindo com a Exposição Regional do Comércio e Indústria, que era o principal evento dos festejos comemorativos do Centenário da cidade.

> "Os festejos ... foram organizados pelos snrs. José Peixe, Arnaldo dos Santos, genro do industrial Carlos Pacheco de Macedo, que foi o executor do projéto." (Sic)[20]

Era natural que Carlos Pacheco de Macedo estivesse à frente de iniciativas de divulgação de atividades industriais e comerciais e que, de alguma forma, estivesse arrastando seus genros para um maior envolvimento em eventos sociais na cidade, pois com certeza, ele era, àquela altura, o empresário industrial de maior destaque da cidade.

A lista de premiados - Tabela nº 10 - evidencia que se tentou atribuir alguma importância a todas as atividades desenvolvidas na cidade. Por meio dela, fica difícil estabelecer o potencial de cada uma, ficando claro que lá estavam mescladas fábricas, oficinas e outras atividades artesanais ou, ainda, pequenos negócios. Todavia, um levantamento do governo paulista de 1920 permite fazer algum julgamento, se se pensa no montante de capitais envolvidos.

---

[19] **Revista O Commércio da Franca**. "Calçado Peixe: Avellar & Cia". Franca, 1956. p.66-67. Avellar aparece no filme de 1924 instruindo uma operária a fazer o pesponto (costura) de um cabedal - partes de couro componentes de um calçado. **Franca**. Museu Histórico Municipal. Calçado Jaguar. (Filme). *Op.cit*

[20] **Do Val**. Maria Aparecida. Esbôço histórico da Franca: fase de 1913 a 1940. In: **Nascimento**. Hygino de Andrade do & **Moreira**. Eufrausino. (Orgs.). Almanaque histórico da Franca: obra de compilação histórica do município em seus variados aspectos. Franca: s/e, 1943. p.XXIII.

TABELA nº 10
RELAÇÃO DE EXPOSITORES PREMIADOS NA EXPOSIÇÃO REGIONAL DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FRANCA: 1922[21]

Expositores premiados	atividade
Andrade Monteiro & Cia.	Móveis "Peixe"
Perantoni & Gull	Fábrica de vassouras
Garcia & Santos	idem
Virgilio Valente	Fábrica de conservas
Angelo Scarabucci	Fábrica de fogos
Pacheco, Andrade Martins & Cia.	Fábrica de fósforos
Antônio Caleiro	Fáb. de arreios e montaria
Ferrari & Felipe	idem
Virginio Reis	idem
Carlos Pacheco & Cia	Artefatos de courc e calçados
Macedo Marx & Cia.	Curtume
Franklin M. de Sant'Ana	Prods. farmacêuticos
A. Marcondes & Cia.	Fábrica de cigarros
Julião Vitório	Fábrica de mosaicos
Virginio Caleiro	Torrefação de café
Luiz Barini	Fundição
Francisco Billi	Olaria
José Failage	Caldeiraria, trabalhos em folhas
João Bruno	Padaria
Emilio Bruxelas	Pastificio
Virginio Caleiro	Pastificio
Bruno Cilurzo	Fábrica de sabonetes
Pinto Lima & Cia.	Artefatos de couro e calçados
Pedro Pucci	Curtume
Elias Motta	Curtume
Virginio Caleiro	Fábrica de bebidas
A cidade de Franca	Tipografia
O comércio da Franca	idem
Fernando De Andréa	Fábrica de chapéus
Calimério dos Santos	Fábrica de facas
Morched Daer	Fábrica de bebidas
Tribuna da Franca	Tipografia
Vicente Nasi	Escultura em Madeira
Carlos Pierantoni	Entalhe em Madeira
Alvaro Frateschi	Escultura em Mármore
Dinelli & Filhos	idem
Sebastião Amparo	Pintura e fotografia
Arnaldo Magalhães	Escultura em mármore e pintura
Heráclito Rodovalho Neto	Esc.mármore cerâmica e pintura
Luiz Schiratto	idem
Herminio Duarte	Cerâmica e pintura plástica
Catarina Failage	Bordados
José Pandolfi	Alfaiataria
Renato Marconi	idem
Sebastião Amparo	Arte fotográfica
José Ferreira Telles	Alfaiataria
João Batista D'Elia	idem
Rodrigues & Misuraca	idem
Primo Mazini	idem

[21] **Do Val**. Maria Aparecida. *Ibidem*.

TABELA nº 11
FÁBRICAS E OFICINAS DE FRANCA: 1920[22]

proprietários	operários	capital	força motriz	produtos
Elias Motta	81	500:000$000	50 elétrica	calçados e solas
Carlos Pacheco & Cia	36	180:000$000	20 elétrica	calçados e solas
Pedro Pucci & Sobrinho	18	115:000$000	5 elétrica	calçados e solas
Ferrari & Felippe	25	28:000$000	5 elétrica	calçados e solas
Pacheco Martins & Cia	60	60:000$000	15 vapor	fósforos
Virginio Caleiro	6	2:000$000		bebidas diversas
Morched Daher	4	3:000$000	6 hidráulica	bebidas diversas
Barboza & Reis	5	4:000$000		arreios
A.Marcondes & Cia	10	2:000$000	1 elétrico	cigarros de palha
Pereira & Irmão	8	1:000$000	1 elétrico	cigarros de palha
Francisco A.Leite	3	19:000$000	10 vapor	café beneficiado
Jeronymo B.Sandoval	2	19:000$000	8 elétrico	café beneficiado
Martins & Cia.	2	12:000$000	20 elétrico	arroz beneficiado
Saturnino Nicobello	2	5:000$000	7 elétrico	arroz beneficiado
Henrique Moraes	1	3:500$000	10 elétrico	arroz beneficiado
M.Gladin & Cia	2	3:000$000	15 elétrico	arroz beneficiado
Eusebio Sardarello	3	8:500$000	17 elétrico	arroz e macarrão
Antonio Baldisseri	1	5:000$000	3 elétrico	arroz e macarrão
Nicolau Biondi	8	85:000$000	5 elétrico	couros curtidos
19 estabelecimentos	**277**	**1.055:000$000**	**167 elétrico**	
			25 vapor	
			6 hidr.	

Numa comparação entre a Tabela nº 10 e a Tabela nº11, é possível perceber que, na segunda, há uma forte presença quantitativa de atividades artesanais e na outra, somente foram relacionadas as empresas vencedoras - dentre as existentes, de modo que a novidade entre 1920 e 1922 é o surgimento da empresa Macedo, Marx & Cia., que era o Curtume Progresso.

A RESTRUTURAÇÃO DO "CURTUME PROGRESSO".

O Curtume Progresso foi fundado em 1906, pelo já estudado Pe. Alonso Ferreira de Carvalho. Essa foi sua segunda iniciativa no ramo: havia se desfeito de sua primeira, que acabou tornando-se o Curtume Cubatão, de Elias da Motta. Retenha-se o fato de o Padre ter estado sempre às voltas com negócios imobiliários, fazendas e montagem do primeiro curtume da cidade. Não era apenas na condição de imóvel que

[22] **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de S.Paulo. Boletim da Directoria de Industria e Commercio. 11ª série, setembro, nº9; anno 1920. São P aulo : Typ. Brasil, 1921, p.138.

o Curtume passava às mãos de Pacheco de Macedo, conforme escritura lavrada a 20 de dezembro de 1917, mas também as instalações, em termos de fábrica, que eram razoáveis, mas requeriam remodelação, investimento e, sobretudo, técnicas de operação. Era, na verdade, tudo o que havia na Chácara dos Coqueiros, com algumas edificações, equipamentos e matérias-primas[23].

Em 25.08.1920, ocorria o registro de um contrato em que Carlos Pacheco de Macedo associava-se a homens ligados ao ramo de negócios do couro e, com eles, passaria a empreender a iniciativa, que foi a mais importante na sustentação das atividades coureira e calçadista em Franca[24].

Tratava-se de um traslado de um contrato que havia sido celebrado na cidade do Rio de Janeiro em 19.08.1920, no Cartório do 16º Tabelião, e que rezava o seguinte:

> "Traslado do contracto de constituição de sociedade commercial em commandita simples, sob a firma 'MACEDO, MARX & Comp.', que fazem Carlos Pacheco de Macedo, Josef Marx e Cristiano Hechler, com o capital de 400:000$000, com pacto adjecto de transferencia e acquisição de bens de raiz." (Sic)[25].

Pelo contrato, Carlos Pacheco de Macedo, gerente comercial não exclusivo, obrigava-se a integralizar RS 300:000$000 de capital, da seguinte forma: de realização imediata, 20:000$000 em bens imóveis e 50:000$000 em "machinismos e utensilios usados, próprios para cortume"; de realização pelo prazo de 30 dias, 130:000$000 "em mercadorias próprias para cortume, do stock que esse socio despõe nesta praça" e, finalmente, 100:000$000 em prestações de até 20:000$000 em intervalos de 90 dias, para o desenvolvimento de operações comerciais. Entenda-se aqui compra de couro cru e insumos para o curtimento.

O sócio Josef Marx, também solidário e responsável pela gerência técnica da empresa e não impedido de desenvolver atividades comerciais, obrigava-se, entre

---

[23] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Concordata Preventiva de Macedo Marx & Cia. 1926. processo nº. 1316. v.1. maço 68. vara Cível. 2º. Ofício. cx. 216. fls.16 a 22.

[24] **Cartório do 2º Tabellião de Franca.** Jonas Alcantara Vilhena. livro 98. fls.37. anno de 1920.

[25] ***Idem.*** *Ibidem*.

outras coisas, gerir o empreendimento, fazer as reformas necessárias e integralizar, no prazo de um ano, 50:000$000.

Christiano Heckler, sócio comanditário, oferecia 50:000$000 à sociedade pela remuneração trimestral de 2%.

Fato curioso no contrato, digno de nota, é o de Carlos Pacheco de Macedo assumir uma posição de figura facultativa na empresa, dispensando *pro labore*, enquanto Josef Marx percebia honorários mensais no valor de 1:500$000, ficando impedido de exercer outras atividades.

As dificuldades do empreendimento pareciam evidentes. Com pouco mais de um ano de funcionamento, em 11.03.1921, houve uma alteração contratual, ingressando outro sócio comanditário: Acácio Alipio Pereira, com um capital de 70:000$000. Ainda em 1921 ingressava na sociedade Guilherme Pinsdorf, tendo se retirado Christiano Hechler, de forma que retiravam-se capitais da ordem de 50:000$000, enquanto os capitais oferecidos pelo novo comanditário montavam em 370:000$000[26].

Importante notar que, para quem se depara com os Autos de Falência, no processo relativo ao curtume, a presença de Hans Marx, filho de Josef Marx, como responsável pela escrituração contábil da empresa é imediatamente observável, tanto pela clareza, quanto pelo detalhamento. Isso entretanto não pode ser dito das empresas Pacheco de Macedo & Cia. e Carlos Pacheco de Macedo.

Interessa, ainda, o fato de Carlos Pacheco estar exercendo, desde então, um papel típico do capitalista negociante, para o que ficava dispensado de todas as atividades, supostamente, alheias à administração de sua particular riqueza e do exercício de negócios. Isso ficou também evidente quando se consultou os documentos relativos à empresa Carlos Pacheco de Macedo - Fábrica de Fósforos Soberanos, também de sua propriedade, mas que era administrada por Cândido Santiago[27].

---

[26] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Concordata Preventiva de Macedo Marx & Cia. 1926. *Op. Cit.* p.2, 4, 11 e 15.

[27] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Escritura de constituição de sociedade de "capital industrial" nº. 65, 1º.03.1921. In: Fundo Documental da Comarca de Franca, série 2º. Cartório de Notas, nº. 100.

Desta forma, resta a pergunta: o que fazia Pacheco de Macedo, qual era na realidade seu trabalho?

É difícil imaginar como exatamente funcionavam todos os negócios em que Carlos Pacheco de Macedo estava envolvido, mas uma coisa é certa: ele estava em todos e não estava diretamente atado a nenhum deles. Até mesmo nos grossos volumes que compõem os Autos da Falência, sua presença é muito mais de ouvir falar do que realmente comparecer às audiências marcadas ou cumprir acordos estabelecidos. Difícil é também visualizar como interagiam curtume e fábrica de calçados, de um lado, e fábrica de fósforos de outro. Contudo, havia entre essas empresas um relação comercial que não existia apenas pelo fato de terem em comum o mesmo proprietário de capitais. Isso se complica um pouco mais, na medida em que o próprio Pacheco de Macedo sequer era proprietário da fábrica de calçados, embora levasse o seu nome.

Todavia, para entender o funcionamento daquelas empresas, é necessário depreender a dinâmica na qual estavam inseridas. O primeiro elemento a se considerar é o fato acima identificado: Pacheco de Macedo não estava envolvido em qualquer um dos negócios na qualidade de administrador ou de técnico. Inseria-se na qualidade de um verdadeiro capitalista. Ou seja, na vizinhaça do ano de 1920, deixara de ser um comerciante empresário para ser um negociante capitalista.

Nessa linha, pouco lhe importava ser ou não ser o responsável pela fábrica de calçados a qual emprestara seu nome. Já que, sendo propriedade de seus familiares, lhe era suficiente ter a empresa no circuito de seus negócios.

FALÊNCIA: UMA JANELA PARA COMPREENDER A DINÂMICA.

Percebe-se, pela comparação dos volumes de recursos disponíveis com os investimentos realizados, que seriam necessárias duas condições para o sucesso dos negócios: primeiro, o acesso a crédito e, não menos importante, a rentabilidade dos empreendimentos.

As limitações eram evidentes: montagem de uma fábrica de calçados com equipamento ultrapassado, certamente demandando manuntenção a custos elevados e necessidade de reformas para instalação de novos equipamentos no curtume.

Para que essas restrições inerentes aos gastos fossem contornadas, deveria haver um mercado abastecedor de matérias-primas, insumos, equipamentos e suprimentos plenamente constituído e um mercado consumidor de produtos acabados estruturado, além, é claro, de recursos creditícios disponíveis.

O ponto central capaz de garantir esse sucesso era exatamente o bom funcionamento do curtume. Parece ter sido nesse mercado que Pacheco de Macedo depositou todos os seus esforços. Há alguns indícios seguros de que ele tenha procurado montar uma rede de abastecimento de couros para o curtimento no mercado mato-grossense e goiano e de distribuição de couros curtidos nos principais centros consumidores: São Paulo e Rio de Janeiro. Juntamente com isso, a fábrica de calçados foi sendo equacionada internamente e também estruturando um mercado para seus produtos, já que a limitação no fornecimento de grande parte dos couros necessários estava praticamente resolvida com a presença do curtume.

Tais indícios encontram-se espalhados pelos Processos, sendo necessário confrontar informações, nem sempre consistentes, para cada empresa, para depois tentar estabelecer algum nexo. Outro complicador no sentido de consolidar os processos de concordata preventiva e, posteriormente, os de falência reside no fato deles correrem em cartórios distintos: os referentes ao curtume e à fábrica de fósforos corriam no 2º Ofício, enquanto o referente à fábrica de calçados tramitava no 1º Ofício.

Considere-se inicialmente o motivo da falência: esta foi decretada após um processo que se seguiu ao pedido de uma concordata preventiva requerida pelo sócio minoritário co-responsável de Carlos Pacheco de Macedo no curtume: Josef Marx, em 25.02.1926 oferecia ao Juiz de Direito da Comarca um arrazoado cujos motivos vinham se cumulando e, ao que parece, no dia 20.02 foram precipitados pelo protesto de uma letra de câmbio de 10:000$000, em que Carlos Pacheco de Macedo era avalista e na qual Virgínio Pereira dos Santos era o emitente e Ernesto Frateschi, o sacado[28].

---

[28] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Concordata Preventiva de Macedo, Marx & Cia. *Op.cit.* v.1, p.6.

Disso seguiu-se uma proposta de dissolução da sociedade, ficando Josef Marx como o sucessor responsável pelo pagamento dos credores em duas prestações de 12 e de 18 meses, a contar do vencimento de cada obrigação. O pagamento dos sócios dar-se-ia em 24 meses, a contar da homologação da concordata. Carlos Pacheco de Macedo ficava excluído da sociedade, ficando também exonerado de compromissos com terceiros credores, "excepto nos acceites e endossos que deu em nome da firma social. Assim também, os endossos prestados pela firma social, em negócios de Guilherme Pinsdorf, ficam sob a exclusiva responsabilidade do concordatario" (Sic)[29].

Essa diferenciação entre os avais dados por Pinsdorf e por Pacheco de Macedo devia-se ao arrazoado que assim dizia:

> "... um dos socios solidarios tendo particularmente varias outras industrias, para a exploração desta só retirou da sociedade os seus lucros verificados na importancia de mais de tresentos contos de reis, como demonstra o saldo do seus debitos na sociedade, tendo sido preciso recorrer-se a onerosas operações de credito em nome da sociedade, para supprir-se as necessidades da industria social decorrentes das faltas resultantes daquellas retiradas. Alem disso, a firma social tambem foi dada em abonos de favor, conforme se verifica pela inclusa relação (doc. nº5). Não resta duvida que todas estas operações foram realisadas com bons intuitos, tendo-se em vista a situação do credito mercantil na occasião, com sufficiente capacidade para solução de suas responsabilidades, em cuja liquidação a sociedade não conta ficar prejudicada. O resumo incluso (doc. nº9) dá noticia dessa situação."(Sic)[30].

De fato, o sócio solidário de que se tratava era Pacheco de Macedo e o tal documento nº 9 demonstrava um balanço das retiradas feitas por ele frente à administração do curtume. Umas creditadas à sua participação nos lucros, outras à remuneração de capitais e, não menos importante, em um extrato de conta corrente, cujo o saldo devedor, em fevereiro de 1926, era de 303:629$000, mas que, em setembro de 1925, teria estado em 755:000$000. O referido documento conclui que as "retiradas arbitrárias" de Pacheco de Macedo montavam em mais de 1.000:000$000.

---

[29] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Concordata Preventiva de Macedo. Marx & Cia. *Op.cit.* v.1, p.3.

[30] ***Idem***, p.2.

Disso tudo se depreende que havia a aquiescência do procurador de Pacheco de Macedo com os fatos narrados e, também, era de significativa importância o fato de o próprio Pacheco de Macedo movimentar contas correntes em valores em torno dos ¾ de conto de réis. Essas contas estavam a indicar que ele não se restringia a movimentar seus próprios capitais, atestando, sobretudo, que era um ativo comerciante e que, para fazer retiradas dessa monta, só poderia estar de posse de títulos de crédito da empresa, na qualidade de proprietário e comerciante. Posição que o permitia comprar, vender, pagar e receber sem prestar contas de cada um desses atos à contadoria da empresa.

Essa condição torna-se bastante plausível, na medida em que se confronta a informação com dados contidos no processo de falência da Pacheco de Macedo & Cia. - a Calçado Jaguar.

A firma Carlos Pacheco de Macedo & Cia. entra, em 03.03.1926, com o pedido de uma concordata preventiva, que apresentava um arrazoado sobre dificuldades motivadas, segundo versão dos sócios e transcrita pelos seus advogados Luiz de Lima e Antonio Constantino, nos seguintes termos[31]:

> "... - pela crise financeira que se instaurou no comércio em geral, com a conseqüente paralização das transações de compras e vendas.
>
> - agravada pela aventura comercial de Carlos Pacheco de Macedo no Estado de Goiás, abarrotando por intermédio de prepostos inesperados os estabelecimentos de pequenos comerciantes sertanejos, que prejudicados com a requisição das avalanches de revolucionários que transitavam por aquelas paragens, não puderam pagar as faturas das mercadorias, ficando estas depositadas em bancos sem resgates; e, tendo estes prejuízos em vista ao invés de limitarem sua produção às forças de seus recursos contraíram mais dívidas, e ainda, estagnando-se as suas vendas resultando enorme estoque de calçados que enchia seus depósitos quando lhes fora declarada a falência.
>
> - pela falta de recebimento de seus créditos, encontrando-se a firma em graves dificuldades financeiras impossibilitando saldar seus compromissos assumidos"[32].

---

[31] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Falência de Carlos Pacheco & Cia., 1926-1938, autos nº.46, v.1, vara Cível, 1º. Ofício, cx. 410, p.7-8.

[32] ***Idem***, p.2.

O primeiro pedido de concordata preventiva, instruído e subscrito pelos advogados e procuradores em 03.03.1926, foi negado em virtude de o requerimento não ter sido elaborado nos termos do artigo 149, parágrafo 1 da Lei 2024 de 17.12.1908 e em conformidade com o dispositivo expresso no artigo 150, como advertia o promotor público Antonio Pinheiro de Lacerda, pois que a legislação impedia os concordatários de arrolarem como garantia de pagamento aqueles ativos que, a rigor, ainda pertenciam ao primeiro proprietário, ou seja, o negócio não estava totalmente concluído, o que sugere o absurdo de o devedor "oferecer ao credor aquilo que já era dele"[33]. Assim, foi-lhes declarada aberta a falência, por sentença prolatada a 06.03.1926. Em decorrência das primeiras insolvências de títulos e da não realização de obrigações diante dos credores, foi conseqüentemente decretada a falência da Carlos Pacheco de Macedo & Cia., de acordo com a publicação no Diário Oficial, onde o juiz João Evangelista Rodrigues estabelecia o prazo de 30 dias para os credores se habilitarem enquanto tal no processo.

> "Falência de Calçados Jaguar", destinada a exploração de artigos de sapataria, selaria, assim como para a exploração do comércio de couros e artigos conexos"[34].

Note-se que a causa imediata das dificuldades era tributada à "aventura comercial" de Carlos Pacheco de Macedo em Goiás, donde se conclui que era uma espécie de negociante que comprava e vendia em nome das empresas as quais estava ligado. Ao que tudo indica, Carlos Pacheco de Macedo era também uma espécie de agente de negócios, que se deslocava para além da linha da Mogiana, em Araguari, indo até o coração de Goiás e Mato Grosso. Esta hipótese é bastante plausível pela aludida "aventura comercial" e pelo fato de o Curtume Progresso ter um "locomóvel destinado a viagens até Goyaz"[35]. Certamente ele era o condutor do automóvel.

Neste ofício, Pacheco de Macedo talvez não fosse meramente um vendedor de fósforos, de calçados e de vaquetas, mas o responsável pela aquisição de couros crus

---

[33] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Falência de Carlos Pacheco & Cia., 1926-1938, autos nº. 46, v.1, vara Cível, 1º. Ofício, cx. 410, p.21. (Grifo nosso).

[34] *Idem*, p.30.

[35] O sócio Guilherme Pinsdorf era também titular da empresa Pinsdorf & Cia., cuja sede localizava-se na cidade de Aquidauana, no Estado de Mato-Grosso. A questão dos endossos de favor citados na nota 28 referiam-se às compras de couros feitas por Pacheco de Macedo a Guilherme Pinsdorf. **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Concordata Preventiva de Macedo, Marx & Cia. v.1. *Op.cit.* p.6 e 7.

ou salgados numa das regiões onde a população bovina era já, naquele período, expressiva. Além disso, pelo excesso de retiradas no Curtume, presume-se que deveria atuar como vendedor e cobrador, utilizando os recebimentos para despesas de viagem e em benefício próprio. Exatamente nessa condição é que acabou adquirindo imóveis, como um outro ativo oferecido à massa: a casa de Jaraguá (GO.). Certamente, esta era necessária às suas estadas, bem como para depósito de mercadorias.

Interessante observar que os sócios consideravam a falta de pagamentos decorrentes, ainda, das "avalanches revolucionárias" como uma das causas do pedido de concordata. Com certeza, estavam, de alguma forma, acrescentando às crises financeiras de 1921 e 1925-26 um fato político de destaque na época: a Coluna Prestes[36].

Ainda assim, em virtude de um possível soerguimento da empresa, parece - por não ter ficado explícito - que os autos transcorreram até o final do ano de 1926 nos moldes de uma concordata preventiva, sendo esta acatada a partir da apresentação de uma primeira proposta de parcelamento dos créditos com cerca de 30% de pagamento para 6 meses e mais 10% em 12, 18 e 24 meses. Mesmo tendo sido formalizada uma proposta, até o final daquele ano a concordata transcorreu nos moldes de uma segunda proposta: 20% de pagamento em 6 meses e 3 parcelas de 10% sobre os créditos remanescentes em 9, 12 e 18 meses, que parece ter sido juntada posteriormente.

Em face da persistência daquilo que os sócios denominaram "distúrbios econômicos", novamente comprometeram-se e anunciaram em juízo a intenção de satisfazer a concordata preventiva, pagando 20% por saldo das respectivas importâncias aos seus credores em três prestações de 10% cada uma a 9, 12, 18 meses, oferendo como garantia todo o seu ativo composto de bens móveis e imóveis. Nota-se, nesta seqüência de propostas, que os compromissos assumidos pelos sócios

---

[36] **Prestes**, Anita Leocádia. A Coluna Prestes. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1991, ver mapas, onde percebe-se que os sítios ocupados pelos homens de Luiz Carlos Prestes interceptavam a rota Jaraguá (GO)- Aquidauana (MT). Mas relacionar os problemas financeiros de Pacheco de Macedo com as "requisições" feitas junto a comerciantes sertanejos, isso é algo que se deve refutar.

responsáveis eram bastante oscilantes e aquelas, geralmente, eram formuladas de forma incompleta.

De acordo com a relação de títulos caucionados, protestados e descontados, em movimentação no Banco do Brasil, extraída em 28.02.1926, pode-se observar que a Pacheco de Macedo & Cia., assegurava-se por relações comerciais em vários estados como: Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e até Sergipe e Pernambuco. Sua maior clientela residia nas várias cidades interioranas de São Paulo, notadamente aquelas servidas pelo transporte ferroviário. Havia também clientes na capital federal - Guanabara - e cidades distantes como Aracaju (SE.), Recife (PE.), Porto Alegre (RS.) e Vila Velha do Espírito Santo (ES.)[37].

Através de resoluções judiciais, foram nomeados como administradores da massa falida os síndicos: José Bernardes de Andrade, Virgínio Pereira Santos e Banco do Brasil S.A. - Gastão Tavares Jardim e depois João Moura[38] - os quais eram os maiores credores e, de acordo com a Lei de Falências, administraram os prazos para os credores apresentarem as declarações e documentos justificativos de seus respectivos créditos, que ocorreu de 15.03 a 17.04.1926.

Em conformidade com o disposto no artigo 82 da Lei 2024 de 17.12.1908, foram apresentadas habilitações dos seguintes credores - sendo possível, em alguns casos, estabelecer a origem do crédito:

Relação de credores quirografários na falência de Carlos Pacheco de Macedo & Cia.[39]:

.Casa Bancária Hygino Caleiro (Letra de Câmbio).....15:000$000
.João Caetano Alves.....15:000$000
.Luiz Garcia.....12:000$000
.Klabin Irmãos Cia. - SP. (dupl. ref. compra mercadoria) .....411$000
.Francisco Herrero Garcia.....21:800$000
.Euphrasino Martins Coelho (aceite em letra de câmbio avalizada por Macedo, Marx & Cia.) .....50:000$000
.Urias Batista Avellar.....13:080$000
.Francisca de Avellar (empréstimo em dinheiro e juros).....500$000
.Ernesto Moreira da Silva - fazendeiro -

---

[37] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* v.2. p. 630-635.

[38] ***Idem***, v. 1, p.54.

[39] ***Idem***, v.2, p.460-1 e 606-7.

(emp. em dinheiro).....20:000$000
.Nicolau Biondi e Billi (fornecimento de mercadoria).....2:574$000
.Dr. Gabriel Vilela de Andrade.....14:000$000
.José Bernardes de Andrade Junqueira
(credor social de Carlos Pacheco & Cia. Proveniente
de 4 letras de câmbio).....74:327$916
.Aureliano Antonio da Silva (proveniente de 6 letras
de câmbio para pagamento em Batatais e de aceite de
Macedo. Marx & Cia e saque de Carlos Pacheco de
Macedo proveniente de empréstimos feitos por
intermédio de Carlos Tambellini - agente de negócios.).....150:000$000
.Carlos Tambellini (credor de Carlos Pacheco de
Macedo & Cia por letra de câmbio proveniente de
empréstimo feito em dinheiro. O título não pode
ser apresentado por estar anexado em habilitação de
falência de Macedo. Marx & Cia - processo de falência
da mesma.).....25:000$000
.Guilherme Tambellini.....50:000$000
.Banco do Brasil.....398:674$800
.Beschizza & Cia - Rib.Preto. (forn.de mercadoria).....429$000
.S.A. Curtume Carioca.....3:498$170
.Bally do Brasil.....11:941$600
.Rodrigues Ferreira & Cia.....20:179$200
.Breissan & Cia. - RJ. (fornecimento de couros)..... 8:305$000
.Bromberg & Cia. - SP. (sociedade comercial - fornecimento
de mercadoria).....2:240$000
.Cia. Lithographica Ypiranga - SP. (fornec.de mercadoria).....3:425$000
.Andrade Martins e Cia (empréstimo em dinheiro à massa de
Pacheco de Macedo & Cia.).....17:670$000
.Maria Cristina Pinto (crédito proveniente de letra de
câmbio aceita por Carlos Pacheco de Macedo & Cia. e
pelo sócio da firma Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos).....10:000$000
.Banco Commercial do Est. de S.Paulo pp. J.A.Leni.....2:196$800
.Assis Pacheco & Penteado.....1:184$293
.Pe. Alonso Ferreira de Carvalho.....20:400$000
.Araújo Costa & Cia. - SP. (negociantes - forn.de mercadoria).....2:763$500
.Nilo Pirro.....2:232$100
.Massa de Carlos Pacheco de Macedo (é credora de Pacheco
de Macedo & Cia. por meio de duplicatas assinadas pelos falidos
e o crédito foi declarado como quirografário).....240$700
.Angelo Presotto (referente a duplicatas assumidas por
Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos e por Samuel Carlos
Ferreira dos Santos - sócios solidários - crédito proveniente
do fornecimento de combustíveis e artigos para automóveis).....623$900
.Ribeiro Bueno & Cia. (artigos para automóveis).....868$300
.Ricardo Pucci (forn.de papeis impressos e dinheiro).....1:415$500
.Guimarães & Pinto Cia.- negociante no Rio - fornecimento de
mercadoria (duplicata).....8:740$500
.Manoel Theodoro da Silva (aceite aos falidos e avalizados
por Macedo. Marx & Cia. e Pacheco de Macedo & Cia.).....37:000$000
.Maria Amélia de Avellar (dinheiro fornecido a Pacheco de Macedo
& Cia. - prova extrato de conta corrente anexo aos autos).....17:842$686
.Francisco Andrade Junqueira (empréstimo e juros) .....9:500$000
.Curtume Franco-Brasileiro.....5:910$700
.Antonio Sampaio - Rib.Preto (duplicata proveniente de venda

de mercadoria).....3:379$200
.Virginio Pereira dos Santos.....20:025$000
.Modestino Gomes (fornecimento de mercadoria).....5:049$500
.Cia United Shoe Machinery do Brasil - RJ. (de acordo com o artigo 82 do Código Comercial declarou que é credora da massa falida de Pacheco de Macedo & Cia pelo fornecimento de mercadoria com vencimento em final de 1925 e começo de 1926 - mercadorias: motriz RPM. Brocas. Rolos de Lixas. Peças. Resistência Shüttle Heating. Tubos Round Punch. Máquina de Pentear a Eletricidade. Facas para Couraças. Facas para Capas de Saltos. Jogos de Carrinhos para Cavalettas. Furadoras. Galão de Tinta).....13:054$800
.Francisco Ambrósio & Cia. (credores por duplicatas assinadas pelos falidos e provenientes de venda de mercadoria) .....14:249$500
.Elias Motta - (letra de câmbio. credor por conta corrente do Banco Comercial do Estado de São Paulo) .....11:652$500
.Olivia Garcia de Oliveira (empréstimo em dinheiro).....2:129$029
.Banco Comercial do Estado de São Paulo (de acordo com a Lei vigente) Carlos Mayer - seu representante. (Duplicata) .....108$208
.Massa falida de Macedo, Marx & Cia.....34:048$600
.Alfredo Lopes Pinto (comerciante e residente em Franca - títulos de crédito pelo fornecimento de mercadoria) .....8:943$000
.Orlando Damasceno Ribeiro.....7:043$000
.Ulisses Freire - Batatais (empréstimo em dinheiro) .....10:000$000

Outros credores que apareceram nas declarações preliminares, na habilitação, mas desapareceram do relatório de 1927 são[40]:

.João Alfredo Lavieri - SP. (proveniente de duplicata) .....2:196$800
.Construtora Francana (cia. de construção de prédios com sede em Franca declarou que é credora hipotecária de Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos) .....7:006$750
.Saturnino Fernandes (venda de mercadoria) .....66$500
.Carvalho Freire (negociante no Rio de Janeiro sem valor especificado)
.Emilio Bruxelas (letra de câmbio sem valor especificado)".

Quanto a estes credores, soube-se que Lavieri e Bruxelas eram, na verdade, credores da firma Macedo, Marx & Cia.; a Construtora Francana, de propriedade de Félix Ballerini, era, na verdade, credora hipotecária de Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos, que, sendo o próprio falido, acabou tendo seus créditos anulados. Saturnino Fernandes possuía um crédito quase que desprezível. E, finalmente, a grande incógnita fica a cargo de Carvalho Freire, visto que, aparecendo na primeira relação de credores, teve seu nome suprimido das demais e desapareceu em definitivo do processo, há apenas registros de um tal Carlos Freire, provavelmente o mesmo, que teria adquirido máquinas em setembro de 1926 como se verá adiante.

---

[40] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* v.2. p.460-1 e 606-8.

Os credores que se apresentaram na Falência de Pacheco de Macedo & Cia. como credores com privilégios sobre bens móveis foram:

Banco Popular Italiano de São Paulo.....4:118$700
Francisco Benicassa.....200$000
Banco do Brasil.....290:530$020

Para com a fazenda pública as dívidas arroladas eram as seguintes:

Câmara Municipal, proveniente de impostos referentes ao exercício de 1926-1927.
água.....72$000
esgoto.....72$000
taxa especial p/ venda de couros e sapataria.....340$000
total.....484$560
Fazenda pública estadual
imposto de comércio e indústria.....900$000
imposto territorial.....24$000
imposto sobre renda de aluguel.....19$800
total.....945$800

Não foram habilitados credores como os atinentes à "Massa falida de Carlos Pacheco de Macedo" - Fósforos Soberanos, já que foram apresentados créditos particulares de Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos. Mas estes nada tinham a ver com a firma Pacheco de Macedo & Cia. que, pertencendo a particular, não pôde ser incluída na massa falida. Isso estava indicando que havia várias formas de captação de recursos entre Carlos Pacheco, Arnaldo e Samuel Eles levantavam recursos e avalizavam-se reciprocamente, de forma que, em alguns casos, as dívidas apareceram como sendo de particular a particular. Fica evidente, portanto, o grau de endividamento: em um total de 1.200$000:000, cerca de 750$000:000 eram empréstimos contraídos fora do sistema bancário da época. O que houve foi uma intensa captação junto à sociedade de Franca, Batatais e Ribeirão Preto; isso ocorreu tanto de forma direta, como através de agentes intermediários de negócios, como os senhores Carlos e Guilherme Tambelini.

Guilherme Martiniani, cujo crédito era originário de serviços de consertos mecânicos prestados na fábrica, ficou com o mesmo excluído por não apresentar documento comprobatório.

Assim, o quadro geral dos créditos da massa falida de Pacheco de Macedo & Cia. ficou expresso da seguinte forma:

O Banco do Brasil ficou habilitado como credor privilegiado sobre os bens móveis do sócio solidário Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos, com um crédito de 337:471$000; Angelo Presotto e Construtora Francana ficaram habilitados como credores quirografários do sócio Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos, com 491$500 e 7:006$750, respectivamente; O Banco do Brasil ficou também habilitado, enquanto credor quirografário de Samuel Carlos Ferreira dos Santos e Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos, com um crédito de 56:000$000; Angelo Presotto também ficou habilitado como credor quirografário de Samuel Carlos Ferreira dos Santos, com um crédito de 570$000; Sobre os bens móveis da Carlos Pacheco de Macedo & Cia., ficaram habilitados o Banco Popular Italiano, Francisco Benicassa e Banco do Brasil.

A Câmara Municipal ficou habilitada, enquanto credora privilegiada "sobre todo o ativo" de Pacheco de Macedo & Cia., com um crédito menor que quinhentos mil réis, quantia bastante irrisória em termos de carga tributária da municipalidade. A denominação "sobre todo o ativo" levaria a conjeturar sobre a influência da Câmara no andamento do processo. No entanto, deve-se relativizar tal hipótese pelo fato de a expressão ser apenas a transcrição do enunciado legal. Ainda assim, deve-se lembrar que, durante a década de 1920, Torquato Caleiro foi o prefeito da cidade, sendo também irmão do sogro de Carlos Pacheco de Macedo - em segundas núpcias. Foi credor dele pela Andrade Martins & Cia. - por empréstimo e por fornecimento de material de construção ao Curtume Progresso. O presidente da Câmara, Francisco de Andrade Junqueira também era credor privado da Pacheco de Macedo & Cia., o vice-presidente era Jonas Deocleciano Ribeiro que assinava a documentação da Câmara presente no processo, mas não aparecia como envolvido.

Os funcionários da "Jaguar" deveriam ser classificados como credores privilegiados, presumivelmente de acordo com a Lei de Falências de 1908, não se identificou, na leitura dos autos, a referência aos débitos para com os operários. Supõe-se tratar de uma atitude deliberada, em particular da fábrica de calçados, já que, tanto nos autos de falência do curtume quanto nos da fábrica de fósforos, seus administradores fizeram anexar listagem dos mesmos com os respectivos valores devidos e supostamente relativos aos seus vencimentos.

Os trabalhadores assalariados do curtume foram relacionados em um número total de 85; curioso notar que dentre eles os valores devidos mais elevados referiam-

se a João Wagner, 1:383$000; a Hans Marx, 1:167$000; a Jovino Avellar, 921$000; a Otto Jacob, 833$000; a Guilherm Veith, 800$000; a Leon Zinader 700$000; a Richard Pinsdorf, 650$000. Mesmo não estando entre os mais elevados, encontra-se também o nome de um tal Alfred Friedrich. De forma que se pode relacionar esses valores com os salários percebidos por eles, notando-se ainda, com exceção de Avellar, que entre os 8 mais bem-pagos - Josef Marx incluso, 7 deles eram de origem judaica e germânica, austriaca ou húngara, fato que relativiza um pouco a já estudada influência do imigrante italiano na indústria do couro e do calçado. Mesmo encontrando 25 italianos entre os operários do curtume, os seus salários médios não ultrapassavam os 196$000[41].

Os únicos dados a respeito de pagamentos de funcionários da fábrica de calçados, através da massa falida, referem-se a pessoas ajustadas pelos síndicos, que tendo trabalhado na fábrica, foram convocadas para auxiliarem na guarda dos bens e resumem-se a apenas 3 pessoas.

Os síndicos da falência de Pacheco de Macedo & Cia., ao iniciarem a arrecadação dos bens dos falidos, segundo Carta Precatória datada de 12.03.1926[42], cientificaram-se da existência, na cidade de São Paulo, de estoques de calçados de diversas qualidades, pertencentes à massa falida, os quais, estando em poder de Hercílio Baptista Avellar, teriam sido remetidos para serem vendidos a varejo em uma futura loja que os falidos desejavam instalar naquela capital. Cumprido o despacho, verificou-se, ainda, que havia no local 6 prateleiras novas, 2 vitrines e 1 balcão novo. Estes, segundo os síndicos, deveriam ser remetidos a leilão na própria capital, uma vez que acarretavam despesas de aluguel por estarem guardados em poder de terceiros. O processo não faz referência tanto à data, quanto ao montante arrecadado neste leilão, que parece ter ficado apenas no enunciado. A venda teria sido feita por meio de algum artifício; o trâmite da falência não fez menção ao leilão indicado, mas houve venda de produtos com depreciação como se explicitará adiante. O fato é que, durante os meses de março a outubro, o Banco do Brasil desaparece da lista de

---

[41] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Concordata Preventiva de Macedo, Marx & Cia., 1926, v.1, *Op.cit.* p.468. Quanto a influência de italianos na indústria do couro, ver **Rinaldi**, Dalva Marlene Chioca. *Op.cit.*

[42] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* v.1, p.39.

credores da fábrica de calçados e torna-se o interventor do curtume até a segunda metade da década de 1930.

Aos 06.03.1926, os síndicos da falência, em companhia do promotor público desta comarca, dirigiram-se ao estabelecimento industrial e comercial dos falidos e fizeram a arrecadação dos bens encontrados, os quais foram classificados da seguinte forma:

> **Livros, documentos, e verificação *"in loco"* que resultou no seguinte rol de ativos**:
>
> Móveis e utensílios.....2:165$400
> Oficina mecânica.....7:093$440
> Instalações elétricas.....12:885$900
> Maquinários.....308:211$860
> Mercadorias.....115:545$980
> Serraria Pacheco.....370:895$463
> Bens de raiz.....377:000$000
> Contas a receber.....342:450$452
> Matéria prima.....124:765$000
> Produtos em fabricação.....2:543$000
> Contas correntes.....478:079$755
> Lucros e perdas.....62:605$070
> TOTAL.....2.275:079$309

Foram arrecadados bens imóveis pertencentes, ao que tudo indica, ao sócio Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos, sendo relacionados da seguinte forma:

> 1 chácara na Vila Aparecida,
> 1 casa na Vila Aparecida,
> 1 quinta parte do prédio situado à Praça N.Sr.ª. da Conceição.

Sendo, ainda, estes bens arrolados em garantia junto à massa da concordata.

Todavia, em uma outra diligência executada somente pelo promotor público, no mesmo 06.03.1926, denominada "auto aditivo de arrecadação", foram elencados os seguintes bens particulares do sócio Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos[43]:

> Contrato de compra de terras em Ribeirão Preto
> Documento de dívida particular de Joaquim Florêncio da Costa
> Documento de requisição de 1 lote no Jardim Brasil
> Documento de 2 registros de 1 terreno já desapropriado pela Prefeitura
> Documento de 1 escritura de 1 lote na Vila Aparecida
> Documento de 1 chácara na Vila Aparecida

---

[43] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* v.2. p.490-2.

Letra de câmbio de Marcílio de Sá
Escritura de 100 alqueires de terras no Paraná
Apólice de seguros do prédio à Rua Jorge Tibiriçá em nome de Alice C. Ferreira dos Santos
Escritura de 1/5 parte do prédio à Pça N.Sr.ª. da Conceição nº 66
9 máquinas e implementos

Note-se, entretanto, que a despeito do alegado pelo promotor público, muitos destes bens não vieram a fazer parte do total do ativo arrolado junto à massa. Destaca-se neste quesito o fato de os falidos terem investido na compra de imóveis e, sobretudo, de terras em Ribeirão Preto e no Paraná, fato que sugere uma influência decisiva da cafeicultura na decisão de novos investimentos, pois como é sabido, Ribeirão Preto consolidara-se como um dos maiores produtores de café e o Paraná era frente de expansão do produto. Isso tornava-se decisivo numa conjuntura de defesa permanente da cafeicultura, que se prolongou até 1929.

No primeiro período da falência, os síndicos acima nomeados transferiram a administração do ativo e do passivo aos liqüidatários eleitos na assembléia de 17.04.1926 - quando expirou-se o prazo para habilitação de créditos, e, prestando sua contas de acordo com o artigo 71 da Lei 2024, encerraram suas respectivas atuações no processo, ingressando, a partir daí, no rol de credores da massa falida juntamente com auxiliares e peritos nomeados judicialmente[44].

De acordo com o edital de 26.04.1926, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e segundo as declarações feitas pelos liqüidatários Virgínio Pereira Santos, Cícero Chrysógono de Castro e Alfredo Lopes Pinto - nomeados em 20.04, juntamente com os sócios solidários Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos e Samuel Carlos Ferreira dos Santos, convocaram os credores para reunião a realizar-se em 17.05.1926, com o objetivo de proporem o pagamento de 20% dos créditos, em duas parcelas de 6 e 9 meses, sendo esta proposta analisada pelos liqüidatários e avaliada como mais convincente do que a primeira proposta de pagamento feita, ainda em período de habilitação de créditos dirigido pelos síndicos anteriores.

Os sócios solidários ofereceram como garantia os seguintes imóveis:

1 terreno da firma Pacheco de Macedo & Cia.,
1 casa situada em Jaraguá (Goiás) pertencente a Carlos Pacheco de Macedo,

---

[44] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* v.2. p.2.

> 1 chácara na Vila Aparecida,
> 1 casa na Vila Aparecida,
> 1 quinta parte do prédio à Praça N.Sr.ª. da Conceição,
> 1 casa sobrado em Franca e
> 1 Fábrica de caixas de papelão "Jaguar-mirim" com todos os seus maquinários e acessórios. compostos de bens imóveis pertencentes à firma Pacheco de Macedo & Cia. e também a terceiros "doados" à massa falida para saldar seus débitos, ficando estes imóveis em questão sujeitos a todas as cláusulas e condições da concordata proposta, aceita e homologada[45].

Vencido o prazo acordado e estabelecido, os compromissos assumidos pelos sócios solidários diante dos credores não foram satisfeitos.

Observa-se que, naquele que se poderia denominar o primeiro período da falência, não ocorreu a solvência dos débitos proposta pelos liqüidatários, nem mesmo a dissolução patrimonial da massa, sendo apenas apresentadas e divulgadas as relações de credores habilitados, juntamente com as declarações justificativas de seus créditos na forma do artigo 82 da Lei 2024.

Deduz-se que a única iniciativa concreta de apuração de numerários destinados a saldar os débitos da massa foi a arrecadação de estoques de calçados juntamente com os bens móveis nomeados, que seriam destinados à instalação de uma loja de varejo na cidade de São Paulo, mas o procedimento de fundo mais importante era a atuação dos representantes do Banco do Brasil no sentido de garantir o recebimento de duplicatas descontadas e dos valores referentes a empréstimos cujas garantias se assentavam no maquinário.

DESDOBRAMENTOS DA FALÊNCIA APARECEM NO PROCESSO DA "JAGUAR".

Neste ponto, várias hipóteses podem ser consideradas; tendo em conta a ação dos liqüidatários e os sucessivos descumprimentos de acordos entre os sócios responsáveis e os credores, pode-se afirmar: havia uma visível manobra para retardar o andamento do processo e uma sistemática recusa em apontar os bens componentes do ativo da própria massa falida, sendo, com regularidade, apresentados outros bens imóveis e até mesmo máquinas de uma outra fábrica, que estava sendo montada.

---

[45] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* v.2. p.551.

ligada aos sócios da massa - a "Jaguar-Mirim" produziria caixas de papelão para calçados, sendo esta de pouquíssimo interesse, como se verificará adiante.

De acordo com a relação de credores apresentada, percebe-se que as três outras empresas eram interligadas pela participação de Carlos Pacheco de Macedo, pois as relações de débitos e créditos, não se restringiam a transações comerciais.

O envolvimento entre elas parece não ter estado restrito ao fato de terem em comum, como sócio proprietário ou como preposto comercial, a figura daquele empresário, mas sobretudo porque havia uma sistemática de se avalizar títulos dos aparentados Carlos Pacheco, Arnaldo e Samuel Ferreira dos Santos, uns em favor dos outros, fato que aprofundava e complicava ainda mais a situação, já que esse procedimento era feito como pessoa física e não em nome da empresa. Foi esse, talvez, o principal fato responsável por ter sobrevindo a insolvência de todas aquelas iniciativas quase que simultaneamente, sendo sobretudo deflagrada pela corrida dos credores, a partir da concordata de Macedo, Marx & Cia., proposta pessoalmente por Josef Marx e, daí, instaurou-se uma onda de investigações sobre os negócios de Pacheco de Macedo.

Não fica claro, de imediato, se se trata realmente de um processo de liqüidação judicial decorrente de falência, ou se é, na verdade, uma concessão tácita de uma concordata preventiva. Só mesmo depois, com o inadimplemento do acordado em assembléias de credores, é que se esclarece o fato de os liqüidatários terem assumido o processo na linha de uma concordata, o que indica ter a indústria de calçado funcionado até o último trimestre daquele ano.

Quanto à relação de credores, bem como à maneira como se apresentaram para habilitação de crédito, é plausível afirmar que alguns eram proprietários de pequenos negócios ou estabelecimentos destinados à produção de artigos, implementos, suprimentos e manutenção de bens e serviços necessários à confecção do calçado, mas os seus créditos não ultrapassavam 10% do total da dívida. Muitas destas firmas ou pessoas credoras não apresentaram, no ato da habilitação, a origem definida de seus créditos, ficando quase que impossível determinar os tipos de mercadorias fornecidas à "Jaguar" por credor.

Outras, porém, eram empresas renomadas do Rio de Janeiro e de São Paulo fornecedoras de máquinas, produtos químicos e suprimentos importados.

A ausência de notas ou faturas referentes às mesmas é sentida do ponto de vista da pesquisa, ficando como prova de dívida quase que apenas títulos de crédito, nos quais aparecem apenas o montante da dívida contraída e, quando muito, a localidade em que se estabelecia o credor.

A estas informações assemelham-se também as referentes aos ativos classificados em contas a receber, já que aparecem apenas na forma de uma relação de títulos descontados no Banco do Brasil. No entanto, permitem afirmar que era bastante dilatada a amplitude comercial da "Jaguar", havendo credores espalhados nas grandes capitais, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como negociantes oriundos de diversas praças do Estado de São Paulo. Em março de 1926, estas contas a receber representavam um montante nada desprezível de 590:000$000[46].

A grande maioria dos créditos habilitados como passivo da "Jaguar" referem-se a empréstimos feitos junto a pessoas diversas que, ao que se presume, possuíam suas poupanças e viam na indústria um meio rendoso de reproduzir suas economias; dentre elas encontraram-se desde fazendeiros, agentes de crédito, empresas e até mesmo senhores e senhoras dos segmentos médios da população, seduzidos por uma remuneração da ordem de 8% anuais. Isso depreendido do acerto de contas entre Josef Marx e Pacheco de Macedo, anexo aos autos de falência do "Curtume Progresso"[47].

A juntada de documentos ao processo pareceu atender muito mais a objetivos formais do que aos objetivos concretos de dissolução da massa falida, uma vez que a declaração das prováveis causas da falência, a nomeação de síndicos e a realização de assembléias de credores não estavam acompanhadas de motivações no sentido de se apurar o valor dos ativos reconhecidos como existentes na fábrica, sua interdição e conseqüente dissolução patrimonial.

---

[46] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* v.2. p. 630-633.

[47] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Concordata Preventiva de Macedo, Marx & Cia., v.1. *Op.cit.* (conf. Doc. 9).

Quanto a esse aspecto, que será tratado com maior detalhe adiante, destacam-se as manifestações do senhor promotor público, especialmente um auto aditivo de arrecadação onde o mesmo aponta a existência de bens não relacionados junto à massa[48].

Por estranho que pareça, pode-se observar que até mesmo os liqüidatários, escolhidos entre os maiores credores, atuavam no sentido de retardar o processo, sendo moroso o mecanismo de habilitação dos créditos apresentados, isso é comprovado pela intempestiva anexação de documentos no decorrer do próprio processo.

O mais provável é que os interesses comuns residissem nos valores envolvidos em toda a atividade, desde o maquinário existente, até a comercialização de produtos, passando, evidentemente, pelos estoques de matéria-prima produtos acabados e, não menos importante, a carteira de títulos a receber. É claro que havia algum tipo de pressão de algum terceiro, "dono de capital", que, tendo auxiliado a própria dinâmica de crédito da firma, fornecendo empréstimos para aquisição de máquinas mais novas, ou ainda municiando a empresa com dinheiro de giro, tenha se interposto no sentido de preservar aquilo que melhor garantisse as somas investidas naquele negócio - o maquinário, os estoques e a carteira de títulos a receber.

Essa observação relativiza a exposição de motivos onde as causas da falência, aludidas na abertura do processo, acusavam a emergência de uma crise financeira que teria escasseado os recursos, elevado os juros e comprometido o mercado, inviabilizando a solvência dos débitos e créditos da "Jaguar". A política econômica de valorização da moeda nacional - 1924/1926 - levada a efeito por Arthur Bernardes, certamente contribuiu para com a retração generalizada dos negócios, produzindo uma célebre deflação e conseqüente quebradeira; porém, levando-se em conta os estoques encontrados e a presumida rentabilidade de alguns negócios industriais naquela época, em especial a do Curtume Progresso, parece ter havido uma visão mais ou menos comum dos envolvidos nas falências: a necessidade de se preservar ao máximo aqueles capitais envolvidos.

---

[48] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.*, v.2, p.490.

O descontrole deflagrado a partir da concordata de Macedo, Marx & Cia., pode muito bem ter sido motivado por pessoas de relacionamento mais próximo de Pacheco de Macedo que se alarmavam com o curso dos fatos. Sendo estes agravados quando tornou-se pública a suposta atividade de agiotagem que ele exercia, levantando altas somas junto aos segmentos mais elevados da população e repassando-os a juros mais altos junto a segmentos inferiores.

Essa foi, com certeza, uma justificativa bastante forte para que liqüidatários e os demais sócios de Pacheco de Macedo estivessem sintonizados em relação às resoluções judiciais, ao passo que o próprio se omitia, manifestando-se por intermédio de advogados, alegando precário estado de saúde e até sendo desidioso no tocante aos prazos.

A situação do conjunto foi deteriorando-se, posteriormente, com a venda de algumas máquinas da fábrica de calçados, como se verá adiante.

Os liquidatários avaliando os procedimentos dos falidos, antes e depois da decretação da falência, diziam que não havia situações passíveis de anulação que os comprometessem desfavoravelmente em juízo. Ao passo que os sócios estariam reservando os bens de maior valor, como o maquinário, de modo a garantir a posição de liqüidatários e síndicos, ou seja, dos proprietários e dos maiores credores.

Eram bastante grandes as probabilidades de a massa falida saldar os seus débitos, pois somente a massa particular do sócio solidário Arnaldo Pacheco dos Santos correspondia a aproximadamente 13% do total dos créditos habilitados, como já relacionados anteriormente. Tendo os síndicos a ciência do valor desses bens, os quais poderiam ser dados em liqüidação parcial da falência, não houve maior interesse em uma agilização na solvência de todos os créditos.

Relacionou-se, ainda, quando da apresentação do balanço consolidado da massa de Pacheco de Macedo & Cia., os seguintes itens no ativo[49]:

Bens arrecadados:
Devedores em conta corrente.....656:911$756
Títulos caucionados no Banco do Brasil.....361:362$200
Títulos caucionados no Banco Popular Italiano.....10:978$000

[49] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* v.2. p.606-635.

Matérias-primas.....64:173$217
Mercadorias.....1:791$400
Mercadoria em fabricação (cortes).....44:779$457
Calçados em estoque e em produção.....189:454$097
Maquinário:
Máquina de pontear (*Machinen Werck*).....5:329$800
Máquina de chanfrar cortes (*U.S.M.C.*).....2:500$000
Máquina de furar biqueira (*U.S.M.C.*).....1:900$000
Máquina de palmilhar nº 165.....6:686$000
Máquina de refilar nº 29.....5:700$000
Máquina de martelar nº 168b.....700$000
Máquina de assentar solas nº 172.....3:638$000
Máquina "*Ronda*" nº 60.....5:600$000
Máquina de reabrir fendidos.....500$000
Máquina de pontear (*U.S.M.C.*).....6:500$000
Máquina de fechar fendidos.....770$000
Máquina de alisar solas.....4:904$000
Máquina de furar (*U.S.M.C.*).....1:000$000
Máquina de picar pontos.....3:500$000
Máquina de pregar saltos.....5:656$755
Máquina de montar contrafortes.....750$000
Máquina de grampear a motor.....3:000$000
Máquina de grampear a pedal (2).....1:200$000
Máquina de pontear L.12.....7:500$000
Máquina de montar *Good-year*.....9:000$000
Máquina de montar *Blacke*.....7:000$000
Máquina de montar bicos nº 68.....4:800$000
Máquina de rebater calcanheiras.....5:700$000
Máquina de coser *Blacke*.....2:000$000
Máquina de cortar boca de saltos.....1:300$000
Máquina de taxear capas 25c.....5:328$000
Máquina de arranhar saltos.....2:950$000
Máquina de lixar saltos.....1:650$000
Máquina de lixar saltos.....2:315$000
Máquina de enfranques.....1:000$000
Máquina para gigar.....1:500$000
Máquina de lustrar saltos.....500$000
Máquina dupla de acabamento.....300$000
Máquina para roletar saltos 202.....375$000
Máquina para encher bobinas.....601$280
Máquina planeta para solas.....2:679$200
Máquina para cilindrar.....700$000
Máquina para dividir solas.....1:200$000
Máquina fortuna de chanfrar contrafortes.....2:400$000
Máquina de abrir fendidos *Blacke*.....870$000
Máquina de reabrir fendidos *Blacke* 134 a.....1:200$000
Máquina para preparar enfustes.....150$000
Máquina chiper para emendar correias.....425$400
Máquina de cortar viras *Blacke*.....100$000
Máquina para abrir fendidos *Blacke*.....800$000
Máquina de chanfrar correias.....200$000
Máquina *Singer* usada.....600$000
Máquina de carimbar Atlas.....762$000

Máquina balancè de pressão à mão	500$000
Máquina de colocar ilhozes 910	638$100
Máquina padova para ilhozes (2)	108$000
Máquina de furar biqueiras (encaixotada)	1:200$000
Máquina balancè de pressão a motor	3:505$000
Máquina *Krauze* c/ mesa para dourar	580$000
Máquina de alisar cortes	51$400
Máquina singer em 2 bancadas (4 encaixes)	8:557$440
Máquina de fazer canal nas viras 169	25$000
Máquina de igualar viras 170	50$000
Máquina de frizar Typo 184	2:023$000
Máquina de rebater cortes *Pirles*	2:000$000
Máquina de dobrar cortes *Pirles*	1:900$000
Máquina de concertar calçados verniz	327$440
Máquina de filetar	202$250
Máquina de abrir palmilhas *Good-year*	1:000$000
Máquina de fechar fendidos	200$000
manivela de apontar cortes (3)	26$400
ventilador p/ máquinas	50$000
polias de transmissão e mancais etc	3:176$700
pés de ferro para rebater pregos (2)	80$000
manivelas para auxílio de montage	25$800
tambor para fabricação de cola	300$000
prensa para saltos	800$000
prensa c/ facão para cortar solas	120$000
quadro c/ chaves segurança elétrica instalado	1:310$300
transformador de 20 cavalos	2:417$000
motor elétrico *Bergman* 7,5 h.p	800$000
motor elétrico *Bergman* 10 h.p	2:500$000
motor elétrico *Siemens* 3,5 h.p	750$000
motor elétrico *Marelli* 2 h.p	503$300
motor elétrico 8/10 h.p	336$500
facas p/ máquina de dividir solas (3)	60$000
Máquina p/ sola (balancè de pressão) (24)	240$000
Máquina de cortar saltos (14)	264$000
Máquina de contrafortes (8)	148$000
Máquina de couraças (10)	78$000
carretas p/ calçados (48)	2:400$000
manivelas p/ auxílio de montagem (5)	43$000
manivela p/ apontar cortes	8$600
martelo c/ n°s. p/ numerar	20$000
armação p/ rebollo	50$000
mesa de ferro c/ manivela	50$000
armário c/ peças p/ máquinas (2)	50$000
Total	165:155$336
depreciação de 10%	(-)16:515$533
TOTAL	148:639$803
Formas (1878)	9:190$000
Móveis e utensílios	16:100$600

Ao todo, foram apresentadas no Balanço da massa falida um total de 138 itens na conta maquinários e, ainda, formas, móveis e utensílios, imóveis - 1 casa em

Jaraguá (GO) - 500$000. 1 terreno na Vila Chico Júlio - 5:772$000 e bens de locomoção - 1 automóvel Ford - 3:660$000.

O passivo, constituído por credores quirografários que fizeram declarações de crédito conforme relação entregue em cartório, era de 1.302:830$652 e o dos credores quirografários que não fizeram declarações creditórias, era de 14:119$780, mas constavam nos livros dos falidos, ainda, os credores privilegiados; conforme relação entregue em cartório, o total de seus créditos era de 296:067$710, totalizando uma dívida de 1,613:018$142. A confrontação dos débitos e do ativo fazia ver que havia um *deficit* da ordem de 100:000$000.

Um procedimento que aguça a percepção é o aparecimento, a cada vez que se refere aos bens imóveis, de um outro imóvel não relacionado anteriormente e o não arrolamento de outros anteriormente citados. Alguns desses novos aparecem como "doações" de terceiros para dar garantia à concordata Esse é um dos pontos nebulosos do processo que indica haver o acobertamento de interesses maiores, os quais estariam ligados à própria estrutura e funcionamento da "Jaguar", sem que isso ficasse verdadeiramente explícito. Isso indica que imóveis de maior valor estavam sendo vendidos ou trocados por imóveis de menor valor, ou mesmo transacionados em um outro negócio, isso é o que se infere quando identifica-se o ingresso de imóveis oferecidos à massa na qualidade de doações.

A 27.11.1926, conforme documentos relatados em cartório, a parcela acordada de 10% não foi efetivada, não ocorrendo o pagamento e tornando sem efeito a garantia hipotecária estabelecida anteriormente. Em vista destes desajustes, os falidos foram levados a convocar os credores para uma nova reunião em 30.11.1926, a fim de decidirem a respeito das propostas de concordata e avaliar a situação patrimonial da empresa. Deste impasse não resultou qualquer acordo que fosse compatível com os interesses dos credores, sendo reaberta a falência em 11.12.1926 e julgada rescindida a concordata proposta pela Carlos Pacheco de Macedo & Cia. De acordo com edital publicado em O Diário Oficial do Estado de São Paulo, ficou marcada para o dia 12.01.1927 a assembléia de credores.

UMA TRAMITAÇÃO DE QUASE 12 ANOS.

Nesta ocasião, os liquidatários e síndicos Virgínio Ferreira dos Santos, Crhysógono de Castro e Alfredo Lopes Pinto prosseguiram na tentativa de arrecadação dos bens ativos da massa falida. Em vista disso, os falidos enviaram novos relatórios de seus *deficits* financeiros comprovando as impossibilidades de saldarem seus compromissos, pedindo longos prazos e oferecendo outros bens como forma de pagamento[50].

Percebe-se que a atitude de retardamento dos pagamentos estava associada a uma clara intenção de fraudá-los. Várias observações contidas nos relatórios de Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos e de Samuel Carlos Ferreira dos Santos atestavam a dificultosa resolução; dirigiam-se publicamente aos seus credores, reafirmando ser impossível obter recursos para satisfação de seus débitos. Alegavam, ainda, que a venda imediata dos bens imóveis pertencentes à massa e dos bens de terceiros dados em garantia hipotecária, não realizaria os valores estimados, sendo o levantamento monetário insuficiente para o pagamento da primeira parcela da concordata.

Decorrido aproximadamente um ano, o processo judicial não havia permitido a solvência dos débitos dos falidos e, até aquela data, era notória a ausência de atitudes definidas no sentido de resolver as dificuldades econômicas que envolviam credores, devedores e síndicos liqüidatários. Notadamente no que concerne aos credores, suas posturas nada indicam no sentido de pressionar e determinar critérios para o recebimento dos valores em poder dos falidos, impondo a satisfação dos débitos para que se pudesse dar fim à evidente falência da Pacheco de Macedo & Cia.

Os documentos manuseados chamam atenção pela obscuridade em relação à real atividade dos insolventes durante a concordata. Através da leitura do relatório oferecido aos liqüidatários por ocasião da assembléia de 12.01.1927, que veio acompanhada de inventário e balanço da empresa, constatou-se que foram realizados abatimentos de 30% sobre o valor de mercadorias destinadas à venda e 50% sobre o valor das máquinas, justificando-se este procedimento em função da depreciação das mesmas. Isto significa que, no período de um ano, os falidos deterioraram o

---

[50] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* v.2. p.570-2.

patrimônio, seja pela falta de assistência técnica, pela diminuição ou paralização das atividades, ou pela necessidade de apurar rapidamente valores que garantissem a posição dos proprietários. Fato este não merecedor de atenção, pois percebe-se a visível intenção de desviar o montante transformável em capital, que existia e estava em poder dos falidos nas instalações da "Jaguar"[51].

Comparando a conta maquinário apresentada no Balanço de 28.02.1926 com o Balanço de 12.11.1926, verifica-se oscilações no débito resultante de compra de bens e serviços, tais como: correias, concertos e outros; havia ainda, no mês 07.1926, a venda de máquinas a um tal Carlos Freire - talvez o credor habilitado do Rio de Janeiro, cuja origem do crédito não ficou explícita. As vendas compreenderam as seguintes máquinas: máquina de frezar, de pontear, de chanfrar, de furar biqueiras, de dobrar cortes, máquina "ronda", de tachear capas de saltos. No mês de setembro de 1926, foram vendidas, em moeda corrente, ainda para o mesmo Carlos Freire, as seguintes máquinas: máquina *singer* - de pesponto - e máquina de pontear "*Victor*". As máquinas adquiridas por Freire possuíam um valor contábil de 24:400$000, mas houve reduções da ordem de 9:250$000 a título de depreciação ou desconto.

Foram vendidas também várias máquinas de fechar fendidos e outras, não sendo discriminados nos autos do processo os compradores. Nota-se, portanto, que foi exatamente no período da concordata que estas vendas foram realizadas.

A partir destes dados, pode-se sustentar a argumentação de uma continuidade do funcionamento da produção de calçados durante o período, comprovando a hipótese das oscilações verificadas nas contas: de maquinário, de peças e concertos, de estoques de matérias-primas, de produção as quais, comparadas às contas de juros e descontos e mais à conta de depreciação, e à de despesas gerais, fazem esclarecer a apuração de um prejuízo de cerca de 290:000$000 durante a concordata[52].

Balanço de 12.11.1926 que se refere às mutações e operações realizadas pela firma no período da concordata:

ATIVO

Formas	15:476$080
Fabricação	13:758$464
Imóveis	994$000
Títulos protestados	9:736$000

[51] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Ibidem*.

[52] ***Idem***. v.2. p. 609-619.

Móveis e utensílios	25:863$805
Maquinários	118:468$233
Locomoção a Goyaz	8:286$120
Bens de Raiz	5:722$000
Ações do Banco Popular Italiano	4:000$000
Seguros ferroviários	2:990$966
Herdeiros de Francisca P. de Macedo	9:500$000
Sellos e estampilhas	20$000
Títulos a receber	487:512$100
Duplicatas a receber	1:256$000
Matérias-primas	27:720$381
Embalagens	3:464$900
Contas correntes	1.402:147$074
Produção	59:084$365
Caixa	10:881$200
Lucros e perdas saldo anterior	(-)263:348$851
Prejuízos verificados no presente balanço	(-)290:984$626
	(-)554:333$517
TOTAL DO ATIVO	2.764:210$825

PASSIVO	
Capital	200:000$000
Títulos descontados	65:610$600
Títulos a pagar	792:332$139
Títulos caucionados	415:119$000
Responsabilidade de terceiros c/c	946:617$486
TOTAL DO PASSIVO	2.764:210$825

Paralelamente, não existe uma seqüência nítida quanto aos lançamentos escriturados referentes à venda do maquinário, os quais apareceram com valor inferior aos valores apresentados no início do processo. Disso infere-se que havia uma clara intenção de obscurecer o valor real do maquinário e, ao mesmo tempo em que eram sistematicamente dilapidados, não eram apresentados bens de grande monta, quando transformados em dinheiro.

Por outro lado, observa-se que o maquinário representava o maior valor na parte ativa e fixa do Balanço Patrimonial, ou seja, as demais contas eram de ativo circulante e, mesmo compondo a maior parte do capital da empresa, havia uma contradição evidente, pois as vendas contabilizadas em valores inferiores aos reais representariam um valor venal de mercado inferior ao contabilizado no balanço patrimonial, reduzindo-o indiretamente.

Os dados apresentados nos livros de escrituração foram analisados por peritos que os síndicos nomearam na ocasião com o objetivo de esclarecer o fato; no entanto, mesmo que a contabilidade dos falidos tivesse deixado provas inegáveis de

negociações envolvendo máquinas, as qualificações apresentadas pelos peritos, embora circunstanciadas, estavam impossibilitadas de aquilatar o montante das diferenças, ou determinar a exatidão da fraude, pois alegavam desconhecer o valor venal das máquinas que haviam sido, de fato, negociadas[53].

Foi neste período, no qual os falidos apresentaram propostas de solvência frente aos credores, que houve a venda de máquinas, atestando uma intenção formal de saldar as dívidas através do processo e um comportamento real lesivo aos interesses dos credores. Um exemplo disto verificou-se na própria natureza dos lançamentos contábeis, obscuros e sugestivos de fraude na compreensão de um procedimento que parecia ocorrer com a anuência dos síndicos:

> "Juros e descontos
> a maquinário - depreciação feitas sobre a venda."
> "Maquinário
> a juros e descontos - estorno de parte do lançamento"

Por meio da análise destes lançamentos, há a possibilidade de se confirmar as reais intenções dos falidos, ou mesmo de algum terceiro, com influência sobre a Carlos Pacheco de Macedo & Cia., podendo ser mesmo um ou mais dos síndicos experimentados em contabilidade. Os livros de registros da firma demonstram os seguintes procedimentos, que poderiam muito bem estar ocultando faltas graves: "diferença concedida sobre venda de maquinários" e ainda, em pelo menos um dos casos, os valores escriturados atestam que os falidos concediam descontos maiores do que o valor real da máquina, no caso, descontando Rs 27:413$070 sobre uma venda de Rs 24:400$00.

Não há, neste exemplo, um argumento plausível que justifique o fato de os falidos terem oferecido descontos superiores ao valor de venda e, ainda, pago as despesas de transporte sem que tenha havido uma intenção, qualquer que fosse, de fraudar o litígio. Estes lançamentos não atestam sequer que as máquinas tenham sido vendidas mesmo, mas deixam claro que havia o intuito de reduzir o montante do patrimônio da firma, constituindo-se em mais uma condição favorável para os falidos continuarem na linha de argumentação das dificuldades financeiras junto aos credores e a impossibilidade de dissolver os débitos.

---

[53] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* v.3. p.615-9.

Contabilmente falando, os lançamentos passavam a idéia de que os falidos tinham vendido suas máquinas por quantias mínimas, muito inferiores aos valores originais da escrituração ativa e, ainda, os argumentos faziam entender que se estava concedendo descontos sobre os preços dessas vendas, mas na realidade o que ficava contabilizado era creditado na conta "maquinário" para ser parcialmente debitado na de "juros e descontos", como abatimento em vendas; ou ainda, creditava-se em "depreciação", como que se estivesse contabilizando uma depreciação ocorrida em toda a vida útil do equipamento.

Complementando o engodo, há as informações obtidas dos liqüidatários, quando relatavam que muitas das máquinas encontradas nas instalações da fábrica estavam quebradas e algumas destas teriam sido colocadas nos lugares daquelas possíveis vendas. Este aspecto conduz à hipótese de que ainda um outro ardil tenha sido utilizado pelos falidos, ou seja, encobrir a existência de máquinas de maior valor, destacando na composição de seu patrimônio aquelas mais depreciadas e de menor valor.

A investigação dos peritos no que concerne ao exames dos livros de registros da "Jaguar" não possibilitou a comprovação da denúncia de responsabilidade por falência culposa ou fraudulenta e, assim, não houve subsídios para que os falidos respondessem processo penal.

O inventário referente ao ativo e passivo da massa falida de Carlos Pacheco de Macedo & Cia., apresentado a 12.01.1927 pelos liqüidatários, compunha-se de[54]:

ATIVO

Botinas e sapatos	56:239$259
Matérias- primas	30:730$048
Produtos em fabricação	13:491$122
44 máquinas, com 10% de depreciação	96:921$960
Móveis e utensílios e formas	22:273$700
Devedores em conta corrente	606:990$990
Relação de títulos em carteira	15:572$200
Títulos protestados	25:876$000
Títulos passados a terceiros s/ registro relacionados apenas no livro auxiliar borrador	2:992$000
1 casa em Jaraguá	500$000
1 terreno à avenida Chico Júlio	5:722$000
Banco Popular Italiano	6:859$300

[54] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* v.3. p.622-3.

TOTAL DO ATIVO.....967:168$579

PASSIVO
Credores em conta corrente.....1.181:883$914
Credores privilegiados.....250:472$080
Credor privil. de Samuel C. F.dos Santos.....570$000
Credor quirografário de Samuel C.F.Santos.....56:000$000
Credor quirografário de Arnaldo P.F.Santos.....344:969$250
Credor privilegiado s/ bens móveis do sócio
Arnaldo P.F.Santos.....45:815$200
TOTAL DO PASSIVO.....1.879:666$444

Percebe-se, nestes esclarecimentos, que o tempo ia transcorrendo e as inúmeras páginas do processo destacavam as sucessivas alterações na posição dos falidos; bens patrimoniais compostos por imóveis eram arrolados como garantia, tanto os de propriedade dos falidos, quanto aqueles de terceiros arrolados e oferecidos como doações. Ao passo que os bens existentes nas instalações da "Jaguar" eram sistematicamente vendidos com depreciação ou descontos, diminuindo seu valor absoluto no conjunto das possíveis garantias.

Este fato comprova-se pelo destaque conferido às vendas de bens imóveis, o que aconteceu em 20.03.1928, com a alienação da parte do prédio situado à praça N. Sr.ª. da Conceição que pertencia ao sócio solidário Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos[55].

Esta mesma forma de levantamento de créditos monetários aconteceu na realização do primeiro pregão em praça pública, ocorrido em 16.09.1929, no qual foi oferecido uma casa onde se achava instalada a Fábrica de Caixas de Papelão "Jaguar Mirim" e seus acessórios eram compostos por uma máquina de grampear, um motor elétrico e um pequeno transformador elétrico[56].

Esta primeira praça realizada com bens imóveis "doados" por terceiros não teve, porém, resultados positivos, pois neste momento nada foi arrematado por falta de interessados.

A seqüência do processo foi dada com uma segunda tentativa realizada a 09.10.1929, levando a público pregão, venda e arrematação dos mesmos bens, tendo

---

[55] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* v.3, p.741.

[56] ***Idem***. p.796.

o mesmo resultado da primeira[57]. Conseqüentemente, houve uma terceira tentativa com redução dos preços. Assim conclui-se que apenas três anos após a decretação da falência é que houve um procedimento formal, que redundou na aceleração do processo naquilo que se referia ao levantamento monetário cujo intuito era o de saldar os credores da massa falida[58].

Essa dificuldade na venda dos bens imóveis arrolados como garantia coincide com a Crise Cafeeira e com a Grande Depressão de 1929, que reduziu drasticamente a circulação monetária, mesmo nos setores de maior capitalização. Este deve ter sido simultaneamente o motivo pelo qual não se procedeu o levantamento dos recursos necessários à liqüidação e, em virtude do qual, remeteu-se o processo a um longo período de inércia.

O profundo desequilíbrio no mercado financeiro fez com que minguassem e se justificassem as iniciativas de liqüidação da falência, impedindo que a arrematação pública trouxesse maiores prejuízos, tanto para a massa, quanto para os credores da mesma. Desta forma, o processo ficou estagnado de 18.10.1929 até 28.11.1931, o que coincide com o "fundo da crise", mesmo em uma vigência legal onde os feitos deveriam estar encerrados dois anos após a declaração de falência. Exceto a venda de parte de um imóvel e as tentativas na venda de outro, nenhum outro ato foi concretamente realizado no sentido de levantar numerários para a liqüidação da falência.

A inércia do processo judicial certamente resultou em graves prejuízos aos credores. Por outro lado, não há como determinar, pelos documentos anexados aos autos, até que ponto houve paralisação ou continuidade das atividades do maquinário no que diz respeito à produção de calçados no período de 1929 a 1931.

O impasse entre os liqüidatários, que nada faziam no sentido de promover a dissolução do patrimônio, e entre os falidos, que não abriam condições para este fim, arrastou-se a ponto de os sócios solidários Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos e Samuel Carlos Ferreira dos Santos, demonstrando nenhum interesse pelos acontecimentos, partiram para a cidade do Rio de Janeiro mesmo antes de se

---

[57] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* p.802.

[58] ***Idem***. p.806.

realizarem os pregões em praça pública - 1927/1928 - com o objetivo de trabalharem no comércio daquela cidade, para obterem os seus sustentos e de suas famílias. Ocasião em que deixaram Carlos Pacheco de Macedo Jr. como representante para responder às resoluções judiciais.

A falência, havia sido decretada há seis longos anos, e o que se observa, pela leitura dos volumes, é que os liqüidatários, apesar dos despachos ao Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Franca, não se prontificaram a liqüidar o ativo por qualquer um dos meios estabelecidos pelo artigo 121 da Lei de Falências.

Mesmo com impasses, paralisações e indecisões, aos 18.01.1932 os liqüidatários da massa falida declaram que, para dar fim ao processo, tornava-se necessário leiloar os demais bens patrimoniais para proceder o último rateio. Portanto, seria preciso que os liqüidatários dissolvessem o ativo a fim de que, cumprido o seu dever, colocassem fim aos autos que se arrastavam por longo tempo, acarretando despesas de cartório, de avalistas, peritos, de administração dos síndicos e outros mais[59].

Aos 19.01.1932, em assembléia de credores e de acordo com despacho judicial, determinou-se que deveria ser efetivada a apuração monetária dos bens do ativo a 06.04.1932, conforme edital transcrito e publicado na imprensa local, ocasião em que foram apresentados para leilão os seguintes bens[60]:

> "Prédio onde funcionava a fábrica de Caixas de Papelão 'Jaguar Mirim', de propriedade de Theophilo Rodrigues da Fonseca, juntamente com maquinário 'doado' aos falidos e que foi arrematado por Ricardo Pucci.
>
> Parte que o sócio solidário possuia no prédio à Praça N. Sr.ª. da Conceição arrematado por Jovino de Carvalho.
>
> Dívidas ativas conforme títulos de devedores em conta corrente arrematados por Licínio Teixeira.
>
> Casa situada em Jaraguá (GO) arrematada por Romeu Amaral."

Nessa ocasião, aparece a vaga informação de arrematação da "Fábrica de Calçado Jaguar" por um empresário da capital, sem referência explícita à sua pessoa e

---

[59] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Falência de Carlos Pacheco & Cia. *Op.cit.* p.823.

[60] ***Idem.*** p.833.

ao que, na verdade, estava arrematando em termos de máquinas e componentes. Procurar-se-á esclarecer este quesito no capítulo seguinte.

Com exceção do leilão realizado no ano de 1932, nenhuma outra referência foi encontrada no sentido da apuração legal de numerário, através da liqüidação dos bens oferecidos em garantia, à época do primeiro pedido de concordata e a partir deste.

Não é justificável, por outro lado, que os liqüidatários tenham prolongado a execução da falência em virtude da falta de licitantes ao serem realizados leilões de primeira, segunda e terceira praças, e que não teria havido interesse em realizar estes eventos em épocas anteriores, deixando o processo em estado de inércia de 1929 a 1932, quando houve a liqüidação do ativo, menos justificável ainda, que no período de 1932 até 1937, o processo tenha deixado de tramitar, foi somente no final dele, quando houve o pagamento aos credores, que foi considerada encerrada a falência.

Sobressai aos olhos de quem analisa o processo a informação de que parte significativa de um equipamento formado por maquinário importado tenha sido, supostamente, transferido a alguém com a singular denominação de "empresário da capital", ao passo que, no que concerne aos bens imóveis leiloados, estes eram documentados com suas respectivas escrituras e de seus respectivos arrematadores.

No que diz respeito aos estoques em calçados não há referência ao montante apurado com a sua venda.

Em 1937, quando foram liqüidados os débitos da massa, fez-se menção aos métodos utilizados pelos síndicos Virgínio Pereira Santos e Cícero Crysógono de Castro e, em especial, pelo senhor Alfredo Lopes Pinto, que acabaram sendo destituídos dos cargos de liqüidatários, estando sujeitos ao estabelecido no artigo 71, parágrafo 8° do Decreto 5746.

Este ato fez com que o encerramento da falência fosse realizado por meio de sentenças judiciais e pelas diligências de Luiz Pinto Bastos Júnior. Este, nomeado pelo Juiz em exercício na Comarca, promoveu a imediata realização de assembléia dos credores em 25.05.1937 e o conseqüente pagamento de todos os credores privilegiados e quirografários, com créditos habilitados e presentes ao último rateio

realizado em 13.11.1937. Portanto, isso não garantiu o integral e completo pagamento de todos os credores da massa, o que, àquela altura, era já impossível.

Quase que contemporameamente à finalização do processo, decorrente de uma celeridade processual imposta com o advento do Estado Novo, ocorre a morte de Carlos Pacheco de Macedo, em 12 de maio de 1938, na cidade do Rio de Janeiro[61].

[61] **Santos**, Wanderley dos. O Major Pacheco de Macedo e a Fábrica Jaguar. *Op.cit.*

MUDANÇAS NA CONFIGURAÇÃO DA INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA NAS DÉCADAS DE 1930 e 40.

> " Parece que Franca se aproveita também do interêsse mostrado pela nova política dos Estados Unidos em relação ao resto da América: ... Desenha-se, além disso, um movimento de intensificação nas relações comerciais diretas entre Franca e outros países da América." (Sic)[1].

FRANCA: "TERRA QUE PRODUZ O MELHOR CAFÉ DO MUNDO" OU "A CAPITAL DO CALÇADO"?

É bem provável que até meados da década de 1950 não se tivesse uma clara idéia de que Franca viria a ser "a Capital do calçado masculino". Embora a cidade contasse, desde a década de 1920, com o maior estabelecimento curtumeiro do Interior paulista e, talvez até a maior indústria de toda a região, o curtume Progresso era assim descrito na primeira metade da década de 1940:

> "A indústria principal da cidade é, entretanto, a de couros, principalmente curtumes, vindo em seguida o de sua transformação em calçados e selas. Estas duas últimas indústrias, especializaram-se em material destinado a zonas rurais e são exportados principalmente para Goiaz e Mato Grosso. A indústria do curtume ... é a primeira da cidade e só um curtume chegou a entrar, para 1939 com 1/3 dos lucros de tôda a indústria da alta Mogiana e zonas mineiras limítrofes, dando renda aproximada de 4 mil contos. Numa das épocas mais animadas dessa indústria, que foi pelo ano de 1925, a produção de couros foi calculada numa média de 880 peles mais ou menos, semanais. Hoje essa média é aproximadamente, de 1.464, com tendência a aumentar sempre, devido à procura, principalmente do exterior ... Êsse movimento alargou-se, em 1939, recebendo pedidos para a Europa, onde a Suiça e a Suécia são seus representantes e distribuidores para outros países. ... O couro da exportação é principalmente o usado para calçado militar." (Sic)[2].

Durante a década de 1920, notadamente em sua segunda metade, é evidente que aumentou o número de estabelecimentos ligados à transformação do couro em

---

[1] **Ribeiro**, Maria da Conceição Martins. Franca (contribuição do estudo dos centros urbanos brasileiros). Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. v.3. Conselho Nacional de Geografia. 1944. p.594 e 597.

[2] ***Idem***, p.594.

calçados. A análise da falência da Calçado Jaguar traz indícios seguros disso, como ficou indicado anteriormente e será visto neste capítulo. Assim, Franca era, no final da década, a cidade do Interior paulista com o maior número de estabelecimentos produtores de calçados. Entretanto, nesse quesito a cidade estava longe de reunir caracteres definitivos de concentração da atividade. Dados disponíveis dão conta de que em 1929 havia em Franca 12 dos 65 estabelecimentos fabricantes de calçados em todo o Interior paulista. Todavia, em apenas 1 dos estabelecimentos francanos, os capitais somavam 200:000$000. Para os 11 restantes, os capitais médios envolvidos não ultrapassavam a casa dos 35:000$0000. Assim, a cidade detinha apenas 6 empresas com capital acima dos 40:000$000 e apenas um capital total de 582:000$000 investidos na atividade, ao passo que o Estado de São Paulo reunia recursos da ordem de 36.382:323$000 em 249 empresas.

Em 1928, a cidade, do ponto de vista da indústria curtumeira, possuía o terceiro maior estabelecimento do Estado; os dois maiores encontravam-se na capital. O Curtume Progresso, estudado no capítulo anterior - desde a falência de Macedo, Marx & Cia., encontrava-se sob o controle do Banco do Brasil; seus capitais somavam 2.500:000$000, menos, portanto, que a S.A. Franco-Brasileira e a S.A. Curtume Dick, com 5.000:000$000 e 3.000:000$000, respectivamente. Essa situação perdurou até 1931, ano em que a I.R.F. Matarazzo, também na Capital, com recursos da ordem de 1.500:000$000, ultrapassou o Curtume Progresso.

A partir de 1932, em Amparo e em Campinas, começam destacar-se José Jacobsen - este, de Amparo, muda-se para São Paulo em 1936, R. Cantusio & Cia. e Curtidora Campineira. Em 1936 despontava, ainda o Curtume Firmino Costa, também da cidade de Campinas[3].

---

[3] **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: correspondente ao anno de 1928. São Paulo: Casa Garraux, 1930, p.46-48. ***Idem***. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1931. São Paulo: Garraux, 1933, p.42-44. ***Idem***. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: anno de 1932. São Paulo: Garraux, 1934, p.45-47. ***Idem***. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S. Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: anno 1936. São Paulo: Freire & Cia., 1938, p.60-63.

Enquanto a região de Campinas firmava-se como um importante centro produtor de couros, os capitais do Curtume Progresso minguavam para algo em torno de 1.300:000$000, talvez por falta de investimentos capazes de melhorar máquinas, equipamentos e processos, de modo que até 1937 os principais curtumes de Campinas o ultrapassavam em montante de capitais. Ainda assim, Franca, com seus 4 curtumes: o Progresso, o Alves Guimarães, o Pedro Pucci e o Spessoto & Cia., durante a década de 1930, jamais deixou de deter um capital mínimo em torno de 1.700:000$000 envolvidos na atividade. Apesar dos altos e baixos de seu principal curtume, permaneceu sempre como um dos principais centros produtores de couros do Estado[4].

A quantidade de curtumes existentes no Estado entre 1928 e 1937 variou entre 86 e 110 estabelecimentos, sendo que na Capital localizavam-se entre 9 e 14 desses, portanto, a maior quantidade espalhava-se por todo o Interior paulista. Era significativa a presença destes estabelecimentos no Litoral, no Vale do Paraíba e outras cidades da Mogiana, Paulista e Sorocabana; nem sempre, porém, a grande quantidade representava indícios de concentração. Isso sugere duas evidências: a primeira é a presença de curtumes em localidades onde havia matéria-prima disponível, ou seja, couros e substâncias de curtimento; essas localidades estavam próximas de regiões de cerrado ou manguezal - onde as madeiras são ricas em tanino - sendo também regiões populosas, fato que sugere o abate de gado e conseqüente disponibilidade de couros; a segunda evidência reside em que alguns desses estabelecimentos eram mais antigos, porque encontrou-se maquinário movido a vapor na composição de seus equipamentos. Portanto, pode-se concluir que a Baixada Santista e o Vale do Paraíba eram regiões de produção coureira mais antigas e de produtividade declinante.

São Paulo, a Capital, possuía as maiores empresas de couro e calçados de todo o país. Na indústria do calçado havia 184 estabelecimentos, dentre os quais destacavam-se a Cia. Calçado Bordallo, com um capital de 8.000:000$000; a Cia. Calçado Clark, com 7.000:000$000; a São Paulo Alpargatas C°., com 4.000:000$000; a Cia. Calçado Rocha, com 1.500:000$000 e a Dias & Cia., com

---

[4] **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio: Secção de Indústrias. Estatística industrial do Estado de S. Paulo: ano de 1937. São Paulo: Freire & Cia., 1939, p.66-69.

1.400:000$000; e, havia também, pelo menos, umas 15 outras fábricas com capitais entre 200:000$000 e 500:000$000.

A indústria empregava, em todo o Estado, um total de 5.591 operários, enquanto que apenas 163 ocupavam-se dessa atividade na cidade de Franca.

No Interior, a maior fábrica de calçados localizava-se na cidade de Rio Claro, a Cia. Calçados Flora, com um capital de 800:000$000. Ainda em Rio Claro funcionava a A.Hoffmann & Cia. Ltda. com um capital de 204:000$000, além de outras de menor porte. Funcionara até 1928, em Ribeirão Preto, a Manufatura de Calçados Ragazzi, com 800:000$000 de capital empregado.

Havia outras fábricas de porte semelhante às de Franca nas cidades de São Bernardo do Campo, Guarulhos, Campinas, Sorocaba, Piracicaba, Itapetininga, Taubaté, Jacareí, Limeira, São Carlos, Araras, Penápolis e Ribeirão Preto[5].

Em termos de Brasil, além da indústria coureiro-calçadista do Rio de Janeiro e de São Paulo, eram já sólidas na atividade as cidades de Novo Hamburgo (RS) e vizinhas, localizadas no Vale dos Sinos. De modo que, nos anos 20, aquele centro reunia uma expressiva quantidade de 6 dezenas de empresas calçadistas e outros tantos curtumes de projeção[6].

Comparando-se os dados relativos ao centros produtores acima com os de Franca, infere-se que a concentração industrial na área do couro e do calçado existente na cidade só foi possível a partir de 1927, com as acomodações verificadas na falência da Jaguar. Portanto, um fenômeno cujos aspectos mais salientes remontam aos anos imediatamente posteriores à Primeira Grande Guerra e cujos desdobramentos, na década de 1930, estão diretamente ligados à Crise de 1929. Não menos importantes, são as eventuais condições que permitiram essa concentração.

As mudanças na configuração da população francana, até 1940, já foram vistas; resta realçar que, entre 1940 e 1950, as alterações populacionais foram

---

[5] **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial de S.Paulo: anno de 1929. São Paulo: Casa Garraux, 1930, p.51-57.

[6] **Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul**. A indústria de calcados no Rio Grande do Sul. / BRDE. Porto Alegre: BRDE, 1977. p.17. (Estudos Econômicos nº 8).

significativas em termos quantitativos porque apresentaram uma queda de 55.750 para 53.485 habitantes. Mas a queda devia-se ao fato de o distrito de São José da Bela Vista ter sido elevado à categoria de cidade em dezembro de 1948. Talvez, este não tenha sido o fato mais importante, já que o fenômeno mais significativo era a aceleração na concentração urbana da população, já verificada desde os dados de 1934.

> "Êsse aumento é tanto mais provável quanto o desenvolvimento das indústrias tem atraído bastante gente, não sòmente dos arredores como de outras zonas: as indústrias oferecendo certas vantagens, atraem sempre novo número de empregados...
>
> Sob o ponto de vista dessa população, é interessante notar-se o aumento considerável que se percebe ter havido no elemento operário. Isso deve-se ao aumento de fábricas e indústrias que se vêm notando em Franca, desde alguns anos...
>
> A tendência dessa indústria é chamar para a proximidade, a população operária...
>
> Pouco a pouco, a vida industrial de Franca vai tomando importância, influenciando o desenvolvimento da zona urbana, alargando o raio de ação da cidade...
>
> Se o mercado de café pôs Franca em contacto principalmente com Santos e os mercados externos, a indústria, que está surgindo, a põe em contacto econômico com uma área nacional mais vasta..." (Sic)[7].

O surgimento de uma maior população urbana e fabril ocorria também pelo incremento das indústrias de transformação do couro, mas até meados de 1940 essa urbanização da população trabalhadora estava sendo levada a efeito e estava sendo interpretada, parece que corretamente, como decorrente de transformações na economia cafeeira.

Com a crise de 1929, os compradores, principalmente os voltados para o abastecimento do mercado americano, passaram a privilegiar ainda mais os cafés finos. Franca passou, então, a divulgar melhor seus cafés como parte de uma estratégia de sobrevivência da atividade frente a outros centros produtores, notadamente Ribeirão Preto na área da Mogiana e outras cidades nas áreas da Sorocabana e da Noroeste.

---

[7] **Ribeiro**, Maria da Conceição Martins. *Op.cit.* p.592, 593, 595 e 596.

Os desdobramentos dessa estratégia de sobrevivência dos cafés francanos nos mercados internacionais incluíram, é óbvio, o destaque de sua qualidade e isso era assegurado, ainda, por um procedimento que ficou conhecido como o rebeneficiamento do café, ou seja, os cafés já beneficiados passavam por um processo manual de escolha, no qual eram separados os melhores grãos dentre as melhores bebidas. Para que fosse possível desvincular e destacar o café francano do resto dos demais cafés da Mogiana, era necessário que houvesse a transferência de grande parte da comercialização deste e, principalmente, a de sua classificação, anteriormente feitos em Santos, para a própria cidade.

Como resultado dessa manobra de sustentação da fama dos cafés francanos no mercado, foi necessária, ainda, uma drástica mudança na estrutura da produção, já elucidada anteriormente, e que pode ser resumida da seguinte forma: a população rural é sempre ascendente até 1934, havendo, até essa data, alguma oscilação negativa na população urbana - até porque zonas novas de café exerceram atrações que foram muito mais sentidas no meio urbano. Todavia, foi somente a partir de 1934, quando a estrutura fundiária se alterou com a redução no número das grandes e médias propriedades, que surgiu uma maior quantidade de propriedades: de 583 existentes em 1920 haverá 1.083 em 1934.

Portanto, a cafeicultura experimentou um processo de transformação onde ou desbravar grandes lotes de terras deixou de ser o principal elemento da matriz produtiva, já que, daí em diante, predominou uma produção calcada na plantação intensiva em pequenas faixas de terras arrendadas. Com isso, ocorreram também mudanças significativas no sistema de trabalho. Primeiro, a cafeicultura passou a depender de um trabalho especializado e parcelado, de acordo com tarefas definidas; segundo, esse trabalho passou por uma divisão baseda na separação dos trabalhadores em categorias sexuais distintas, dada a natureza das tarefas executadas; e, terceiro e não menos importante, o meio rural foi deixando de ser o local de reprodução da força de trabalho, já que esses tarefeiros passaram a ser contratados temporariamente nos bairros periféricos, ou, como quer a nomenclatura da época, na população suburbana.

> "... localizada em Franca, é [a atividade] mais importante da zona e para ela convergem os cafés de quase tôda a região que se estende até o rio Grande. O trabalho de rebeneficiamento é feito pela 'catadeira'. Êsse trabalho requer

> quantidade de mão de obra; portanto, é necessário que seja barata. Êsse problema foi resolvido com o emprêgo da mão de obra feminina. O elemento masculino encarrega-se dos transportes e serviços pesados. Os trabalhadores são empregados após a colheita, quando o café começa a entrar nos armazéns. ... A utilização da mão de obra feminina trouxe como conseqüência o desaparecimento das empregadas domésticas" (Sic)[8].

Tentou-se, ainda, o mesmo mecanismo de utilização de um trabalhador temporário desvinculado da terra e capaz de, em diversas estações do ano, executar tarefas específicas segundo as necessidades de um contratador esporádico como parte de uma estratégia de relançamento da pecuária de corte em Franca, que incluía, também, a divulgação de suas características superiores em relação ao produto de outras regiões, notadamente na seleção de reprodutores. As diferenças em relação à cafeicultura residiam no fato de que, na pecuária, estavam envolvidos apenas os grandes proprietários. A iniciativa não teve o sucesso almejado por muito tempo[9]. E isso foi decisivo para que a atividade perdesse competitividade em relação a outros centros.

É da época, também, uma segunda incursão dos homens mais ricos da cidade na área da fiação e tecelagem, com a fundação da Cotai - Cia. Têxtil Agrícola e Industrial, que envolvia, além da transformação, a plantação do algodão na região e, ainda, a utilização do trabalho assalariado urbano nessas atividades. Esses novos negócios aparecem funcionando como mecanismo de intercalamento dos trabalhadores em outras atividades que virtualmente se abriam em possibilidade, contudo, foi a indústria do couro e do calçado a que potencialmente emergiu.

É importante destacar o quanto foram significativas as influências das transformações da cafeicultura e seus efeitos em relação à indústria coureiro-calçadista, a qual já se insinuava, mas não se colocava como projeto deliberado. Primeiro, proporcionou uma população operária urbana, ocupada em trabalhos cíclicos e complementares, temporariamente empregável e capaz de exercer trabalhos diversos em períodos distintos. Segundo, proporcionou uma fonte continuada de renda agrícola, bem como uma certa disponibilidade de dinheiro, que, ordinariamente,

---

[8] **Ribeiro**, Maria da Conceição Martins. *Op cit*. p.595.

[9] **Lima**, Silvia Maria Jacintho de. Transformações na pecuária bovina paulista: o exemplo da região de Franca. (Tese de Doutoramento). Franca: FFCLF, 1973, 213p.

pôde servir de capital de empréstimo, a varejo, em atividades de pequena monta. Por último, fez surgir um segmento médio junto a essa população urbana que, estando ou não diretamente ligado ao setor produtivo, acabou por envolver-se nas formas de comercialização da produção coureira e da de calçados em diversas regiões do país.

É significativo, já em 1924, o emprego do trabalho feminino na Jaguar: dos 76 empregados, 5 eram responsáveis pela parte burocrática, sendo um deles uma mulher, que cuidava da parte de pessoal e escritório. Os 71 restantes eram operários fabris, sendo 47 homens e 24 mulheres. Essa era uma situação que, precocemente, diferenciaria a indústria de calçados em Franca, pois as mulheres foram predominantemente empregadas na atividade de "pespontar" calçados - costurar os cortes de couro de modo a dar forma ao sapato - enquanto que no Rio Grande do Sul essa foi uma atividade quase que exclusivamente masculina[10].

Entenda-se, entretanto, que esses efeitos não tinham o condão de beneficiar diretamente a indústria coureira e a de calçados, pois beneficiava um conjunto de outras atividades também. Ocorre que a indústria do couro se sobressaia, enquanto a do calçado, tendo existido, resistia. Resistia de forma ainda não definitiva e clara. Mas acabou, ainda assim, adquirindo densidade. Isso ocorreu em relação às outras atividades existentes em Franca e, sobretudo, em relação às suas similares existentes no Estado de São Paulo. É esse movimento de transformação da indústria coureira e, principalmente, da indústria calçadista que se pretende tratar no presente capítulo.

HERCÍLIO AVELLAR: DE EMPREGADO A EMPRESÁRIO.

Retome-se, aqui, aquela parte na qual se evidenciou o fato de Hercílio Baptista Avellar ter sido um dos interessados da empresa Pacheco de Macedo & Cia. - a Calçado Jaguar. Era o responsável técnico, não tendo, como previa a legislação de sociedades em comandita, responsabilidade sobre o capital empregado na atividade.

Segundo consta, Avellar, nascido em 14.06.1888, teria começado trabalhar aos 15 anos na selaria de Elias Motta, atuando no balcão e em atividades de expedição. Em 1905 a atividade passava a Nicolau Riccio e a Abilio Marques e em

---

[10] **Franca**. Museu Histórico Municipal. Calçado Jaguar. (Filme). Rossi Filmes. 1924. 10 min. mudo. branco e preto. 8 mm.

1907, passava ainda a Carlos Pacheco de Macedo; durante todo esse tempo, Avellar parece ter sido um dedicado operário. Tanto é que, em 1919, ele acabou fazendo um estágio profissionalizante no Rio de Janeiro, aumentando, com isso, seus conhecimentos sobre o fabrico de calçados.

Em 1923, quando houve mudança na composição societária da Jaguar, ele assumiu a gerência de oficina. Mas, o que é significativo dai em diante foi o fato de:

> "No periodo de 1926 a 1927 teve o senhor Hercílio Avellar de abraçar um atividade diferente, isto é, a de corretor comercial..."[11].

Ora, é sintomática a coincidência do periodo em que Avellar transformou-se em "corretor comercial" com o periodo em que transcorreu a concordata da Jaguar, local onde trabalhava como interessado na parte técnica. Portanto, ele estava descompromissado dos interesses patrimoniais da empresa e, dessa forma, reunia caracteristicas excepcionais, diversas dos outros sócios responsáveis pelo capital - tais como a liberdade de fazer viagens às capitais - para exercer, mais livremente de compromissos com a justiça, o trabalho de venda do maquinário e dos estoques da empresa em processo de falência.

É muito dificil dizer com precisão o que ele vendeu e para quem vendeu, mas alguns indícios de envolvimento financeiro são claros. Seus pais, Urias Baptista Avellar e Francisca Avellar, eram credores da massa falida em uma importância de 13:580$000 e sua esposa, Maria Amélia Avellar, detinha um crédito em conta corrente de 17:842$686. Além disso, entre outros indícios, ele aparece pessoalmente na contabilidade da Jaguar em "despesas diversas" e é apontado nominalmente pelos técnicos que fiscalizaram as contas da empresa no periodo da concordata. Pois, sendo um sócio meramente responsável pela parte técnica, acabava sendo, também, credor de uma surpreendente quantia de 4:500$000[12].

Talvez tenha sido ele próprio o articulador das vendas de máquinas e de estoques, dentre os quais se incluía o negociante do Rio de Janeiro, Carvalho Freire,

---

[11] **Revista O Commércio da Franca**. "Calçado Peixe: Avellar & Cia", Franca, 1956, p.66-67. (Grifo nosso).

[12] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Falência de Carlos Pacheco & Cia., 1926-1938, autos nº. 46, vara Cível, 1º. Ofício, cx. 410, v.2, p. 609-619.

ou Carlos Freire, como foi posteriormente registrado nos autos da falência, já evidenciada no presente estudo.

De fato, Avellar estava mesmo envolvido com esses negócios, tanto é que em julho de 1927 foi organizada a firma Honório e Cia., fábrica de calçados constituída por Clodomiro Honório da Silveira, por Adalgiso Lima e pelo próprio Hercílio Avellar:

> "Em julho de 1927 foi organizada a firma Honório & Cia., com fabrica de calçados, sendo constituida pelos seguintes senhores: Clodomiro Honório da Silveira, Adalgiso Lima e Hercílio Avellar; este ultimo como interessado ocupando o cargo de gerente das oficinas" (Sic)[13].

Contemporaneamente a esse evento, que ficou registrado em 1928, ocorreram significativas mudanças na composição societária de outras empresas produtoras de derivados do couro na cidade. Destacam-se, entre elas, a dissolução da Fillipi & Ferrari, produtores de solas, calçados e arreios - detinham um capital de 28:000$000 em 1920 - originando duas outras empresas: a Oreste Fillipi & Cia. e a Irmãos Ferrari & Cia., respectivamente com um capital de 200:000$000 e de 50.000$000. Aparece, ainda, Maniglia, Irmãos & Cia..Estes eram ex-operários da Jaguar e sua empresa apresentava um capital de 70:000$000. É de 1928, também, a empresa João Amélio Coelho, com um capital de 40:000$000[14].

No ano de 1929 apareceriam, ainda, João Palermo, com capital de 40:000$000; Olegário Rocha, com 20:000$000; Spessoto & Cia., com 7:000$000; Francisco Galisia, Jeronymo de Castro e José Bulhões, respectivamente com um capital de 15:000$000. E, finalmente, a A. Morato, com 10:000$000.

Exatamente essa quantidade pulverizada de pequenas empresas ligadas ao fabrico do calçado é que deu a impressão da origem dessa indústria residir nas atividades artesanais. É inegável que houve uma disseminação dessas habilidades para um grande número de pessoas que viviam na cidade, desde o final do século XIX. No entanto, até 1924, isso não é positivamente verdadeiro, pois João Palermo, tendo sido

---

[13] **Revista O Commércio da Franca**. "Calçado Peixe: Avellar & Cia.". *Op.cit.*

[14] **São Paulo**. Secretaria da Agricultura. Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica. Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: correspondente ao anno de 1928. *Op.cit.* p.38-41.

comerciante de calçados, "com sapataria anexa", talvez conhecesse de couros, selas, arreios e construção de sapatos. Tanto é que, de 1924 até o ano de 1927, foi viajante de Fellipi & Ferrari, ocasião em que associou-se a Braz Grisi fundando, ao que se supõe, de forma majoritária, a empresa João Palermo[15]. Portanto, conhecer de calçados pode ter sido importante, mas não decisivo.

A empresa Spessoto & Cia. apareceu também, desde 1928, como produtora de vaquetas e solas. Era na realidade, Pedro Spessoto, nascido em Araras e cunhado de Donato Ferrari que, tendo trabalhado para Fellipi & Ferrari, acabou adquirindo o Curtume Santa Cruz[16], pequeno e de capital relativamente baixo. Donde se conclui que, nesse caso, foi havendo um alargamento da atividade na qual estava inserido, pois, foi trabalhando como seleiro e como sapateiro que acabou adquirindo o estabelecimento de seu cunhado, na ocasião em que o parente montava uma nova empresa, separando-se de seu antigo sócio - Oreste Fillipi. Ao contrário de Ferrari, a firma de Spessoto manteve-se até principio dos anos 1970, quando a empresa foi vendida, tendo ficado então curtume e fábrica de calçados como departamentos distintos de uma mesma composição societária[17]. Por outro lado, a empresa Ferrari & Irmãos, supostamente muito maior do que era a Spessoto em 1929, desapareceu em 1930.

Primeiramente, o que se quer evidenciar aqui, a partir das informações acima, é o fato delas serem conseqüências da falência da Jaguar, oferecendo, portanto, dados para a verificação e comprovação das hipóteses previamente elencadas para a pesquisa e, em segundo lugar, de ter sido decisivo para a sobrevivência dessas empresas, posteriores à Jaguar, um certo tino comercial de seus proprietários necessariamente ligado, e não só complementar à habilidade de se fazer calçados e selas, mas sobretudo indispensável, para o bom andamento e reprodução dos negócios.

Era de se supor que muitos dos que montaram empresas em 1927-1928 tenham sido, a exemplo de Avellar e dos Maniglia, empregados da Jaguar. Esse era,

---

[15] **Revista O Commércio da Franca**. "Cia. de Calçados Palermo". Franca. 1956. p.94-95.

[16] **Revista O Commércio da Franca**. "Calçados Spessoto". Franca. 1956. p.28.

[17] **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: correspondente ao anno de 1928. *Op. Cit.* p.46-48.

talvez, o caso de Galisia. Castro, Bulhões e Morato, com montantes inferiores de capital. Nessa condição, foram protagonistas de empresas que desapareceram rapidamente. Em 1933, apenas Morato ainda estava em atividade e, em 1936, nenhuma das quatro empresas aparecem nas estatísticas como produtores de calçados. A. Morato dedica-se à confecção de selas e congêneres e volta a aparecer como produtor de calçados apenas em 1945, mas seus capitais restringem-se aos irrisórios Cr$ 12.808,00.

Estes homens foram operários que, temporariamente, tornaram-se empreendedores; parece que os mais bem-sucedidos eram Avellar, os Maniglia e Spessoto. Os Maniglia não ultrapassaram a década de 1950, Avellar não era, definitivamente, um operário fabril e Spessoto teve um forte envolvimento familiar sustentado pelo cunhado Ferrari que, quando desapareceu, deve tê-lo privilegiado, já que seus capitais saltaram concomitantemente para cerca de 80:000$000 - em fábrica de calçados e curtume. Ver Anexo de calçados e curtumes.

Outros artesãos existiam nessa época. É o caso de Salvador Mazzotta que, estabelecido na cidade desde 1912 como sapateiro, manteve a mesma condição até o ano de 1945, com um capital irrisório de 1:400$000. Havia também o emblemático Miguel Sábio de Mello e seu legendário filho Wilson Sábio de Mello - principal personagem do futuro grupo Samello/Misame, também sapateiros, que só aparecem como detentores de empresa em 1931, com um capital de 20:000$000 e, em 1945, mesmo possuindo um capital de 184:291$000, ainda estavam longe dos 1.017:298$000 amealhados por João Palermo & Filhos[18]. Evidencia-se aqui o sucesso do comerciante e viajante.

Retoma-se aqui a trajetória de Hercílio Avellar. Nesse contexto de formação de empresas posteriores à falência da Jaguar, mas agora numa visão depurada da verdadeira influência do artesanato e das relações familiares, destaca-se que, em 1932, retiravam-se da sociedade da empresa Honório & Cia. os sócios José Rodrigues da Silveira - o "Juca-Peixe" - e Adalgiso Lima tendo, nessa ocasião, entra como sócio .

---

[18] **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1931. *Op.cit.* p.156. ***Idem***. Departamento Estadual de Estatistica da Produção e Comércio. Catálogo das indústrias do Estado de S.Paulo - exclusive o municipio da Capital - (1945). São Paulo: Rothschild Lourciro, 1947, p.282-287.

pela primeira vez, o senhor Hercilio Avellar, responsabilizando-se pelos capitais aplicados, já "que adquiriu por compra as partes de ambos". Todavia, a alteração definitiva na composição societária aconteceu apenas em 1943, com a saída de Clodomiro Honório da Silveira, quando Avellar associava-se a Abílio Altafim para, então, alterar a firma para Avellar e Cia., com um capital de 599:581$000[19]. Sobrou do passado apenas a fama dos Calçados Peixe, marca que Avellar amealhou de seu antigo sócio[20].

Depois de algum tempo Avellar empregaria seus dois genros, José Cintra Coelho e Walter Amêndola. Sendo o primeiro bancário e o segundo professor, eram casados com duas de suas três filhas: Irene e Ruth, respectivamente[21]. Esse fato mostra, também, como que a indústria de calçados foi atraindo profissionais por meio de laços familiares.

No desenrolar da pesquisa, um dado sempre incomodou: o fato de, em determinado momento, mais precisamente no ano de 1932, ter ficado registrado no processo de falência da Jaguar que o maquinário teria sido vendido a um "negociante" de São Paulo. Encontrou-se, quando se listava as fábricas existentes em Franca, na Capital e noutras cidades do Interior, a informação de que o já citado Oreste Fillipi & Cia. mudara-se de Franca. Desapareceu da relação de empresas francanas em 1930 e passou figurar na relação de empresas da Capital, localizando-se à Rua Florêncio de Abreu nº 107, com a denominação social de Oreste Fillippi & Filho[22].

Há, portanto, fortes indícios da firma ter se retirado de Franca temendo algum tipo de retaliação da Justiça por ter adquirido maquinário de uma massa falimentar. Portanto, a lacuna do documento - Processo de Falência - estava com uma meia verdade - registrada em tempo diverso do fato - e encobrindo um acontecimento: venda ilícita do maquinário. Fillippi comprara o maior valor em máquinas, assim como outros também o fizeram. Com certeza, Hercílio Avellar estava intermediando estas

---

[19] **São Paulo.** Departamento Estadual de Estatística da Produção e Comércio. Catálogo das indústrias do Estado de S.Paulo - exclusive o município da Capital - (1945). *Op.cit.*

[20] **Revista O Commércio da Franca.** "Calçado Peixe: Avellar & Cia". *Op.cit.*

[21] **Arquivo Histórico Municipal de Franca.** Auto de Inventário de Urias Baptista de Avellar, anno de 1938. AHMUF. Comarca de 1º. Ofício Cível, caixa nº. 261.

[22] **São Paulo.** Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: anno de 1933. São Paulo: Garraux, 1935. p.204.

operações na qualidade de "corretor comercial" e valeu-se dessa posição para atuar em seu próprio benefício.

Em suma: da Calçado Jaguar saíram máquinas que foram para o Rio de Janeiro num total de 40:000$000; para São Paulo foram 200:000$000 e outra parte ficou na própria cidade, num montante entre 250:000$000 a 300:000$000.

As informações existentes nos processos de falência coincidem rigorosamente com algumas outras demonstradas na Estatística Industrial, pois no ano de 1931 aparece também Ricardo Pucci como detentor do Jornal "O Commercio da Franca", que, além dele, confeccionava impressos em geral. Era credor da massa falida e, em 1932, arrematara os equipamentos da chamada "Jaguar-Mirim", uma cartonagem - fábrica de caixas para sapatos, que estava sendo montada pelos falidos em 1926. Retenha-se, aqui, o fato desse equipamento ter ido a leilão por três vezes, conseguindo quem o arrematasse apenas na terceira vez. Pelas estatísticas industriais, os capitais de Ricardo Pucci saltaram de 10:000$000 em 1931 para 30:000$000 em 1932[23]. Também esse personagem notabilizou-se na cidade, entre outras coisas, por atuar na produção de embalagens para calçados.

As estatísticas industriais estudadas, entretanto, não permitiram estabelecer uma seqüência rigorosa de todas as empresas francanas; muitas delas aparecem em alguns anos e desaparecem em outros - como de resto para as demais localidades, já que é uma característica da documentação. Para o caso específico de Franca, essas ausências decorrem de, em algumas das edições, terem sido estampadas advertências como a seguinte:

> "Não incluimos neste quadro 2.382 pequenas officinas de calçados, espalhadas por quasi todas as localidades do Estado." (Sic)[24].

É por isso que Miguel Sábio de Mello, tendo aparecido na estatística industrial de 1931, só reapareceu nos dados para o ano de 1936 - após iniciar mecanização em 1934, fato que acontece com outros existentes naquela época e que não sobreviveram

---

[23] **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo, Directoria de Estatística, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatística industrial do Estado de S.Paulo: anno de 1932. *Op.cit.* p.192.

[24] ***Idem***. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo, Directoria de Estatística, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatística industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1931. *Op.cit.* p.158.

por muito tempo. De forma que é possível elencar algumas empresas significativas para o desenvolvimento da indústria na cidade e, apenas esporadicamente, traçar a trajetória inicial de outras que resistiram, arrancando posteriormente.

MUDANÇAS NA CONFIGURAÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA DE CALÇADOS.

Entre 1928 e 1937, a indústria paulista tinha na indústria de calçados um dos segmentos que talvez tenha sentido mais intensamente os efeitos da Crise de 1929. De uma participação porcentual de 13 e 14% no faturamento da indústria paulista em 1928 e 1929, respectivamente, a indústria de calçados irá refluir para 5,3% em 1934 e depois situar-se em torno dos 6,5% em 1936 e 1937.

Evidente que essa redução na participação relativa do faturamento da indústria do calçado - ver Gráficos nºs 21 e 22, como de resto toda a indústria de bens de consumo, estava associada não só ao impacto da Crise. Havia ainda nos seus desdobramentos, notadamente após 1934, um expressivo crescimento dos setores de bens intermediários que fizeram reduzir, inclusive, a participação dos têxteis, que era, indiscutivelmente, o setor mais denso da economia naquela época[25].

Todavia, uma análise específica do desempenho da indústria do calçado em um período um pouco mais dilatado, revela que houve, após uma trajetória de crescimento continuado - cujo início remonta ao princípio do século, uma drástica redução do faturamento das empresas, entre 1929 e 1934, provocada, evidentemente, por restrições de mercado ligadas à Crise de 29.

Mesmo nos anos de 1915, 1919 e 1925, ocasiões em que a produção total baixou, o valor dessa produção não declinou. Isso se explica pelo aumento no preço médio dos calçados fabricados. Como pode ser comprovado comparando-se os Gráficos nº 23 e nº 24, bem como a Tabela nº 13.

Embora em 1924 tenha havido uma queda considerável nos preços médios, a tendência até os anos 1930 é de ascensão destes e da quantidade produzida. A queda conjunta nos preços e na quantidade produzida verificada em 1930, determinada pela

---

[25] **Negri**, Barjas. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo: (1880-1990). (Tese de Doutoramento). Campinas: Instituto de Economia/ Unicamp, 1994, p.60-66.

generalizada restrição de renda disponivel, que se prolongou até 1934, foi um fator decisivo do ponto de vista da lucratividade das empresas. De modo que se pode divisar duas ordens de conseqüências, que foram cruciantes para a indústria a partir de então: primeira, uma busca na adequação da produção a novos tipos de produtos - mais ajustados ao poder de compra do mercado - e segunda, uma possível queda na lucratividade geral do negócio, ou seja, uma reestruturação de mercado repercutindo na estrutura da produção e, no limite, gerando mudanças na configuração do parque industrial calçadista, inclusive com implicações na localização das empresas.

Do ponto de vista dos produtos produzidos, a indústria do calçado durante a década de 1910, firmava-se basicamente em 3 categorias de produtos, a saber: as botinas e coturnos, os sapatos e borzeguins e os chinelos e alpercatas. Durante a década de 1920, houve uma pequena ampliação dos produtos oferecidos, aumentando-se a produção das botas de montaria - decididamente o mais caro produto do mercado - e das botinas de tecido de seda, essas provavelmente destinadas ao consumo feminino. Tornava-se significativa, mas ainda porcentualmente muito acanhada, a produção dos chinelos de seda e veludo, dos sapatos e galochas de borracha, das polainas e perneiras, bem como dos sapatos para banhistas - esta última categoria deu origem aos futuros sapatos de tênis ou sapatos-tênis. Nota-se que a diversificação de produtos ocorrida na década de 1920 parecia estar quase que restrita ao atendimento de uma faixa de renda mais bem-aquinhoada, já consumidora e que estava passando a incorporar esses novos produtos à sua grade de consumo, se se considera o mercado. Se considerada a produção, conclui-se que estavam aparecendo sapatos dotados de componentes de borracha, em cujo processo de fabricação encontrava-se a vulcanização. Era, com certeza, o resultado do ingresso da São Paulo Alpargatas C°., que provocara esta alteração apenas na segunda metade da década de 1910.

A quantidade produzida saltava dos 7,4 milhões de pares em 1923 para 13,4 milhões em 1929, caia para 11 milhões em 1930, elevava-se novamente em 1931 para 14,5 milhões e caia outra vez em 1932 para 12,5 milhões. Elevou-se, finalmente, em 1933, para 16,9 milhões e recuou ligeiramente em 1934 para 16,3 milhões para, daí em diante, saltar para a casa dos 20 milhões de pares.

O faturamento da indústria caia 33% em 1930, 20% em 1932 e 1,5% em 1934 para apenas em 1935 adquirir uma tendência ascendente.

Esse movimento repercutiu na indústria provocando, para o ano de 1930, uma imediata queda geral na quantidade consumida, que foi verificada, para as três principais categorias de produtos, da seguinte forma: queda de 45% nas botinas e coturnos e 10% nos sapatos e borzeguins, ao lado de um ligeiro aumento de 0,5% nos chinelos e alpercatas. Isso decorria do fato de os preços praticados nos sapatos e nas botinas serem ainda rigorosamente os mesmo de 1929. Mas não ocorria o mesmo com os chinelos e alpercatas, que experimentaram uma queda de preços de 50%, ainda que fossem os produtos mais baratos do mercado: 6:000$000 em 1929 e 3:000$000 em 1930.

Um fato curioso, de ordem inversa, contribui para explicar o mesmo processo de ajustamento: as botinas de tecido de seda apresentavam um aumento de preços, de 40% em 1930, o que decorria do fato da seda ser importada. Para os anos posteriores, esses produtos praticamente desapareceram, dando lugar a outros confeccionados com sucedâneos mais baratos, tais como o cetim e a lã - mas a quantidade produzida era desprezível, talvez destinada a um mercado feminino específico de alta renda.

Essas mudanças aconteciam de forma que se pode verificar uma ampliação do leque de calçados oferecidos no mercado, ao lado de uma acomodação que se fez sentir em 1933, com a queda generalizada dos preços dos produtos tradicionais. No interregno de 1931 a 1933, contudo, ia tornando-se quantitativamente expressiva a presença dos sapatos-tênis no mercado: de uma participação discreta, diluída nos 413 mil pares de sapatos e galochas de borracha e nos 225 mil pares de sapatos para banhistas, em 1930, os tênis passaram a representar 2,7 milhões de pares em 1931, 2,9 milhões em 1932 e 5, 1 milhões em 1933, para depois firmar-se em torno dessa quantidade. Isso não representava incremento no faturamento geral da indústria, pois os tênis possuíam um preço de mais de 90% menos do que os sapatos e as botinas produzidas antes de 1932 - ver Anexos.

TABELA nº 12
FATURAMENTO TOTAL DA INDÚSTRIA PAULISTA, DO CALÇADO, TÊXTIL E DO VESTUÁRIO: (1928-37)(*)

	Têxtil	vestuário	calçados	total
1928	-	1.208.878,66	285.896,60	2.216.731,76
1929	-	1.090.122,19	307.732,59	2.177.022,65
1930	591.041,20	319.109,50	207.400,27	1.864.294,82
1931	543.849,51	383.922,09	225.465,95	1.954.142,32
1932	603.250,00	350.625,56	180.287,92	1.944.987,54
1933	691.979,26	288.635,84	126.379,29	2.060.363,47
1934	803.895,27	235.628,34	124.480,35	2.346.699,22
1935	914.885,87	375.996,15	206.106,24	2.918.657,94
1936	959.435,36	396.063,82	208.892,16	3.279.603,39
1937	1.102.882,13	448.385,52	256.219,12	3.851.878,09

(*) **SÃO PAULO**, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatitsíca Industrial do Estado de S.Paulo: (1928-1937). 10 v. São Paulo: divs.editores, 1930-1939.
(**) Variação no Custo de Vida (Rio de Janeiro), base 100 para 1929 = 1928/100,8 - 1929/100 - 1930/90,9 - 1931/87,7 - 1932/88,0 - 1933/87,2 - 1934/94,1 - 1935/99,2 - 1936/109,2 - 1937/122,6
(***) Deflator do PIB, base 100 para 1929 = 1928/103,7 - 1929/100 - 1930/87,6 - 1931/78,1 - 1932/79,3 - 1933/77,7 - 1934/82,6 - 1935/86,5 - 1936/87,9 - 1937/ 93,6
Ver **GOLDSMITH**, Raymond W. Brasil 1850-1984: Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação. São Paulo: Harper & Row, 1986. p.158. Tabela IV-7 - Variações de Preços, 1913-1945.
(****) Valores em mil réis 1.000,00 = 1.000:000$000
(*****) Em 1928 e 1929 a indústria do vestuário engloba a indústria têxtil.

No biênio 1933-34 foi que a situação parece ter ficado mais aguda para a indústria do calçado, pois a média de preços praticados, que, diga-se, era já cadente desde 1929, aprofundava-se ainda mais, passando de 14:470$000 para 7:500$000. Foi daí que no ano de 1934 evidenciaram-se as mudanças mais drásticas no mercado. Ao lado daquela tendência de acomodação de preços, com o conseqüente surgimento de produtos mais baratos, apareceu também uma nova forma de segmentação do mercado.

Os produtos passavam a ser classificados como sapatos de couros, de lona, chinelos de tecido, chinelos de couro, sapatos para homens e meninos, botinas para homens e meninos, sapatos para senhoras e meninas, sapatinhos de crianças, sandálias, tamancos, botinões, etc. Assim, verificava-se um esforço na busca de matérias-primas mais baratas, como tecidos e lonas, uma produção destinada a mercados e clientelas específicos e o surgimento de produtos extremamente baratos, fazendo com que o acesso aos produtos fosse aberto àqueles segmentos que, anteriormente, só de forma esporádica tinham o hábito de calçar os pés.

GRÁFICO nº 21

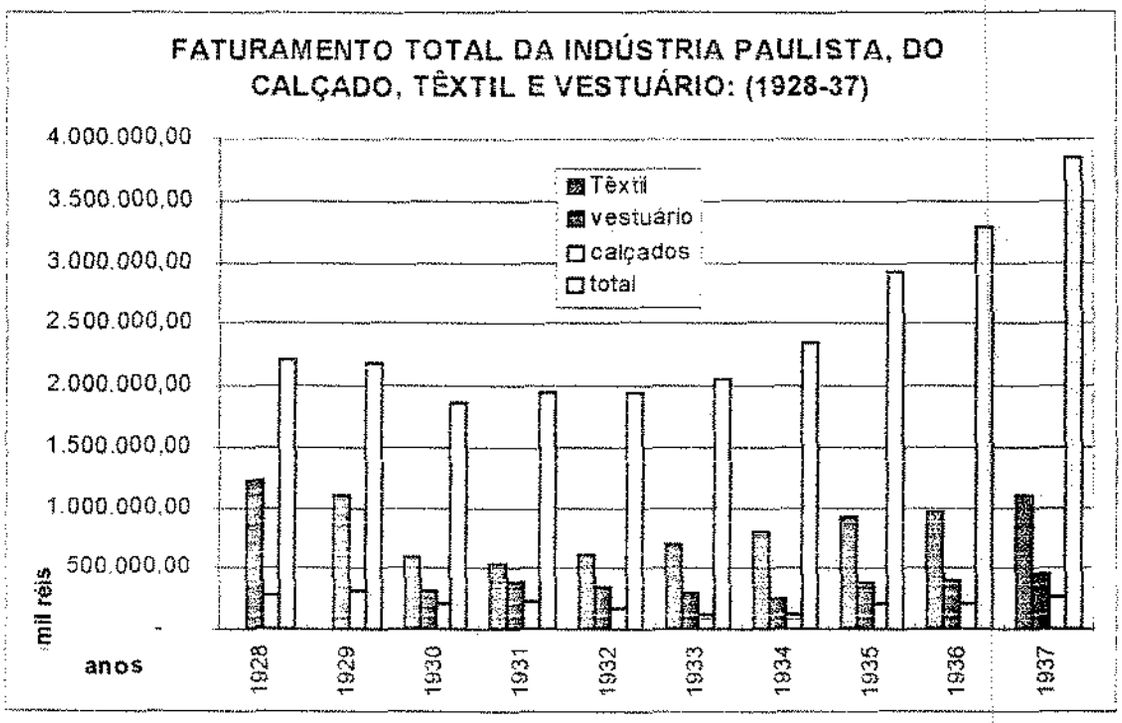


GRÁFICO nº 22

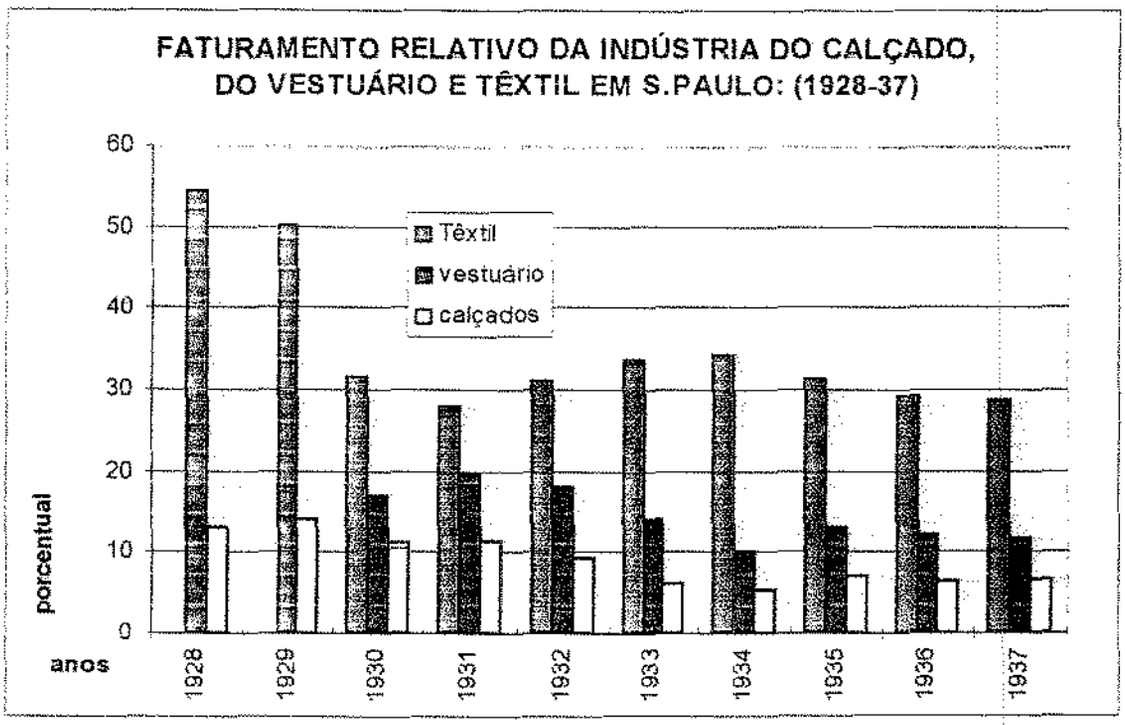


GRÁFICO nº 23

QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO CALÇADISTA NO ESTADO DE SÃO PAULO (1900-1937)

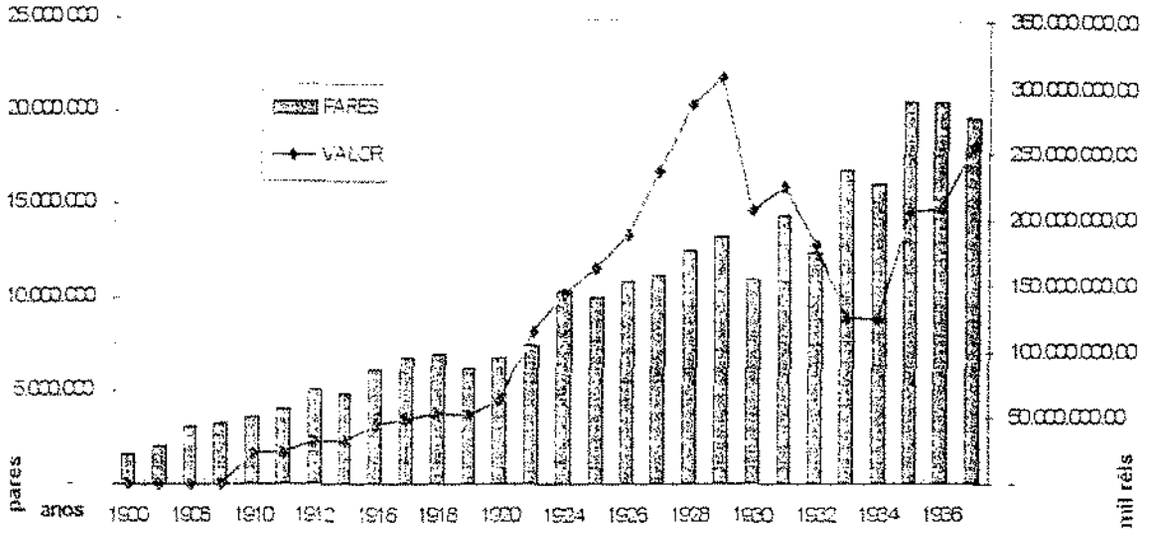


GRÁFICO nº 24

QUANTIDADE E PREÇOS DOS CALÇADOS PRODUZIDOS NO ESTADO DE S.PAULO: (1900-37)

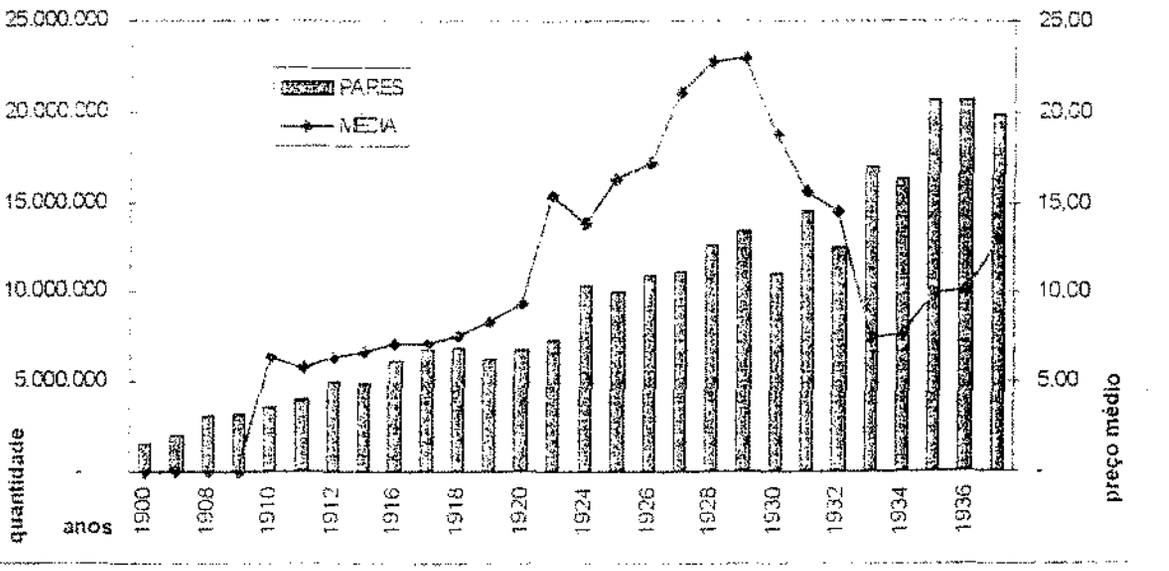


TABELA nº 13
QUANTIDADES E VALORES DOS CALÇADOS PRODUZIDOS NO ESTADO DE S.PAULO: (1900-37)

ANOS	PARES	VALOR(*)	MEDIA
1900	1.600.000		-
1905	1.980.000		-
1908	3.083.056		-
1909	3.257.817		-
1910	3.608.287	23.061.598,00	6,39
1911	4.000.542	23.005.401,00	5,75
1912	5.058.809	31.910.061,00	6,31
1915	4.865.021	32.482.094,00	6,68
1916	6.176.007	43.976.392,00	7,12
1917	6.806.984	48.482.418,00	7,12
1918	6.969.832	52.802.055,00	7,58
1919	6.218.406	51.842.897,00	8,34
1920	6.755.896	63.458.116,00	9,39
1923	7.383.569	113.569.244,00	15,38
1924	10.330.914	143.294.833,00	13,87
1925	10.035.687	163.371.680,00	16,28
1926	10.948.286	188.347.575,00	17,20
1927	11.203.604	236.307.354,00	21,09
1928	12.579.632	285.896.598,00	22,73
1929	13.369.220	307.732.589,00	23,02
1930	11.045.311	207.400.272,00	18,78
1931	14.462.537	225.465.945,00	15,59
1932	12.460.003	180.287.921,00	14,47
1933	16.920.070	126.379.291,00	7,47
1934	16.250.845	124.480.349,00	7,66
1935	20.676.436	206.106.238,00	9,97
1936	20.648.352	208.892.155,00	10,12
1937	19.858.367	256.219.115,00	12,90

(*) Para efeito de leitura dos valores monetários 1.000,00 representa 1:000$000
SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Boletim da Directoria de Industria e Commercio. 2ª serie/ jan.:nº1, 1911, p.16.
Idem. 4ª serie/ jan.:nº1, p.5 e mai.:nº 5, 1913, p.167-168.
Idem. 12ª serie/ jan.:nº1, 1921, p.5.
Idem. 16ª serie/ dez.:nº12, 1925, p.253/261.
Idem. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo, Directoria de Estatistica, Industria e Commercio; Secção de Industrias. Estatitstica Industrial do Estado de S.Paulo: (1928-1937). 10 V. São Paulo: Divs. Editores, 1930-1939.

Dentro desse conjunto, após 1935, a indústria do calçado foi se recompondo, de modo que passava a ser mais expressiva quantitativamente a presença de produtos como o tênis, a sandália, o tamanco e, não menos importante para os objetivos desse trabalho, os sapatões ou botinões. Isso, contudo, não invalidava o fato de os calçados feitos em couro - agora segmentados por sexo e por faixa etária - serem aqueles que representavam cerca de ¾ do faturamento da indústria.

Nesse contexto explica-se o fato de, após 1934, as pequenas fábricas existentes em Franca terem apresentado uma surpreedente capitalização, que saltava de 637.000:000$000, em 1934, para atingir os 1.450.000:000$000, em 1937. Esse fortalecimento da indústria francana ocorreu paralelamente ao enfraquecimento que foi sentidode forma mais aguda em outras cidades do Interior paulista, principalmente em Ribeirão Preto e Rio Claro. É óbvio que as grandes empresas e as de porte médio da Capital, e por isso mesmo mais preparadas para essas mudanças, não experimentaram quebras de continuidade muito bruscas, mesmo que isso possa ser verificado para um conjunto mais amplo que inclua as pequenas empresas da Capital e do Interior.

Ainda assim, nem na Capital e nem no Interior, apesar dos montantes de capitais investidos na indústria em todo o Estado terem subido em 1934-1935, em nenhum local verificou-se um incremento de mais de 100%, como o realizado em Franca, com a ampliação de fábricas já existentes.

O que ocorreu, em geral, foi o surgimento de um maior número de pequenas fábricas no Interior ao lado de um recuo de algumas de porte médio, o caso mais expressivo foi o da Cia. Calçados Flora, de Rio Claro - a qual desapareceu e proporcionou o surgimento de outras empresas de menor porte na cidade, que ao que parece não sobreviveram à década de 1940. Um outro centro emergente foi a cidade de Limeira; coincidentemente, as fábricas de Limeira, em especial a Albino Buzolim, estavam produzindo um produto barato e amplamente aceito no mercado: as sandálias de couro.

Essa realidade mostrava, ainda, que as condições de sobrevivência das fábricas paulistanas estavam dadas, mas a reprodução do setor com base na Capital paulista não estava garantida.

O que acontecia em Franca era algo parecido com o que ocorria em Limeira; sua especialidade, entretanto, eram os sapatões, os "brogós" ou botinões -, calçados grossos, feitos com couros de curtimento não muito especializado - os atanados e abufalados. Eram um tipo de calçado cujo mercado consumidor localizava-se predominantemente na população rural de cidades interioranas do Estado de São Paulo, Triângulo Mineiro e Goiás. Portanto, também tratava-se de um calçado destinado a um segmento especifico.

As botinas feitas em Franca tornaram-se conhecidas pela sua durabilidade, especialmente para o trabalho no campo. Eram confeccionadas com sola de couro, atada a uma entressola feita de retalhos de couro juntados numa massa de "grude" - cola de polvilho e limão - e a um forro de atanado. Ambos: sola, entressola e forro eram costurados ao cabedal de couro - parte superior do calçado, sendo o salto pregado com pregos de latão, pois os de ferro oxidavam-se em contato com fezes e urina de gado na lida em currais - o que era indesejável. Tanto o prego de ferro, como um forro à base de papelão foram experimentados na fabricação de botinas ainda mais baratas, mas, em determinado momento, isso trouxe, repentinamente, sérios prejuízos à fama do calçado de Franca[26].

As botinas dispensavam as viras, os ilhoses e cadarços, bem como as complicadas costuras que existem noutros tipos de calçado, pois eram um calçado cujo uso restringia-se à fixação do pé dentro dele por meio de elásticos laterais situados na altura do tornozelo e oportunamente distendidos no ato de calçar. Um outro método, de construir a parte de fixação do calçado, também barato mas não tão difundido e que exprime a necessidade de barateamento do produto, foi utilizado quando empregou-se o uso de botões atados à lateral da botina, de modo que estes se abotoavam a uma pala que vinha cruzando o alto do pé desde a lateral oposta[27].

Mesmo fabricando em grande escala os sapatões, a cidade não deixou de produzir os calçados finos e caros. O que as fábricas de Franca não conheciam eram as tecnologias de vulcanização empregadas pela São Paulo Alpargatas no fabrico de tênis, galochas e botas de borracha. Todavia, o que se quer salientar é o fato destes calçados - tanto finos, quanto funcionais - estarem sendo produzidos em maior escala na Capital, exceto, é claro, as botinas. Posteriormente, ainda em um tempo em que a cidade preparava-se para vir a ser a "Capital do calçado", uma nova adaptação foi feita às botinas: as solas de couro foram sendo substituídas por retalhos de pneus usados, cortados e moldados na forma de uma sola de pneu, diminuindo, assim, em

---

[26] **Costa**, Alfredo Henrique. Contribuição ao estudo da história da indústria do calçado de Franca: suas bases artesanais e o impacto tecnológico. Anais do III simpósio dos professores universitários de história. Franca: FFCLF, 1965, p.584.

[27] O autor deve essas informações ao advogado Dorival Limonta que, tendo, na adolescência, iniciado sua vida de trabalho em Franca, exerceu o ofício de sapateiro. Confirmou, ainda, a presença de operários que produziam calçados finos com um tipo de couro chamado "bezerro-cromo" em bases tipicamente artesanais, sendo os oficiais predominantemente de origem italiana.

grande parte, a quantidade dos couros e conferindo maior resistência ao calçado frente à umidade.

GRÁFICO nº 25

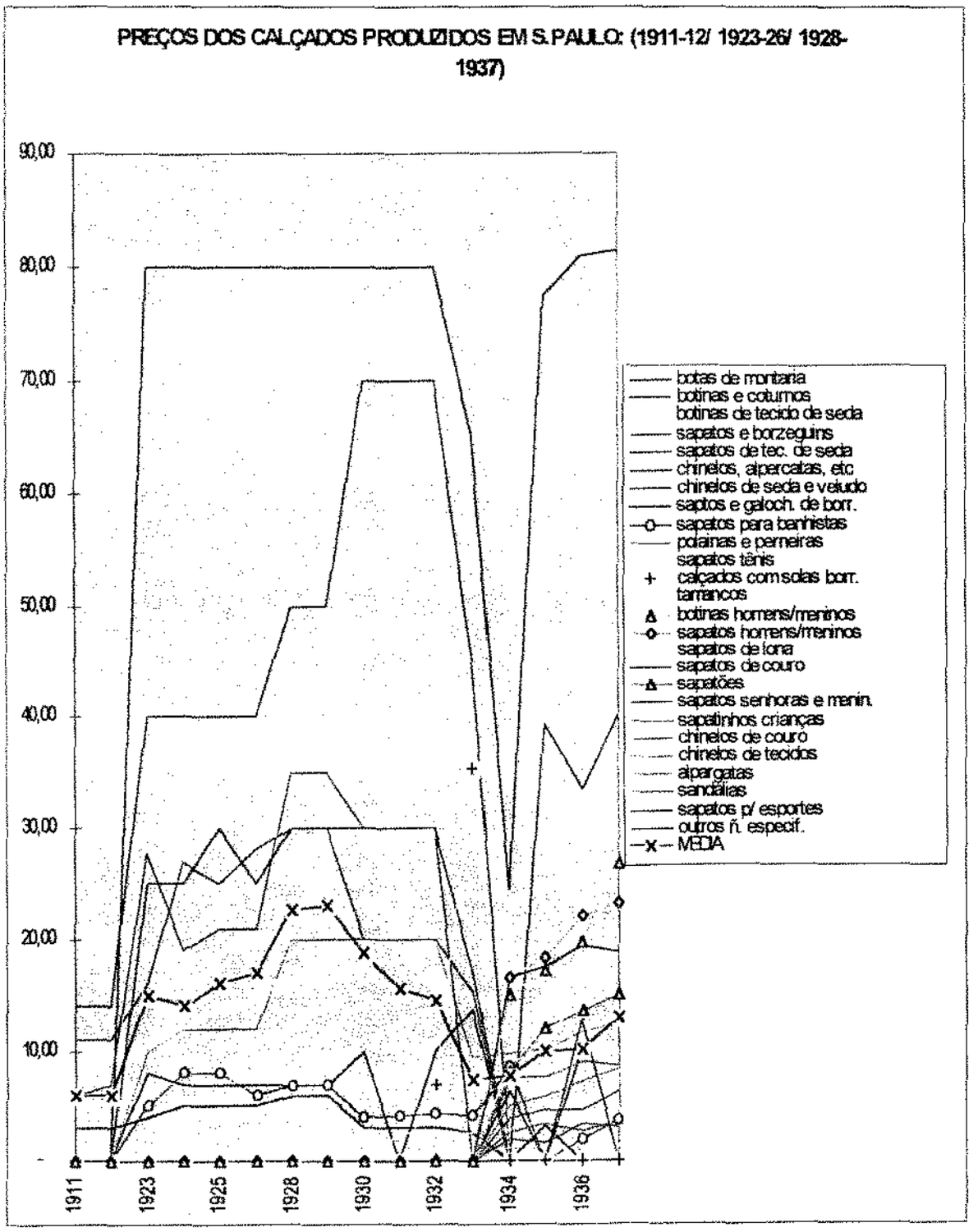
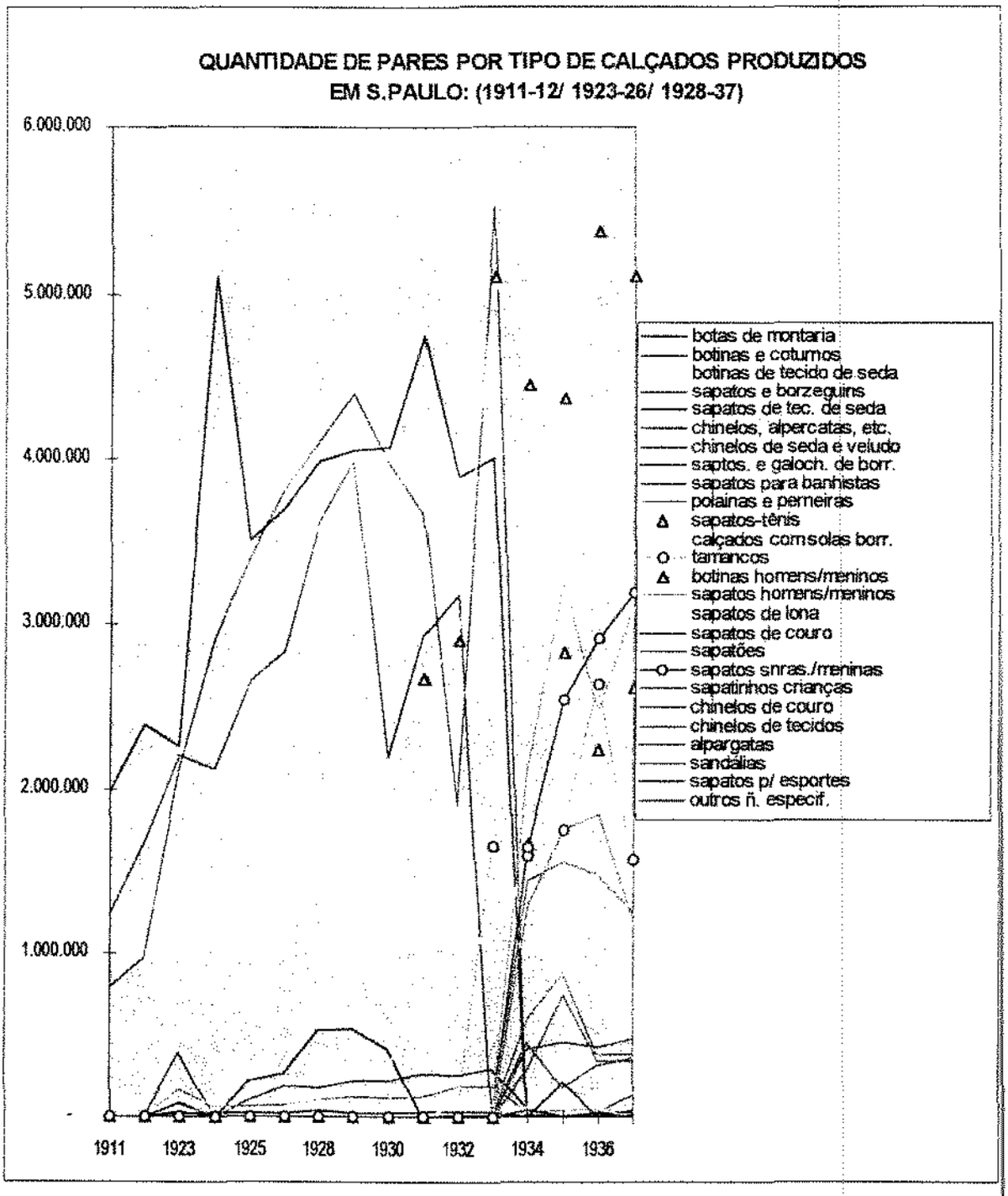


GRÁFICO nº 26



Capta-se, aqui, a indústria francana de calçado no momento de sua diferenciação; posteriormente ela foi incrementada e recuperou sua competitividade dentro do setor frente a outros segmentos. Todavia as acomodações verificadas em Franca deviam-se a condições de reprodução forjadas na própria cidade - já elucidadas no princípio do presente capítulo. Embora os chamados sapatões não

fossem exclusivamente o que se produzia na cidade, pode-se afirmar que perfaziam a maior parte da produção. Não obstante, seus preços estavam algo em torno de 15 a 30 % acima dos preços médios e 30 a 40% abaixo dos preços daqueles calçados mais finos a que visavam substituir - as botinas e sapatos para homens e meninos.

A realidade estava a indicar que as condições de lucratividade da indústria francana eram muito superiores ao que se verificava nos outros centros produtores do Estado, notadamente na Capital, a despeito das defasagens na dimensão das fábricas, na quantidade produzida e nos montantes de capitais investidos. Pois estava competindo com um setor em plena queda de lucratividade, dadas as rigidezes de preços no mercado de consumo do bem e as de custos que se verificavam na matéria-prima, como visto, por meio do aparecimento de calçados confeccionados à base de tecido e, como se verá adiante, na análise do mercado de couros.

Assim, pode-se afirmar que os 593 mil pares de sapatões produzidos em 1934 e os 881 mil produzidos em 1935, gerando um faturamento de 4.765:468$000 e de 10.575:291$000, respectivamente, eram quase que exclusivamente produzidos em Franca e estavam gerando renda necessária para os investimentos ou mesmo para contornar algum provável endividamento.

Outras restrições, talvez mais agudamente sentidas noutros centros produtores e principalmente na Capital, deviam-se ao fato da indústria de calçados ser uma atividade de trabalho intensivo e isso, por si só, já indicava problemas tanto com a organização fabril, quanto com a remuneração de trabalhadores, ainda mais em um mercado que multiplicava os postos de trabalho pelo incremento de outros setores, como se verificou daquela época em diante na Capital paulista, com o início do chamado fenômeno da metropolização.

Portanto, a rigidez de custo do ponto de vista da fabricação dos botinões francanos, obviamente existente, era menor proporcionalmente aos preços alcançados pelo produto no mercado. Essa condição, com certeza, perdurou quando as fábricas existentes na cidade passaram a competir no segmento de calçados masculinos. Isso exigiu novos investimentos e, sobretudo, a adequação das empresas à produção para segmentos específicos de mercado. Era uma nova realidade que se impunha e, uma empresa, muito dificilmente, sobreviveria por muito tempo produzindo calçados para homens, mulheres e crianças, ou ainda produzindo sapatos esportivos, profissionais e

sociais de forma concomitante. Essa estrutura de fabricação que era comum às empresas do setor. Havia, entretanto, vantagens para aquelas que, como as incipientes fábricas de Franca, iniciavam com mais flexibilidade voltadas para um segmento de mercado.

Essa adequação ao mercado do calçado, saliente-se entretanto, ocorria de forma virtuosa em Franca. Mas havia uma outra acomodação, de proporções e significado muito mais amplos e profundos. É o que se entrevê do depoimento feito por Rafael Puglia Fº a Alfredo Henrique Costa em outubro de 1965:

> " Então [1936], a firma A. Lopes de Mello tentou uma saída heróica: a maquinização de sua fábrica. Adquiriu, corajosamente, um equipamento de 17 máquinas de procedência alemã, destinadas a reduzir ao mínimo possível as despesas ... graças a um aumento substancial na produtividade. Aí aconteceu o imprevisível: uma organização norte-americana se dispôs a comprar todo o maquinário alemão recém-chegado, para destruí-lo. Em compensação, forneceria o concorrente ianque máquinas novas, de alto rendimento, mediante simples aluguel e com garantia de assistência técnica permanente. Concluído o acôrdo e instalado o nôvo equipamento, a produção da fábrica 'saltou' para 500 pares diários, então a maior da cidade.
>
> O exemplo foi pouco depois seguido pelo industrial João Palermo, logo mais por outros fabricantes, até que a II Guerra Mundial, interrompendo as importações, diminuiu o ritmo renovador do importante ramo." (Sic)[28].

A informação colhida por Costa é plenamente consistente, como pode ser observado nos Anexos. A Estatística Industrial de S.Paulo indicava sucessivos aumentos de capital para a empresa A.Lopes de Mello em 1935 e 1936, João Palermo também segue a tendência em 1937. Talvez estivesse nesse mesmo rumo a empresa de Pedro Spessoto, já que nesta também verificou-se expressivo aumento de capital. Portanto, pode-se afirmar: imediatamente nos anos de 1936 e 1937 os fabricantes de calçados da cidade já estavam competindo no segmento de sapatos para homens. Como se verifica nos Gráficos nºs 25 e 26 este era um segmento que estava experimentando incremento tanto na quantidade produzida, quanto em preços praticados no mercado.

---

[28] **Costa**, Alfredo Henrique. *Op.cit.* p.584-585. (Grifos nossos). A vaga informação sobre a empresa americana esclarece-se pela identificação da presença da *United Shoe Machinery* no Brasil desde a primeira década do presente século e pela gradual transformação da *Clark* em exportador de tecnologia e maquinário.

Conclui-se, em uma apreciação mais ampla, que a esse repentino arranque da indústria do calçado de Franca estavam associados, além das condições peculiares da cidade - aspecto que será desenvolvido um pouco mais no presente capítulo; 1) - as dificuldades no equacionamento microeconômico de outros centros produtores - notadamente na cidade de São Paulo - e 2) - o fato de persistirem os ecos de uma disputa já identificada desde o princípio do século e elucidada no presente estudo - entre os produtores americanos e europeus dos bens de capital necessários à indústria do calçado. Retenha-se, uma vez mais, que as empresas americanas suplantaram temporariamente a tecnologia européia do fabrico de calçados no Brasil, fornecendo maquinário por meio de *leasing*.

CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA COUREIRA.

A atividade coureira, de uma certa forma, esteve sempre relacionada à disponibilidade de peles para o curtimento; esta, por sua vez, relaciona-se diretamente ao abate de animais. Essas são condições mais facilmente preenchidas nas regiões para as quais a presença do gado bovino é de importância significativamente maior.

Até o final da década de 1900 e princípio da de 1910, há uma nítida correlação entre abate de gado bovino, origem dos rebanhos e destino de consumo das carnes. Isso devia-se, sobretudo, ao fato serem escassas as possibilidades de conservação do produto, pois o primeiro frigorífico paulista foi o chamado Matadouro de Osasco, da *Continental Products C°.*, que começou operar em 1913 e concluiu suas instalações em 1915. Até então, a conservação de carnes ficava predominantemente por conta dos saladeiros ou charqueadores, fato que condicionava uma certa pulverização no abate.

Entre 1908 e 1910, as cidades paulistas que mais abateram gado bovino foram, pela ordem, a Capital, Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Piracicaba, Sorocaba, Jundiaí, Rio Claro e São Carlos. Todas estas cidades abatiam mais de 2 mil cabeças ao ano. São Paulo abateu, no período, uma média de 65 mil cabeças anuais, Santos atingiu uma média de 19,5 mil abates e Campinas abateu uma média de 7 mil cabeças. Ribeirão Preto atingiu uma média de 5,3 mil, enquanto Piracicaba e Sorocaba atingiram, respectivamente, uma média de 3,1 e 2,8 mil cabeças ao ano.

Os abates em São José dos Campos eram inexpressivos. Todavia, nas cidades de Bragança, de Guaratinguetá, de Lorena e de Taubaté mantinha-se uma média anual de abates entre 1 mil e 1,5 mil cabeças. Por outro lado, encontravam-se outras cidades espalhadas pelo Interior e que mantinham uma média superior às mil unidades abatidas. Tal era o caso de Botucatu, Cravinhos, Franca, Itú, Mocóca, São Manoel e Sertãozinho[29]. Note-se que a presença de Franca, Cravinhos, Sertãozinho e Mocóca faziam incrementar o abate na região de Ribeirão Preto numa quantidade em torno de outras 5 mil cabeças anuais.

A presença de Barretos no abate bovino só passou a ser destacada com os primeiros carregamentos de carne congelada em 1913-1914, com a inauguração da Companhia Frigorífica Pastoril. Isso, contudo, não alterou drasticamente as estatísticas encontradas em São Paulo relativas à exportação de couros.

TABELA nº 14
EXPORTAÇÕES DE COUROS EM SÃO PAULO: (1908-9/1913-19)

	QUANT.KG	VALOR MIL REIS
1908(*)	386.000	193.492,00
1909(*)	399.092	230.149,00
1913(**)	2.352	24.740,00
1914(**)	23.860	238.600,00
1915(**)	43.583	930.436,30
1916(**)	94.866	2.640.888,90
1917(**)	93.270	3.337.817,00
1918(**)	166.966	5.749.457,50
1919(**)	191.142	9.248.192,00

(*)SÃO PAULO, Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Boletim de Agricultura. 10ª Série, Jan. Nº 1, anno de 1909. São Paulo: s/ed. 1909. p.1049.
(**)*Idem*, Secretaria da Fazenda e do Thesouro do Estado de São Paulo. Balanço do exercício de 1919 e annexos: Relatorios da contadoria do Estado. Relatoria da Contadoria do Estado, Quadros Retrospectivos. São Paulo: Garraux, 1920. p.12
(#) Para efeito de leitura da tabela 1.000,00 corresponde a 1:000$000.

Antes pelo contrário, pois houve no Estado uma diminuição das quantidades exportadas do produto durante a maior parte da I Guerra Mundial, se comparadas às quantidades do final da década de 1900. A Tabela nº 14 mostra que, a partir de 1915, entretanto, houve um desproporcional crescimento nos valores exportados. Isso indica que houve também um aumento nos preços dos couros para exportação, ou

[29] **São Paulo**. Repartição de Estatistica e Archivo do Estado. Annuario Estatistico de São Paulo (Brasil) - 1910: estatistica economica e moral. São Paulo: Duprat & Cº. 1912. Relatorios da Contadoria do Estado. Quadros Retrospectivos. Parte I. p.8-13.

seja, passaram a ser predominantemente couros curtidos e não mais courama, couros secos ou semi-curtidos. Ao lado desse movimento, houve um maior emprego do produto no mercado interno.

Concomitantemente ao surgimento dos maiores empreendimentos na área de abate de gado e de carnes industrializadas, surgiram curtumes que passaram a aproveitar as peles e transformá-las com vistas a atender, predominantemente, o mercado interno. Isso depreende-se do fato de terem, no período, aumentado as exportações paulistas de animais e seus derivados, mas não ter havido aumento nas exportações de couros.

> "... a exportação de nossos animaes e seus productos quasi quadruplicou durante a guerra, alçando seu coefficiente médio á 15,61% quando antes esse coefficiente era apenas de 4,6%."(Sic)[30].

Interessante notar que os couros representavam, na maioria das vezes, o segundo produto de exportação do Estado de São Paulo. Para o ano de 1919, enquanto o café recolhia um imposto de exportação de 348.213:329$000, os couros recolhiam 9.248:192$000. O café representava 96,6% da arrecadação com aquele imposto, as exportações de couros representavam 2,6% do total arrecadado[31]. Embora as desproporções fossem acentuadas, deve-se, com isso, aquilatar a importância da atividade dentro de uma cadeia produtiva voltada para o mercado interno, já que estava diretamente associada ao aproveitamento de um subproduto da atividade de abate, em expansão. Esta se desenvolvia, por questões estratégicas do capital internacional ligado à atividade de alimentação, em uma conjuntura de guerra.

De outro ponto de vista, pode-se conjeturar que a atividade de curtimento pode ter sofrido algum tipo de restrição durante a guerra, especialmente naqueles investimentos em que o processo dependia de matéria-prima importada, como o cromo de origem alemã. Era o caso específico do Curtume Cubatão, incrementado

---

[30] **Pestana**, Paulo R. Commercio do Brasil e de S.Paulo: antes e depois da guerra mundial. In: **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Boletim da Directoria de Industria e Commercio. 12ª Serie, Jul-Ago nº7 e 8, anno 1921. São Paulo: Typ. Brasil, 1921, p.232.

[31] **São Paulo**. Repartição de Estatistica e Archivo do Estado. Annuario Estatistico de São Paulo (Brasil) - 1910; *Op.cit.* p.12.

por Elias Motta, em Franca, no ano de 1913[32], bem como o do Água Branca, localizado na Capital. Outros curtumes, porém, ainda dependentes de processos mais tradicionais de curtimento, e os próprios acima citados, contornaram o problema valendo-se de substâncias que demandavam um tempo maior de curtimento:

> "Como substancias curtidoras são utilizados o tanino nacional e estrangeiro, o barbatimão, o mangue e outras cascas de madeiras nacionais e o quebracho importado da Argentina." (Sic)[33].

O que se conclui neste quesito é que as limitações impostas pela dificuldade de importação de matéria-prima, especialmente de produtos químicos, não deve ter afetado significativamente a atividade de curtimento por dilatado espaço de tempo. Pois o setor parece ter demonstrado flexibilidade e agilidade na recomposição de processos fabris que se mantiveram até a década de 1930.

Pondera-se, ainda, duas condições que afetaram a localização dos abatedouros, bem como dos curtumes. O primeiro é o fato de a Cia. Mogiana estar drenando o rebanho bovino de Franca e região para ser abatido em São Paulo - notadamente após sua consolidação na área da antiga Ferrovia Sul-Mineira.

> "O matadouro de Osasco recebe qualquer partida de gado em qualquer estação da Estrada de Ferro Mogyana, só exigindo a condição de que o pagamento será feito segundo o peso verificado nas balanças do matadouro" (Sic)[34].

O outro indicava em outro sentido, pois:

> "A entrada do gado oriundo do Triangulo Mineiro e Sul de Goyaz faz-se atravez do Rio Grande, pelo porto Antonio Prado, onde ha regular serviço de travessia estabelecido pela Companhia Paulista...
>
> No município de Barretos, a Companhia Frigorifica e Pastoril, com capital de 5 mil contos, adquiriu para seu matadouro frigorifico a área de 427

---

[32] **Revista O Commércio da Franca**. "Major Elias Motta: pioneiro da indústria do couro em Franca". Franca. 1956. p.132.

[33] **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: correspondente ao anno de 1928. *Op.cit.* p.46.

[34] ***Idem***. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Boletim: da Directoria de Industria e Commercio. 6ª serie. Mar-Abr. nº 3 e 4, anno 1915. São Paulo: Brasil de Rothschild. 1915. p.153.

> alqueires, ... e, em S. José do Rio Preto, mais 27.000 alqueires, para invernadas. Também é proprietária no município a 'Northern Camps C° Ltd.', que adquiriu uma fazenda por 500 contos.
>
> A 'Brazil Land Cattle and Packing Company' se consagra á creação em grande escala, numa fazenda situada na zona da Estrada de Ferro Sorocabana" (Sic)[35].

Portanto, a presença de frigoríficos em São Paulo, Barretos e do Matadouro Modelo da Municipalidade de Santos explicam o desenvolvimento da atividade coureira na Capital, em Franca e na Baixada Santista. Curtir couros em Franca, entretanto, foi um negócio que só projetou-se definitivamente quando Carlos Pacheco de Macedo e Josef Marx remodelaram o Curtume Progresso, em 1920. Nas cidades de Santos, de São Vicente e de Cubatão, a atividade existente experimentou queda no final da década de 1920 e primeira metade da de 1930, com transferência de empresas para outras localidades. Ver Anexos.

Os maiores curtumes localizados na Capital seriam beneficiados, ainda durante a década de 1920, com ampliações ocorridas no setor de carnes frigorificadas. Apareceu o Matadouro da Lapa, de propriedade da *Cia Armour* e o Matadouro de Santos deixou de ser propriedade municipal para tornar-se a Cia. Frigorifica de Santos[36]. Estes eventos reforçaram o destaque da cidade de São Paulo no setor coureiro e, de certa forma, privilegiou o desenvolvimento posterior dos curtumes de Campinas e região.

Dentro desse panorama é que os dados referentes a curtumes, nas Estatísticas Industriais de 1928 a 1937, tornam-se capazes de retratar aquele ramo de indústria.

Pode-se verificar que a presença do setor coureiro no conjunto da produção paulista não ultrapassou os 2,5% e nem caiu abaixo dos 1,7% do faturamento total. Dentre as atividades do setor de produção de bens intermediários, a indústria do couro não apresentou crescimento na participação relativa, como apresentaram os setores da indústria química e da indústria metal-mecânica. Embora possa ser

---

[35] **Pestana**, Paulo R. A industria pastoril no Estado de S.Paulo. In: **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Boletim: da Directoria de Industria e Commercio. 5ª serie, Fev/ nº 2, anno 1914, p.59-60.

[36] ***Idem***. Os matadouros frigoríficos em 1926. In: **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Boletim: da Directoria de Industria e Commercio. 17ª serie, Dez/ nº 12, anno 1926, p.253-254.

verificado o aumento absoluto de faturamento daquela indústria, ocorrido em 1936 e 1937, este estava diretamente relacionado a uma recuperação nos preços associados ao aumento da quantidade produzida, como pode ser conferido observando-se a Tabela nº 15 e os Gráficos nºs 28 e 30.

É relativamente difícil precisar os efeitos da Crise de 1929 sobre a indústria coureira, pois uma contagem de quantidades transacionadas, que permitisse equacionar preços e volumes de produção só aparecereu em 1930. Ainda assim, não há uniformidade nas medidas para os mesmos produtos durante um período; alguns produtos são mensurados em pés, outros em quilos e outros em unidades, havendo mudança na unidade de medida de um mesmo produto no período analisado. É o caso da solas e meios de solas que são, ainda hoje, produtos comercializados por peso, enquanto os pelegos e outros artigos de couros para adorno e forros se comercializavam por unidades; além disso, para o ano de 1930, todos os dados apareceram mensurados em unidades. Fica, portanto, dificultada, mas não invalidada, uma apreciação geral, porque a maioria dos produtos existentes no mercado eram comercializados em pés - medida de área estabelecida por meio de um instrumento denominado curvímetro.

Contudo, parece que os efeitos foram sentidos muito mais do ponto de vista da queda na quantidade produzida do que do ponto de vista da oscilação dos preços, pois durante o período mais agudo da Crise, entre 1931-1932 e 1933-1934, quando se verificou uma significativa queda nos preços em torno de 13 e de 4,5%, respectivamente, verificavam-se oscilações na produção da ordem de 17 a 22%.

Mesmo que esses efeitos tenham se cumulado, proporcionando quedas no faturamento da ordem de 42%, como a verificada entre 1929 e 1930, é plausível argumentar sobre a hipótese de ter havido uma certa resistência a uma queda generalizada nos preços dos couros.

Em 1933, houve uma queda de 15,7% na quantidade produzida, mas os preços médios subiram 10,9%, verificando-se uma relação inversa. A partir de 1935, tanto preços quanto quantidades produzidas experimentaram recuperação. Ocorre, entretanto, que no mesmo ano e em 1937 as elevações nos preços eram mais que proporcionais em relação ao aumento na quantidade produzida.

TABELA nº15
FATURAMENTO TOTAL DA INDÚSTRIA PAULISTA, DE CURTUMES, METAL-MECÂNICA E QUÍMICA: (1928-1937)(*)

	metal-mecânica	química	curtumes	total
1928	149.856,97	214.662,41	54.007,00	2.216.731,76
1929	135.448,36	223.968,97	52.393,53	2.177.022,65
1930	162.556,42	164.253,96	44.438,73	1.864.294,82
1931	271.692,25	176.310,11	43.998,08	1.954.142,32
1932	217.929,55	184.857,29	48.610,95	1.944.987,54
1933	261.677,81	144.144,14	40.970,49	2.060.363,47
1934	343.705,33	184.341,84	40.309,18	2.346.699,22
1935	393.469,11	254.044,51	67.332,87	2.918.657,94
1936	473.351,63	311.804,62	80.968,73	3.279.603,39
1937	584.601,69	444.084,12	76.298,13	3.851.878,09

(*) **SÃO PAULO**, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: (1928-1937). 10 v. São Paulo: divs. editores, 1930-1939.
(**) Variação no Custo de Vida (Rio de Janeiro), base 100 para 1929 = 1928/100,8 - 1929/100 - 1930/90,9 - 1931/87,7 - 1932/88,0 - 1933/87,2 - 1934/94,1 - 1935/99,2 - 1936/109,2 - 1937/122,6
(***) Deflator do PIB, base 100 para 1929 = 1928/103,7 - 1929/100 - 1930/87,6 - 1931/78,1 - 1932/79,3 - 1933/77,7 - 1934/82,6 - 1935/86,5 - 1936/87,9 - 1937/ 93,6
Ver **GOLDSMITH**, Raymond W. Brasil 1850-1984: Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação. São Paulo: Harper & Row, 1986. p.158. Tabela IV-7 - Variações de Preços, 1913-1945.
(****) Valores em mil réis 1.000,00 = 1.000:000$000
(*****) Em 1928 e 1929 a indústria química engloba a dos curtumes.

GRÁFICO nº 27

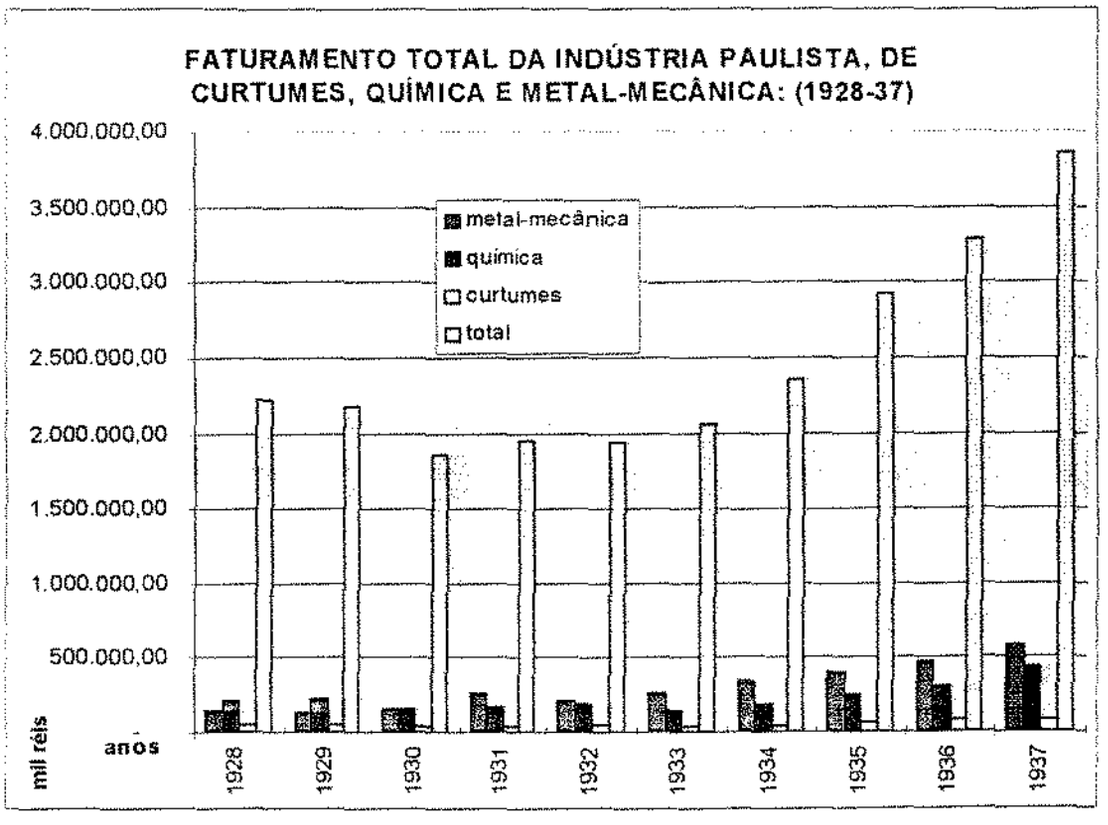


GRÁFICO nº 28

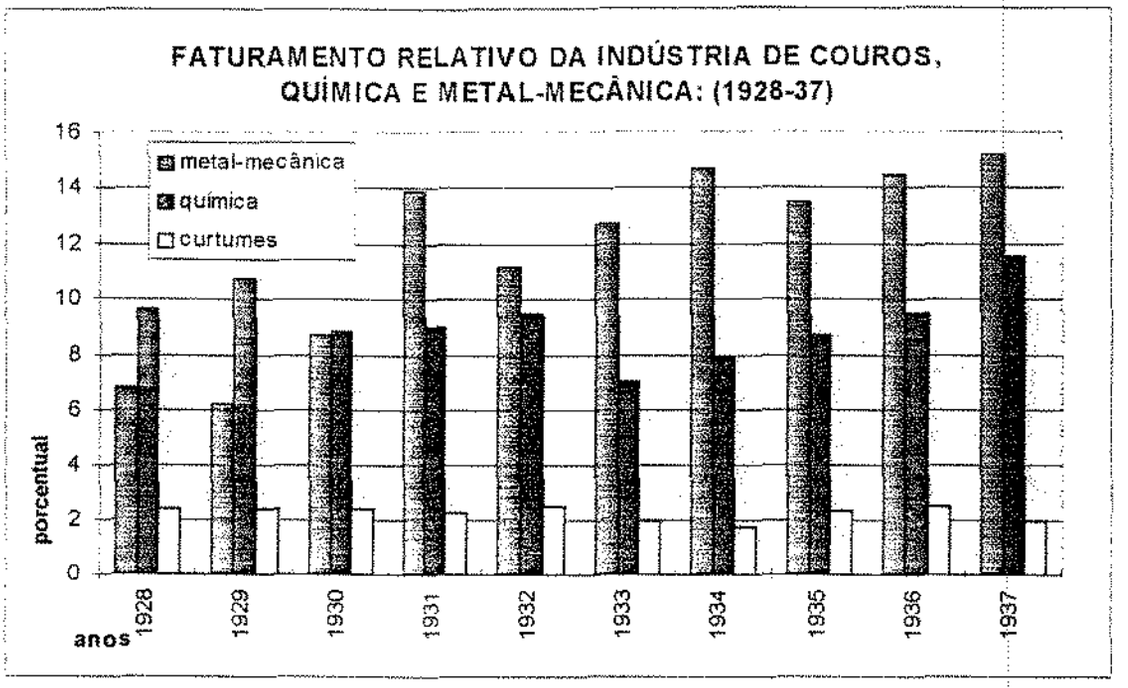


GRÁFICO nº 29

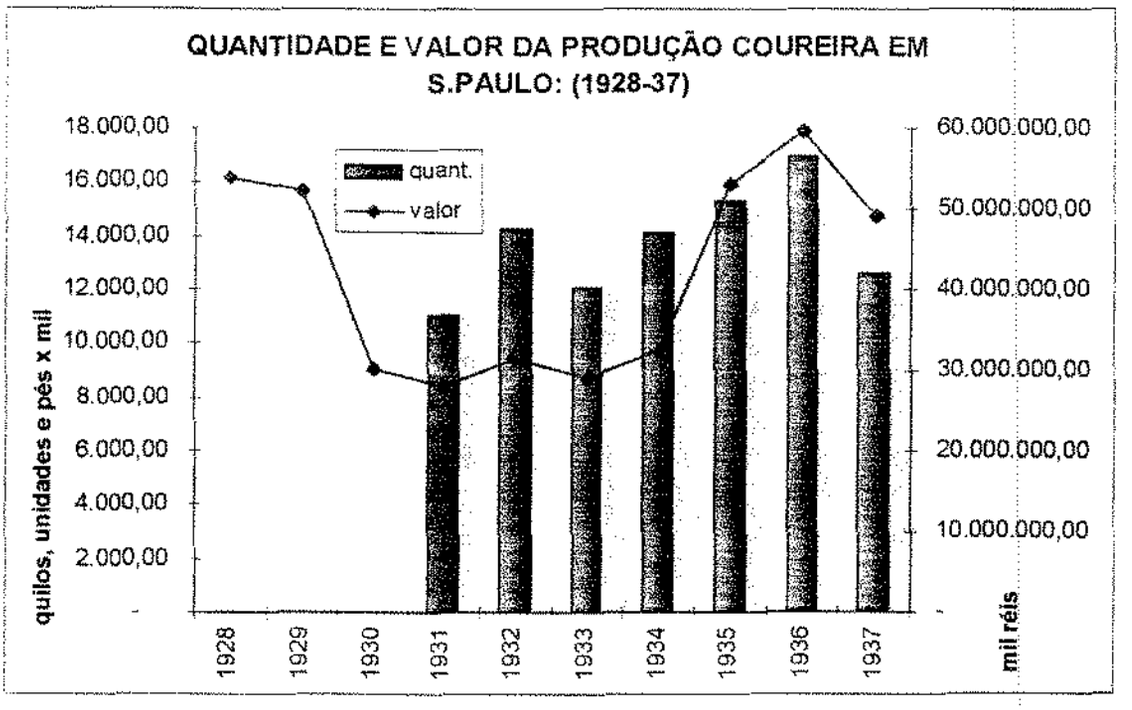
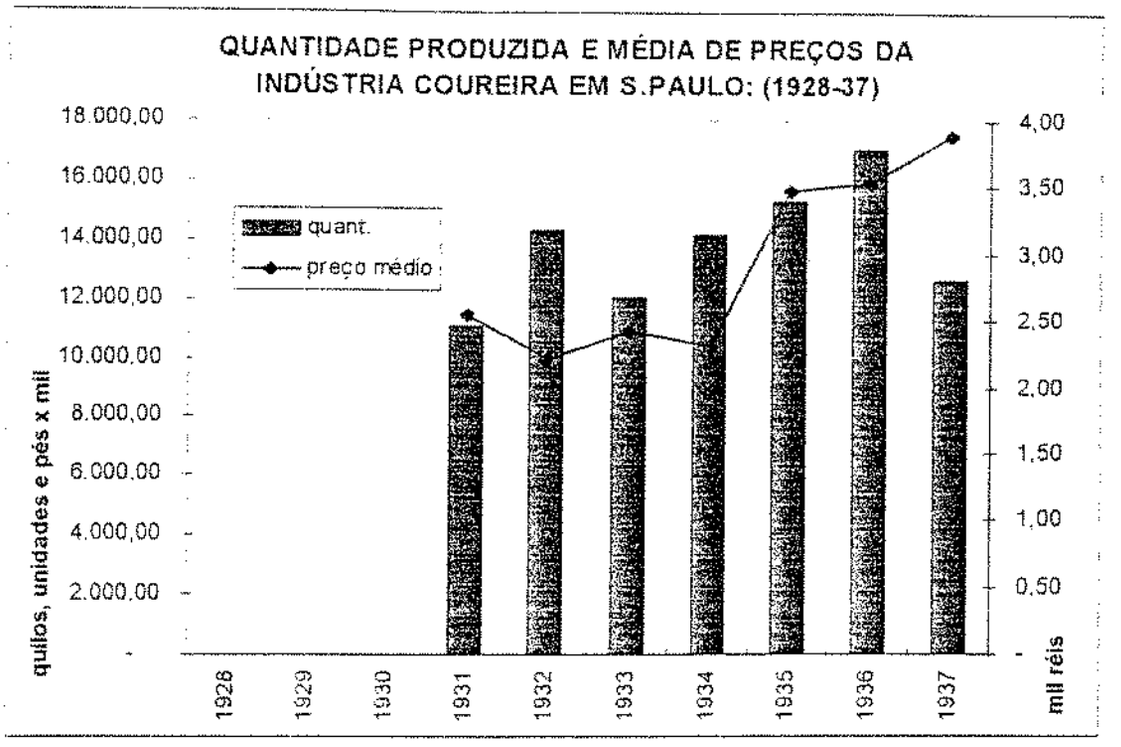


GRÁFICO nº 30



Do ponto de vista dos produtos produzidos pela indústria coureira, destacavam-se nas quantidades produzidas as vaquetas simples e em cromo, bem como as solas e meios de solas. Do ponto de vista dos preços, os produtos mais caros eram as pelicas, as carneiras e as peles de bezerro curtidas em cromo. Do ponto de vista do volume de faturamento lideravam as solas e as vaquetas, indicando a importância desses produtos na confecção de calçados; era significativa também a participação das pelicas e das carneiras, mas tal importância residia no fato de serem produtos bastante caros em relação aos demais.

No conjunto, não se pode afirmar que a Crise de 1929 tenha modificado drasticamente a matriz produtiva dos curtumes, havendo uma certa imutabilidade dos produtos oferecidos; as variações significativas ocorreram apenas na composição das quantidades relativas de cada um dos tipos de couros de ano para ano. Não houve, como na indústria do calçado, uma modificação substancial na grade dos produtos oferecidos. Isso talvez decorresse de uma relativa rigidez na queda dos preços, ao lado de uma visível elasticidade na sua elevação, como se verifica na observação do Gráfico nº 31.

A resistência na queda dos preços internos do couro explicava-se pelo maior envolvimento da atividade em negócios de exportação. As políticas de câmbio desenvolvidas, embora não tivessem como objetivo atingir diretamente suas exportações, provocavam resultados no setor. Para que se possa ter uma idéia desses efeitos, deve-se comparar os preços das exportações de couros expressos em mil réis e em libra ouro, bem como a evolução das quantidades exportadas entre 1917 e 1939. Para tanto, é necessário consultar a Tabela nº 16 e Gráficos nºs 32 a 34.

GRÁFICO nº 31

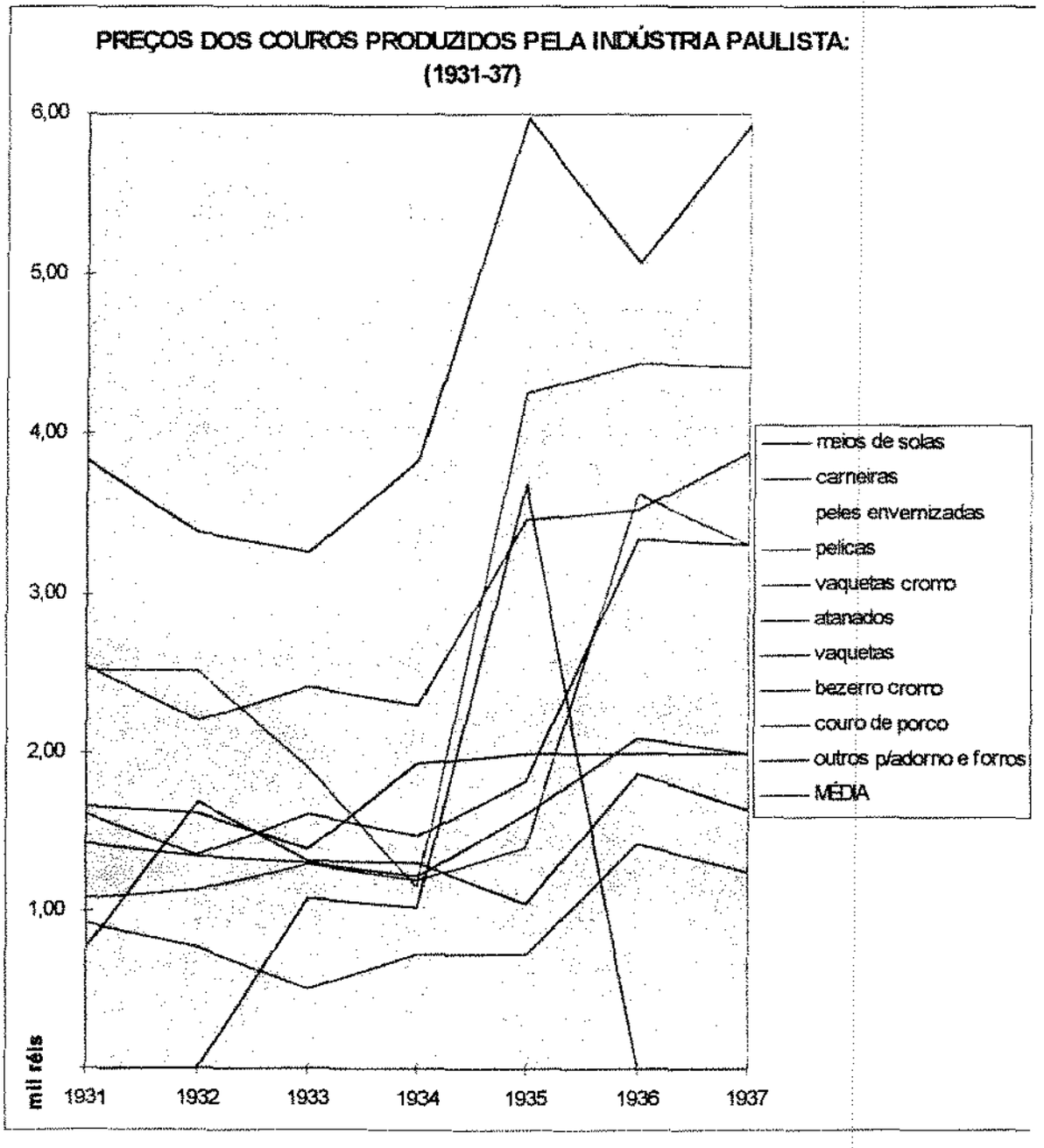


TABELA nº 16
DADOS RELATIVOS ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE COUROS: (1917-39)(*)

	VALOR MÉDIO		VOLUME	CÂMBIO
	mil réis(#)	libra ouro	toneladas	mil réis / libra
1917	12.283	121,90	97.215	100,76
1918	1.799	95,80	86.214	18,78
1919	2.416	130,20	147.923	18,56
1920	2.666	125,30	109.719	21,28
1921	1.647	43,70	74.470	37,69
1922	2.048	53,80	105.036	38,07
1923	2.613	54,30	162.061	48,12
1924	2.430	54,60	139.265	44,51
1925	2.559	63,80	152.073	40,10
1926	2.623	78,60	116.239	33,37
1927	2.816	68,50	180.308	41,11
1928	3.809	93,50	275.804	40,74
1929	2.959	72,70	168.845	40,70
1930	2.533	57,10	142.104	44,36
1931	2.809	41,50	158.226	67,69
1932	2.495	36,40	95.118	68,54
1933	2.340	29,00	112.500	80,69
1934	2.463	25,00	134.520	98,52
1935	2.907	23,30	154.847	124,76
1936	3.611	28,80	209.253	125,38
1937	4.421	37,40	301.677	118,21
1938	3.753	26,50	208.959	141,62
1939	4.286	28,40	246.345	150,92

(*) **BRASIL**, IBGE, CNI. Séries estatísticas retrospectivas. v.1. Repertório estatístico do Brasil: Quadros retrospectivos (Separata do Anuário Estatístico do Brasil - Ano V - 1939/1940). *Edição fac-similar (originalmente publicado em 1941)*, Rio de Janeiro:IBGE, 1986. p.86-90.
(#) 1.000,00 representa 1:000$000 na leitura da tabela.

As possibilidades abertas pelo mercado exterior conferiam à indústria coureira uma flexibilidade não experimentada pela indústria do calçado. Assim, a indústria paulista de couros parece ter passado a converter rapidamente sua produção em bens de exportação. O resultado disso no mercado interno foi a variação positiva dos preços com a diminuição das quantidades transacionadas, como a verificada em 1933 e, em seguida, uma pronta recuperação do faturamento - já em 1935 - em níveis que superaram os obtidos até em 1929. Em 1937 houve redução nas quantidades e no faturamento; todavia, os preços aumentavam. Isso porque, neste ano, as exportações brasileiras do produto aumentavam em mais de 90 toneladas. Ver Gráficos nºs 29 e 30 comparados com Tabela nº16.

GRÁFICO nº 32

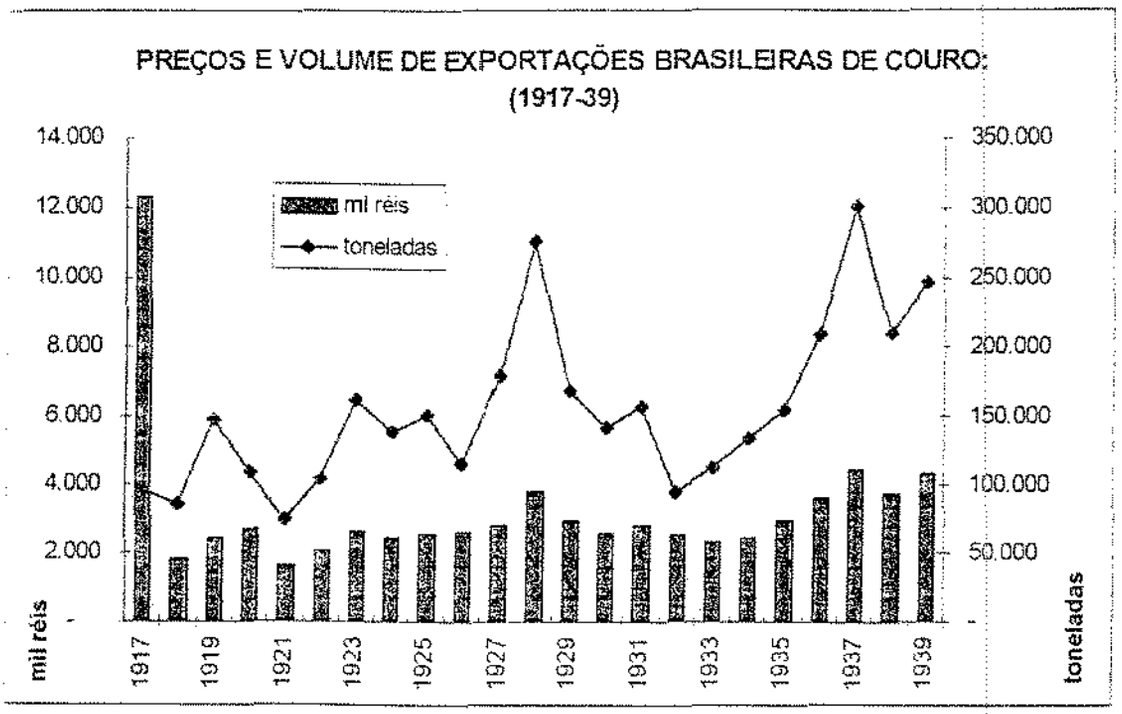


GRÁFICO nº 33

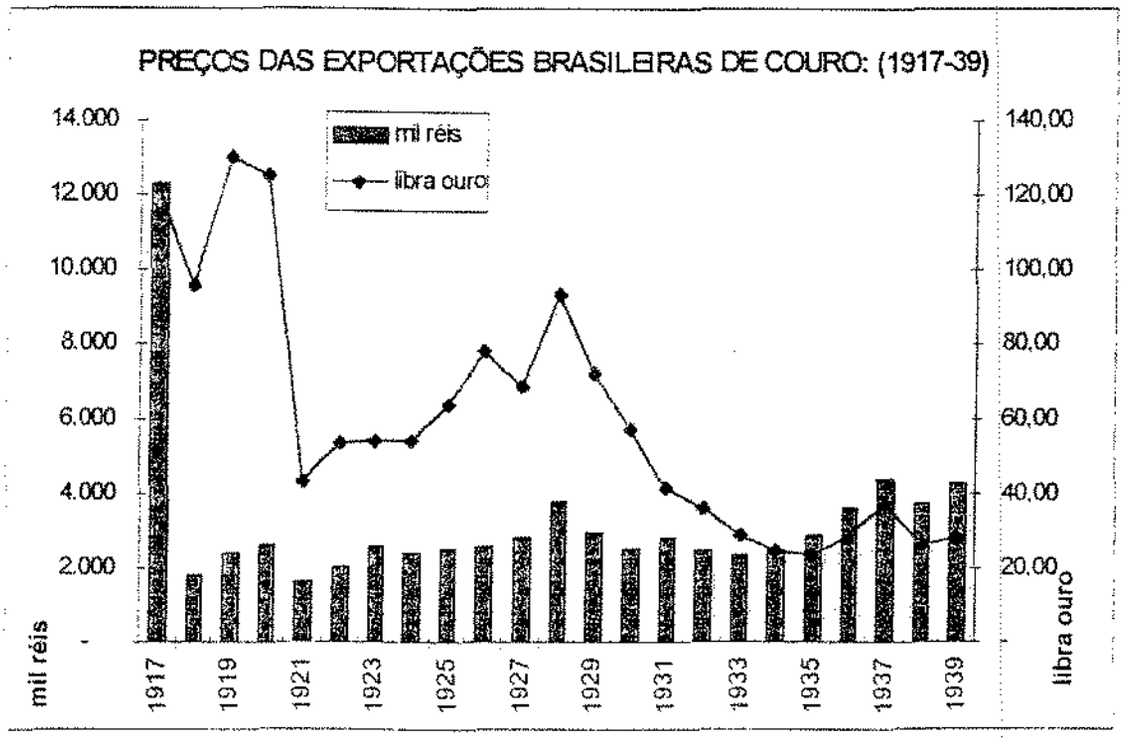
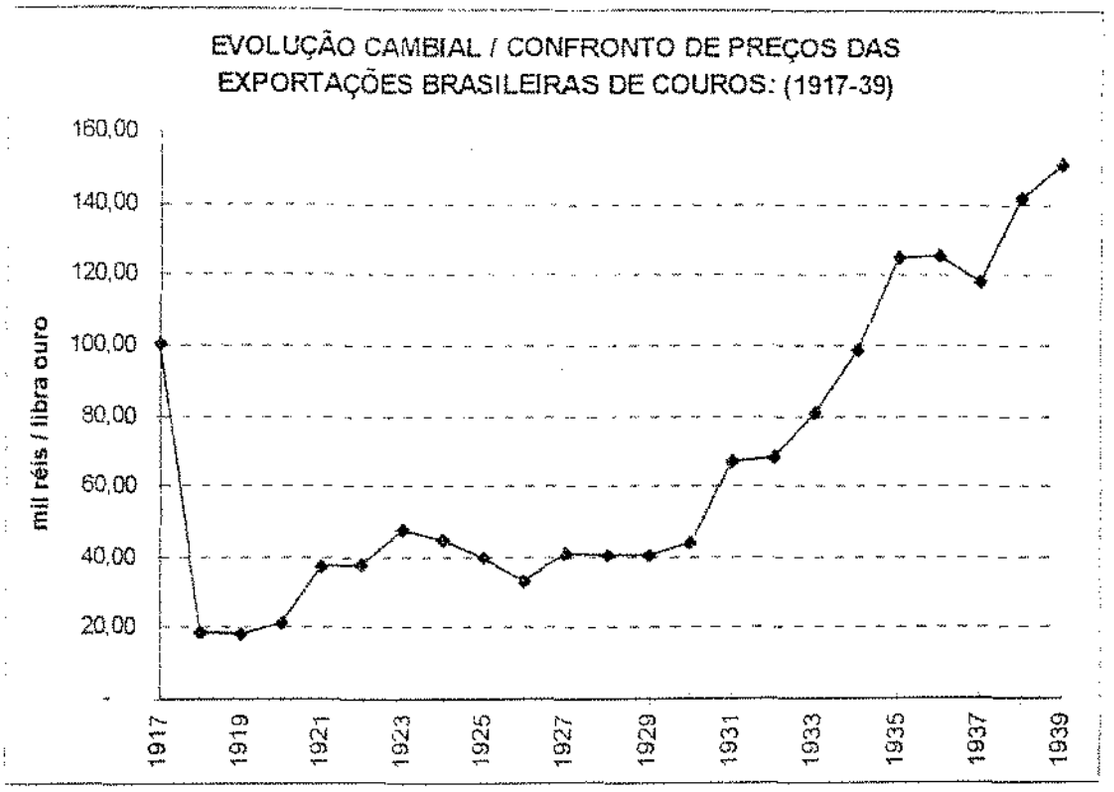


GRÁFICO nº 34



CAMINHOS DA INDÚSTRIA FRANCANA.

Os desdobramentos resultantes da situação acima tiveram implicações diretas sobre a indústria francana do couro. Nesta área, a cidade, que não presenciava a inauguração de curtumes desde 1915, veria montados o Curtume São Francisco em 1939 - Clodomiro Ferreira & Cia., o Curtume União em 1940 - Cervi & Cia. - e o Curtume Faith em 1943. Além disso, nessa época, o Curtume Progresso que havia estado sob a intervenção do Banco do Brasil desde a falência de Macedo, Marx & Cia. passava ao Grupo Moreira Salles.

Interessante notar que todos aqueles que montaram curtumes nessa época tinham estado, de uma forma ou de outra, ligados à atividade em empresas já existentes na cidade. Clodomiro Ferreira, Martim Cervi, Januário Cervi, Orlando Paludetto, Nicolau Biondi e Guilherme Faith aparecem descritos como tendo trabalhado em curtumes montados anteriormente aos seus próprios[37]. Talvez alguns,

[37] **Rinaldi**, Dalva Marlene Chioca. Indústria curtumeira em Franca. (Mimeo). Franca: FHDSS/ UNESP, 1987, p.22.

como os irmãos Cervi, tenham trabalhado como operários, é o caso de Januário que havia trabalhado no Curtume Cubatão, e de Martim, que trabalhou no Curtume Pucci. Mas seria ingenuidade pensar os curtumes e, no limite, as fábricas de calçados como atividades "democráticas" a ponto de operários serem guindados à posição de proprietários mediante seus respectivos esforços.

Isso efetivamente aconteceu, mas em circunstâncias tais que exigem mediações para sua efetiva compreensão. Sem isso, quem afirma essa relação direta entre artesania e o patronato pode correr o risco de incorrer em um interpretação carregada de culpável ideologia.

Alguns personagens, como os acima mencionados, foram realmente operários, mas por um tempo determinado; na adolescência ou na juventude foram aprendizes que, dotados de outras qualidades, provavelmente puramente culturais, acabaram assumindo posição na área de negócios nas fábricas em que trabalhavam. Essa condição foi decisiva para que tivessem conhecido e experimentado as condições necessárias para a montagem de suas próprias empresas, que, muitas vezes, dependiam de um pequeno capital inicial. Quando fizeram isso, a conjuntura os ajudava, na medida em que um mercado extremamente comprador assimilava produtos nem sempre confeccionados com os melhores procedimentos, com as mais adequadas matérias-primas ou com os melhores maquinários.

Corrobora essa visão o fato de outros envolvidos com a fundação de novos curtumes, como Guilherme Faith ou o tal Guilherme Veith, que aparece no Processo de Falência do Curtume Progresso em 1926, e, ainda, Nicolau Biondi & Billi, que está na falência da Jaguar, figurarem entre os credores ou devedores em conta corrente, ao lado dos viajantes daquelas empresas[38].

Eles não eram operários, eram negociantes, homens profundamente envolvidos com o mercado, que conseguiram ver as oportunidades, os limites e as possibilidades de obterem lucro fazendo o que sabiam, pois todos eles estavam de uma forma ou de outra envolvidos com a cadeia produtiva do couro e do calçado. É o

---

[38] **Arquivo Histórico Municipal de Franca**. Concordata Preventiva de Macedo, Marx & Cia. 1926. , processo nº. 1316. v.1. maço 68. vara Cível. 2º. Ofício. cx. 216. p.10. doc. 7. ***Idem***. Falência de Carlos Pacheco & Cia., 1926-1938. autos nº. 46. v.2. vara Cível. 1º. Ofício. cx. 410. p.606.

caso dos que optaram por fabricar somente calçados, ou o caso de Spessoto, que decidiu fabricar couros e calçados, ou também o caso dos que optaram pela montagem de curtumes.

As condições de acesso à matéria-prima, bem como substâncias curtidoras atuaram decisivamente em favor daqueles que arriscaram-se na atividade. Primeiramente elas estiveram restritas àquilo que a estrada de ferro podia oferecer, como se depreende :

> "Com a instalação do Frigorífico Anglo em Barretos, em 1921, o suprimento de couros para os curtumes de Franca ficou garantido. Como os meios de transporte rodoviário eram muito incipientes, o couro de Barretos era despachado para Franca, via Estrada de Ferro Paulista até Rincão. Aí era feita a baldeação dos couros para a Estrada de Ferro Mogiana, que os transportava até Franca....
>
> ... Os couros eram adquiridos em Barretos e nos Estados de Minas Gerais e Goiás...
>
> ... No início da década de 40 Franca contava com 6 curtumes em pleno funcionamento. O couro provinha do próprio município de Franca na percentagem de 3%. O Estado de São Paulo fornecia 49% e Minas e Goiás 48%...
>
> ... O couro de Minas Gerais não é muito apreciado pelos curtumes francanos por ser de qualidade inferior"[39].

Posteriormente, quando os caminhos rodoviários passaram a predominar sobre a ferrovia, a cidade incorporou à sua produção coureira as matérias-primas provenientes de Minas Gerais e abrangeu mercados consumidores de derivados do couro de forma mais agressiva. É o que se depreende do que escreveu Martins Ribeiro em 1944:

> "Uma terceira fase, completamente diferente das duas primeiras está-se delineando em Franca, influenciada pela indústria local, e nela o caminhão é de grande importância. Êste vem facilitando a reconquista de diversos mercados, permitindo o transporte mais barato e mais rápido, fazendo concorrência à estrada de ferro..." (Sic)[40].

---

[39] **Rinaldi**. Dalva Marlene Chioca. *Op.cit.* p.21, 24 e 43. (Grifo nosso).

[40] **Ribeiro**. Maria da Conceição Martins. *Op.cit.* p.594.

Além das condições de acesso aos mercados fornecedores e mais difusão no mercado consumidor, proporcionados pelo transporte rodoviário, os curtumeiros sempre depreciaram o couro proveniente do rebanho mineiro, que é realmente de qualidade inferior, dadas as características próprias de um gado quase que exclusivamente leiteiro, a predominância de ectoparasitas como o berne e o carrapato e as nuanças do relevo acidentado e das pastagens mineiras cheias de obstáculos, nos quais os animais freqüentemente se machucam[41]; quando, todavia, se calça um sapato, apenas especialistas conseguem identificar defeitos predominantes ou provável procedência dos couros.

Há aqui uma atitude, diga-se, predominantemente especulativa daqueles que são ativos no mercado e que reconhecem os efeitos benéficos dos desnivelamentos de preços. Mas isso é praxe em qualquer atividade mercantil; o elemento diferencial para o caso da atividade coureira francana é o fato da fronteira mineira estar há apenas alguns quilômetros, inexistindo, durante décadas, quaisquer tipos de fiscalização. Essa evidência reforça o fato da atividade coureira poder ter atuado em Franca com diferenciais de preços em relação a outros centros produtores, muitas vezes em porcentagens que se elevavam à metade da matéria-prima processada, adquirida sem nota-fiscal, gerando economia relativa aos tributos sonegados. Portanto, depreciar os couros mineiros fazia parte de uma estratégia de mercado que visava ocultar a real fonte dos lucros e que se prolongava por toda a cadeia produtiva.

Produzir calçados com couros elaborados em Franca, mormente aqueles adquiridos sem os devidos documentos fiscais, numa ponta da cadeia produtiva, gerou a figura do catador, ou seja, o personagem que passava periodicamente buscando couros em lugares de abate pulverizado e freqüente.

---

[41] Interpreta-se aqui que, quando as fontes apontam Minas Gerais como fornecedora de couros para o curtimento, estão se referindo predominantemente à região da Serra da Canastra e ao Sul de Minas. De fato, essas regiões com as quais o município de Franca faz divisa tornaram-se expressivas fornecedoras de gado, como pode ser verificado pelos embarques feitos no ramal da rede ferroviária denominada Sul-Mineira, incorporado pela Cia. Mogiana a partir de 1910. Dentre as estações que mais embarcavam gado, destacavam-se: São Sebastião do Paraíso, Biguatinga e Pratápolis. Ver do **Relatorio** nº 61, da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 27 de junho de 1914. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1914, até o **Relatório** nº 97, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléia geral de 27 de abril de 1950 e correspondente ao ano de 1949. Campinas: Casa Livro Azul, 1950.

No núcleo da cadeia produtiva, onde se relacionavam curtumes e fábricas de calçados, constituia-se na cidade um mercado informal de couros para os quais as fábricas de calçados representavam o sorvedouro. Note-se, essa informalidade, além de estar sendo praticada com produtos de preços relativos mais baixos, estava eliminando uma instância de intermediação, que era formada pelas casas de comércio de produtos para fabricação de calçados. Se em Franca elas não mais existiam como vendedoras de couros, desde a década de 1920, essa não era a realidade para outras cidades, notadamente na Capital.

Finalmente, no outro extremo da cadeia produtiva, criavam-se os tradicionais vendedores de calçados de Franca, homens das camadas médias da sociedade francana, detentores da confiança e muitas vezes até aparentados dos proprietários das fábricas de calçados, quando não eles próprios. Se talhados para negociar com lojistas, mediante a disponibilidade de algum recurso a ser investido na compra de um automóvel de dimensões suficientes para carregar, no mínimo, entre uma e duas centenas de pares de calçados, acabaram por criar uma profissão típica da cidade. Ou seja, vendedores autônomos e pracistas que entabulavam negócios, entregavam a mercadoria e faziam o recebimento, estabelecendo, dessa forma, uma rede que se estendeu por praticamente todo o Sudeste, atingindo, ainda, algumas áreas da parte meridional do Centro-Oeste e outras da parte setentrional na região Sul do país.

Esse conjunto em movimento fez com que a cidade reunisse, já no ano de 1945, uma quantidade de 6 curtumes com capitais em torno de Cr$ 2.000.000,00 e um total de 30 estabelecimentos entre fábricas, fabriquetas e artesãos, somando uma massa de capital da ordem de Cr$ 2.936.751,00 [42]. Desses 30 estabelecimentos, pelo menos 9 deles eram trabalhadores individuais que reuniam capitais inexpressivos entre Cr$ 1.000,00 e Cr$ 2.000,00.

Pela primeira vez, todavia, ocorriam indícios de que a atividade de transformação do couro em calçados ultrapassava o montante de capitais envolvidos no fabrico do couro e, possaria daí em diante, a reger a vida dos vários segmentos sociais da cidade.

---

[42] **São Paulo.** Departamento Estadual de Estatística da Produção e Comércio. Catálogo das indústrias do Estado de S.Paulo - exclusive o município da Capital - (1945). *Op.cit.*

INDÚSTRIA OU INDUSTRIALIZAÇÃO LOCALIZADA?

Finalmente, cabe realçar o fato de ter havido, no período aqui apreciado, um forte entrelaçamento em atividades no interior da cadeia produtiva do couro, obedecendo especificamente às condições do mercado compreendido pelo binômio couro - calçado masculino. Não se pode dizer, entretanto, que houvesse uma certa clareza com relação à verticalização de atividades correlatas, tais como a produção de formas em madeira para moldagem dos calçados, artefatos de borracha, adesivos, embalagens e outros insumos e serviços necessários à reprodução da atividade.

De fato, a indústria coureiro-calçadista estabelecida na cidade de Franca proporcionou uma espécie de verticalização de atividades, que se consolidou na década de 1950. Dois acontecimentos foram decisivos para isso: o surgimento da empresa produtora de saltos e solados vulcanizados em borracha, a Amazonas Produtos para Calçados, fundada em 1947 por membros da família Pucci e por Tomaz Licursi; surgiu, também, um novo tipo de calçado: o "mocassim", proporcionado pela já pujante Calçados Samello, que enviara, em 1948, os irmãos Oswaldo Sábio de Mello e Miguel Sábio de Mello Fº para um estágio de 4 anos na *Lynn Shoemaking School*, em Boston - EUA[43]. Com isso a Samello passou a incorporar maquinário americano adequado ao fabrico daquele calçado, detendo - por um período, com exclusividade - técnicas específicas de modelagem e fabricação de um calçado cujo uso generalizou-se entre a maioria dos homens considerados razoavelmente bem-vestidos.

A especificidade dessa modalidade de verticalização de atividades estava no fato de ser encadeada dentro de um espaço urbano e não pelos detentores de uma massa de capital. Portanto, não foi uma empresa ou um grupo de proprietários de capitais que forjaram essa verticalização, mas um conjunto de detentores de capitais que estavam pulverizados, quanto à sua propriedade e seu comando. O que havia de comum era o fato de estarem envolvidos em uma mesma atividade, cujo núcleo da cadeia produtiva se aglomerava geograficamente e para a qual o mercado oferecia oportunidades espetaculares.

---

[43] **Calçados Samello S.A.** Era uma vez um sábio sapateiro: (1926-1996). Publicação promocional comemorativa dos 70 anos de fundação. Franca: Mimeo. 1996.

A bem da verdade, houve praticamente uma única exceção: o grupo Samello, durante a década de 1960, acabou adquirindo o Curtume Progresso, então sob o controle da *Saint Roman Finacial & Comercial Ltd.*, e fundou a MSM Artefatos de Borracha, passando a produzir couros, saltos e solados de borracha e também os calçados, que projetaram o grupo nacionalmente - inclusive por meio de uma considerável rede de lojas. Mas este talvez tenha sido o único caso de verticalização com capitais sob o controle de um mesmo grupo. Destaca-se, todavia, com este exemplo, a importância que a indústria do calçado, como um todo, passou a exercer, impondo-se sobre os outros elos e as outras atividades correlatas da cadeia produtiva, fazendo com que estes se adequassem aos objetivos da indústria calçadista.

De resto, a indústria coureiro-calçadista francana nunca se restringiu ao desempenho conquistado pelo Grupo Samello - embora tenha sido excepcional, cabe destacar, finalmente, que a peculiaridade da indústria francana esteve sempre na grande quantidade de fábricas que foram surgindo a partir de 1940. Além disso, deve-se sublinhar o fato de a indústria do calçado ser fortemente empregadora de força de trabalho, bem como projetar efeitos para outras atividades que se revelaram de vital importância, formando um colar a ela ligado.

Para o período tratado neste capítulo - décadas de 1930-1940, foi evidenciado anteriormente o surgimento da fabricação de embalagens para calçados, mas, dentre as outras atividades desenvolvidas na cidade, surgiu uma incipiente indústria de carpintaria, marcenaria e moveleira, bem como verificou-se a presença de atividades de concertos de máquinas dotadas de pequenas fundições. Ver Anexos.

A indústria de carpintaria parece ter estado diretamente ligada à produção de gêneros para a construção civil; mas também houve uma indústria moveleira empreendida por judeus como Benjamim Steinberg, Boris Cuperman, Levyman & Brickmann Ltda.. Tendo começado na cidade em 1930, com capitais da ordem de 108:300$000, a atividade parece ter se mantido até 1932 apenas, pois a morte de Benjamim Steimberg e a ruptura entre Brickmann e Francisco Levyman deixaria na cidade apenas Borisio Steimberg - herdeiro de Benjamim, Boris Cuperman e Francisco Levyman, os quais, todavia, operariam no ramo por pouco tempo. Em 1935 os três remanescentes detinham um capital de apenas 34:000$000, fato que indica um

retrocesso deles na atividade. Em 1936 desapareceria, ainda, Boris Cuperman[44]. Ver Anexos.

Em 1945, dos judeus restava apenas Borisio Steimberg, com capitais da ordem de Cr$ 46.957,00. A atividade já se encontrava praticamente nas mãos de italianos como Emilio Bertoni, Fiore Derminio, Primo Meneghetti e Lanza & Cariolatto[45]. Não é difícil supor aqui a influência da atividade moveleira no fabrico de formas de madeira para indústria do calçado, que, posteriormente, se estabeleceria na cidade[46].

Por último, mas não menos importante, destaca-se a presença de uma outra atividade, cuja importância para indústria calçadista também foi decisiva; era composta por homens os quais dedicavam-se a ofícios ligados à área da mecânica, de veículos, máquinas, aparelhos e motores. Eram pessoas que reparavam ou montavam carroças, carrocerias, automóveis, máquinas agrícolas, máquinas industriais, armas de fogo; enfim, estavam ligados à manutenção de máquinas e motores e detinham conhecimentos na área da fundição de metais. Destacavam-se, entre eles, Fernando Beghelli, Vicente Gramani, Irmãos Barini, Caetano Calantoni, Francisco Benicasa e Joaquim Mello[47].

---

[44] **São Paulo,** Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: anno de 1930. São Paulo: Garraux, 1931, divs. pgs. *Idem*. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: anno de 1931. *Op.cit.* divs. pgs. *Idem*. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: anno de 1932. *Op.cit.* divs. pgs. *Idem*. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: anno de 1933. *Op.cit.* divs.pgs. *Idem*. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: anno de 1934. São Paulo: Siqueira, 1936. divs.pgs. *Idem*. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S. Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: anno 1935. São Paulo: Siqueira, 1937. divs.pgs. *Idem*. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S. Paulo. Directoria de Estatistica, Industria e Commercio: Secção de Industrias. Estatistica industrial do Estado de S.Paulo: anno 1936. *Op.cit.* divs. pgs.

[45] *Idem*. Departamento Estadual de Estatística da Produção e Comércio. Catálogo das indústrias do Estado de S.Paulo - exclusive o município da Capital - (1945). *Op.cit.*

[46] As formas são estruturas que imitam os pés e dão formato ao calçado de acordo com a numeração e com o modelo requeridos. Elas devem ser de um material moldável e são dotadas de encaixes ou articulações, pois o ato de desenformar o calçado imita o ato de descalçar um sapato.

[47] **São Paulo**. *Idem*, nota 44.

A indústria coureiro-calçadista valeu-se deles quando necessitava de reparos em suas máquinas; os curtumes quando introduziram os "fulões", ou "tamborões", tiveram, com certeza, a contribuição de alguns desses homens. Embora fossem máquinas de elevadas dimensões, seus mecanismos eram simples; dentre os insumos necessários, predominava a madeira e os metais restringiam-se aos motores, às engrenagens ou às estruturas de sustentação.

Se a situação for pensada do ponto de vista do sucateamento das máquinas oriundas da falência da Calçado Jaguar, ocorrida em 1926, e considerando o ponto de vista defendido neste estudo, de que o maquinário deixado pela referida falência foi fundamental para a montagem de outras indústrias de menores dimensões, sendo possível que as máquinas anteriormente movidas por eixos únicos, ao serem separadas do mecanismo central em função de vendas esparsas, passaram a requerer motores menores, em um funcionamento individualizado. Essa, com certeza, foi uma solução desenvolvida localmente. Concertos ou adaptações feitas em máquinas para calçados passaram a ser solicitações freqüentes a que alguns dos homens acima mencionados tiveram de se acostumar.

Outros desses homens, cuja profissão era a manutenção de máquinas e motores, atuaram como instrutores práticos na Escola Profissional Industrial Júlio Cardoso, que funcionava na cidade desde 1915 e, formaram gente qualificada para trabalhar em máquinas e motores, mecânica e tornos, frezas e pantógrafos, bem como em fundição e moldagem.

Em 1945, Bráulio Barini aparecia como produtor de aparelhos de medir couros, Antônio Rocha aparecia como produtor de turbinas, José Feleto e Manoel Joaquim Barbosa faziam concertos de máquinas e aparelhos diversos, Irmãos Barini faziam peças fundidas e Virgílio Polo fazia concertos em aparelhos elétricos[48].

Dessa conjugação de necessidades é que surgiriam as condições, na década de 1960, para a montagem das fábricas de máquinas para calçados, dentre as quais destacam-se a Ivomaq e a Máquinas Poppi. E, ainda, a Rochfer, porém esta sempre dedicou-se à fabricação de bombas hidráulicas para agricultura.

---

[48] **São Paulo**, *Idem*, nota 45.

Isso só foi possível pelo desempenho alcançado por uma indústria cujo núcleo da cadeia produtiva se aglomerava e os efeitos benéficos traduziam-se em complementaridade, competitividade e lucratividade - é o que se depreende da análise dos indícios deixados pelas Estatísticas Industriais. Mas, isso não deve ser interpretado como um exemplo de autonomização, pois, mesmo que tenha havido uma junção benéfica de atividades de diferentes setores da economia em função da indústria de calçados, nem todo o maquinário, nem toda a matéria-prima e nem toda a tecnologia eram exclusivamente concebidas e produzidas em Franca. Se imaginadas máquinas como as prensas hidráulicas de vulcanização da borracha, as calandras e os cilindros, os regeneradores e misturadores de borracha, bem como todo um complexo maquinário utilizado pelos próprios curtumes, que incluem caldeiras, prensas, descarnadeiras, lixadeiras, etc. e, ainda, os capitais necessários à montagem desse tipo de indústria percebe-se o absurdo de tal argumento.

As empresas de maiores dimensões montadas em Franca, notadamente na área da vulcanização de artefatos de borracha e as fábricas de máquinas para calçados acabaram obtendo escalas que sobrepassaram as necessidades da indústria calçadista local, adquirindo com isso condições para competir, em seus respectivos setores, em nível nacional e, num período que foge ao escopo do presente trabalho, estabeleceram influências, para frente e para trás, em seus mercados, de modo que passaram também a atuar no mercado internacional.

No núcleo da cadeia produtiva aqui tratada, entretanto, a indústria francana do calçado cresceu em ritmo muito mais acelerado do que a indústria do couro. Enquanto Franca teria 5 curtumes fundados entre 1953 a 1960, as indústrias de calçados saltavam de 23 fábricas em 1953 para 66 em 1956 e para 76 em 1960 [49]. O número de curtumes dobrava, o de fábricas de calçados mais do que triplicava. Mesmo que as escalas exigidas na montagem dessas empresas fossem radicalmente distintas para os dois grupos, nota-se um maior desenvolvimento da indústria curtumeira noutras cidades do Estado, principalmente a Capital e Campinas, ao passo que a indústria do calçado desenvolvia-se mais vigorosamente em Franca.

---

[49] **Brasil**. IBGE. **São Paulo**. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Estado de São Paulo: estrutura industrial regionalizada. (processamento exclusivo) 1953-1956-1960. Campinas: NESUR/IE/Unicamp, s/d. 3 v. 1953, p.20, 1956, p.19, 1960, p.20.

Contudo, a indústria coureira, mesmo abastecendo apenas parte da matéria-prima requerida pela indústria do calçado, como visto anteriormente, foi decisiva para sua sustentação em seu período de arranque, ou seja, entre a segunda metade da década de 1930 e a segunda metade da década de 1940. Foi importante também posteriormente, quando novos modelos de calçados, como o "mocassim", exigiram couros diferenciados.

Problemas de intermediação mercantil, de desenvolvimento de novos produtos e de informalidade nas negociações foram muito mais facilmente resolvidos quando parte significativa da indústria coureira estava bem-próxima e os negócios, bem como as pendências, podiam ser resolvidas no encontro matutino do Café Globo, na famosa Praça Barão da Franca[50], ou em clubes nos finais de semana.

Ademais, essa situação de uma maior produtividade da indústria calçadista em Franca pode ser conferida nos dados a seguir. Eles devem ser relativizados, pois, como já se alertara na introdução do presente trabalho, após 1945, com o IBGE assumindo, consolidando e unificando as estatísticas regionais, os dados relativos à indústria do calçado passaram a ser contabilizados juntamente com vestuário e produtos de tecidos, inclusive chapéus e produtos de toucador.

Mesmo assim, considerando-se que os dados referentes ao setor, em Franca, sejam exclusivamente relativos à indústria calçadista, torna-se possível extrair algumas conclusões, ainda que os parâmetros de comparação referentes às outras localidades escolhidas englobem outras atividades.

TABELA nº 17
PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRINCIPAIS CENTROS PRODUTORES DE VESTUÁRIO, CALÇADOS E PRODUTOS DE TECIDOS EM S.PAULO:

	Capital	Franca	Limeira	Campinas	total
1953	80%	3%	4%	5%	92%
1956	78%	4%	3%	5%	90%
1960	81%	4%	3%	4%	92%

[50] A Praça Barão da Franca foi tida por muito tempo como uma espécie de bolsa de negócios da cidade. Tornou-se freqüente que as pessoas ligadas aos mais variados ramos para lá se dirigissem, matutinamente, sondando preços, ouvindo fofocas de políticos, conhecendo as novidades e entabulando transações. Fazendas, imóveis urbanos, pedras preciosas, gado, couros e máquinas para fabricação de calçados eram produtos que entravam neste circuito, hoje totalmente desfigurado pela predominância da impessoalidade nas relações comerciais.

TABELA nº 18
VALOR DA PRODUÇÃO SOBRE PESSOAL DIRETO E INDIRETO OCUPADO NO SETOR DE VESTUÁRIO, CALÇADOS E PRODUTOS DE TECIDOS(**):

	Capital	Franca	Limeira	Campinas
1953	134,98	102,26	94,09	108,54
1956	270,31	212,22	175,39	244,34
1960	555,40	411,80	333,89	424,18

TABELA nº 19
VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SOBRE Nº DE ESTABELECIMENTOS EXISTENTES NO SETOR DE VESTUÁRIO, CALÇADOS E PRODUTOS DE TECIDOS(**):

	Capital	Franca	Limeira	Campinas
1953	4.545,97	6.237,83	9.210,67	5.284,88
1956	9.446,41	5.250,82	11.099,75	4.125,87
1960	8.456,58	10.040,28	18.764,64	7.655,36

TABELA nº 20
TOTAL DOS SALÁRIOS SOBRE PESSOAL LIGADO À PRODUÇÃO NO SETOR DE VESTUÁRIO, CALÇADOS E PRODUTOS DE TECIDOS:

	Capital	Franca	Limeira	Campinas
1953	21,91	13,68	15,45	15,91
1956	45,10	29,53	29,40	34,97
1960	73,25	55,58	51,22	62,89

FIBGE/ IBGE, *Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados* - SEADE, *Núcelo de Estudos Sociais e Urbanos* NESUR - IE/Unicamp. Censo sem sigilo: 1953, 1956 e 1960 (processamento exclusivo). Campinas. s/d. 3v. 1953, p.70-72. 1956, p.70-72. 1960, p.53 -55.
(*) Situação em 31 de dezembro.
(**) Inclui o valor dos serviços prestado a terceiros e a estabelecimentos da mesma empresa

A Capital detinha empresas que perfaziam em torno de 80% do faturamento do setor. As outras cidades interioranas onde este possuia maior expressão eram Franca, Limeira e Campinas, que perfaziam juntas de 10 a 12% do setor - Tabela nº 17. Os dados para a Capital e Campinas eram distorcidos em relação à indústria calçadista porque havia no conjunto a presença de outras empresas como: confecções de roupas, tapeçaria, aviamentos e produtos chamados de toucador. Campinas reproduzia em menor escala esta situação.

Limeira talvez fosse a cidade que tivesse um perfil mais aproximado ao de Franca; mesmo que a indústria da tapeçaria e do chapéu fossem importantes para o setor, havia também, a presença de fábricas de calçados no segmentos especificos dos chinelos e das sandálias de couro, como indicado anteriormente.

Feitas estas qualificações, pode-se ver que Franca obteve, na década de 1950, um ponto porcentual, o que parece pouco, mas em termos quantitativos foi um salto

de 23 para 76 empresas. Os 4% do total alcançados em 1956 já representavam uma concentração da indústria na cidade.

Os salários pagos pela indústria do calçado em Franca - Tabela nº 20 - que se igualavam àqueles pagos ao setor do vestuário em Limeira, que detinha o pagamento dos mais baixos salários, ao passo que em Campinas os salários eram mais altos do que em Franca: 18% mais no ano de 1956 e 13% mais no ano de 1960. Na Capital, os salários pagos eram 60% mais altos em 1953 e 32% mais em 1960, quando relacionados aos vigentes em Franca. Duas conclusões são possíveis: primeiro, que os custos da aglomeração provocados pelo incremento de outras atividades, as quais vinham ocorrendo na Capital, forçavam os salários do setor para cima, situação que era seguida por Campinas em uma escala um pouco menor. Limeira possuía os salários mais baixos, que eram decorrentes do fato de sua indústria de calçados fazer um artigo mais simplificado e que requeria menos qualificação - sandálias - e da indústria de chapéus, cujos dados incluíam-se no setor, possuir uma relação capital / trabalho muito diferente da indústria do calçado. Segundo, embora os salários em Franca, durante a década de 1950, tenham se elevado mais que proporcionalmente em relação ao demais centros, eles eram, ainda no começo da década de 1960, ¼ mais baixos do que na Capital, local onde permaneciam as maiores fábricas e onde tinha estado o maior número delas.

A Tabela nº 18 mostra que o faturamento *per capita*, quando incluídos os trabalhadores diretos e indiretos da indústria do calçado, alcançava índices significativos de produtividade por trabalhador, os quais superavam as demais cidades, ficando atrás apenas da Capital. Mas, quando se verifica a Tabela nº 19, percebe-se que o faturamento por empresa quase dobra em Franca, mesmo que os dados utilizados não tenham sido deflacionados, se considerado o fato de que, na cidade, o número de fábricas mais que triplicava no período. A evolução do faturamento médio das empresas de calçados de Franca demonstrava, então, o maior desempenho relativo verificado no Estado para o setor.

Isso estava indicando um crescimento desproporcional no faturamento médio das unidades instaladas em Franca, juntamente com um crescimento acelerado no número de estabelecimentos. Não havia um motivo único para isso; havia sim um

conjunto de variáveis, como as elencadas neste capítulo, que, no todo, permitiram o fenômeno.

Tal fenômeno pode ser compreendido dentro de uma concepção de industrialização localizada, a partir de efeitos produzidos no interior de uma indústria - entenda-se aqui as indústrias do couro e do calçado - cujo núcleo da cadeia produtiva exerceu influência tal que a concentração de atividades - decorrente de uma produtividade relativamente vantajosa - provocou encadeamentos e não só fez com que empreendimentos de outros setores da economia, localizados na cidade, acabassem sendo direcionados para sua sustentação, como, a partir daí, experimentassem crescimento e requeressem novos investimentos, que de outra maneira não ousariam competindo dentro de seus respectivos setores.

Ainda que, para as empresas de maiores escalas do setor da borracha, da indústria química e da de máquinas e motores, cujas instalações ocorreram em função da indústria de calçado, tenha havido um posterior crescimento, que ultrapassou as necessidades locais - dado que estavam voltadas para apenas um segmento do mercado calçadista. Mesmo assim, essas indústrias de bens intermediários e de bens de capital tiveram sua trajetória comprometida com outros segmentos da indústria calçadista, os quais se "aclimataram" em outras regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Concluída a travessia, falta fazer um balanço dos pontos principais que nortearam a elaboração do presente trabalho. Para o leitor, pode ter ficado a impressão de não haver um fio condutor que estivesse norteando o trabalho. Isso, no entanto, pode ser entendido na medida em que a junção dos temas buscou estabelecer a historicidade do objeto tratado. Aprender sua singularidade requereria uma abordagem que contasse com elementos da situação em geral, bem como das especificidades.

Esta tarefa nem sempre foi feita em um mesmo nível de argumentação; o autor deliberadamente esteve trabalhando em diversos planos, a saber: o histórico, o historiográfico, o documental e, não menos importante, o teórico-metodológico. Além disso, esses planos desdobram-se, consoante as conjunturas, em esferas da vida que são de natureza cultural, política, social e econômica. Como o trabalho privilegiou realçar a conduta dos personagens, muitas vezes essas esferas apareceram entrelaçadas, mesmo que a tarefa última fosse descurar as motivações de natureza econômica.

Desta feita, pode parecer ao leitor que alguns temas não estavam devidamente encadeados, mas esse foi um risco que o autor decidiu correr no sentido de evidenciar aquilo que julgou inconsistente no material sobre o qual esteve voltado, ou mesmo para referendar qualificações consideradas corretas. E, ainda, acrescer as especificidades que ainda não haviam sido consideradas.

Assim, para responder às duas questões básicas e interligadas, presentes nesta pesquisa, que são: qual o motivo de Franca não ter se tornado uma cidade morta, refluindo como muitas outras em função, basicamente, do declínio da atividade cafeeira e do transporte ferroviário - possibilidade presente desde meados da década de 1910 até 1945? E, por que a atividade coureiro-calçadista atingiu densidade naquele local e não em outro lugar qualquer?

Durante a elaboração do trabalho foram encontradas várias sugestões que iam desde um "destino" histórico forjado, a partir do período colonial, pela condição de rota de passagem e entreposto mercantil, com predominância no comércio do gado e

do sal, até uma "vocação" para a atividade coureira legada pela existência sempre permanente de oficiais artesãos ligados à atividade. Evidentemente, tais características são mesmo parte desse complexo histórico de motivações do qual resultou a indústria francana do couro e do calçado. Mas essas são visões insuficientes para elucidar a complexidade do fenômeno analisado.

Para dar conta do entendimento da questão, foi necessário estabelecer balizas temporais que pudessem configurar uma periodização. Assim, a data de 1860 afigurou-se como um marco no sentido de compreender o progressivo surgimento de um setor público da vida. Indispensável para esclarecer os nexos entre a produção material da vida e o surgimento de um setor mercantil. Note-se, não é possível compreender a questão por meio de evidências de natureza puramente econômica; mesmo que já se identificassem regularizações das propriedades rurais, havia outros elementos em jogo.

Ao trabalhar essas questões, foram surgindo outras, tais como os limites e as possibilidades de funcionamento de uma economia mercantil no âmbito de uma sociedade hierarquizada, bem como os entraves que tal situação poderia representar dentro da constituição do Estado e da institucionalização da Nação.

Pareceu que o ponto forte da chegada da ferrovia à região de Franca foi o desaparecimento dos antigos litígios locais pelo poder, anulando de forma quase automática aqueles que pleiteavam algum poder sobre a cidade, a partir de suas posições na intermediação de negócios com gado e com sal. A ferrovia trouxe, simultanemanete, as condições de diluição desses conflitos e as condições de fixação de uma hegemonia conservadora.

No bojo da problemática, surgiu a necessidade de se compreender causas e conseqüências da chegada da ferrovia, fator que passou a ser interpretado como fonte de impactos sobre uma determinada situação e onde tais impactos envolviam os agentes de maneira a forjarem uma verdadeira transformação no modo de vida e, conseqüentemente, nas relações mercantis. Já que as relações impessoais passam a fazer parte da vida cotidiana e vão, progressivamente, impondo-se ao conjunto da sociedade. Neste sentido, os anos 1883-1887 demarcam um subperíodo a partir do qual a ferrovia e o café fizeram com que Franca se incorporasse ao "complexo-cafeeiro", generalizando-se, por assim dizer, as relações de caráter capitalista.

Nesse processo, a quitação do trabalho servil exerce seu papel, mas o seu significado não adquire as proporções que adquiriu sobre a economia mercantil escravista dos Estados do Sudeste produtor de café de então. A cafeicultura apanha Franca em pleno processo de transformação do trabalho servil em trabalho do imigrante tendendo ao assalariamento; talvez até por isso o abolicionismo local tenha adquirido uma forma exacerbada, que não condizia com a realidade, pois tratava-se de um dos mais baixos índices de escravização de todo o Estado de São Paulo.

A incorporação de Franca ao complexo cafeeiro está, portanto, demarcada em um outro sub-período que vai de 1887 a 1900, ocasião em que a produção do café passou a ser implementada dentro do quadro da implantação do trabalho de imigrantes. Com isso, de 1895 em diante, fez-se presente uma economia mercantil de alimentos que, mais ou menos, seguiria a trajetória de ascenso da lavoura cafeeira e com ela encontraria seus limites.

Pode-se dizer, ainda, que, entre 1887 e 1900, quando se instalou a cafeicultura de exportação já fortemente baseada no trabalho do imigrante e no colonato, forjou-se, também, um processo de urbanização das atividades sob a orquestração dos conservadores católicos de então. Não só isso, mas, inclusive, permitiu que os primeiros investimentos em curtimento de couros acabassem sendo executados por um clérigo. Aqui aparecem especificidades de um capitalismo que aponta no sentido de implantes fabris e de modernização urbana, tendo como articuladores os valores eclesiásticos e os ditames da política local; estando, portanto, ainda impregnado por relações denotadoras da dependência a que a atividade se sujeitava em relação ao conjunto das demais, fossem elas dominantemente econômicas ou não.

Desse ponto em diante, os homens estabeleceram complexas relações entre o campo agrário e o núcleo urbano mercantil as quais eram suficientemente capazes de elucidar um processo de acumulação, por mais que se procure uma periodização própria, dificilmente chegar-se-á a algo diferente das grandes oscilações e movimentos provocados pela economia agrário-mercantil de exportação cafeeira até o processo de implante de indústrias, culminando numa industrialização específica evidenciada no Estado de São Paulo. Houve alguns anos de melhor desempenho na colheita do café, os quais dependeram exclusivamente de condições climáticas e estas, por sua vez, eram extremamente favoráveis à produção de cafés finos. Contudo, mesmo isso se

vinculava, de alguma forma, à disposição geral dada pelo mercado, de plantar mais ou menos café.

Do interior dessa realidade emergiam atividades, as mais díspares, necessárias a uma vida centrada em atividades rurais, mas que tinham no meio urbano a cristalização de seu modo de ser. Dentre elas destacavam-se os curtidores de couros, os sapateiros e os seleiros; sua peculiaridade era terem sob o seu pecúlio um comércio de produtos para atividades de curtimento, confecção de calçados e selas praticamente desvinculado da atividade principal, que era o café. As dimensões desse negócio, mesmo infinitamente menores do que os grandes negócios ligados ao café, conquistavam por isso, uma certa flexibilidade frente aos limites da acumulação cafeeira e dentro do próprio mercado forjado pela economia de exportação.

Ao lado disso, entre 1900-1910, percebe-se uma clara motivação dos principais envolvidos nos negócios urbanos do café, no sentido de investirem em outras atividades não ligadas diretamente ao produto principal sujeito às constantes crises. Iniciativas que os grupos dominantes passavam a ensejar desvinculadamente dos poderes políticos e eclesiásticos locais. Se isso aparecia como um desiderato, não se configurava enquanto resultado, pois cresciam independentemente outras atividades, como a produção de alimentos, de bebidas, de cigarros e fumos, de couros e, inclusive a de calçados e selas, que, a essa altura já, se configurava como o negócio mais promissor na cidade.

Entre 1910 e 1915, mesmo com a frustração dos negócios com tecidos por parte daqueles homens de negócio que planejavam aplicar seus capitais, oriundos do café, emergia na cidade a atividade coureira, sendo montado em 1913 um moderno curtume, cujos efeitos vão se estender até os anos 1960. Ainda assim, consolidaram-se negócios na área da fabricação de fósforos, ao mesmo tempo em que declinavam, principalmente, os até então promissores negócios com alimentos, fumo e bebidas.

Por volta de 1917, pode-se identificar um comerciante, sapateiro no ramo desde 1900 - Carlos Pacheco de Macedo, comandando também a fábrica de fósforos - iniciativa dos capitalistas locais - e se preparando, em 1919-1920, para desencadear um dos mais decisivos investimentos na área do couro e do calçado. O pioneirismo do primeiro grande industrial do couro e do calçado de Franca foi, contudo, efêmero;

seus negócios demandavam investimentos e o endividamento - daí decorrente, bem como a posição familiar que ocupava, o trairam em 1926.

Isso não impediu, todavia, que toda uma série de procedimentos destinados a manter o controle sobre a massa falida, elaborada em conjunto por diversos personagens do ramo, inclusive com representantes do Banco do Brasil e com a Justiça de então, fizesse com que parte do maquinário existente, bem como a participação sobre o mercado - até então modesta, mas presente, estivesse sob o controle de agentes francanos. De modo que a atividade não experimentou, como no caso da fábrica de fósforos, uma completa transferência para outra localidade. Até porque permeava essa resistência uma base familiar que proporcionou adaptações.

Entre 1928-1934 a indústria do calçado resistia e a indústria do couro parecia contribuir favoravelmente, dada a proximidade geográfica. Havia, também, os efeitos da Crise de 1929, que provocaram uma radical transformação na estrutura da indústria e no mercado calçadista. Esta se faz sentir a partir de 1935, quando Franca se aproveitou das condições favoráveis encontradas na cadeia produtiva do couro e dos calçados e se inseriu decisivamente no mercado de sapatos para homens - principalmente os calçados grossos destinados ao trabalho agrícola.

A partir daí, tanto indústria do calçado quanto indústria do couro experimentavam crescimento, mas o da indústria calçadista tornou-se visivelmente superior, de modo que, em 1945, os capitais investidos em calçados ultrapassavam os capitais investidos em curtumes e acabavam direcionando outras atividades existentes na cidade para atender às suas demandas.

A produtividade, a lucratividade e as complementaridades estabelecidas pela indústria do calçados não foram resultados de um planejamento estratégico, pois este, quando feito pelos grandes detentores de capitais oriundos da agricultura, uma vez mais a partir de 1940, não atingiram os objetivos desejados.

Enquanto isso, a indústria do calçado ia, pelas sua próprias condições de funcionamento, abocanhando fatias significativas do mercado, então totalmente dominado pelas empresas da Capital paulista. Isso não ocorria somente na ponta do consumo, mas também no fornecimento de equipamentos para a indústria, pois a modalidade de arrendamento mercantil dos maquinários estabelecida por empresas

americanas para as fábrica de Franca, passava, simultanemanete, a não ser tão intensamente exercida na Capital; lá as empresas já equipadas, trabalhavam sob rigidezes tais que: as condições de risco e de garantias não empolgavam os fabricantes de máquinas para calçados atuando no mercado.

Mesmo que o crescimento posterior a 1945 não tenha sido objeto do trabalho, ainda dentro de uma periodização e apesar dos sinais da concentração da atividade na cidade nessa época, houve, a partir daí, uma espécie de verticalização da atividade local, ocorrendo, então, o surgimento de um conjunto de outras fábricas dos mais diversos insumos e produtos requeridos para a fabricação do calçado, bem como o de máquinas para tal fim. Muitas dessas empresas exigiam escalas superiores às próprias indústrias de calçados e requeriam, com isso, a projeção sobre um mercado que ultrapassava as necessidades impostas pelo próprio segmento da cadeia produtiva do couro e do calçado localizada na cidade.

Com a domesticação de atividades correlatas ao calçado, a calçadista francana, que era já o centro articulador, passou encontrar facilidades ainda maiores à sua expansão, fato que se verifica na comparação de sua evolução frente a outros centros produtores do Estado nos quais a atividade poderia ter evoluído. Contudo, essa trajetória acabou marcada pela especialização em que repousava a consolidação dessa atividade industrial, qual seja: no calçado masculino.

Foi desse contexto que as decisões de investimento dos empresários locais passaram a adquirir um conteúdo de espectativas relacionadas a finalidades claramente voltadas para o grande mercado calçadista do país. Entre elas destacavam-se decisões tomadas, a partir da segunda metade da década de 1940, e que iriam consolidar os dois maiores grupos econômicos da cidade: o Saméllo e o Amazonas.

BIBLIOGRAFIA.

FONTES.

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FRANCA. Concordata Preventiva de Carlos Pacheco de Macedo. 1926. processo nº. 1341. v.1. maço 70. vara Cível. 2º. Ofício. cx.217.

_____ . Falência de Carlos Pacheco de Macedo. 1926. processo nº. 1341. v.2. v.3. maço 70. vara Cível. 2º. Ofício. cx.217.

_____ . Falência de Carlos Pacheco de Macedo. 1929. processo nº. 1341. v.4. maço 70. vara Cível. 2º. Ofício. cx. 218.

_____ . Falência de Carlos Pacheco & Cia.. 1926-1938. autos nº. 46. v.1. v.2. v.3. vara Cível. 1º. Ofício. cx. 410.

_____. Concordata Preventiva de Macedo Marx & Cia. 1926. processo nº. 1316. v.1. maço 68. vara Cível. 2º. Ofício. cx. 216.

_____. Falência de Macedo Marx & Cia. 1926. processo nº. 1316. v.1. maço 68. vara Cível. 2º. Ofício. cx. 216.

_____. Auto de Francisca Luiza de Macedo. anno de 1919. AHMUF. Comarca de 2º. Ofício Cível. processo nº. 946. maço 49.

_____. Auto de Inventário de Urias Baptista de Avellar. anno de 1938. AHMUF. Comarca de 1º. Ofício Cível. caixa nº. 261.

_____. Delegacia de Polícia de Franca. Inquérito policial sobre o incêndio na "Fábrica de Calçados Jaguar". autos nº. 52. cx.182. 16.06.1924.

_____. Justiça do trabalho. acidente de trabalho Alfredo Casadei. Mamede Marques. Mamede Domingos da Silva. José Antonio Carvalho. maço 65. autos 1282. vara cível. cx. 182.

_____. Escritura de constituição de sociedade de "capital industrial" nº. 65. 1º.03.1921. In: Fundo Documental da Comarca de Franca. série 2º. Cartório de Notas. nº. 100

MUSEU PAULISTA. Códice "Franca". In: Coleção João Baptista de Aguirra..

DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA.

BANDEIRA JÚNIOR Antonio Francisco. A indústria no Estado de São Paulo em 1901. São Paulo: Diário Oficial. 1901. 227p.

BRASIL. IBGE. Franca. Enciclopédia dos municipios brasilieros. v.28. Rio de Janeiro: IBGE. 1959. p.322-326.

_____. IBGE. CNI. Séries estatísticas retrospectivas. 3 v. (Edição fac-similar de 1908-1909). Rio de Janeiro:IBGE. 1986.

_____. IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas. demográficas e sociais de 1550-1988. 2ª ed.. Rio de Janeiro: IBGE. 1990.

_____. IBGE. CNE. Sinopse estatitistica do municipio de São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE. 1948.

_____. IBGE. SÃO PAULO. Departamento Estadual de Estatística. Sinopse estatistica do Estado nº 3 (separata. com acrescimos. do Anuario Estatistico do Brasil. ano IV - 1938). São Paulo: São Paulo Editora. 1939. 362p.

_____. IBGE. SÃO PAULO. Sinopse estatistica do Estado de S.Paulo nº 4 (separata com acrescimos. do "Anuario Estatistico do Brasil". ano V - 1939-1940. organisado com a colaboração do DEE.). Rio de Janeiro: IBGE/Serviço Gráfico. 1942. 359p.

_____. Recenseamento de 1920. 4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias.

BRASIL. Recenseamento geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série regional. Parte XVII - São Paulo. 2.t. Censo demográfico (população). quadros sinóticos por municípios. quadros segundo o sistema de domicilio. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico. 1950.

_____. Censos Brasil: catálogo do IBGE (1992). v.1. Rio de Janeiro: IBGE. 1992. 46p.

_____. IBGE. SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise da Dados - SEADE. Estado de São Paulo: estrutura industrial regionalizada. (processamento exclusivo) 1953-1956-1960. Campinas: NESUR/IE/Unicamp. s/d. 3 v.

_____. IBGE. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria do Governo. Departamento Estadual de Estatística. Sinopse estatística do Estado nº 3 (Separata. com acréscimos. do Anuário estatístico do Brasil. Ano IV - 1938). Niterói: Diário Oficial. 1939. p.75 e segs.

_____. INE. SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. Diretoria de Estatística. Indústria e Comércio. Sinopse estatística do Estado nº 1 (separata com acréscimos. do Anuário Estatístico do Brasil. ano II - 1936). São Paulo: Brasil de Rothschild. 1936. 151p.

_____. INE. Comissão Central de Recenseamento. SÃO PAULO. Diretoria de Estatística. Indústria e Comércio. Sinopse estatística do Estado nº 2 (separta com acréscimos. do Anuário Estatístico do Brasil. ano III - 1937). São Paulo: Brasil de Rothschild. 1939. 229p.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Proposta de ação programada: couros e calçados. (Mimeo). S/l:s/e. s/d. s/nºp.

EGAS. Eugenio. (Org.). Franca. In: Os municípios Paulistas: publicação official. São Paulo: O Estado de S.Paulo. 1925. v.1 (A-L). p.671-705.

FERREIRA. Waldermar Martins. As directrizes do direito mercantil brasiliero: conferências realizadas na sala dos Actos Grandes da Faculdade de Direito de Lisboa. Lisboa: Anuário Comercial. 1933. 247p.

FRANCO. M. (Org.). Almanack da Franca para 1902 contendo varias e uteis informações. principalmente sobre o municipio. a cidade da Franca: alguns retratos. biographias. etc. São Paulo: Duprat. 1902. 239p.

GUIA - ALMANACH de Barretos e Olimpia: para 1921-1922. S/l:s/e. 1920. (BMMA)

LIMA. Vasco de Castro. A Estrada de ferro sul de Minas (1884-1934) trabalho historico - descritivo organisado pelo Secretario da Estrada. São Paulo: Copag. 1934. p.69-75.79-96.

LISBOA. José Maria. (Org.). Almanach Litterario de S.Paulo para 1879. (Publicado originalmente por José Maria Lisboa em 1878. IV ano). São Paulo: Museu Paulista. s/d. (edição fac-similar).

LUNÉ. Antonio José Baptista & FONSECA. Paulo Delfino da. (Orgs.). Almanak da Provincia de São Paulo para (1873). São Paulo: Imprensa Oficial. 1985. (Edição fac-similar) 780p. e suplemento de 171p.

MENDONÇA. José Xavier Carvalho de. Tratado de direito commercial brasileiro. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio/Rodrigues & C.. 1930. 9 v.

MONTMORENCY. Arthur Pio Deschamps de. Relatorio da Estada de Ferro Mogyana: desde a organisação da companhia até o fim do anno de 1883. (Apresentado ao Instituo Polytecnico Brazileiro por Arthur Pio Deschamps de Montmorency. Campinas: Gazeta. 1884.

NABUCO D'ARAUJO. José Thomaz. Estrada da capital por Jundiaí e Campinas. até Franca. In: Discurso com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Thomaz Nabuco D'Araujo. Presidente da Provincia de S.Paulo. abrio a Assembléa Legislativa Provincial. no dia 1º de maio de 1852. São Paulo: Na Typografia do Governo Arrendada por Antonio Louzada Antunes. 1852. p.64.

NASCIMENTO. Hygino de Andrade do & MOREIRA. Eufrausino. (Orgs.). Almanaque histórico da Franca: obra de compilação histórica do municipio em seus variados aspectos. Franca: s/e. 1943. 384p.

OCTAVIO, Benedicto & MELILLO, Vicente. (Orgs.). Almanach historico e estatistico de Campinas: 1912. Campinas: Casa Mascote, 1911.

O COMMÉRCIO DA FRANCA. "A indústria francana: grande sapataria e sellaria", anno XIII, num.363, Franca, 29.07.1922.

PALMA, Vital. (Org.). Almanach de Franca: (1912) com variadissima e desenvolvida parte historica, biographica, literaria, industrial, charadistica, commercial e annunciante.... São Paulo: Salesianas, 1911. 212p., secção commercial 88p.

_____. Almanach de França: (1913) com variadissima e desenvolvida parte historica, biographica, literaria, industrial, charadistica, commercial e annunciante.... São Paulo: Salesianas, 1912. 195p., secção commercial 44p.

PINTO, Alfredo Moreira. Franca. In: Apontamento para o Diccionario geographico do Brazil. (F- O). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p.44-47.

PIZA, Marcello. Os municipios do Estado de S.Paulo: informações interessantes. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas/ Departamento Estadual do Trabalho/ Serviço de Publicações, 1924. 303p.

POLIANTÉA Comemorativa do 50º aniversário do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1888-1938). Franca: Tip. Central, 1939. 92p.

QUEIROZ, Victorino Seixas & ARANTES JR., Lourenço (Orgs.). Os municipios do Estado de S.Paulo: informações interessantes. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas/ Directoria de Publicidade Agricola, 1933. 487p.

RELATORIO da directoria da Comapanhia Mogyana lido em assembléa geral de 3 de setembro de 1882. São Paulo: Jorge Seckler, 1882.

_____. da directoria da Companhia Mogyana lido em assembléa geral de 23 de setembro de 1883. Campinas: Gazeta de Campinas, 1883.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 30 de março de 1884. São Paulo: Leory King Bookwalter, 1884.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 28 de setembro de 1884. São Paulo: Jorge Seckler, 1884.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 6 de abril de 1885. São Paulo: Jorge Seckler, 1885.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 27 de setembro de 1885. São Paulo: Jorge Seckler, 1885.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 4 de abril de 1886. São Paulo: Jorge Seckler, 1886.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 3 de abril de 1887. São Paulo: Jorge Seckler, 1887.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 2 de outubro de 1887. São Paulo: Jorge Seckler, 1887.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 15 de abril de 1888. São Paulo: Jorge Seckler, 1888.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 7 de outubro de 1888. São Paulo: Jorge Seckler, 1888.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 7 de abril de 1889. São Paulo: Jorge Seckler, 1889.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 13 de outubro de 1889. São Paulo: Jorge Seckler, 1889.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 20 de abril de 1890. São Paulo: Jorge Seckler, 1890.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 14 de abril de 1891. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo, 1891.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 25 de outubro de 1891. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo, 1891.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 8 de maio de 1892. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo, 1892.

RELATORIO. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 14 de maio de 1893. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo. 1893.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 20 de maio de 1894. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo. 1894.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 5 de maio de 1895. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo. 1895.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 17 de maio de 1896. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo. 1896.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 9 de maio de 1897. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo. 1897.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 15 de junho de 1898. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo. 1898.

_____. da directoria da Companhia Mogyana para a assembléa geral de 15 de junho de 1898. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo. 1898.

_____ nº 46. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 23 de junho de 1899. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo. 1899.

_____ nº 47. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 27 de maio de 1900. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo. 1900.

_____ nº 48. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 16 de junho de 1901. São Paulo: Cia. Industrial de S.Paulo. 1901.

_____ nº 49. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 15 de junho de 1902. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1902.

_____ nº 50. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 21 de junho de 1903. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1903.

_____ nº 51. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 26 de junho de 1904. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1904.

_____ nº 52. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 25 de junho de 1905. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1905.

_____ nº 53. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 27 de junho de 1906. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1906.

_____ nº 54. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 27 de junho de 1907. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1907.

_____ nº 55. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 28 de junho de 1908. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1908.

_____ nº 56. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 20 de junho de 1909. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1909.

_____ nº 57. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 26 de junho de 1910. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1910.

_____ nº 58. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 28 de junho de 1911. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1911.

_____ nº 59. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 27 de junho de 1912. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1912.

_____ nº 60. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 28 de junho de 1913. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1913.

RELATORIO nº 61. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 27 de junho de 1914. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1914.

_____ nº 62. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 28 de junho de 1915. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1915.

_____ nº 63. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 28 de junho de 1916. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1916.

_____ nº 64. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 28 de junho de 1917. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1917.

_____ nº 65. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 28 de junho de 1918. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1918.

_____ nº 66. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 28 de junho de 1919. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1919.

_____ nº 67. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 28 de junho de 1920. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1920.

_____ nº 68. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 28 de junho de 1921. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1921.

_____ nº 69. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 28 de junho de 1922. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1922.

_____ nº 70. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a assembléa geral de 28 de junho de 1923. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1923.

_____ nº 71. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 26 de junho de 1924. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1924.

_____ nº 72. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 25 de junho de 1925. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1925.

_____ nº 73. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 26 de junho de 1926. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1926.

_____ nº 74. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 28 de junho de 1927. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1927.

_____ nº 75. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 28 de junho de 1928. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1928.

_____ nº 76. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 22 de junho de 1929. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1929.

_____ nº 77. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 7 de junho de 1930. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1930.

_____ nº 78. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 20 de junho de 1931. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1931.

_____ nº 79. da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 27 de junho de 1932 e referente ao anno de 1931. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes, 1932.

RELATORIO nº 80, da directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 22 de junho de 1933 e correpondente ao anno de 1932. Campinas: Livro Azul - A.B. de Castro Mendes. 1933.

_____ nº 81, da directoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 21 de maio de 1934 e correpondente ao anno de 1933. Campinas: Livro Azul - Castro Mendes & Filho. 1934.

_____ nº 82, da directoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 27 de maio de 1935 e correpondente ao anno de 1934. Campinas: Livro Azul - Castro Mendes & Filho. 1935.

_____ nº 83, da directoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 28 de maio de 1936 e correpondente ao anno de 1935. Campinas: Livro Azul - Castro Mendes & Filho. 1936.

_____ nº 84, da directoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 10 de junho de 1937 e correpondente ao anno de 1936. Campinas: Livro Azul - Castro Mendes & Filho. 1937.

_____ nº 85, da directoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 2 de junho de 1938 e correpondente ao anno de 1937. Campinas: Casa Livro Azul - Castro Mendes & Filho. 1938.

_____ nº 86, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléa geral de 15 de junho de 1939 e correpondente ao ano de 1938. Campinas: Casa Livro Azul. 1939.

_____ nº 87, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléia geral de 28 de junho de 1940 e correpondente ao ano de 1939. Campinas: Casa Livro Azul. 1940.

_____ nº 88, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléia geral de 29 de abril de 1941 e correpondente ao ano de 1940. Campinas: Casa Livro Azul. 1941.

_____ nº 89, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléia geral de 29 de abril de 1942 e correpondente ao ano de 1941. Campinas: Casa Livro Azul. 1942.

_____ nº 90, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléia geral de 30 de abril de 1943 e correpondente ao ano de 1942. Campinas: Casa Livro Azul. 1943.

_____ nº 91, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléia geral de 28 de abril de 1944 e correpondente ao ano de 1943. Campinas: Casa Livro Azul. 1944.

_____ nº 92, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléia geral de 30 de abril de 1945 e correpondente ao ano de 1944. Campinas: Casa Livro Azul. 1945.

_____ nº 93, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléia geral de 29 de abril de 1946 e correpondente ao ano de 1945. Campinas: Casa Livro Azul. 1946.

_____ nº 94, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléia geral de 29 de abril de 1947 e correpondente ao ano de 1946. Campinas: Casa Livro Azul. 1947.

_____ nº 95, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléia geral de 30 de abril de 1948 e correpondente ao ano de 1947. Campinas: Casa Livro Azul. 1948.

_____ nº 96, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléia geral de 28 de abril de 1949 e correpondente ao ano de 1948. Campinas: Casa Livro Azul. 1949.

_____ nº 97, da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembléia geral de 27 de abril de 1950 e correpondente ao ano de 1949. Campinas: Casa Livro Azul. 1950.

REVISTA O COMMERCIO DA FRANCA. "Calçado Peixe: Avellar & Cia". Franca. 1956. p.66-67.

_____. "Cortume Progresso Sociedade Anônima". Franca. 1956. p.86-87.

_____. "Cia de Calçados Palermo". Franca. 1956. p.94-95.

_____. "Calçados Spessoto". Franca. 1956. p.28.

REVISTA O COMMERCIO DA FRANCA. "Calçados Lopes de Mello". Franca. 1956.

_____. "Major Elias Motta: pioneiro da indústria do couro em Franca". Franca. 1956. p.132.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura. Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Boletim de Agricultura. 10ª Série. Jan. Nº 1. anno de 1909. São Paulo: s/ed. 1909.

_____. Secretaria da Agricultura. Industria e Obras Publicas do Estado de S.Paulo. Boletim da Directoria de Industria e Commercio (1911-1928). 17 v.. São Paulo: Brasil/ Rothschild/ Rothschild-Brazil. 1911/1928.

_____. Secretaria da Agricultura. Industria. Commercio. Directoria de Estatistica. Industria e Commercio. O café em São Paulo (notas historicas) por Paulo R. Pestana - Director de Industria e Commercio. São Paulo: Levi. 1927. 23p.

_____. Secretaria da Agricultura. Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo. Diretoria de Estatística. Indústria e Comércio. Secção de Indústrias. Estatística industrial do Estado de S.Paulo (1928-1937). 10 v.. São Paulo: Garraux/Freire. 1930/1939.

_____. Departamento Estadual de Estatística. Divisão de Estatísticas da Produção e Comércio. Catálogo da Indústrias do Estado de S.Paulo: exclusive o município da capital. São Paulo: Rothschild Loureiro. 1947. 1089p.

_____. Departamento Estadual de Estatistica. Boletim do Departamento Estadual de Estatistica (1938-1944). 84 v. São Paulo: vv/ editores. 1938-1944.

_____. Departamento Estadual de Estatistica. Boletim: índice alfabético das publicações (1938-1944). São Paulo: s/e.. 1945. 173p.

_____. Secretaria dos Negócios da Agricultura. Atlas econômico do Estado de S.Paulo: dados 1937-1938. Especial contribuição da Diretoria de Estatística. Indústria e Comércio à Conferência Nacional de Economia e Administração. São Paulo: março. 1940.

_____. Repartição de Estatistica e Archivo do Estado. Annuario Estatistico de São Paulo (Brasil) - 1910: estatística economica e moral. São Paulo: Duprat & Cº. 1912.

_____. Secretaria da Fazenda e do Thesouro do Estado de São Paulo. Balanco do exercicio de 1919 e annexos: Relatorios da contadoria do Estado. São Paulo: Garraux. 1920. 281p.

_____. Secretaria da Fazenda. Contas do exercício financeiro: relatórios da Contadoria do Estado (1930-1938). São Paulo: vv/editores. 1931-1939. 9 v.

_____. Departamento de Estatistica do Estado. Os municipios paulistas: (1954). São Paulo: s/e. 1956. 656p.

_____. Livro dos municípios do Estado de S.Paulo: um levantamento completo de todos os municipiod do Estado. abrangendo informações geográficas. agricolas. comerciais. industriais. bancárias. postais. de transportes. políticas. sociais. educacionais. esportivas. de saúde. urbanas e religiosas. (Edição comemorativa do aniversário do Estado Nacional). São Paulo: Livraria Martins. 1951. 1132p.

_____. Secretaria de Economia e Planejamento. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Produtividade e ajuste na indústria paulista. São Paulo: SEADE. 1985. 120p. (Análises/ Ensaios).

_____. Secretaria de Economia e Planejamento. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/ Unicamp. Instituto de Economia. A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de S. Paulo: (1920-1980). São Paulo: SEADE. 1988. v.1. nº 1. 157p. (Coleção Economia Paulista).

_____. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Característica gerais do processo de industrialização paulista/ SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise da Dados. São Paulo: SEADE. 1988. 67p.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo: SEADE. 1992. 8 v.

VALLIM. Pedro E. (da Associação Paulista de Imprensa). Álbum dos municipios do Estado de S.Paulo: (1940). São Paulo: Revista dos Tribunais. 1940. 373p.

_____. Histórico dos municípios paulistas. São Paulo: A Orientadora. s/d. 167p.

VON TSCHUDI. Johann Jakob. Viagem às províncias do Rio de Janeiro e S.Paulo. Tradução de Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Livraria Martins. 1953. 209p.

FILMES.

FRANCA. Museu Histórico Municipal. Franca em 1920. (Filme). Cinegráfica São Luiz. 1920. 10 min., mudo. branco e preto. 8mm.

FRANCA. Museu Histórico Municipal. Calçado Jaguar. (Filme). Rossi Filmes. 1924. 10 min. mudo. branco e preto. 8mm.

CARTAS E MAPAS.

BIBLIOTECA MUNICIPAL MÁRIO DE ANDRADE. Carta topografica da capitania de S.Paulo e seus certoens. emque sevê os descubertos. que lhe forão tomados por Minas Geraes. com também ocaminho que vai para Goias e R.Grande de São Paulo do Sul com todos os seus pozos e pasagens. C.M.R.G.aled. Mapoteca da B.M.M.A. Coleção Pirajá da Silva - Arm. 23 v. Gav. 5. v.981 (1772-1790) B.823 - 23.

BRASIL. IBGE. Carta do Brasil. Esc. 1:50.000. fls. SF-23-V-A-I-2,I-4/ II-1. II-2. II-3. II-4/ IV-2. IV-4/ V-1. V-2. V-3. V-4.

SÃO PAULO. Comissão Geographica e Geologica. Engº João Pedro Cardoso. Carta Geral do Estado de São Paulo. São Paulo: 31.12.1930. Mapa 12. Campinas. 1925. Mapa 13. São Simão. 1919. Mapa 15. Franca. 1920. Mapa 20. Igarapava. 1930. Mapa 29. Jundiaí. 1925. Mapa 33 Mogy-Mirim. 1921. Mapa 36. Orlândia. 1929. Mapa 46. Ribeirão Preto. 1925. Mapa 47. Rifaina. 1914. Mapa 61. São Simão. 1919.

BIBLIOGRAFIA.

ABRAÃO. Alice. Relações comerciais em Franca. (Monografia de conclusão do curso de geografia). Franca: FFCLF, 1966. 19p. Il.

ANDERSON. Perry. *Teoria, política e historia: un debate con E.P. Thompson.* Traducción de Eduardo Terrén. Madrid: Siglo Vientiuno. 1985. 241p.

ARRUDA. José Jobson de Andrade. O Brasil no Comércio Colonial. São Paulo: Ática. 1980. 710p.

ARRUDA. Maria A.do Nascimento. Mitologia da mineiridade. São Paulo: Brasiliense. 1990. 379p.

AURELIANO. Liana Maria. No limiar da industrialização. São Paulo: Brasiliense. 1981. 138p.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO EXTREMO SUL. A indústria de calçados no Rio Grande do Sul. / BRDE. Porto Alegre: BRDE, 1977. 126p. (Estudos Econômicos nº 8) ver p.17.

BENTIVOGLIO. Julio Cesar. Igreja. Câmara e a disputa pelos espaços da cidade: a questão do Largo (Franca-1893). Estudos de História. Franca: UNESP. nº 1. 1995. p.231-45.

_____. Os dois corpos da cidade: A constituição do espaço urbano de Franca no século XIX. (Dissertação de Mestrado). Franca: FHDSS/ UNESP. 1997. 166p.

BORGES. Terezinha de Jesus. A indústria do couro em Franca: (Monografia de conclusão do curso de geografia). FFCLF. 1966. 58p.

BRANDÃO. Carlos Antônio. Triângulo: capital comercial. geopolítica e agroindústria. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: UFMG. 1989. 183p.

BRANDT. B. Geografia cultural do Brasil. Boletim Geográfico. v.3. ano II. nº 23. 1945. p.1492-9.

BRAUDEL. Fernand. *Histoire et sciences sociales: la longue durèee.* Annales E.S.C., n.4. Débats e Combats. p.725-753. oct-dic. 1958.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. Tradução Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa/ Rio de Janeiro: Cosmos, 1985. 2v. (Série Rumos do Mundo) t.1 - As estruturas do quotidiano: o possível e o impossível; t.2 - Os jogos das trocas.

_____. Civilization materielle, economie et capitalisme, XVe-XVIIIe siecle. Paris: Armand Colin, 1979. 3v. v.1 - Les structures du quotidien; v.2 - Les jeux de l'echange; v.3 - Le temps du monde.

_____. Gramática das civilizações. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 506p. (Coleção Homem e a História).

_____. A identidade da França. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. Rio de Janeiro: Globo, 1989. - v.1. Espaço e história, v.2-3. Os homens e as coisas.

BRIOSCHI, Lucila R. (Et. Alli) Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais século XVIII/XIX. São Paulo: CERU, 1991. 294p.

CAFAGNA, Luciano. *En torno a los origenes del duaslimo económico italiano*. In: KULA, Witold. (Org.). *Industrialization y desarrollo*. Madrid: Comunicacion, s/d. p.75-118.

CALDEIRA, Jorge. Mauá: o empresário do Império. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. 557p.

CALEIRO, Hygino Jacintho. Hygino de Oliveira Caleiro: um exemplo. (Monografia de conclusão de curso de história). Franca: FFCLF, 1967. 33p. ilustradas.

CALÓGERAS, João Pandiá. Transportes arcaicos do Brasil. Boletim Geográfico, v.3, ano II, nº 23, 1945, p.1670-7.

CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. 2 v. São Paulo: IPE/ USP, 1981. (Ensaios Econômicos 14 e 14a).

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2ª.ed., São Paulo: T.A.Queiróz, 1983, 318p.

_____. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - (1930-1970). São Paulo: Global/Ed. da Unicamp, 1985. 369p.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 4a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986. 182p.

CARNEIRO, Ligia de Azambuja Gomes. Trabalhando o couro: do serigote ao calçado *made in Brazil*. Porto Alegre: L&PM: CIERGS, 1986. 160p.

CARVALHO, José Murilo de. Teatro das sombras: a política imperial. São Paulo/ Rio de Janeiro: Vértice/ Revista dos Tribunais/ Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. 195p.

CARVALHO E SILVA, Antonio F. de. Bosquejo histórico sôbre a estatística paulista. Boletim do Departamento Estadual de Estatistica, nº 8: ago. 1940. São Paulo: Brasil, 1940. p.30-47.

CASTRO LIMA, Vasco de. A estrada de ferro Sul de Minas: 1884-1934. São Paulo: Copag, 1937.

CHIACHIRI, José. Vila Franca do Imperador (subsídios para a história de uma cidade). Franca: O Aviso da Franca, 1967.185p.

CHIACHIRI Fº, José. Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador. Ribeirão Preto: Ribeira Gráfica, 1986. 220p

COLOMBI NETTO, Julio. O declinio das ferrovias e o transporte de passageiros de médio e longo percurso. (Tese de doutoramento). São Paulo: FEA/USP., 1975. 179p.

CIPPOLARI, Pedro. O problema ferroviário no Brasil. (Tese de doutoramento). São Paulo: FEA/USP., 1968. 180p.

COSTA, Achyles Barcelos da. Competitividade da indústria de calçados: notas técnicas. In: COUTINHO, Luciano G. [*Et Alli*]. Estudo da competitividade na indústria brasileira. (Notas do complexo têxtil). Campinas: FECAMP, 1993. 113p.

COSTA, Alfredo Henrique. Contribuição ao estudo da história da indústria do calçado de Franca: suas bases artesanais e o impacto tecnológico. Anais do III simpósio dos professores universitários de história. Franca: FFCLF, 1965. p.577-593.

COSTA, Wilma Peres. Ferrovia e trabalho assalariado em São Paulo. (Dissertação de mestrado). Campinas: Unicamp/ IFCH, 1976. 170p.

_____. A espada de Dâmocles: o exército e a crise do império. (Tese de doutoramento). São Paulo: USP/ FFLCH/ Departamento de Sociologia, 1990. 2v.

CRUZ, Hélio Nogueira da. Alternativas e difusão tecnológicas: o caso do setor de calçados no Brasil. (Tese de doutoramento). São Paulo: FEA/USP., 1977. 161p.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades I. Boletim Geográfico trad. Orlando Valverde, ano II, nº 14, 1944. p.141-8.

_____. Como se consitutiu no Brasil a rede de cidades II. Boletim Geográfico. Trad. Orlando Valverde, ano II, nº 15, 1944, p.299-308.

_____. Regiões e paisagens do estado de São Paulo. Boletim Geográfico. Ano III, nº 25, 1945. p.19-27.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 398p.

DUNCAN, Julian Smith. *Public and private operation of railways in Brazil*. New York: Columbia U.P., 1932. 243p.

ELLIS JR., Alfredo. História de São Paulo. (16 Cap.). Boletim do Departamento Estadual de Estatistica. nº 9: set. 1939 a nº 12: dez. 1940. São Paulo: Brasil, 1939/1940.

FAUSTO, Boris. Historiografia da imigração para São Paulo. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991.62p.

FERREIRA, Mauro. Franca: Itinerário urbano. São Paulo: Laboratório das Artes/ USP, 1983. 171p. Il.

_____. O espaço edificado e a indústria de calçados em Franca. (Dissertação de mestrado). São Carlos: EESC/USP, 1989.

FONT, Mauricio A., *Labor system and collective action ina coffee export sector*: São Paulo. In: ROSEBERRY, William., GUDMUNDSON, Lowell. & KUTSCHBACH, Mario Samper. (Orgs.). *Coffee, society, and power in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995. p.181-205.

FORJAZ, Djalma. A extinção do DEE: as opiniões dos nossos licurgos. São Paulo: s/e., 1949. 80p.

FRANCA, Plano de desenvolvimento integrado de Franca: viabilidade do distrito industrial. Governo municipal, Prefeito José Lancha Filho. São Paulo: Planográfica, 1969. 25p.

_____. Quadro demonstrativo do desmembramento do município. (Mimeo). S/l:s/d.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Ática, 1974. 235p.

FRANCO, Pearl Gonçalves. Bancas de pespontos em Franca: trabalho façonista para a mulher e o menor. (Monografia de conclusão de curso de Serviço Social). Franca: FHDSS/UNESP, 1991, 54p.

FREITAS, Myrtes Palermo C.de. A diversificação das atividades econômicas no município paulista de Franca (1900-1930). (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP: São Paulo, 1979. 197p.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil 5a. ed., Rio de Janeiro:Fundo de Cultura, 1963. 279p.

FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. 173p.

_____. Formação econômica da América Latina. 2a. ed., Rio de Janeiro: Lia Editora, 1970. 365p.

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro: Trabalho e vida operário (1930-1940). (Tese de Doutoramento). Campinas: IFCH/ Unicamp, 1992. 223p.

GARCIA, Renato de Castro. Aglomerações setoriais ou distritos industriais: um estudo das indústrias têxtil e de calçados no Brasil. (Dissertação de mestrado). Campinas: Instituto de Economia/ Unicamp, 1996. 151p.

GARCIA, Rosaura. Constatação do crescimento urbano da cidade de Franca a partir da implantação dos curtumes. (Trabalho de graduação interdisciplinar, FAU). Campinas: PucCamp, 1982. 57p.

GONÇALVES, José Ricardo Barbosa. A utopia da ordem social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898). (Tese de doutoramento). São Paulo: USP/ FFLCH/ Departamento de História, 1989. 215p.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. Infra - estrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: CEDEPLAR/ UFMG, 1990. 177p.

HAZARD, Blanche Evans. *The organization of the boot and shoe industry in Massachusetts before 1875*. Cambridge/ London: Harvard/ Oxford U.P., 1921. 293p.

HALL, Michael McDonald. *The origins of mass immigration in Brazil: (1871-1914). (Ph.d.Doctor of Philosophy)*. Columbia: Columbia University, 1969. 198p.

HOBSBAWN, Eric J.. *"First comers" y "Second comers"*. In: KULA, Witold. (Org.). *Industrialization y desarrollo*. Madrid: Comunicacion, s/d. p.47-74.

_____. *Recientes estudios sobre la industrialización en Gran Bretaña*. In: KULA, Witold. (Org.). *Industrialization y desarrollo*. Madrid: Comunicacion, s/d. p.147-162.

_____. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). 2ª ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. 334p.Il.

_____. (org). História geral da civilização brasileira: a época colonial. São Paulo: Difel, 1972. 2 v.

_____. Monções. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 163p.

_____. Tentativas de Mitologia. São Paulo: Perspectiva, 1979. 284p.

_____. Raizes do Brasil. 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympio , 1983. 158p.

HOLLOWAY, Thomas H. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho na economia cafeeira de São Paulo. 1885-1915: uma análise preliminar. Estudos Econômicos. v.2, 1972, nº6. p.145-180.

KULA, Witold. (Org.). *Industrialization y desarrollo*. Madrid: Comunicacion, s/d. 183p. (Comunicacion nº24).

_____. *Algunos aspectos de la colaboracion entre historiadores y economistas*. In: _____. (Org.). *Industrialization y desarrollo*. Madrid: Comunicacion, s/d. p.11-44.

_____. *Los estudios sobre la información del capitalismo en Polonia*. In: _____. (Org.). *Industrialization y desarrollo*. Madrid: Comunicacion, s/d. p.163-183.

LAVASSEUR, E. & RIO BRANCO, Barão do. A indústria no Brasil em 1889. Boletim Geográfico. Trad. Orlando Valverde, ano III nº 25, 1945. p.28.

_____. Desenvolvimento econômico e industrial do Brasil. Boletim Geográfico. Trad. Orlando Valverde, ano III nº 25, 1945. p.29-30.

_____. As vias e os meios de comunicação do Brasil em 1889. Boletim Geográfico. Trad. Orlando Valverde, ano III nº 25, 1945. p.30-37.

LEITE, Aureliano. História da civilização paulista: enriquecida de vasta bibliografia sobre cousas e pessoas de S.Paulo desde 1502 a 1945. São Paulo: Martins Fontes. 498p.

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo: Símbolo, 1979.

_____. Rota Menor: o movimento da economia mercantil de subsistência do Centro-Sul do Brasil. 1808-1831. Anais do Museu Paulista, v. 23, 1977/8.

LIMA, Cacilda Comássio. A construção da cidade: A Câmara Municipal de Franca e a organização do espaço urbano. (Dissertação de mestrado). Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social/ UNESP, 1995.127p.

LIMA, Sílvia Maria Jacintho de. Transformações na pecuária bovina paulista: o exemplo da região de Franca. (Tese de Doutoramento). Franca: FFCLF, 1973. 213p.

LOWE, Joseph L. A locomotiva: São Paulo na federação brasileira. (1889-1937). Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 471p.

LUGON, Clovis. A república "comunista-cristã" dos Guaranis: (1610-1768). 3ª ed. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 353p.

LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização no Brasil: (1808-1930). 2a.ed., São Paulo: Alfa- Omega, 1975. 224p.

MANTOUX, Paul. Revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra. Tradução de Sonia Rangel. São Paulo: Ed. UNESP/ Hucitec,sd. 552p.

MARCONI, Marina de Andrade. Artesanato masculino. Franca:UNESP, 1991. 172p.Il.

MARCZEWSKI, Jean, VILAR, Pierre. *Qué es la historia cuantitativa*? Traducción de Martha H. Cavilliotti. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973. 97p.

MARQUETI, Elza Helena. Franca: geografia e história do município. 2ª ed. S/l: 1992. 101p.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. Lisboa: Estampa, 1975. 365p

_____. O Capital: contribuição à crítica da economia política. 3 ed. Tradução de Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. l.1, 2 v.

_____. Formações econômicas pré-capitalista. 2 ed. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 136p.

MATTOS, Ilmar Rolhoff de. O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987. 299p.

MATTOS, Odilon Nogueira de. A evolução ferroviária de S.Paulo. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, v. 3, Conselho Nacional de Geografia, 1944.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de & SAES, Flávio A.M. de. Características dos núcleos urbanos em S.Paulo. Estudos Econômicos, 15(2), FIPE/USP, mai.-ago., 1985.

MELO, Egle Roberto Menezes de. O coronelismo francano: a consolidação da hegemonia (1880-1914). (Dissertação de mestrado). Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social/ UNESP, 1995. 127p. (47-55 você é da terra?/ apêndice - 109-127 A Greve dos cocheiros- maio a dez. De 1902.)

MILLIET COSTA E SILVA, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios: análise histórica-demográfica da expansão cafeeira do Estado de São Paulo. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. 188p. (Coleção Departamento de Cultura v.25).

_____. Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 2ª ed., São Paulo: Bipa, 1946. 196p.

MONBEIG, Pierre. *Pionniers et Planteurs de* São Paulo. Paris: Armand Colin, 1952. 376p.

_____. Pioneiros e fazendeiros em São Paulo. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. 392p.

NALDI, Mildred Regina Gonçalves. Monsenhor Rosa e sua participação na vida francana: (1860-1903). (Dissertação de mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP, 1979. 65p.

_____. Fontes para um estudo das falências em Franca. Memória da V Semana da História. 5 : 353-358. Franca, 1983. Anais

_____. Coronelismo e poder local: Franca (1850-1889). Franca: FHDSS/ UNESP/ Prefeitura Municipal, 1992. 116p.

NEGRI, Barjas. Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo: (1880-1990). (Tese de Doutoramento). Campinas: Instituto de Economia/ Unicamp, 1994. 268p.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial: (1777-1808). 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 419p.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Considerações sobre a formação do capitalismo. (Dissertação de mestrado). Campinas: IFCH/Unicamp, 1977. 59p.

_____. O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. (Tese de doutoramento). Campinas: IE/ Unicamp, 1985. 267p.

OLIVEIRA, Lélio Luiz de. As transformações da riqueza em Franca no século XIX. (Dissertação de mestrado). Franca: FHDSS/UNESP, 1995. 214p.

NEVES, Maria Cecília B. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. Revista de Administração de Empresas. 13(2):49-66, 1973.

PACHECO, Carlos Américo. Café e cidades em São Paulo: um estudo de caso da urbanização na região de Araraquara e São Carlos (1880-1930). (Dissertação de mestrado). Campinas: IE/Unicamp, 1988. 223p.

PÁDUA, Maria Teresa de. Franca como centro de vida de relações bancárias. (Trabalho de conclusão de curso). Franca: FFF, 1966. 24p.

PALERMO, Alfredo. A França: apontamentos sobre sua história, suas instituições e sua gente. Franca: Copgraf, 1980. 211p. Il.

PAPACIDERO, Anna Luiza. As pastagens naturais e artificiais nas áreas de cerrado na região de Franca. (Trabalho de conclusão de curso). Franca: FFF, 1967. 50p.

PEIXOTO, Milza Bruxelas. (Org.). A história vai à rua: passado e presente de Franca. (Mimeo). Franca: FHDSS/UNESP, 1990. 22p.

PELÁEZ, Carlos Manoel & SUZIGAN, Wilson. História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Série monográfica, 23. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 364p.

_____. História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 142p.

_____. Formação do Brasil contemporâneo. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 390p.

PRESTES, Anita Leocádia. A Coluna Prestes. 3ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1991. 499p.

PRESOTTO, Zélia Neves & RAVAGNANI, Oswaldo M. Dados históricos e arqueológicos dos primitivos habitantes do Nordeste paulista. Boletim de história e ciências correlatas. Ano II, nº 4, Franca, 1970. p.50-7.

REIS, Carlos Nelson dos. A indústria brasileira de calçados: inserção internacional e dinâmica interna nos anos 80. (Tese de doutoramento). Campinas: Instituto de Economia/ Unicamp, 1994. 257 p.

REIS, Marisa dos. Reestruturação internacional e inserção do Brasil na indústria de calçados. (Dissertação de mestrado). Campinas: Instituto de Economia/ Unicamp, 1992. 140p.

RESENDE, Paulo-Edgard Almeida. A República sem povo. São Paulo: Educ, 1989. 84p.

RESENDE, Paulo-Edgard Almeida, RODRIGUES, Lúcio Flávio, CHAIA, Vera. (Orgs.). Análise do discurso político: abordagens. São Paulo: Educ, 1993. 110p.

RIBEIRO. Maria da Conceição Martins. Franca (contribuição do estudo dos centros urbanos brasileiros). Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, v.3, Conselho Nacional de Geografia, 1944. p.586-598

RINALDI. Dalva Marlene Chioca. A cidade de Franca como centro consumidor. (Monografia de conclusão de curso de geografia). Franca: FFCL, 1966. 25p. Il.

_____. Dalva Marlene Chioca. Indústria curtumeira em Franca. (Mimeo). Franca: FHDSS/ UNESP, 1987. 105p. (Relatório de Pesquisa).

_____. O faconismo em Franca. Franca: FHDSS/ UNESP. 1987. 120p.

ROSEBERRY, William., GUDMUNDSON, Lowell. & KUTSCHBACH, Mario Samper. (Orgs.). *Coffee, society, and power in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995. 304p.

SAES, F..A. Marques de. Expansão e declínio das ferrovias paulistas: 1870-1940. In: PELÁEZ C.M. & BUESCU M. A moderna história econômica. Rio de Janeiro: APEC, 1976. 259p.

_____. As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana. (Tese de doutoramento). São Paulo: FEA/USP, 1974. 273p.

_____. As ferrovias de São Paulo (1870-1940). São Paulo: Hucitec/INL, 1981. 199p.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo (1885-1888). São Paulo: IPE/USP, 1980. 144p. (Ensaios Econômicos 5).

_____. O rascunho da nação: formação, auge e ruptura da economia colonial. (Tese de doutoramento). Campinas: IE./Unicamp., 1985. 169p.

SANTOS, Wanderley dos. O Major Pacheco de Macedo e a Fábrica Jaguar. O Diário da Franca, Franca, 07.04.1993.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades, 1978. 172p. (Coleção História e Sociedade).

SILVA, Lígia Maria Osório. A lei da terra: um estudo sobre a história da propriedade da terra no Brasil. (Tese de doutoramento). São Paulo: PUC, 1991.

_____. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. Campinas: EdUnicamp, 1996. 373p.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 120p.

SPAVENTA Luigi. *Teoria económica del desarollo e historia económica*. In: KULA, Witold. (Org.). *Industrialization y desarrollo*. Madrid: Comunicacion, s/d. p.119-146.

SOUZA, Irene Sales. A visão política de um grupo de operários da indústria de calçados de Franca: um estudo das contradições nas representações de classe e nação. (Tese de doutoramento em psicologia social). São Paulo: PUC, 1983. v.2, 308p.

SPARKS, W.L. (F.B.S.I.). *The story of shoemaking in Norwich: from the earliest times to the present day*. Nothmpton: Nationa Institution of the Boot and Shoe Industry, 1949. 119p.

STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil - (1850-1950). trad. Jaime Larry Benchimol. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 272p.

STOLCKE, Verena. *The labors of coffee in Latin America: The hidden charm of family labor and self-provisioning*. In: ROSEBERRY, William., GUDMUNDSON, Lowell. & KUTSCHBACH, Mario Samper. (Orgs.). *Coffee, society, and power in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995. p.65-93.

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986. 403p.

TAVARES, Maria da Conceição. O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina. In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 263p. (p.29-58)

_____. A acumulação de capital e industrialização no Brasil. (Tese de livre-docência). Rio de Janeiro: FEA/UFRJ, 1974. 180p.

VANGELISTA, Chiara. Os braços da lavoura: imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). Tradução Thei de Almeida Viana Bertorello. São Paulo: Hucitec/ Instituto Italiano de Cultura/ Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro. 1991. 293p.

VÁRIOS. História da imigração no Brasil: as famílias. 2ª ed. v.1, São Paulo: Cultura Brasiliera, 1981. 376p.

VASQUES, Antonio Cláudio Branco. Contribuição para o estudo da indústria calçadista de Franca. Boletim de Geohistória nº 4. Franca: IHSS/UNESP, 1977. 23p.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. Instituições políticas brasileiras. São Paulo: José Olympio, 1949. 2v.

_____. Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil. (Obra póstuma). Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. 192p.

VIEIRA, Neuza Machado. História geológica do município de Franca. Boletim de Geohistória, nº 9, Franca: IHSS/UNESP, 1977. 30p.

VILAR, Pierre. Desenvolvimento económico e análise histórica. Tradução de Eduardo Nogueira e Conceição Jardim. Lisboa: Presença, 1982. 271p.

VILHENA, Maria Ignêz de Freitas. A indústria de Calçados em Franca. Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca. Ano I, nº2, dez. 1968. p.61-68.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. Traducción* Anttonio Resines, 2ª ed. Mexico: Siglo Vientiuno, 1979. 580p.

_____, *El moderno sistema mundial II: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea*, 1600-1750. *Traducción* Pelar Lopez Manez. Mexico: Siglo Vientiuno, 1984. 524p.

WEBER, Max. *Economia y sociedad: esbozo de sociolgía comprensiva*. Traducción de José Medina Echavarria, Juan Roura Parella, Eugenio Ímaz, Eduardo Garcia Máynez y Ferrater Mora. México: Fondo de Cultura Económica, 1944. 1237p.

_____. Ciência e política: duas vocações. Tradução de Leonides Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1970. 209p.

_____. Ensaios de sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 530p.

_____. Metodologia das ciências sociais. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo/ Campinas: Cortez/Edunicamp, 1992. 2 v.

ZAMBONI, Maria Célia. A Mogiana e o café: contribuição para a história da Estrada de Ferro Mogiana. (Dissertação de mestrado). Franca: FHDSS/ UNESP. 1993. 164p.

ZAN, Elda Therezinha Coelho. A sociedade francana durante o Estado Novo (1937-1945): o advento da mentalidade empresarial. Boletim de Geohistória nº 8, Franca: IHSS/ UNESP, 1977. 27p.

ANEXOS

CAPITAIS NO INTERIOR:
Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945).

Pedro Geraldo Tosi

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. **José Ricardo Barbosa Gonçalves**.

1998

ANEXO I

OCUPAÇÕES, PROFISSÕES E COMERCIANTES DE FRANCA EM 1872/1877[1]

ELEITORES:
Cap. José Garcia Duarte
Miguel Gomes de Oliveira
Bel. Simpliciano da Rocha Pombo
Pe. Candido Martins da Silveira Rosa
Cap. Antonio Carlos de Vilhena
Ten. Urias Antonio do Nascimento
Ten. Felisbino Antonio de Lima
Cap. José Eduardo de Figueredo
Maj. Francisco Antonio da Costa
Maj. Antonio Joaquim do Nascimento
Ten. Joaquim Bernardes da Costa
Cap. José de Mendonça Ribeiro
Francisco de Paula Teixeira
Alf. João Villela dos Reis
Joaquim José Garcia
Ten Quirino Barbosa Sandoval
Cap. Domingos Alves Leite
Ten. José de Paula Silveira
Pe. Joaquim Ferreira Telles
Ten. José Joaquim Ferreira do Nascimento
Cap. José Nunes Ferreira
José Heitor de Paula
Alf. Joaquim Nunes Ferreira
Joaquim Justino Alves Ferreira

COLETORIA GERAL E PROVINCIAL:
Coll. Cap. Camillo de Lelis Lopes de Oliveira
Esc. Miguel Gomes de Oliveira

AGÊNCIA DO CORREIO:
Ag. Cap. Camillo de Lelis Lopes de Oliveira

SOCIEDADE MAÇÔNICA:
Ven. Francisco Barbosa Lima - "Amor e Segredo"

FAZENDEIROS:
Albino Nunes da Silva
Dª Anna Luiza Alves
Anselmo da Silva Diniz
Antonio Barbosa Lima
Antonio Borges Falleiros
Antonio Carlos de Vilhena
Antonio Flavio de Castro
Antonio Ignacio de Faria
Antonio Jacob Ferreira
Antonio Silverio de Freitas
Cherubin Antunes Cintra
Chistino de Paula e Silva
Domingos dos Reis Pinto
Eugenio Ribeiro da Silva
Dª Francisca Alves de Assumpção
Francisco Antonio da Costa
Francisco Monteiro de Araujo
Francisco de Paula Coelho
Francisco de Paula Queiroz
Francisco de Paula e Silva
Francisco Pires de Moraes
Francisco de Souza Lima
Ignacio Borges de Freitas
Dª Joanna Falleiros
João Antonio de Mello
João José Pereira
João José de Souza Costa
João Marcilio de Andrade
João Monteiro de Araujo
João Villela dos Reis
Joaquim Alves Falleiros
Joaquim Antunes Cintra
Joaquim Belarmino de Fritas
Joaquim Caetano Ferreira de Souza
Joaquim do Couto Rosa
Joaquim Diogo Garcia Lopes
Joaquim Garcia Lopes da Silva
Joaquim Gonçalves Vallim
Joaquim Goulart de Andrade
Joaquim José Garcia

---

[1] **Luné**, Antonio José Baptista & **Fonseca**, Paulo Delfino da. (Orgs.). Almanak da Provincia de São Paulo para (1873). São Paulo: Imprensa Oficial, 1985. (Edição fac-similar). p.549-556.
Lisboa, José Maria. (Org.). Almanach litterario de S. Paulo para (1879). (publicado originalmente por J.M.Lisboa em 1878, ano IV). São Paulo: Museu Paulista, (edição fac-similar). p.551-556.

(*) Para os anos acima mencionados os dois Almanaques trazem listas rigorosamente iguais.

(#) Apenas as denominações das ocupações sofreram alterações na grafia. Mante-se os nomes das pessoas na grafia da época, ou pelo menos de acordo com o original.

Joaquim Justino Alves Ferreira
Joaquim Nunes Ferreira
Joaquim de Paula Marques
Joaquim Severo da Costa
Joaquim Theodoro de Almeida
Dª Joaquina Alves Ferreira
Dª Joaquina Angélica da Silveira
José Agostinho de Freitas
José Alves Falleiros
José Alves Ferreira
José Antonio de Mello
José Bernardes da Costa Junqueira
José Bernardes Pinto
José Eduardo de Figueiredo
José Francisco da Costa
José Garcia Duarte
José Joaquim da Costa
José Joaquim Gomes Branquinho
José Joaquim do Nascimento
José Mendonça Ribeiro
José Nunes Ferreira
José de Paula Silveira
José Ponciano de Figueiredo
José Porfirio Branquinho
Dª Josefa Gomes de Assumpção
Lucas Antunes Cintra
Manoel Antonio da Costa
Manoel Antonio Monteiro
Manoel Claudiano Ferreira Martins
Manoel José de Oliveira
Manoel de Paula e Silva
Manoel Rodrigues da Silva
Marcelliano Rodrigues Moreira
Dª Maria do Carmo de Jesus
Martininiano Francisco da Costa
Miguel Antonio de Mello
Prudencio Rodrigues Pires
Severiano Rodrigues Pereira
Thomaz José da Motta
Tristão Alves Taveira
Urias Antonio doNascimento
Venancio José do Nascimento
Verissimo Antunes Cintra
Zeferino José do Nascimento

ADVOGADOS:
Bel. Joaquim Galdino Gomes da Silva
Bel. Simpliciano da Rocha Pombo

ADVOGADOS PROVISIONADOS:
Antonio Joaquim Martins da Cunha
Firmino Augusto de Ulhôa Cintra
Francisco Barbosa Lima
Manoel Antonio Teixeira Santos

FARMACÊUTICOS:
Francisco Garcia Duarte
Joaquim Martins Nogueira

PROF. PARTICULAR DE PRIMEIRAS LETRAS:
Firmino Augusto Ulhôa Cintra

PROFª PARTICULAR DE PRIMEIRAS LETRAS:
Dª Marcolina de Oliveira Castro

NEGOCIANTES DE FAZENDAS. FERRAGENS. ARMARINHO. MOLHADO
E LOUÇA:
Alvaro de Lima Guimarães
Antonio Honorio da Silveira
Antonio Luiz de Lima
Antonio Sebastião Barbosa
Barbosa Lima & Oliveira Caleiro
Felisbino Antonio de Lima & Filho
Felix Pacoal Romano
Francisco Machado do Espirito-Santo
Jereminas Castor da Silva
Joaquim Severo da Costa
José Carvalho da Silva
Leocadio da Silva Paes
Manoel José Ferreira
Nuno Alberto Guernier Vianna
Olintho Gomes de Oliveira

ARMAZÉNS DE SAL
Alvaro Lima Guimarães
Felix Pascoal Romano
Francisco Alves Leite
João Evangelista de Lima
João Gloecester Junqueira
Miguel Gomes de Oliveira

ARMAZÉNS DE MOLHADOS
Caetano Alves Cintra
João Evangelista de Lima
João Olivercio Lopes de Oliveira
Joaquim Paz de Toledo Cubas
José Anastácio Rodrigues Nogueira
Miguel Gomes de Oliveira
Silvestre Pereira dos Santos
Thomaz José da Motta Junior

ARMAZÉNS DE MOLHADOS E GÊNEROS DO PAÍS
Amancio Gonçalves de Almeida
Anna Joaquina dos Santos
Casimiro Alvaro Barbosa
Emilio Galvão de Miranda
Felix Paschoal Romano
Francisco de Paula Franco

Francisco Antonio de Paula
Joaquim de Paula Guimarães Junior
Joaquim de Paula Marques
Joaquim Paz de Toledo Cubas
José Felicio Ferreira
José Pimenta da Silva
José Pires Borges
Manoel Antonio Teixeira Santos
Manoel Luiz Pacheco
Maximiano da Silva Espindola
Thomaz José da Motta Junior

ALFAIATES
Ladislão Theodoro de Souza
Maximiano Ernesto de Lima Peixoto
Silvestre Pereira dos Santos

CALDEIREIRO:
Braz Pascoal Romano
José Alves Ferreira

CARPINTEIROS:
Estanislão Lopes Pereira
Felippe Dias de Souza
Gabriel José da Costa
João Evangelista Pereira

FERRADORES:
Heitor de Freitas Borges
José Lourenço Alves

FERREIROS:
Antonio Honorio da Silveira
Floriano José Soares
José Francisco das Neves
Manoel Luiz Pacheco

FOGUETEIROS:
João Ferreira Mendes
José Nicacio da Silva

MARCENEIROS:
José Alves de Carvalho
Reducino Alves Corrêa

PADARIA:
Felix Adolpho Flecheur

SAPATEIROS:
Albino Rodrigues Barros
Antonio Martins de Andrade Junior
Antonio Pereira dos Santos Junior
Baldunio José Valente
Francisco Lucas de Carvalho
Manoel Francisco de Paula Damião

SELEIROS:
Francisco Gonçalves de Mello
Jeremias Ferreira Borges
José Calazans de Queiroz
Vicente José de Oliveira

TALHOS DE CARNE:
José Pires Borges
Manoel-Lourenço-Peres

OCUPAÇÕES, PROFISSÕES E COMERCIANTES DE FRANCA EM 1902[2]

MÉDICOS:
Dr. Francisco da Silveira Gusmão
Dr. José Luiz dos Santos Pereira
Dr. Odilon Goulart
DR. Egydio Guerrieri
Dr. Antonio Joaquim dos Santos
Dr. Idelfonso Pereira de Azevedo

FARMACÊUTICOS:
Agnello Petralha
Caetano Petralha
P. Vaz de Almeida & Cia.
José Vieira de Figueiredo
Antonio Gonçalves Chaves
Vidal da Cruz Moraes
Francisco Joaquim Coelho

DENTISTAS:
João Rodrigues
Santos José de Araujo

ADVOGADOS:
Dr Julio Cesar Cardoso
Dr. Antonio Chandó
Dr. Domingos Chaves
Dr. João de Faria
Dr. Marcilio Mourão
Dr. João Antunes Pinheiro
Dr. Tristão Tavares de Lima

ENGENHEIROS:
Dr. Joaquim M. de Amorim Carrão
Dr. Ignacio Paes Leme
Dr. Francisco Candido Alves

CAPITALISTAS:
Dr. Francisco da Silveira Gusmão
Joaquim de Paula Marques
Thomaz José da Motta
Pe. Alonso Ferreira de Carvalho
Com. José Bento do Valle
Major Caetano Petralha
Dr. João Antunes Pinheiro
Cel. Chrysogono de Castro
Cap. Belarmino Lopes Valladão
Olivio Alves Ferreira
Abrahão Lincol de Mello
José de Mendonça Ribeiro
Juvencio Falleiros
Joaquim Andrade do Nascimento

ENGENHOS CENTRAIS:
Dr. Augusto Ramos
Manoel Dias do Prado
Thomaz de Lima

ENGENHOS DE CILINDRO:
Antonio do Couto Rosa
Antonio Bernardes Pinto
Alfredo Rezende
Christino Ribeiro Malta
Candido Mathias Gonçalves
Amelio do Couto Rosa
Francisco Nunes de Oliveira
José Passos da Silva
José Diogo Pereira
José Borges Malta
José Livino Pereira
Joaquim Heitor de Paula
Josino Tobias de Souza
Serafim de Paula e Silva
Vicente Glz. de Almeida

ENGENHOS DE SERRA:
Andrade Silva & Cia. Antonio Bernardes Pinto
Anselmo da Silva Diniz
Candido Cyrino de Oliveira
Dorothea Claudina Villela
Francisco Nunes Ferreira
Joaquim M de Amorim Carrão
Dr. José Esteves de Andrade
José Alves Guimarães
Joaquim Francisco de Andrade Junqueira
Martiniano Francisco de Andrade

MÁQUINAS DE BENEFICIAR CAFÉ:
Andrade Silva & Cia.
Alexandre Villela de Andrade
Firmino Franco da Rocha

---

[2] **Franco**, M. (Org.). Almanach da Franca para (1902). São Paulo: Duprat, 1902. p.110-117 e 144-147.

Hygino Caleiro
José Guerner & Paula
Joaquim M. De Amorim Carrão
Dr. José Alves Guimarães
Dr. José de Paiva Boracho
Dr. Vicente de Carvalho

MÁQUINAS DE BENEFICIAR ARROZ:
Dr. Francisco Alves Leite
José Guerner & Paula
João Bruno
João de Faria
Dr. Joaquim Alves Leite

TIPOGRAFIAS:
Da Tribuna da Franca
Do Francano
Do Perdão
Amôr e Caridade
Da Gazeta da Franca

HOTÉIS:
Hotel da Estação
Hotel do Commercio
Hotel Central

RESTAURANTES:
A. Primom & Cia.
Agostini Mazzetti
Augusto Tellini
Antonio Fernandes
Bernardo Roiz & Cia.
Bernardino Pucci
Cyrillo Pereira dos Santos
Guzon Santos
Henrique Marconi
Izidro José Baptista
José Aleixo & Cia.
José Vieira
João Justino Ferreira
Lucio Carreiro
Lourença Pighini
Manoel Roiz Gonçalves
Manoel Cassão
Miguel Leporaci
Nicolau Alperchi
Victorio Victorelli
Zardini Ricardo

CAFÉS:
Antonio de Oliveira
Francisca Candida de Oliveira
José Maximiano Rodrigues
Mamede Marques
Caetano Sangis

FÁBRICAS DE CERVEJAS:
Fratelli Japaolo
Luciano Vicentini
Valentin Banti
Serragi Mancini

FÁBRICA DE MASSAS:
Pedro Franchini

FÁBRICA DE SORVETES:
Roque Stefani

FÁBRICAS DE LICORES:
Antonio Prospero
Luiz Piatto & Cia.

FÁBRICAS DE TIJOLOS E TELHAS:
Abrahão de Mello
João Baptista de Faria
José Diniz de Medeiros

FÁBRICAS DE CARROS:
Luiz Sabbato
José Zuamazzi
Giovanni Cantieri
Antonio de Andréa & Filho

FÁBRICAS DE FOGOS
Matheus de Paula Teixeira
Izidori Geraldini

FÁBRICA DE CIGARROS
Thomaz Carlos Barbosa

CURTUMES:
Serafim Borges
Primo Barbosa & Cia.

MECÂNICO:
José Zonotti

FOTOGRAFIAS:
Caetano Scardini & Irmão
Max Rasberger

COLCHOEIROS:
Antonio Teixeira
José Vieira

CASA DE BANHOS:
José Luiz Fontoura
ARMEIROS:
Justino Manggi
Antonio de Andréa

TINTUREIROS:
Antonio F.
Genaro Nicola
CONCERTOS DE CHAPÉUS DE SOL:
Viuva Necchi & Filhos

MARMORARIA:
Dinelli & Irmão

CASA FUNERÁRIA:
Pedro Gonçalves

CASAS DE JOIAS:
Ghedini & Gabos
Alfredo Casale

OURIVES:
José Luiz Fontoura
José Rozendo da Silva
Luiz Contatori

RELOJOEIROS:
Angelo Mauguri
José Littré
Alfredo Casale
Ghedine & Gabos

CHARUTARIAS:
Augusto Diniz & Cia.
Evaristo Silva
LOTERIAS:
Augusto Diniz & Cia.
Evaristo Silva
Henrique Moraes & Cia.

CONFEITARIAS:
Antonio Ghedine & Cia.
Antonio de Oliveira
Giovanni Cancelli

GUARDA-LIVROS:
Braulino Fernandes
Eugenio Fernandes
Francisco de Araujo França
Ignacio Ribeiro de Almeida
Icilio Serra
João de Lima
Luiz Jaconianni
Mario Nicacio
Paulo Teixeira da Motta
Adolpho

MODISTAS E COSTUREIRAS:
Annunciata Felippe
Mme. Alphonsine de Nolis

TIPÓGRAFOS:
Antonio Ricardo de Souza
Benedicto de Macedo
José Felicio Gomes
Pscar Teixeira dos Santos
Onofre de Freitas
José Moreira
Saturnino Fernandes
Theodomiro Fonseca

ALFAIATES:
A. Primon & Cia.
Antonio Botta
Angelo Gentile
Achile Maselli
Jacintho Cimina
Pachoal Romano
Roque Constantine
José Simões Antunes

MARCENEIROS:
Alberto Zucomi
Adolpho Ricardo de Souza
Domingos Gabos
José Rocha
José Zuanazi
Otto Alberto
Ricardo Uens & Cia.

SAPATEIROS:
Angelo Mazini
Antonio Maniglia
Angelo Tripicchio
Francisco José Teixeira
Francisco Leporaci
Francisco Jordão
Giberalo Francisco & Cia.
Joaquim Garcia de Paiva
Luiz Dompieri
Leonidio Felippe
Primo Montuani
Paulo Ferro
Victor Nicola
Victorelo Victorio

FERREIROS:
Antonio de Andréa & Filho
José Zuanari
Maggiato Antonio
Vicente Gramani

FERRADOR DE ANIMAIS:
Maggiato Antonio
José Zuanazi
Vicente Gramani
Nicola Alperchi

FUNILEIROS:
Antonio D'elia
Anastacio Gerson
Augusto Vitta
Felicio d'Andréa
Francisco Canoas
Fortunato Groes
Jacob Curcio

SELEIROS:
Antonio Soares da Silva
Gabriel Ribeiro Antunes
Feliciano Alves de Faria
José Pacheco de Macedo

BARBEARIAS:
A. Primon & Cia.
Antonio Provensano
Angelo Gentile
José Antunes & Ricardo
José Ferrari
Benedicto José Cardoso
Borges Russo
Luiz de Mello
Manoel Chaves & Cia.
José Rodrigues Ramos

PADARIAS:
Giovanni Canceli
Zuliani Victorio
Pedro Franchini
Antonio Spessotà
Antonio d'Elia & Filho
Gaspar Mulle
Sante Quelicci
Barthoiomeu Marconi

QUIOSQUES E BOTEQUINS:
Manoel Roiz de Moraes
José Paschoal Canoas
João Alves Pereira
Antonio Padua
Virgilio Ferreira
Fratelli Japaolo
Manoel Sanches
Marciliano Fernandes
José Ferreira Mendes

DEPÓSITO DE MADEIRAS:
Joaquim M de Amorim Carrão
Dr. Antonio Ghedine
João E Pereira

DEPÓSITO DE TIJOLOS E TELHAS:
Honorato Facci
João B de Faria
José Borsati

CONSTRUTORES:
Augusto Victor Engholm
Paschoal Gulo
Giovani de Giacomo
José Archetti

INVERNADAS NO MUNICÍPIO:
Anastacio de Mendonça
Francisco de Souza Lino
Fernando Peixe
Firmino Franco
Heitor Francisco de Barcellos
Herdeiros de Manoel Pedro
Herdeiros de Antonio Silverio
Isaac de Andrade
José Borges Malta
Jové Antonio de Faria
José Esteves de Andrade
José Pedro de Faria
José Roiz da Costa
José de Mendonça Ribeiro
José Cardoso Ozorio
José Theodoro Cintra
João Antunes Cintra
João Feliciano Cardoso
Joaquim Rodrigues da Costa
Joaquim Alves Taveira
Martiniano Andrade
Victor de Mendonça Ribeiro

PASTOS:
Alberto Barbosa
Antonio Mendes da Silva
Belmiro Barbosa Lima
Emilio Galvão de Miranda
José Machado de Lima
José Antunio Seixas
Prudencio Nogueira
Serafim Coelho

FORRAGEM:
Alfredo Lopes
Deodato Faria Pinto
Gilberto Antonio
José Guerner d'Almeida
José Antonio de Paula
Francisco Turco
Francisco Teixeira
Filisbino Elidio Valle
Manoel Thimoteo Cunha
Quintino Antonio da Silva

MASCATES: de fazendas e armarinhos
Borges Mattar
Sab Mattar
Antonio Pedro

ROUPAS E CHAPÉUS.
Germano Hupuruan
Antonio Siggui

CALÇADOS:
Antonio Maniglia

FOLHAS:
Antonio Delia

LOUÇA DE BARRO:
José Calixto

ARREIOS:
José Margolino & Filhos

ESTAMPAS:
Tunelo & Irmão
Santos Lourenço & Cia.

COMERCIO DE FAZENDAS, ARMARINHOS, ETC.:
Andrade Silva & Comp.
Almeida Macedo & Comp.
Alberto Barbosa & Comp.
Accacio Alipio Pereira
Antonio Gabriel de Mello
Antonio Roiz Nogueira
Antonio Botta
Antonio Peixe
Antonio de Mello
Antonio Salini
A. Primon & Comp.
Benevides Barbosa & Comp.
Barbosa & Comp.
Borges Mattar
Celestino Tolomei
Chrysogono de Castro
Dip Mattar
Eduardo Silva
Eulalio A de Faria
Estacio Barbosa & Irmão
Euclydes Barbosa
Firmino Cintra & Filho
Fernando Peixe
Francisco Salomão
José João Germano
José Martins
José Abrahão
Joaquim Marcondes de Faria
Joaquim Fernandes
Joaquim Salles Pinto
Juliano Victorio
João Simões
Jorge Kamil
Jorge Miguel
Jubrand Said
Lourenço Gonçalves & Comp.
Nassim Salini
Primo Barbosa
Pedro José
Roque Constantino
Sab Mattar
Salomão Taipu
Salomão Elias
Thomaz da Costa
Viuva Periée

SECOS, MOLHADOS E GÊNEROS DO PAIS, ETC.:
Antonio de Andrade Lobo Bastos
Antonio Ghedine
Annas Justina de Jesus
Augusto Telline
Antonio Cypriano Freire
Angelo Mazzini
Antonio Apolinário Oliveira
Antonio José de Souza
Antonio Manilha
Antonio de Oliveira
Antonio Fernandes
Arsenio Tavares do Canto
Anna Fonseca
Anastacio Frª Alves
Antonio Macedo & Irmãos
Antonio Gomes Duarte
Alvaro Norberto da Silva
Adolpho Ribeiro
Antonio de Lia & Filho
Angelo Sauras
Antero Antonio do Prado
Antonio Clementino dos Santos
Antonio Coreli
Antonio José Taveira
Antonio da Silva Pimenta
Ananias de Mello
Antonio Spessoto
Antonio Batarro
Antonio Carcia Cortes
Arthur Ferreira de Menezes
Anacleto Scatena
Antonio Correia
Antonio Honorio da Silveira
Agostinho Mazzetti
Antonio Raymundo Dutra
Antonio Prospero

Almeida Costa
Antonio Danna
Antonio Francisco de Souza
Arlindo Porto
Antonio Bernardes Costa
Anselmo Dama
Bernardino Pucci
Berto Rodrigues
Bonagita Placido
Belmiro Bernardes
Benini Alipio
Bernardino Ignacio da Silva
Baldonerio Mario
Bernardo Roiz & Comp.
Candido Eufrausino
Carlos Marcos Antonio
Candido Eufransino de Faria
Calixto José Moyses
Cassiano de Assis Pinheiro
Camilla Mirunaca
Desclider da Silva
Domingos D`aunico
Domenico Beraldine
Duarte Machado de Oliveira
Emilio Franchini
Emilia Firmina de Jesus
Eva Baptista Pereira
Eloy da Silva Borges
Francisco Orphêo
Felippe Palassoli
Felicio de Andréa & Comp.
Feliciano Rodrigues
Francisco José
Vaz Faccioli Giovanni
Francisco Jordão
Francisco Pires
Fortunato Campos
Francisco Rocha
Francisco M Pereira
Ferreira & Avellar
Felippe Mauro
Francisca Candida de Oliveira
Giovanni Cancelli
Guzon Domingos
Guzon Santos
Gaspar Mulé
Gabriel Santos
Gonçallo Ibanhor
Henrique Marconi
Hermenegildo Pulha
Hildebrando Barbieri
Ignacio Alves
Izidro José Baptista
Innocencio Valladão
Isaias Ferreira da Silva
José Pascoal
José de Faria Reis
José Hercules
José Antonio de Pádua
José de Faria Pinto
José Barsotti
José Ferrei Mendes
José Pesber
José Alves Carioca
José Archeti
Jesé Lucas da Silva Junior
José Rosetti
José França
José Paulino de Souza
José Luiz de Lima
José Antonio de Mendonça
José Piponcili
José Marciano Roiz
José Roiz de Souza
José Cavarri
José Benedicto
José Antonio & Filho
José Alves Barbosa
João Ignacio da Cunha
João Justino Ferreira
João Alvares Pereira
João Rodrigues
João Lopes Valladão
João Andrade do Nascimento
João Sansoni
João Albino da Silva
João Ferreira de Souza
João Franco Barbosa
João José Pires
Julio Filippino
Jacintho Cimino
Joaquim Alves Ludgero
Joaquim Galdino Gomes
Jacomi Falcarelli
Joaquim Severino de Souza
Joaquim da Cruz Silvestre
Lucas Borges de Carvalho
Lourenço Scoramencio
Lourenço Pighini
Leopoldina Maria Rosa
Lucio Carrezon
Laurindo Ferreira & Comp.
Liberato Alfanti
Manoel Maria
Manoel Roiz Gonçalves
Manoel Roiz de Moraes
Manoel Dias do Prado
Manoel Rodrigues
Manoel G da Silva
Manoel Botelho
Manoel Sanches
Manoel Rosa

Marceliano d'Oliveira
Marciano Francisco Fernandes
Mouses da Silva Porto
Miguel Leforoci
Miguel Manilha
Marchiti Carlos
Melchiades A do Nascimento
Messias José da Silva
Moysés do Prado
Maurino Salvador
Marciliano Roiz Nogueira
Nicolao Medro
Nunes da Silva
Ozorio de Paula Marques
Otto Alberto
Pinco Lisca
Pedro Franchini
Pedro Numblot
Pedro Mario
Pedro Romoscelli
Pacifico Archetti
Pedro Izidoro
Paganucci Agostinho
Paulino Sodré
Pompillio Ferroni & Irmão
Quarte Thomaz
Ricardo Zardini
Ribeiro Joanão
Roque Luiz
Rofino José
Santo Spaoloni
Silverio Campanelli
Salustiano Gonçalves
Salvator Mazzini
Simão Caleiro & Filhos
Urias Alves da Silva
Vicente Bertoni
Virgilio Ferreira
Valenti Banti
Victorello Victorio

CASA DE COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES:
Andrade Silva & Comp..
Simão Caleiro & Filho
Juvencio Gomes & Comp
Cassino de Assis Pinheiro
Almeida Macedo & Comp.

CASA BANCÁRIA:
Chrisogono de Castro

CASA ESPECIAL DE FERRAGENS:
Luiz Pinto Bastos

CASAS ESPECIAIS DE ARREIOS E COUROS:
Elias Motta
Francisco José Teixeira
Carlos Pacheo & Comp.
Francisco Teixeira & Filho
Serafim Ferreira Borges

CASAS DE CHAPEUS DE SOL, QUADROS E OBJETOS DE ESCRITORIO:
Viuva Necchi & Filhos

COMPRADORES DE CAFÉ:
Olivio Ferreira & Comp
Primo Barbosa

AÇOUGUES:
Antonio Cursino dos Santos
Antonio José de Souza
Antonio Felix Pacoal
Amancio Fernandes
Berto R da Silva
Christino de Figueiredo
Carlos Marcos Antonio
Cypriano & Irmão
Francisco B. Canoas
Ignacio Alves
Innocencio Valladão
Isaias Ferreira Silva
José Cursino
João Pinto Sobrinho
José Antonio de Paula
José de Faria Pinto
José Eduardo Marques
João Bento
João I. da Cunha
Muingoni Antonio
Marciliano Fernandes
Moysés Antonio do Prado
Miguel Pucci
Narciso Alves Pinto
Olympio Rodrigues da Silva
Pedro Pucci
Pacifico Archetti
Vicente Bertalan
Vicente Compelano
Zifirino Cypriano de Paula

OCUPAÇÕES, PROFISSÕES E COMERCIANTES DE FRANCA EM 1910[3]

AÇOUGUES:
Domingo Tedesco
Francisco Bertoncini
Honorato de Freitas
José Rodrigues da Costa
Joaquim Antonio de Paula
Manoel Maia
Sebastião Bertoncini
Validoro Pulicano
Laureano Ferreira da Silva
José Honório da Silveira

ADVOGADOS:
Dr. Nelson Tobias de Mello
Dr. Domingos B. Chaves
Dr. Julio Cesar Cardoso
Dr. Antonio Andrade do Nascimento
Cap. Tristão Tavares de Lima
Maj. Godofredo de Castro
Cap. Luiz de Lima
Solicitador José de Vilhena

ALFAIATES:
Antonio Botta
Domingos Pircio
Lobaschi & Latorraca
João Biafora & Cia.
Marconi de Lia
José Simões Antunes da Silva
Primo Maffei
Alfredo Travasso
Roque Constantino

BARBEIROS:
Alfredo Pinto & Mello
Arsenio Lardini
Antonio Provesano
Caetano de Luca
Felicio Forturelli Filho
José Magdalena
Ricardo Pizi
Vicente de Mello

BILHARES:
Augustinho de Oliveira
Mariano Benzan
Benjamin & Cia.

BILHETEIROS:
Antonio Pereira & Cia.
Arthur Pereira da Silva

CARPINTEIROS E MARCENEIROS:
Antonio Contiére
Celestino Antonio Ferreira
Antonio Brunazzo
José Zuanazzi
Pedro Schirato
Ventino Serafim
João Beigel
João Climaco
Carmine Cervo

CERVEJARIAS:
Luciano Vicentini
Cerraggi & Mazini

CONFEITARIAS:
Carão Said & Cia
Benjamin & Cia.

DENTISTAS:
Evaristo Nogueira de Sá
Oscar Ramos
Luiz Marusig
João Rodrigues
Francisco Julio Condé

ENGENHEIROS CIVIS:
Dr. Joaquim Mariano de Amorim Carrão

ENGENHEIROS AGRÔNOMOS:
Carlos Bastaldi
Firmino Franco Filho

FERREIROS CALDEREIROS:
Antonio Brunazzo
Antonio Magiotta Contiére
Felicio Forturelli
F. Merola & Failagge
José Zuanazzi
José Latorraca

---

[3] **Palma**, Vital (Org.). Almanach de Franca ... (1912). São Paulo: Salesianas, 1911. p.203-207

Leopoldo Domingos Barci
Liborio Menide
Luiz Barini & Irmão
Miguel de Lia
Mariano Benzan
Vicente Gramani
Antonio Ambrósio

COCHOEIROS:
José Antonio Vieira
Antonio da Costa Couto

FAZENDAS, ARMARINHOS, ETC.
Andrade Martins & Cia.
Antonio Rodrigues Nogueira
Acácio Alípio Pereira
Abrahão Mitellmann
Aduen Saima & Jorge Nala
Acacio Alves & Cia
Alfredo Cury
Bento Teixeira de Sampaio
Benjamin Stamberg
Borges Mattar
Chrisogono de Castro
Chrispiniano de Paula Silva
Emilio Bruxelas
Eduardo Rocha & Cia.
Ferrone Scatena
Dr. Francisco Silveira Gusmão
Hermam Kuperman
Hygino Caleiro, Sandoval & Cia.
Jorge Calixto
José Naslauski & Filho
José Abdalla
José Brickman
José de Lima & Cia
José Salomão & Calixto
José Pecker
João Richieri Spadoni
João Ferrari
João Pessoa
João Ludovice
Jacintho da Costa Alkimim
Luiz Guidini
Luiz Constantino
Francisco Tabaco
Ferreira & Couto
Lauro Garcia & Irmão
Moysés Abrahão & Adib Said
Manoel Thomaz da Costa
Nagib Bechir
Salomão Kauffmann
Santi Spadone
Sergino d'Oliveira Souza
Virginio Caleiro & Cia.
Farah Charadau Elias
Felix Marssur
José Abdalla & Irmão

HOTÉIS:
S. Raphael - Erminio Duarte
Carlos Carboni
Henrique Marconi
Ignácio Caleiro

TIPOGRAFIAS, LIVRARIAS E PAPELARIAS:
D. Oliveira Dias
Francisco Cunha & Cia.
Saturnino Fernandes

JORNAIS:
Tribuna da Franca
Cidade da Franca
Janota

MÁQUINAS DE BENEFICIAR ARROZ:
Jeronymo Barbosa & Cia.
Odorico Daloz
Dr. Joaquim Carrão
Henrique de Moraes
Morched Daher

MÁQUINAS DE BENEFICIAR CAFÉ:
Dr. Joaquim Carrão
Jeronymo Barbosa & Cia.
Odorico Daloz
(- 12 fora da cidade)

MARMORARIAS:
Natali Frateschi

SERRARIAS:
Dr. Joaquim Carrão
Arthur Pereira Santos & Cia.

MÉDICOS:
Dr. Luciano Gualberto
Dr. Ulysses Paiva
Dr. Jonas Deocleciano Ribeiro
Dr. José Esmeraldo de Oliveira
Dr. Antonio Santos
Dr. Marcondes Moura
Dr. Francisco Silveira Gusmão
Dr. José Augusto Machado
Dr. Orlik Luz

NEGOCIANTES DE SECOS E MOLHADOS:
Andrade Irmão & Comp.
Arthur Ferreira de Menezes

Angelo Janatorio
Antonio dos Santos
Antonio Nicolela
Antonio Hyppolito
Albino Rozetti & Santos
Augusto Nardini
Adelino de Andrade & C. Martins
Almeida & Macedo
Augusto Marques
Atillio Facci
Antonio Pedro
Alfredo Ferrone
Anselmo Danna
Antonio Alves Pereira
Antenor Pimenta
Agostinho Marinho
Alves & Cia.
Anthero do Prado
Angelo Maroni & Cia.
Aldowando Nogueira
Ananias de Mello
Brunno Villa
Benjamin & Cia.
Candido Custodio Moreira
Carlos Veragani
Calixto Melem
Christiano Ribeiro Malta
Carolina Ferrari
Cesar Pipardini
Euclydes José Ferreira
Evaristo Soares d'Oliveira
Elias Nasif
Fratelli Manochio
Francisco de Paula
Francisco Ignacio Fernandes
Fidelis Buste
Filippe Facuri
Fernando Mercado
Francisco Fernandes
Frederico Fernandes
Francisco d'Oliveira
Francisco Antonio de Lima
Francisco Mariano Salles
Firmino Trabulau Moreno
Gabriel Sanchez
Galdino Joseppe
Galdino Rosa de Lima
Henrique Mazotta
Hygino Archetti
Hermenegildo Puglia
Hygino Caleiro. Sandoval & Cia.
Jovencio Osorio Garcia
Jacob Capelli
Jeronymo Ferreira de Menezes
José Archetti
José Allo
José Marcellino Agnellos
José Marques Garcia
José de Mello & Cia.
José de Faria Reis
José Osorio da Silveira
José Antonio de Paula
José Gallo
José Nicácio da Silva
José Leandro Tiburcio
José Francisco da Silva
José Ablem
João Marques Caldeira
João Ferrari
João Oliveli
João Sanzoni
João Pessoa
João Fazes
João Ludovice
João Alexandre
João Borges
Jorge & Irmão
Joaquim Fernandes
Joaquim Pereira da Silva
João Patrocinio das Chagas
Liberato Elephante
Lourenço Gonçalves
Luzia Gaspar
Luiz Meden
Luiz Santaterra
Luiz Facci
Lauro Garcia & Irmão
Maximiano Brugin
Manoel Camello & Cia.
Manoel Gomes de Camargo
Marianno Benzan
Maria Quintina d'Oliveira
Manoel Ferreira dos Reis
Miguel Barbeiro Lopes
Moysés Guilherme
Nemo Montaganini
Orosimbo Tristão d'Almeida
Orosimbo H. da Silva
Pedro Pucci
Pinto Bastos & Filho - ferragista
Pedro d'Oliveira
Roque Ferreira de Menezes
Roque Del Monde
Roffine Fernandes
Sebastião Moro
Said Musalem
Salomão Said
Silvana Rosa
Sante Sapadone
Saturelli Eusebio
Salvador Mazzini
Salvador Perali

Said Salim
Said Salim & Irmão
Thomaz Della Santa
Vicente Antonio Licoleta
Urias d'Almeida
Zepherino Cipriano de Paula
Abib Said
José Vallim de Mello
José Abib
Victor Coelho Rosa Lima
Ignacio Caleiro
José dos Santos Barboza
F. Matarazzo & Cia.
Francisco de Andrade Costa Martins
Mithem Atilio
Argemiro Ferreira Dourado
José Aleixo
João Antonio Lemos
Elias Joaquim
Antonio Spessoti

PADARIAS:
Augusto Zardini
José Antonio de Elia & Filho
João Veni
Thomaz Della Santa
Antonio Spessoto

FOTÓGRAFOS:
José Fontes Ribas
João Passig
José Marcelino d'Oliveira

FARMÁCIAS:
Caetano Petraglia
Francisco Macêdo
Fidelis Furquin
Francisco Ciniello
Gustavo Martins Cerqueira
J.Luz & Cia.

PINTORES:
Secondo Nardi

PROFESSORES PARTICULARES:
Theophilo Rodrigues Pereira
Sabino Loureiro
Frederico Schoelder

FILARMÔNICAS:
"Banda do Gremio" - regente Laureano do Valle
"Philarmonica Tristão" - regente Cap. Joaquim Tristão de Almeida
"Orchestra Tristão" - regente Srta. Maria Tristão de Almeida
"Orchestra Iris" - regente Srta. Collecta Tavares

RELOJOARIA E CASAS DE JÓIAS:
Alfredo Casale
Luiz de Mello
Luiz Ghedine
Hygino Caleiro, Sandoval & Cia.
Andrade, Martins & Cia.
Virginio Caleiro & Cia.

RESTAURANTES E BOTEQUINS:
Angelo Chragner
Antonio Pereira & Cia.
Evaristo Soares de Oliveira
Francisco de Paula
Francisco de Oliveira
Francisco Mariano
Hermenegildo Puglia
José Gallo
José Francisco da Silva
João Causelli
Laurindo Saraiva de Souza
Monoel Luiz
Manoel Ferreira dos Reis
Manoel J. Do Nascimento
Moysés Guilherme
Silvana Rosa
Salvador Mazzini
Antonio Trepitello
Maria de Almeida
Miguel Albergo
Bruno Villa

SELARIAS:
Alvaro Damasceno Ribeiro
Braga & Cia.
José Pacheco de Macedo
Laureano Antonio do Valle
Virginio dos Reis
Feliciano Alves de Faria
Elias Motta
Donato Ferrari
Carlos Pacheco & Cia.

SAPATARIAS:
Alvaro Damasceno Ribeiro
Antonio Caradini
Antonio Gozuen
Elias Motta
Laureano Antonio do Valle
José Bartocci
Luiz Cephini
Manimiano Brugim
Napoleão Ferrante
Oreste Felipe

Rosalino Constantino
Pedro Puglia
Salvador Granièro
Salvador Mazzota
Luiz Dompière

TEATROS:
Santa Clara
Bijou Theatre

TINTUREIROS:
Domingos Amico
Ramondini

OURIVES:
José Luiz Fontoura
Valentim Ribeiro
Luiz Ghedini
Alfredo Sasale

VIDRACEIROS:
Pedro Benelli
Luiz de Mello

DEPÓSITOS DIVERSOS:
Angelo Milani
Aurelio Cipriano Freite
Arthur santos & Comp.
Annanias de Mello
Faustino Martins Tristão
Francisco Antonio Rodrigues
Francisco Costa Martins
Giacomo Di Giacomo
Joaquim Fernandes
Seraphim R. da Costa
Antonio de Assis Mattos
Zepherino José dos Prazeres
Thomaz Carlos Barbosa
Hildebrando de Carbalho
Jeronymo Barbosa
José Mazolla

PIROTÉCNICOS:
Angelo Scarabucci

COSTUREIRAS:
Mercedes
Izabel Bruner
Maria Ozorio
Luiza Beltrani
Filismina Brito

MECÂNICOS:
L. Domingos Barci
Antonio de Andréa
Vicente Gramani

Luiz Spadari
Luiz Barini & Irmão

LEITERIAS:
Dª. Anna Marcondes
Chiniello Antonio
Caetano Petralha
Christino Borges de Freitas
Edmundo Nogueira
Francisco Alves Leite
Dª.Geraldina Fontoura
Gilberto Antonio
Natale Natale
Pedro Severino da Silva
Taixo Pedro
Nicodemo Flavio de Castro
Dª. Maria Basilia Maia
José Pio Cintra
Francisco de Araújo França
Abrahão de Mello
Francisco Garcia
José Gomes
Deocleccio Deodato Silva
Virginio Barbosa

PEDREIROS:
Antonio Appolinario
José Pedro Alves Branquinho
José Antonio de Paula

CASAS BANCÁRIAS:
Banco de Custeio Rural de Franca
Andrade. Martins & Comp.
Hygino Caleiro. Sandoval & Cia.
Chrisogono de Castro
Dr. João Antunes Araujo Pinheiro
Dr.Francisco da Silveira Gusmão

OCUPAÇÕES, PROFISSÕES E COMERCIANTES DE FRANCA EM 1912[4]

AÇOUGUES:
Domingos Tedesco
Francisco Bertoncini
Honorato de Freitas
José Rodrigues Costa
Manoel Maia
Pedro Pucci
Sebastião Bertoncini
Validoro Pulicano
Laureano Ferreira da Silva
José Honório da Silveira

ADVOGADOS:
Dr. Nelson Tobias de Mello
Dr. Domingos C. Chaves
Dr. Julio Cesar Cardoso
Dr. Antonio Nascimento
Cap. Tristão Tavares de Lima
Mj. Godofredo de Castro
Cap. Luiz de Lima
Solicitador José de Vilhena

ALFAIATES:
Antonio Botta
Domingos Pircio
Francisco Latorraca
João Biafora & Cia.
João D'Ellia
José Simões Antunes da Silva
Primo Maffei
Renato Marconi
Florentino Pelingrini
Roque Constantino
Leonardo Barce
Angelo Gentil

BARBEIROS:
Henrique Caruso
Antonio Provensano
Nicolau Manilha
Caetano de Luca
Felicio Torturelli Filho
José Magdalena
Ricardo Pizi
Vicente de Mello
Alfredo Pinto

BILHARES:
Victor de Mello
Benjamim & Cia.

BILHETEIROS:
Antonio Pereira & Cia.
Arthur Pereira da Silva

CARPINTEIROS E MARCENEIROS:
Antonio Cantiére
Celestino Antonio Ferreira
Antonio Brunazzo
José Zuanazzi
Pedro Schirato
Ventino Serafim
João Beigel
João Climaco
Carmine Cervo

CERVEJARIAS:
Luciano Vicentini
Barbosa & Cia.
Angelo Seraggi

CONFEITARIAS:
Miguel Salib
Carrão Said & Cia.
Benjamim & Cia.
Victor de Mello

DENTISTAS:
Oscar Ramos
Mesofonte de Castro
Luiz Marusig
João Rodrigues
Francisco Julio Condé

ENGENHEIROS AGRÔNOMOS:
Carlos Gastaldi
Firmino Franco Filho

FÁBRICA DE MACARRÃO:
Angelo Moroni & Cia.

---

[4] **Palma**, Vital (Org.). Almanach de Franca... São Paulo: Salesianas, 1912. p.82-93.

FERREIROS E CALDEREIROS:
Antonio Brunazzo
Antonio Magiota
Antonio Cantiére
Felicio Torturelli
F. Merolá
José Zuanazzi
José Latorraca
Liborio Menide
Luiz Barini & Irmão
Miguel D'Elia
Vicente Gramani
Mariano Benzan
Antonio Ambrosio

COCHEIROS:
José Antonio Vieira
Antonio da Costa Couto

FAZENDA, ARMARINHOS, ETC.:
Andrade, Martins & Cia.
Antonio Rodrigues Nogueira
Abrhão Mitellmann
Aduen Saima & Jorge Nala
Antonio Alves & Cia.
Alfredo Cury
Bento Teixeira de Sampaio
Benjamin Samberg
Bargis Mattar
Chrisogono de Castro
Chrispiniano de Paula Silva
Emilio Bruxelas
Eduardo Rocha & Cia.
Ferrone Sactena
Dr. Francisco Silveira Gusmão
Hermam Kuperman
Hygino Calerio, Sandoval
Jorge Calixto
José Nalauki & Filho
José Abdalla
José Brickman
José de Lima & Cia.
José Salomão & Calixto
José Pecher
Jão Richiére Spadoni
João Ferrari
João Pessôa
João Ludovice
Luiz Ghedini
Luiz Constantino
Francisco Tabaco
Ferreira & Couto
Lauro Garcia
Moysés Abrhão & Abid Said
Manoel Thomaz da Costa
Nagib Bechir
Rachid Sallim
Salomão Kauffmann
Santi Spadone
Sergio d'Oliveira e Souza
Virginio Caleiro
Farah Charadau Elias
Felix Manssur
José Abdalla & Irmão

GUARDA LIVROS:
José de Andrade
Eugenio Fernandes
Acrisio Marcondes
Ignacio Ribeiro
Olimpio Ribeiro
Augusto de Barros
Adolpho Trindade
Vicente Paiva
Mario Nicacio
José Garcia Pereira
Francisco de Araújo França
Edimo Freire
Francisco Marcondes
Raul de Faria
João Nogueira
Americo Pedro de Oliveira
Manoel da Silva
Manoel Vicente da Silva
Jeronymo Gomes
Antonio Macedo Sobrinho
José Sizenando
Braulio Fernandes
Urias de Andrade
D.Oliveira Dias
Heraclito Rodovalho

HOTÉIS:
Americo Mascate
Carlos Carboni
Henrique Marconi
Attilio Facci

TIPOGRAFIA, LIVRARIA E PAPELARIA:
D. Oliveira Dias

JORNAIS:
'Tribuna da Franca'
'Cidade da Franca'

MÁQUINAS DE BENEFICIAR ARROZ:
Jeronymo Barboza & Cia.
Santi Spadoni
Odorico Daloz
Dr. Joaquim Carrão

Antonio Olavo de Oliveira
Henrique de Moraes
João Boini
Morched Daher

MÁQUINAS DE BENEFICIAR CAFÉ:
Dr. Joaquim Carrão
Jeronymo Barboza & Cia.
Odorico Daloz
Antonio Olavo de Oliveira

MARMORARIAS:
José Visibelli & Filhos
Natali Frateschi

PARTEIRAS:
Dª Marieta Gasolari

PADARIAS:
Antonio Costa
José Antonio de Elia & Filho
João Veni
Thomaz Dêla Santa
Antonio Spessoto

FOTÓGRAFOS:
José Fontes Ribas
Paschoal Peligrine

FARMÁCIAS:
Caetano Petraglia
Dinamerico Azevedo Messias Costa Valle
Fidellis Furquim
Francisco Chiniello
Gustavo Martins Cerqueira
J. Luz & Cia.

PINTORES:
Secondo Naldi
Aristides Coradini
Pedro Bortolato
Joaquim Palma

PROFESSORES PARTICULARES:
Theofphilo Rodrigues Pereira
Sabino Loureiro
Frederico Schoelder

MÉDICOS:
Dr. Luciano Gualberto
Dr. Ulysses Paiva
Dr. Jonas Deocleciano Ribeiro
Dr. Antonio Santos
Dr. Marcondes Moura
Dr. Francisco Silveira Gusmão
Dr. Orlik Luz
Dr. Ayrosa Galvão
Dr. Caetano P. Sobrinho

NEGOCIANTES DE SECOS E MOLHADOS:
Andrade Martins & Cia.
Arthur Ferreira de Menezes
Angelo Janatorio
Antonio dos Santos
Antonio Rodrigues Santos
Antonio Nicolela
Antonio Hyppolito
Albino Rozetti
Augusto Zardini
Adelino de Andrade & Martins
Almeida & Macedo
Augusto Marques
Atilio Facci
Antonio Pedro
Alfredo Ferrone
Anselmo Danna
Antonio Alves Pereira
Agostinho Marinho
Antonio Alves & Cia.
Angelo Moroni & Cia.
Almeida & Nicollela
Bruno Villa
Benjamin & Cia.
Benigno José Ferreira
Candido Custodio Moreira
Calixto Melem
Christiano Ribeiro Matta
Carolina Ferrari
Cesar Pipardini
Euclydes Soares d'Oliveira
Elias Nasif
Fratelli Manochi
Francisco de Paula
Francisco Ignacio Fernandes
Fidelis Buste
Pilippe Facuri
Fernando Mercado
Francisco Fernandes
Frederico Ferannades
Francisco d'Oliveira
Francisco Antonio de Lima
Francisco Mariano Salles
Friomino Trabulau Moreno
Gabriel Sanchez
Galdino Joseppe
Galdino Rosa de Lima
Henrique Mazzota
Hygino Archetti
Hermenegildo Puglia
Hygino Caleiro Sandoval
Jovencio Osorio Garcia

Jacob Capelli
José Marcelino Agnellos
José Marques Garcia
José de Mello & Cia.
José Honorio da Silveira
José Antonio de Paula
José Leandro Tiburcio
José Francisco da Silva
José Ablem
João Marques Caldeira
João Ferrari
João Oliveli
João Sanzoni
João Pessôa
João Fazes
João Ludovice
João Alexandre
João Borges
Jorge & Irmão
Joaquim Fernandes
Joaquim Pereira da Silva
João Patricio de Chagas
Lourenço Gonçalves
Luzia Gaspar
Cetilho Milani
Luiz Santaterra
Luiz Ciffi
Luiz Facci
Lauro Garcia & Irmão
Maximiano Brugni
Manoel Camello & Cia.
Manoel Gomes de Camargo
Maria Quintina d'Oliveira
Manoel Ferreira dos Reis
Miguel Barbeiro Lopes
Moysés Abrahão
Manoel Thomaz da Costa
Miguel Carbegi & Nagir
Manoel Sanchez
Manoel do Nascimento
Moysés Guilherme
Nemo Montaganini
Orosinho Tristão d'Almeida
Orosinho H. Da Silva
Pedro Pucci
Pinto Basto & Filho
Eliodoro Ignacio
Roque Ferreira de Menezes
Roque del Monte
Roffine Fernandes
Sebastião Moro
Said Musalem
Salomão Said
Silvana Rosa
Sante Spadone
Saturelli Eusebio
Salvador Mazzini
Salvador Perali
Said Salim
Said Salim & Irmão
Thomaz Dela Santa
Urias d'Almeida
Zepherino Cipriano de Paula
Abid Said
José Abib
Victor Coelho Rosa Lima
Ignacio Caleiro
José dos Santos Barbosa
F. Matarazzo & Cia.
Francisco Andrade Martins
Mithem Atilie
Argemiro Ferreira Dourado
José Aleixo
Manoel Alves Pereira & Cia.
Elias Joaquim
Antonio Spessoto
Francisco Antonio Rodrigues
Francisco Costa Martins
Giacomo Di Giacomo
Joaquim Fernandes
Seraphim R. Da Costa
Antonio de Assis Mattos
Zepherino José dos Prazeres
Thomaz Carlos Barbosa
Hildebrando de Carvalho
Jeronymo Barbosa
José Mazolla

PROFESSORES PÚBLICOS:
José Olivar da Silva
Eduardo C.Nunes
Olivio Peixoto
Vital Palma e Silva
David Carneiro
José Cardoso
Pedro Deodato de Moraes
Beneglides Barbosa Saraiva
Marietta Monteiro
Rosalina Rodrigues
Carmela Satavale de Oliveira
Laura Guerner Guimarães
Maria Augusta Gonçalves
Maria Augusta Corrêa
Luiza de Lima Paiva
Luiza G. Do Miranda Barros
Guiomar Rosa da Silva
Etelvina Campos
Francisca Marcondes Pinheiro
Deocleciano Marcondes Pinheiro

PIROTÉCNICOS:
Angelo Scarabucci

COSTUREIRAS:
Irene Greco de Mello
D.Mercedes
Izabel Bruno
Maria Ozorio
D Chicuta Neves
Luiza Beltrani
Familia Procopio
Filismina Brito
Maria Miranda

MECÂNICOS:
L. Domingos Barci
Antonio de Andréa
Vicente Gramani
Luiz Spadari
Luiz Barini & Irmão

LEITERIAS:
D.Anna Marcondes
Chiniello Antonio
Caetano Petraglia
Christino Borges de Freitas
Edmundo nogueira
Francisco Alves Leite
D. Geraldina Fontoura
Gilberto Antonio
Natale Natale
Pedro Severino da Silva
Taixo Pedro
Nicodemo Flavio de Castro
D. Maria Basilia Maia
José Pio Cintra
Francisco de Araujo França
Abrahão de Mello
Francisco Garcia
José Gomes
Deocleciо Deodato Silva
Virginio Barbosa

PEDREIROS:
Antonio Appolinario
José Pedro Branquinho
José Antonio de Paula

CASAS BANCÁRIAS:
Banco de Custeio Rural
Andrade. Martins & Comp.
Hygino Caleiro Sandoval
Chrysogono de Castro
Dr.J.Antonio A.Pinheiro
Dr. F.da Silveira Gusmão

FILARMÔNICAS:
"Banda do Gremio" regente Luciano Barbosa
"União Commercial" regente Oscar Lousada
Banda Infantil "E.Nunes"(do Grupo Escolar)
Philarmonica Tristão regente Cap. Joaquim Tristão de Almeida
Orchestra Tristão regente Srta. Maria Tristão de Almeida
Orchestra Iris regente Srta. Collecta Tavares

SERRARIAS:
Dr. Joaquim Carrão
Arthur Pereira Santos & Cia.

RELOJOARIA E CASAS DE JÓIAS:
Alfredo Casale
Luiz de Mello
Luiz Ghedine
Hygino Caleiro. Sandoval
Andrade. Martins & Cia.
Virginio Caleiro

RESTAURANTES E BOTEQUINS:
Angelo Chragner
Antonio Pereira & Cia.
Evaristo Soares de Oliveira
Francisco de Paula
Francisco de Oliveira
Francisco Mariano
Hermenegildo Puglia
Angelo Moroni
José Francisco da Silva
João Causelli
Laurindo Saraiva de Souza
Manoel Luiz
Manoel Ferreira dos Reis
Manoel J.do Nasciamento
Moysés Gulherme
Silvana Rosa
Salvador Mazzini
Antonio Trepitello
Maria de Almeida
Miguel Albergo
Bruno Villa

SELARIAS:
Braga & Cia.
José Pacheco & Comp.
Laureano Antonio do Valle
Virginio dos Reis
Ferrari & Filippe
Donato Ferrari
Carlos Pacheco & Cia.

SAPATARIAS:
Antonio Coradini

Antonio Gosuen
Laureano Antonio do Valle
José Bartocci
Luiz Cephini
Maximiano Brugin
Napoleão Ferrante
Rosalino Constantino
Pedro Puglia
Salvador Granièro
Salvador Mazzota
Luiz Dompière

TEATROS:
Santa Maria
Santa Clara

TINTURARIAS:
Domingos Amico
José Failace

OURIVES:
José Luiz Fontoura
Valentim Ribeiro
Luiz Ghedini
Alfredo Casale

VIDRACEIROS:
Pedro Benelli
Luiz de Mello

DEPÓSITOS DIVERSOS:
Angelo Milani
Aurelio Cipriano Freire
Arthur Santos & Comp.
Faustino Martins Tristão

FAZENDEIROS DE FRANCA
Antonio do Couto Rosa
Antonio Maximiano da Silva
Dr. Affonso Geribello
Amelio do Couto Rosa
Antonio de Oliveira Carvalho
Antonio Bernardes Pinto
Antonio Justiniano da Silva
Antonio Garcia Cortez
Alberto Peliciere
Anna Maria da Conceição
André Batarra
Antonio Machado da Silva
Antonio Thomaz Firmino
Antonio Justino A.Ferreira
Antonio Flausino da Silva
Anthero Borges de Carvalho
Antonio Luiz de Sousa
Antonio Baldoino da Silva
Antonio Dias Fernandes
Antonio Borges de Freitas
Antonio Martins Tristão
Antonio Rego Salles
Antonio Baptista Acote
Dr. Azarias Martins Ferreira
Pe.Alonso Ferreira de Carvalho
Antonio Rodrigues de Abreu
Antonio Jacintho da Silva
Antonio Alves Taveira
Affonso de Lima Guimarães
Antonio F. Martins Ferreira
Angelo Felicaro
Abrahão de Mello
Azevedo. Ferreira & C.
Affonso Bellar Martins
Bernardo Diederichsen
Banco de Credito Real
Bernardo Avelino de Andrade
Belarmino P.do Nascimento
Belline Cherione
Candido R. Ferreira de Abreu
Camillo de Carlo
Christina Maria de Feitas
Caetano Veronez
Dolores Fernandes
Delfino José Machado
Desiderio Carlos de Oliveira
Deoclecio Deodato Diniz
Delfino Martins Tristão
Estevan Finardi
Eloys Alves Tristão
Euphrausino Martins Coelho
Francisco Valeriano Ribeiro
Francisco Teixeira da Silva
Francisco Manoel da Silva
Francisco Schimidt
Francisco de A. Junqueira
Firmino Joaquim de Andrade
Firmino Dias de Sousa
Felisardo Antunes Cintra
Francisco Antonio Junqueira
Francisco Gusmão (Dr.)
Francisco Alves Taveira
Francisco Ravagni
Francisco Rocha
Fernando David
Francisco Pedro de Oliveira
Gilberto Antonio
Gabriel Villela (Dr.)
Gabriel de Andrade Couto
D. Geraldina Fontoura
Guilherme de Almeida
Herdeiros de Hilario Freitas
Hygino de Oliveira Caleiro
Henrique Moraes
Ignacio Borges de Freitas

Isaac Villela de Andrade
Giacomo Capelli
João Feliciano Cardoso
João Pires de Moraes
João Simões
João Flavio de Castro
João Baptista Ochi
João José Machado
João Borges de Freitas
João Luiz Guimarães
João Roiz da Costa
João Flausino de Andrade
João Theodoro Pereira
João Caetano alves
João Hypolito Bruno
João Baptista Cintra
João Garcia Berdú
João Fernandes da Matta
João Cortez
João Alves Taveira Sobrinho
João Heitor de Paula
José Ferreira Leite da Silva
José Justino Alves Ferreira
José Delles
José dos Reis Pinto
José Garcia Duarte & Irmão
José Romão Junqueira
José Alves da Silva
José Francisco da Silva
José Corrêa Neves
José Luiz Ochi
José Araes Martins
José Bernardes de Andrade
José Diogo Pereira
José Pires de Moraes
José Justino Mendes E. Santo
José Malachias Mendes
José Carlos Garcia
José Antonio Andrade
José Joaquim Andrade
José Dias Fernandes
José Alves Tristão
José Canuto de Oliveira
José Amelio Rosa
José Candido Mendes
José Gomes
José Guerner Almeida
J. Andrade Junqueira
Joaquim Heitor de Paula
Joaquim Rocha Neiva
Joaquim Francisco de Paula
Joaquim Paula Costa
Joaquim Martins Moreira
Joaquim Antonio Nataliza
Joaquim Luiz de Souza
Joaquim Azevedo de Souza
Joaquim Alves Taveira
Justino Fortunato Miranda
Julio Sicarelli
Jesuino Borges de Gouvêa
Jacomo Macarine
Luiz Ferro
Luiz Barduco
Luiz Barini
D. Maria d.Leite Sandoval
D. Maria Felippe de Souza
D. Maria Umbelina Andrade
D. Maria Conceição de Jesus
D. Maria Anastacia Silveira
Moysés José Machado
Matheus Regio Garcia
Martiniano F.de Andrade
Manoel Alves Pereira
Manoel Medeiros Fragata
Marciano Ferreira da Silva
D Miquelina Valente
D. Maria Ferreira Coelho
Manoel Luiz de Souza Junior
Manoel Luiz de Souza
Miguel Antonio José
Modesto Villela de Andrade
Messias Ferreira Coleho
Nicodemos Flavio de Castro
Nicola Andréa
Philomena Beiga
Pedro Severino da Silva
Paulino Sodré
Prudencio Rodrigues Pires
Pedro Jayme
Pedro Cintra
Rozendo Marques dos Reis
Raymundo de Paula e Silva
Saturnino de Camargo
Silverio Ferreira da Silva
Savino Alves Taveira
Sebastião José da Costa
Salvador Chacon
Simpliciano Garcia Borges
Santos Spadoni
Santos Rocari
Theodoro Martins Tristão
Thomaz da Costa
Theodoro Antonio Andrade
Thomaz Gomes
Taxo Pedro
Thereza Pereira e Silva
Ultramar Francisco
Virgilio Dias Fernandes
Vicente Veronez
Viuva de Antonio R. Moreira
Vicente de Carvalho (Dr.)
Virginio Pereira dos Santos

FAZENDEIROS NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA BELA VISTA:

Antonio Felicio
Americo Maciel de Castro
Viuva da Silva Diniz
Antonio Zonetti & Luiz
Azarias Antonio Diniz
Antonio Rosa de Souza
André Villela & André Martins
Andrade Silva & Comp.
Antonio Bernardes Pinto
Antonio Camilo Novaes
Antonio Corona Junior
Antonio Appolinario Faria
Candido Maximo e Francisco Solano
Diogo José Martins
Domiciano José da Silva
David Luiz do Prado
Dortothéa Claudina Villela
Domingos Nogueira
Estolano Garcia Andrade
Estopa Rodolpho
Emilio Gova
Dr. Francisco Gusmão
Francisco Garcia da Costa
Fernando Peixe
Francisco Mariano Ribeiro
Francisco Ravagnani
Francisco Barboza Ferreira
Guilhermino de Oliveira
Izaias José de Queiroz
Jorge Espindola & Comp.
Jeronymo Martins de Oliveira
D. Georgina Ferreira
José Nicolau dos Santos
José Anacleto Ribeiro
José Appolinario de Farias
José Alves Souza Junior
José Thomaz Garcia
José Barboza Carvalho
José Camilo Tertuliano
José Esteves de Andrade
José Esteves Andrade Junior
José Levino Pereira
Joaquim Garcia de Andrade
Joaquim Garcia Macedo
Joaquim Martins de Oliveira
Joaquim Serafim de Arruda
Joaquim Alves Ferreira
Joaquim Pedro de Medeiros
Joaquim Lourenço Carrijo
Joaquim Lourenço
Joaquim Salles
João Pedro Dias
João Teixeira Pinto Carvalho
João Garcia Queiroz
João Bernardes de Souza
João Baptista Francelino
João Deziderio
João Baptista das Neves
José Joaquim T. Sampaio
Mario Baldassari
Maria Candida de Castro
Manoel Sodré
D Messias Saturnina Costa
D. Maria Ambr. Conceição
Marçal Bento Peixtoto
Manoel João Medeiros
Manoel Pedro Faria
D. Maria Barbara
Muzzette Victorio
Nestor Eduardo Ferreira
Napoleão & Filho
Plinio Godoy
Pedro Vaz de Almeida
Paschoal Bellote
Pedro Diniz Medeiros
Porfirio Fernandes de Oliveira
Rita Maria Teixeira
Augusto Meirelles & Comp.
Serafino Garcia Nascimento
Severino Vidal
Serafim Francisco Suarina
Saturnino Carrijo da Cunha
Silverio Rodolpho Rosa
Theotonio José da Silveira
Virginio Augusto Queiroz
Vicente Gonçalves Almeida
Virginio Francelino Oliveira

FAZENDEIROS DO DISTRITO DE RIBEIRÃO CORRENTE:

Antonio Pereira da Silva
Aureliano dos Santos Caldas
Antonio Martins Ribeiro
Antonio Candido da Silva
Arthur Rodrigues Carvalho
Antonio Eleuterio da Silva
Antonio Francisco Pires
Antonio Teixeira Mendonça
Antonio Barbosa Sandoval
Antonio Nunes de Souza
Antonio Rodrigues de Souza
Antonio Bueno de Souza
Antonio Jacob Ferreira Junior
Candido Pires
Elias Maximiano Branquinho
Francisco Delphino da Silva
Francisco Lino Filho
Francisco Teixeira Mendonça
Francisco Paula Nascimento
Felisbino Antonio da Silva

Guilhermino Corrêa Neves
Honorio Rodrigues Junior
Hermenegildo Roiz Souza
João Eleuterio da Silva
João Gonçalves da Silva
João Gualberto Junqueira
José Rodrigues Seabra
Joaquim Barboza de Freitas
Joaquim Lourenço Sobrinho
Joaquim Peixoto Corrêa
Joaquim Francisco Junqueira
Joaquim José Machado
Joaquim Antonio Lopes
Joaquim Heitor de Paula
Joaquim Antonio Silva
João Antonio Vieira
João Esteves Vallim
José Querubim Cintra
José Rodrigues de Souza
João da Matta Vasconcellos
José Pedro de Paula e João Heitor
João Coelho Filho
José Pedro Mendes
Manoel Vallim de Mello
Manoel Roiz Carvalho
Manoel Joaquim Rangel
Oliveiro Antonio Nataliza
Olympia de Paula
Pedro Antunes Cintra
Pedro Casader
Mamede Placido Barboza
Quirino Ferreira Nunes
Sebastião Baptista Leite
Serafim Magno da Silva
Vicente Teixeira Pinto
Alexandre Villela Andrade
Antonio Garcia Barboza
D.Amelia F.Bella da Trindade
Antonio Custodio Moreira
Antonio Sperandelli
Antonio de Paula Coelho
Antonio Coelho da Fonseca
André Gonçalves Lopes
Antonio Bento e Estevam
Antonio Christino Sobrinho
Brecentino Biaco
Caetano Antonio Cintra
Eduardo Justino
Francisco Pedro de Oliveira
Francisco Ferreira Garcia
Francisco Martins F. Costa
Gilberto Antonio
Henrique Fernandes Cunha
Isupero Severino da Cunha
D.Ignez de Castro Mendonça
João de Paula Coelho
João Martins Coelho
José Rodrigues do Nascimento
José Antonio de Faria
José Pedro de Faria
Jose Martins Coelho
José Carrijo da Cunha
Joaquim Garcia Barboza
Joaquim Andrade do Nascimento
Jacob Fillete
Jeronymo Alves Pereira
Luiza Custodia de Jesus
Luiza Garcia e Genez Odel
Matheus Gomes Val Junior
Sebastião Francisco Costa
Seraphim Coelho Fonseca
Trajano Xavier Mattos
Tiburcio Lourenço Junqueira
Victor Mendonça Ribeiro

ANEXO II - MOVIMENTO DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS NA ESTAÇÃO FRANCA DA CIA. MOGIANA: (1888-1917)

Ano	Estação número		TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E ANIMAIS								Produto
			Viajantes		Bagagens/Encomendas		Animais		Telégrafo		
			Total	Produto (1:000$000)	Peso (toneladas	Produto (1:000$000)	Número (cabeças)	Produto (1:000$000)	Número	Produto (1:000$000)	n.mercadorias (1:000$000)
1888	31	Franca	3.681	16.203,33	32,33	1.954,44	71	234,77	1.548	1.063,95	19.456,49
1889	37	Franca	4.370	19.985,83	44,38	2.663,32	138	659,06	3.127	1.948,13	25.256,34
1890	42	Franca	5.218	24.406,72	54,26	3.113,76	248	894,60	3.570	2.149,76	30.564,84
1891	46	Franca	5.689	28.507,54	104,86	6.402,72	445	2.033,39	4.275	2.910,33	39.853,98
1892	51	Franca	9.032	46.380,10	217,70	15.716,79	554	2.444,66	4.755	3.118,09	67.659,64
1893	51	Franca	13.064	65.685,17	394,32	26.942,47	563	2.348,66	4.342	2.841,07	97.817,37
1894	56	Franca	14.756	70.967,66	277,57	15.822,69	493	2.705,55	4.140	2.753,15	92.249,05
1895	55	Franca	18.815	94.460,26	313,98	18.549,98	875	5.034,25	4.415	2.930,94	120.975,43
1896	57	Franca	21.541	98.791,37	379,76	22.393,08	573	3.418,46	4.472	3.123,87	127.726,78
1897	58	Franca	29.503	-	462,33	-	766	-	12.003	-	-
1898	72	Franca	32.328	-	395,36	-	579	-	11.998	-	-
1899	78	Franca	26.931	89.867,77	306,28	14.947,76	517	2.495,51	13.912	3.384,51	110.695,55
1900	83	Franca	30.966	99.279,94	322,42	16.958,64	405	2.091,53	14.080	4.088,57	122.418,68
1901	87	Franca	37.348	104.031,93	311,58	14.480,51	504	2.436,98	14.649	4.071,32	125.020,74
1902	90	Franca	35.066	98.235,91	322,22	16.258,23	445	1.924,43	15.700	4.174,58	120.593,15
1903	95	Franca	37.977	103.798,91	311,73	14.830,12	455	1.770,95	19.657	4.980,59	125.380,57
1904	97	Franca	38.769	99.527,96	266,84	13.484,52	328	1.250,55	16.087	4.477,35	118.740,38
1905	99	Franca	38.109	95.812,91	834,63	12.400,77	321	1.091,42	17.577	5.394,11	114.699,21
1906	100	Franca	37.402	96.524,61	941,77	13.495,64	433	1.679,43	19.543	5.519,85	117.219,53
1907	100	Franca	36.853	97.042,02	610,88	14.042,36	418	1.504,02	19.150	5.396,72	117.985,12
1908	103	Franca	35.783	92.495,48	337,50	13.693,37	401	1.813,05	19.869	5.412,42	113.414,32
1909	107	Franca	37.326	99.025,39	323,58	13.143,73	440	2.107,42	18.670	5.006,55	119.283,09
1910	119	Franca	48.350	117.169,84	452,97	13.906,53	417	1.948,39	18.829	4.872,57	137.897,33
1911	125	Franca	54.744	129.600,29	453,11	17.229,16	355	1.246,39	21.598	5.251,65	153.327,49
1912	134	Franca	67.725	166.304,99	539,71	21.788,56	370	1.375,49	30.156	7.071,80	196.540,84
1913	139	Franca	70.906	167.554,96	494,06	24.097,91	459	1.953,74	37.421	5.863,41	199.470,02
1914	142	Franca	71.144	157.734,50	436,68	21.290,40	335	1.592,87	31.829	5.397,76	186.015,53
1915	145	Franca	53.762	124.911,76	430,12	21.884,24	369	1.774,34	13.643	6.268,09	154.838,43
1916	148	Franca	47.415	-	425,94	-	305	-	15.831	-	-
1917	148	Franca	41.931	-	471,14	-	269	-	16.076	-	-

ANEXO II - MOVIMENTO DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS NA ESTAÇÃO FRANCA DA CIA. MOGIANA: (1888-1917)

	TRANSPORTE DE MERCADORIAS											
Ano	Café (toneladas)	Produto (1:000$000)	Sal (toneladas)	Produto (1:000$000)	Toucinho (toneladas)	Produto (1:000$000)	Fumo (toneladas)	Produto (1:000$000)	Alimenticios total (toneladas)	Produto (1:000$000)	Alimenticios/ arroz (toneladas)	Produto (1:000$000)
1888	131,26	-	2.074,55	-	181,41	-	175,31	-	-	-	-	-
1889	428,94	-	3.440,81	-	534,14	-	49,29	-	-	-	-	-
1890	531,57	-	2.550,20	-	235,23	-	18,05	-	-	-	-	-
1891	780,26	-	2.726,24	-	128,13	-	7,58	-	574,01	-	-	-
1892	654,55	-	2.586,08	-	90,16	-	2,18	-	912,94	-	912,94	-
1893	842,35	-	3.916,53	-	127,71	-	11,49	-	569,82	-	569,82	-
1894	912,31	36.279,23	1.213,30	11.028,64	82,99	-	4,11	-	752,35	-	752,35	-
1895	2.238,96	83.040,34	2.119,11	19.773,64	10,89	-	8,27	-	1.994,10	-	1.994,10	-
1896	3.772,49	152.027,73	2.289,15	23.498,24	73,18	-	10,82	-	2.202,50	-	2.202,50	-
1897	4.998,92	-	2.143,20	-	38,02	-	15,94	-	2.397,16	-	2.397,16	-
1898	4.784,91	-	1.981,28	-	16,03	-	14,74	-	2.888,20	-	2.888,20	-
1899	5.653,25	237.564,01	2.276,80	28.906,72	39,29	-	9,32	-	1.973,43	-	1.973,43	-
1900	7.284,55	270.712,83	2.045,51	30.053,55	60,17	-	5,92	-	2.149,94	-	2.149,94	-
1901	8.565,03	186.976,75	2.043,51	28.782,86	28,17	-	6,91	-	2.433,85	-	2.433,85	-
1902	9.755,31	154.032,08	2.048,12	28.966,54	44,26	-	9,44	-	1.987,06	-	1.987,06	-
1903	8.389,06	129.105,38	1.692,95	24.609,41	30,25	-	23,45	-	1.981,02	-	1.981,02	-
1904	6.923,30	105.853,03	1.578,69	22.702,00	21,18	-	18,95	-	2.062,99	-	2.062,99	-
1905	5.490,61	82.386,42	1.439,74	20.673,22	26,90	-	12,54	-	2.604,45	-	2.604,45	-
1906	8.469,10	128.953,71	1.620,02	23.550,01	68,57	386,97	16,98	446,10	1.786,72	9.630,76	1.786,72	9.630,76
1907	11.007,52	163.101,77	1.622,49	19.196,05	87,29	770,33	33,25	819,47	2.911,94	13.406,01	2.911,94	13.406,01
1908	6.625,63	94.561,65	1.663,06	13.237,66	58,03	460,92	39,72	828,50	3.455,57	13.575,19	3.455,57	13.575,19
1909	9.663,60	137.963,20	1.722,47	13.869,84	30,53	246,60	15,54	335,01	2.939,67	11.593,79	2.939,67	11.593,79
1910	5.297,32	74.880,35	1.467,88	11.606,57	29,43	222,32	15,99	352,17	3.057,57	13.274,46	1.304,08	4.911,21
1911	5.692,22	81.218,10	1.647,46	13.354,05	33,25	278,95	24,18	502,04	2.840,87	14.997,28	1.104,02	4.281,80
1912	5.935,37	84.783,44	1.560,18	13.322,39	63,20	486,19	31,39	635,82	2.740,83	15.267,19	957,15	3.805,71
1913	7.188,41	-	1.492,91	-	120,51	-	54,70	-	2.520,66	-	2.520,66	-
1914	5.873,35	-	1.186,69	-	43,88	-	31,50	-	2.270,99	-	2.270,99	-
1915	8.745,98	-	1.448,85	-	48,35	-	35,40	-	2.501,39	-	2.501,39	-
1916	4.852,44	-	1.370,76	-	19,80	-	37,28	-	3.347,75	-	3.347,75	-
1917	6.315,16	-	1.213,00	-	28,32	-	44,48	-	2.999,15	-	2.999,15	-

ANEXO II - MOVIMENTO DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS NA ESTAÇÃO FRANCA DA CIA. MOGIANA: (1888-1917)

Ano	TRANSPORTE DE MERCADORIAS									
	Feijão (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Milho** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Diversos** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Açúcar** (toneladas) **(tab3)**	Produto (1:000$000)	**Açúcar Pr. no Estado (tab5)**	Produto (1:000$000)
1888	-	-	-	-	-	-	13,61	-	-	-
1889	-	-	-	-	-	-	201,47	-	-	-
1890	-	-	-	-	-	-	177,87	-	-	-
1891	-	-	-	-	-	-	431,87	-	-	-
1892	-	-	-	-	-	-	238,84	-	-	-
1893	-	-	-	-	-	-	406,34	-	-	-
1894	-	-	-	-	-	-	567,31	-	-	-
1895	-	-	-	-	-	-	685,28	-	-	-
1896	-	-	-	-	-	-	797,52	-	-	-
1897	-	-	-	-	-	-	776,37	-	-	-
1898	-	-	-	-	-	-	1.131,69	-	-	-
1899	-	-	-	-	-	-	814,38	-	-	-
1900	-	-	-	-	-	-	380,81	-	-	-
1901	-	-	-	-	-	-	343,06	-	-	-
1902	-	-	-	-	-	-	380,31	-	-	-
1903	-	-	-	-	-	-	773,92	-	-	-
1904	-	-	-	-	-	-	621,51	17.648,86	-	-
1905	-	-	-	-	-	-	406,27	8.736,88	-	-
1906	-	-	-	-	-	-	558,63	10.342,17	-	-
1907	-	-	-	-	-	-	177,20	2.822,49	302,16	5.037,98
1908	-	-	-	-	-	-	158,55	2.134,85	261,51	3.769,71
1909	-	-	-	-	-	-	159,49	2.274,60	271,77	3.911,09
1910	273,59	1.076,20	31,52	115,97	1.448,38	7.171,08	108,41	1.239,34	294,10	3.877,38
1911	115,76	452,84	42,91	135,89	1.578,18	10.126,75	155,66	1.691,27	406,79	5.301,48
1912	101,30	399,72	59,64	228,63	1.622,74	10.833,13	146,85	1.504,79	460,07	6.009,41
1913	-	-	-	-	-	-	158,83	-	339,79	-
1914	-	-	-	-	-	-	94,60	-	316,59	-
1915	-	-	-	-	-	-	121,84	-	384,27	-
1916	-	-	-	-	-	-	103,52	-	405,95	-
1917	-	-	-	-	-	-	134,43	-	819,84	-

ANEXO II - MOVIMENTO DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS NA ESTAÇÃO FRANCA DA CIA. MOGIANA: (1888-1917)

	TRANSPORTE DE MERCADORIAS											
Ano	**Algodão total** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Algodão** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Algodão em caroço** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Caroço de Algodão** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**couros total** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Couros/ Cour/secos**	Produto (1:000$000)
1888	6,18	-	6,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1889	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1890	4,26	-	4,26	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1891	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1892	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1893	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1894	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1895	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1896	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1897	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1898	0,42	-	0,42	-	-	-	-	-	16,89	-	16,89	-
1899	-	-	-	-	-	-	-	-	11,79	-	11,79	-
1900	0,20	-	0,20	-	-	-	-	-	24,90	-	24,90	-
1901	6,47	-	6,47	-	-	-	-	-	35,33	-	35,33	-
1902	0,15	-	0,15	-	-	-	-	-	32,21	-	32,21	-
1903	0,18	-	0,18	-	-	-	-	-	22,47	-	22,47	-
1904	0,19	4,93	0,19	4,93	-	-	-	-	15,71	-	15,71	-
1905	0,21	7,97	0,21	7,97	-	-	-	-	32,19	-	32,19	-
1906	0,76	11,39	0,76	11,39	-	-	-	-	68,77	-	68,77	-
1907	0,36	11,11	0,36	11,11	-	-	-	-	54,74	1.276,22	54,74	1.276,22
1908	0,10	2,40	0,10	2,40	-	-	-	-	76,39	1.816,60	38,98	1.036,98
1909	0,56	8,07	0,56	8,07	-	-	-	-	93,31	1.974,23	50,88	1.029,77
1910	0,08	1,21	0,08	1,21	-	-	-	-	107,35	2.166,03	67,06	1.354,44
1911	0,23	3,44	0,18	3,04	-	-	0,05	0,40	93,13	1.941,84	66,59	1.276,54
1912	1,21	13,47	0,36	5,59	0,85	7,88	-	-	133,41	2.695,94	93,79	1.826,74
1913	2,02	-	2,02	-	-	-	-	-	109,32	2.181,36	79,67	1.561,10
1914	0,10	-	0,10	-	-	-	-	-	129,88	-	129,88	-
1915	-	-	-	-	-	-	-	-	77,37	-	77,37	-
1916	-	-	-	-	-	-	-	-	148,47	-	148,47	-
1917	-	-	-	-	-	-	-	-	193,19	-	193,19	-
									306,82	-	306,82	-

ANEXO II - MOVIMENTO DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS NA ESTAÇÃO FRANCA DA CIA. MOGIANA: (1888-1917)

Ano	TRANSPORTE DE MERCADORIAS											
	Couros Verdes	Produto (1:000$000)	**Couros Curtidos**	Produto (1:000$000)	**Bebidas total** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Aguardente** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**vinho** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**cerveja** (toneladas)	Produto (1:000$000)
1888	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1889	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1890	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1891	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1892	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1893	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1894	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1895	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1896	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1897	-	-	-	-	81,80	-	81,80	-	-	-	-	-
1898	-	-	-	-	103,75	-	103,75	-	-	-	-	-
1899	-	-	-	-	127,14	-	127,14	-	-	-	-	-
1900	-	-	-	-	35,56	-	35,56	-	-	-	-	-
1901	-	-	-	-	89,70	-	89,70	-	-	-	-	-
1902	-	-	-	-	41,06	-	41,06	-	-	-	-	-
1903	-	-	-	-	47,62	-	47,62	-	-	-	-	-
1904	-	-	-	-	45,22	-	45,22	-	-	-	-	-
1905	-	-	-	-	70,10	-	70,10	-	-	-	-	-
1906	-	-	-	-	80,08	1.848,10	80,08	1.848,10	-	-	-	-
1907	17,70	257,28	19,71	522,34	46,20	799,01	46,20	799,01	-	-	-	-
1908	12,22	156,37	30,21	788,09	70,20	1.491,06	70,20	1.491,06	-	-	-	-
1909	15,34	171,46	24,95	640,13	74,63	1.351,33	74,63	1.351,33	-	-	-	-
1910	1,82	23,04	24,72	642,26	439,69	8.830,07	87,62	1.692,85	18,98	257,51	251,71	5.156,46
1911	10,96	138,57	28,66	730,63	397,64	7.526,43	98,07	1.633,94	34,19	579,44	211,26	4.304,42
1912	10,83	131,72	16,82	488,54	230,47	3.772,96	50,05	746,04	36,71	548,12	82,21	1.394,72
1913	-	-	-	-	178,45	-	178,45	-	-	-	-	-
1914	-	-	-	-	140,80	-	140,80	-	-	-	-	-
1915	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1916	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1917	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ano	TRANSPORTE DE MERCADORIAS										
	diversas (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Borracha** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Tecidos** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Materiais** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Diversos** (toneladas)	Produto (1:000$000)	**Produto Mercadorias** (1:000$000)
1888	-	-	-	-	-	-	-	-	2.594,46	93.908,18	-
1889	-	-	-	-	-	-	-	-	1.896,61	106.776,83	-
1890	-	-	-	-	-	-	-	-	1.791,16	81.285,86	-
1891	-	-	-	-	-	-	-	-	2.243,82	99.777,76	-
1892	-	-	-	-	-	-	-	-	2.877,22	106.074,49	-
1893	-	-	-	-	-	-	-	-	3.132,24	131.312,86	-
1894	-	-	-	-	-	-	-	-	3.890,26	93.248,93	140.556,80
1895	-	-	-	-	-	-	-	-	3.639,19	142.092,75	244.906,73
1896	-	-	-	-	-	-	-	-	3.813,12	139.431,66	314.957,63
1897	-	-	-	-	-	-	-	-	4.430,25	-	-
1898	-	-	-	-	-	-	-	-	3.980,04	-	-
1899	-	-	-	-	-	-	-	-	2.801,37	141.149,45	410.370,32
1900	-	-	-	-	-	-	-	-	3.597,01	131.474,32	434.027,07
1901	-	-	-	-	-	-	-	-	3.188,63	108.659,56	324.419,17
1902	-	-	-	-	-	-	-	-	3.653,00	117.916,17	303.547,62
1903	-	-	-	-	-	-	-	-	3.177,82	116.240,70	278.063,18
1904	-	-	-	-	-	-	-	-	3.323,85	95.181,78	246.551,55
1905	-	-	-	-	-	-	-	-	3.891,56	94.681,35	213.361,73
1906	-	-	1,26	38,40	-	-	-	-	5.933,99	90.431,67	272.570,95
1907	-	-	0,68	21,21	-	-	-	-	5.587,63	87.221,03	300.068,16
1908	-	-	1,48	32,98	-	-	-	-	4.741,07	77.952,42	210.021,57
1909	-	-	0,02	0,45	-	-	-	-	4.803,89	82.059,69	255.779,70
1910	81,38	1.723,25	0,23	5,22	174,21	3.264,55	655,65	2.580,47	3.957,58	61.518,90	183.594,85
1911	54,12	1.008,63	0,03	0,65	180,93	3.901,73	823,08	3.078,53	3.923,40	67.432,21	201.982,10
1912	61,50	1.084,08	0,20	4,77	185,58	3.998,47	1.207,88	4.704,34	4.736,71	83.841,65	220.526,25
1913	-	-	0,01	-	179,17	-	780,89	-	6.172,77	-	255.322,62
1914	-	-	0,10	-	134,50	-	2.348,52	-	3.225,48	-	183.710,55
1915	-	-	-	-	-	-	2.894,91	-	3.850,92	-	236.826,75
1916	-	-	-	-	-	-	5.790,47	-	3.847,97	-	-
1917	-	-	-	-	-	-	4.041,67	-	4.185,00	-	-

ANEXO II - MOVIMENTO DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS NA ESTAÇÃO FRANCA DA CIA. MOGIANA: (1888-1917)

Ano	TRANSPORTE DE ANIMAIS / TOTAIS E PESOS					
	Animais (cabeças)	Produto (1:000$000)	TOTAL dos Produtos (1:000$000)	Exportação (toneladas)	Importação (toneladas)	PESO TOTAL (toneladas)
1888	3.828	3.186,59	113.364,67	-	-	5.230,73
1889	7.364	6.872,41	132.033,17	-	-	6.554,37
1890	3.694	4.637,88	111.845,60	1.716,92	3.366,58	5.023,65
1891	3.178	4.837,40	146.113,73	1.927,57	4.522,61	6.450,18
1892	3.179	4.366,98	184.496,99	2.125,34	4.723,36	6.848,70
1893	8.933	8.569,33	247.840,35	2.642,47	5.731,39	8.373,86
1894	4.731	13.530,37	253.943,21	1.765,78	4.893,03	6.658,81
1895	3.659	8.665,83	392.436,84	3.813,50	6.882,29	10.695,79
1896	696	2.182,18	455.996,34	4.240,27	8.000,75	12.241,02
1897	1.285	-	-	7.021,34	7.877,21	14.898,55
1898	483	-	-	7.203,09	7.709,74	14.912,83
1899	1.489	2.750,14	524.208,87	7.942,22	5.777,66	13.719,88
1900	1.141	1.786,37	560.096,55	9.522,76	6.072,24	15.595,00
1901	817	1.348,10	455.039,21	10.931,83	5.805,69	16.737,52
1902	2.190	2.632,83	428.304,07	11.293,50	6.647,67	17.941,17
1903	6.931	8.107,69	407.328,65	10.100,28	6.031,71	16.131,99
1904	4.400	5.160,95	369.400,13	8.482,36	6.145,72	14.628,08
1905	6.527	6.875,89	330.941,14	7.613,20	6.397,96	14.011,16
1906	5.541	5.655,45	392.493,43	11.264,57	7.326,26	18.590,83
1907	5.235	5.045,10	420.489,18	15.032,30	6.820,80	21.853,10
1908	3.564	3.284,00	329.517,93	10.762,63	6.405,65	17.168,28
1909	1.875	2.072,67	380.087,46	13.365,80	6.423,72	19.789,52
1910	2.405	2.169,18	325.656,66	9.566,68	6.018,23	15.584,91
1911	2.299	2.310,29	359.459,38	9.343,01	6.914,32	16.257,33
1912	6.923	6.262,89	428.830,28	9.520,12	7.889,13	17.409,25
1913	3.452	4.306,23	463.295,17	-	-	20.319,00
1914	3.781	4.041,96	378.358,74	-	-	15.744,34
1915	2.887	3.185,44	397.584,62	-	-	20.180,38
1916	1.598	-	-	-	-	19.969,13
1917	1.057	-	-	-	-	20.087,87

PROCEDÊNCIA	1914	1915	1916	1917	1918	1925	1926	1927	1928	1929
Araguary	130	1.471	8.543	12.471	11.919	11.740	11.914	1.927	1.928	2.228
Sobradinho										
Gilló										
Uberabinha	656	3.493	11.496	25.790	17.994	10.139	11.204	15.757	19.647	17.211
Palestina	-	-	-	-	1.443	126	321	1.867	398	653
Mangabeira	-	3.036	9.416	5.192	1.300	296	-	-	-	-
Rodolfo Paixão										
Uberaba						12.278	5.752	9.230	8.250	8.706
Amoroso Costa										
Conquista	2.203	3.396	4.823	7.178	5.286	812	-	-	-	-
Jaguara	-	620	828	203	587	-	-	-	-	-
Chapadão	-	-	376	1.699	2.926	3.568	2.579	3.798	2.768	1.889
Cristais (Covas)	**6.830**	**8.985**	**28.057**	**18.665**	**15.148**	**11.210**	**9.762**	**10.735**	**8.854**	**13.940**
Franca										
Boa Sorte										
Batatais	2.477	3.200	4.640	4.336	2.236	2.720	566	1.631	2.123	1.189
Barracão										
Cel. Quito										
União										
Calafate	-	-	-	803	1.550	-	-	-	-	-
Entroncamento						-	-	-	-	-
São Joaquim						162	-	-	-	-
Delta						-	-	-	-	-
Igarapava	-	-	1.077	3.189	3.700	3.455	3.886	4.966	2.266	2.129
Ituverava	-	1.357	3.035	3.105	1.486	677	1.590	1.511	-	131
Bacury	-	-	-	-	1.348	363	2.309	3.853	2.951	2.690
Orlândia	5.800	6.308	1.854	966	563	-	912	362	-	3.411
Porangaba	1.799	2.215	4.244	5.581	3.942	3.794	2.896	2.491	499	2.768
Jardinópolis						2.521	2.737	3.451	3.894	5.383
Pontal										
Rib. Preto										
Buenópolis								-		
Luis Antônio										
Jatahy						-	-	-	130	120
Fco Maximiano										160

ANEXO III - TRANSPORTE DE ANIMAIS PELA FERROVIA MOGIANA (1914-1918 / 1925-1949)

PROCEDÊNCIA	1914	1915	1916	1917	1918	1925	1926	1927	1928	1929
Fco.Schmidt	-	-	-	-	681	-	-	-	-	-
Cravinhos	-	-	-	-	126	-	-	-	-	-
Corredeira	-	1.872	2.616	3.733	4.649	2.510	2.115	2.669	2.573	2.120
Pratápolis						-	1.978	30.381	39.091	38.107
Tuyuty						-	-	526	-	-
Biguatinga						-	-	-	-	989
S Seb Paraiso	-	1.081	6.553	26.338	41.137	20.222	15.636	1.299	-	534
Juréia										
Monte Belo										
Moçambo										
Cascata										
S.J.B Vista										
Pinhal										
Mota Paes										
Itapira										
Guaxupé	-	-	-	388	140	-	-	-	-	-
Caldas	-	-	-	120	-	-	-	-	-	-
Con.M.Francisco	-	2.613	13.122	8.031	12.819	2.315	667	680	328	227
Buenópolis	-	-	-	-	-	-	-	123	-	-
Anhumas	-	-	-	-	-	-	-	-	659	-
S.J.R. Pardo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Socorro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Canoas										
Orindiúva										
Cascata										
Águas da Prata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jaguariúna										
Guanabara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campinas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**21.809**	**41.562**	**102.596**	**129.705**	**132.898**	**90.833**	**78.750**	**99.184**	**98.287**	**106.514**

PROCEDÊNCIA	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Araguary	6.136	16.452	13.992	7.721	12.542	13.428	10.388	8.291	8.690	11.552
Sobradinho										3.733
Gilô										
Uberabinha	24.699	25.927	30.170	6.431	7.870	15.106	10.387	4.392	2.209	-
Palestina	151	-	1.511	200	-	132	-	-	-	-
Mangabeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rodolfo Paixão						165	2.927	5.636	4.573	4.700
Uberaba	9.372	8.249	3.708	4.969	-	-	-	-	-	-
Amoroso Costa										
Conquista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jaguara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chapadão	1.429	1.814	818	181	-	-	839	432	457	590
Cristais (Cóvas)	**8.684**	**7.221**	**4.946**	**120**	-	**1.218**	**644**	**197**	**1.214**	**7.001**
Franca							**2.442**	**2.108**	**1.695**	**638**
Boa Sorte										
Batatais	1.051	268	719	-	-	-	224	415	545	125
Barracão										
Cel. Quito										
União									123	-
Cajuiate	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entroncamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Joaquim	-	-	-	-	-	-	-	-	120	-
Delfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Igarapava	5.149	2.087	282	321	496	259	1.181	240	283	300
Iluverava	140	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bacury	2.060	672	410	-	-	-	-	380	323	-
Orlândia	1.107	1.600	1.206	-	-	-	-	-	-	-
Porangaba	505	-	200	-	-	1.735	-	-	-	-
Jardinópolis	3.624	2.541	1.734	-	-	-	122	-	-	-
Pontal										
Rib. Preto										
Buenópolis								129	-	-
Luis Antônio										
Jatahy	-	-	290	700	-	543	337	165	-	294
Fco Maximiano	540	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO III - TRANSPORTE DE ANIMAIS PELA FERROVIA MOGIANA (1914-1918 / 1925-1949)

PROCEDÊNCIA	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Fco.Schmidt	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cravinhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Corredeira	1.225	874	1.159	162	-	-	-	357	300	143
Pratápolis	27.133	30.033	18.908	18.535	14.393	24.304	36.954	37.574	31.004	19.769
Tuyuty	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bigualinga	1.284	338	-	316	429	932	904	1.409	2.665	9.128
S.Seb Paraíso	301	186	128	-	500	-	136	-	-	-
Juréia										
Monte Belo										
Moçambo										
Cascala										
S.J.B Vista										
Pinhal										
Mota Paes										
Itapira										
Guaxupé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caldas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Con M Francisco	1.170	-	615	-	-	-	-	-	-	-
Buenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anhumas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S.J.R. Pardo	-	-	-	120	-	-	-	-	154	-
Socorro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Canoas								121	-	-
Orindiúva										
Cascala										
Águas da Prata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jaguariúna										
Guanabara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campinas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**97.690**	**100.193**	**82.728**	**41.709**	**38.164**	**59.757**	**69.421**	**63.783**	**56.293**	**59.912**

PROCEDÊNCIA	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
Araguary	19.812	20.008	15.492	2.546	2.479	15.975	26.966	36.764	30.245	22.433
Sobradinho	3.341	4.104	4.666	5.671	2.676	1.859	10.765	-	-	20.583
Giló				-	-	-	-	19.402	18.059	-
Uberabinha	-	132	-	3.626	142	270	382	-	-	-
Palestina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mangabeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rodolfo Paixão	705	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uberaba	7.879	13.372	13.584	-	6.447	4.876	6.128	-	-	-
Amoroso Costa				-	-	-	-	7.419	4.486	3.371
Conquista	-	-	-	-	1.747	873	598	-	-	150
Jaguara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chapadão	975	2.703	1.403	541	276	515	1.766	1.563	1.110	628
Cristais (Cóvas)	**7.039**	**7.572**	**5.212**	**3.867**	**1.084**	**2.020**	**2.657**	**2.563**	**3.510**	**3.574**
Franca	-	**255**	150	-	**355**	**875**	**3.059**	**384**	**140**	-
Boa Sorte					-	-	-	116	-	274
Batatais	-	-	186	290	-	-	-	-	-	423
Barracão			165	-	120	172	-	325	151	-
Cel. Quilo				177	200	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Calafate	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entroncamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Joaquim	-	-	-	-	-	-	-	130	-	-
Delta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Igarapava	-	-	-	178	-	-	-	-	-	-
Ituverava	-	-	-	952	325	-	-	576	1.454	1.300
Bacury	-	-	140	-	-	130	160	-	-	-
Orlândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porangaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jardinópolis	-	400	-	-	-	120	205	-	-	-
Pontal									380	-
Rib. Preto					122	-	-	-	-	-
Buenópolis	120	-	150	298	-	-	-	-	-	-
Luis Antônio					-	80	120	453	189	-
Jatahy	127	457	205	-	-	-	-	-	-	-
Fco Maximiano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO III - TRANSPORTE DE ANIMAIS PELA FERROVIA MOGIANA (1914-1918 / 1925-1949)

PROCEDÊNCIA	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
Fco.Schmidt	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cravinhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Corredeira	286	-	406	-	290	-	201	-	210	230
Pratápolis	24.969	22.600	21.239	18.207	11.902	9.024	10.101	9.724	10.804	10.476
Tuyuty	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Biguatinga	12.747	7.267	6.558	2.794	1.889	2.453	3.530	461	528	806
S.Seb Paraiso	-	-	-	-	-	-	140	140	-	-
Jureia				-	184	-	160	-	-	-
Monte Belo				-	1.844	-	-	791	1.493	2.829
Moçambo				-	-	150	-	-	-	-
Cascata				-	-	170	-	-	-	-
S.J.B Vista				-	-	190	-	-	240	148
Pinhal				-	-	-	111	-	-	-
Mota Paes				120	-	-	-	-	-	-
Itapira				-	-	-	70	-	-	-
Guaxupé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caldas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Con.M.Francisco	-	-	-	-	-	-	170	-	-	-
Buenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anhumas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S.J.R. Pardo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Socorro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Canoas		201		-	-	-	-	-	-	-
Orindiuva			418	-	-	-	-	-	-	-
Cascata			131	-	-	-	-	-	-	-
Águas da Prata	-	-	160	-	-	-	-	-	-	-
Jaguariúna				-	-	-	1.170	483	379	641
Guanabara	-	-	-	160	130	-	-	-	476	140
Campinas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	339
Total	**79.940**	**81.012**	**72.207**	**41.370**	**34.156**	**41.697**	**70.405**	**83.241**	**75.802**	**70.294**

ANEXO IV -CAFEICULTORES CADASTRADOS NO MUNICÍPIO DE FRANCA - 1901

CAFEICULTORES DO MUNICIPIO DE FRANCA	Nº DE CAFEEIROS	CAFEICULTORES DO MUNICÍPIO DE FRANCA	Nº DE CAFEEIROS
1 Antonio do Couto Rosa	10.000	de transporte	737.000
2 Antº Bernardes P. Rio Grandense	3.000	52 Arthur Barreto	10.000
3 Antonio Garcia Duarte	6.000	53 Balthazar Lopes	3.500
4 Antonio de Moraes Ribeiro	20.000	54 Bento Galvão da Costa e Silva	30.000
5 Antonio Bernardes Pinto	20.000	55 Baldoino José Valente	1.500
6 Antonio Moreira da Silva	2.000	56 Bernardo Avelino de Andrade	40.000
7 Antonio Lourenço Sobrinho	5.000	57 Bergone Deodato	2.000
8 Antonio Theodoro de Olivera	10.000	58 Brandão & Irmão	100.000
9 Antonio Nunes de Souza	6.000	59 Candido Ramos Ferreira de Abreu	50.000
10 Antonio Candido da Silva	3.500	60 Claudemiro Teixeira Duarte	4.000
11 Antonio Ribeiro da Silva	3.000	61 Chrispiniano Francisco Junqueira	1.000
12 Antonio Maximiano da S e Souza	3.000	62 Cassimiro Rubio	4.000
13 Antonio Menino Lemes	6.000	63 Candido Martins Gonçalves	3.000
14 Antonio da Costa Valle	52.000	64 Candido Custodio Moreira	4.000
15 Antonio Borges de Carvalho	10.000	65 Candido Cyrino de Oliveira	170.000
16 Antonio Martins Tristão	4.000	66 Candido Pereira Barreto (Dr.)	30.000
17 Antonio Pedro Sampaio	6.000	67 Candido Antonio Cintra	6.000
18 Antonio Roiz Moreira	12.000	68 Cyrilo Ferreira Freitas	6.000
19 Antonio Borges de Freitas	5.000	69 Cyrilo Teixeira da Silva	20.000
20 Antonio Baldoino da Silva	10.000	70 Claro Ribeiro Marcondes Machado	10.000
21 Antonio Ignacio da Costa	10.000	71 Carlota Leopoldina de Jesus	2.000
22 Antonio Salustiano de Castro	6.000	72 Deoclecio Deodato D. e Silva	10.000
23 Antonio de Paula Coelho	10.000	73 Delminda Leopoldina Nogueira	1.000
24 Antonio Garcia Barbosa	5.000	74 Delfino Martins Tristão	10.000
25 Antonio Martins A. & Irmão	8.000	75 Elias Maximiano Branquinho	1.000
26 Antonio Gabriel de Castro	3.000	76 Eufrausino Martins Coelho	6.000
27 Antonio Flavio Martins Ferreira	60.000	77 Eugenio Balbino de Souza	3.000
28 Antonio Joaquim dos Santos	6.000	78 Eloy Alves Tristão	10.000
29 Antonio Dias Fernandes	2.000	79 Elias Antonio Elizeu Moreira	50.000
30 Antonio Alves das Neves	6.000	80 Francisco Rosa	2.000
31 Affonso de Lima Guimarães	80.000	81 Francisco Antonio Gouveia	6.000
32 Adilão Fernandes da Cunha	3.000	82 Francisco Joaquim Machado	2.500
33 Alexandre Villela de Andrade	40.000	83 Francisco Elias Borges	1.000
34 Antonio Borges de Gouveia	40.000	84 Francisco Marcolino de Andrade	35.000
35 Antonio Justiniano da Silva	2.000	85 Francisco Gomes dos Reis	50.000
36 Antonio Fco. da Silva Sobrinho	5.000	86 Francisco Glz Virissimo	2.000
37 Antonio Amador de Godoy (Dr.)	20.000	87 Francisco Alves Leite	4.000
38 Adolpho Ribeiro da Silva	4.000	88 Francisco Mariano Ribeiro	1.500
39 Aurelio do Couto Rosa	10.000	89 Francisco Nunes Ferreira	4.000
40 Antonio de Oliveira Carvalho	10.000	91 Francisco Alexandre da Silva	7.000
41 Andrade Silva & Cia.	50.000	92 Francisco Coelho da Fonseca	5.000
42 Aureliano Cleto	12.000	93 Francisco Delfino da Silva	4.000
43 Azarias de Macedo	5.000	94 Francisco Muniz de Oliveira	3.000
44 Alfredo Rezende	10.000	95 Francisco S. Pereira Leite	5.000
45 Aristides de Silva Belem	50.000	96 Francisco Martins Coelho	3.000
46 Abrahão de Mello	3.000	97 Francisco Ultramar	5.000
47 Anna Maria de S. José	5.000	98 Francisco Ultramar Vailim	60.000
48 Andre Menino	3.000	99 Francisco Luiz Garcia	6.000
49 Andre Martins & Andrade Vilella	60.000	100 Fabiano Pereira Barreto	30.000
50 Azarias Martins Ferreira	2.500	101 Felisardo Antunes Cintra	3.000
51 Augusto Ramos (Dr.)	10.000	102 Fernando Peixe	8.000
subtotal	737.000	subtotal	1.572.000

ANEXO IV -CAFEICULTORES CADASTRADOS NO MUNICÍPIO DE FRANCA - 1901

	CAFEICULTORES DO MUNICIPIO DE FRANCA	Nº DE CAFEEIROS		CAFEICULTORES DO MUNICIPIO DE FRANCA	Nº DE CAFEEIROS
	de transporte	1.572.000		de transporte	2.355.000
112	Gonçalo da Silva Lemes	2.000	162	José Sotero Junqueira	2.000
113	Guilhermino José de Faria	4.000	163	José Guerner da Almeida	30.000
114	Gastão de Souza Mesquita (Dr.)	65.000	164	José Lourenço da Silva	2.000
115	Gabriel A. Costa & Irmão	50.000	165	José Duarte da Silva	1.000
116	Guilherme de Oliveira Souto	6.000	166	José Carlos Garcia	3.000
117	Guilherme Ferreira Barbosa	4.000	167	José Roiz de Godoy	20.000
118	Henrique Fernandes da Cunha	8.000	168	José de Paula e Silva	2.000
119	Hygino de Oliveira Caleiro	130.000	169	José Antonio Sampaio	2.000
120	Hilario Ferreira de Freitas	2.000	170	José Ignacio de Souza	1.000
121	Hyppolito C. de Mello	2.000	171	José Christiano Barreto	50.000
122	Hyppolito Antonio de Oliveira	4.000	172	José Diniz de Medeiros	4.000
123	Innocencio José Martins	5.000	173	José Martins Garcia	2.000
124	Izaias José de Queiroz	3.000	174	João Ferreira Coelho	5.000
125	Ignacio Ribeiro de Mendonça	5.000	175	João Garcia Borges	10.000
126	Ignacia Thereza de Jesus	1.500	176	João Caetano Alves	10.000
127	Isaac Villela de Andrade	25.000	177	João de Faria (Dr.)	185.000
128	Izidoro Espirandelle & Cia.	20.000	178	João Baptista Pereira Machado	25.000
129	José Antonio de Faria	15.000	179	João Feliciano Cardoso	30.000
130	José Pinto de Almeida	3.000	180	João Buiz Valladares	20.000
131	José Alves Guimarães Junior(Dr.)	80.000	181	Jcão Borges Gouvêa	8.000
132	José Severino Pereira	3.000	182	João Eufrausino de Andrade	10.000
133	José Alves Pereira Junior	4.000	183	João Antunes de Araujo Pinheiro (Dr.)	40.000
134	José Diniz de Medeiros	50.000	184	João Flavio de Castro	3.000
135	José Nicolau dos Santos	2.000	185	João M. Alves Nepomuceno	70.000
136	José Anacleto Ribeiro	4.000	186	João da Motta Vasconcellos	6.000
137	José Roiz Seabra	15.000	187	João Sampaio da Silva	2.000
138	José Honorio R. de Oliveira	1.000	188	João T.Pinto de Carvalho	90.000
139	José Alves da Silva	5.000	189	João Soares da Silva	3.000
140	José Passoas da Silva	5.000	190	João de Paula Coelho	4.000
141	José Joaquim Alves Branquinho	5.000	191	João Eduardo Ferreira	3.000
142	José Barbosa de Carbalho	1.000	192	João Diogo G. Martins	10.000
143	José Antonio Ribeiro	26.000	193	João Glz da Silva	2.000
144	José Francisco Netto	1.000	194	João Ferreira Pedroso	5.000
145	José de Silva Espindola	28.000	195	João Ribeiro da Silva	2.000
146	José Vieira de Souza	5.000	196	João Borges de Freitas	8.000
147	José Carlos do Nascimento	7.000	197	João Marques dos Reis	4.000
148	José Carrijo da Cunha	4.000	198	Joaquim Antonio de Oliveira Ramos	8.000
149	José Pedro de Faria	20.000	199	Joaquim Francisco Oliveira	4.000
150	José Francisco da Costa	10.000	200	Joaquim Garcia Barbosa	15.000
151	José Pereira Leite da Silva	52.000	201	Joaquim Alves Taveira	7.000
152	José M. de Lima	1.000	202	Joaquim A. Taveira Sobrinho	10.000
153	José de Paiva Boracho (Dr.)	40.000	203	Joaquim Bazilio de Paiva	3.000
154	José Correia	2.500	204	Joaquim Justino de Paula	5.000
155	José da Silva Ribeiro	2.000	205	Joaquim Lemes da Silva	3.000
156	José Maria Pereira	10.000	206	Joaquim Ribeiro	3.000
157	José Carlos de Vilhena	15.000	207	Joaquim Francisco Machado	2.000
158	José Antenor Cintra Sobrinho	5.000	208	Joaquim Heitor de Paula	2.000
159	José Bernardes de Andrade	15.000	209	Joaquim André de Mendonça	2.000
160	José Agostinho de Freitas	5.000	210	Joaquim Garcia de Andrade	10.000
161	José Antonio de Andrade	5.000	211	Joaquim Luiz C. de Mello	1.500
	subtotal	2.355.000		subtotal	3.104.500

ANEXO IV -CAFEICULTORES CADASTRADOS NO MUNICÍPIO DE FRANCA - 1901

	CAFEICULTORES DO MUNICÍPIO DE FRANCA	Nº DE CAFEEIROS		CAFEICULTORES DO MUNICÍPIO DE FRANCA	Nº DE CAFEEIROS
	de transporte	3.104.500		de transporte	3.843.000
212	Joaquim Florencio de Costa	4.000	262	Pedro Francisco da Silva	3.000
213	Joaquim Garcia Lopes da Silva	60.000	263	Pedro Monteiro de Araujo	9.000
214	Joaquim Luiz Garcia	15.000	264	Philadelpho F. da Cunha	8.000
215	Joaquim Carlos do Nascimento	2.000	265	Philotheo Severino da Cunha	8.000
216	Joquim Mendes Rosa	1.000	266	Quirino Ferreira Nunes	2.000
217	Joaquim Floriano da Costa	3.000	267	Rita L. d'Annunciação	2.000
218	Joaquim Pinto de Souza	30.000	268	Rozendo Fernandes da Cunha	1.000
219	Joaquim de Azevedo e Souza	12.000	269	Ricarte José Narciso	30.000
220	Joaquim Antonio de Andrade	8.000	270	Salviano José de Faria	5.000
221	Joaquim F. de Andrade Junqueira	40.000	271	Severino Vidal	40.000
222	Joaquim Peixoto Areia	3.000	272	Saturnino Glz da Silva	2.000
223	Joaquim Francisco de Paula	6.000	273	Saturnino G. Carrijo da Cunha	2.000
224	Joaquim Virissimo Ribeiro	3.000	274	Sebastião José da Costa	2.000
225	Justino Alves Taveira	8.000	275	Sabino Alves Taveira	4.000
226	Jeronymo Francelino Oliveira	4.000	276	Silverio F. da Silva	1.000
227	Izupero Severino de Cunha	3.000	278	Tiburcio Lourenço Junqueira	5.000
228	Luiz Gabriel da Costa	2.000	279	Tiburcio José da Silva	8.000
229	Luciano Vieira Santiago	50.000	280	Thomaz da Costa	13.000
230	Leopoldo Villares	70.000	281	Thomaz de Lima e Andrade	12.000
231	Lourenço Sampaio	30.000	282	Thomaz José da Motta	3.000
232	Marcellano de Oliveira	4.000	283	Theodoro Martins Tristão	12.000
233	Marcellano B. da Silva	20.000	284	Theodoro Ferreira da Silva	3.000
234	Marcellano Roiz Moreira	10.000	285	Tito Gomes Jardim	30.000
235	Martiniano Francisco de Andrade	40.000	286	Tristão de Paula Vidigal	2.500
236	Martiniano Francisco da Costa	70.000	287	Urias Antonio do Nascimento	8.000
237	Miguel Martins da Costa	2.000	288	Viuva do Dr. Marcondes do Amaral	30.000
238	Miguel Antonio José	4.000	289	Victorio Brachi & Irmão	17.000
239	Miguel de Godoy (Dr.)	20.000	290	Virgilio Dias Fernandes	1.000
240	Marcos Antonio José	4.000	291	Virgilio Augusto de Queiroz	2.000
241	Marciano Ferreira da Silva	5.000	292	Veronio Vicensio	4.000
242	Marcelino Carrijo da Cunha	2.000	293	Vicente de Carvalho (Dr.)	70.000
243	Manuel Dias do Prado	70.000	294	Virginio Pereira dos Santos	40.000
244	Manuel Dias de Souza	3.000		**TOTAL**	**4.222.500**
245	Manuel da Silva	3.000			
246	Manuel M. Fragata	7.000			
247	Manuel Lopes Amaro	3.500			
248	Manuel Vallim de Mello	14.000			
249	Manuel Alves Pereira	4.000			
250	Maria C. de Jesus	1.000			
251	Maria I. de Freitas	3.000			
252	Maria L. da Trindade	2.000			
253	Maria C. de Castro	2.000			
254	Maria das Dores	4.000			
255	Oliveira Antonio Natalisa	2.000			
256	Odilon Goulart (Dr.)	28.000			
257	Pedro Roiz da Rocha	1.000			
258	Pedro Diniz de Medeiros	15.000			
259	Pinto Mello & Freitas	8.000			
260	Pio Severino da Silva	25.000			
261	Pio Nuno Rosa	8.000			
	subtotal	3.843.000			

FRANCO, M. (ORG.) Almanach da Franca para (1902)... São Paulo: Duprat, 1902 p.177-184.

produtores agricolas

Joaquim O. Luz & F. Junqueira
Nucio Whitacker
Francisco Andrade Junqueira
André Martins de Andrade
Antonio Borges de Freitas
Alberto Whately
Eduardo Rocha
Irmãos Machado Souza
Antonio Machado Junqueira
Modesto Villela Andrade
Rodolpho Tosi
Martiniano Francisco Andrade
Junqueira & Vilhena
Azarias M. Ferreira
Dolor de Oliveira Dias
Fernando Botelho Villela
Pio S.Silva
Bernard A. Andrade
João Pires Monteiro
João Constantino Junqueira

QUEIROZ, Victorino S. & **ARANTES JR.** Lourenço. Os municípios do Estado de S.Paulo: informações interessantes. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S.Paulo/Directoria de Publicidade Agricola:1933. p.161-162.

ANEXO IV - PRINCIPAIS PRODUTORES DE CAFÉ EM FRANCA: (1937-1938)

	CAFEICULTORES DO MUNICÍPIO DE FRANCA	Nº DE CAFEEIROS
1	Francisco A. Junqueira e Paulo Villela Andrade	535.000
2	Mucio Whitaker	450.000
3	Antonio Torres Penedo	340.000
4	Alberto Whately	280.000
5	Joaquim Orlich Luz	250.000
6	Maria E. de Andrade (2 propriedades)	228.000
7	Fernando Couto Rosa	210.000
8	Maria Gabriela de Andrade	200.000
9	Antonio F Junqueira	200.000
10	Antonio Gomes de Mello	190.000
11	Olivia Martins Ferreira	180.000
12	Delor de Oliveira Dias	170.000
13	Maria de Andrade Ellios	160.000
14	João Constantino Junqueira	150.000
15	Custodia Ribeiro Rocha	148.000
16	Sociedade Agricola Fazenda Monte Bello	140.000
	Total dos 16 maiores produtores	**3.831.000**
	Total de cafeeiros do município	**17.706.000**
	Nº de propriedade cafeeiras = 713	
	Preço da terra por hectare = 300$000	

MUSEUS PAULISTA, Franca. in: Coleção João Baptista de Campos Aguirra.

ANEXO V - PRINCIPAIS FABRICANTES DE CALÇADOS NA CIDADE DE S.PAULO: 1918

Proprietários	capital	operários	força motriz	produção diária
Cia. Calçado Clark Ltda.	2.311:000$000	600	300	1600
S.Paulo Alpargatas Co.	2.000:000$000	87	300	233
Miguel Mellilo	1.164:934$000	200	37	400
Cia. Calçado Rocha	1.000:000$000	326	51	600
Salim Taufi Malufi	970:130$000	200	31	400
Dias & Cia	700:030$000	70	45	200(1)
Angelo Ferro & Cia	500:000$000	100	10	100(2)
Alfredo Guerner & Cia	300.000$000	140	20	250
Farhat & Jabur	300:000$000	150	15	250(3)
Bordalo & Cia	200.000$000	85	32	300
Domingos Marelli & Cia	200:000$000	110	20	250
João Rivero	156 000$000	100	11	300
Antonio Dicialtéo	150 000$000	50	25	200
José De Rose	120.000$000	45	3	50(4)
Pasqualucci & Messano	120:000$000	60	8	100
F.Sarubbi & Cia	100:000$000	40	10	100
Borelli, Candelisi & Cia.	100.000$000	30	5	50
José Spina& Cia	100:000$000	35	6	100
R.Hespanha & Irmão	100:000$000	50	6	150
Mansur Iazbek & Irmão	100.000$000	22	5	não informou (5)
Geraldo Romeu & Filho	80.000$000	70	3	100
José Saraceni & Cia	80:000$000	20		13(6)
A.Orfila	75:000$000	100		100
total 74 fabricantes	11.763:064$600	**3.269**		**6.896**

(1) fabrica arreios e tem curtume
(2) fabrica também 10 dúzias de chinelos por dia
(3) fabrica também 150 dúzias de chinelos por dia
(4) fabrica também 5 dúzias de chinelos por dia
(5) fabrica também 50 dúzia de chinelos por dia
(6) fabrica também 7 pares de polainas por dia

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de S. Paulo. Boletim da Directoria de Industria e Commercio. 9ª série, out-nov., nºs.10-11: anno de 1918, São Paulo: Typ. Levy, 1918. p.453-454.

1928		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Oreste Filippi & Filho		Franca	200.000,00	12		botinas feitas a mão
	2	Honório & Cia	Peixe	Franca	80.000,00	33	10	botinas e sandálias
	3	Maniglia, Irmãos & Cia		Franca	70.000,00	45		botinas e chinelos feitos a mão
	4	Irmãos Ferrari & Cia	Ferrari	Franca	50.000,00	7		botinas feitas a mão
	5	João Amélio Coelho		Franca	50.000,00	43		botinas, sapatos e chinelos feitos a mão
					450.000,00	**140**		
na capital	120	Cia Calçado Clark	Clark	S.Paulo	7.800.000,00	568	250	botas de montar botinas, sapatos sandálias e chinelos
		Cia Calçado Melillo	Melillo	S Paulo	7.000.000,00	307	72	idem
		São Paulo Alpargatas C°	Alpargatas C°	S Paulo	4.000.000,00	177	65	sapatos, sandálias e chinelos
		Cia Calçado Rocha	Rocha	S.Paulo	1.500.000,00	160	45	botas de montar, botinas e sapatos
		Dias & Cia	Dias	S Paulo	1.400.000,00	59	22	botinas, sapatos e chinelos
		Angelo Ferro	Ferro	S Paulo	500.000,00	37	12	perneiras, botinas, sapatos e chinelos
		Navajas & Cia.	Navajas	S Paulo	488.000,00	191	38	sapatos e sandálias
		Mercúrio Cia. Ltda.	Mercúrio	S.Paulo	400.000,00	47	19	sandálias
		Ernesto Luchetta	Luchetta	S.Paulo	295.000,00	45	19	botinas e sapatos
		André Nunes e Filho	Clover	S Paulo	250.000,00	30	25	botinas e sapatos
		Domingos Marelli & Cia.	Marelli	S.Paulo	250.000,00	85	42	botinas, sapatos e sandálias
		Taufi & Scaff	União	S Paulo	240.000,00	99	50	botinas, sapatos e sandálias
		D'Acoutli & Borrelli	Renasceça	S Paulo	240.000,00	38	10	botinas, sapatos e sandálias
		E.Dedivitis & Bottoni	Dedivitis	S Paulo	225.000,00	79	8	sapatos e sandálias
		Vicente Napoli & Cia.	Napoli	S.Paulo	200.000,00	52	18	botinas e sapatos
		Sarubbi & Dorsa	Sarubbi	S Paulo	200.000,00	30	10	botinas e sapatos
		Horácio Romeo	Romeo	S Paulo	200.000,00	35	5	botinas e sapatos
		Scatamacchia & Cia.	Scatamacchia	S Paulo	200.000,00	115	23	botinas e sapatos
		Theodoro Putz	Elastic	S.Paulo	200.000,00	30	35	Sapatos com sola de borracha
		Victor Paschoal, Rosa & Cia.	Casa Esporte	S.Paulo	200.000,00	29	3	Sapatos para esporte
no interior	27	Manuf.de Calçs. Ragazzi S.A.	Ragazzi	Rib.Preto	800.000,00	16	6	botinas, sandálias e chinelos
		Cia. Calçados Flora S.A.	Flora	Rio Claro	800.000,00	95	22	idem
		A. Hoffmann & Cia.	Hoffmann	Rio Claro	204.000,00	75	10	botinas, sapatos e sandálias
		Lima, Sanhudo & Cia.	Dalva	Campinas	180.000,00	57	15	calçado para senhoras e crianças
		Manica & Cia	Manica	Piracicaba	102.000,00	39	4	sapatos, sandálias e polainas
		Antonio Fausto & F°	Fausto	Sorocaba	100.000,00	20	5	botinas e sapatos
		Agostinho Cozzo Antonucci	Brasil	Piracicaba	87.000,00	10	30	botinas, sapatos, dandálias, chinelos e polainas
		Timoni & Irmão	Timoni	Rio Claro	80.000,00	23	4	sapatos, sandálias e chinelos
		J.Carvalho Vianna	Confiança	Taubaté	80.000,00	19	9	sandálias
TOTAL	147				33.323.000,00	4.578	1.271	

(*) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatitstica Industrial do Estado de S.Paulo: correspondente ao ano de 1928. São Paulo: Casa Garraux, 1930. p.38-41 .

ANEXO V - RELAÇÃO DAS EMPRESAS FABRICANTES DE CALÇADOS EM FRANCA E PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E INTERIOR DE S.PAULO: 1929

1929		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Oreste Filippi & Filho		Franca	200.000,00	12		botinas feitas a mão
	2	Honório & Cia	Peixe	Franca	80.000,00	18	10	botinas e sandálias
	3	Manigila, Irmãos & Cia		Franca	70.000,00	26		botinas, sapatos e chinelos feitos a mão
	4	João Amélio Coelho	S.Geraldo	Franca	50.000,00	28		botinas, sapatos e chinelos feitos a mão
	5	Irmãos Ferrari & Cia	Ferrari	Franca	50.000,00	7		botinas feitas a mão
	6	João Palermo		Franca	40.000,00	12		botinas, sapatos e chinelos feitos a mão
	7	Olegário Rocha	S.José	Franca	20.000,00	25		botinas feitas a mão
	8	Spessoto & Cia	Spessoto	Franca	17.000,00	17		perneiras, botinas, sapatos e chinelos feitos a mão
	9	Francisco Galisia	Galisia	Franca	15.000,00	6		botinas e chinelos feitos a mão
	10	Jeronymo de Castro		Franca	15.000,00	4		botinas e chinelos feitos a mão
	11	José Bulhões	Bulhões	Franca	15.000,00	5		sapatões, chinelos e botinas para futebol feitos a mão
	12	A. Morato	S.Sebastião	Franca	10.000,00	3		botinas e sapatos feitos a mão
					582.000,00	**163**		
na capital	184	Cia Calçado Bordallo	Bordallo	S Paulo	8 000 000,00	400	89	botas, botinas, sapatos e sandálias
		Cia Calçado Clark	Clark	S Paulo	7 800 000,00	550	250	idem
		S Paulo Alpargatas C°	Alpargatas C°	S Paulo	4 000 000,00	240	90	sapatos, sandálias e chinelos
		Dias & Cia		S Paulo	1 400 000,00	65	18	botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		Cia Calçado Rocha	Rocha	S Paulo	1 500 000,00	160	45	paralisada em 1929
		Angelo Ferro	Ferro	S Paulo	500 000,00	37	12	perneiras, botinas, sapatos e chinelos
		Navajas & Cia	Navajas	S Paulo	488 535,00	225	41	sapatos e sandálias
		Fab Nacional de Artefs Borr SA	Nacional	S Paulo	425 000,00	120	190	sapatos de lona e sola de borracha (tênis)
		Mercúrio & Cia Ltda	Mercúrio	S Paulo	400 000,00	55	18	sandálias
		Tauffi & Scaff	União	S Paulo	300 000,00	82	51	botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		Ernesto Luchetta	Luchetta	S Paulo	295 985,00	45	19	botinas e sapatos
		Domingos Marelli & Cia	Marelli	S Paulo	250 000,00	85	43	botinas, sapatos e sandálias
		André Nunes Filho	Clover	S Paulo	250 000,00	63	12	botinas e sapatos
		D'Aconti e Borrelli	Renascença	S Paulo	240 000,00	38	10	botinas, sapatos e sandálias
		Theodoro Putz & Cia Ltda	Ubatuba	S Paulo	200 000,00	30	35	sapatos e chinelos
		Victor Pardinal, Rosa & Cia	Esperia	S Paulo	200 000,00	29	3	sapatos para esporte
		Vicente Napoli & Cia	Napoli	S Paulo	200 000,00	70	25	botinas e sapatos
		Horácio Romeo	Romeo	S Paulo	200 000,00	32	5	botinas e sapatos
		Scatamacchia & Cia	Scatamacchia	S Paulo	200 000,00	117	38	botas, botinas e sapatos
		Sarubbi & Dorsa	Sarubbi	S Paulo	200 000,00	30	10	botinas e sapatos
no interior	65	Cia Calçados Flora	Flora	Rio Claro	800 000,00	68	22	botas, botinas, sapatos e chinelos
		Cia Nacional Artefs de Cobre	Conac (secção)	S Bernardo	300 000,00	89	20	sapatos de borracha
		A Hoffmann & Cia Ltda	Hoffmann	Rio Claro	204 000,00	29	12	sapatos, botinas e sandálias
		Lima, Sanhudo & Cia	Dalva	Campinas	180 000,00	47	13	sapatos
		Manica & Cia Ltda	Real	Piracicaba	180 000,00	28	5	polainas, botinas, sapatos e sandálias
		Batholomeu Arena	Arena	Taubaté	96 900,00	6		botinas e sapatos feitos a mão
		Agostinho Cozzo Antonucci	Brasil	Piracicaba	87 000,00	10	3	perneiras, botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		João Inforzato	Inforzato	Rio Claro	80 000,00	55	3	botinas e sapatos
		Timoni & Irmão	Timoni	Rio Claro	80 000,00	26	4	sapatos, sandálias e chinelos
		J Carvalho Vianna	Confiança	Taubaté	800 000,00	10	9	sapatos e sandálias
TOTAL	249				36.382.323,00	5.591	1 593	

(*) SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Industria e Comércio do Estado de S Paulo, Diretoria de Estatística, Industria e Comércio, Secção de Industrias. Estatistica Industrial do Estado de S.Paulo ano de 1929. São Paulo Casa Garraux, 1930. p 51-57

1930		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	A. Morato		Franca	5.000,00	6		botinas, sapatos e chinelos
	2	Francisco Galigia		Franca	5.000,00	8		botinas
	3	Honório & Cia		Franca	80.000,00	16	10	botinas, sandálias e chinelos
	4	Jeronymo de Castro		Franca	5.000,00	5		botinas, sapatos e chinelos
	5	João Amélio Coelho		Franca	50.000,00	25		botinas, sapatos e chinelos
	6	João Palermo		Franca	40.000,00	6		botinas, sapatos e chinelos
	7	José Bulhões		Franca	10.000,00			botinas e chinelos
	8	Maniglia, Irmãos & Cia		Franca	70.000,00	31		botinas, sapatos e chinelos
	9	Spessoto & Cia		Franca	17.000,00	15		botinas, sapatos e sandálias
	10	Vanini & Cruz		Franca	6.000,00	2		botinas, sapatos e chinelos
					288.000,00	**114**		
na capital	222	Cia Calçado Clark	Clark	S.Paulo	7.800.000,00	430	250	botas, botinas, sapatos e sandálias
		Cia Calçado Bordallo	Bordallo	S.Paulo	7.000.000,00	197	101	idem
		S.Paulo Alpargatas C°	Alpargatas C° (secção)	S.Paulo	1.762.000,00	123	95	sapatos, sandálias e chinelos (tecidos de algodão
		Dias & Cia.	Dias	S.Paulo	1.000.000,00	29	20	botinas e sapatos
		Navajas & Cia	Navajas	S.Paulo	640.000,00	170	41	sapatos e sandálias
		Mercúrio Cia Ltda.	Mercúrio	S.Paulo	400.000,00	58	27	sandálias
		Penitenciária do Est.S.Paulo		S.Paulo	313.000,00	90	28	botinas, sapatos e chinelos
		Scatamachia & Cia		S.Paulo	300.000,00	30	37	botinas e sapatos
		Taufi & Scaff		S.Paulo	300.000,00	38	51	botas, botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		André Nunes & Filhos		S.Paulo	250.000,00	77	12	botinas e sapatos
		Cesarino Guttilla		S.Paulo	235.000,00	36	9	botinas e sapatos
		Fab.Nac.Artefs.de Borracha	(secção)	S.Paulo	200.000,00	60	100	sapatos tenis, (vide artefatos de borracha)
		Ferrari, Filhos & Cia.		S.Paulo	200.000,00	17	-	botinas, sapatos, perneiras e chinelos
		Horácio Romeo	Romeo	S.Paulo	200.000,00	12	5	botinas e sapatos
		Irani & Chebel		S.Paulo	200.000,00	66	8	botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		Oreste Filipi & Filho		S.Paulo	200.000,00	27	2	botinas e sapatos
		Rossetti & Cia.		S.Paulo	200.000,00	45	12	botinas, sapatos e sandálias
		Sarkis Comrian		S.Paulo	200.000,00	49	13	botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		Sarubbi & Dorsa		S.Paulo	200.000,00	19	10	sapatos para senhoras
		Theodoro Putz & Cia.	(secção)	S.Paulo	200.000,00	41	35	chinelos e sapato tenis (vide artefs. de borracha)
		Vicente Napoli & Cia.	Napoli	S.Paulo	200.000,00	54	25	botinas, sapatos e sandálias
no interior	57	Cia Calçado Flora	Flora	Rio Claro	500.000,00	42	22	botas, botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		Lima, Sanhudo & Cia.	Dalva	Campinas	180.000,00	18	13	sapatos para senhoras e crianças
		Manica & Cia Ltda.		Piracicaba	180.000,00	9	6	polainas e sandálias
		Bartholomeu Arena	Arena	Taubaté	99.087,50	10	-	botinas, sapatos e chinelos
		A.Fogaça de Almeida & Cia.		Itapetininga	90.000,00	6	-	botinas e chinelos
		J.Carvalho Vianna		Taubaté	80.000,00	15	9	sapatos e sandálias
		Agostinho Paiva Ferreira		Jacareí	60.000,00	8	4	sandálias
		José Cerdan Galvez		Guarulhos	50.000,00	22	7	chinelos e alpargatas
		Salvador Mônaco & Filhos		Rio Claro	43.000,00	16	5	botinas, sandálias e chinelos
TOTAL	279				29.124.379,64	4.565	1.590	

(*) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1930. São Paulo: Garraux, 1931.p.149-155.

ANEXO V - RELAÇÃO DAS EMPRESAS FABRICANTES DE CALÇADOS EM FRANCA, PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E INTERIOR DE S.PAULO: 1931

1931		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	A. Morato		Franca	5.000,00	5		botinas, sapatos, chinelos e perneiras
	2	Carlos Moroni		Franca	10.000,00	2		botinas, sapatos e chinelos
	3	Francisco Galizia		Franca	5.000,00	5		botinas
	4	Honório & Cia		Franca	80.000,00	30	10	botinas, sandálias e chinelos
	5	Jeronymo de Castro		Franca	5.000,00	4		botinas e chinelos
	6	João Amélio Coelho		Franca	10.000,00	10		botinas
	7	João Palermo		Franca	40.000,00	6		botinas e sapatos
	8	José Bulhões		Franca	10.000,00	9		botinas e chinelos
	9	Maniglia, Irmãos & Cia		Franca	70.000,00	52		botinas, sapatos, chinelos e perneiras
	10	Miguel S. Mello		Franca	20.000,00	6		botinas, sapatos e chinelos
	11	Santinho & Irmão		Franca	5.000,00	12		botinas e chinelos
	12	Spessoto & Cia (secção)		Franca	25.000,00	15		botinas, sapatos e perneiras (vide artigos de couro)
	13	Thomaz Licursi & Cia		Franca	20.000,00	6		botinas
					305.000,00	**162**		
na capital	190	Cia Calçado Clark		S.Paulo	7.800.000,00	461	220	botas de montar, botinas, sapatos e chinellos
		Cia Calçado Bordallo		S Paulo	7.000.000,00	374	101	botas de montar, botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		S. Paulo Alpargatas C°	Alpargatas Cê (secção)	S.Paulo	1.762.000,00	159	50	botinas, sapatos, sandálias, chinelos e sap para ténis
		Novajas & Cia		S Paulo	763.107,00	223	41	sapatos e sandálias
		Penitenciária Est. S.Paulo	(secção)	S Paulo	400.000,00	78	28	botinas, sapatos e chinelos
		Scatamachia & Cia		S Paulo	300.000,00	102	46	botinas e sapatos
		Corrêa, Freitas & Cia.		S.Paulo	260.000,00	37	9	chinelos
		André Nunes & Cia.		S.Paulo	250.000,00	34	12	botinas e sapatos
		Enrico Di Grazia		S.Paulo	250.000,00	40	13	tamancos
		Carlos Fiuoco & Irmãos		S Paulo	200.000,00	28	6	botinas e sapatos
		Horácio Romeo		S Paulo	200.000,00	15	5	botinas e sapatos
		Iiani & Chebel		S.Paulo	200.000,00	58	13	botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		Sarubbi & Dorsa		S.Paulo	200.000,00	28	10	botinas e sapatos
		Vicente Napoli & Cia		S.Paulo	200.000,00	59	25	botinas, sapatos e sandálias
		Attilio Fuser		S.Paulo	199.508,00	55	36	tamancos, etc.
no interior	75	Cia de Calçados Flora S.A.		Rio Claro	500.000,00	38	22	botas de montar, botinas , sapatos e chinellos
		Antonio Verroni & Cia		Sorocaba	80.000,00	9	1	botinas e sapatos
		J.Carvalho Vianna		Taubaté	80.000,00	10	4	Sapatos e sandálias
		Tinoni & Irmão	(Secção)	Rio Claro	65.114,00	31	4	sapatões, sandálias e chinelos
		Agostinho Paiva Ferreira		Jacareí	60.000,00	12	4	sandálias
		Hugo Dornfeld & Cia.		S.Carlos	60.000,00	19	4	botinas, sandálias e chinelos
		Salvador Mônaco & Filhos		Rio Claro	43.000,00	21	5	botinas, sandálias e chinelos
TOTAL	265				27.554.495,00	4.724	1.349	

(*) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1931. São Paulo: Garraux, 1933. p.152-156.

	1	Antonio Garcia	Cristais Pta.	Franca	2.000,00	2		botinas e sapatos
	2	Carlos Moroni		Franca	5.000,00	2		botinas e chinelos
	3	Francisco Galizia		Franca	15.000,00	6		botinas
	4	Honório & Cia		Franca	80.000,00	34	10	botinas e chinelos
	5	João Palermo		Franca	40.000,00	6		botinas, chinelos e sapatos
	6	Maniglia, Irmãos & Cia		Franca	75.000,00	50		botinas, chinelos e sapatos
	7	Mário Rocha (secção)		Franca	2.000,00	1		botas de montar, botinas, chinelos e sap (artefs de couro)
	8	Miguel S. Mello		Franca	30.000,00	19		botinas, chinelos e sapatos
	9	Pedro Piola		Franca	5.000,00	2		botinas, sapatos e sandálias
	10	Prado & Irmão (secção)		Franca	40.000,00	13		botinas, chinelos, sapatos e perneiras (artefs de couros)
	11	Spessoto & Cia		Franca	37.000,00	15		botas de montar, botinas, chinelos e sapatos
	12	Tomaz Licursi & Cia		Franca	20.000,00	-		em liquidação
	13	Vanini & Cruz		Franca	6.000,00	2		botinas, chinelos e sapatos
					357.000,00	152		
na capital	227	Cia Calçado Clark		S Paulo	9 795 000,00	465	220	botas de montar, botinas, sapatos e sandalias
		Cia Calçado Bordallo		S Paulo	7 000 000,00	262	90	botas de montar botinas, chinelos , sapatos e sandálias
		S Paulo Alpargatas C°	Alpargatas C°	S Paulo	1 600 000,00	144	150	chinelos, sapatos, sandálias e sapatos para tênis
		Navajas & Cia		S Paulo	640 000,00	223	41	sapatos e sandálias
		Penitenciária do Est S Paulo		S Paulo	428 497,00	110	25	botinas, chinelos e sapatos
		Peres & Boschi		S Paulo	400 000,00	79	15	botinas e sapatos
		Scalamachia & Cia		S Paulo	300 000,00	108	40	botinas e sapatos
		Cesarino Gutila		S Paulo	300 000,00	70	17	botinas e sapatos
		Coutêa Freitas & Cia		S Paulo	260 000,00	30	9	chinelos
		A Manzione & Filho		S Paulo	250 000,00	71	20	botinas e sapatos
		Andre Nunes & Filho		S Paulo	250 000,00	79	12	botinas e sapatos
		Abilio Tuser & Cia	(secção)	S Paulo	250 000,00	45	9	tamancos (vide carpintaria)
		Enrico Di Crazia		S Paulo	250 000,00	42	13	chinelos e tamancos
		Irmãos Devisate & Cia Ltda		S Paulo	250 000,00	53	25	botas de montar, botinas e sapatos
		Carlos Enrico & Irmãos		S Paulo	200 000,00	50	5	botinas e sapatos
		Dorsa & Cia		S Paulo	200 000,00	22	10	botinas e sapatos
		Horácio Romeo		S Paulo	200 000,00	10	15	botinas e sapatos
		Issa & Chebel		S Paulo	200 000,00	60	8	botas de montar, botinas, chinelos, sapatos e sandálias
		L Frugoli & Cia		S Paulo	200 000,00	45	11	chinelos e sandálias
		Rosario Accurso & Irmão		S Paulo	200 000,00	20	7	botinas e sapatos
		Vicente Napoli & Cia		S Paulo	200 000,00	80	25	botinas, sapatos e sandálias
no interior	89	Cia de Calçados Flora S A		Rio Claro	800 000,00	54	22	botinas, chinelos, sapatos e sandálias
		Alberto Ruzolim		Limeira	100 000,00	30	5	sandálias
		J Carvalho Vianna		Taubaté	80 000,00	19	4	sapatos e sandálias
		Timoni & Irmão		Rio Claro	65 114,00	31	4	chinelos, sandálias e sapatões
		Hugo Dornfeld & Cia		S Carlos	60 000,00	19	4	botas de montar, botinas, chinelos e sandálias
		Jacomo Paro & irmãos		Penápolis	60 000,00	24	3	botinas, chinelos e sapatos
		Jacó Alberico Cagnin		Araras	52 000,00	4	3	botinas para esportes e sapatos
		Amadeu Malafaia		Campinas	50 000,00	12	3	sapatos e sandálias
		Antonio Verrone		Sorocaba	50 000,00	9	1	botinas e sapatos
		Salvador Monaco & Filhos		Rio Claro	43 000,00	26	5	botinas, chinelos, sandálias e sapatos
TOTAL	312				32.328.347,00	5.165	1.479	

(*) SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Industria e Comércio do Estado de S Paulo, Diretoria de Estatística, Industria e Comércio, Secção de Industrias. Estatistica Industrial do Estado de S Paulo ano de 1932. São Paulo Garraux, 1934 p 159-168

ANEXO V - RELAÇÃO DAS EMPRESAS FABRICANTES DE CALÇADOS EM FRANCA, PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E INTERIOR DE S.PAULO: 1933

1933		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Antonio Garcia	Mogyana - Cristais Pta.	Franca	1.300,00	2		botinas
	2	Carlos Moroni	R João Pessoa 1107	Franca	1.000,00	1		botinas, sapatos e chinelos
	3	Honório & Cia	Cx Postal 88	Franca	80.000,00	40	10	botinas e chinelos
	4	João Palermo	R Dr. Jorge Tibiriça 1107	Franca	40.000,00	6		botas, botinas e chinelos
	5	Maniglia, Irmão & Cia	Cx Postal 73	Franca	55.000,00	44		botinas, sapatos e chinelos
	6	Mário Rocha	R Couto Magalhães 499	Franca	1.000,00	1		sapatos e sandálias
	7	Pedro Piola	R Júlio Cardoso 1016	Franca	1.000,00	3		botinas e chinelos
	8	Prado & Irmão	R Dr. Jorge Tibiriça 167	Franca	18.000,00	6		botas, botinas, sapatos e chinelos
	9	Salvador Mazzotta	R João Pessoa 691	Franca	2.000,00	2		botinas e sapatos
	10	Spessoto & Cia	Cx. Postal 89	Franca	37.000,00	16		perneiras, botinas, sapatos e chinelos
	11	Vanini & Cruz	R Dr. Julio Cardoso 589	Franca	6.000,00	2		botinas e chinelos
					242.300,00	**123**		
na capital	229	Cia Calçado Clark	R Moóca 341	S.Paulo	8.797.600,00	465	220	botas, botinas, sapatos e sandálias
		Cia Calçado Bordallo	R Augusta 35	S.Paulo	7.000.000,00	278	103	botas, botinas, sapatos e sandálias
		S.Paulo Alpargatas Cª	R Dr. Almeida Lima 237	S.Paulo	1.600.000,00	184	500	sandálias, sapatos, chinelos e sapatos tênis
		Navajas & Cia	R do Gasômetro 54 e 56	S.Paulo	640.000,00	230	41	sapatos e sandálias
		Penitenciária do Est. S.Paulo	Av Cerandirú	S.Paulo	360.000,00	80	90	botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		Manoel Kherlakian & Irmão	R Anhangabaú 128	S.Paulo	300.000,00	64	12	botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		Scatamacchia & Cia.	R Mj. Diogo 52	S.Paulo	300.000,00	108	40	botinas e sapatos
		Atilio Fuser	R da Moóca 222	S.Paulo	260.000,00	58	20	tamancos
		André Nunes & Filho	R Sta. Efigênia 107	S.Paulo	250.000,00	72	15	botinas e sapatos
		Irmãos Devisate & Cia. Ltda.	R Marina Crespi 48	S.Paulo	250.000,00	60	25	botinas e sapatos
		Levon Apovian, Filho & Cia.	R Augusto de Queiroz 28	S.Paulo	250.000,00	53	16	botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		Antonio Dicialteo & Cia. Ltda.	R D Fco. de Souza 7 B	S.Paulo	200.000,00	21	28	botinas e sapatos
		Dorsa & Cia	R Florêncio de Abreu 143	S.Paulo	200.000,00	21	10	botinas e sapatos
		Henrique Di Grazia	R Alf Silveira da Motta 36	S.Paulo	200.000,00	45	20	tamancos e chinelos
		L. Frugoli & Cia. Ltda.	R Gomes Cardim 11	S.Paulo	200.000,00	46	11	sandálias e chinelos
		Vicente Napoli	R Br. de Piracicaba 24 A	S.Paulo	200.000,00	106	30	botinas, sapatos e sandálias
no interior	81	Cia de Calçados Flora S.A.	R Três 143	Rio Claro	800.000,00	42	22	botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		Albino Buzolim	R Br. de Campinas 17	Limeira	100.000,00	33	5	sandálias
		Timoni & Irmão	R Hum 179	Rio Claro	63.110,00	34	4	sapatões, sandálias e chinelos
		Hugo Dornfeld	Pça Antonio Prado 2	S.Carlos	60.000,00	19	4	botinas, sandálias e chinelos
		Amadeu Malafaia	Av 7 de setembro 525	Campinas	50.000,00	29	4	sapatos
		Antonio Verrone	R São Bento 186	Sorocaba	50.000,00	9	1	botinas e sapatos
		José Cerdan Galves	R Campos Salles 188	Guarulhos	50.000,00	15	10	chinelos e alpargatas de cordas
		Nagib Amary & Cia.	Cx Postal 66	Sorocaba	50.000,00	12	1	botinas, sapatos e sandálias
		Salvador Mônaco & Filhos	R Três 113	Rio Claro	43.000,00	18	5	botinas, sandálias e chinelos
TOTAL	310				29.347.469,00	5.219	1.886	

(*) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1933. São Paulo: Garraux, 1935. p.201-207.

ANEXO V - RELAÇÃO DAS EMPRESAS FABRICANTES DE CALÇADOS EM FRANCA, PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E INTERIOR DE S.PAULO: 1934

1934		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	A. Lopes de Mello	Cx Postal 51	Franca	100.000,00	48		sapatões e chinelos
	2	A Morato	R Dr. Jorge Tibiriçá 156	Franca	5.000,00	3		botinas e sapatos
	3	Barduco & Buin	R Dr. Jorge Tibiriçá 117	Franca	40.000,00	13		sapatões e chinelos
	4	Ciad & Cia	R Dr. Jorge Tibiriçá 969	Franca	10.000,00	6		botinas
	5	F. Galli	R Dr. Julio Cardoso 1380	Franca	6.000,00	3		sapatos
	6	Honório & Cia	CX Postal 88	Franca	120.000,00	50	10	sapatões e chinelos
	7	João Palermo	Cx Postal 101	Franca	40.000,00	12		botinas e chinelos
	8	Maniglia, Irmão & Cia	Cx Postal 73	Franca	55.000,00	20		sapatões, perneiras, sapatos e chinelos
	9	Prado & Irmão	R Dr. Jorge Tibiriçá 167	Franca	20.000,00	6		botinas, perneiras e chinelos
	10	Salvador Mazzola	R João Pessoa 691	Franca	5.000,00	4		botinas, bolas e sapatos
	11	Spessoto & Cia	Cx Postal 89	Franca	200.000,00	42		botinas, chinelos e sapatos
	12	Thomaz Licursi & Cia	R Dr. Jorge Tibiriçá 155	Franca	30.000,00	36		botinas e chinelos
	13	Vanini & Cruz	R Dr. Julio Cardoso 589	Franca	6.000,00	2		botinas e chinelos
					637.000,00	**245**		
da capital	238	Cia Calçado Clark	R da Mooca 341	S Paulo	12.813.678,00	476	220	sapatos, botinas, sandálias, chinelos e botas
		Cia Calçado Bordalo	R Augusta 35	S Paulo	7.000.000,00	272	103	botinas, sapatos, perneiras e botas
		S Paulo Alpargatas C°	R Dr Almeida Lima 14 A	S Paulo	1.600.000,00	300	500	chinelos, sapatos e sandálias
		Scalamacchia & Cia	R Mal Deodoro 52	S Paulo	1.000.000,00	126	41	sapatos e botinas
		Havaias & Cia	R do Ganômetro 54 56	S Paulo	900.000,00	240	44	sapatos e sandálias
		José Pasquarosa	R Maria José 34	S Paulo	699.757,00	56	12	sapatos, botinas e botas
		Marcel Khedakian & Irmão	R Anhangabahu 128	S Paulo	500.000,00	64	12	sapatos, sandálias botinas e chinelos
		Vicente Napoli & Cia	Al Dr. de Piracicaba 24	S Paulo	400.000,00	138	25	sapatos botinas e sandálias
		Perez & Rocchi	R do Ganômetro 34 36	S Paulo	400.000,00	113	15	sapatos e botinas
		Irmãos Devecian & Cia Ltda	Cx Postal 3439	S Paulo	400.000,00	55	25	botinas, sapatos e botas
		Chura Chebel & F°	R Paje 6	S Paulo	400.000,00	51	8	botinas, botas, sapatos, sandálias e tamancos
		Cyro Rossetti	R Piratininga 82	S Paulo	400.000,00	79	11	sapatos e botinas
		Penitenciária do Estado S Paulo	Av Cantareira	S Paulo	360.000,00	80	90	sapatos
		Henrique Di Grazia	R Alfredo Silveira da Motta 36	S Paulo	300.000,00	74	40	tamancos, sapatos, chinelos
		Pedro Cumenian	R Sto André 34	S Paulo	300.000,00	20	5	sapatos, chinelos
		André Nunes & Filho	R Sta Efigênia 122 A	S Paulo	250.000,00	61	12	sapatos, perneiras, botas botinas
		S Sanchez & Cia	R 21 de abril 21	S Paulo	250.000,00	52	3	sapatos, sandálias
		Ulderico Fuser	R dos Alpes 98	S Paulo	250.000,00	45	3	chinelos
no interior	82	Cia de Calçados Flora S A	Cx Posta 16	Rio Claro	800.000,00	95	22	sapatos, botinas, perneiras, botas e chinelos
		Albino Buzolin	R Br de Campinas 17	Limeira	450.000,00	38	5	sandálias
		Hagib Amary & Cia	Cx Postal 66	Sorocaba	150.000,00	45	2	botinas, sapatos e sapatões
		Jácomo Paro & Irmãos	Cx Postal 120	Penápolis	150.000,00	21		sapatões, botinas, sapatos
		Jorge Kephas	R Alvares Cabral 62	Rib Preto	100.000,00	30	6	sapatos, botinas e sapatões
		Timoni & Irmãos	R 1, 179	Rio Claro	75.200,00	42	4	sandálias, chinelos, perneiras, sapatões
		João Inforzato	R 4, 119	Rio Claro	60.000,00	30	3	sandálias, sapatos, sapatões e botinas
		Antonio Verrone	R São Bento 116	Sorocaba	50.000,00	9	1	botinas, sapatos
		Francisco Figlioli	R Gal Osório 229	São Carlos	50.000,00	2		sapatões
		José Cerdan Galvez	R Campos Salles 188	Guarulhos	50.000,00	20	10	alpargatas, chinelos
TOTAL	320				41.456.819,00	6.186	1.899	
	392							

(*) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S Paulo, Diretoria de Estatística, Industria e Comércio. Secção de Industrias. Estatistica Industrial do Estado de S Paulo ano de 1934. São Paulo, Siqueira, 1936. p 180-186

ANEXO V - RELAÇÃO DAS EMPRESAS FABRICANTES DE CALÇADOS DE FRANCA, PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E DO INTERIOR DE S.PAULO: 1935

1935		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	A. Lopes de Mello & Cia	R Ouvidor Freire 637	Franca	300.000,00	48		chinelos e sapatões
	2	A. Morato	R Dr.Jorge Tibiriça 637	Franca	5.000,00	3		botinas e sapatões
	3	Barduco & Buin	R Dr. Jorge Tibiriçá 100	Franca	40.000,00	14		botinas e chinelos
	4	Ciad & Cia	R Dr. Jorge Tibiriçá 969	Franca	25.000,00	12		botinas, sapatos e sapatões
	5	F. Galli	R Dr. Julio Cardoso 1380	Franca	3.000,00	2		botinas, sapatos e sapatinhos
	6	Honório & Cia	Cx Postal 88	Franca	200.000,00	52	10	botinas e chinelos
	7	João Palermo	Cx Postal 101	Franca	40.000,00	12		perneiras botinas, chinelos, sandálias e sapatões
	8	Luiz Dompieri	R Dr. Jorge Tibiriçá 1068	Franca	20.000,00	2		botinas e sapatos
	9	Pedro Piola	R Gen Carneiro 1376	Franca	1.000,00	1		concertos
	10	Prado & Irmão	R Dr. Jorge Tibiriçá 167	Franca	20.000,00	8		perneiras e sapatões
	11	R. Puglia	Cx Postal 96	Franca	25.000,00	10		chinelos e sapatões
	12	Salvador Mazzola	R João Pessoa 691	Franca	3.800,00	3		botinas, sapatos e botas
	13	Spessoto & Cia	Cx Postal 89	Franca	160.000,00	40		perneiras, botinas, sapatos e chinelos
	14	Thomaz Licursi & Cia	R Dr. Jorge Tibiriçá 155	Franca	100.000,00	28		botinas, chinelos e sapatões
	15	Vanini & Cruz	R Dr Julio Cardoso 589	Franca	6.000,00	2		chinelos sapatões e concertos em geral
					948.800,00	**237**		
na capital	221	Cia Calçado Clark	R da Mooca 341	S Paulo	11.620.997,00	431	220	botas, botinas, sapatos, sapatinhos, chinelas e sapatões
		Cia Calçado Bordallo	R Augusta 235	S Paulo	7.000.000,00	220	103	botas, perneiras, botinas, sapatos, sapatinhos e sandálias
		S Paulo Alpargatas C°	R Dr. Almeida Lima 16	S Paulo	6.273.754,00	325	500	botinas, sap c/solas de bor., sapatinhos, chinelos e sand
		Scatamacchia & Cia	R Mj. Diogo 290	S Paulo	1.000.000,00	167	48	botinas e sapatos
		Dayrgas & Cia	R do Gasômetro 54 56	S Paulo	900.000,00	240	44	sapatos e sandálias
		André Hunos & F°	R Sta. Efigênia, 485	S Paulo	750.000,00	89	12	botinas e sapatos
		José Pasqualucci	R Maria José 33	S Paulo	699.757,00	59	11	botas, botinas e sapatos
		Manoel Khedakian & Irmão	R Anhangabahu 128	S Paulo	500.000,00	73	12	botinas, sapatos, chinelos e sandálias
		L. Lungoli & Cia	R Gomes Cardim 521	S Paulo	500.000,00	90	12	sapatos, chinelos e sandálias
		Peres & Boschi	R do Gasômetro 34 36	S Paulo	500.000,00	86	15	botinas e sapatos
		Campana Salva & Cia	R Marajó 26	S Paulo	400.000,00	90	25	sapatos, sapatinhos, chinelos, calçado de banho
		Cesarino Gulia	R Carlos de Campos 5 7	S Paulo	400.000,00	78	37	borzeguins, sapatos
		Chucri Chebel & Cia	R Paje 6	S Paulo	400.000,00	74	12	botinas, sapatos, sapatinhos, sandálias, sapatões
		Cyro Rossetti	R Piratininga 342	S Paulo	400.000,00	105	12	botinas, sapatos, sapatinhos
		Irmãos Devisate & Cia Ltda	R Marina Crespi 18	S Paulo	400.000,00	57	25	botas, botinas, sapatos
		Pantaleão Nicoletti	R Hipódromo 413	S Paulo	400.000,00	117	12	sapatos, sandálias
		S Sanches & Cia	R 21 de abril 21	S Paulo	400.000,00	72	3	sapatos, sandálias
		Vicente Hapoli & Cia	R Dr. de Piracicaba 170	S Paulo	400.000,00	104	25	botinas, sapatos, sandálias
no interior	118	Cia de Calçados Flora S A	Cx Postal 16	Rio Claro	1.563.393,00	97	22	botas, perneiras, botinas, sapatos, chinelos e sandálias
		Alcino Bizolon	R Br de Campinas 17	Limeira	300.000,00	48		chinelos e sapatões
		Nagib Amary & Cia	Cx Postal 66	Sorocaba	150.000,00	30	2	botinas, sapatos, sapatinhos e sapatões
		Jorge Kephas	R Alvares Cabral 62	Rib Preto	100.000,00	20		botinas, sapatos, sandálias e sapatões
		Elias Maris & Cia	R Américo Brasiliense 177	Rib Preto	100.000,00	43	3	botinas, sapatos, sapatinhos, sandálias e sapatões
		Hugo Dornfeld & Cia	Cx Postal 45	S Carlos	80.000,00	17	4	perneiras, chinelos, sandálias, sapatões
		Salvador Mônaco & Filhos	Cx Postal 23	Rio Claro	80.000,00	27	5	botinas, chinelos, sapatões
		Santinho & Irmão	R Inconfidência 6 72	Bauru	80.000,00	40	5	botinas, chinelos, sapatões
		Lucena & Irmão	R Hum. 179	Rio Claro	75.200,00	42	4	perneiras, chinelos, sandálias, sapatões
TOTAL	339				49.238.399,00	6.052	1.987	
	368	(*) SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Industria e Comércio do Estado de S Paulo, Diretoria de Estatística, Industria e Comércio, Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S Paulo ano de 1935. São Paulo, Siqueira, 1937, p 190-197						

ANEXO V - RELAÇÃO DAS EMPRESAS FABRICANTES DE CALÇADOS DE FRANCA, PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E DO INTERIOR DE S.PAULO: 1936

1936		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	A. Lopes de Mello	R Ouvidor Freire 637	Franca	400.000,00	43		sapatões, polainas e chinelos
	2	Ciad & Cia	R Mons. Rosa 1135	Franca	10.000,00	6		botinas e sapatos
	3	Honório & Cia	Cx Postal 88	Franca	80.000,00	56	10	botinas e chinelos
	4	João Palermo	Cx Postal 101	Franca	40.000,00	12		botinas, chinelos e perneiras
	5	Miguel S. Mello	R Dr Jorge Tibiriça 753	Franca	25.000,00	12		sapatões e botinas
	6	Prado & Irmão	R Vol. da Franca 167	Franca	20.000,00	6		botinas e perneiras
	7	R. Puglia	Cx Postal 96	Franca	10.000,00	16		sapatões e chinelos
	8	Spessoto & Cia	Cx Postal 89	Franca	200.000,00	63		sapatões, polainas e chinelos
	9	Thomaz Licursi & Cia	R Vol. da Franca 141	Franca	30.000,00	12		sapatões, polainas e chinelos
					815.000,00	**226**		
na capital	235	Cia Calçado Clark	R da Mooca 341	S.Paulo	7.800.000,00	566	220	botinas, sap., botas, sapatinhos, chinelas, sandálias, etc
		S.Paulo Alpargatas C°	R Dr. Almeida Lima 237	S Paulo	6.273.754,00	286	500	sapatos, sapatinhos, chinelos e sandálias
		Cia Calçado Bordallo	R Augusta 235	S.Paulo	5.000.000,00	234	79	botinas, sapatos, botas, etc.
		André Nunes & F°	R Espírita 142	S Paulo	2.000.000,00	151	38	botinas e sapatos
		Navajas & Cia.	R do Gasômetro 54	S Paulo	900.000,00	240	44	sapatos e sandálias
		L. Frugoli & Cia	R Gomes Cardim 521	S.Paulo	800.000,00	88	12	sapatos, chinelos e sandálias
		Scatamacchia & Cia	R Mj. Diogo 290	S Paulo	800.000,00	162	48	sapatos e botinas
		Irmãos Devisati & Cia Ltda.	R Marina Crespi	S Paulo	600.000,00	58	25	sapatos, botinas e botas
		Vicente Napoli & Cia.	Al Br de Piracicaba 170	S Paulo	600.000,00	116	30	botinas, sapatos e sandálias
		Campana, Salvia & Cia	R Marajó 136	S.Paulo	400.000,00	130	30	chinelos, sandálias, sapatos e sapatinhos
		Chucri Chebeil & Filho	R Paje 6	S.Paulo	400.000,00	54	13	sapatos, botinas, sapatinhos, sandálias e sapatões
		Cyro Rossetti	R Piratininga 342	S.Paulo	400.000,00	104	12	sapatos e sapatinhos
		Penitenciária Estado S Paulo	Av Carandiru	S Paulo	360.000,00	135	28	botinas, sapatos e chinelas
		Cezarino Gutila	R Carlos de Campos 5-7	S Paulo	300.000,00	67	37	sapatos, botinas
		Henrique Di Grazia	R Silveira da Motta 102	S.Paulo	300.000,00	60	20	botinas, sapatos, chinelos, tamancos e sapatões
		Manoel Kherlakian	R Anhangabaú 128	S.Paulo	300.000,00	78	12	botinas, sapatos, chinelos e sandálias
		Ulderico Fuser	R dos Alpes 125	S.Paulo	300.000,00	50	9	chinelos e sapatinhos
no interior	178	Cia de Calçados Flora S.A.	Cx Postal 16	Rio Claro	1.563.393,00	110	23	sap., botinas, perneiras, botas, sapatinhos, chinelos, sand
		Albino Buzolim	R Br. de Campinas 17	Limeira	500.000,00	126	5	sandálias
		Ferreira Vianna & Cia.	R Cunha Bastos 13	Limeira	100.000,00	40	4	sandálias
		Hugo Dornfeld & Cia	Cx Postal 45	S.Carlos	100.000,00	20	4	perneiras, sapatões e chinelos
		Santinho & Irmão	R da Inconfidência 6	Bauru	90.000,00	26	6	sapatões
		Timoni & Irmão	Cx Postal 66	Rio Claro	75.200,00	48	4	sandálias, chinelos, polainas e sapatões
		Antonio Verrone	R São Bento 186	Sorocaba	50.000,00	9	1	sapatos, botinas e botas
		Salvador Mônaco & Filhos	Rua Três, 113	Rio Claro	43.000,00	19	5	botinas, sapatos, chinelos e sapatões
TOTAL	287				40.281.995,00	6.893	2.081	
	413							

(*) SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1936. São Paulo: Freire & Cia., 1938. p.201-206.

ANEXO V - RELAÇÃO DAS EMPRESAS FABRICANTES DE CALÇADOS EM FRANCA, PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E INTERIOR DE S.PAULO: 1937

1937		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	A. Lopes de Mello	Cx Postal 51	Franca	400.000,00	50		perneiras, botinas, saptos, chinelos e sapatões
	2	A. Morato	R Dr. Jorge Tibiriçá 156	Franca	15.000,00	4		idem
	3	Ciad & Cia	R Dr. Jorge Tibiriçá 969	Franca	20.000,00	3		botinas
	4	F. Galli	R Vol. da Franca, 1077	Franca	10.000,00	3		botinas, sapatos, sapatinhos e sapatões
	5	Honório & Cia	Cx Postal 88	Franca	80.000,00	53	10	sapatos, chinelos e sapatões
	6	João Palermo	Cx Postal 101	Franca	100.000,00	30		perneiras, botinas, sapatos e chinelos
	7	Miguel S. Mello	Cx Postal 22	Franca	25.000,00	12		botinas, sapatos, sapatões e concertos
	8	Prado & Irmão	R Vol. da Franca 167	Franca	20.000,00	2		chinelos e sapatões
	9	Spessoto & Cia	Cx Postal 89	Franca	680.000,00	70	10	perneiras, chinelos e sapatões
	10	Thomaz Licursi & Cia	R Vol. da Franca 222	Franca	100.000,00	16		perneiras, botinas, chinelas e sapatões
					1.450.000,00	**243**		
na capital	231	Cia Calçado Clark	Cx Posta 513	S.Paulo	7.800.000,00	565	220	bot.de montar, perneiras, botinas, sap, sapatinhos e sand.
		S.Paulo Alpargatas C°	R Dr. Almeida Lima 237	S.Paulo	6.273.754,00	326	500	sapatos, chinelas e sandálias
		Cia de Calçado Bordallo S.A.	R Augusta 235	S.Paulo	3.500.000,00	179	78	bot.de montar, perneiras, botinas, sap, sapatinhos e sand.
		André Nunes Filho	R Espirita 142	S.Paulo	3.000.000,00	172	33	botinas e sapatos
		Campana & Cia.	R Marajó 136-158	S.Paulo	2.500.000,00	95	33	sapatos, sapatinhos, chinelas, alpargatas e sandálias
		Navajas & Cia	R do Gasômetro 54-56	S Paulo	900.000,00	233	51	sapatos e sandálias
		L. Frugoli & Cia.	R Gomes Cardim 521	S.Paulo	777.868,00	81	14	sapatos, sapatinhos, chinelos e sandálias
		Irmãos Devisati & Cia Ltda.	Cx Postal 3439	S.Paulo	600.000,00	72	25	botas, botinas e sapatos
		Manoel Kherlakian & Irmão	R Anhangabaú 778	S.Paulo	500.000,00	98	18	botinas, sapatos e chinelos
		Scatamacchia & Cia.	R Mj. Diogo 290	S Paulo	500.000,00	144	50	botinas e sapatos
		Penitenciária Estado S.Paulo	Av Carandiru	S.Paulo	450.000,00	150	25	botas, baotinas, sapatos, sapatinhos, chinelos, sandálias
		Chucri Chebel & Cia.	R Pajé 6	S Paulo	400.000,00	51	12	botinas, sapatos, sandálias, sapatões
		Cyro Rossetti	R Piratininga 342	S.Paulo	400.000,00	89	18	sapatos e sapatinhos
		Ulderico Fuser	R dos Alpes 125	S.Paulo	400.000,00	57	10	sapatos, sapatinhos e chinelos
		Fáb. de Calçs. Belém Ltda.	R Visc. Parnaiba 2315	S Paulo	391.200,00	34	17	sapatos, sapatinhos, sandálias
		Cesanino Gutilla	R Cr. Carlos de Campos 5 e 7	S Paulo	300.000,00	71	37	sapatos
		H.Ferrari & Cia	R Mello Barreto 71	S Paulo	300.000,00	42	10	botinas e sapatos
		Henrique Di Grazia	R Silveira da Motta 102	S.Paulo	300.000,00	67	20	botinas, sapatos, chinelas, sapatões e tamancos
		Tikian & Irmãos	R Brigadeiro Tobias 772/776	S.Paulo	300.000,00	35	6	sapatos
no interior	179	Cia de Calçados Flora S.A.	Cx Postal 16	Rio Claro	500.000,00	22	23	botas, perneiras, botinas, sapatos, chinelas, sandálias
		Albino Buzolin	R Br. de Campinas 17	Limeira	300.000,00	148	5	sandálias
		Salvador Monaco & Filhos	Cx. Postal 23	Rio Claro	143.000,00	21	5	botinas, sapatos, sapatinhos e sapatões
		Timoni & Irmão	Cx Postal 66	Rio Claro	130.228,00	76	14	perneiras, botinas, chinelos e sapatões
		Elias Maris & Cia Ltda.	R Américo Brasiliense 177	Rib Preto	100.000,00	47	3	botinas, sapatos, sapatinhos e sapatões
		Ferreira Vianna & Cia	R Cunha Bastos 13	Limeira	100.000,00	41	4	sandálias
		Jorge Kephas	R Alvares Cabral 62	Rib.Preto	100.000,00	26	6	botinas, sapatos e sapatões
		Victor Allegretti & Filhos	R Visc. Rio Branco 57	Campinas	60.000,00	49	12	botinas, sapatos, sandálias e sapatões
		Antonio Verrone	R São Bento 186	Sorocaba	50.000,00	9	1	botinas, sapatos e sapatões
		Antonio Viesti	R Saldanha Marinho 117	Rib.Preto	50.000,00	17	3	botas, erneiras, botinas, sapatos, alpargatas,sapatões
TOTAL	298				43.231.881,00	6.912	2.030	
	410							

(*) SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1937. São Paulo, Freire & Cia., 1939. p.225-232.

ANEXO V - RELAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NA CIDADE DE FRANCA: 1945

Nº	Denominação	localização	ramo industrial	fund.	capital Cr$	operár.
1	A.Prado	R.Prudente Morais 10	Benef.café arroz	1912	30.000,00	1
2	Angelo Naide	Av.Rio Branco 62	Portas e janelas	1932	15.000,00	-
3	Bonaventura Cariolato	R.Libero Badaró 101	Desdobro de madeir.	1934	179.254,00	13
4	Lanza & Cariolato	R. do Comércio 891	Carpintaria		1.186.936,00	21
5	Maria Carol.da Costa	Faz.Sto.Antônio	Tijolos	1941	15.000,00	7
6	Irmãos Minervino	R.do Comércio	Ladr.e mármores	1929	78.946,00	11
7	Sandoval & Cia	R.Gal Osório 185	Benef. algodão	1940	67.747,00	3
8	Curtume Progresso SA.	B. Coqueiros	Curtume	1934	1.233.918,00	86
9	Curtume União	R.Flor.Peixoto 244	Curtume	1941	237.530,00	11
10	Silvio Pucci & Irmão	Av.Bom Jardim 707	Curtume	1930	94.555,00	6
11	Spessoto & Cia.	R.Vol da Franca 1051	Curtume	1925	227.695,00	70
12	Spessoto & Cia.	R.Alto da Sta.Cruz sn°	Curtume	1928	72.000,00	20
13	Antonio Rocha	R.do Catete 331	Turbinas	1943	27.700,00	2
14	José Feletto	R.José de Alencar 109	Conc. de máquinas	1938	5.000,00	-
15	Manoel Joaim.Barbosa	R.Vol da Franca 365	Conc. diversos	1914	4.000,00	-
16	Bráulio Barini	R José de Alencar 415	Apar.de med.couros	1944	9.200,00	-
17	Barbosa & Claro	R. Diogo Feijó 280	Verrumas	1944	5.000,00	2
18	Pedro Barão	Av.Rio Branco 57	Verrumas	1944	500,00	-
19	Irmãos Beghelli	R.Dr.Júlio Cardoso 956	Carroças e charretes	1942	17.632,00	6
20	Virginio Reis	R.Mj.Claudiano 1328	Seleiro	1905	5.600,00	1
21	José Natal	R.Dr.Júlio Cardoso1369	Conc. de autos		4.000,00	3
22	Augusto Vanini	R.Sald.Marinho 556	Ferreiro	1926	2.300,00	1
23	Máximo Ambrósio	R.S.J.B.Vista s/n°	Ferreiro	1941	3.000,00	1
24	Irmãos Barini	R. Gal Osório 154	Fundição	1936	87.972,00	8
25	Artur Giovanetti	Av.Restinga 666	Lingüiça	1937	6.300,00	-
26	Damião Barretti & C.Lt.	R.Prud.Morais, s/n°	Queijos	1933	40.000,00	-
27	Damião Barretti & C.Lt.	R.Vol da Franca 741	Manteiga	1937	20.000,00	-
28	Damião Barretti & C.Lt.	Ribeirão Corrente	Queijos	1931	24.000,00	-
29	Gonçalves Sales & Cia	R.Gal Carneiro 1006	Leite beneficiado	1937	31.000,00	-
30	Pedro Aymola	R.Dr.Júlio Cardoso 659	Macarrão	1943	14.810,00	3
31	Del Monte & Cia	P.N.S.Conceição 706	Pães	1943	192.000,00	8
32	I.R.Irmãos Archetti	R.Dr.Júlio Cardoso1274	Pães	1943	135.154,00	36
33	Hércules Bachega	R. Vol da Franca 834	Doces	1940	500,00	-
34	Nascib Rached & Irm.	R. Frei Germano 396	Doces	1944	6.000,00	4
35	Edward Costa	R.Gal Osório 851	Farinha	1937	10.000,00	2
36	Antonio Pedro	B.Alto da Sta. Cruz	benefic. arroz	1942	49.000,00	1
37	Aristeu Almeida	Av.Restinga 496	benef. arroz e café	1942	101.000,00	-
38	Calixto Bittar	R.Gal Osório 9	benefic. arroz		129.214,00	1
39	João Benedette	R.Gal Osório 141	benefic. arroz	1941	43.500,00	-
40	Paulo Cury	Ch. Água Santa	benefic. arroz	1942	28.860,00	1
41	José Essado	R.Pe Alonso 81	benef. arroz e café	1941	37.000,00	1
42	Tércio Batista Pereira	R.Gal Carneiro 1450	benefic. arroz		10.000,00	1
43	Hygino Caleiro F°	R.Frei Germano 146	benefic. arroz		84.595,00	-
44	Antônio Melani	R. Mal Deodoro 586	Construções	1936	-	5
45	Bonaventura Cariolato	R Libero Badaró 101	Construções	1939	1.500,00	1
46	Pedro Pessica	R.Gal Carneiro 569	Pintura de prédios	1940	-	4
47	Ciríaco Lopes F°	R.Vol da Franca 964	Ternos para homem	1944	1.500,00	-
48	Delcides Flausino	R do Comércio 544	Ternos para homem	1938	800,00	4
49	João Augusto Oliveira	P.N.S.Conceição 738	Ternos para homem	1943	1.500,00	6
50	Olik Silva	R.Vol da Franca 225	Ternos para homem	1942	3.500,00	2
51	Francisco Lourenço	R.Vol da Franca 1041	Camisas	1944	1.500,00	2

ANEXO V - RELAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NA CIDADE DE FRANCA: 1945

52 A.Lopes de Mello	R.Vol da Franca 949	Calçados	1935	487.965,00	68
53 A.Mota Nalini & C.Ltd	R Sald.Marinho 87	Calçados	1943	108.530,00	19
54 Alves & Morato	R.Vol da Franca 168	Calçados e arreios	1944	12.808,00	8
55 Antônio Maniglia	R.Vol da Franca 793	Calçados	1941	76.228,00	46
56 Amando Galli	R.Vol da Franca 763	Calçados	1943	30.000,00	3
57 Avelar & Cia.	R.Sald.Marinho 408	Calçados	1943	599.581,00	46
58 R.Bartole & Cia.	R Sald.Marinho 714	Calçados	1944	32.448,00	9
59 Carlos Bertelli	P. da Matriz s/nº	Calçados	1938	2.000,00	1
60 Celso Pereira Nunes	R.Vol da Franca 984	Calçados	1944	53.624,00	20
61 Ferro & Cia.	R Tiradentes 77	Calçados	1943	2.430,00	-
62 Irmãos Flausino	R Campos Sales 636	Sapatões	1944	1.300,00	7
63 Irmãos Maniglia	R.Vol da Franca 777	Calçados	1944	1.240,00	7
64 João Palermo & Fºs	R Ouvidor Freire 692	Calçados	1929	1.017.298,00	63
65 Lázaro Garcia Molina	R.Vol da Franca 548	Calçados	1944	1.000,00	-
66 Lima & Leonil	R.Vol da Franca 747	Calçados	1944	5.500,00	6
67 Luís Puglia	R.José Bonifácio 469	Botinas	1942	208.656,00	12
68 Mariano Barioni	R.do Comércio 599	Calçados	1942	320,00	-
69 Mário Rocha	R.Vol da Franca 911	Calçados		9.850,00	5
70 Miguel Maniglia Sºb.	R.Vol da Franca 705	Calçados	1944	2.225,00	5
71 Miguel S. Mello	R.Vol da Franca 679	Calçados	1935	184.291,00	54
72 Oliveira & Cia	R.Vol da Franca 767	Calçados	1944	8.375,00	1
73 Osvaldo Rovagnoni	R.Vol da Franca 469	Calçados	1943	2.000,00	5
74 Ovídio Vanini	R.Dr.Júlio Cardoso 589	Sapatos e Chinelos	1937	5.000,00	5
75 Salvador L.da Silva	R.Mj.Claudiano 1325	Calçados	1937	1.150,00	4
76 Salvador Mazzotta	R. do Comércio 691	Calçados	1912	1.400,00	1
77 Sinésio Veloso	R.S.Sebastião s/nº	Calçados	1943	1.500,00	-
78 Tomaz Licursi & Cia	R.Vol da Franca 222	Calçados	1936	66.088,00	20
79 A.Primon & Cia	R.Vol da Franca 1229	Bolsas e canos botas		10.644,00	3
80 Irmãos Fontanezi	P.9 de julho s/nº	concertos calçados	1941	1.700,00	-
81 Valter Piola	R.Vol da Franca 449	Calçados	1944	1.600,00	-
82 João Cazarotti	R. do Comércio 683	Guarda-Chuvas	1938	1.300,00	1
83 Osvaldo Olivieri	R. do Comércio 609	Ourives	1943	2.500,00	1
84 Borisio Steinberg	P.N.S.Conceição s/nº	Móveis	1935	46.957,00	12
85 Emílio Bertoni	R.Pe Anchieta 1502	Móveis	1944	8.400,00	2
86 Fiori Derminio	R.Sald Marinho 196	Móveis	1943	10.655,00	3
87 Lanza & Cariolato	R.do Comércio 891	Marcenaria		105.580,00	10
88 Primo Meneghetti	R.Vol da Franca 1085	Móveis	1942	36.354,00	12
89 Irmãos Schirato	P.N.S.Conceição 684	Quadros	1940	2.920,00	2
90 Domingos Scicchitano	R do Comércio 627	Artef.de fls.flandres	1936	30.700,00	3
91 Joaquim P.Araújo	R.Vol da Franca.257	Artef.de fls.flandres	1925	1.000,00	-
92 Ricardo Pucci	P.N.S.Conceição 702	Impressos	1924	207.582,00	16
93 Irmãos Scarabucci Lt.	R.Com Salgado 643	Fogos de artifício	1901	136.853,00	55
94 José V.Teixeira	R.Pe Anchieta663	Fogos de artifício	1938	10.350,00	6
95 Clóvis Ribeiro Vieira	P.N.S.Conceição 748	espec.farmacêuticas	1925	96.717,00	-
96 Virgílio Polo	R.C. Magalhães 902	Conc.aparel.elétricos	1937	48.000,00	6
97 A.J.Vela Real	R.Simp.Pombo 291	Velas	1939	2.500,00	1
98 José Cerqueira	R.Alb.Azevedo 116	Velas	1944	1.000,00	1

SÃO PAULO, Departamento Estadual de Estatística. Divisão de Estatística da Produção e Comércio. Catálogo das Indústrias do Estado de S.Paulo - exclusive o município da Capital - (1945). São Paulo: Rothschild Loureiro, 1947. p. 282-287.

1920		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Banco do Brasil S.A.	Progresso	Franca	2.500.000,00	65	200	vaquetas, solas, cromos e raspas
	2	Alves Guimarães & Cia.		Franca	120.000,00	16	51	solas, vaquetas, raspas, etc.
	3	Pedro Pucci	Pucci	Franca	20.000,00	10	15	solas, vaquetas, cromos, etc.
	4	Spessoto & Cia	Sta. Cruz	Franca	17.000,00	11	5	solas, vaquetas, etc.
					2.657.000,00	**102**		
na capital	13	S.A. Franco-Brasileira	Franco-Brasileiro	S.Paulo	5.000.000,00	319	300	carneiras, pelicas, vaquetas, bezerros, solas, etc.
		S.A. Curtume Dick	Água Branca	S.Paulo	3.000.000,00	200	411	solas, vaquetas, cromo, viras para calç, correias, etc.
		I.R.F. Matarazzo	Matarazzo/S.Caetano	S.Paulo	1.500.000,00	91	250	solas, vernizes vaquetas, cromos e correias
		Dias & Cia	Dias/Sto Amaro	S.Paulo	1.400.000,00	23	40	bezerros, vaquetas, pelicas, vernizes, solas e pelegos
		Florenço Dellarole & Cia.	Brasil-América	S.Paulo	200.000,00	35	74	carneiras, pelicas, bezerros, etc.
		Pedro Liviero		S.Paulo	100.000,00	39	45	vaquetas, cromos, bezerros, etc.
no interior	73	Cardamone & Cia.	São Vicente	S.Vicente	750.000,00	40	100	solas, vaquetas, cromos, etc.
		Domingos da Costa Muniz	Cubatão	Cubatão	650.000,00	50	230	couros preparados em geral
		E. Julio Rocha & Cia	Ponte Alta	São Carlos	600.000,00	40	40	solas, etc.
		Cia Curtidora Campineira S.A.	Curt.Campineira	Campinas	600.000,00	40	40	solas, etc.
		Jean Dornauf	Dornauf	M.Cruzes	400.000,00	24	90	solas, correias,vaquetas, etc.
		Hugo Dornfeld	S.Carlos	S.Carlos	400.000,00	20	25	solas, vaquetas, etc.
		Alves, Coelho & Cia.	Sta.Rita	Guaratinguetá	352.000,00	12	15	solas, etc.
		S.A.Curtumes Dick	Itapera	Piassaguera	300.000,00	30		solas e vaquetas
		Domingos Graziano	Ararense	Araras	300.000,00	10	18	solas, vaquetas e cromos
		José Annicchino & Cia.	Annicchino	Capivari	270.000,00	12	30	solas, vaquetas, etc.
		José Jacobsen	Coqueiros	Amparo	250.000,00	96	180	solas, vaquetas, correias, cromos, etc.
		Giacomo Paro & Irmãos	Canta Gallo	Penápolis	250.000,00	20	40	solas, vaquetas, cromos, bufalos, peles, etc.
		R.Cantusio & Cia.	Paulista	Campinas	240.000,00	20	60	solas, etc.
		Passos & Santos	Santista	Santos	200.000,00	15	40	solas, etc.
		Eugênio Monteferrante	Floresta	Botucatu	200.000,00	5	10	solas, vaquetas, etc.
		A. Plese & Cia.	Paraíso	S.Manoel	200.000,00	14	35	solas, vaquetas, etc.
		Cardamone & Cia.	Sta.Maria	Santos	200.000,00	30	73	solas, etc.
		Francisco Vidrih	Paulista	Bauru	172.000,00	12	8	solas, vaquetas, etc.
		Miguel Rizzo & Cia	Convenção	Itu	170.000,00	31	76	solas, etc.
		Parisi, Irmão & Cia.		S.J.R. Pardo	150.000,00	10	15	solas, etc.
		Felici Mercadante	Jacareiense	Jacareí	150.000,00	10	20	solas unicamente.
TOTAL	86				###########	1.783	3.238	

(*) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: correspondente ao ano de 1928. São Paulo: Casa Garraux, 1930. p. 46-48.

(**) Nota nos originais: Materias primas empregadas no fabrico do couro: couros de boi, de porco, de cabra, de carneiro e de novilho. Como substâncias curtidoras são utilizados o tanino nacional e estrangeiro, o barbatimão, o mangue e outras cascas de madeiras nacionais e o quebracho importado da Argentina.

ANEXO VI - RELAÇÃO DE CURTUMES DE FRANCA, PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E INTERIOR DE S.PAULO (1929)

1929		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Banco do Brasil S.A.	Progresso	Franca	1.800.000,00	135	200	solas e vaquetas
	2	Alves, Guimarães & Cia.		Franca	120.000,00	16	50	solas e vaquetas
	3	Spessoto & Cia.	Sta. Cruz	Franca	50.000,00	9	5	solas, vaquetas, cromos, carneiras, pelicas, etc.
	4	Pedro Pucci	Pucci	Franca	20.000,00	9	16	solas, vaquetas, cromos e pelicas
					1.990.000,00	**169**		
na capital	14	Curtume Franco Brasileiro S.A.	Franco-Brasileiro	S.Paulo	5.000.000,00	235	470	vaquetas, cromos, pelicas, carneiras, vernizes, etc.
		Curtume Dick S.A.	Água Branca	S.Paulo	3.300.000,00	181	411	solas, vaquetas, etc.
		I.R.F. Matarazzo	Matarazzo/S.Caetano	S.Paulo	1.500.000,00	111	300	solas, vaquetas, cromos, carneiras, pelicas e vernizes
		Dias & Cia.	Dias/Sto Amaro	S.Paulo	400.000,00	23	44	peles de carneiro
		Florenço Dellarole & Cia.	Brasil-América	S.Paulo	200.000,00	12	50	paralisado
		Pedro Liviero	Deodoro	S.Paulo	100.000,00	30	46	solas, vaquetas, cromos, carneiras, pelicas e vernizes
no interior	95	Cardamone & Cia	S.Vicente	S.Vicente	750.000,00	30	115	solas, vaquetas e cromos
		Domingos da Costa Muniz	Cubatão	Cubatão	650.000,00	32	225	vaquetas, cromos, carneiras e pelicas
		Cia.Curtidora Campineira S.A.	Curtidora Campineira	Campinas	600.000,00	40	40	solas, exclusivamente
		E.Júlio da Rocha & Cia.	Ponte Alta	S.Carlos	600.000,00	15	18	solas, vaquetas e cromos
		J.Dornauf	Dornauf	M.Cruzes	500.000,00	24	120	solas e vaquetas
		Alves, Coelho & Cia.	Sta.Rita	Guaratinguetá	376.000,00	10	15	solas, etc.
		Curtumes Dick S.A.	Itaperá	Piassaguera	300.000,00	30		solas e vaquetas
		Domingos Graziano	Ararense	Araras	300.000,00	6	25	solas, vaquetas, cromos, etc.
		Herminio Francioli	Cacavelense	Cascavel	278.500,00	13	20	solas, vaquetas e cromos
		José Annicchino & Cia	Annicchino	Capivari	270.000,00	13	30	solas e vaquetas
		José Jacobsen	Coqueiros	Amparo	249.000,00	113	180	solas, etc.
		Giacomo Paro & Irmãos	Cata Gallo	Penápolis	245.000,00	8	40	solas, vaquetas e cromos
		R.Cantusio & Cia	Paulista	Campinas	240.000,00	25	80	solas e vaquetas
		Cardamone & Irmão	Sta. Maria	Santos	200.000,00	20	58	solas, etc.
		Passos & Santos	Santista	Santos	200.000,00	15	37	solas, vaquetas, etc.
		Hugo Dornfeld & Cia Ltda.	S.Carlos	S.Carlos	200.000,00	12	25	solas e vaquetas
		A.Plese & Cia.	Paraiso	S.Manoel	200.000,00	20	35	solas e vaquetas
		Francisco Vidrih	Paulista	Bauru	190.500,00	4	8	solas, etc.
		Ferreira & Cia.		Sorocaba	188.000,00	10	23	solas e pelegos
		Miguel Rizzo & Cia. Ltda.	Convenção	Itu	170.000,00	37	76	solas, vaquetas, cromos e peles envernizadas.
		Angelo Maggioni	Barracão	Rib.Preto	160.000,00	10	20	solas, vaquetas e pelicas
		Eugênio Monteferrante	Floresta	Botucatu	150.000,00	9	10	solas, vaquetas e couros cromo
		Felício Mercadante	Jacareiense	Jacareí	150.000,00	10	20	solas.
		Alexandre Cunali	Ítalo-brasileiro	Mococa	150.000,00	16	40	solas, vaquetas e cromos
		Mei & Cia.	Barretense	Barretos	150.000,00	10	12	solas, vaquetas, etc.
TOTAL	109				23.899.400,00	1.758	3.688	

(*) **SÃO PAULO**, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1929. São Paulo: Casa Garraux, 1930. p. 70-72.

ANEXO VI - RELAÇÃO DE CURTUMES DE FRANCA, PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E INTERIOR DE S.PAULO (1930)

1930		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Banco do Brasil S.A.	Progresso	Franca	1.800.000,00	72	200	solas, vaquetas, cromos, etc.
	2	Alves, Guimarães & Cia		Franca	120.000,00	16	51	solas e vaquetas
	3	Silvio Pucci & Irmão	Pucci	Franca	30.000,00	8	16	solas, vaquetas, cromos e pelicas
	4	Spessoto & Cia	Sta. Cruz	Franca	20.000,00	6	5	solas, vaquetas, cromos, carneiras, pelicas, etc.
					1.970.000,00	**102**		
na capital	10	Curtume Franco-Brasileiro S.A.	Franco-Brasileiro	S.Paulo	5.000.000,00	262	470	solas, vaquetas, cromo, pelicas e vernizes
		Curtumes Dick S.A.	Água Branca	S.Paulo	3.300.000,00	154	539	solas e vaquetas
		I.R.F.Matarazzo	Matarazzo/S.Caetano	S.Paulo	1.500.000,00	50	300	solas, vaquetas, cromo, pelicas e vernizes
		Di Giulio Martinelli & Cia	Dimar/S.Bernardo	S.Paulo	200.000,00	25	80	solas e vaquetas
		Pedro Liviero	Deodoro	S.Paulo	100.000,00	30	46	solas, vaquetas, cromo, pelicas e vernizes
no interior	93	Cardamone & Cia	S.Vicente	S.Vicente	750.000,00		100	botas, botinas, sapatos, sandálias e chinelos
		Domingos da Costa Muniz	Cubatão	Cubatão	700.000,00	18	225	vaquetas, cromos e carneiras
		Cia Curtidora Campineria S.A.	Curtidora Campineira	Campinas	600.000,00	30	40	solas
		E.Julio Rocha & Cia	Ponte Alta	S.Carlos	600.000,00	11	19	solas, vaquetas e cromos
		Domingos Graziano & Cia.	Ararense	Araras	400.000,00	8	20	solas, vaquetas e cromos
		Alves Coelho & Cia	Sta. Rita	Guaralinguetá	352.000,00	10	15	solas, etc.
		S.A. Curtume Barretense	Barretense	Barretos	350.969,00	14	35	solas, vaquetas, carneiras e pelicas
		Curtumes Dick S.A.	Itaperá	Piassaguera	300.000,00	40		solas e vaquetas
		J.Dornauf	Dornauf	Mogi Cruzes	300.000,00	15	75	vaquetas, carneiras, pelicas e vernizes
		José Annicchino & Filhos	Annicchino	Capivari	270.000,00	15	24	solas, atanados e vaquetas.
		José Jacobsen	Coqueiros	Amparo	250.000,00	130	190	solas, etc.
		Miguel Rizzo & Cia.	Convenção	Itu	255.000,00	30	76	solas, vaquetas, cromos, pelicas e vernizes.
		Cantusio & Cia.	Paulista	Campinas	240.000,00	25	183	solas
		Giacomo Paro & Irmãos	Canta Gallo	Penápolis	245.000,00	9	40	solas,vaquetas e cromos
		A.Plese & Cia.	Paraiso	S.Manoel	200.000,00	19	28	solas, vaquetas, cromos, etc.
		Cardamone & Irmão	Sta. Maria	Santos	200.000,00	20	73	solas, etc.
		Hugo Dornfeld & Cia.	S.Carlos	S.Carlos	200.000,00	12	25	solas, vaquetas e carneiras
		M.Passos	Santista	S.Vicente	200.000,00	18	37	solas, etc.
		Francisco Vidrih	Paulista	Bauru	157.312,00	5	8	solas, etc.
		Eugênio Monteferrante	Floresta	Botucatu	150.000,00	7	10	solas, vaquetas, cromos, etc.
		Parisi, Irmãos & Cia.	Parisi	S.J.R.Pardo	150.000,00	7	15	solas, vaquetas, cromos e pelicas.
TOTAL	103				22.560.982,00	1.428	3.810	

(*) **SÃO PAULO**, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1930. São Paulo: Garraux, 1931.p. 40-42.

ANEXO VI - RELAÇÃO DE CURTUMES DE FRANCA, PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E INTERIOR DE S.PAULO (1931)

1931		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Banco do Brasil S.A.	Progresso	Franca	1.300.000,00	98	190	solas, vaquetas e cromos
	2	Alves Guimarães & Cia.		Franca	120.000,00	14	51	solas, vaquetas, carneiras e couros de porco
	3	Silvio Pucci & Irmão	Pucci	Franca	100.000,00	8	16	solas vaquetas e bezerros cromos
	4	Spessoto & Cia.	Sta.Cruz	Franca	17.000,00	6	5	idem
					1.537.000,00	**126**		
na capital	14	S.A. Curtume Franco-Brasileiro	Franco-Brasileiro	S.Paulo	5.000.000,00	270	470	solas, vaquetas, carneiras, cromos, etc.
		I.R.F. Matarazzo	Matarazzo/S.Caetano	S.Paulo	1.500.000,00	50	300	solas, vaquetas, cromos, couro de porco, pelicas, etc.
		C.A.Dick & Cia. Ltda.	Água Branca	S.Paulo	1.500.000,00	137	595	solas e vaquetas
		Maluf & Cia.	Maluf	S.Paulo	200.000,00	21	52	Atanados, vaquetas, carneiras, etc.
		Di Julio Martinelli	S.Bernardo	S.Paulo	200.000,00	25	80	solas e vaquetas
		Alexandre Cunali	Ítalo-Brasileiro	S.Paulo	100.000,00	29	30	solas, atanados, vaquetas, bezerros e pelicas
		Podboi & Irmãos	Podboi	S.Paulo	100.000,00	28	46	solas, vaquetas, cromos e pelicas
		Hugo Dornfeld & Cia.	Vila Leopoldina	S.Paulo	-	-	60	paralisado
no interior	96	Cardamone & Cia	S.Vicente	São Vicente	750.000,00	-		paralisado em 1931
		Domingos Muniz	Cubatão	Cubatão	700.000,00	18	225	vaquetas, cromos e carneiras
		R.Cantuso & Cia	Paulista	Campinas	602.365,00	20	183	solas
		S.A.Cia Curtidora Campineira	Curtidora Campineira	Campinas	600.000,00	25	55	solas
		J.Dornauf	Dornauf	M.Cruzes	450.000,00	20	90	solas
		Domingos Graziano & Cia.	Ararense	Araras	425.000,00	11	25	solas, vaquetas, etc.
		S.A.Curtume Barretense	Barretense	Barretos	365.100,00	12	30	solas, atanados, vaquetas, cromos, etc.
		José Annicchino & Filhos	Annicchino	Capivari	270.000,00	14	24	solas
		Miguel Rizzo & Cia. Ltda.	Convenção	Itu	255.000,00	35	40	solas, vaquetas, cromos e atanados
		Attilio Losi & Cia	Bela Vista	Bofucatu	250.000,00	8	10	solas e atanados
		José Jacobsen	Coqueiros	Coqueiros	249.251,00	154	137	solas
		Giacomo Paro & Irmão	Canta Galo	Penapolis	245.000,00	7	40	solas e vaquetas
		Hugo Dornfeld & Cia.	São Carlos	S.Carlos	200.000,00	25	25	solas, vaquetas, cromos e couros
		Cardamone & Irmão	Sta. Maria	Santos	200.000,00	20	40	solas
		Eugênio Monteferrante	Floresta	Bolucatu	160.000,00	7	10	solas, vaquetas, atanados, etc.
		Francisco Vidrih	Paulista	Bauru	157.312,00	3	8	solas e atanados
		A.Plese & Cia.	Paraíso	S.Manoel	150.000,00	17	35	vaquetas, solas, etc.
		E.Julio Rocha & Cia.	Ponte Alta	S.Carlos	150.000,00	17	36	vaquetas, cromos, atanados, solas, etc.
TOTAL	110				20.266.039,00	1.515	3.917	

(*) **SÃO PAULO**. Secretaria da Agricultura, Industria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatistica, Indústria e Comércio; Secção de Industrias. Estatistica Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1931. São Paulo: Garraux, 1933. p.42-44.

1932		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Banco do Brasil S.A.	Progresso	Franca	1.300.000,00	93	190	vaquetas, solas e bezerros cromo
	2	ALves Guimarães & Cia		Franca	120.000,00	14	50	Cromos e solas
	3	Silvio Pucci & Irmão	Pucci	Franca	100.000,00	8	16	vaquestas, solas, bezerros cromo e atanados
	4	Spessoto & Cia	Sta. Cruz	Franca	50.858,00	7	5	solas, vaquetas, bezzerros cromo e pelicas
					1.570.858,00	**122**		
na capital	9	Curtume Franco-Brasileiro S.A	Franco-Brasileiro	S.Paulo	5.000.000,00	270	470	pelicas, carneiras, vaquetas, etc.
		C.A.Dick & Cia.Ltda.	Água Branca	S.Paulo	1.500.000,00	139	530	solas, cromos e vaquetas
		S.A. I.R.F. Matarazzo	Matarazzo	S.Paulo	1.500.000,00	-	300	paralisado
		Cardamone & Cia.	São Vicente	S.Paulo	650.000,00	30	112	solas, atanados e cromos
		J.Dellarole	Água Branca	S.Paulo	200.000,00	-	-	paralisado
		Maluf & Cia.		S.Paulo	100.000,00	22	60	vaquetas
		Pedro Liviero	Deodoro	S.Paulo	100.000,00	35	46	vaquetas, solas, bezerros cromo, etc.
no interior	90	José Jacobsen	Coqueiros	Coqueiros	1.400.000,00	148	240	solas
		R.Cantusio & Cia.	Paulista	Campinas	912.355,00	30	213	solas
		Cia. Curtidora Campineira	Curtidora Campineira	Campinas	600.000,00	25	55	solas
		J.Dornauf		M.Cruzes	485.000,00	15	94	vaquetas e solas
		Domingos Graziano & Cia.	Ararense	Araras	480.000,00	12	15	solas e vaquetas
		Giacomo Paro & Irmãos	Cantagalo	Araçatuba	400.000,00	9	40	vaquetas, solas e atanados
		Domingos da Costa Muniz	Cubatão	Cubatão	400.000,00	41	260	carneiras, couros, vaquetas, etc.
		José Annicchino & Cia.	Annicchino	Capivari	270.000,00	15	24	solas
		Miguel Rizzo & Cia. Ltda.	Convenção	Itu	255.000,00	48	69	vernizes, atanados, solas, etc.
		Hugo Dornfeld & Cia	S.Carlos	S.Carlos	200.000,00	25	25	atanados, solas, couros, pelicas, etc.
		Cardamone & Irmão	Sta. Maria	Santos	200.000,00	20	40	solas
		Francisco Vidrih	Paulista	Bauru	157.312,00	3	8	solas e atanados
		Irmãos Bechelli	Mogiano	M.Mirim	155.000,00	6	12	solas, etc.
		A.Piese & Cia.	Paraíso	S.Manoel	150.000,00	17	35	vaquetas
		E.Julio Rocha & Cia.	Ponte Alta	S.Carlos	150.000,00	18	36	vaquetas, cromos, atanados, solas, etc.
		Eugênio Monteferrante	Floresta	Botucatu	150.000,00	7	10	solas, vaquetas, atanados, bezerros e cromos
		Podboi & Irmãos	Lemense	Leme	150.000,00	5	10	vaquetas, atanados e solas
TOTAL	99				20.492.651,00	1.484	3.890	

(*) SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1932. São Paulo: Garraux, 1934. p.45-47.

ANEXO V - RELAÇÃO DE CURTUMES DE FRANCA, PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E INTERIOR DE S.PAULO (1933)

1933		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Banco do Brasil S.A.	Curtume Progresso	Franca	1.300.000,00	78	207	vaquetas, meios de solas e bezerros cromo
	2	Alves Guimarães & Cia	Cx Postal 1	Franca	120.000,00	14	50	vaquetas, cromos e solas
	3	Silvino Pucci & Cia.	Av Bom Jardim 707	Franca	100.000,00	8	15	vaq., cromos, meios de solas, pelicas, etc.
	4	Spessoto & Cia	Cx. Postal 89	Franca	50.859,00	7	5	vaq.cromo, meios de solas, bezerros, etc.
					1.570.859,00	**107**		
na capital	12	Curtume Franco-Brasileiro S.A.	Av. Água Branca 170	S.Paulo	5.000.000,00	265	470	pelicas, solas, vaquetas e peles.
		C.A.Dick & Cia.	Tr do Curtume 14	S.Paulo	1.500.000,00	139	530	solas, vaquetas, atanados, vitelos, etc.
		I.R.F.Matarazzo/S.Caetano	R Direita 11	S.Paulo	1.500.000,00	24	130	paralisado em 1933
		Cardamone & Cia./S.Vicente	Av Rangel Pestana 243	S.Paulo	750.000,00	45	157	solas, vaquetas, atanados, vetelos, etc.
		Pedro Liviero	R Antonio Tavares 69	S.Paulo	600.000,00	35	46	vaq.cromo, vernizes, solas, etc.
		Maluf & Cia.	R do Tanque 79	S.Paulo	300.000,00	22	56	pelicas, vaquetas e bezzeros cromo
		Domingos da Costa Muniz	R.Florêncio de Abreu 30	S.Paulo	280.000,00	28	195	carneiras, pelicas e couros de porco
		Ferreira & Cia /Sorocaba	R.S.Bento 3	S.Paulo	120.000,00	8	23	solas e pelegos de carneiro
		Curtume Água Branca	R Faustolo 43	S.Paulo	100.000,00	5	36	paralisado em 1933
no interior	81	R Cantusio & Cia	Cx Postal 142	Campinas	1.000.000,00	40	140	meios de sola
		José Jacobsen	Estação de Coqueiros	Amparo	800.000,00	101	260	meios de sola
		Cia Curtidora Campineira	Cx Postal 29	Campinas	600.000,00	25	55	meios de sola
		A Plese & Cia.	Cx Postal 9	S Manuel	500.000,00	14	40	vaquetas
		J Dornauf	R Tietê s/nº	M.Cruzes	485.000,00	15	94	vaquetas e meios de solas
		Domingos Graziano & Cia	Cx Postal 35	Araras	480.000,00	13	15	meios de solas, vaq., atanados e bez.crom.
		Alexandre Cunali	Cx Postal 25	Mococa	393.600,00	27	45	vaquetas, solas e atanados
		Firmino Costa	R Dr.Carlos de Campos	Campinas	400.000,00	41	146	meios de solas e vaquetas
		José Annicchino & Filhos	Av Annicchino	Capivari	270.000,00	15	38	meios de solas
		Migule Rizzo & Cia Ltda.	Cx Postal 2	Itu	255.000,00	40	69	vernizes, meios de solas e atanados
		Angelo Maggioni	Cx Postal 113	Rib.Preto	250.000,00	10	10	meios de solas, vaquetas e pelicas
		Virginio Lunardi & Cia	R do Matadouro	Botucatu	250.000,00	6	28	meios de solas e vaquetas
		Hugo Dornfeld	Cx Postal 45	S.Carlos	200.000,00	20	25	meios de solas, vaq., atanados e bez.crom.
		Cardamone & Irmão	Cx Postal 111	Santos	200.000,00	15	40	meios de solas
		Francisco Vidrih	Cx Postal 109	Bauru	157.313,00	4	8	meios de solas
		E.Julio da Rocha & Cia	Cx Postal 71	S.Carlos	150.000,00	19	36	meios de solas, vaq. em geral, etc.
		Irmão Bechelli	Cx Postal 5	M.Mirim	150.000,00	6	12	meios de solas e atanados
		Podboi & Irmãos	R 7 de setembro	Leme	150.000,00	5	10	vaq.em geral, meios de solas, atanados,etc
		Parisi, Irmão & cia	Estação Paula Lima	S.J.R.Pardo	140.000,00	6	12	meios de sola, vaq., bezerros cromo, etc.
TOTAL	93				21.270.474,00	1.422	3.658	

(*) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1933. São Paulo: Garraux, 1935. p.51-53

1934		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Banco do Brasil S.A.	Curtume Progresso	Franca	1.391.000,00	94	207	vaquetas, meios de solas e vaquetas cromo
	2	Alves, Guimarães & Cia	Cx Postal 1	Franca	120.000,00	14	43	meios de solas e vaquetas cromo
	3	Silvio Pucci & Irmão	Av.Bom Jardim 707	Franca	100.000,00	8	15	vaquetas cromo, meios de solas, bezerros, etc.
	4	Spessoto & Cia.	Cx Postal 89	Franca	100.000,00	11	10	vaquetas cromo, meios de solas, bezerros, etc.
					1.711.000,00	**127**		
na capital	14	Curtume Franco-Brasileiro S.A.	Av Água Branca	S.Paulo	9.657.366,00	360	470	pelicas, carneiras, vaquetas, etc.
		Cardamone & Cia.	Av Rangel Pestana 1701	S.Paulo	750.000,00	70	157	solas, vaquetas e atanados
		Pedro Liviero	R Antonio Tavares 69	S.Paulo	600.000,00	35	46	meios de solas, vaq.cromo,vernizes, carneiras.
		Maluf & Cia.	R do Tanque 79	S.Paulo	300.000,00	30	100	vaquetas, vaquetas cromo, etc.
		Domingos da Costa Muniz/Cubat.	R Florêncio de Abreu 30	S.Paulo	280.000,00	26	40	carneiras, vaquetas e pelicas.
		Curtume Água Branca	R Faustolo 48	S.Paulo	200.000,00	22	40	iniciada em 1935
		Ferreira & Cia./Sorocaba	R S.Bento 3	S.Paulo	120.000,00	4	22	pelegos de carneiro
		S A. I.R.F.Matarazzo/S.Caetano	Pça.Com.Ermelino Matarazzo,34	S.Caetano	1.500.000,00	84	135	vaquetas e meios de solas
		1 curtume ñ.discriminado		S.Paulo	1.500.000,00	-	530	ñ.funcionou durante 1934
no interior	87	R.Cantusio & Cia.	Cx. Posta 142	Campinas	1.000.000,00	45	210	meios de solas
		José Jacobsen	Estação de Coqueiros	Amparo	800.000,00	129	250	meios de solas
		Firmino Costa	Cx Postal 35	Campinas	600.000,00	45	139	meios de solas, vaquetas, etc.
		Cia.Curtidora Campineira	Cx.Postal 29	Campinas	600.000,00	21	55	meios de solas
		J.Dornauf	R Tietê	M.Mirim	490.000,00	18	94	vaquetas e meios de solas
		Domingos Graziano & Cia.	Cx. Postal 35	Araras	480.000,00	15	15	meios de solas, atanados e vaquetas
		Miguel Rizzo & Cia.Ltda.	Cx Postal 2	Itu	255.000,00	41	69	vernizes, atanados, etc.
		Domingos Falavina	Cx.Postal 134	Rio Preto	250.000,00	11	9	meios de solas, vaquetas, atanados, etc.
		Hugo Dornfeld & Cia	Cx Postal 45	S.Carlos	200.000,00	20	25	meios de solas, couros de porco, vaquetas,etc.
		Francisco Vidrih	Cx Postal 109	Bauru	157.312,00	5	8	meios de solas e vaquetas
		A.Plese & Cia.	Cx Postal 9	S. Manoel	150.000,00	10	20	vaquetas
		Cia. Coml. Alto Paraná	Av do Café	Itatiba	150.000,00	20	25	meios de solas
		E.Julio Rocha & Cia.	Cx Posta 71	S.Carlos	150.000,00	20	36	vaquetas cromo, atanados, etc.
		José Gagliardi	R Prudente de Moraes 11	Bebedouro	150.000,00	13	16	iniciou em 1935
		Podboi & Irmãos	R 7 de setembro	Leme	150.000,00	5	10	meios de solas, atanados, etc.
		Parisi, Irmão & Cia	Estação Paula Lima	S.J.R.Pardo	140.000,00	6	10	vaquetas, bezerros cromo, etc.
TOTAL	101				25.675.844,00	1.623	3.529	

(*) **SÃO PAULO**, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1934. São Paulo: Siqueira, 1936. p.50-52.

ANEXO VI - RELAÇÃO DE CURTUMES DE FRANCA, PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E INTERIOR DE S.PAULO (1935)

1935		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Curtume Progresso S.A.	Bairro dos Coqueiros	Franca	1.350.000,00	90	216	meios de solas, vaquetas, bezerros cromo, etc.
	2	Alves, Guimarães & Cia.	Cx Postal 1	Franca	120.000,00	14	43	meios de solas e vaquetas cromo.
	3	Silvio Pucci & Irmão	Av Bom Jardim 707	Franca	100.000,00	8	15	meios de solas, vaquetas, vaq.e bezerros cromo, pelicas.
	4	Spessoto & Cia.	Cx Posta 89	Franca	100.000,00	11	10	meios de solas, vaquetas, bezerros cromo, pelicas.
					1.670.000,00	**33**		
na capital	11	Curtume Franco-Brasileiro S.A.	Av. Água Branca 170	S.Paulo	9.657.366,00	380	470	meios de solas, vaquetas, carneiras, pelicas, vernizes, etc.
		I.R.F.Matarazzo/S.Bernardo	R Direita	S.Paulo	3.644.569,21	103	80	meios de solas e atanados
		Pedro Liviero	R Antonio Tavares 69	S.Paulo	500.000,00	54	104	meios de solas, vaq.cromo, bez.cromo, carneir.e pelicas,
		Irmãos Moliterno	R Conceição	S.Caetano	320.000,00	7	50	meios de solas e atanados.
		Maluf & Cia	R do Tanque; 79	S.Paulo	300.000,00	30	103	vaquetas cromo, pelicas e carneiras.
		Domingos da Costa Muniz/Cubat	R Florêncio de Abreu 30	S.Paulo	280.000,00	35	45	vaquetas e bezerros cromo, pelicas, etc.
		Curtume Água Branca	R Faustolo 48	S.Paulo	200.000,00	23	37	peles camurçadas
		Albrisi & Talento Ltda.	R Tangará 42	S.Paulo	200.000,00	26	30	meios de solas e atanados.
		Ferreira & Cia./Sorocaba	R Florêncio de Abreu 70	S.Paulo	120.000,00	8	23	meios de solas, pelegos, etc.
no interior	89	R.Cantusio & Cia.	Cx Postal 142	Campinas	1.500.000,00	48	185	meios de solas
		José Jacobsen	Estação de Coqueiros	Amparo	1.500.000,00	148	265	meios de solas e vaquetas.
		Cardamone & Cia.	Cx Postal 791	Santos	750.000,00	100	157	meios de solas, vaquetas e atanados
		Cia Curtidora Campineira	Cx Postal 29	Campinas	614.798,00	21	55	meios de solas
		Firmino Costa	Cx Postal 35	Campinas	600.000,00	45	138	meios de solas e vaquetas.
		J.Dornauf	R Tietê	M.Mirim	490.000,00	19	94	meios de solas e vaquetas.
		Domingos Graziano & Cia	Cx Postal 35	Araras	480.000,00	14	15	meios de solas e atanados.
		E Julio Rocha & Cia	Cx Postal 71	S.Carlos	450.000,00	21	36	meios de solas, vaquetas, atanados e vaq.cromo.
		Lunardi, Pescatori & Cia.Ltda.	R do Matadouro	Botucatu	280.000,00	8	30	meios de solas, atanandos
		José Annicchino & Filhos	Av Annicchino	Capivari	270.000,00	15	24	meios de solas
		Miguel Rizzo & Cia. Ltda.	Cx Postal 2	Itu	255.000,00	45	68	Meios de solas, vaq. e bez. cromo, atanados e vernizes
		Machado Netto & Cia.Ltda.	R Riachuelo 6-2	Santos	250.000,00	-	27	paralisado
		Ciarbello & Ferrari	Av Café	Italiba	200.000,00	15	30	meios de solas e atanados
		Jacomo Paro & Irmão	Cx Postal 120	Penápolis	200.000,00	12	40	meios de solas, vaquetas, vaqs. e bez. cromo, etc.
		Alexandre Cunalli	Cx Postal 25	Mococa	190.000,00	38	50	meios de sola, vaquetas, atanados e vaq. cromo.
		Francisco Vidrih	Cx Postal 109	Bauru	157.000,00	6	8	meios de solas e atanados.
		A.Ptese & Cia	Cx Postal 9	S.Manoel	150.000,00	15	27	vaquetas cromo.
		Altilio Losi	Cx Postal 35	Botucatu	150.000,00	12	17	meios de sola e atanados
		Hugo Dornfeld	Cx Postal 45	S.Carlos	150.000,00	20	25	meios de sola, vaq.e atanados, vaq.e bez. cromo, porco.
		Parisi & Irmão	Cx Postal 8	SJR Pardo	140.000,00	6	12	meios de sola, vaq. e bez. cromo, c. de porco e pelicas.
TOTAL	100				28.773.432,00	1.786	3.260	

(*) **SÃO PAULO**, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1935. São Paulo: Siqueira, 1937. p.51-53.

1936		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Curtume Progresso S.A.	Bairro dos Coqueiros	Franca	1.391.000,00	90	215	meios de solas, vaquetas e bezerros cromo.
	2	Alves, Guimarães & Cia.	Cx Postal 1	Franca	150.000,00	13	43	meios de solas e vaquetas cromo
	3	Silvio Pucci & Irmão	Av Bom Jardim 707	Franca	100.000,00	8	15	meios de solas, vaquetas, pelicas e bezerros cromo
	4	Spessoto & Cia.	Alto da Sta. Cruz	Franca	80.000,00	12	10	idem
					1.721.000,00	**123**		
na capital	12	Curtume Franco-Brasileiro S.A.	Av Água Branca 170	S.Paulo	10.000.000,00	340	498	meios de solas, vaquetas, carneiras, pelicas, vernizes,et.
		Pedro Liviero	R Antonio Tavares 609	S.Paulo	500.000,00	56	125	meios de solas, vaquetas, carneiras, pelicas, vernizes,et.
		Irmão Moliterno Ltda./S.Caetano	Rua Conceição	S.Caetano	320.000,00	6	50	meios de solas
		Maluf & Cia.	R do Tanque 79	S.Paulo	300.000,00	287	100	vaquetas e peles envernizadas.
		I.R.F.Matarazzo/S.Caetano	R Direita 11	S.Paulo	280.000,00	82	221	meios de solas e atanados.
		Albrisi & Talento Ltda.	R Tangará 42	S.Paulo	200.000,00	27	40	meios de solas
		Domingos da Costa Muniz/Cub.	Rua Florêncio de Abreu 30	S.Paulo	200.000,00	19	45	vaquetas, atanados, carneiras, etc.
		Ferreira & Cia/Sorocaba	Rua Florêncio de Abreu 70	S.Paulo	120.000,00	8	23	meios de solas e pelegos
no interior	96	Firmino Costa	Cx Postal 35	Campinas	1.500.000,00	48	157	meios de solas e vaquetas cromo
		R Cantusio & Cia.	Cx Postal 142	Campinas	1.000.000,00	50	200	meios de solas
		Cardamone & Cia.	Cx Postal 791	Santos	750.000,00	45	157	meios de solas, vaquetas e atanados
		Cia Curtidora Campineira S.A	R Prudente de Moraes 311	Campinas	600.000,00	30	109	meios de solas e outras peles.
		J.Dornauf	R Tietê s/nº	M Cruzes	490.000,00	19	94	meios de solas e vaquetas
		Domingos Granizano & Cia.	Cx Postal 35	Araras	480.000,00	15	15	meios de solas e vaquetas
		E Julio Rocha & Cia.	Cx Posta 71	S.Carlos	450.000,00	22	36	meios de solas, vaquetas cromo, atanados e outras peles
		Curtume Canta Gallo S.A.	Bairro Sta. Terezinha	Penápolis	400.000,00	22	40	meios de solas, vaquetas e pelicas
		Lunardi, Pescatori & Cia.Ltda.	R do Matadouro 205	Botucatu	280.000,00	8	8	meios de solas
		José Annicchino & Filhos	Av Annicchino s/nº	Capivari	270.000,00	12	139	meios de solas
		Miguel Rizzo & Cia. Ltda.	Cx Postal 2	Itu	255.000,00	31	69	meios de solas, vaq., atan.,bez.cromo, pelicas e vernizes
		Machado Netto & Cia. S.A.	Cx Postal 590	Santos	250.000,00	17	15	meios de solas
		José Jacobsen	Estação de Coqueiros	Amparo	250.000,00	130	250	meios de solas
		Alexandre Cunnali	Cx Postal 25	Mococa	200.000,00	30	50	meios de solas e vaquetas
		Domingos Falavina	Cx Posta 134	Rio Preto	200.000,00	10	20	meios de solas, vaquetas, atanados e outras peles.
		Hugo Dornfeld & Cia.	Cx Postal 45	S.Carlos	200.000,00	18	10	meios de solas, atanados, vaquetas cromo, etc.
		Francisco Vidrih	Cx Postal 109	Bauru	157.000,00	5	8	meios de solas e atanados
		A. Plese & Cia.	Cx Postal 9	S.Manoel	150.000,00	15	27	vaquetas cromo
		Celestino José de Figueiredo	Av. Alvares Machado s/nº	P.Prudente	150.000,00	11	10	meios de solas, vaquetas, atandos e outras peles
		Jorge Reis	R Dª Inez Theodoro 149	Guaratinguetá	150.000,00	10	8	meios de solas, vaquetas, atanados e bez. cromo.
		Francisco Arré	Estação Córrego Rico	C. Rico	125.000,00	12	40	meios de solas, vaquetas cromo, atanados e vaquetas.
		Pedro Corsi & Filhos	Cx Postal 24	E.S. Pinhal	120.000,00	15	45	meios de solas e atanados
TOTAL	108				25.315.577,00	1.715	3.740	

(*) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatistica, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1936. São Paulo: Freire & Cia., 1938. p.60-63.

ANEXO VI - RELAÇÃO DE CURTUMES DE FRANCA, PRINCIPAIS FABRICANTES DA CAPITAL E INTERIOR DE S.PAULO (1937)

1937		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Curtume Progresso S.A.	Cx Postal 56	Franca	1.500.000,00	104	214	meios de solas, vaquetas, bezerros cromo, etc.
	2	Alves, Guimarães & Cia	R Saldanha Marinho 879	Franca	170.000,00	15	43	meios de solas, vaquetas cromo, etc
	3	Silvio Pucci & Irmão	Av Bom Jardim 707	Franca	100.000,00	7	15	meios de solas, vaquetas, pelicas, etc.
					1.770.000,00	**126**		
na capital	12	Curtume Franco-Brasileiro S.A.	Av Água Branca 170	S Paulo	10.000.000,00	340	498	vaquetas, carneiras, pelicas, meios de solas, etc.
		José Jacobsen/Coq. Amparo	R Gasômetro/17 A	S Paulo	1.800.000,00	150	200	meios de sola, correias p/máquinas, etc
		I.R.F. Matarazzo/S Caetano	R Direita 93	S Paulo	938.745,00	88	149	meios e solas, correias p/máquinas, etc
		Pedro Liviero	R Antonio Tavares 603-609	S Paulo	600.000,00	75	130	vaq. cromo, meios de solas, bez.cromo, pelicas, vernizes
		Maluf & Cia	R do Tanque 79	S Paulo	500.000,00	33	103	vaquetas e peles envernizadas.
		Curtume Cubatão/Cubatão	R Florêncio de Abreu 30	S Paulo	200.000,00	23	45	carneiras, couros de porco, vaquetas, etc
		Ferreira & Cia Sorocaba	R Florêncio de Abreu 70	S Paulo	120.000,00	8	23	meios de sola
		Curtume e Artefs Paulista Ltda	Av Sen Lacerda Franco 137-4°	S Paulo	100.000,00	32	44	meios de sola
no interior	88	Curtume Cantusio S A	Cx Postal 142	Campinas	3.500.000,00	48	314	meios de sola
		Firmino Costa	Cx Postal 35	Campinas	1.500.000,00	53	208	meios de sola e vaquetas cromo
		Cia Curtidora Campineira S A	Cx Postal 29	Campinas	1.153.898,00	37	136	meios de sola
		Cardamone & Cia	Cx Posta 791	Santos	750.000,00	40	157	meios de sola, alanados e vaquetas
		Machado Netto & Cia Ltda	Cx Postal 590	Santos	650.000,00	19	13	meios de sola, alanados e outras peles
		J Dornauf	Cx Postal 2	M Cruzes	490.000,00	19	94	meios de sola, vaquetas e correias p/ máquinas.
		Domingos Graziano & Cia	Cx Postal 35	Araras	480.000,00	16	16	meios e vaquetas
		Curtume Canta Gallo S A	Cx Postal 120	Perápolis	400.000,00	25	40	vaquetas cromo, meios de sola, pelicas, etc.
		Attilio Losi	Cx Postal 35	Botucatu	387.000,00	18	32	meios de sola e atanados
		João Bruno & Cia	Pç Rui Barbosa 12	S J.B.Vista	360.000,00	18	20	meios de sola, alanados, bezerros cromo, etc
		Lunardi, Pescatori & Cia Ltda	R Matadouro 205	Botucatu	320.000,00	10	35	meios de sola
		José Annicchino & Filhos	Av Annicchino s/n°	Capivari	300.000,00	14	33	meios de sola.
		Miguel Rizzo & Cia Ltda	CX Postal 2	Itu	255.000,00	31	69	meios de sola
		Domingos Falavina	Cx Postal 134	Rio Preto	250.000,00	10	20	meios de sola, alanados, vaquetas e bez cromo
		Parisi & Irmão	Cx Postal 8	S.JR. Pardo	250.256,00	8	12	meios de sola, alanados, pelicas, etc
		Irmãos Onesti & Cia Ltda.	Cx Postal 26	E S Pinhal	200.000,00	10	35	meios de sola.
		Francisco Vidrih	Cx Postal 109	Bauru	183.938,00	4	8	meios de sola
		Angelo Maggioni	Cx Postal 113	Rib Preto	180.000,00	4	10	meios de sola, vaquetas e sapalões
		Miguel Taube	Bairro da Consulta	Bebedouro	180.000,00	12	16	meios de sola e vaquetas cromo.
		Pedro Corsi & Filhos	Cx Postal 24	E S. Pinhal	175.000,00	15	45	meios de sola e alanados
		Alexandre Cunali	Cx Postal 25	Mococa	160.000,00	27	50	vaquetas, meios de sola e alanados
		A Plese & Cia	Cx Postal 9	S. Manoel	150.000,00	18	72	vaquetas cromo, etc.
		Curtume Ceres Ltda.	Cx Postal 10	P. Prudente	150.000,00	11	15	meios de sola, alanados, bezerros cromo, etc.
		E. Julio Rocha & Cia	Cx Postal 71	S. Carlos	150.000,00	21	36	meios de sola, alanados, vaquetas cromo, etc.
		Jorge Reis	Cx Postal 6	Guaralinguetá	150.000,00	10	15	meios de sola.
		José Jorge	Campo Alegre	C. Alegre	141.522,00	9	6	meios de sola
		José Bonini	Cx Postal 38	Serrãozinho	130.000,00	2	20	meios de sola e atanados
TOTAL	100				31.703.548,00	1.714	3.631	

(*) **SÃO PAULO**. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, Secção de Indústrias Estatística Industrial do Estado de S Paulo ano de 1937. São Paulo, Freire & Cia., 1939 p 66-69

1928		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Ângelo Presotto		Franca	200.000,00	18	7	concerto de automóveis
	2	Pacheco Martins & Cia		Franca	60.000,00	60	15	fósforos-comprada pela Cia Brasil^a. de Fósforos(#)
	3	Maciel Ribeiro & Cia.	Instituto Bioterápico	Franca	108.000,00	7	2	prods. hipodérmicos, e especialids. farmacêuticas

(*) SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatitstica Industrial do Estado de S.Paulo: correspondente ao ano de 1928. São Paulo: Casa Garraux, 1930. p. divs.

(#) A Cia Brasileira de Fósforos, segundo a Estatistica Industrial, comprou também, nesse ano, a firma Mario & Losi da cidade de Botucatu. Idem. p. 70.

ANEXO VII - OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM FRANCA (1929)

1929		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Ângelo Presotto		Franca	50.000,00	18	7	reparação de automóveis
	2	Cia.Brasileira de Fósforos		Franca	60.000,00	60	15	paralisada em 1929, ex-Pacheco, Martins & Cia.
	3	Maciel Ribeiro & Cia.	Instituto Bioterápico	Franca	108.000,00	7	2	prods. químicos e farmacêuticas
	4	Viúva Vicentini & Tasso		Franca	10.000,00	2	-	gasosas
	5	César de Mello	Sto.Antônio	Franca	5.000,00	1	-	gasosas, vinagres, vinho de frutas, etc.

(*) SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1929. São Paulo: Casa Garraux, 1930. p.divs.

1930		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Ângelo Presotto		Franca	100.000,00	13	6	concertos de automóveis
	2	Cia.Brasileira de Fósforos		Franca	-	-	-	fábrica desmantelada
	3	Maciel Ribeiro Ltda.	Instituto Bioterápico	Franca	72.000,00	3	2	especialidades farmacêuticas
	4	Viúva Vicentini & Tasso	Vicentini	Franca	10.000,00	2	-	vinagres e outras bebidas
	5	Spessoto & Cia		Franca	10.000,00	3	-	arreios e concertos
	6	Benjamim Steinberg		Franca	15.000,00	2	10	móveis em geral
	7	Boris Cuperman		Franca	5.000,00	2	-	móveis em geral
	8	Levyman, Brickmann Ltda.		Franca	88.300,00	6	10	móveis em geral
	9	Antonio Chumelli & Irmão		Franca	10.000,00	10	5	construção, reparação de carroças, etc.
	10	Fernando Beghelli		Franca	20.000,00	3	8	const. repar. carroças, troles, carroc autos
	11	Angelo Scarabucci		Franca	25.000,00	19	-	produtos pirotécnicos
	12	Euzebio Saldarelli		Franca	5.000,00	4	10	macarrão de diversas qualidades
	13	Guilherme Pucci	Pastifício Pucci	Franca	30.000,00	5	5	macarrão semolina com ovos de todas qualidades
	14	J. Almeida	Goiano Genuino	Franca	6.000,00	6	1	cigarros de palha
	15	Rosa Augusta	Soberanos	Franca	4.000,00	6	-	cigarros
	16	Cia. Francana de Eletric.(#)	Esmeril	Franca	3.000.000,00	31	2.320	Alt.,Frc.,Btt.,CPta.,Rest.,R.Corr.,SJBV.,P.Pta.,Itir.

(*) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1930. São Paulo: Garraux, 1931,p.divs.

(#) Cia. Francana de Eletricidade, com sede em Campinas, fornecia energia elétrica para Altinópolis, Franca, Cristais Paulista, Covas, Restinga, Rib. Corrente, S. José da Bela Vista, Patrocinio do Sapucaí e Itirapuã.

ANEXO VII - OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM FRANCA (1931)

1931		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Ângelo Presotto		Franca	100.000,00	13	6	concertos de automóveis
	2	Cia.Brasileira de Fósforos		Franca	-	-	-	fábrica desmantelada
	3	Maciel Ribeiro Ltda.	Instituto Bioterápico	Franca	72.000,00	3	2	especialidades farmacêuticas
	4	Viúva Vicentini & Tasso	Vicentini	Franca	10.000,00	2	-	gasosas, etc.
	5	Spessoto & Cia		Franca	14.500,00	3	-	pastas, cintos e selas
	6	Benjamim Steinberg		Franca	100.000,00	3	7	móveis em geral
	7	Boris Cuperman		Franca	4.000,00	2	-	móveis em geral
	8	Fernando Beghelli		Franca	60.000,00	6	7	const. repar. carroças, troles, carroc. autos.
	9	Ângelo Scarabucci		Franca	25.000,00	13	2	foguetes
	10	J. Almeida	Tupy	Franca	2.500,00	9	1	cigarros de palha e fumos manipulados
	11	Rosa Augusta	Soberanos	Franca	2.000,00	6	-	cigarros de papel e fumos manipulados
	12	Cia. Francana de Eletric.(#)	Esmeril	Franca	3.000.000,00	31	2.320	Alt.,Frc.,Btl.,CPta.,Rest.,R.Corr.,SJBV.,P.Pta.,Ifir.
	13	A.Morato & Cia.		Franca	5.000,00	4	-	Pastas, cintos, selas e selins
	14	Virgínio Reis		Franca	5.000,00	2	-	cintos, chicotes, selas, e silhões
	15	Marques e Fernandes		Franca	50.000,00	4	25	peroba, cedro, etc., serradas e aparelhadas
	16	Victorio Ferro		Franca	20.000,00	2	10	peroba serrada e aparelhada
	17	Vicente Gramani		Franca	8.000,00	3	3	concertos em máquinas, armas de fogo, etc.
	18	Irmãos Barini		Franca	90.000,00	4	10	concertos de máq. para lavoura e indústria
	19	Caetano Colantoni		Franca	6.000,00	2	3	reparação de máquinas agrícolas
	20	Francisco Benicasa		Franca	10.000,00	3	2	concerto de automóveis
	21	Joaquim de Mello		Franca	24.700,00	3	4	concerto de automóveis
	22	Angelo Naldi		Franca	5.000,00	-	2	portas, janelas, betentes, caixilhos e escadas
	23	Joaquim Gomes Corrêa		Franca	8.000,00	2	3	portas, janelas, venez., batentes e caixilhos
	24	Miguel Citero		Franca	17.000,00	1	4	portas, janelas, venez., batentes e caixilhos
	25	Antonio Nocera		Franca	3.000,00	2	-	ladrilhos
	26	Jacob Wainer		Franca	20.000,00	2	-	sabão comum
	27	M.Mello		Franca	5.000,00	2	-	sabão comum
	28	César Franchini		Franca	3.800,00	2	1	xaropes, gasosas, vinagre, vinho de frutas, etc.
	29	Agenor Leite	Cidade de Franca	Franca	18.000,00	2	1	impressos em geral
	30	Centro Espírita Esp.e Fé	A Nova Era	Franca	15.000,00	2	1	jornais, livros e impressos em geral
	31	José de Mello	O Francano	Franca	25.000,00	2	1	jornal e impressos em geral.
	32	Paróquia Pes. Agostinianos	O Aviso da Franca	Franca	10.000,00	3	1	jornal
	33	Ricardo Pucci	Do Comércio	Franca	10.000,00	7	1	Jornal Comércio de Franca e impr. em geral.

(*) SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1931. São Paulo: Garraux, 1933. p.divs.

1932		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Ângelo Presotto		Franca	40.000,00	11	8	concertos de automóveis
	2	Instituto Bioterápico Brasil[e]		Franca	40.000,00	3	2	especialidades farmacêuticas, desinf. medicinais,etc.
	3	Spessoto & Cia		Franca	10.000,00	4	-	pastas p/ papéis, cintos, selas, etc.
	4	Benjamim Steinberg		Franca	25.000,00	5	10	móveis em geral
	5	Boris Cuperman		Franca	50.000,00	3	-	móveis em geral
	6	Fernando Beghelli		Franca	50.000,00	5	7	const. repar. carroças,carroc. autos e caminhões
	7	Angelo Scarabucci		Franca	25.000,00	16	2	foguetes
	8	J. Almeida		Franca	5.000,00	9	1	cigarros de palha e fumos manipulados
	9	Rosa Augusta		Franca	2.000,00	6	-	cigarros de palha e fumos manipulados
	10	Cia. Francana de Eletric.(#)	Esmeril/E.F.L. Rib.Preto	Franca	3.000.000,00	37	2.320	Alt.,Frc.,Btt.,CPta.,Rest.,R.Corr.,SJBV.,P.Pta.,Itir.
	11	A.Morato & Cia.		Franca	10.000,00	2	-	pasta para papéis
	12	Virginio Reis		Franca	5.000,00	2	-	cintos, chicotes, selas, e silhões
	13	Marques e Fernandes		Franca	50.000,00	5	25	peroba, cedro e outras madeiras
	14	Victorio Ferro		Franca	20.000,00	3	10	peroba
	15	Vicente Gramani		Franca	8.000,00	2	3	concertos em geral
	16	Caetano Colantoni		Franca	12.000,00	3	3	concertos em máquias em geral
	17	Francisco Benicasa		Franca	20.000,00	2	2	concerto de automóveis
	18	Joaquim de Mello		Franca	15.304,00	6	4	concerto de automóveis
	19	Angelino Naldi		Franca	4.800,00	2	2	esquadrias em geral
	20	Joaquim Gomes Corrêa		Franca	12.000,00	2	3	esquadrias em geral
	21	Miguel Citero		Franca	16.000,00	2	4	esquadrias em geral
	22	M.Mello		Franca	4.000,00	2	-	sabão comum
	23	César Franchini		Franca	3.800,00	2	1	gasosas
	24	Agenor Leite	"Cidade de Franca"	Franca	30.000,00	2	1	jornal e impressos em geral
	25	Centro Espírita Esp.e Fé		Franca	20.000,00	2	1	Jornal "A Nova Era" e impressos em geral
	26	Ricardo Pucci		Franca	10.000,00	7	1	Jornal "O Comércio da Franca" e impressos divs.
	27	Prado & Irmão	(secção)	Franca	20.000,00	3	-	Cintos, pasta p/ papéis, chicotes, etc.(vide calçs.)
	28	Levyman, Brickmann Ltda.		Franca	83.000,00	5	10	móveis em geral
	29	Lourenço Tolini		Franca	5.000,00	2	5	móveis sob encomenda
	30	Antonio Chimello & Irmão		Franca	10.000,00	2	3	construção e reparos em carroceria p/ caminhões
	31	Mário Cantoni		Franca	20.000,00	4	2	concerto de automóveis
	32	Humberto Lanza		Franca	15.000,00	2	7	não trabalhou este ano
	33	Guilherme Pucci		Franca	30.000,00	4	5	macarrão sem ovos
	34	Silvério Blois		Franca	5.000,00	2	-	gasosas
	35	J. Sandoval		Franca	30.000,00	14	1	cigarros de palha e fumos manipulados
	36	F.Cunha	A Tribuna da Franca"	Franca	8.000,00	2	2	jornal

(*) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1932. São Paulo: Garraux, 1934. p.divs.

ANEXO VII - OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM FRANCA (1933)

1933		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Ângelo Presotto	Cx Postal 75	Franca	32.000,00	11	10	reparos de automóveis
	2	Instituto Bioterápico Brasil°	Cx Postal 150	Franca	40.000,00	3	2	especialidades farmacêuticas
	3	Spessoto & Cia	Cx Postal 89	Franca	10.000,00	5	-	pastas p/ papéis, cintos, selas, etc.
	4	Herd de Benjamim Steinberg	Pç.N.Srª.da Conceição 645	Franca	25.000,00	6	10	móveis em geral
	5	Boris Cuperman	R Moreira César 682	Franca	8.000,00	4	-	móveis diversos
	6	Fernando Beghelli	R Dr. Júlio Cardoso 936	Franca	50.000,00	7	7	constução e reparos em carroças
	7	Angelo Scarabucci	Cx Postal 142	Franca	5.000,00	35	2	foguetes, morteiros e fogos de artifício
	8	J. Almeida	Cx Postal 118	Franca	2.500,00	8	1	cigarros de palha e fumos manipulados
	9	Rosa Augusta	R Pe. Anchieta 1316	Franca	2.000,00	6	-	cigarros de palha e fumos manipulados
	10	Cia. Francana de Eletric.(#)	Esmeril/E.F.L. Rib.Preto	Franca	3.000.000,00	37	2.320	Alt.,Frc.,Btt.,CPta.,Rest.,R.Corr.,SJBV.,P.Pta.,Itir.
	11	A.Morato & Cia.	R Jorge Tibiriçá 156	Franca	5.000,00	3	-	arreios, etc.
	12	Virginio Reis	R Mj. Claudiano 1328	Franca	5.000,00	2	-	cintos, chicotes, selas, silhões, selins, etc.
	13	Marques e Fernandes	Cx Postal 140	Franca	80.000,00	6	25	peroba, cedro etc.
	14	Victorio Ferro	R Dr. João Pessoa 1137	Franca	60.000,00	-	10	paralisado
	15	Vicente Gramani	R Couto Magalhães 445	Franca	5.000,00	2	2	concertos mecânicos
	16	Joaquim de Mello	Cx Postal 106	Franca	15.304,00	6	4	reparos em automóveis
	17	Angelino Naldi	Av. Rio Branco 72	Franca	4.900,00	1	2	esquadrias, caixilhos, escadas e venezianas
	18	Joaquim Gomes Corrêa	R Gonçalves Dias 287	Franca	12.000,00	2	3	esquadrias, caixilhos escadas e venezianas
	19	Miguel Citero	R Estevan L. Bourroul 891	Franca	20.000,00	2	4	esquadrias em geral
	20	César Franchini	R Flor. Peixoto 1070	Franca	3.500,00	1	1	gasosas e vinagre
	21	Agenor Leite	R Gal. Telles 1991	Franca	18.000,00	2	1	impressos em geral
	22	Ricardo Pucci	Cx Postal 50	Franca	30.000,00	6	1	Jornal "O Comércio da Franca" e impressos divs.
	23	Prado & Irmão	R Jorge Tibiriça 167	Franca	2.000,00	1	-	Cintos, pasta p/ papéis, selas, foros, etc.
	24	Francisco Levyman	R Mons. Rosa 809	Franca	20.000,00	8	10	móveis em geral
	25	Lourenço Tolini	R Jorge Tibiriçá 985	Franca	10.000,00	4	3	móveis diversos
	26	Mário Cantoni	R Jorge Tibiriçá 788	Franca	20.000,00	4	1	reparos em automóveis
	27	Humberto Lanza	R Gal. Osório 1169	Franca	6.000,00	-	7	carpintaria/paralisado
	28	Guilherme Pucci	Cx Postal 128	Franca	25.000,00	5	5	macarrão sem ovos
	29	Silvério Blois	R Jorge Tibiriçá 596	Franca	5.000,00	1	1	gasosas e vinagre
	30	J. Sandoval	R Ouvidor Freire	Franca	30.000,00	10	1	cigarros de palha e fumos manipulados
	31	S.A.Tribuna da Franca	R Mal. Deodoro 397	Franca	25.000,00	6	2	jornal
	32	Jeronymo Batista do Carmo	R Dr.Júlio Cardoso 1305	Franca	1.000,00	4	-	rabichos, foros, cintos, pasta p/ papéis, etc.
	33	Mário Rocha	R Couto Magalhães 499	Franca	1.000,00	1	-	pastas para papéis
	34	João C. Costa	R Gal. Osório 851	Franca	15.000,00	5	14	peroba, cedro, etc.
	35	Irmãos Barini	R Gal Osório 154	Franca	90.000,00	2	6	solda autogenia, etc.
	36	João Gatto	R do Catete 229	Franca	4.000,00	3	3	concertos diversos
	37	Antonio Ambrósio/Restinga	Pça Ubirajara	Franca	16.000,00	4	3	construção e reparos em carroças
	38	Máximo Porta	R Cel. Tamarindo 63	Franca	3.000,00	1	-	reparos em automóveis
	39	Orlando Blois	Av Rio Branco 457	Franca	4.000,00	2	-	reparos em automóveis
	40	Artur Carbone	R Dr. Jorge Tibiriçá 626	Franca	100.000,00	-	-	fáb. de fósforos paralisada
	41	José Augusto Fernandes	R João Pessoa 269	Franca	8.000,00	1	1	impressos em geral
	42	José de Mello	Pça. Barão da Franca 1181	Franca	30.000,00	1	1	impressos em geral
	43	Pes. Agostinianos	Cx Postal 57	Franca	10.000,00	2	1	jornal "O Aviso da Franca"

(°) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Industria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Industria e Comércio; Secção de Industrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1933. São Paulo: Garraux, 1935. p.divs.

ANEXO VII - OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM FRANCA (1934)

1934		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Ângelo Presotto	Cx Postal 75	Franca	33.000,00	12	4	concertos de automóveis e caminhões
	2	Instituto Bioterápico Brasil°	Cx Postal 150	Franca	40.000,00	4	2	especialidades farmacêulicas
	3	Spessoto & Cia	Cx Postal 89	Franca	-	6	-	arreios e peças avulsas, cintos, pastas, bolas
	4	Boris Cuperman	R Moreira César 682 -k	Franca	5.000,00	3	-	mesas de centro, buffet, criados-mudos, etc.
	5	Fernando Beghelli	R Dr. Júlio Cardoso 956	Franca	70.000,00	1	8	carroças, carrocerias, arados, concert. autos,etc.
	6	Angelo Scarabucci	Cx Postal 142	Franca	25.000,00	18	2	foguetes e fogos de artifício
	7	J. Almeida	Cx Postal 118	Franca	4.000,00	11	-	cigarros de palha
	8	Cia. Francana de Eletric.(#)	Esmeril/E F.L. Rib.Preto	Franca	3.000.000,00	37	2.320	Alt.,Frc.,Blt.,CPta.,Rest.,R.Corr.,SJBV.,P.Pta.,Itir.
	9	A.Morato & Cia.	R Jorge Tibiriçá 156	Franca	5.000,00	3	-	selas, selins, etc.
	10	Virgínio Reis	R Mj. Claudiano 1328	Franca	5.000,00	4	-	artigos para montaria
	11	Joaquim de Mello	Cx Postal 106	Franca	50.000,00	6	2	concerto de automóveis
	12	Angelino Naldi	Av. Rio Branco 72	Franca	4.200,00	1	2	esquadrias em geral, molduras
	13	Joaquim Gomes Corrêa	R Gonçalves Dias 287	Franca	20.000,00	3	3	esquadrias, grades, portões e molduras
	14	César Franchini	R Flor. Peixoto 1070	Franca	4.000,00	1	1	vinagre
	15	Ricardo Pucci	Cx Postal 50	Franca	35.000,00	5	1	Jornal "O Comércio da Franca" e impressos divs.
	16	Prado & Irmão	R Jorge Tibiriça 167	Franca	-	1	-	arreios, cintos, chicotes, pastas.
	17	Francisco Levyman	R Mons. Rosa 809	Franca	20.000,00	5	10	móveis em geral
	18	Lourenço Tolini	R Jorge Tibiriçá 985	Franca	8.000,00	4	3	móveis e esquadrias
	19	Mário Cantoni	R Jorge Tibiriçá 788	Franca	10.000,00	2	2	concerto de automóveis e caminhões
	20	Humberto Lanza	R Gal. Osório 1169	Franca	10.000,00	2	7	esquadrias, venezianas
	21	Guilherme Pucci	Cx Postal 128	Franca	30.000,00	4	6	macarrão sem ovos
	22	Silvério Blois	R Jorge Tibiriçá 596	Franca	5.000,00	1	-	gasosas e vinagre
	23	J. Sandoval	R Ouvidor Freire 701	Franca	30.000,00	9	1	cigarros de palha e fumos manipulados
	31	Tribuna da Franca Ltda.	R Gal Carneiro 1174	Franca	10.000,00	1	2	jornal "Tribuna da Franca"
	24	João C. Costa	R Gal. Osório 851	Franca	48.000,00	6	8	peroba, canela, etc.
	25	Irmãos Barini	R Gal Osório 154	Franca	90.000,00	6	6	concertos de máquinas em geral
	26	João Gatto	R do Catete 229	Franca	10.000,00	3	2	concertos de portas onduladas, grades, portões
	27	Máximo Porta	R Cel. Tamarindo 63	Franca	6.000,00	1	-	concerto de automóveis
	28	Orlando Blois	Av Rio Branco 347	Franca	5.000,00	2	-	concerto de automóveis e caminhões
	29	José Augusto Fernandes	R João Pessoa 769	Franca	8.000,00	1	1	impressos em geral
	30	Pes.Agostinianos Recoletos	Cx Postal 57	Franca	10.000,00	4	1	jornal
	31	Nicolau Garcia	Lgo da Matriz/S.J.B.Vista	Franca	4.000,00	5	-	arreios e peças avulsas, outros serviços
	32	Bonaventura Cariolato	R Libero Badaró 101	Franca	70.000,00	7	10	peroba, cedro, pinho, etc.
	33	Irmãos Minervino	R Dr.João Pessoa 650	Franca	45.000,00	8	4	ladrilhos
	34	M.Mello	R Ouvidor Freire 335	Franca	5.000,00	1	-	sabão comum
	35	M.Mello	R Ouvidor Freire 335	Franca	10.000,00	1	10	gasosas
	36	M.Mello	R Ouvidor Freire 335	Franca	25.000,00	1	10	gelo para frigoríficos
	37	Elias Gabali Nassin	R Dr. Júlio Cardoso 1260	Franca	5.000,00	4	-	balas, bombons, caramelos, etc.
	38	Casa de Saúde Alan Kardec	Cx Postal 65	Franca	15.000,00	3	1	jornal "A Nova Era"

(*) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1934. São Paulo: Siqueira, 1936. p.divs.

ANEXO VII - OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM FRANCA (1935)

1935		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Ângelo Presotto	Cx Postal 75	Franca	35.000,00	13	4	concertos de automóveis e caminhões
	2	Instituto Bioterápico Brasil°	Cx Postal 150	Franca	40.000,00	4	2	vacinas, soros, etc.
	3	Spessoto & Cia	Cx Postal 89	Franca	20.000,00	6	-	arreios e peças avulsas, cintos, pastas, bolas
	4	Boris Cuperman	R Moreira César 682	Franca	4.000,00	2	-	mesas, guarda-roupas, etc.
	5	Fernando Beghelli	R Dr. Júlio Cardoso 956	Franca	50.000,00	9	7	carroças, carrocerias, arados, concert. autos,etc.
	6	Angelo Scarabucci	Cx Postal 142	Franca	100.000,00	22	2	fogos em geral
	7	J. Almeida	Cx Postal 118	Franca	2.500,00	10	-	cigarros de palha
	8	Cia. Francana de Eletric.(#)	Cx Postal 126 Campinas	Franca	9.788.431,00	31	2.320	Alt.,Frc.,Btl.,CPta.,Rest.,R.Corr.,SJBV.,P.Pta.,Itir.
	9	A.Morato & Cia.	R Jorge Tibiriçá 156	Franca	5.000,00	3	-	perneiras, arreios e peças p/ os mesmos
	10	Joaquim de Mello	Cx Postal 106	Franca	28.000,00	8	3	concerto de automóveis e caminhões
	11	Angelino Naldi	Av. Rio Branco 72	Franca	7.500,00	1	2	esquadrias em geral, etc.
	12	César Franchini	R Flor. Peixoto 1070	Franca	35.000,00	1	-	gasosas e vinagres
	13	Ricardo Pucci	Cx Postal 50	Franca	35.000,00	5	1	Jornal "O Comércio da Franca" e impressos divs.
	14	Prado & Irmão	R Jorge Tibiriça 167	Franca	-	1	-	arreios,cintos,chicotes(capital incluso em calçados)
	15	Francisco Levyman	R Mons. Rosa 809	Franca	20.000,00	14	10	móveis em geral
	16	Lourenço Tolini	R Jorge Tibiriçá 985	Franca	15.000,00	4	3	móveis e esquadrias
	17	Mário Cantoni	R Jorge Tibiriçá 788	Franca	5.000,00	3	1	concerto de automóveis e caminhões
	18	Lanza & Cia.	R João Pessoa 891	Franca	40.000,00	4	7	obras de carpintaria em geral
	19	Guilherme Pucci	Cx Postal 128	Franca	30.000,00	4	6	macarrão sem ovos
	20	Silvério Blois	R Jorge Tibiriçá 596	Franca	5.000,00	1	-	gasosas e vinagre
	21	J. Sandoval	R Ouvidor Freire 701	Franca	30.000,00	10	1	cigarros de palha e fumos manipulados
	22	João C. Costa	Bairro da Boa Vista	Franca	38.000,00	5	8	peroba, cedro, etc.
	23	Irmãos Barini	R Gal Osório 154	Franca	90.000,00	4	6	artigos de ferro fundido e artefatos em bronze
	24	João Gatto	R do Catete 229	Franca	12.000,00	3	3	portas e portões, caixilhos, janelas e arm.artísticas
	25	José Augusto Fernandes	R João Pessoa 769	Franca	8.000,00	1	1	impressos em geral
	26	Pes.Agostinianos Recoletos	Cx Postal 57	Franca	20.000,00	5	1	jornal, revista, impressos em geral
	27	Bonaventura Cariolato	R Libero Badaró 101	Franca	80.000,00	13	10	peroba, cedro e outras madeiras
	28	Irmãos Minervino	Cx Postal 37	Franca	45.000,00	4	2	mausoléus, estátuas, altares, pias, peças mármore
	29	Irmãos Minervino	Cx Postal 37	Franca	-	2	-	ladrilhos e balaustres (capital incluído marmorarias)
	30	M.Mello	R Ouvidor Freire 335	Franca	13.000,00	3	10	sabão comum
	31	M.Mello	R Ouvidor Freire 335	Franca	9.000,00	1	10	gasosas e vinho de frutas
	32	M.Mello	R Ouvidor Freire 335	Franca	23.000,00	2	10	gelo para bebidas
	33	Casa de Saúde Alan Kardec	Cx Postal 65	Franca	20.000,00	3	1	jornal "A Nova Era", publicações e impressos
	34	Saturnino Fernandes	Cx Postal 140	Franca	90.000,00	6	10	peroba, cedro e outras madeiras
	35	Borisio Steinberg	Cx Postal 108	Franca	10.000,00	9	10	móveis em geral
	36	Vicente Gramani	R Couto Magalhães 445	Franca	4.000,00	1	2	concerto de veículos
	37	José de Mello	Pça Barão da Franca 1181	Franca	15.000,00	1	1	impressos em geral

(°) SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1935. São Paulo: Siqueira, 1937. p. divs.

1936		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Instituto Bioterápico Brasil°	Cx Postal 150	Franca	72.000,00	5	2	medicamentos em ampolas p/ injeção
	2	Spessoto & Cia	Cx Postal 89	Franca	40.000,00	6	-	arreios completos e peças avulsas e cintos
	3	Fernando Beghelli	R Dr. Júlio Cardoso 956	Franca	50.000,00	8	7	construção e concertos de veículos em geral
	4	Ângelo Scarabucci	Cx Postal 142	Franca	25.000,00	25	2	fogos em geral
	5	J. Almeida	Cx Postal 118	Franca	17.000,00	13	1	cigarros de palha
	6	Joaquim de Mello	R Dr.Jorge Tibiriçá 949	Franca	30.000,00	10	-	concerto de automóveis e caminhões
	7	Ricardo Pucci	Cx Postal 50	Franca	35.000,00	5	1	Jornal "O Comércio da Franca" e impressos divs.
	8	Francisco Levyman	Cx Postal 23	Franca	20.000,00	8	1	móveis em geral
	9	Lourenço Tolini	R Jorge Tibiriçá 985	Franca	15.000,00	3	3	móveis em geral
	10	Lanza & Cia.	R do Comércio 891	Franca	20.000,00	2	7	obras de carpintaria em geral
	11	Guilherme Luiz Pucci	Cx Postal 128	Franca	30.000,00	8	8	macarrão sem ovos
	12	J. Sandoval	Cx Postal 95	Franca	30.000,00	9	1	cigarros de palha e fumos manipulados
	13	Cia. Francana de Eletric.(#)	Cx Postal 126 Campinas	Franca	9.788.431,00	31	2.320	Alt.,Frc.,Blt.,CPta.,Resl.,R.Corr.,SJBV.,P.Pta.,Itir
	14	Irmãos Barini	R Gal Osório 144	Franca	70.000,00	3	6	concertos diversos, peças em ferro fundido
	15	João Gatto	R do Catete 229	Franca	9.000,00	1	2	portões, grades, venezianas, janelas, caixilhos
	16	Bonaventura Cariolato	R Libero Badaró 101	Franca	10.000,00	12	10	peroba, cedro e outras madeiras
	17	Irmãos Minervino	Cx Postal 37	Franca	45.000,00	4	2	mausoléus, estátuas, altares, pias, peças mármor
	18	Irmãos Minervino	Cx Postal 37	Franca	12.000,00	2	-	ladrilhos, balaustres, pias de cimento, etc.
	19	M Mello	R Ouvidor Freire 335	Franca	45.000,00	2	10	sabão comum
	20	M.Mello	R Ouvidor Freire 335	Franca	45.000,00	2	10	xaropes, gasosas, vinho de frutas
	21	M.Mello	R Ouvidor Freire 335	Franca	23.000,00	2	10	gelo para bebidas
	22	Casa de Saúde Alan Kardec	Cx Postal 65	Franca	20.000,00	2	1	jornal "A Nova Era", publicações e impressos
	23	Saturnino Fernandes	Cx Postal 140	Franca	70.000,00	4	10	peroba, cedro e outras madeiras
	24	Borisio Steinberg	Cx Postal 108	Franca	10.000,00	19	10	móveis em geral
	25	Virginio Reis	R Mj. Claudiano 1328	Franca	5.000,00	3	-	arreios completos e peças avulsas p/ os mesmos
	26	J. Pimenta	R Gal Telles 1061	Franca	2.200,00	1	2	espelhação de vidros
	27	Domingos Scicchitano	R Vol da Franca 853	Franca	8.000,00	2	-	depósitos p/ água, calhas, condutores, etc.
	28	José Latorraca	Pça São Lourenço	Franca	5.000,00	2	-	caixas p/ descarga
	29	Francisco D'Elia	R Dr.Jorge Tibiriçá	Franca	300.000,00	56	10	fósforos de madeira em caixinhas
	30	Ary Fernandes	R do Comércio 641	Franca	20.000,00	2	1	impressos em geral

(°) SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1936. São Paulo: Freire & Cia., 1938. p.divs.

ANEXO VII - OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM FRANCA (1937)

1937		Firma ou companhias	endereço	local	capital	operários	força motriz	produto das fábricas
	1	Instituto Bioterápico Brasil°	Cx Postal 150	Franca	72.000,00	5	2	medicamentos em ampolas p/ injeção
	2	Fernando Beghelli	R Dr. Júlio Cardoso 956	Franca	50.000,00	6	7	construção carrocerias p/ônibus,concert.em geral
	3	Angelo Scarabucci	Cx Postal 142	Franca	250.000,00	78	2	foguetes, baterias girandola, fógos de salão, etc.
	4	J. Almeida	Cx Postal 118	Franca	17.000,00	9	2	cigarros de palha e fumos manipulados
	5	Joaquim de Mello	R Dr.Jorge Tibiriçá 949	Franca	30.000,00	11	3	concerto de automóveis e caminhões
	6	Ricardo Pucci	Cx Postal 50	Franca	36.000,00	5	1	jornais e impressos
	7	Francisco Levyman	Cx Postal 23	Franca	60.000,00	14	10	móveis em geral
	8	Humberto Lanza	R do Comércio 891	Franca	50.000,00	4	10	peroba, cedro e outras madeiras
	9	Guilherme Pucci	Cx Postal 128	Franca	80.000,00	7	10	macarrão comum e de sêmola com ovos
	10	J. Sandoval	Cx Postal 95	Franca	30.000,00	9	1	cigarros de palha e fumos manipulados
	11	Cia. Francana de Eletric.(#)	Cx Postal 126-Campinas	Franca	9.861.283,00	28	2.320	Alt.,Frc.,Btt.,CPta.,Resi.,R.Corr.,SJBV.,P.Pta.,Itir.
	12	João Gatto	R do Catete 229	Franca	20.000,00	3	2	portas e portões
	13	Bonaventura Cariolato	R Libero Badaró 101	Franca	70.000,00	11	10	peroba, cedro e outras madeiras
	14	Irmãos Minervino	Cx Postal 37	Franca	21.460,00	6	6	mornum,públicos, túmulos, pedras aparelhadas
	15	Irmãos Minervino	Cx Postal 37	Franca	12.000,00	2	-	ladrilhos, balaustres, pias de cimento, etc.
	16	M.Mello	R Ouvidor Freire 335	Franca	45.000,00	2	-	sabão comum
	17	M.Mello	R Ouvidor Freire 335	Franca	31.000,00	2	10	xaropes, gasosas, vinho de frutas
	18	Casa de Saúde Alan Kardec	Cx Postal 65	Franca	25.000,00	3	2	jornal "A Nova Era", publicações e impressos
	19	Saturnino Fernandes	Cx Postal 140	Franca	70.000,00	5	1	peroba, cedro, imbuia, etc.
	20	Borisio Steinberg	Cx Postal 108	Franca	10.000,00	19	10	conjuntos completos e móveis em geral
	21	J. Pimenta	Cx Postal 40	Franca	10.000,00	2	2	espelhação, lapidação de vidros e cristais
	22	Domingos Scicchitano	Cx Postal 94	Franca	10.000,00	4	-	artefs em folhas de flandres, condutores, etc.
	23	Francisco D'Elia	R Dr.Jorge Tibiriçá	Franca	300.000,00	42	10	fósforos de madeira em caixinhas
	24	Ary Fernandes	R do Comércio 641	Franca	20.000,00	2	1	impressos em geral
	25	Angelo Presotto	Cx Postal 75	Franca	33.000,00	14	3	concerto de autos, caminhões e renov. capotas
	26	Mario Cantoni	R Jorge Tibiriça 788	Franca	10.000,00	4	2	concertos de autos, caminhões e acumuladores
	27	Aymola & Saldarelli	R Dr. Júlio Cardoso 659	Franca	10.000,00	3	6	macarão comum
	28	Pes.Agostinianos Recoletos	Cx Postal 57	Franca	15.000,00	4	1	impressos

(*) SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: ano de 1937. São Paulo: Freire & Cia., 1939. p.divs.

ANEXO VIII - TIPOS, QUANTIDADE E VALOR DOS CALÇADOS PRODUZIDOS PELA INDÚSTRIA PAULISTA: 1911-1937.

ANO		1911	1912	1923	1924	1925	1926	1928
TIPO								
botas de montaria	quant.	-	-	1.956	3.314	4.058	3.574	4.525
	valor	-	-	156.480,00	265.120,00	324.640,00	285.920,00	362.000,00
botinas e coturnos	quant.	1.239.118	1.685.390	2.207.672	2.132.173	2.661.779	2.841.348	3.613.428
	valor	13.696.753,00	19.195.757,00	35.322.752,00	57.277.692,00	66.884.985,00	79.062.435,00	108.402.840,00
botinas de tecido de seda	quant.	-	-	89.105	60.267	40.694	36.246	8.974
	valor	-	-	3.497.765,00	2.501.320,00	1.713.990,00	1.529.540,00	448.700,00
sapatos e borzeguins	quant.	785.838	980.802	2.114.540	2.921.976	3.412.308	3.817.540	4.103.257
	valor	4.359.176,00	6.731.220,00	58.692.630,00	55.961.680,00	72.994.756,00	84.334.753,00	143.613.995,00
sapatos de tec. de seda	quant.	930	1.073	20.270	20.531	19.271	18.430	38.741
	valor	12.832,00	4.224,00	810.800,00	821.240,00	770.840,00	737.200,00	1.937.050,00
chinelos, alpercatas, etc	quant.	1.974.656	2.391.544	2.270.055	5.119.899	3.505.551	3.702.836	3.986.567
	valor	4.936.640,00	5.978.860,00	9.076.715,00	25.599.495,00	17.527.555,00	18.514.180,00	23.919.402,00
chinelos de seda e veludo	quant.	-	-	83.000	1.186	944	1.003	2.004
	valor	-	-	2.075.000,00	29.650,00	2.360,00	25.075,00	60.120,00
saptos e galoch. de borr.	quant.	-	-	37.170	3.095	219.490	261.934	531.211
	valor	-	-	289.062,00	22.400,00	1.536.430,00	1.833.538,00	3.718.477,00
sapatos para banhistas	quant.	-	-	389.994	1.360	110.745	193.261	183.422
	valor	-	-	1.949.970,00	10.880,00	885.960,00	1.159.566,00	1.283.954,00
polainas e perneiras	quant.	-	-	169.807	67.113	60.847	72.114	107.503
	valor	-	-	1.698.070,00	805.356,00	730.164,00	865.365,00	2.150.060,00
sapatos tênis	quant.	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
calçados com solas borr.	quant.	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
tamancos	quant.	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
botinas homens/meninos	quant.	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
sapatos homens/meninos	quant.	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
sapatos de lona	quant.	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
sapatos de couro	quant.	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
sapatões	quant.	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
sapatos senhoras e menin.	quant.	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
sapatinhos crianças	quant.	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO VIII - TIPOS, QUANTIDADE E VALOR DOS CALÇADOS PRODUZIDOS PELA INDÚSTRIA PAULISTA: 1911-1937.

TIPO / ANO		1911	1912	1923	1924	1925	1926	1928
chinelos de couro	**quant.**	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
chinelos de tecidos	**quant.**	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
alpargatas	**quant.**	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
sandálias	**quant.**	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
sapatos p/ esportes	**quant.**	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
outros ñ. especif	**quant.**	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
	total	**4.000.542**	**5.058.809**	**7.383.569**	**10.330.914**	**10.035.687**	**10.948.286**	**12.579.632**
	TOTAL	23.005.401,00	31.910.061,00	113.569.244,00	143.294.833,00	163.371.680,00	188.347.572,00	285.896.598,00

(*) **SÃO PAULO.** Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: (1928-1937). 10 V. São Paulo: Divs. Editoras, 1930-1939.
Idem, Secretaria da Agricultura Commercio e Obras Publicas. Boletim da Directoria de Industria e Commercio. 4ª serie/ jan.: nº1, mai.: nº 5, 1913. p.5 e p.167.
Idem, 16ª serie/ dez.: nº12, 1925, p.253/261.
Idem, Ibidem 18ª serie/ abr-mai: nºs 4-5, 1927. p.73.
Idem, 19ª serie/ jun.: nº 6, 1928. p.129.
(**) Valores em Mil Réis, 1.000.000,00 equivale a 1.000:000$000 na montagem da tabela.

ANO		1929	1930	1931	1932	1933	1934
TIPO							
botas de montaria	quant.	3.074	2.046	1.974	6.802	6.935	12.404
	valor	245.920,00	163.680,00	157.920,00	544.160,00	452.758,00	303.735,00
botinas e coturnos	quant.	3.984.814	2.204.604	2.937.627	3.184.815	-	-
	valor	119.544.420,00	66.138.120,00	88.128.810,00	95.544.450,00	-	-
botinas de tecido de seda	quant.	9.827	9.618	-	-	-	73.085
	valor	498.350,00	673.260,00	-	-	-	1.312.468,00
sapatos e borzeguins	quant.	4.405.626	3.976.418	3.675.209	1.919.534	5.530.550	-
	valor	154.196.910,00	119.292.540,00	110.256.270,00	57.586.020,00	94.868.722,00	-
sapatos de tec. de seda	quant.	21.109	22.074	31.623	28.786	30.182	-
	valor	1.055.450,00	1.545.180,00	2.213.610,00	2.015.020,00	1.360.363,00	-
chinelos, alpercatas, etc	quant.	4.055.169	4.075.180	4.752.942	3.895.597	4.005.345	-
	valor	24.331.014,00	12.225.540,00	14.258.826,00	11.686.791,00	9.889.196,00	-
chinelos de seda e veludo	quant.	1.342	1.248	2.134	1.891	2.130	-
	valor	40.260,00	24.960,00	42.680,00	37.820,00	32.439,00	-
saptos e galoch. de borr.	quant.	539.612	413.886	-	3.650	4.100	-
	valor	3.777.284,00	4.138.860,00	-	36.500,00	56.375,00	-
sapatos para banhistas	quant.	224.843	225.413	263.674	254.019	300.025	49.318
	valor	1.573.901,00	901.652,00	1.094.696,00	1.066.879,00	1.236.103,00	420.715,00
polainas e perneiras	quant.	123.804	114.824	129.736	187.954	190.958	32.599
	valor	2.476.080,00	2.296.480,00	2.594.720,00	3.759.080,00	1.803.216,00	316.468,00
sapatos tênis	quant.	-	-	2.667.618	2.907.208	5.113.162	4.454.154
	valor	-	-	6.718.413,00	7.527.074,00	12.650.732,00	12.522.372,00
calçados com solas borr.	quant.	-	-	-	69.747	75.420	-
	valor	-	-	-	484.127,00	2.662.476,00	-
tamancos	quant.	-	-	-	-	1.661.236	1.595.065
	valor	-	-	-	-	1.366.911,00	1.666.630,00
botinas homens/meninos	quant.	-	-	-	-	-	1.672.475
	valor	-	-	-	-	-	25.123.359,00
sapatos homens/meninos	quant.	-	-	-	-	-	2.114.029
	valor	-	-	-	-	-	35.058.838,00
sapatos de lona	quant.	-	-	-	-	-	58.685
	valor	-	-	-	-	-	541.865,00
sapatos de couro	quant.	-	-	-	-	-	41.211
	valor	-	-	-	-	-	259.220,00
sapatões	quant.	-	-	-	-	-	593.001
	valor	-	-	-	-	-	4.765.468,00
sapatos senhoras e menin.	quant.	-	-	-	-	-	1.653.854
	valor	-	-	-	-	-	27.427.039,00
sapatinhos crianças	quant.	-	-	-	-	-	286.272
	valor	-	-	-	-	-	2.186.019,00

ANEXO VIII - TIPOS, QUANTIDADE E VALOR DOS CALÇADOS PRODUZIDOS PELA INDÚSTRIA PAULISTA: 1911-1937.

TIPO							
ANO		1929	1930	1931	1932	1933	1934
chinelos de couro	**quant.**	-	-	-	-	-	**417.264**
	valor	-	-	-	-	-	1.574.186,00
chinelos de tecidos	**quant.**	-	-	-	-	-	**1.449.336**
	valor	-	-	-	-	-	3.605.383,00
alpargatas	**quant.**	-	-	-	-	-	**455.006**
	valor	-	-	-	-	-	842.464,00
sandálias	**quant.**	-	-	-	-	-	**1.293.087**
	valor	-	-	-	-	-	6.554.120,00
sapatos p/ esportes	**quant.**	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-
outros ñ. especif.	**quant.**	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-
	total	**13.369.220**	**11.045.311**	**14.462.537**	**12.460.003**	**16.920.043**	**16.250.845**
	TOTAL	307.739.589,00	207.400.272,00	225.465.945,00	180.287.921,00	126.379.291,00	124.480.349,00

ANO		1935	1936	1937
TIPO				
botas de montaria	quant.	**3.204**	**8.010**	**7.398**
	valor	248.277,00	649.530,00	603.380,00
botinas e coturnos	quant.	-	-	-
	valor	-	-	-
botinas de tecido de seda	quant.	-	-	-
	valor	-	-	-
sapatos e borzeguins	quant.	-	-	-
	valor	-	-	-
sapatos de tec. de seda	quant.	**4.267**	**22.153**	**28.301**
	valor	167.715,00	741.190,00	1.133.002,00
chinelos, alpercatas, etc	quant.	-	-	-
	valor	-	-	-
chinelos de seda e veludo	quant.	-	-	-
	valor	-	-	-
saptos e galoch. de borr.	quant.	-	**10.112**	**38.732**
	valor	-	103.133,00	495.115,00
sapatos para banhistas	quant.	-	**28.000**	**137.239**
	valor	-	53.600,00	488.524,00
polainas e perneiras	quant.	**41.635**	**49.264**	**27.761**
	valor	419.958,00	575.235,00	347.930,00
sapatos tênis	quant.	**4.377.552**	**5.383.683**	**5.113.122**
	valor	15.876.388,00	18.851.965,00	18.277.168,00
calçados com solas borr.	quant.	-	-	-
	valor	-	-	-
tamancos	quant.	**1.758.792**	**2.633.633**	**1.574.673**
	valor	1.936.595,00	2.602.804,00	2.021.914,00
botinas homens/meninos	quant.	**2.826.712**	**2.240.673**	**2.620.830**
	valor	48.382.002,00	44.002.336,00	70.028.577,00
sapatos homens/meninos	quant.	**3.251.452**	**2.480.189**	**3.110.080**
	valor	59.325.993,00	54.903.943,00	71.895.719,00
sapatos de lona	quant.	**60.993**	**50.327**	-
	valor	550.936,00	721.154,00	-
sapatos de couro	quant.	-	-	-
	valor	-	-	-
sapatões	quant.	**881.054**	**382.685**	**384.148**
	valor	10.575.291,00	5.186.027,00	5.755.814,00
sapatos senhoras e menin.	quant.	**2.538.626**	**2.919.150**	**3.190.210**
	valor	44.311.716,00	56.654.863,00	64.033.895,00
sapatinhos crianças	quant.	**742.866**	**344.864**	**342.741**
	valor	5.665.838,00	3.111.825,00	2.891.216,00

ANEXO VIII - TIPOS, QUANTIDADE E VALOR DOS CALÇADOS PRODUZIDOS PELA INDÚSTRIA PAULISTA: 1911-1937.

TIPO				
ANO		1935	1936	1937
chinelos de couro	**quant.**	**462.130**	**423.589**	**474.981**
	valor	2.115.367,00	1.957.892,00	2.959.737,00
chinelos de tecidos	**quant.**	**1.566.363**	**1.482.821**	**1.255.116**
	valor	5.209.084,00	3.978.969,00	4.297.014,00
alpargatas	**quant.**	**179.928**	**318.284**	**365.070**
	valor	297.647,00	1.054.469,00	1.113.840,00
sandálias	**quant.**	**1.765.454**	**1.846.979**	**1.187.965**
	valor	10.357.789,00	13.437.855,00	9.876.250,00
sapatos p/ esportes	**quant.**	-	**23.936**	-
	valor	-	305.365,00	-
outros ñ. especif.	**quant.**	**215.408**	-	-
	valor	665.642,00	-	-
	total	**20.676.436**	**20.648.352**	**19.858.367**
	TOTAL	206.106.238,00	208.892.155,00	256.219.115,00

ANOS	1911	1912	1923	1924	1925	1926	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
TIPOS DE CALÇADOS													
botas de montaria	-	-	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	65,29	24,48
botinas e coturnos	11,00	11,00	16,00	27,00	25,00	28,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	-	-
botinas de tecido de seda	-	-	39,25	42,00	42,00	42,00	50,00	50,71	70,00	-	-	-	17,96
sapatos e borzeguins	6,00	6,00	27,76	19,00	21,00	21,00	35,00	35,00	30,00	30,00	30,00	17,15	-
sapatos de tec. de seda	14,00	14,00	40,00	40,00	40,00	40,00	50,00	50,00	70,00	70,00	70,00	45,07	-
chinelos, alpercatas, etc	3,00	3,00	4,00	5,00	5,00	5,00	6,00	6,00	3,00	3,00	3,00	2,47	-
chinelos de seda e veludo	-	-	25,00	25,00	30,00	25,00	30,00	30,00	20,00	20,00	20,00	15,23	-
saptos e galoch. de borr.	-	-	8,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	10,00	-	10,00	13,75	-
sapatos para banhistas	-	-	5,00	8,00	8,00	6,00	7,00	7,00	4,00	4,15	4,20	4,12	8,53
polainas e perneiras	-	-	10,00	12,00	12,00	12,00	20,00	20,00	19,99	20,00	20,00	9,44	9,71
sapatos ténis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,52	2,59	2,47	2,81
calçados com solas borr.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,94	35,30	-
tamancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,82	1,04
botinas homens/meninos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,02
sapatos homens/meninos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,58
sapatos de lona	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,23
sapatos de couro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,29
sapatões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,04
sapatos senhoras e menin.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,58
sapatinhos crianças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,64
chinelos de couro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,77
chinelos de tecidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,49
alpargatas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,85
sandálias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,07
sapatos p/ esportes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outros ñ. especif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉDIA	6,00	6,00	15,00	14,00	16,00	17,00	22,73	23,02	18,78	15,59	14,47	7,47	7,66

ANEXO VIII - MÉDIA DE PREÇOS DOS CALÇADOS PRODUZIDOS PELA INDÚSTRIA PAULISTA: (1911-1937).

ANOS	1935	1936	1937
TIPOS DE CALÇADOS			
botas de montaria	77,49	81,09	81,56
botinas e coturnos	-	-	-
botinas de tecido de seda	-	-	-
sapatos e borzeguins	-	-	-
sapatos de tec. de seda	39,30	33,46	40,03
chinelos, alpercatas, etc	-	-	-
chinelos de seda e veludo	-	-	-
saptos e galoch. de borr.	-	10,20	12,78
sapatos para banhistas	-	1,91	3,56
polainas e perneiras	10,09	11,68	12,53
sapatos tênis	3,63	3,50	3,57
calçados com solas borr.	-	-	-
tamancos	1,10	0,99	1,28
botinas homens/meninos	17,12	19,64	26,72
sapatos homens/meninos	18,25	22,14	23,12
sapatos de lona	9,03	14,33	-
sapatos de couro	-	-	-
sapatões	12,00	13,55	14,98
sapatos senhoras e menin.	17,45	19,41	18,81
sapatinhos crianças	7,63	9,02	8,44
chinelos de couro	4,58	4,62	6,23
chinelos de tecidos	3,33	2,68	3,42
alpargatas	1,65	3,31	3,05
sandálias	5,87	7,28	8,31
sapatos p/ esportes	-	12,78	-
outros ñ. especif.	3,09	-	-
MÉDIA	9,97	10,12	12,90

ANO		1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
TIPOS				(em unidades)**	(em unidades)**	(em quilos)*	(em quilos)*	(em quilos)*
					(em quilos)*	(em pés)	(em pés)	(em pés)
todos os tipos	quant.	-	-					
	valor	54.007.000,00	52.393.532,49					
meios de solas	quant.	-	-	(**)676.482	(*)4.229.675	(*)5.139.639	(*)5.356.371	(*)5.053.094
	valor	-	-	20.294.460,00	16.256.431,00	17.444.143,00	17.444.143,00	19.381.661,00
carneiras	quant.	-	-	(**)16.548	1.130.773	1.237.962	46.381	1.294.114
	valor	-	-	264.768,00	1.234.032,00	1.397.857,00	59.832,00	1.539.530,00
peles envernizadas	quant.	-	-	(**)38.984	757.837	1.298.297	933.521	1.881.295
	valor	-	-	2.728.880,00	1.163.783,00	1.928.657,00	1.695.224,00	2.482.872,00
pelicas	quant.	-	-	(**)128.324	1.090.525	1.090.543	849.458	1.188.876
	valor	-	-	1.539.888,00	2.750.634,00	2.737.730,00	1.624.671,00	1.374.821,00
vaquetas cromo	quant.	-	-	(**)22.064	1.762.747	3.076.989	2.601.898	1.159.614
	valor	-	-	1.323.840,00	2.516.539,00	4.107.897,00	3.385.672,00	1.411.909,00
atanados	quant.	-	-	(**)92.850	431.549	287.900	378.501	289.122
	valor	-	-	4.178.250,00	334.308,00	487.023,00	497.984,00	377.652,00
vaquetas	quant.	-	-	-	1.493.625	2.030.618	1.535.694	3.050.504
	valor	-	-	-	2.483.900,00	3.274.454,00	2.133.059,00	5.872.429,00
bezerro cromo	quant.	-	-	-	96.628	72.624	71.215	93.788
	valor	-	-	-	156.729,00	98.180,00	115.098,00	138.439,00
couro de porco	quant.	-	-	-	80.748	62.453	41.306	9.000
	valor	-	-	-	74.569,00	47.213,00	20.706,00	6.600,00
outros p/adorno e forros	quant.	-	-	-	-	-	231.152	130.399
	valor	-	-	-	1.229.730,00	93.927,00	251.081,00	133.402,00
pelegos preparados	quant.	-	-	-	-	-	-	-
	valor	-	-	-	-	-	-	-
ANO		1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Total	quant.	-	-	(**)975.252	11.074.107	14.297.025	12.045.497	14.149.806
	valor	54.007.000,00	52.393.532,49	30.330.086,00	28.200.655,00	31.617.081,00	29.116.280,00	32.719.315,00
ANO		1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Total	quant.	-	-	(**)975.252	11.074	14.297	12.046	14.150
	valor	54.007.000,00	52.393.532,49	30.330.086,00	28.200.655,00	31.617.081,00	29.116.280,00	32.719.315,00
	preço médio				2,55	2,21	2,42	2,31
ANO		1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Total	quant.	-	-	(**)975.252	11.074	14.297	12.046	14.150
	preço médio				2,55	2,21	2,42	2,31
				2,55				

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S.Paulo. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio; Secção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de S.Paulo: (1928-1937). 10 V. São Paulo: Divs. Editoras, 1930-1939.

( ) medida computada em pés

(*) medida computada em quilos

(**)medida computada em unidades

(#) Valores em Mil Réis. 1.000.000,00 equivale a 1:000.000$000 na montagem da tabela.

ANEXO IX - TIPOS, QUANTIDADE E VALOR DOS COUROS PRODUZIDOS PELA INDÚSTRIA PAULISTA (1928 -1937).

ANO	1935	1936	1937
TIPOS	(em quilos)*	(em quilos)*	(em quilos)*
	(em pés)	(em pés)	(em pés)
todos os tipos			(em unidades)**
meios de solas	(*)5.335.529	(*)6.626.338	(*)4.951.505
	31.873.127,00	33.631.585,00	29.305.646,00
carneiras	378.802	1.405.854	873.200
	529.327,00	5.110.297,00	2.895.303,00
peles envernizadas	2.289.800	2.172.307	320.000
	4.075.556,00	3.629.122,00	704.000,00
pelicas	797.443	1.228.808	716.168
	3.399.202,00	5.470.894,00	3.166.168,00
vaquetas cromo	695.805	2.206.751	4.248.837
	1.120.492,00	4.620.837,00	8.453.804,00
atanados	699.067	374.190	410.681
	732.983,00	700.588,00	671.727,00
vaquetas	4.326.281	2.760.847	795.109
	8.646.505,00	5.498.193,00	1.590.597,00
bezerro cromo	64.908	172.415	199.645
	118.184,00	577.625,00	645.532,00
couro de porco	7.025	18.388	61.869
	5.118,00	26.226,00	76.834,00
outros p/adorno e forros	709.530	-	(**)43.850
	2.624.954,00	582.371,00	1.328.451,00
pelegos preparados	-	-	(**)17.133
	-	-	301.370,00
ANO	1935	1936	1937
Total	15.304.190	16.965.898	12.637.997
	53.125.448,00	59.847.738,00	49.139.432,00
ANO	1935	1936	1937
Total	15.304	16.966	12.638
	53.125.448,00	59.847.738,00	49.139.432,00
	3,47	3,53	3,89
ANO	1935	1936	1937
Total	15.304	16.966	12.638
	3,47	3,53	3,89

ANEXO IX - MÉDIA DE PREÇOS DOS COUROS PRODUZIDOS PELA INDÚSTRIA PAULISTA: (1930 - 1937).

	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937
meios de solas	30,00	3,84	3,39	3,26	3,84	5,97	5,08	5,92
carneiras	16,00	1,09	1,13	1,29	1,19	1,40	3,64	3,32
peles envernizadas	70,00	1,54	1,49	1,82	1,32	1,78	1,67	2,20
pelicas	12,00	2,52	2,51	1,91	1,16	4,26	4,45	4,42
vaquetas cromo	60,00	1,43	1,34	1,30	1,22	1,61	2,09	1,99
atanados	45,00	0,77	1,69	1,32	1,31	1,05	1,87	1,64
vaquetas	-	1,66	1,61	1,39	1,93	2,00	1,99	2,00
bezerro cromo	-	1,62	1,35	1,62	1,48	1,82	3,35	3,32
couro de porco	-	0,92	0,76	0,50	0,73	0,73	1,43	1,24
outros p/adorno e forros	-	-	-	1,09	1,02	3,70	-	30,30
MÉDIA	31,10	2,55	2,21	2,42	2,31	3,47	3,53	3,89

1930 preços em mil réis/ unidade
preços dos meios de sola mil réis/ quilos
demais preços calculados mil réis/ pés

ANEXO X - GENERO DE INDUSTRIA, PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO EM FRANCA: 1953

GÊNERO DE INDÚSTRIA	estabeleci-mentos	pessoal ocupado(*) total	pessoal ocupado(*) ligado à produção	média mensal do pess. ocupado	salários (Cr$ 1.000) total	salários (Cr$ 1.000) ligado à produção	valor da produção(**) (Cr$ 1.000)
minerais não metálicos	2	20	19	21	490	460	1.175
mecânica	2	24	21	20	421	375	1.500
material de transporte	1	5	4	4	79	49	278
madeira	3	73	70	61	1.163	963	5.630
mobiliário	5	65	64	64	940	916	2.406
papel e papelão	4	65	49	44	957	378	2.773
borracha	1	19	18	20	304	244	3.776
couros, peles e prod. siml.	10	265	246	243	4.911	3.548	47.131
química	3	66	55	58	786	509	9.031
têxtil	5	233	213	196	2.491	1.930	10.837
vest. calçados e art.tecidos	23	1.403	1.301	1.232	23.758	17.803	143.470
produtos alimentares	9	124	110	108	1.683	1.175	47.498
bebidas	2	11	9	10	96	48	588
editorial e gráficas	3	74	53	59	1.694	638	6.176
total	73	2.435	2.232	2.140	39.273	29.036	282.269
total indústria transf.	73	2.435	2.232	2.140	39.273	29.036	282.269

FIBGE/ IBGE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Núcelo de Estudos Sociais e Urbanos - IE/Unicamp. Censo sem sigilo (processamento exclusivo). Campinas. s/d.
(*) Situação em 31 de dezembro de 1953
(**) Inclui o valor dos serviços prestado a terceiros e a estabelecimentos da mesma empresa

ANEXO X - GENERO DE INDUSTRIA, PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO EM FRANCA: 1956.

GÊNERO DE INDÚSTRIA	estabeleci-mentos	pessoal ocupado(*)		salários	(Cr$ 1.000)	valor da
		total	ligado à produção	total	ligado à produção	produção(**) (Cr$ 1.000)
extrat. de prod. minerais	1	1	1	30	30	90
extrat. de prod. vegetais	6	7	7	143	143	937
minerais não metálicos	7	17	14	544	432	2.615
metalurgia	6	10	4	278	122	969
mecânica	2	17	13	896	625	1.511
material de transporte	5	12	10	366	312	1.462
madeira	16	84	65	2.696	1.926	10.809
mobiliário	5	29	22	1.250	1.003	2.880
papel e papelão	4	47	44	1.011	911	5.839
borracha	3	72	65	2.697	2.008	20.831
couros, peles e prod. siml.	13	260	230	10.252	7.988	98.766
química	8	54	48	2.030	1.297	10.387
têxtil	5	144	135	5.348	4.310	19.872
vest. calçados e art. tecidos	65	1.631	1.497	54.812	44.207	346.976
produtos alimentares	53	207	155	7.554	5.706	193.059
bebidas	2	8	5	291	171	988
editorial e gráficas	12	103	80	4.708	2.739	17.177
total	213	2.703	2.394	94.906	73.930	734.468
total ind. transformação	212	2.702	2.393	94.876	73.900	734.378

FIBGE/ IBGE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Núcelo de Estudos Sociais e Urbanos - IE/Unicamp. Censo sem sigilo (processamento exclusivo). Campinas. s/d.

(*) Situação em 31 de dezembro de 1956

(**) Inclui o valor dos serviços prestado a terceriros e a estabelecimentos da mesma empresa

ANEXO X - GÊNERO DE INDÚSTRIA, PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO EM FRANCA: 1960.

GÊNERO DE INDÚSTRIA	estabeleci-mentos	pessoal ocupado(*)		média	salários	(Cr$ 1.000)	valor da	valor da
		total	ligado à produção	mensal do pess. ocupado	total	ligado à produção	produção(**) (Cr$ 1.000)	transf. indl. (Cr$ 1.000)
extração de minerais	1	3	3	4	194	194	518	513
transf. minerais ñ. metal.	8	30	22	26	1.821	1.342	8.384	6.238
metalurgia	8	16	7	14	382	253	5.128	2.417
mecânica	3	21	16	18	1.033	1.033	6.936	3.978
material de transporte	6	21	14	17	1.120	1.120	3.935	2.322
madeira	20	79	56	66	4.099	3.344	22.198	13.536
mobiliário	9	33	21	28	1.521	1.313	5.235	3.620
papel e papelão	7	58	55	53	3.645	2.896	23.691	9.360
borracha	2	110	94	99	6.032	3.946	70.725	35.309
cpirps	15	301	258	276	21.525	18.826	169.668	61.859
química	4	23	18	24	1.279	970	8.943	4.783
prod. farmac. e veterinar.	1	1	-	1	-	-	140	124
perfumarias, sabões e vel.	1	2	-	2	181	-	1.505	771
têxtil	3	63	52	54	2.666	1.968	19.295	9.545
vest.calçados e art. tecidos	73	1.845	1.639	1.638	107.653	91.143	761.777	373.002
produtos alimentares	51	276	200	258	14.772	11.691	297.228	74.212
bebidas	2	4	3	4	194	194	922	685
editorial e gráfica	10	98	59	69	6.074	3.792	37.674	18.503
total	224	2.984	2.517	2.651	174.191	144.025	1.443.902	620.777

FIBGE/ IBGE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Núcelo de Estudos Sociais e Urbanos - IE/Unicamp. Censo sem sigilo (processamento exclusivo). Campinas. s/d.

(*) Situação em 31 de dezembro de 1960

(**) Inclui o valor dos serviços prestado a terceiros e a estabelecimentos da mesma empresa.